CARLA OSMO

Direito à verdade

Origens da conceituação e suas condições teóricas de possibilidade
com base em reflexões de Hannah Arendt

Tese apresentada ao Departamento de
Filosofia e Teoria Geral do Direito da
Faculdade de Direito da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de
Doutora.

Área de Concentração: Filosofia e Teoria
Geral do Direito.

Orientador: Professor Tercio Sampaio
Ferraz Junior.

São Paulo

2014

Para Regina Weinberg e

em memória de

Rolf Weinberg (Bad Sassendorf, abr. 1920 - São Paulo, jul. 1985)

e Gerd Weinberg (Bad Sassendorf, dez. 1924 - Sobibor, jul. 1943).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Tercio Sampaio Ferraz Junior, um grande mestre desde as aulas no mestrado na PUC/SP, pela disponibilidade, pela orientação constante e pelos ensinamentos em tantas conversas iluminadoras.

À professora Kathia Martin-Chenut, pela recepção generosa e pela supervisão atenta e rigorosa da pesquisa desenvolvida na França. Nossos diálogos foram essenciais para o desenvolvimento do estudo em direito internacional e justiça de transição.

Aos professores Celso Lafer e Cláudia Perrone-Moisés, pelas valiosas sugestões no exame de qualificação, as quais tive em mente até o momento da conclusão da tese. À professora Cláudia Perrone-Moisés, ainda, por todas as demais contribuições, inclusive por aquelas que abriram o caminho para a realização da pesquisa na França.

Ao professor Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, com quem nunca deixo de aprender, pelo incentivo e pela ajuda em momentos fundamentais.

Ao professor Rainer Schmidt, pelo aprendizado na disciplina sobre o pensamento político de Hannah Arendt na FFLCH/USP e pelas conversas sobre o projeto.

Pelas leituras e apontamentos, à Regina Weinberg, que, além de ter sido uma revisora dedicada e incansável, foi quem semeou a motivação pessoal do tema da tese; ao Alan Osmo, cujo olhar perspicaz só poderia pertencer a alguém que ama as letras, é instigado pelo tema e compartilha comigo um universo de experiências, sentimentos e reflexões; e ao Ricardo Cavalcante, que durante todo o percurso esteve ao meu lado.

Pelo auxílio na revisão das traduções, aos queridos Camila Akemi Perruso, Jean-Marc Marand, Patrícia Pessoa Valente, Sam Osmo e Regina Weinberg.

Aos meus pais, Sam e Lilian Osmo, pelo amor, presença e apoio incondicionais.

OSMO, Carla. *Direito à verdade: Origens da conceituação e suas condições teóricas de possibilidade com base em reflexões de Hannah Arendt*. 2014. 299 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RESUMO

O direito à verdade frente a graves violações de direitos humanos foi criado recentemente e tem um significado jurídico que permanece incerto em diversos aspectos relevantes. As divergências em torno do seu conceito, que ainda está em formação, geram problemas práticos quando se busca tornar esse direito efetivo. A tese analisa a questão que está na base do debate jurídico-dogmático sobre esse direito, a saber, o significado que o termo *verdade* adquire ao se tornar o seu objeto. É feita uma investigação sobre a forma como este tema é abordado pelos estudos sobre justiça de transição e sobre como se deu a emergência e o desenvolvimento do direito à verdade no direito internacional dos direitos humanos, nas esferas universal e interamericana. O objetivo é, depois, buscar compreender o que, de um ponto de vista teórico, fez com que surgisse na história e no pensamento político-jurídico a necessidade de sua criação e passou a alimentar o esforço para a sua conceituação. Essa análise aponta que a verdade almejada com o direito em estudo tem outras dimensões para além da busca de informações desconhecidas sobre casos individuais de violações a direitos humanos. Como o tema da verdade, sabidamente, é de enorme extensão no campo filosófico, o presente trabalho faz uso de temas de reflexão de Hannah Arendt, que para essa temática tem tido grande repercussão inclusive em sede doutrinária, com o fim de, por meio de um desenvolvimento extensivo, examinar as diferentes dimensões do problema.

Palavras-chave: Direito à verdade, direito de saber, memória, direitos humanos, justiça de transição, Hannah Arendt.

OSMO, Carla. *Right to the truth: Origins of the conceptualization and its theoretical conditions of possibility based on reflections of Hannah Arendt*. 2014. 299 p. Thesis (Ph.D.) – Law School of University of São Paulo, São Paulo, 2014.

ABSTRACT

The right to the truth concerning gross human rights violations was created recently, and has a legal meaning that remains uncertain in many relevant aspects. The disagreements about its concept, which is still in development, cause practical problems when one tries to make this right effective. The thesis analyses the issue that underlies the legal-dogmatic debate about this right, i.e., the meaning of the term *truth* when it becomes its object. An investigation is undertaken on how this theme is addressed by studies on transitional justice and also on the emergence and development of the right to the truth in international human rights law, in the universal and in the inter-American systems. The goal is then to try to understand what, from a theoretical point of view, led to the emergence in history and political-legal thought of the need for its creation, and began to feed the effort to its conceptualization. This analysis indicates that the truth sought with the right examined here has dimensions other than the search for unknown information about individual cases of human rights violations. The theme of truth being, as known, a subject of enormous extension in the philosophical field, the present study makes use of topics of reflection by Hannah Arendt, which have had a great repercussion on this subject even in legal dogmatic thought, in order to examine, through an extensive development, the different dimensions of the problem. By doing so, it is intended to shed light on the way the conceptualization of the right to the truth is being consolidated and on the difficulties it faces.

Keywords: Right to the truth, right to know, memory, human rights, transitional justice, Hannah Arendt.

Droit à la vérité : Origines de sa conceptualisation et ses conditions théoriques de possibilité à la lumière des réflexions de Hannah Arendt. 2014. 299 p. Thèse (Doctorat). Faculté de Droit de l'Université de São Paulo, São Paulo, 2014.

RÉSUMÉ

Le droit à la vérité face à des violations graves des droits de l'homme a été créé récemment et sa signification demeure incertaine sur plusieurs aspects importants. Les divergences autour de son concept, encore en développement, engendrent des problèmes pratiques lorsque l'on essaie de rendre ce droit effectif. La thèse analyse la question qui est au cœur du débat juridique dogmatique sur le droit à la vérité, à savoir, la signification que le terme *vérité* acquiert quand cette notion devient son objet. La recherche se penche sur la manière dont ce sujet est traité dans des études concernant la justice transitionnelle et comment le droit à la vérité a émergé et s'est développé en droit international des droits de l'homme, au sein des systèmes universel et interaméricain. L'objectif est ensuite de chercher à comprendre, d'un point de vue théorique, ce qui a entraîné dans l'histoire et dans la pensée politique et juridique la nécessité de créer ce droit, ainsi que ce qui a motivé les efforts pour sa conceptualisation. Cette analyse indique que la vérité qui est l'objet de ce droit a d'autres dimensions allant au-delà de la recherche d'informations sur des cas individuels de violations des droits de l'homme. Etant donné que le sujet de la vérité a une ampleur importante dans le domaine philosophique, cette étude utilise certains thèmes de réflexion de Hannah Arendt – qui ont une considérable répercussion sur cette thématique, y compris au sein de la doctrine – afin d'examiner, par un développement extensif, les différentes dimensions du problème. L'objectif est ainsi de proposer des éclaircissements sur l'actuelle conceptualisation du droit à la vérité et les difficultés rencontrées.

Mots-clés : Droit à la vérité, droit de savoir, mémoire, droits de l'homme, justice transitionnelle, Hannah Arendt.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AGOE - Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas

art. - artigo

CADH - Convenção Americana sobre Direitos Humanos

CEDH - Corte Europeia de Direitos Humanos

cap. - capítulo

c/c - combinado com

CDH - Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas

com. - comentário

ComIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

ConsDH - Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

CorteIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos

d.i. - destaque(s) inserido(s)

d.o. - destaque(s) no original

EACDH - Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ERTPI - Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PIDCP - Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

par. - parágrafo

princ. - princípio

res. - resolução

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

t.n. - tradução nossa

TPI - Tribunal Penal Internacional

TRF - Tribunal Regional Federal

NOTA SOBRE AS CITAÇÕES E TRADUÇÕES

Neste trabalho, as citações de instrumentos internacionais são feitas, em regra, indicando-se o nome abreviado da organização (ONU ou OEA), o número do documento e a sua data, a partir dos quais se pode identificar a referência completa na bibliografia. Somente as citações da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos utilizam diretamente a abreviação CorteIDH, não apenas em virtude da sua função particular enquanto órgão jurisdicional de controle, mas também em razão do grande número de decisões consultadas.

Foi feita uma tradução livre para o português das citações em inglês, francês e espanhol, indicada com a abreviação “t.n.” (tradução nossa). No caso de documentos de organizações internacionais, a tradução considerou também as respectivas versões em outras línguas disponibilizadas por essas organizações. A versão original é sempre transcrita em nota de rodapé, em itálico, para facilitar a identificação e permitir a verificação pelo leitor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
------------------	----

PARTE I

O SURGIMENTO DO DIREITO À VERDADE EM RESPOSTA A GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO 1. O DIREITO À VERDADE EM MEIO ÀS REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO	19
1.1. Contextualizando o direito à verdade objeto deste estudo	19
1.2. Um novo campo de estudo e prática denominado “justiça de transição”	24
1.3. A verdade como mecanismo da justiça de transição.....	32
1.4. Como a questão da verdade e da memória aparece nos debates sobre justiça de transição para além do seu eixo “verdade”?	39
1.4.1. Processos penais	39
1.4.2. Reparações.....	44
1.4.3. Limites jurídicos à verdade e à memória nas transições	49
1.4.4. As reflexões em torno dos mecanismos da justiça de transição oferecem respostas sobre o significado do direito à verdade?	53
1.5. Olhares sobre o direito à verdade na experiência da transição brasileira	55
1.5.1. Como foram e são percebidas as medidas da justiça de transição brasileira em face do direito à verdade?.....	55
1.5.2. A atuação do Judiciário brasileiro em demandas relacionadas ao exercício de um direito à verdade	62
CAPÍTULO 2. A CRIAÇÃO DE UM DIREITO À VERDADE NO DIREITO INTERNACIONAL.....	76
2.1. A emergência da ideia de um direito à verdade no direito internacional: notas introdutórias e metodológicas	76
2.2. A criação de um direito à verdade na esfera universal de proteção dos direitos humanos	78
2.2.1. O direito à verdade frente ao desaparecimento forçado de pessoas	78
2.2.2. A criação de um direito à verdade em sentido amplo	89
2.2.2.1. O surgimento da ideia de direito à verdade no contexto das reflexões sobre o problema da impunidade	89
2.2.2.2. O desenvolvimento da ideia de direito à verdade no âmbito da ONU	101
2.3. A gênese de um direito à verdade na esfera interamericana de proteção dos direitos humanos	109

2.3.1. O direito à verdade frente ao desaparecimento forçado de pessoas	109
2.3.2. A criação de um direito à verdade em sentido amplo	113
2.3.3. A evolução da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o direito à verdade.....	115
2.3.3.1. Antecedentes, sem a afirmação da existência de um direito à verdade	116
2.3.3.2. O reconhecimento da existência de um direito não autônomo, decorrente da combinação entre os artigos 1.1, 8 e 25 da CADH	120
2.3.3.3. Conexão com a liberdade de informação	125
2.3.3.4. Uma modalidade de reparação	130
2.3.3.5. Contornos do direito à verdade conforme a jurisprudência da CorteIDH.....	131
2.4. Direito à verdade no direito internacional: um conceito ainda em formação	136

PARTE II

DIREITO À VERDADE: DIMENSÕES DE UMA CONCEITUAÇÃO *IN FIERI*

CAPÍTULO 3. VIOLÊNCIA POLÍTICA E MANIPULAÇÃO DA VERDADE: AS ADVERTÊNCIAS DE HANNAH ARENDT SOBRE OS PERIGOS DA COMBINAÇÃO DE MENTIRA POLÍTICA E VIOLÊNCIA ORGANIZADA.....	146
3.1. Introdução	146
3.2. Dissolução do senso comum e incapacidade de percepção da realidade	152
3.3. Propaganda e ideologia	158
3.4. A forma da organização totalitária e a instrumentalização do segredo.....	166
3.5. A invenção de um crime que não possa ser narrado e não deixe testemunhas	171
CAPÍTULO 4. AS DIFERENTES DIMENSÕES DA IDEIA DE DIREITO À VERDADE	179
4.1. Direito à verdade diante da realidade ocultada: o desaparecimento forçado e a exigência da recuperação da verdade-fato	181
4.1.1. Um direito à verdade contra o apagamento da existência de pessoas e a eliminação da sua memória	181
4.1.2. Um direito à verdade contra o apagamento e a destruição dos fatos.....	192
4.1.3. O significado político do direito à verdade como conhecimento	201
4.2. Direito à verdade na reconstrução da comunidade política: demandas de veracidade	208
4.2.1. A exigência de ruptura com um governo que esconde e mente	209
4.2.2. A exigência de se evitar que a ocorrência de violações a direitos humanos se torne uma questão de mera opinião (proteção contra argumentos revisionistas ou negacionistas)	219
4.3. Direito à verdade e seu objetivo de justiça: restituição de dignidade às vítimas	226

4.3.1. Testemunhas e crime contra a humanidade no processo Eichmann.....	230
4.3.2. O papel das narrativas frente a graves violações a direitos humanos: as contribuições de Hannah Arendt	239
4.3.3. A verdade na “era do testemunho”: uma verdade que produz justiça	251
CONCLUSÃO	265
REFERÊNCIAS.....	274

INTRODUÇÃO

O direito à verdade frente a graves violações de direitos humanos é uma categoria jurídica de criação recente. Sua existência foi afirmada por organizações internacionais e, em alguns países, reconhecida pelo Judiciário e mencionada na legislação, no mais das vezes em instrumentos que criaram comissões da verdade. Em três décadas, esse direito passou a integrar uma agenda cuja discussão se tornou praticamente incontornável em transições democráticas e em processos de consolidação da paz após períodos de grave violência política. Embora ainda não encontre previsão expressa em tratados internacionais enquanto direito autônomo na amplitude que usualmente lhe é atribuída,¹ muitos estudiosos entendem que o direito à verdade se tornou ou tende a se tornar parte dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente (cf. DE GREIFF, 2011, p. 103; PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 304-305; SAMPAIO; ALMEIDA, 2009, p. 259), percebendo alguns que ele alcançou o status de costume internacional (cf. MÉNDEZ, 1996; NAQVI, 2006, p.12²; PERRUSO, 2010, p. 90-91).

O que significaria de fato esse direito, contudo, é algo que continua incerto, tendo ele sido interpretado, como nota Freeman (2006, p. 6), em termos muito amplos e até mesmo erráticos por órgãos de defesa de direitos humanos. Daí analistas observarem a dificuldade de se extrair de um princípio, já aceito internacionalmente em termos gerais, as suas consequências jurídicas (HAYNER, 2011, p. 24), chegando alguns a divergir sobre a sua existência no plano jurídico-normativo (cf. TORELLY, 2012, p. 37, 265-266). Há, realmente, quem questione se se trata de um direito subjetivo propriamente dito, gerador aos seus titulares do poder de exigir juridicamente determinadas condutas do Estado.³ No Brasil, a Lei n. 12528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade, faz menção à

¹ Para os casos de desaparecimentos forçados, o direito à verdade está previsto expressamente na Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, de 2006.

² A posição de Naqvi é de que há “indícios da aparição de algo que se aproxima de um direito consuetudinário (embora com diferentes formas)” (2006, p. 27, t.n.: “*indicios de la aparición de algo que se aproxima a un derecho consuetudinario (aunque con diferentes formas)*”).

³ “O famoso direito à verdade, que é o direito de saber, é um direito? Raciocinando-se em termos jurídicos, em nome do que uma vítima tem o direito de saber o que aconteceu?” (GARAPON, 2007, p. 180, t.n.: “*Le fameux droit à la vérité, qui est le droit de savoir, est-il un droit? Si l’on raisonne en termes juridiques, au nom de quoi une victime a-t-elle le droit de savoir ce qui s’est passé?*”)

“São evocados os direitos das vítimas, que trazem implicitamente a ideia de vingança – ainda indizível – e explicitamente as ideias de perdão e de reparação, o direito à verdade, o direito à memória [...]. Ora, esses direitos, o são realmente?” (LEFRANC, 2007, p. 34, t.n.: “*On évoque les droits des victimes, qui portent implicitement l’idée de vengeance – encore indicible – et explicitement les idées de pardon et de réparation, le droit à la vérité, le droit à la mémoire [...]. Or, ces droits en sont-ils vraiment ?*”).

“O que significa o ‘direito à verdade’? É um direito no sentido jurídico, juridicamente exigível?” (DIMOULIS, 2010, p. 102).

efetivação do “*direito à memória e à verdade histórica*” como um de seus objetivos (art. 1.º), assumindo haver um direito com esse nome, mas deixando em aberto qual seria o seu significado jurídico.⁴

O problema jurídico-dogmático relativo ao direito à verdade passa, em primeiro lugar, por questões a respeito do seu fundamento jurídico. No plano internacional, sua existência, no sentido lato que hoje lhe é atribuído, tem sido afirmada por inferência a partir de diferentes direitos previstos em tratados, tais como a proibição da tortura, os direitos a um recurso efetivo e a garantias judiciais, a proteção à família e o direito da criança de preservar a sua identidade (NAQVI, 2006, p. 14-15). Nas esferas nacionais, ela tem sido inferida de direitos e princípios constitucionais, a exemplo da liberdade de informação, da forma republicana de governo, do princípio democrático e do direito de acesso à justiça (ABREGU, 1996, p. 19; ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 31; WEICHERT, 2009, p. 406). À primeira vista, porém, não fica claro como seria possível derivar o direito à verdade de cada um desses direitos isolados nem qual seria a relação entre eles apta a permitir a inferência. Há também questões a respeito de quem são os seus titulares, pois embora se afirme ter ele, ao mesmo tempo, titularidade individual e coletiva, é ainda obscuro o significado dessa dimensão coletiva e em que termos se daria a sua tutela judicial. As dificuldades se apresentam ainda em torno do que poderia ser percebido como impedimento ao seu exercício, especialmente sobre ser ou não o direito à verdade compatível com a anistia penal das mesmas práticas.

Existe, porém, uma questão central, talvez preliminar a todas essas, em relação à qual há, nas palavras de Naqvi, “*persistentes dúvidas*” (2006, p. 33, t.n.⁵), que diz respeito à pergunta “direito a quê?”. Trata-se de indagar o significado que o termo *verdade* adquire quando se torna objeto desse direito. Independentemente da questão multissecular do que seja a verdade, em termos de metafísica ocidental, a qual não cabe a esta tese enfrentar, ao se tornar o objeto de um direito, ela assume um sentido para o trato jurídico – a verdade, aqui, é o que se busca com a reivindicação de que seja reconhecido e efetivado o direito – e esse sentido tampouco é claro. O que é que se almeja quando se reivindica o direito à verdade, quais demandas, quais necessidades se quer satisfazer?

⁴ As normas que criaram comissões estaduais da verdade vão na mesma linha. V., por exemplo, a Lei do Estado de Pernambuco n. 14688/2012, a Resolução da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo n. 879/2012 e o Decreto do Estado do Rio Grande do Sul n. 49380/2012, conforme os quais as comissões estaduais da verdade por elas criadas têm entre as suas finalidades efetivar o “direito à memória e à verdade histórica”.

⁵ “*persistentes dudas*”.

É tendo em vista essa questão que a tese pretende investigar, ao ensejo da criação de um direito à verdade em dado momento histórico, as condições teóricas que vieram a permitir a afirmação de sua existência pela dogmática jurídica e fizeram com que esta desse início a um esforço para a sua conceituação. Trata-se de perquirir o quê, do ponto de vista teórico, fez com que surgisse na história e no pensamento político-jurídico essa necessidade de invenção da noção e desenvolvimento de seu conceito, e passou a alimentar o debate dogmático para o qual ainda não se encontra solução. A nossa hipótese é a de que, embora uma parte importante da verdade que é o objeto do direito recém-criado seja a verdade-fato – aquilo que se desconhece e se quer conhecer sobre os fatos ocorridos – essa verdade tem também outras dimensões. Ao que parece, uma reflexão sobre as razões pelas quais conceber um direito à verdade se tornou possível e necessário no pensamento jurídico pode contribuir para a compreensão das diferentes dimensões constitutivas do objeto desse direito.

É possível encontrar no pensamento político de Hannah Arendt indicações interessantes para essa investigação. Com efeito, Arendt é uma autora importante e reconhecida cujo pensamento, suscitado pela catastrófica experiência do totalitarismo, objetivava manter viva a imaginação política para a possibilidade e para as exigências da liberdade (cf. HILL, 1979, p. 295). Estudos desenvolvidos nas áreas do direito internacional dos direitos humanos e da justiça de transição – no âmbito das quais foi criado o direito à verdade – vieram a enfrentar alguns temas que já a haviam inquietado: a perplexidade gerada quando o Estado ataca os seus próprios nacionais, o problema da justiça nesse contexto e as condições de possibilidade da reconstituição do espaço político e da criação de novos começos. As indagações em torno do problema da reação a graves violações de direitos humanos encontram nessas reflexões de Arendt insights significativos.

Em particular, o seu pensamento parece fecundo para iluminar problemas que estão por trás da criação do direito à verdade e as dimensões que lhe são constitutivas. De um lado, em suas análises sobre os governos totalitários, Arendt examina a importância que neles tiveram o abuso do segredo, da ficção e da mentira, combinado com uma organização da violência, e a tentativa de destruir a possibilidade de memória. Esse exemplo extremo carrega uma advertência sobre os perigos potenciais de um descompromisso com a verdade fatural enquanto limite e condição do político, a qual parece ter ganhado nova relevância diante de eventos posteriores, não obstante as

diferenças guardadas entre estes e os regimes totalitários objeto de seu estudo. De outro lado, Arendt abordou os temas da verdade e da memória ao refletir sobre as condições para que, mesmo após uma experiência como a do terror totalitário, os homens possam ainda se sentir em casa neste mundo e preservar a sua capacidade de ação – essa liberdade, que lhe é tão cara, consistente na possibilidade de interromper fatalidades, criar soluções originais e estabelecer novos começos (RICOEUR, 1991, p. 19).

Não se espera encontrar em Hannah Arendt respostas para as dúvidas e controvérsias identificadas na dogmática, pois se trata de tema que a autora não elaborou diretamente e o direito em questão ainda não havia sido criado no momento em que ela desenvolveu suas reflexões. Tampouco pretenderá a tese afirmar qual seria o conceito de direito à verdade que a autora teria apresentado caso o problema tivesse sido colocado a ela. Não se trata de fazer uma interpretação sistemática da obra da autora, nem um estudo do tema do direito à verdade em seu pensamento. O objetivo será tão somente buscar pistas que, por meio de uma extensão e desenvolvimento, permitam iluminar como o conceito está se formando e identificar elementos que apontem direções para essa sedimentação e esclareçam dificuldades por ela enfrentadas. O debate doutrinário sobre o direito à verdade será topicamente relacionado com alguns problemas examinados pela autora.

Outrossim, a tese não pretende apresentar soluções dogmáticas para os problemas mapeados. Este não é um trabalho de dogmática jurídica; antes, ele se insere no campo da filosofia do direito: parte de problemas específicos levantados pela prática da experiência jurídica, mas busca um aprofundamento que vai além dos dados empíricos do direito positivo (cf. LAFER, 1988, p. 18). Menciona-se aqui, a título de subsídio metódico, a posição de Theodor Viehweg (1969), que distingue as maneiras dogmática e zetética de pensar o direito: enquanto a dogmática pressupõe uma doutrina básica com função social e se prende às suas premissas (opiniões, dogmas) para fornecer significações que servem para formar vontades e decisões e, assim, dirigir o comportamento social, a zetética – maneira de pensar da filosofia do direito – está disposta a colocar as premissas/doutrinas em questão por meio da análise e da crítica (v. também FERRAZ JUNIOR, 2008b, p. 16-28). Investigações de filosofia do direito, nesse sentido, pretendem iluminar problemas dogmáticos. Não buscam, elas próprias, fornecer soluções para dificuldades enfrentadas na prática jurídica ou criar e modificar conceitos operatórios, mas, por meio de uma argumentação não restritiva, investigam as condições que antecedem a criação desses

conceitos e discutem a sua qualidade. Com isso, podem criar e criam instrumentos para que mudanças sejam pensadas pela dogmática em sua doutrina básica.

O direito à verdade, como visto, tem uma doutrina básica ainda em formação e lapidação. Nesse sentido, o pensamento de Hannah Arendt pode servir como referência para uma investigação fundamental, com função cognoscitiva e crítica. Espera-se que a tese possa trazer esclarecimentos sobre o que está por trás da criação desse direito e com isso contribuir para quem queira caminhar dogmaticamente. Não se almeja definir os contornos dogmáticos do direito à verdade, mas oferecer uma base crítica para o trabalho de conceituação dogmática.

A primeira parte da tese investiga como se deu a criação do direito à verdade no pensamento jurídico-político e em qual contexto, buscando elementos que possam ser esclarecedores sobre o seu objeto, mas que também ajudem a identificar as tensões, incertezas e instabilidades a seu respeito. Isto é feito primeiramente, no Capítulo 1, contextualizando-se o direito à verdade em meio aos debates em torno da temática da justiça de transição, os quais analisam os mecanismos apropriados para, em períodos de transição entre regimes políticos, lidar com a violência grave praticada sob o regime anterior e suas consequências. A partir de estudos produzidos nesse campo de reflexões, serão discutidos os mecanismos da justiça de transição relacionados com o conteúdo atribuído ao direito à verdade, examinando-se quais respostas podem ser extraídas a respeito do significado desse direito. Em seguida, será ilustrado com a experiência brasileira como demandas fundadas no direito à verdade podem se apresentar na prática e quais dificuldades elas enfrentam.

Já no Capítulo 2, é recuperado o modo como se deu a emergência e a aceitação da ideia de direito à verdade no pensamento jurídico, em particular no direito internacional. Atentando-se especialmente para dois espaços normativos – a esfera universal e a esfera interamericana de proteção dos direitos humanos – busca-se identificar em que termos um direito com esse nome passou a ser reconhecido e ao que ele buscou responder. Serão investigadas, ademais, as transformações sofridas pela ideia de direito à verdade ao longo do tempo em ambas as esferas, apontando-se, além dos pontos em relação aos quais se pôde alcançar algum acordo, as oscilações entre diferentes sentidos e os principais aspectos que permanecem mais obscuros. O objetivo é compreender o esforço dogmático de conceituação e definição do objeto desse direito e os problemas que a ele se apresentam.

A reflexão teórica é desenvolvida na segunda parte da tese, fazendo uso de pistas encontradas em trabalhos de Hannah Arendt para pensar os antecedentes explicativos que alimentam o debate dogmático em torno do direito à verdade. No Capítulo 3, investiga-se aquilo que, nas análises de Arendt sobre o evento totalitário, apresenta-se também como diagnóstico e advertência a respeito das potencialidades de uma política organizada de manipulação dos fatos, aliada ao uso planejado da violência, e de destruição da possibilidade de memória. Sem ainda relacionar o resultado dessa investigação com o exame desenvolvido na primeira parte da tese, esse capítulo tem a preocupação específica de compreender o que suscitou as inquietações da autora relacionadas ao tema em estudo e identificar de onde partem as suas linhas de pensamento com as quais se pretende centralmente dialogar.

Com isso se estabelece uma base teórica para, no Capítulo 4, a partir da apropriação e desenvolvimento de ideias arendtianas, realizar-se uma análise crítica sobre o que está por trás do debate dogmático a respeito do direito à verdade. São utilizadas, especialmente, as reflexões arendtianas em torno dos temas da relação entre verdade fatural, veracidade e política, e das formas de oposição a projetos de se jogar pessoas e fatos em “buracos de esquecimento”. À luz desses seus tópicos de estudo, discutem-se as diferentes dimensões e sentidos atribuídos ao direito à verdade, ambicionando-se esclarecer as razões pelas quais se defende a legitimidade de seu reconhecimento jurídico, sem deixar-se de atentar para as complexidades que cada uma dessas dimensões e sentidos envolve.

PARTE I

O SURGIMENTO DO DIREITO À VERDADE EM RESPOSTA A GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO 1. O DIREITO À VERDADE EM MEIO ÀS REFLEXÕES SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

1.1. Contextualizando o direito à verdade objeto deste estudo

Este trabalho tem por objeto um direito à verdade que foi criado e se difundiu no direito internacional em meio a reflexões sobre como lidar com práticas levadas a efeito dentro de um período de violência política extraordinária, usualmente por agentes de Estado ou com sua aprovação ou cumplicidade. Seria possível cogitar um direito à verdade em outras situações, que se referisse, por exemplo, nas relações entre governados e governantes, à exigência de publicidade a que se submetem as práticas do Estado em uma democracia, ou, nas relações privadas, à faculdade de conhecimento do estado biológico de filiação, embora o termo “direito à verdade” não pareça ter-se difundido nesses contextos. O foco deste trabalho será, especificamente, o direito à verdade criado no pensamento jurídico como forma de se fazer frente à ocorrência de violações de direitos humanos, em especial violações consideradas flagrantes ou graves, ou praticadas em massa.

Trata-se do direito à verdade no sentido que lhe é atribuído no direito internacional dos direitos humanos. Nessa linha, estudo de 2006 do EACDH sobre o direito à verdade observa que “[o] direito à verdade é frequentemente invocado no contexto de graves violações [gross violations] de direitos humanos e de graves infrações [grave breaches] ao direito humanitário” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 3, t.n.⁶), tais como execução sumária, desaparecimento forçado, sequestro de crianças e tortura. É em relação a essas “gross violations” que aquele estudo conclui pela existência de um direito à verdade inalienável e autônomo. Da mesma forma, a Resolução n. 65/196 de 2011 da Assembleia Geral da ONU, que cria um dia internacional para o direito à verdade, especifica que esse direito diz respeito a “graves violações de direitos humanos [gross human rights violations]” (ONU, A/RES/65/196, 2011b, t.n.).

A expressão “gross violations” – de difícil tradução para o português⁷ – é por vezes traduzida para o espanhol como “violaciones manifiestas” (e.g. em ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c), e por outras como “violaciones graves” (e.g. em ONU, A/RES/65/196, 2011b), ainda que as versões francesas possam usar em ambos os casos a

⁶ “[t]he right to the truth is often invoked in the context of gross violations of human rights and grave breaches of humanitarian law”.

⁷ Traduzida neste trabalho como “graves violações”.

expressão “*violations flagrantes*” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c; ONU, A/RES/65/196, 2011b), mais próxima de “*violaciones manifiestas*” no espanhol.

Em um estudo de 1993 sobre reparações a vítimas de graves violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais (“*gross violations of human rights and fundamental freedoms*”), o relator especial Theo van Boven observou que não existe um acordo sobre a definição do termo “*gross violations of human rights*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1993/8, 1993, par. 8). No seu entender, o termo “*gross*” pareceria tanto indicar a seriedade das violações quanto dizer respeito ao tipo de direito humano violado (ONU, E/CN.4/Sub.2/1993/8, 1993, par. 8). Já estudo posterior sobre esse mesmo tema, de Cherif Bassiouni, afirma entender que, aparentemente, a expressão é empregada no quadro das Nações Unidas não para designar uma particular categoria de violações enquanto tais, mas para fazer referência “[...] *à maneira como as violações possam ter sido cometidas ou à sua gravidade*” (ONU, E/CN.4/1999/65, 1999, par. 85, t.n.⁸). Em outros documentos da ONU, é o caráter massivo ou sistemático das violações que é destacado, como ilustra o “Conjunto atualizado de princípios para o combate à impunidade”: “*Todo povo tem o direito inalienável de saber a verdade sobre acontecimentos passados relacionados à perpetração de crimes aberrantes e sobre as circunstâncias e motivos que levaram, por meio de violações massivas ou sistemáticas, à perpetração desses crimes*” (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princ. 2, d.i., t.n.⁹).

Ao que parece, a situação que se tem em vista é uma em que as violações de direitos humanos são consideradas *graves, substancialmente ou circunstancialmente*. Elas seriam *substancialmente* graves quando o tipo de prática porta, intrinsicamente, uma gravidade especial. O desaparecimento forçado, por exemplo, já foi considerado pela CorteIDH (2005b, par. 98) uma violação a direitos humanos intrinsecamente grave, independentemente das circunstâncias em que tenha sido cometido, sendo a execução sumária, extrajudicial ou arbitrária e a tortura igualmente mencionadas como tais (CorteIDH, 2010b, par. 171).

Já *gravidade circunstancial* diz respeito à forma como as práticas se deram. Um paralelo com os crimes contra a humanidade, como sugere Martin-Chenut (2010, p. 19-20) com lastro na jurisprudência da CorteIDH, pode contribuir para a compreensão dessa ideia. De acordo com o ERTPI, é necessário para a caracterização do crime contra a humanidade

⁸ “[...] *the manner in which the violations may have been committed or to their severity*”.

⁹ “*Every people has the inalienable right to know the truth about past events concerning the perpetration of heinous crimes and about the circumstances and reasons that led, through massive or systematic violations, to the perpetration of those crimes*”.

que ele seja cometido “[...] no quadro de um ataque, *generalizado ou sistemático*, contra qualquer população civil” (art. 7.º, d.i.). O critério de *generalidade* da prática diz respeito à sua escala (número de vítimas), enquanto o critério de *sistematicidade* se refere ao seu método (se ela é realizada de forma planejada e organizada e não acidental ou fortuitamente) (FOUCHARD, 2009, p. 31-32; RATNER; ABRAMS; BISCHOFF, 2012, p. 60).¹⁰

Esse quadro de ataque *generalizado e sistemático* contra a população – exigido para a caracterização do crime contra a humanidade – indubitavelmente conduz à conclusão pela ocorrência de uma grave violação de direito(s) humano(s). Entretanto, entende-se que esta última também pode ficar caracterizada em situações que não configuram crimes contra a humanidade, quando os crimes *isolados* são considerados substancialmente graves.¹¹ Além disso, em pelo menos um caso, apontado por Martin-Chenut (2013a, p. 182), a CorteIDH já estendeu o regime por ela aplicado a graves violações de direitos humanos – notadamente, a imprescritibilidade – a uma situação em que se constatou uma gravidade circunstancial outra que não o contexto sistemático ou massivo. Nesse caso, as graves circunstâncias constatadas consistiram nos fatos de a vítima – de violência policial seguida de morte – ser um adolescente e de ter a infração causado sofrimento intenso a ela e a seus familiares (CorteIDH, 2003a, par. 96, 133).

A criação do direito à verdade se relaciona com a percepção de que essas graves violações de direitos humanos, muitas vezes ocorridas em um período de violência extraordinária, requerem mecanismos específicos de tratamento. Nas últimas décadas, politólogos e juristas se debruçaram sobre o problema das medidas apropriadas para se fazer frente a acontecimentos dessa ordem, desenvolvendo reflexões que vieram a integrar o campo de estudo e prática ao qual se deu o nome de justiça de transição. Portanto, parece importante para tentar-se compreender o objeto do direito à verdade contextualizá-lo em meio a esse conjunto de reflexões.

É o que busca fazer este capítulo, por meio de uma exposição meramente introdutória a respeito da temática da justiça de transição – que já foi objeto de diferentes

¹⁰ A CorteIDH já decidiu que um único assassinato pode caracterizar crime contra a humanidade se cometido “[...] em um contexto de ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil” (CorteIDH, 2006c, par. 96, t.n.: “[...] en un contexto de ataque generalizado o sistemático contra una población civil”). O importante, para isso, é que ele seja uma repetição de crimes similares ou uma manifestação de certa política ou plano de violência (CASSESSE, 2013, p. 91).

¹¹ V. Cassesse et al. (2013, p. 92-93), apontando que atos criminosos *isolados* como o assassinato, o extermínio, a tortura, o estupro e a perseguição política, racial ou religiosa podem constituir violações graves a direitos humanos (“*grave infringements of human rights*”) sem serem crimes contra a humanidade, bem como a posição da CorteIDH, acima exposta.

estudos específicos (ARTHUR, 2009; ELSTER, 2004; QUINALHA, 2013; TEITEL, 2000, entre outros) – com atenção especial aos seus mecanismos relacionados com o objeto atribuído ao direito à verdade. O seu intuito é apresentar os contornos gerais desses debates estreitamente relacionados com a emergência da ideia de direito à verdade, neles buscando os elementos que possam ser esclarecedores sobre o objeto desse direito, bem como sobre as dificuldades e problemas enfrentados na criação de um conceito geral para ele. Trata-se, em outras palavras, de examinar quais respostas se pode extrair da literatura sobre justiça de transição sobre o significado do direito à verdade (itens 1.2 a 1.4). Essa análise será posteriormente complementada com a ilustração, a partir da experiência brasileira, de como as demandas por um direito à verdade e as dificuldades que elas enfrentam podem se apresentar na prática (item 1.5).

Antes de se passar a isso, porém, cabe um esclarecimento a respeito da amplitude do que, nos estudos sobre justiça de transição, será considerado pertinente à reflexão sobre o objeto do direito à verdade. Os estudos que tratam do direito à verdade, tanto quanto documentos e normas que mencionam esse direito, muitas vezes colocam o termo “verdade” de par com o termo “memória”. Para ilustrar, a Lei n. 12528/2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade, apresenta como um dos fins desta última “*efetivar o direito à memória e à verdade histórica*”, e o livro-relatório publicado em 2007 pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, sobre o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, recebeu o título “*Direito à memória e à verdade*”. Frequentemente não fica claro se se entende tratar-se de um mesmo direito a proteger simultaneamente a verdade e a memória, de um direito à verdade que inclui a ideia de memória, ou de dois direitos de objetos distintos. Embora alguns autores se ocupem desta questão, procurando precisar o que compreendem por cada termo – Torelly (2012, p. 267-271), por exemplo, tece uma distinção conceitual entre direito à verdade e direito à memória –, inexistem ainda claras fronteiras conceituais aceitas no pensamento jurídico.¹²

Quando o termo “memória” não é incluído no nome do direito à verdade, com frequência ele é empregado nas exposições a respeito desse direito. Assim, para ilustrar, Barbosa e Vannuchi, em um artigo intitulado “*Resgate da memória e da verdade: um direito de todos*”, falam em “*direito à memória com verdade*” (BARBOSA; VANNUCHI,

¹² Nesse sentido, o próprio autor que apresenta essa distinção reconhece que “[a] confluência vocabular entre ‘verdade’ e ‘memória’ amplifica o problema, na medida em que muitas vezes se diz ‘resgatar a memória’ para significar ‘resgatar a verdade’ ou, como já referido no caso dos movimentos sociais de luta pela memória, assume-se ‘luta pela memória’ como ‘luta pelo acesso à verdade’” (TORELLY, 2012, p. 275).

2009, p. 57); Soares, ao discutir o “direito à memória e à verdade”, afirma que “[a] apuração e revelação da verdade estão estreitamente ligadas à construção e consolidação de uma memória democrática” (SOARES, 2009, p. 318); Piovesan sustenta que o direito à verdade traduz o anseio por um resgate histórico que tem por um de seus objetivos “assegurar o direito à memória das vítimas” e o direito à “memória coletiva” (PIOVESAN, 2009, p. 208); Pinheiro, Machado e Ballesteros defendem que a dimensão individual do direito à verdade compreende “[...] a garantia do direito de saber, bem como do direito desses familiares em cultivar a memória daqueles que foram mortos e, principalmente, desaparecidos” (PINHEIRO; MACHADO; BALLESTEROS, 2013, p. 21); e Perrone-Moisés observa que as obrigações correspondentes ao direito à verdade “[...] se inserem no chamado ‘dever de memória’, também consagrado pela ONU, e que deve ser cumprido pelo Estado e pela sociedade civil” (PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 275).

De fato, um importante documento na história da criação do direito à verdade sobre o qual ainda trataremos (Capítulo 2, item 2.2.2.1),¹³ explicita que aquilo que entende por dimensão coletiva do “direito de saber” “[...] tem por contrapartida, a cargo do Estado, o ‘dever de memória’, a fim de se precaver contra essas distorções da história que recebem o nome de revisionismo e negacionismo” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17, t.n.¹⁴). No mesmo sentido, estudo do EACDH a respeito do direito à verdade comenta que esse direito “[...] foi também relacionado ao dever dos Estados de preservar a memória: ele demanda que o Estado tome as medidas necessárias para preservar a memória coletiva de graves violações de direitos humanos e de infrações ao direito internacional humanitário [...]” (ONU, A/HRC/5/7, 2007, par. 21, t.n.¹⁵).

Observa-se ainda que, comumente, o direito à verdade é contraposto não apenas ao segredo e à mentira em relação a determinados fatos, mas também ao seu esquecimento, o que também indica que a ideia de memória possa ser um componente de seu objeto. Tendo isso em vista, em nossa investigação a respeito do objeto do direito à verdade não o distinguiremos de outro direito que protegeria a memória. Neste capítulo, em particular, serão também considerados os aspectos dos debates sobre justiça de transição que, dizendo

¹³ Trata-se do relatório elaborado por Louis Joinet para a Subcomissão Para a Prevenção da Discriminação e Proteção às Minorias da CDH (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997).

¹⁴ “[...] a pour contrepartie, à la charge de l’Etat, le ‘devoir de mémoire’ afin de se prémunir contre ces détournements de l’histoire qui ont pour nom révisionnisme et négationnisme”.

¹⁵ “[...] has also been associated with the duty of States to preserve memory: it requires the State to take the necessary steps to preserve the collective memory of gross human rights violations and of breaches of international humanitarian law [...]”.

respeito à promoção da memória sobre o passado de violência, possam ter relevância para a compreensão do que se entende por direito à verdade.

1.2. Um novo campo de estudo e prática denominado “justiça de transição”

A temática da justiça de transição tem por objeto as diferentes medidas adotadas em períodos de transição entre regimes políticos, a respeito de eventos ocorridos sob o regime anterior e suas consequências. Trata-se de um campo de reflexão e trabalho que começou a tomar forma nas últimas décadas do século XX, quando diversos regimes repressivos foram substituídos por outros democráticos e conflitos civis chegaram ao fim (HAYNER, 2011, p. xv, 3; TEITEL, 2000, p. 3).¹⁶ Nesse momento, emergiu um debate a respeito dos esforços das diferentes sociedades em, diante de um passado de violência e da contínua presença de perpetradores, vítimas e *bystanders*,¹⁷ definir o quanto reconhecer, o que punir, como se recuperar (MINOW, 1998, p. 2): “*O que deve ser feito com a história recente cheia de vítimas, perpetradores, corpos enterrados secretamente, medo disseminado e negação oficial?*” (HAYNER, 2011, p. 3, t.n.¹⁸). Os óbices fáticos e/ou jurídicos à investigação dos fatos e punição dos abusos, muitas vezes existentes nos diferentes Estados, passaram a ser confrontados com imperativos de justiça, objetivos políticos e/ou exigências do direito internacional dos direitos humanos.

¹⁶ Alguns autores, como Elster, entendem que “[...] a justiça de transição não está limitada aos regimes modernos nem aos democráticos” (ELSTER, 2004, p. 1, t.n.: “[...] *transitional justice is not limited to modern regimes nor to democratic regimes*”), pois as medidas que hoje são associadas a ela não seriam de forma alguma uma novidade. Outros identificam como a origem – ou como a primeira fase – das preocupações da justiça de transição tal como a compreendemos hoje o período do pós Segunda Guerra Mundial, quando se começou a pôr em prática a ideia de uma justiça penal internacional (TEITEL, 2003, p. 70), mesmo que naquele momento ainda não se falasse expressamente em “justiça de transição”. Existe ainda quem defenda que a justiça de transição somente nasceu no final da década de 1980, quando o termo foi criado para designar um novo campo de estudo (ARTHUR, 2009, p. 324, 326), após experiências em contextos pós-autoritários, especialmente em países da América Latina, mas também em países da Europa do Leste e na África do Sul (ONU, A/HRC/21/46, 2012, par. 15). Por fim, outros atribuem ao termo um sentido bem mais restrito do que aquele adotado neste estudo, para com ele fazer referência a um tipo de justiça restaurativa criada como alternativa à justiça penal, relacionada à atividade das comissões da verdade, especialmente ao modelo da Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana – uma justiça, na palavras de Cassin, “[...] que visa a reconciliar, diferentemente da justiça ‘justa’, a retributiva, que pune” (CASSIN, 2004, p. 45, t.n.: “[...] *qui vise à réconcilier, par différence avec la justice ‘juste’, la rétributive, qui punit*”).

¹⁷ Observa Garapon que o termo *bystander*, de Raul Hillberg, designa todas as pessoas que integravam a comunidade política no momento da prática do crime contra a humanidade: “Por força da sua natureza política, o crime contra a humanidade envolve a comunidade política no seu conjunto, quer como autor, quer como vítima. [...] Ninguém pode ficar à margem: cada indivíduo se torna, mesmo contra a sua vontade, um *bystander*” (GARAPON, 2004a, p. 120).

¹⁸ “*What should be done with recent history full of victims, perpetrators, secretly buried bodies, pervasive fear, and official denial?*”

O significado atribuído ao termo *transição*, nesse contexto, adquiriu um componente normativo: já os primeiros debates sobre justiça de transição tinham em vista não qualquer mudança no regime político, mas a substituição de um regime autoritário e repressivo por outro democrático – “*uma mudança numa direção liberalizante*” (TEITEL, 2000, p. 5, t.n.¹⁹). Posteriormente, esses debates passaram a também abranger diferentes situações em que se busca o estabelecimento da paz após um período de conflito civil (ARTHUR, 2009, p. 360).²⁰ A preocupação nas reflexões sobre justiça de transição é como lidar com os legados da violência, frequentemente praticada ou patrocinada pelo próprio Estado. Hoje é amplamente aceito que esses legados não podem ser simplesmente esquecidos, que de alguma forma eles devem ser enfrentados (HAYNER, 2011, p. 8). Entende-se que essa confrontação é necessária, tanto para a reparação pelo mal causado e punição dos seus autores, como tendo em vista objetivos políticos: a paz, a reconciliação nacional, a efetiva transformação política e a prevenção de uma recidiva (SWENSSON JUNIOR, 2007, p. 79; TAVARES; AGRA, 2009, p. 71; TEITEL, 2000).

O estudioso do direito não se aproxima a esse tema sem alguma perplexidade: nesses períodos, “[*o*] direito se vê entre o passado e o futuro, entre um olhar para trás e um olhar para frente, entre o retrospectivo e o prospectivo, entre o individual e o coletivo” (TEITEL, 2000, p. 6, t.n.²¹). O próprio nome, ao qualificar a justiça como “de transição”, indica que ela apresenta peculiaridades em relação ao funcionamento da justiça em tempos ordinários; é, portanto, representativo da desconfiança que se formou em torno da possibilidade de se solucionar por meio do “curso normal” da justiça os conflitos gerados no contexto de uma transição para a democracia e/ou para a paz (LEFRANC, 2008, p. 62). Desconfiança que diz respeito não apenas à capacidade da estrutura tradicional do Judiciário em lidar com os eventos dos quais aqui se trata (i.e. julgar e punir todos os crimes, frequentemente praticados por agentes de Estado), mas também à sua suficiência para o alcance dos propósitos pretendidos em uma transição política. De um lado, tem-se que se trata de situações em que o funcionamento regular da justiça enfrenta dificuldades (FREEMAN, 2006, p. 9-10); de outro, aqui, atribui-se ao direito funções diversas das que ele exerce em períodos ordinários – medidas jurídicas, inclusive processos penais,

¹⁹ “*a change in a liberalizing direction*”.

²⁰ Entretanto, na construção da paz após um período de guerra ou conflito civil, os objetivos no processo de transição e os dilemas nele enfrentados podem ser diferentes dos verificados na transição para a democracia (cf. ARTHUR, 2009, p. 360).

²¹ “[*l*]aw is caught between the past and the future, between backward-looking and forward-looking, between retrospective and prospective, between the individual and the collective”.

comissões de investigação e medidas de reparação, passam a ser empregadas para possibilitar a construção de uma transformação política (TEITEL, 2000, p. 215).

Outra dificuldade consiste no fato de que pensar o problema da justiça de transição significa considerar experiências muito distintas (HAYNER, 2011, p. 4). A violência que se tem em vista pode ser de naturezas e magnitudes diversas; em alguns casos é parte de uma política repressiva contra os opositores de um governo em exercício, em outros se dirige a um determinado grupo étnico, racial ou religioso, em outros, ainda, caracteriza-se mais como um conflito civil. Embora a preocupação diga respeito, especialmente, a práticas de agentes do Estado, a justiça de transição passou recentemente, em alguns casos, a considerar igualmente crimes cometidos por grupos sem relação com o Estado (DOMINGO, 2012b, p. 43): ações de grupos insurgentes, como ocorreu no Peru (PERU, 2003, p. 54; YOUNGERS, 2003, p. 19), ou de partes combatentes no contexto de “*algo semelhante a um caos social*” (DE GREIFF, 2011, p. 99, t.n.²²), onde as instituições estatais estão ausentes. Reconhece-se que a variedade de circunstâncias de cada experiência deve informar as finalidades buscadas e os métodos empregados para se lidar com o passado (cf. MINOW, 1998, p. 4); alguns chegam a perceber a dependência do contexto como um obstáculo a generalizações (ELSTER, 2004, p. 77) e a criticar as tentativas de se criar um conceito para a justiça de transição do qual se possa extrair critérios de análise de fenômenos sociais tão heterogêneos (LEFRANC, 2008).

Ademais, os processos da justiça de transição podem ter durações variadas, chegando a levar décadas, e mesmo começar a ocorrer muito tempo depois da mudança entre regimes políticos (ELSTER, 2004, p. 75-76; MÉNDEZ; CONE, 2013, p. 1). E, se ela, quando começou a ser pensada e debatida, tinha em conta tempos de significativa mudança política (TEITEL, 2000, p. 12), sendo associada a condições extraordinárias pós-conflito, mais recentemente alguns autores passaram a observar que, cada vez mais, a justiça de transição é levada a efeito em contextos nos quais o conflito ainda não está completamente encerrado e não há uma percepção de ruptura com a realidade passada (MÉNDEZ; CONE, 2013, p. 1). Outros autores mostram preocupações com as consequências ambivalentes de sua “normalização” (TEITEL, 2003, p. 89-90).

Ainda assim, constata-se que a violência política sistemática ou em massa – “*atos reprovados pela consciência universal*” (FABRI, 2007, p. 33, t.n.²³) –, tal como os problemas enfrentados para a superação de suas consequências, são fenômenos universais

²² “*something akin to social chaos*”.

²³ “*actes réprouvés par la conscience universelle*”.

(GOLDSTONE, 1998, p. ix). A justiça de transição apareceu como campo de estudos para tentar criar critérios de análise capazes de dar conta de questões comuns enfrentadas em diferentes países (ARTHUR, 2009, p. 349). Se parte dos estudos sobre o tema é simplificadora em relação à sua complexidade, outros têm como premissa que é possível pensar sobre as diferentes respostas jurídicas à violência política sem se ignorar a importância do contexto e as limitações e incompletude dos diferentes caminhos (MINOW, 1998, p. 4-6). Entre uma tomada de posição político-realista, no sentido de que, no momento da transição política, os Estados adotam as medidas que se mostram viáveis e que são do seu interesse, e um ponto de vista idealista, conforme o qual nessas situações deve ser adotado um conjunto predeterminado e universalmente válido de medidas jurídicas,²⁴ posições intermediárias afirmam a necessidade de determinadas respostas institucionais, que, no entanto, serão parcialmente determinadas ou limitadas por circunstâncias políticas e peculiaridades locais de cada transição, divergindo quanto ao mínimo que consideram exigível (cf. MÉNDEZ, 1996; SOOKA, 2006, p. 312).²⁵

Na literatura sobre justiça de transição, os mecanismos destinados a lidar com os abusos do passado – por vezes apresentados como obrigações para os Estados, impostas pelo direito internacional dos direitos humanos – são usualmente organizados em quatro categorias ou eixos: (i) verdade, (ii) justiça (penal/retributiva), (iii) reparação às vítimas e (iv) reformas institucionais (ARTHUR, 2009, p. 325; DE GREIFF, 2011, p. 105; FREEMAN, 2006, p. 5-6; MÉNDEZ, 1996; MEZAROBBA, 2009, p. 42; PIOVESAN, 2009, p. 208; QUINALHA, 2013, p. 138). Medidas como a anistia penal e o indulto, percebidas por alguns como instrumentos da justiça de transição (DIMOULIS, 2010, p. 92), são antes tidas por outros – ao menos em algumas de suas modalidades – como um obstáculo à realização da justiça de transição (MEZAROBBA, 2009, p. 41; TAVARES; AGRA, 2009, p. 73).

Ruti Teitel, em proposta de genealogia para a justiça de transição no sentido em que a compreendemos hoje (2003, p. 69-94), aponta que esta, em sua primeira fase, no pós-

²⁴ Para uma descrição da antinomia realista/idealista na justiça de transição, v. Teitel (2000, p. 4-5). Semelhante distinção, opondo os discursos realista e universalista, é adotada por Garapon (2004a).

²⁵ Essa necessidade é afirmada ora como imposição do direito internacional dos direitos humanos – “A justiça de transição tem como premissa uma visão ampliadora do direito internacional dos direitos humanos” (MÉNDEZ; CONE, 2013, p. 2, t.n.: “*Transitional justice is premised on an expansive view of international human rights law*”) –, ora como imperativo de justiça – “Na Justiça de Transição, objetiva-se a satisfação material de necessidades de justiça que dizem respeito tanto a sujeitos individuais quanto a sujeitos coletivos” (TORELLY, 2012, p. 36) –, ora, ainda como condição para a efetiva transformação política – “[...] o estado democrático de direito não pode ser construído sobre a impunidade de crimes praticados contra a humanidade” (PEREIRA, 2012, p. 18).

1945, foi marcada, com os julgamentos de Nuremberg, pela preocupação com a responsabilização individual dos governantes: “[...] *uma notável inovação naquele momento foi o recurso ao direito penal internacional e a extensão de sua aplicabilidade para além do Estado, ao indivíduo*” (TEITEL, 2003, p. 73, t.n.²⁶). Contudo, não obstante tenha se formado nesse momento a base do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional penal, o modelo dos julgamentos penais internacionais não iria se estabelecer de imediato. Apenas em uma terceira fase, a partir da década de 1990, esse modelo seria retomado e reforçado, com a criação do Tribunal Penal Internacional, precedido pelos tribunais criminais *ad hoc* estabelecidos para responder aos genocídios nos Balcãs e em Ruanda (TEITEL, 2003, p. 90). Ademais, nos Estados, a afirmação da exigência de aplicabilidade do direito penal aos agentes do regime anterior não fez com que isso efetivamente viesse a se passar: “*As práticas transicionais mostram que os julgamentos são poucos e distantes entre si, especialmente no período contemporâneo*” (TEITEL, 2000, p. 7, t.n.²⁷). Tem-se a percepção de que, no melhor dos casos, consegue-se levar a julgamento uma porcentagem pequena das pessoas envolvidas em crimes praticados em escala massiva (MINOW, 1998, p. 122).

Observa Teitel (2003, p. 76-77) que, já em uma segunda fase, nas duas últimas décadas do século XX, verificou-se um movimento em direção a soluções locais, tendo em vista as diferentes realidades políticas específicas, os dilemas jurídicos muitas vezes enfrentados na persecução penal e a atenção a questões previamente desconsideradas, tais como o alcance da paz e da reconciliação nacional. Nesse momento, amplamente marcado pela adoção de leis de anistia (cf. TEITEL, 2003, p. 82), surgiu um novo mecanismo institucional – a comissão da verdade (ou comissão de verdade) – por vezes apresentando-se como substituto à persecução penal, afirmando “[...] *o valor fundamental da verdade independentemente dos processos judiciais, como construção social com potencial curativo, tanto ao nível das vítimas individuais quanto a nível social*” (CUEVA, 2011, p. 346, t.n.²⁸). Essa solução foi percebida por alguns olhares críticos como um paliativo quando a aplicação do direito se mostra impossível, ou como um dispositivo voltado a levar a população, inclusive as vítimas, a aceitar essa “indisponibilidade” do direito

²⁶ “[...] *a striking innovation at the time was the turn to international criminal law and the extension of its applicability beyond the state to the individual*”.

²⁷ “*Transitional practices show tribunals to be few and far between, particularly in the contemporary period*”.

²⁸ “[...] *el valor fundamental de la verdad independentemente de los procesos judiciales, como construcción social con potencial curativo, tanto a nivel de las víctimas individuales como a nivel societal*”.

(LEFRANC, 2008, p. 63).²⁹ De qualquer forma, após a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul (1995-2002), que deixou “[...] *uma percepção de êxito no tratamento de um dilema difícil de resolver*” (CUEVA, 2011, p. 247, t.n.³⁰), a prática da criação de comissões da verdade se disseminou internacionalmente, tendo diversas delas sido realizadas sob os auspícios de organizações internacionais, tais como a ONU (CUEVA, 2011, p. 247).

Assim, as comissões da verdade foram muitas vezes, em sua origem, criadas porque a instauração de processos penais não se mostrava possível ou conveniente no momento, apresentando-se como alternativa a eles (FABRI, 2007, p. 22; LEFRANC, 2008, p. 63). Isso fez com que os debates sobre o tema da justiça de transição se desenvolvessem com frequência em torno da questão “verdade versus justiça”. Subjacente a esses debates está a ideia de que existe um necessário conflito entre justiça (penal/retributiva), história e memória (cf. TEITEL, 2000, p. 88-89, 2003, p. 81), impondo a escolha entre um ou outro caminho: “*Se um novo regime democrático decide confrontar o passado, surgem diversas questões adicionais. É possível, por exemplo, que ele tenha que escolher entre justiça e verdade*” (ELSTER, 2004, p. 116-117, d.o., t.n.³¹). A adoção de ambas as vias poderia gerar problemas jurídicos (DIMOULIS, 2010, p. 102), ou, na prática, seria prejudicial à eficiência de um deles, por exemplo, porque a ameaça de punição minaria a disposição de antigos agentes do Estado em colaborar com o esclarecimento da verdade (OLIVEIRA, 2013).

²⁹ “O modelo das comissões de verdade não é, assim, dissociável, no momento em que é inventado, desse contexto difícil das transições para a paz e para a democracia. Constituídas para paliar a suspensão dos procedimentos jurídicos ‘normais’, as comissões deviam mesmo, ao menos na intenção dos seus criadores no governo, torná-la mais aceitável. Desse ponto de vista, as comissões não são somente instituições extrajudiciais (no sentido de que o seu mandato frequentemente não confere às suas revelações nenhum alcance jurídico, prevendo, no melhor dos casos, a comunicação aos tribunais das informações reunidas), elas obstaculizam o exercício do direito no período pós-conflito. Esse foi evidentemente o caso das primeiras comissões. Mas as experiências posteriores, mesmo as mais recentes ou as mais ‘exemplares’, se inscrevem na mesma lógica e respondem às necessidades de uma situação em que os principais perpetradores da violência têm os meios de obstruir a sua incriminação.” (LEFRANC, 2008, p. 64, t.n.: “*Le modèle des commissions de vérité n’est ainsi pas dissociable, au moment où il est inventé, de ce contexte contraignant des transitions vers la paix et la démocratie. Mises en place pour pallier l’interruption des procédures judiciaires « normales », les commissions devaient même, au moins dans l’intention de leurs concepteurs gouvernementaux, la rendre plus acceptable. De ce point de vue, les commissions ne sont pas seulement des institutions extra-judiciaires (au sens où leur mandat souvent ne confère à leurs révélations aucune portée juridique, prévoyant au mieux la communication des informations rassemblées aux tribunaux), elles font obstacle à l’exercice du droit dans l’après-conflit. C’est le cas de manière évidente pour les premières d’entre elles. Mais les expériences ultérieures, même les plus récentes ou les plus « exemplaires », s’inscrivent dans une même logique, et répondent aux nécessités d’une situation où les principaux auteurs de la violence ont les moyens de faire obstacle à leur incrimination*”).

³⁰ “*una percepción de éxito en el tratamiento de un dilema difícil de resolver*”.

³¹ “*If a new democratic regime decides to confront the past, a number of further questions arise. It may, for instance, have to choose between justice and truth*”.

Por outro lado, contra a apresentação do conflito entre verdade e justiça (penal/retributiva) como se ele fosse inerente às decisões tomadas na justiça de transição, outros argumentam que a verdade pode figurar como precursora da persecução penal (JOINET et al., 2002, p. 62). Observa-se que, mesmo quando instalada a comissão da verdade em um momento em que a responsabilização individual não é possível, o conhecimento e/ou o reconhecimento público dos fatos seria capaz de abrir espaço para a futura punição dos perpetradores (TEITEL, 2000, p. 88). As comissões da verdade frequentemente reúnem evidências e recomendam a instauração de processos penais em seus relatórios finais (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 1, 11, HAYNER, 2011, p. 22-23) e diversos dos seus relatórios já foram utilizados como prova em processos em tribunais internacionais e nacionais (HAYNER, 2011, p. 6). A partir de análise empírica, Hayner conclui que “[...] *a relação entre comissões de verdade e persecuções criminais foi variada, mas a maioria das comissões teve toda intenção de fortalecer as persecuções*” (HAYNER, 2011, p. 13, t.n.³²).

Desse modo, quando a busca e divulgação da verdade sobre o passado de violência foi internacionalmente incorporada na linguagem dos direitos humanos, na forma de um direito à verdade e de um dever do Estado de investigar e revelar a verdade, ela foi somada à reivindicação, baseada no direito internacional dos direitos humanos, de punição dos agentes de Estado do regime repressivo. Essa substituição da alternativa “verdade versus justiça” pela reivindicação de “verdade e justiça” se deu tanto por meio da afirmação da complementariedade dos dois objetivos³³ – o elemento restaurativo da busca da verdade se somaria ao direito das vítimas de recorrer a instrumentos judiciais (cf. CUEVA, 2011, p. 349) – quanto pela percepção, apresentada no item 1.4.1 deste estudo, de que uma das formas de construção do conhecimento público dos eventos passados seria o processo penal (CorteIDH, 2010b, par. 297). Nesse sentido, observa Teitel que os julgamentos também têm o seu papel na construção da memória coletiva, sendo frequentemente opostos à “amnésia coletiva” estabelecida pelas anistias (TEITEL, 2000, p. 72). Defende-se, dessa forma, que “[v]erdade e justiça são faces de uma mesma moeda”

³² “[...] *the relationship between truth commissions and criminal prosecutions have varied, but most commissions have had every intention of strengthening prosecutions*”.

³³ “Comissões de verdade e persecuções penais internacionais (tribunais penais internacionais ou mistos) são de agora em diante consideradas ‘complementares’, tanto pelos promotores das primeiras como por muitos entre os defensores das segundas” (LEFRANC, 2008, p. 62-63, t.n.: “*Commissions de vérité et poursuites pénales internationales (tribunaux pénaux internationaux ou mixtes) sont désormais considérées comme ‘complémentaires’ aussi bien par les promoteurs des premières que par beaucoup de défenseurs des secondes*”).

(ABRÃO, 2012a, p. 31), ou, ainda, que se trata de “*dois objetivos desejáveis que servem a propósitos diferentes*” (DOMINGO, 2012b, p. 47, t.n.³⁴).

Muitos estudos sobre justiça de transição passaram, então, a apresentar os diferentes grupos de medidas de transição como complementares. Como observa Quinalha, “[...] *formulou-se uma concepção denominada ‘holística’ da justiça transicional*” (QUINALHA, 2013, p. 143) – a justiça de transição passou a ser percebida como esse conjunto de medidas –, concepção essa acolhida em relatório sobre o tema apresentado pelo Secretário-Geral da ONU ao Conselho de Segurança.³⁵ Leia-se, por exemplo, a posição de Méndez: “*Todo governo deveria se esforçar para cumprir cada uma dessas obrigações, e um grau elevado de obediência numa área não justifica a não obediência em outra*” (MÉNDEZ, 1996, t.n.³⁶). Outros autores, porém, ainda insistem que se trata de “[...] *ferramentas muito diferentes, raramente associadas nas políticas nacionais, até mesmo contraditórias em seus objetivos*” (LEFRANC, 2008, p. 61-62, t.n.³⁷). Para se tentar compreender as respostas oferecidas por esses estudos a respeito do objeto do direito à verdade, passa-se a recuperar a forma como a questão da verdade aparece ao serem discutidas as ferramentas da justiça de transição.

³⁴ “*two desirable goals that serve different purposes*”.

³⁵ “A ideia de ‘justiça de transição’ examinada no presente relatório compreende toda a variedade de processos e mecanismos associados às tentativas de uma sociedade de lidar com um legado de abusos passados em larga escala, com o objetivo de estabelecer as responsabilidades, servir à justiça e alcançar a reconciliação. Esses podem incluir tanto mecanismos judiciais quanto extrajudiciais, com diferentes níveis de participação internacional (ou mesmo nenhuma) e julgamentos individuais, reparações, busca da verdade, reformas institucionais, investigação de antecedentes, remoção de pessoas dos seus cargos, ou uma combinação de todos eles” (ONU, S/2004/616, 2004c, par. 8, t.n.: “*The notion of transitional justice discussed in the present report comprises the full range of processes and mechanisms associated with a society’s attempts to come to terms with a legacy of large-scale past abuses, in order to ensure accountability, serve justice and achieve reconciliation. These may include both judicial and non-judicial mechanisms, with differing levels of international involvement (or none at all) and individual prosecutions, reparations, truth-seeking, institutional reform, vetting and dismissals, or a combination thereof*”). Mais adiante, o relatório complementa: “Quando uma justiça de transição for necessária, as estratégias utilizadas devem ser holísticas, incorporando uma atenção integrada aos processos, às reparações, à busca da verdade, à reforma institucional, à investigação de antecedentes e a remoção de pessoas dos seus cargos, ou a uma combinação adequada das medidas mencionadas” (ONU, S/2004/616, 2004c, par. 26, t.n.: “*Where transitional justice is required, strategies must be holistic, incorporating integrated attention to individual prosecutions, reparations, truth-seeking, institutional reform, vetting and dismissals, or an appropriately conceived combination thereof*”).

Tendo em vista essa percepção, a Res. 18/7 de 2011 do ConsDH, sublinhando a importância de uma abordagem complementar e mutuamente fortalecedora dos quatro eixos da justiça de transição, criou o cargo de relator especial para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não reincidência (ONU, A/HRC/RES/18/7, 2011c), o qual tem desenvolvido reflexões a respeito da relação teórica e prática entre esses quatro conjuntos de mecanismos (v. ONU, A/HRC/21/46, 2012).

³⁶ “*Every government should strive to comply with each one of these obligations, and a high measure of compliance in one area does not excuse noncompliance in another*”.

³⁷ “[...] *outils très variés, rarement associés dans les politiques nationales, voire contradictoires dans leurs desseins*”.

1.3. A verdade como mecanismo da justiça de transição

A revelação da verdade a respeito do que possa ser descoberto sobre as práticas do regime repressivo ou dos agentes em conflito é, como visto, um dos conjuntos de medidas que, conforme a literatura, integram o repertório da justiça de transição, ao lado da realização de perseguições penais, da reparação às vítimas e da implementação de reformas institucionais. Nesse sentido, aponta Méndez que a categoria “verdade” da justiça de transição compreende medidas voltadas a “[...] *revelar às vítimas, às suas famílias e à sociedade tudo o que possa ser estabelecido de forma confiável sobre esses eventos*” (MÉNDEZ, 1996, t.n.³⁸). É esse o conjunto de medidas que, em termos gerais, se conecta diretamente ao que se denomina direito à verdade, enquanto as demais diriam respeito aos direitos à realização de justiça, à reparação e a instituições reorganizadas e responsáveis (*accountable*) (MÉNDEZ, 1996; MEZAROBBA, 2009, p. 42; PIOVESAN, 2009, p. 208).³⁹

As principais medidas mencionadas como integrando o eixo “verdade” da justiça de transição são a criação de uma comissão da verdade e a abertura dos arquivos do regime repressivo.⁴⁰ As comissões da verdade são órgãos oficiais, específicos e *ad hoc*, criados com mandato temporário para investigar, documentar e relatar, com uma perspectiva abrangente, abusos contra direitos humanos ocorridos em um país, no passado, durante determinado período de tempo (HAYNER, 2011, p. 4; PINTO, 2007, p. 11; TEITEL, 2003, p. 78). A esses contornos gerais, que diferentes mecanismos de investigação podem assumir, analistas acrescentam algumas propriedades bastante particulares no que diz

³⁸ “[...] *disclose to the victims, their families, and society all that can be reliably established about those events*”.

³⁹ “Vistas do ponto de vista daqueles que têm direito a um dever específico do Estado, essas obrigações consistem em direitos: (1) um direito da vítima de ver a justiça ser feita; (2) um direito de saber a verdade; (3) um direito à compensação e também a formas não monetárias de restituição; e (4) um direito a instituições novas, reorganizadas e responsáveis” (MÉNDEZ, 1996, t.n.: “*Seen from the point of view of those entitled to a specific duty from the state, those obligations consists of rights: (1) a right of the victim to see justice done; (2) a right to know the truth; (3) an entitlement to compensation and also to nonmonetary forms of restitution; and (4) a right to new, reorganized, and accountable institutions*”).

⁴⁰ V., por exemplo, Quinalha (2013, p. 145). No mesmo sentido, um relatório do relator especial da ONU para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não reincidência afirma que “[e]ntidades que investigam a verdade, inclusive comissões de verdade, visam a tornar efetivo o direito à verdade” (ONU, A/HRC/24/42, 2013, par. 18, t.n.: “[t]ruth-seeking entities, including truth commissions, aim at the fulfilment of the right to truth”) e “[o]s arquivos – tanto os da comissão quanto os arquivos gerais/nacionais – são uma extensão natural da vida e do legado de uma comissão de verdade, e são permanentes em sua natureza. Eles são instrumentos para a efetivação do direito à verdade” (ONU, A/HRC/24/42, 2013, par. 80, t.n.: “[a]rchives – both the commission’s own and general/national archives – are a natural extension of the life and legacy of a truth commission, and permanent in nature. They are instruments for realizing the right to truth”).

respeito aos objetivos dos órgãos em questão: não apenas investigar fatos específicos, mas também engajar-se diretamente com a população afetada, interferir na compreensão e a aceitação social do passado do país e, com isso, provocar mudanças no futuro (HAYNER, 2011, p. 11).

As comissões da verdade, evidentemente, buscam investigar e esclarecer fatos desconhecidos. Nesse sentido, parece significativo o fato de alguns autores apontarem a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (*“Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas”* - CONADEP), que teve lugar na Argentina em 1983, como a primeira experiência amplamente conhecida desse modelo (JOINET et al., 2002, p. 60; TEITEL, 2003, p. 78), embora o nome “comissão da verdade” ou “comissão de verdade” não tenha sido utilizado antes das comissões do Chile e de El Salvador, que concluíram seus trabalhos em 1990 e 1992, respectivamente (HAYNER, 2011, p. 10). Como nota Teitel, na Argentina, “[q]uando os sobreviventes e os representantes dos desaparecidos exigiram que o regime sucessor revelasse a verdade sobre o que tinha acontecido sob o regime da junta, a sua demanda impulsionou a criação de uma comissão de verdade” (TEITEL, 2000, p. 78, t.n.⁴¹). O caso do desaparecimento forçado é paradigmático de uma situação em que o que se busca é a revelação de informações a respeito das quais apenas os autores da prática e poucas testemunhas poderiam ter conhecimento: o que aconteceu com a vítima e onde se encontram os seus restos mortais.

No entanto, essa não é a única função atribuída às comissões da verdade. Além dela, confere-se a essas o papel de quebrar o silêncio sobre determinada parte da história que já é de conhecimento público e tornar mais difícil a sua negação: “[...] *ativistas dos direitos humanos insistem que a comissão, mais do que encontrar uma nova verdade, quebra o silêncio sobre verdades amplamente conhecidas, mas sobre as quais não se fala*” (HAYNER, 2011, p. 20, t.n.⁴²). Trata-se, em muitos casos, de o Estado assumir que o seu aparelho foi usado para – e que seus agentes participaram de – práticas violentas contra a população civil.

Entende-se ainda que incumbe às comissões da verdade incorporar em seus relatórios a “*‘verdade subjetiva’ das vítimas*” (LEFRANC; MATHIEU; SIMÉANT, 2008,

⁴¹ “[w]hen the survivors and representatives of the disappeared demanded that the successor regime disclose the truth about what happened under the junta rule, their demand spurred the creation of a commission of inquiry”.

⁴² “[...] rights activists insist that a truth commission does not find new truth so much as break the silence about widely known but unspoken truths”.

p. 6, t.n.⁴³). Conforme estudo do EACDH sobre comissões da verdade, espera-se que os trabalhos da comissão da verdade “[...] *tragam ao público as vozes e histórias das vítimas, que frequentemente estiveram escondidas do conhecimento da população*” (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 1-2, t.n.⁴⁴). Diferentemente do que se passa em julgamentos voltados à responsabilização penal individual, nos quais no centro está o acusado (HAYNER, 2011, p. 22), “[...] *a maior parte do tempo e da atenção de uma comissão de verdade tem por foco as vítimas – suas experiências, suas opiniões, suas necessidades e suas preferências*” (FREEMAN, 2006, p. 17, t.n.⁴⁵). Procura-se dar às vítimas uma chance de relatar as suas experiências perante uma audiência pública (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 18). Sendo o seu relatório publicado e oficialmente sancionado, a comissão da verdade “[...] *representa para muitos o primeiro reconhecimento por um órgão do Estado de que suas reivindicações são dignas de crédito e de que as atrocidades estavam erradas*” (HAYNER, 2011, p. 13, t.n.⁴⁶).

A verdade esperada das comissões da verdade tem ainda como característica a amplitude de sua perspectiva histórica, bastante maior do que aquela que seria possível construir em processos penais (TEITEL, 2003, p. 79). Observa-se que esses últimos, ao se pronunciarem sobre as ações individuais, dificilmente levam em consideração os grupos, as conexões entre as diferentes pessoas (GARAPON, 2009, p. 10, MINOW, 1998, p. 46-47): “*Processos que seguem atrocidades em massa nunca conseguem estabelecer um relato histórico completo*” (MINOW, 1998, p. 47, t.n.⁴⁷). Além disso, sendo o seu objetivo principal definir responsabilidades pessoais, os julgamentos se revelam impotentes “[...] *para dar conta da dimensão da derrocada colectiva que é própria do crime contra a humanidade*” (GARAPON, 2004a, p. 167).

Já as comissões da verdade olhariam para os contornos gerais da violência política e para a participação dos diferentes setores da sociedade, perquirindo inclusive as causas, contexto e consequências do ocorrido, e relatando em detalhes apenas alguns casos particulares, de forma ilustrativa (FREEMAN, 2006, p. 15; GARAPON, 2004a, p. 239; PINTO, 2007, p. 11; TEITEL, 2003, p. 80-81): “[...] *o mandato mais amplo, para focalizar os contornos, as causas e consequências da violência política, permite às comissões de*

⁴³ “*la ‘vérité subjective’ des victimes*”.

⁴⁴ “[...] *bring the voices and stories of victims, often hidden from public view, to the public at large*”.

⁴⁵ “[...] *most of a truth commission’s time and attention is focused on victims – their experiences, their views, their needs, and their preferences*”.

⁴⁶ “[...] *represents for many the first acknowledgement by any state body that their claims are credible and that the atrocities were wrong*”.

⁴⁷ “*Trials following mass atrocities can never establish a complete historical account*”.

verdade ir muito mais longe em suas investigações e conclusões do que é geralmente possível (ou mesmo apropriado) em um processo judicial” (HAYNER, 2011, p. 13, t.n.⁴⁸). Porém – observam alguns estudos –, essa que é muitas vezes apresentada como uma das vantagens desse mecanismo, ao mesmo tempo pode se tornar uma causa de frustração, pois as comissões da verdade não seriam capazes de trazer esclarecimentos sobre cada caso individual, como muitas vezes esperado pelas vítimas e seus familiares:

As comissões de verdade raramente dispõem de tempo ou recursos para investigar todos os casos individuais, mesmo quando existam claras evidências e testemunhas. Assim, enquanto as vítimas normalmente exigem que se determine a verdade de cada caso, e mesmo sendo certo que as normas internacionais que preveem o direito à verdade sugerem se tratar de uma verdade individualizada, a maioria das comissões de verdade somente pode fornecer uma verdade global, uma descrição dos contornos, com alguns casos individuais representativos investigados em profundidade e relatados em detalhes. Isso frequentemente será uma decepção para as vítimas, que talvez tenham dado o seu testemunho na esperança que seu próprio caso fosse resolvido (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 20, t.n.⁴⁹).⁵⁰

Por fim, a essas funções da comissão da verdade acrescenta-se a de promover a reconciliação nacional – propósito indicado no nome dado a diversas comissões da verdade e/ou expresso em muitas dos seus atos criadores,⁵¹ mas problematizado por parte da literatura, que questiona se esse objetivo pode realmente ser alcançado por meio da verdade (ANTONIO, 2013, p. 76-77, HAYNER, 2011, p. 4): “[...] *no meio de uma transição delicada, a revelação da verdade pode também aumentar as tensões*” (HAYNER, 2011, p. 23, t.n.⁵²). O EACDH, em publicação sobre comissões da verdade, se

⁴⁸ “[...] *their broader mandate to focus on the patterns, causes, and consequences of political violence allows truth commissions to go much further in their investigations and conclusions than is generally possible (or even appropriate) in a trial*”

⁴⁹ “*It is very rare for a truth commission to have the time or resources to investigate all individual cases, even where clear evidence and witnesses exist. Thus, while a case-by-case individual truth is usually demanded by victims, and indeed an individualized truth is suggested by international norms outlining a right to truth, most truth commissions can provide only a global truth, a description of patterns, with some representative individual cases investigated in depth and reported in detail. This will often be a disappointment to the victims, who may have provided testimony with the hope that their own case would be solved*”.

⁵⁰ No mesmo sentido, nota Priscilla Hayner que “[...] é evidentemente irrealista esperar uma informação ampla e completa sobre todas as violações quando o número de vítimas é muito alto e os recursos do Estado são muito limitados, como é verdade em muitos dos casos considerados aqui” (HAYNER, 2011, p. 24, t.n.: “[...] *it is evidently unrealistic to expect full and complete information about all the violations where the number of victims is very high and state resources are very limited, as is true in many of the cases considered here*”).

⁵¹ Nesse sentido, a Lei n. 12528/2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade no Brasil, indica como um de seus objetivos o de “promover a reconciliação nacional” (art. 1º).

⁵² “[...] *in the midst of a delicate transition, truth-telling can also increase tensions*”.

posicionou no sentido de que “[...] *não deve ser dado como certo que uma investigação desse tipo resultará diretamente em reconciliação, seja na comunidade ou na esfera nacional ou política*” (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 2, t.n.⁵³).

Assim, em resumo, observa-se que o papel atribuído às comissões da verdade vai além da investigação e divulgação de fatos previamente desconhecidos. Se as comissões da verdade estão inseridas no eixo “verdade” da justiça de transição por terem como objetivo a verdade, esta última não se restringe à revelação daquilo que aconteceu e que ainda não se sabe. Ademais, em regra, a verdade que essas comissões são capazes de revelar diz mais respeito aos contornos gerais das violações do que ao que permanece nebuloso sobre cada caso individual. De forma que, ainda que se entendesse ser a comissão da verdade o meio necessário e apropriado para tornar efetivo o direito à verdade – tendo o titular desse direito a faculdade de exigir a sua criação – permaneceriam dúvidas a respeito do objeto desse direito, ou seja, sobre o significado da verdade por ele protegida.

De mais a mais, os estudos sobre justiça de transição não apresentam em regra a criação de uma comissão da verdade como uma obrigação dos Estados. Nesse sentido, defende Hayner que em alguns casos “[...] *recomendar-se uma comissão de verdade oficial poderia ser inapropriado*” (HAYNER, 2011, p. 196, t.n.⁵⁴). Na mesma linha, o já mencionado estudo sobre comissões da verdade do EACDH tem que “[u]ma comissão de verdade não é apropriada para todos os países ou para toda transição, e a decisão de criar uma comissão deve sempre ser tomada pelos cidadãos do país [...]” (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 5, t.n.⁵⁵).⁵⁶ Com efeito, embora esse mecanismo de justiça de transição tenha se difundido e passado a receber significativo apoio internacional (TEITEL, 2003, p. 78), a sua adoção permanece uma solução polêmica, tanto quanto as decisões que devem ser tomadas em torno do seu mandato.

As diferentes comissões da verdade já estabelecidas divergem entre si em muitos aspectos (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 1), levantando questões que normalmente não aparecem em processos judiciais, para os quais procedimentos padrão já foram estabelecidos há muito tempo (HAYNER, 2011, p. 5). Uma das divergências diz respeito a

⁵³ “[...] *it should not be assumed that such an inquiry will directly result in reconciliation either in the community or in the national or political sphere*”.

⁵⁴ “[...] *a recommendation for an official truth commission might be inappropriate*”.

⁵⁵ “[a] *truth commission is not appropriate for every country or every transition, and the decision to have a commission must always be taken by nationals [...]*”.

⁵⁶ A mesma posição é ainda defendida por Freeman: “[...] *as comissões de verdade são apenas uma forma de investigação de direitos humanos, e nem sempre a mais apropriada*” (FREEMAN, 2006, p. 3, t.n.: “[...] *truth commissions are but one form of human rights investigation, and not always the most appropriate one*”).

deverem ou não as comissões da verdade revelar os nomes das pessoas tidas como responsáveis (HAYNER, 2011, p. 121; MÉNDEZ, 1996; MINOW, 1998, p. 86; NAQVI, 2006, p. 33). Se alguns, segundo Hayner, percebem que “[...] *contar toda a verdade requer o nomear das pessoas responsáveis pelos crimes contra direitos humanos quando haja clara evidência de sua culpabilidade*” (HAYNER, 2011, p. 121, t.n.⁵⁷), objetiva-se que, apresentando os nomes das pessoas envolvidas, a comissão da verdade violaria o direito dessas pessoas ao devido processo legal e invadiria atribuições próprias do Poder Judiciário (MÉNDEZ, 1996).

Outra divergência diz respeito a uma exigência de neutralidade dos seus membros; segundo alguns, espera-se que a comissão seja “*politicamente equilibrada e neutra*” (TEITEL, 2000, p. 81, t.n.⁵⁸); outros argumentam que, diante da prática de crimes contra a humanidade, é intolerável a exigência de isenção (SAFATLE, 2011). E mais um exemplo das dificuldades enfrentadas pelas comissões da verdade é a denominada “teoria dos dois demônios”, um discurso que equipara os atos de violência empregados contra o Estado autoritário e a violência praticada pelo Estado (cf. LEFRANC, 2007, p. 176), defendendo que, como segundo Hayner fizeram algumas comissões, sejam investigados “os dois lados”, ou seja, “[...] *abusos tanto das forças de segurança quanto pela oposição armada*” (HAYNER, 2011, p. 77, t.n.⁵⁹). Esse discurso se opõe à ideia de que uma das funções da comissão seria substituir o regime de verdade que funcionava como justificção da violência adotada pelo regime anterior em sua política de repressão,⁶⁰ introduzindo dessa forma uma ruptura com este (TEITEL, 2000, p. 87).

Além das comissões da verdade, a abertura ao público dos arquivos do regime anterior – o conjunto de documentos em poder do governo, especialmente dos órgãos e agências responsáveis pela política de repressão – é outra das medidas incluídas no eixo “verdade” da justiça de transição: “*O principal objetivo do acesso aos arquivos secretos é*

⁵⁷ “[...] *telling the full truth requires the naming of persons responsible for human rights crimes when there is clear evidence of their culpability*”.

⁵⁸ “*politically balanced and neutral*”.

⁵⁹ “[...] *abuses both by state forces and by the armed opposition*”.

⁶⁰ Tendo em vista as transições após os regimes militares na América do Sul, Ruti Teitel observa: “Os relatórios [dos regimes] sucessores apresentam respostas críticas às alegações dos regimes militares precedentes ao afirmarem que as brutalidades praticadas pelo governo não se justificavam pela doutrina da segurança nacional nas denominadas guerras contra a subversão, que aqueles assassinados não eram terroristas políticos, mas cidadãos comuns, e que os desaparecimentos não se justificavam por razões de segurança” (2000, p. 85, t.n.: “*Successor reports offer critical responses to predecessor military regimes’ claims in asserting that governmental brutalities were not justified by national security doctrine in the so-called wars against subversion, that those killed were not political terrorists but ordinary citizens, and that disappearances were not justified by reasons of security*”).

a revelação da verdade” (STAN; NEDELSKY, 2012, p. 1, t.n.⁶¹). Aponta-se ter ela sido adotada pioneiramente nas transições dos países pós-comunistas da Europa do Leste, em virtude da peculiar extensão da informação que havia sido reunida pela sua polícia secreta (STAN; NEDELSKY, 2012, p. 2-3). Nesses países, não obstante a oportunização de acesso aos arquivos tenha sido “*a principal resposta crítica pelo regime sucessor*” (TEITEL, 2003, p. 79, t.n.⁶²), ela variou quanto a quais arquivos foram abertos, como e para quem; o acesso foi normalmente garantido àqueles sobre quem tratam os arquivos e, em caso de morte desses, aos seus familiares, mas nem sempre o foi quanto a informações sobre terceiros (STAN; NEDELSKY, 2012, p. 2-3).

Menos polêmica, a abertura de arquivos é uma medida aceita até mesmo pelos críticos em relação ao reconhecimento de um direito à verdade: “*Os interessados, em particular as vítimas da repressão, têm o direito de obter informações do Estado sobre acontecimentos dos quais há registro nos arquivos estatais*” (DIMOULIS, 2010, p. 105-106). Por sua vez, aqueles que argumentam em favor do direito à verdade, em regra, apresentam o acesso a arquivos como um elemento importante de seu conteúdo, como ilustra estudo do EACDH sobre o direito à verdade, ao afirmar que “[*o*] acesso à informação e, em particular, aos arquivos oficiais, é crucial para o exercício do direito à verdade” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 52, t.n.⁶³). Porém, ao que parece, atribui-se usualmente a esse direito um conteúdo mais amplo. Diz-se que ele seria atendido por meio de investigações pelo Estado (PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 273) e “[...] *por intermédio de iniciativas de revelação dos fatos*” (MEZZAROBBA, 2009, p. 43), do que se extrai, também, tanto uma obrigação de apuração quanto uma obrigação de divulgação ativa de informações à população:

Convivem, assim, dois deveres do Estado: o primeiro, negativo, consiste em franquear amplamente os arquivos públicos para acesso de qualquer cidadão ou entidade; o segundo é positivo, e tem como conteúdo a ação estatal de ativamente divulgar informações à população, com estrita imparcialidade e respeito à verdade (WEICHERT, 2009, p. 408).

Percebe-se, assim, que as medidas usualmente apresentadas como integrantes da categoria “verdade” da justiça de transição se sobrepõem apenas parcialmente aos meios compreendidos como necessários e adequados para fazer valer o direito à verdade.

⁶¹ “*The primary purpose of access to secret files is truth revelation*”.

⁶² “*the main critical response by the successor regime*”.

⁶³ “*Access to information and, in particular, to official archives, is crucial to the exercise of the right to the truth*”.

Ademais, os estudos sobre justiça de transição, ao analisarem essas medidas, não oferecem respostas conclusivas a respeito de qual seria o objeto desse direito. Diante disso, parece relevante analisar se a questão da verdade e da memória aparece igualmente em meio às reflexões sobre outros mecanismos de justiça de transição, em especial alguns incluídos nas categorias “justiça” e “reparação”, e se essas são capazes de oferecer novas indicações a respeito do significado desse direito (itens 1.4.1 e 1.4.2). Da mesma forma parece importante considerar o que é dito a respeito daquilo que, nas transições, se estabeleceria como impedimento jurídico à revelação da verdade e à promoção da memória do passado de violência (item 1.4.3).

1.4. Como a questão da verdade e da memória aparece nos debates sobre justiça de transição para além do seu eixo “verdade”?

1.4.1. Processos penais

Desenvolveu-se a percepção de que os julgamentos penais na justiça de transição teriam, além do seu propósito punitivo/retributivo, o objetivo de investigar a verdade, produzir um registro histórico e/ou promover a memória do passado de violência.

Uma primeira justificativa apresentada para essa entendimento é de que a decisão judicial depende de um pronunciamento a respeito dos fatos envolvidos na controvérsia. No processo penal, especificamente, deve-se decidir sobre a ocorrência ou não do crime e sobre a sua autoria, constituindo-se com isso uma “verdade jurídica” ou uma “verdade judicial” sobre o crime imputado a uma pessoa (GARAPON, 2009, p. 9-10; NAQVI, 2006, p. 2). Assim, independentemente da questão sobre ser ou não a verdade uma das finalidades buscadas pelo processo judicial penal⁶⁴ e sobre o significado da verdade nele perquirida, é certo que o julgador adota como verdadeira uma entre as diferentes narrativas a ele apresentadas e produz, com isso, uma declaração a respeito da qualificação dos fatos que, em algum momento, adquire força de coisa julgada. Nesse sentido, “[a] verdade é o enunciado que triunfa, que atravessa o fogo da contradição” (GARAPON, 2004a, p. 166).

⁶⁴ Expressam alguns o entendimento de que “[o] objetivo de um processo penal normal é tanto decidir sobre a responsabilidade individual quanto estabelecer a verdade sobre um evento em controvérsia” (TEITEL, 2000, p. 72, t.n.: “[t]he ordinary criminal trial’s purpose are both to adjudicate individual responsibility and to establish the truth about an event in controversy”). Para uma crítica, v. Lunardi; Dimoulis (2007).

Há, portanto, uma narrativa histórica, inserida em processos voltados à responsabilização e à busca de justiça, que, em se tratando de eventos relevantes no passado de um país, poderia, segundo estudiosos, interferir na construção da sua memória coletiva (BILSKY, 2004; OSIEL, 1997, p. 2; TEITEL, 2000, p. 72, 79, 109). A princípio, porém, essa narrativa histórica teria natureza bastante peculiar, posto que produzida em casos individualizados, que buscam classificar os fatos juridicamente e fixar responsabilidades (GARAPON, 2004a, p. 166; LAFER, 2012). O processo penal estabelece apenas a realidade dos crimes imputados a certa pessoa (GARAPON, 2009, p. 9-10), sendo mais relevante para ele, ao menos em sua configuração tradicional, a fixação da culpa individual do que a compreensão do contexto geral em que os fatos ocorreram (KOSKENNIEMI, 2002, p. 12). Ademais, nele é fundamental a observância de um regime específico de produção de provas, que pode levar à exclusão de informações de grande interesse histórico (HAYNER, 2011, p. 107): “*A verdade judiciária é, de alguma forma, formatada pelo procedimento*” (GARAPON, 2004a, p. 165). Nas palavras de Ferraz Junior,

[...] a persecução penal, como civil, está sujeita a imposições de ordem formal, com o sacrifício da verdade real, por se realizar *processualmente*. Visto que a função jurisdicional pressupõe um órgão imparcial, o juiz, o contraditório e o instituto da coisa julgada, é inevitável que a verdade não possa surgir, no processo judicial, a todo custo: nem sempre a verdade das coisas corresponde à justiça dos julgamentos (FERRAZ JUNIOR, 2009, p. 274-275).

Quando se identifica os julgamentos com a revelação da verdade histórica sobre o passado, opondo-os à opção pelo seu esquecimento, tem-se em vista a fixação dessa verdade judicial a respeito de responsabilidades individuais, mas não apenas isso. Construiu-se igualmente o entendimento de que os julgamentos são um lugar apropriado para a investigação, a reunião de documentos e até mesmo para uma tomada de posição a respeito do contexto político em que se deram as práticas do acusado: “*Às vezes um dos principais objetivos de um processo é, realmente, ensinar um país sobre o seu passado e promover a introspecção pública*” (FREEMAN, 2006, p. 73, t.n.⁶⁵). Uma ideia que se desenvolveu com especial força diante de julgamentos de crimes contra a humanidade, que pedem uma avaliação sobre terem os atos do acusado sido praticados no âmbito da efetivação de uma política (GARAPON, 2004a, p. 163). Especialmente nesses casos, surge

⁶⁵ “*Sometimes one of a trial’s main purposes is, indeed, to teach a country about its past and foster public introspection*”.

a expectativa de que o julgamento servirá para iluminar o significado de um período histórico (BILSKY, 2004, p. 41). Em primeiro lugar, considera-se que os procedimentos penais são capazes de reunir um conjunto de documentos relevantes sobre o período em questão, como ilustra Wieviorka, fazendo referência aos julgamentos de Nuremberg:

Processos na história, esses processos são também processos que trouxeram aos historiadores uma quantidade de documentos e os colocaram imediatamente à sua disposição. [...] A historiografia do nazismo se alimentou e ainda se alimenta de quilômetros de arquivos reunidos pelo grande processo e os doze processos seguintes (WIEVIORKA, 1998, p. 62, t.n.⁶⁶).

Por outro lado, observa-se que, além de servirem como “julgamentos para a história” (cf. WIEVIORKA, 1998, p. 63), ao modo do ocorrido com os processos de Nuremberg, criando um registro sobre o período de violência e sobre aqueles que dela participaram (MINOW, 1998, p. 123), os julgamentos da justiça de transição passaram a funcionar como espaço para a construção de uma memória coletiva com propósitos educativos e transformativos, um foro onde se busca transformar a história (“*history*”) abstrata e distante em uma estória (“*story*”) viva mais acessível ao público (cf. BILSKY, 2004, p. 3).⁶⁷ O julgamento de Adolf Eichmann, em Jerusalém, discutido no Capítulo 4 (item 4.3.1), é indicado como o marco da atribuição dessa nova função aos julgamentos da justiça de transição: “*Pela primeira vez, um processo estabelece como seu objetivo explícito dar uma lição de história. Pela primeira vez aparece o tema da pedagogia e da transmissão*” (WIEVIORKA, 2002, p. 81-82, t.n.⁶⁸).

Com esse objetivo, a reconstrução da história se deu no julgamento de Eichmann através dos testemunhos. Com efeito, como nota Wieviorka (1998, p. 66), o objetivo do promotor em Israel não foi apenas o de obter um veredito – ele mesmo reconheceu que poucos arquivos já teriam sido suficientes para a condenação de Eichmann – mas também marcar o presente com a presença do passado através da presença física dos seus contemporâneos. Para ele, os julgamentos de Nuremberg, nos quais a história foi estabelecida principalmente por meio de documentos oficiais nazistas, não tinham

⁶⁶ “*Procès dans l’histoire, ces procès sont aussi des procès qui ont apporté aux historiens une manne de documents et qui les ont mis immédiatement à leur disposition. [...] L’historiographie du nazisme s’est nourrie et se nourrit encore des kilomètres d’archives rassemblées pour le grand procès et les douze procès successeurs*”.

⁶⁷ Este trabalho traduz “*story*” como “estória” e “*history*” como “história”, em atenção à distinção entre as duas ideias em Hannah Arendt (v. nota 321 no Capítulo 3).

⁶⁸ “*Pour la première fois, un procès se fixe comme objectif explicite de donner une leçon d’histoire. Pour la première fois apparaît le thème de la pédagogie et de la transmission*”.

conseguido transmitir ou gravar na memória e nos “corações dos homens” o conhecimento e o choque daquilo que havia ocorrido, o que ele pretendeu fazer por meio das vozes dos sobreviventes (FELMAN, 2002, p. 133). Assim, além de estabelecer os fatos e dessa forma escrever a história, o processo Eichmann buscou constituir uma memória a partir das lembranças das vítimas: *“A ferramenta do direito foi usada não apenas como uma ferramenta de prova de fatos inimagináveis, mas, acima de tudo, como um poderoso instrumento de transmissão – como uma eficiente ferramenta para a comunicação nacional e internacional desses fatos que desafiam o pensamento”* (FELMAN, 2002, p. 133, d.o., t.n.⁶⁹). Como observa Wieviorka, *“[e]ssas diversas funções do processo, consideradas na lucidez quando do processo Eichmann, enunciadas claramente pelo procurador israelense, perduram desde então”* (WIEVIORKA, 1998, p. 66, t.n.⁷⁰).

De fato, parte dos defensores da inclusão dos processos penais entre os procedimentos voltados ao estabelecimento da verdade na justiça de transição defende que isso deve ser feito oportunizando-se a participação das vítimas nos processos movidos contra os seus perpetradores. Nesse sentido, argumentam Méndez e Cone que *“[i]mplicite no direito da vítima de exigir uma investigação está seu direito de participar do processo do perpetrador”* (MÉNDEZ; CONE, 2013, p. 8, t.n.⁷¹). Na mesma linha, aponta Massidda (2010) que, segundo a literatura sobre esse assunto, um dos principais interesses das vítimas em sua interação com um sistema judicial penal é o direito de receber informação sobre o seu caso. Ideia que condiz com uma aparente tendência verificada nas últimas décadas em, no plano judicial criminal, atribuir-se às vítimas um papel muito maior do que aquele que até recentemente desfrutavam.⁷²

⁶⁹ *“The tool of law was used not only as a tool of proof of unimaginable facts, but, above all, as a compelling medium of transmission – as an effective tool of national and international communication of these thought-defying facts”.*

⁷⁰ *“[c]es diverses fonctions du procès, voulues dans la lucidité lors du procès Eichmann, énoncées clairement par le procureur israélien, perdurent depuis”.*

⁷¹ *“[i]mplicit in the victim’s right to demand investigation is his or her right to participate in the perpetrator’s trial”.*

⁷² Como observa Martin-Chenut (2012, p. 847-863), o papel da vítima se transformou ao longo da história da justiça penal internacional: ausentes nos tribunais de Nuremberg e Tóquio, elas foram introduzidas como testemunhas a partir dos anos 1990 perante os tribunais penais internacionais para a ex-Yugoslávia e Ruanda, mas apenas na medida em que pudessem ser úteis para o estabelecimento dos fatos constitutivos da infração (seu testemunho era um instrumento a serviço da justiça). Já no estatuto do Tribunal Penal Internacional elas foram erigidas a atores (*actrices*) do processo e, mesmo não possuindo direitos iguais aos do procurador e do acusado, toda uma série de prerrogativas lhes foi outorgada: podem participar ativamente do processo, representadas por advogados, e podem se beneficiar de uma reparação efetiva quando da sua conclusão. A jurisprudência do Tribunal lhes outorgou ainda direitos de participação suplementares, desde a fase investigatória. Em escritos sobre a utilização do direito penal como instrumento dos direitos humanos, Martin-Chenut (2013a) alerta sobre os efeitos perversos que podem decorrer da transformação do processo penal, e até mesmo da condenação criminal, em um direito da vítima.

Percebem alguns ser esta uma das finalidades da inclusão, no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de 1998, da previsão de um direito das vítimas de participar dos processos na Corte (art. 68 (3)⁷³). Notadamente, Jorda e Hemptinne, argumentam que essa previsão considera o fato de que a participação da vítima pode contribuir de forma decisiva para o estabelecimento da verdade (JORDA; HEMPTINNE, 2002, p. 1394). Nas suas palavras,

A presença no processo de um terceiro protagonista que tenha conhecimento de primeira mão dos crimes, e cuja intervenção pessoal no processo possa trazer uma perspectiva mais sutil sobre a realidade dos eventos que são frequentemente retratados pelas partes em termos um tanto absolutos, poderia ajudar o juiz por meio do esclarecimento dos fatos do caso, fazendo com isso uma contribuição decisiva para o estabelecimento da verdade e a prevenção da repetição dos crimes (JORDA; HEMPTINNE, 2002, p. 1397, t.n.⁷⁴).⁷⁵

Outros defendem que, se os processos penais têm ou podem ter em determinadas situações um objetivo pedagógico, contribuindo com a formação de uma memória coletiva sobre o passado de violência, isso se dá porque, além de eles serem uma esfera capaz de

⁷³ Art. 68.3: “Se os interesses pessoais das vítimas forem afetados, o Tribunal permitir-lhes-á que expressem as suas opiniões e preocupações em fase processual que entenda apropriada e por forma a não prejudicar os direitos do acusado nem a ser incompatível com estes ou com a realização de um julgamento equitativo e imparcial. Os representantes legais das vítimas poderão apresentar as referidas opiniões e preocupações quando o Tribunal o considerar oportuno e em conformidade com o Regulamento Processual.”

⁷⁴ “*The presence at trial of a third protagonist having first-hand knowledge of the crimes, and whose personal intervention in the trial could cast a more subtle perspective on the reality of events which are often depicted by the parties in somewhat absolute terms might assist the judge by clarifying the facts of the case, thereby making a decisive contribution to establishing the truth and preventing the repetition of the crimes*”.

⁷⁵ Na mesma linha, Massidda e Walter têm que “[...] o fundamento, as origens, bem como os objetivos reconhecidos para a participação das vítimas ligam-se todos os três ao fato de que as vítimas estão, de fato, no centro dos procedimentos que se desenvolvem perante o Tribunal Penal Internacional. Com efeito, elas foram as primeiras e principais afetadas pelos crimes que pertencem à competência do Tribunal e dispõem assim de um bom conhecimento dos fatos e da mais completa compreensão do contexto no qual se deram os acontecimentos em questão. [...] As qualidades reconhecidas à participação das vítimas coincidem assim com o mandato fundamental do TPI: luta contra a impunidade, estabelecimento da verdade, direito à justiça, reparações dos danos (entendidos em sentido amplo) sofridos pelas vítimas” (MASSIDDA; WALTER, 2012, p. 1547, t.n. : “[...] *le fondement, les origines ainsi que les objectifs reconnus à la participation des victimes sont tous trois liés au fait que les victimes sont, de fait, au cœur des procédures qui se déroulent devant la Cour pénale internationale. En effet, elles ont été les premières et principales touchées par les crimes qui relèvent de la compétence de la Cour et disposent ainsi d’une bonne connaissance des faits et de la compréhension la plus complète du contexte dans lequel les événements concernés se sont déroulés. [...] Les attributs reconnus à la participation des victimes coïncident ainsi avec le mandat fondamental de la CPI: lutte contre l’impunité, établissement de la vérité, droit à la justice, réparations des préjudices (entendu largement) subis par les victimes*”).

Leia-se, ainda, a esse respeito, a posição apresentada em publicação da organização não governamental de direitos humanos REDRESS: “Falando amplamente, as disposições sobre a participação da vítima têm sido vistas como um avanço na justiça penal internacional. As vítimas certamente têm muito a contribuir para o estabelecimento da verdade [...]” (REDRESS, 2012, p. 5, t.n.: “*Broadly speaking, victim participation provisions have been seen as a step forward in international criminal justice. Victims will certainly have much to contribute to the establishment of the truth [...]*”).

veicular de forma privilegiada as histórias e os sofrimentos das vítimas, neles igualmente haveria espaço para o acolhimento e o estímulo a narrativas históricas concorrentes. Essa é, notadamente, a posição de Osiel, para quem, diante de massacres administrativos, “[o] tribunal se torna um local privilegiado para relatos conflitantes sobre a história recente e para as memórias que os cidadãos devem preservar” (OSIEL, 1997, p. 41, t.n.⁷⁶). É também o entendimento de Bilsky, para quem os julgamentos permitem às “[...] duas partes articular as suas histórias” (BILSKY, 2004, p. 3, t.n.⁷⁷). Na percepção de Osiel, “(...) esses processos, quando efetivos como espetáculo público, estimulam a discussão pública, por meios que promovem as virtudes liberais da tolerância, moderação e respeito cívico. Os processos penais devem ser conduzidos com esse propósito pedagógico em mente” (OSIEL, 1997, p. 2, t.n.⁷⁸).

A atribuição aos julgamentos dessa função estranha às tradicionalmente associadas à justiça penal não se dá, porém, sem gerar preocupações com o risco de sua politização (TEITEL, 2000, p. 75-76), de sua conversão no que se passou a chamar pejorativamente de um “julgamento espetáculo” (*show trial*). O “espetáculo” seria a exploração da publicidade dos julgamentos – uma garantia voltada a assegurar um julgamento justo para as partes e a possibilitar o controle público das decisões – para através deles veicular mensagens políticas. O perigo seria o julgamento se tornar uma fachada a ocultar o uso do poder pelas autoridades contra opositores políticos (BILSKY, 2004, p. 2-3, 118).

1.4.2. Reparações

Sob a perspectiva do direito internacional, o termo “reparação” é frequentemente compreendido em um sentido amplo, para referir-se a todos os mecanismos passíveis de adoção como resposta à prática de determinados crimes (DE GREIFF, 2010, p. 43-46) – “[...] a ampla gama de medidas que podem oferecer reparação jurídica para as violações” (ONU, HR/PUB/08/1, 2008b, p. 9, t.n.⁷⁹). Nessa acepção, as possíveis formas de reparação são classificadas em diferentes espécies, como se lê em trabalho de Pablo de Greiff:

⁷⁶ “[t]he court becomes a privileged site for conflicting accounts of recent history and the memories of it that citizens should preserve”.

⁷⁷ “[...] both parties to articulate their stories”.

⁷⁸ “[...] such trials, when effective as public spectacle, stimulate public discussion in ways that foster the liberal virtues of toleration, moderation, and civil respect. Criminal trials must be conducted with this pedagogical purpose in mind”.

⁷⁹ “[...] the wide range of measures that can provide legal redress for violations”.

Essas incluem:

- *restituição*, que se refere àquelas medidas que procuram restabelecer o *status quo ante* da vítima. Essas medidas vão da restauração de direitos tais como a cidadania e a liberdade, a restituição do emprego e outros benefícios, até a restituição de propriedades.
- *compensação*, que se refere àquelas medidas que procuram compensar os danos sofridos por meio da quantificação desses danos, em que o dano se entende como algo que vai muito além da mera perda econômica e inclui a lesão física e mental e, em alguns casos, também a lesão moral.
- *reabilitação*, que se refere a medidas que fornecem atenção social, médica e psicológica, assim como serviços legais.
- *satisfação e garantias de não repetição*, que constituem categorias especialmente amplas, pois incluem medidas tão distintas como afastamento das violações, verificação dos fatos, desculpas oficiais, sentenças judiciais que restabelecem a dignidade e a reputação das vítimas, plena revelação pública da verdade, busca, identificação e entrega dos restos mortais de pessoas falecidas ou desaparecidas, junto com a aplicação de sanções judiciais ou administrativas aos autores dos crimes, e reformas institucionais (DE GREIFF, 2010, p. 43-44).⁸⁰

Percebe-se que iniciativas de investigação e revelação da verdade, a exemplo das comissões da verdade, tal como os outros mecanismos de justiça de transição (persecução penal e reformas institucionais), são tomadas como um mecanismo de reparação nesse sentido lato, mais especificamente como um meio de satisfação ou de garantia de não repetição. Como observou Diane Orentlicher, em relatório a respeito dos princípios para o combate à impunidade elaborados no âmbito da CDH, “[...] *em essência, todas as medidas discutidas neste relatório têm uma dimensão reparadora*” (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 7, t.n.⁸¹).

Mas conforme estudos sobre justiça de transição, também a reparação tomada em sentido estrito pode gerar impactos na esfera do direito à verdade. Nessa segunda acepção, a reparação compreende tão somente os esforços voltados ao oferecimento e à distribuição de benefícios diretos às vítimas de determinados crimes, tendo em vista os danos específicos por elas sofridos (HAYNER, 2011, p. 165). Trata-se, em outras palavras, de programas que se diferenciam dos outros mecanismos de justiça de transição por se voltarem a beneficiar particular e imediatamente as vítimas (ONU, HR/PUB/08/1, 2008b,

⁸⁰ Essa classificação está de acordo com aquela apresentada na Resolução n. 60/147 da Assembleia Geral da ONU, sobre a reparação de violações a direitos humanos (princípios 19 a 23), embora, neste último, “satisfação” e “garantias de não repetição”, reunidas pela exposição de Pablo de Greiff em uma única categoria, tenham sido separadas em duas categorias distintas (v. ONU, HR/PUB/08/1, 2008b, p. 7-8, VAN BOVEN, 2010, p. 4-5).

⁸¹ “[...] *virtually every measure addressed in this report has a reparative dimension*”.

p. 15).⁸² O exemplo mais evidente de reparação em sentido estrito é o oferecimento de compensação financeira, mas são também alcançados por essa categoria outros tipos de reparação material (e.g. a disponibilização de serviços). Além disso, por vezes são incluídas nessa categoria as medidas de reparação simbólica (ONU, HR/PUB/08/1, 2008b, p. 22).⁸³

Segundo estudos sobre justiça de transição, um programa de compensação financeira pode ter impactos sobre a observância do direito à verdade em virtude das informações que devem ser reunidas para levá-lo a efeito. O oferecimento de compensação pelos danos sofridos depende do conhecimento das práticas e da identificação das vítimas, através da análise de arquivos oficiais e de documentos apresentados por aqueles que se candidatam ao benefício. Outrossim, um programa dessa espécie envolve o reconhecimento pelo Estado de que determinadas condutas foram adotadas, bem como a assunção por ele de responsabilidades (TEITEL, 2000, p. 126). Por isso, entende-se que as reparações institucionalizam um discurso sobre a violência sistemática/em massa e seus legados, que se opõe à sua negação e esquecimento.

Nesse sentido, é comum identificar-se uma interdependência entre reparações, busca da verdade e construções da memória (cf. LUDI, 2012, p. 194, 196). Comentando o trabalho das comissões de reparação brasileira, Torelli nota que estas “[...] *tem impactado positivamente a busca pela verdade, revelando histórias e aprofundando a consciência da necessidade de que todas as violações sejam conhecidas, promovendo e colaborando, portanto, com o direito à verdade*” (TORELLI, 2012, p. 263, d.o.). De fato, no Brasil, o resgate da verdade e da memória foi percebido por muitos como o aspecto mais relevante dos programas de reparações (cf. HAYNER, 2011, p. 178).⁸⁴ De forma semelhante, Ludi,

⁸² Nesse sentido, conforme estudo do EACDH, os programas de reparação: “[...] são a única medida que imediata e especificamente tem por alvo as vítimas. Enquanto a persecução penal e, até certo ponto, as destituições dos cargos, são, no final das contas, uma luta contra os perpetradores, e a busca da verdade e a reforma institucional têm como beneficiária a sociedade como um todo, as reparações se dão explícita e principalmente para beneficiar as vítimas. Por isso, no que diz respeito pelo menos aos seus potenciais efeitos diretos sobre as vítimas, elas ocupam um lugar especial entre as medidas de reparação” (ONU, HR/PUB/08/1, 2008b, p. 2-3, t.n.: “[...] *are the only measure that immediately and specifically targets victims. While prosecutions and to some extent vetting are, in the end, a struggle against perpetrators, and truth-seeking and institutional reform have as their immediate constituency society as a whole, reparations are explicitly and primarily carried out on behalf of victims. Hence, in terms of potential direct impact on victims at least, they occupy a special place among redress measures*”).

⁸³ Esse último tipo de reparação, contudo, quando não tem exclusivamente as vítimas como beneficiárias, parece tornar porosa a fronteira entre a reparação em seus sentidos lato e estrito.

⁸⁴ No mesmo sentido, o relatório que apresenta o balanço de um ano de atividades da Comissão Nacional da Verdade brasileira afirma que “[a] criação de comissões de reparação estaduais, bem como a instituição de órgãos como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia, contribuiu fortemente para a sistematização de acervos, bem como para o acesso a novas informações da

tendo em vista especificamente as reparações oferecidas a vítimas do nazismo, atenta para o fato de que “[c]oletar evidências e documentar os fatos fazia parte das atividades diárias das agências de compensação. A reparação do mal praticado contribuiu automaticamente para a produção e a preservação do conhecimento sobre as injustiças passadas” (LUDI, 2012, p. 195, t.n.⁸⁵).

Há, porém, reações ambivalentes em relação a esse tipo de efeito das políticas de reparação financeira. Ludi (2012, p. 195) pondera que o registro do passado produzido em procedimentos de reparação necessariamente permanece incompleto, posto que incapaz de abarcar a dimensão e o significado coletivo das práticas, além de cego aos casos em relação aos quais não existam familiares sobreviventes e, portanto, não seja reclamada indenização.⁸⁶ A autora discorda, ainda, das posições que defendem serem as reparações uma esfera favorável à validação pública das perspectivas dos sobreviventes (LUDI, 2012, p. 196), apontando que elas podem, antes, visar ao endosso pelas vítimas da versão oficial da história a respeito do seu passado:

[...] as reparações também ofereciam às agências estatais novas oportunidades para impor a conformidade [às regras do procedimento de compensação] e as dotavam de técnicas especiais de produção de conhecimento para a regulação das identidades dos sobreviventes. Em contrapartida, a concessão burocrática da reparação constrangia os requerentes a engolir uma versão oficial de sua tragédia pessoal com o objetivo de ter restaurado o seu status de membros plenos da sociedade. A

história política do país. Com vistas ao desenvolvimento dos trabalhos dessas comissões, foi reunida uma vasta documentação que inclui laudos periciais, depoimentos de familiares e companheiros de militância de mortos e desaparecidos, de militantes, de agentes públicos e de vários representantes de categorias profissionais perseguidas durante a ditadura, além de documentos encontrados em arquivos públicos e acervos particulares” (BRASIL, 2013, p. 6).

⁸⁵ “[c]ollecting evidence and documenting facts were part of compensation agencies’ daily activities. Redressing wrongs automatically contributed to the production and preservation of knowledge about past injustice”.

⁸⁶ “Deliberadamente – porque os mecanismos de compensação individualizavam o impacto da violência em massa – eles não estavam equipados para dar conta de toda a dimensão e sentido da perseguição coletiva, por exemplo, ou para lidar com a destruição de milhões de pessoas. Reparções não ofereceram ferramentas para responder ao extermínio físico, a não ser que a morte de uma pessoa incite a reivindicação de uma pensão por seus dependentes sobreviventes. No enorme montante de abusos processados por agências de compensação, persistiu uma lacuna no lugar do assassinato em massa nazista, planejado, organizado e sistematicamente executado, um vazio silencioso. Inadvertidamente, as reparações refletiam assim a sinistra ausência dos mortos, da mesma forma que os perpetradores geralmente permaneciam tão anônimos e sem face como as vítimas que eles mataram” (LUDI, 2012, p. 195, t.n.: “By design – because compensation mechanisms individualized the impact of mass violence – they were not equipped to grasp the full dimension and meaning of collective persecution, for instance, or tackle the destruction of millions of people. Reparations did not offer tools to address physical extermination unless a person’s death prompted a pension claim from surviving dependents. In the huge body of abuses processed by compensation agencies, a blank spot remained in the place of the planned, organized, and systematically executed Nazi mass murder, a void shrouded in silence. Inadvertently, reparations thus reflected the eerie absence of the dead, just as the perpetrators generally remained as anonymous and faceless as the victims they had killed”).

eles era concedida uma gratificação se endossassem o monopólio oficial da verdade, sendo a restituição de seus direitos dependente da prévia renúncia de sua autonomia (LUDI, 2012, p. 193, t.n.⁸⁷).

Parece se dar nessa mesma linha a crítica feita no romance *K* por Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa Kucinski, desaparecida política da ditadura militar brasileira, à indenização oferecida no País sem maiores preocupações em investigar-se as circunstâncias em que ocorreram os desaparecimentos:

Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo o caso. Enterrar os casos, sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história (KUCINSKI, 2012, p. 162-163).

Por outro lado, se os programas de reparação produzem efeitos sobre a investigação e reconhecimento da verdade, bem como sobre a constituição da memória do período de violência, o inverso parece igualmente válido. Ou seja, ações que tenham a verdade e a memória como objeto podem também funcionar como uma modalidade de reparação. De fato, parte dessas ações é incluída, na tipologia das reparações, entre aquelas de cunho simbólico ou moral, como por exemplo o reconhecimento público dos crimes, a apresentação de pedidos de desculpas pelos governos, bem como a promoção da memória dos eventos por meio de eventos, museus e obras memoriais e pela renomeação de espaços públicos (JOINET et al., 2002, p. 28). Estudo do EACDH sobre programas de reparação sublinha como medidas simbólicas dessa espécie, além de reconhecerem as violações sofridas pelas vítimas como fazem as reparações materiais, “[...] *são portadoras de significado e, portanto, podem ajudar as vítimas em particular e a sociedade em geral a dar um sentido aos dolorosos eventos do passado*” (ONU, HR/PUB/08/1, 2008b, p. 23, t.n.⁸⁸). Na mesma linha, Teitel aponta seu efeito simultaneamente reparador e construtivo no que diz respeito à relação da sociedade com o seu passado: “*Com as reparações morais*

⁸⁷ “[...] *reparations also offered state agencies new opportunities for enforcing conformity [to the rules of compensation procedures] and vested them with special techniques of knowledge production for regulating survivors’ identities. Conversely, the bureaucratic implementation of redress compelled claimants to swallow an official version of their personal tragedy in order to have their status as full members of society restored. They were given gratification if they were to endorse the official monopoly of the truth, and their empowerment was preconditioned on their previous waiver of autonomy*”.

⁸⁸ “[...] *are carriers of meaning, and therefore can help victims in particular and society in general to make sense of the painful events of the past*”.

pretende-se reparar a vergonha e a humilhação previamente impostas às vítimas e restaurar sua reputação e status aos olhos do público” (TEITEL, 2000, p. 126-127, t.n.⁸⁹).

1.4.3. Limites jurídicos à verdade e à memória nas transições

Na literatura sobre justiça de transição, o tema da verdade e da memória aparece ainda ao se tratar dos institutos jurídicos que funcionariam como obstáculos ou limites ao seu alcance e promoção. Por essa perspectiva, a anistia e a prescrição, que têm em comum a propriedade de impedir que os autores de determinados crimes sejam processados e punidos, são debatidas para além desse efeito que produzem sobre a regular aplicação do direito.⁹⁰ Elas são também discutidas à luz das consequências que teriam sobre o conhecimento e a memória da violência coletiva.

A anistia se tornou um tema relevante para a justiça de transição quando, nas últimas décadas do século XX, deixou de ser considerada como uma exceção à aplicação regular do direito para passar a ser uma política amplamente adotada nas mudanças entre regimes políticos, sob o fundamento de que seria necessária para a obtenção da pacificação e da reconciliação nacional (cf. TEITEL, 2003, p. 82). Criticada por muitos por gerar uma situação de impunidade, a anistia, ao menos em algumas de suas formas, é também tida como uma forma de tratamento político da memória (CASSIN, 2001, p. 187), de seu apaziguamento após uma situação de guerra ou conflito civil (MASSAMBA-MAKOUMBOU, 2012, p. 29). Ela atuaria nesse sentido por meio de “*uma certa organização do esquecimento*” (KERVEGAN, 2007, p. 178, t.n.⁹¹) ou de uma “*conspiração do silêncio*” (OST, 2005, p. 173, 1999, p. 145). Como observa Rambaud, “*[e]xiste fundamentalmente uma simbólica da anistia que se enraíza na maneira pela qual um Estado pretende gerir a sua relação com sua história e com sua memória coletiva*” (RAMBAUD, 2007, p. 229, t.n.⁹²).

Com efeito, a anistia penal, ato político de clemência que, *post factum*, derroga a parte sancionadora da lei penal e, portanto, extingue o crime (cf. BATISTA, 1971, p. 36;

⁸⁹ “*Moral reparations are intended to repair the shame and humiliation previously inflicted on victims and to restore their reputation and equal status in the public eye*”.

⁹⁰ A anistia e a prescrição têm o efeito “[...] em níveis diversos, de proteger os seus beneficiários de perseguições criminais ou da execução de suas penas” (FABRI, 2007, p. 17, t.n.: “[...] à des degrés divers, de mettre leurs bénéficiaires à l’abri des poursuites ou de l’exécution de leur peine”) e, assim, de “[...] perturbar a aplicação normal do direito” (GARAPON, 2007, p. 180: “[...] perturber l’application normale du droit”).

⁹¹ “*une certaine organisation de l’oubli*”.

⁹² “[i]l existe fondamentalement une symbolique de l’amnistie qui s’enracine dans la manière dont un État entend gérer son rapport à son histoire et à sa mémoire collective”.

SWENSSON JUNIOR, 2007, p. 146-148), tem na origem de seu nome o termo grego *amnestía*, que significa esquecimento, e permanece bastante conectada a essa ideia. O argumento é o de que, com a anistia, além de se eliminar a possibilidade de que os autores de determinadas práticas sejam perseguidos e punidos, impede-se que estas sejam qualificadas como crime (RICOEUR, 2008, p. 195). Como observa Ost, com a anistia, os fatos são reputados como não tendo sido delituosos: “[...] *agimos como se o mal não tivesse ocorrido; o passado é reescrito e o silêncio é imposto à memória*” (OST, 2005, p. 172, 1999, p. 144). De fato, com a anistia, não mais se pode afirmar na esfera da verdade judicial que um crime foi praticado, atribuindo-se a alguém a sua autoria (SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 24-25⁹³), e ninguém pode acusar outra pessoa de ter cometido um crime sem incidir em calúnia ou difamação (OST, 1999, p. 144). Por isso, avalia-se que a anistia serve como ferramenta para se preservar determinada narrativa histórica do passado, por meio da regulação ou controle de contranarrativas (TEITEL, 2000, p. 106).

Assim, um estudo sobre medidas de clemência no direito comparado observa que, ainda que o termo anistia seja suscetível de cobrir situações muito heterogêneas, cujo sentido pode variar conforme o contexto, “[...] *ele mantém um núcleo duro de significação (proibição de recordar ou, o inverso, obrigação de esquecer)*” (FABRI, 2007, p. 19, t.n.⁹⁴). Ricoeur a ela se refere como “[...] *uma verdadeira amnésia institucional que convida a agir como se o acontecimento não tivesse ocorrido*” (2008, p. 195).

O objetivo seria a superação de um estado de conflito, o alcance da pacificação social. Entretanto, entendem alguns que o preço a se pagar seria alto (RICOEUR, 2008, p. 195): o crime seria não apenas esquecido, mas também apagado (PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 288), tomado como se não tivesse existido (GARAPON, 2007, p. 181). Ao impedir a memória dos fatos, a anistia teria o condão de apagar o inapagável (OST, 1999, p. 145) - “[...] *até mesmo os vestígios dos acontecimentos traumáticos; como se fosse possível apagar a mancha de sangue nas mãos de Lady Macbeth*” (RICOEUR, 2008, p. 195) - com todas as consequências que disso poderiam advir: a banalização do crime, a

⁹³ Nesse sentido, atentando para a experiência da transição brasileira, Swensson Junior argumenta que “[c]onforme o princípio constitucional que estabelece não haver culpado por crime sem processo que o declare (CF, art. 5º, LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória), é problemática a afirmação de que crimes graves e atrozes foram praticados pelos agentes da repressão política do regime militar, como costuma aparecer na recente bibliografia sobre o tema. Não houve nenhum processo criminal contra um agente da repressão e, consequentemente, nenhuma condenação. De modo que não é possível atestar, pelo menos no nível da verdade judicial, que alguma pessoa praticou tais delitos. Se alguém perguntar se agentes estatais ou colaboradores do regime cometeram crimes nos porões da ditadura, *juridicamente* a resposta é não” (SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 24, d.o.).

⁹⁴ “[...] *il garde un noyau dur de signification (défense de se souvenir ou, à l'inverse, obligation d'oublier)*”.

neutralização de valores, reenviados a uma medida comum de clemência (OST, 1999, p. 145). Não seriam dessa forma, pergunta Ricoeur (2000, p. 588), eliminados da memória oficial exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro de reincidir nos erros do passado, com a condenação das memórias concorrentes a uma vida subterrânea? No mínimo, a anistia frustraria a investigação dos fatos por meio do sistema penal-repressivo, considerado por alguns como “[...] *um dos meios mais habituais para estabelecer a verdade*” (NAQVI, 2006, p. 26-27, t.n.⁹⁵) e poderia servir como obstáculo para a identificação dos responsáveis, caso se entendesse que esta, à luz do princípio da presunção de inocência, apenas poderia se dar por meio de sentença penal condenatória.

A prescrição⁹⁶ é também considerada como uma medida jurídica atuante no equilíbrio entre esquecimento e sobrevivência do passado: “*A noção de prescrição mergulha plenamente o jurista no núcleo das relações entre tempo e direito, mais precisamente, em torno do equilíbrio temporal entre esquecimento e sobrevivência do passado*” (ABDELGAWAD; MARTIN-CHENUT, 2007, p. 101, t.n.⁹⁷). Subjacente a ela está a ideia de que, com o decurso de certo tempo, a sociedade perde o interesse em perseguir uma infração ou em executar uma pena, pois as provas terão se perdido, os sentimentos estarão apaziguados; está também presente a ideia de que a sociedade deveria ser de alguma forma penalizada por sua negligência em perseguir e punir dentro de um tempo razoável. Opta-se então por assegurar à pessoa envolvida a possibilidade de, o prazo findo, invocar a seu favor um “*direito ao esquecimento*” (OST, 2005, p. 168, 1999, p. 140). Considera-se, assim, que a prescrição, como a anistia, interfere na memória das práticas cuja possibilidade de punição ela elimina: “[...] *é necessário esquecer a infração e seu autor, mais do que reviver o passado. A prescrição é assim ‘a expressão da grande lei do esquecimento’*” (ABDELGAWAD; MARTIN-CHENUT, 2007, p. 101, t.n.⁹⁸).⁹⁹

É certo que a prescrição gera menos polêmica do que a anistia penal, por não resultar de um ato de vontade circunstancial como esta última, dando-se automaticamente

⁹⁵ “[...] *uno de los medios más habituales para establecer la verdad*”.

⁹⁶ A prescrição já foi definida como “[...] a mesma regra segundo a qual não é mais possível agir contra o autor de uma infração, nem exigir a aplicação da pena à qual ele foi condenado por essa infração, após o decurso de certo prazo determinado por uma norma escrita” (JEANNIN, 2007, p. 257, t.n.: “[...] *la même règle selon laquelle il n’est plus possible d’agir contre l’auteur d’une infraction ni d’exiger l’application de la peine à laquelle il a été condamné pour cette infraction après l’écoulement d’un certain délai déterminé par une norme écrite*”).

⁹⁷ “*La notion de prescription plonge pleinement le juriste au coeur des relations entre temps et droit, plus précisément autour de l’équilibre temporel entre oubli et survivance du passé*”.

⁹⁸ “[...] *il faut oublier l’infraction et son auteur, plutôt que faire revivre le passé. La prescription est ainsi ‘l’expression de la grande loi de l’oubli’*”.

⁹⁹ No mesmo sentido, observa Jeannin (2007, p. 258) que a prescrição, tal como a anistia, é amplamente considerada como uma forma de esquecimento.

para todas as pessoas e para os diferentes tipos de infração após o decurso de um período de tempo, e por consistir em regra adotada em diferentes sistemas jurídicos, que incide regularmente e não especialmente em mudanças entre regimes políticos.¹⁰⁰ Contudo, no seio da justiça de transição – situação em que diferentes fatores costumam gerar atrasos no funcionamento da justiça – e diante de crimes de maior gravidade, a prescrição também passou a ser confrontada ao direito à memória e à verdade. Foi nesse contexto, com início em torno da luta pela punição dos crimes do nazismo, que se passou a falar no imprescritível (ABDELGAWAD; MARTIN-CHENUT, 2007, p. 101, 104), a partir da ideia de que se trata de crimes “[...] *em relação aos quais não se admite mais que o tempo lhe apague a lembrança*” (OST, 2005, p. 169, 1999, p. 141).¹⁰¹ Diante da imensidão desses crimes, foi concebido um passado que não passa, que não pode passar, donde a criação da imprescritibilidade, que “[...] *congela o tempo, impede-o de esquecer*” (GARAPON, 2004a, p. 48).

Em que medida seria ou não possível tornar efetivo o direito à verdade diante do tipo de esquecimento imposto pela prescrição ou pela anistia é uma questão controversa. Alguns comentadores sustentam que ao menos alguns tipos de anistia podem impedir o exercício do direito à verdade (NAQVI, 2006, p. 26-27; PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 273): “[...] *o esquecimento será ‘perpétuo’, o passado não tem mais o tempo para reaparecer, o direito à memória é enterrado, a memória do direito, interrompida*”

¹⁰⁰ “As leis penais, instaurando mecanismos de prescrição, não suscitam as mesmas controvérsias que aquelas relativas à anistia, e isto em razão de sua automaticidade (elas legislam de maneira geral e abstrata em relação a qualquer pessoa e qualquer tipo de infração), e do momento em que elas intervêm (elas são editadas antes que a infração seja cometida e permanecem em vigor de modo permanente: escritas *in tempore non suspecto*, elas escapam à acusação de parcialidade dirigida às leis de ocasião)” (OST, 2005, p. 168, 1999, p. 141). No mesmo sentido, observa Hélène Ruiz Fabri que “[a] prescrição frequentemente goza de um grande crédito, porque, contrariamente à anistia e à graça, ela tem um caráter geral, abstrato e automático. Ademais, nos sistemas jurídicos que a adotam, ela é a regra, sendo a imprescritibilidade a exceção” (FABRI, 2007, p. 27, t.n.: “[l]a prescription jouit souvent d’un large crédit, parce que, contrairement à l’amnistie et à la grâce, elle a un caractère général, abstrait et automatique. De plus, dans les systèmes juridiques qui l’adoptent, elle est la règle, l’imprescriptibilité étant l’exception”).

¹⁰¹ “Se a tentação de um compromisso dissociando o direito imprescritível das vítimas à verdade e à reparação em caso de crimes internacionais e a eventual prescrição dos processos contra os autores do ato pôde se manifestar, ela parece superada pela ideia de que é importante punir o autor do ato, mesmo muitos anos depois, não tanto pelo interesse de punição, mas pela importância de se lembrar do direito, de se prevenir a repetição do ilícito e, sobretudo, do lado da vítima, de se assegurar o direito à verdade, o direito a um recurso efetivo, o direito à reparação e a obrigação do Estado de investigar e processar os autores dos atos” (FABRI, 2007, p. 28: “*Si la tentation d’un compromis dissociant le droit imprescriptible des victimes à la vérité et à la réparation en cas de crimes internationaux, et la prescription éventuelle des poursuites contre les auteurs de l’acte, a pu se manifester, elle semble dépassée par l’idée qu’il est important de punir l’auteur de l’acte même de longues années après, non pas tant pour l’intérêt de la punition qu’en raison de l’importance de rappeler le droit, de prévenir la répétition de l’illicite et, surtout, en se plaçant du côté de la victime, d’assurer le droit à la vérité, le droit à un recours effectif, le droit à réparation et l’obligation pour l’État d’enquêter et de poursuivre les auteurs des actes*”).

(DELLA MORTE, 2007, p. 40, d.o., t.n.¹⁰²). Outros sublinham que anistias como aquela condicionalmente concedida pela Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul (1995-2002) não necessariamente obstaculizam a busca da verdade (MINOW, 1998, p. 56), preservando uma *“fronteira entre anistia e amnésia”* (RICOEUR, 2007, p. 462, 2000, p. 589).¹⁰³ Há ainda quem defenda a inexistência de prejuízo. Swensson Junior, por exemplo, argumenta que *“[...] o reconhecimento das causas de extinção da punibilidade do direito penal, como a anistia e a prescrição, não significa o fim da discussão sobre o nosso passado ditatorial e sobre a responsabilização dessas pessoas”* (SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 52). No seu entender, *“[t]anto a anistia como a prescrição não impedem, por exemplo, a busca pela verdade ou a preservação da memória do passado ditatorial, pleiteados hoje em dia no Brasil”* (SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 52).

1.4.4. As reflexões em torno dos mecanismos da justiça de transição oferecem respostas sobre o significado do direito à verdade?

Já havíamos observado que os estudos que tratam dos mecanismos de justiça de transição incluídos no eixo “verdade” oferecem pistas, mas não respostas fechadas sobre o que se entende por direito à verdade (item 1.3 supra). A recuperação da literatura sobre justiça de transição desenvolvida neste item 1.4 mostra que, além disso, o eixo “verdade” não é percebido como o único relevante para a compreensão do significado atribuído ao direito à verdade: também a persecução penal e os programas de reparação possuiriam uma dimensão de estabelecimento da verdade e promoção da memória, produzindo efeitos sobre a observância ou inobservância desse direito.

Por outro lado, foi visto que o tema da verdade e da memória está igualmente presente em meio às reflexões sobre institutos jurídicos que, de forma imediata, parecem dizer respeito apenas à possibilidade de se perseguir criminalmente e de se punir os autores de determinados crimes – a anistia penal e a prescrição. Na literatura sobre justiça de

¹⁰² “[...] l’oubli sera ‘perpétuel’, le passé passe et n’a plus le temps pour ressurgir, le droit à la mémoire est enterré, la mémoire du droit interrompue”.

¹⁰³ “[...] nesses casos, procura-se estabelecer os fatos e os atos que ocorreram no curso do período precedente, não para punir os culpados, mas para dar à verdade seus direitos [pour rendre ses droits à la vérité]. Assim, ninguém ignora o que aconteceu e quem aí tomou parte; o passado não é manipulado e o silêncio não é imposto à história. Acontece apenas que, por razões superiores, o perdão é concedido aos responsáveis, ao menos em certas condições” (OST, 2005, p. 176, 1999, p. 147).

transição, estas últimas são percebidas como políticas da memória¹⁰⁴ ou, mais precisamente, como uma imposição de esquecimento (TEITEL, 2000, p. 72) com objetivos políticos, capaz de limitar e até mesmo impedir o exercício do direito à verdade. Isso corrobora a percepção de que a verdade objeto do direito em estudo vai além daquilo que se pode obter como resultado do trabalho de uma comissão da verdade e da abertura de arquivos do regime repressivo, posto que, a princípio, uma comissão da verdade poderia ser criada e arquivos poderiam ser abertos independentemente da anistia ou prescrição dos crimes cometidos.

Em síntese, os estudos sobre os mecanismos de justiça de transição esclarecem aspectos daquilo que seria a “verdade” buscada com o direito à verdade. Deles sobressai, por exemplo, que essa verdade vai além da revelação de fatos ainda desconhecidos, que ela envolve a perspectiva das vítimas e tem uma dimensão reparadora. Esses estudos contêm ainda esclarecimentos sobre alguns dos meios para fazer valer esse direito: certamente a abertura de arquivos – mas não apenas isto, pois se espera do Estado uma ação positiva de investigar e divulgar informações – possivelmente também comissões da verdade, processos penais e/ou programas de reparação. Muitos sublinham a necessidade ou, no mínimo, a importância do emprego desses diferentes procedimentos frente a uma demanda de verdade sobre o passado de violência, enquanto outros criticam sua adequação para esse fim. De qualquer forma, a análise dos mecanismos da justiça de transição não parece capaz de por si só responder à questão específica sobre se e em que termos cada uma dessas medidas integraria a proteção do direito à verdade. Persistem muitas dúvidas a respeito do significado desse direito.

Embora não caiba no âmbito deste trabalho analisar detidamente os problemas práticos que podem ser gerados em virtude dessa incerteza identificada no plano teórico, parece interessante buscar ilustrações na experiência da transição brasileira. Com esse objetivo, será apresentado, brevemente, como analistas têm avaliado a justiça de transição brasileira frente ao direito à verdade (item 1.5.1), e a forma como o Judiciário nacional tem se posicionado em pleitos que se fundam ou se relacionam com esse direito (item 1.5.2).

¹⁰⁴ O presente estudo toma como “políticas da memória” as medidas institucionais que buscam interferir na memória que a sociedade tem de seu passado. Barbara Cassin as define como “[a] gestão da relação entre passado e futuro, determinante de um presente político” (2001, p. 177, t.n.: “*La gestion du rapport entre passé et futur, déterminante d’un présent politique*”).

1.5. Olhares sobre o direito à verdade na experiência da transição brasileira

1.5.1. Como foram e são percebidas as medidas da justiça de transição brasileira em face do direito à verdade?

No Brasil, o tema do direito à verdade ganhou importância nos debates sobre justiça de transição, servindo como base para a avaliação das decisões políticas e jurídicas tomadas e para a reivindicação da adoção de outros caminhos. Neste estudo, serão apresentadas apenas algumas notas gerais sobre a justiça de transição no País, com o intuito de ilustrar em que termos as medidas que a constituíram foram e têm sido percebidas face ao que se entende por direito à verdade.

A transição democrática no Brasil, após o regime militar instaurado em 1964, foi marcada pela edição da Lei n. 6683, de 28 de agosto de 1979 (“Lei da Anistia”), que concedeu anistia a todos aqueles que, durante a ditadura, cometeram “*crimes políticos ou conexos com estes*” ou crimes eleitorais, bem como aos opositores do regime punidos administrativamente.¹⁰⁵ Tem-se que essa lei, interpretada como beneficiando também os agentes do Estado encarregados da repressão, que praticaram crimes como tortura, estupro, homicídio e desaparecimento forçado, caracterizou uma decisão política e jurídica, feita ainda durante o regime militar, pelo esquecimento do passado (ADORNO, 2007, p. 171; TORELLY, 2012, p. 182): “*Prevaleceu a interpretação da lei que propiciava a política do esquecimento [...] ocultando a verdade e interditando a memória*” (TELES, J., 2005, p. 142). Não apenas se decidiu pela não perseguição e punição dos autores dos crimes praticados, mas também não houve, no momento, a adoção de outra medida voltada ao estabelecimento da verdade (MEZAROBBA, 2003, p. 143), com o esclarecimento das mortes e desaparecimentos (TELES, J., 2005, p. 142) ou à promoção da memória das vítimas. A opção, contida na lei, pelo “*apaziguamento*” e pela “*harmonização de divergências*” por meio do esquecimento (MEZAROBBA, 2003, p. 143), teria prevalecido por muito tempo: até recentemente, as únicas iniciativas voltadas a estabelecer um registro histórico sobre o funcionamento do aparato estatal de repressão não haviam sido obra do Estado; ao contrário, este mostrou resistência até mesmo em fornecer informações a respeito de desaparecimentos políticos.¹⁰⁶ Diante disso, segundo Janaína Teles, “[a]

¹⁰⁵ A Lei prevê a anistia para atos praticados no período compreendido entre 02.09.1961 e 15.08.1979.

¹⁰⁶ Como mostra a atuação da União na Ação Ordinária n. 82.00.24682-5, relativa aos desaparecimentos políticos na Guerrilha do Araguaia (v. item 1.5.2 infra).

continuidade da luta [dos familiares de mortos e desaparecidos políticos] passou a ser encarada como prática a ser enfrentada nas ruas, mas também no Judiciário, propondo uma articulação do direito à memória com a exigência de verdade” (TELES, J., 2005, p. 143).

Atribui-se à obra *Brasil: Nunca Mais* – elaborada a partir de pesquisa feita em processos que tramitaram na Justiça Militar contra opositores da ditadura, constantes dos arquivos do Superior Tribunal Militar, e publicada pela Arquidiocese de São Paulo em 1985 – o papel de ter realizado um dos mais importantes registros sobre o sistema repressivo e a prática de tortura durante o regime militar (HAYNER, 2011, p. 17; MEZAROBBA, 2003, p. 56-58, 143; PINHEIRO; MACHADO; BALLASTEROS, 2013, p. 27; TEITEL, 2000, p. 80). Com ela, no entender de Mezarobba, “[...] em certa medida o direito à verdade foi contemplado, no início do processo de acerto de contas, mas não por iniciativa do Estado Brasileiro” (MEZAROBBA, 2009, p. 47). Trata-se de um projeto que, mais do que independente do Estado, foi levado a cabo secretamente, a partir da fotocópia de processos que puderam ser retirados dos arquivos do tribunal por advogados. A convicção a animá-lo era a de que “[...] os dados colhidos no próprio processo jurídico organizado pelas estruturas regulares do Regime Militar equivaleriam à exibição de um testemunho irrefutável” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. xiv). De fato, percebem alguns que, por basear-se em fontes oficiais, esse trabalho se aproximou da construção de uma verdade oficial, uma confissão pelo Estado das práticas criminosas de seus agentes (TEITEL, 2000, p. 80). Porém, a limitação das fontes de pesquisa aos processos militares fez com que o próprio estudo se reconhecesse incompleto, incapaz de abarcar mais do que uma parcela das irregularidades cometidas: “*Não é o estudo completo de uma época. Nem é o levantamento global da repressão política ocorrida nela. Essa tarefa haveria de demandar, inevitavelmente, o recurso a outras fontes de informação*” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. xiv).

Algumas mudanças na atitude do governo brasileiro no sentido de introduzir a busca da verdade em seu modelo de justiça de transição são atribuídas à Lei n. 9140/1995 (“Lei dos Desaparecidos”) e dizem respeito, principalmente, às vítimas de desaparecimento forçado (PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 272, 2012a, p. 124). Como nota Mezarobba (2003, p. 64), durante o regime militar a detenção dos desaparecidos e o seu assassinato pelo sistema de repressão não eram reconhecidos pelo Estado. A Lei da Anistia, a esse respeito, havia apenas permitido que se requeresse a declaração de ausência da pessoa

desaparecida, tendo por efeito a presunção de sua morte, para os fins de dissolução de casamento e de sucessão, “[...] *sem qualquer explicação ou investigação*” (TELES, J., 2005, p. 22). Isto foi considerado, conforme expresso no Relatório do II Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1979, um “[...] *embuste grosseiro para esconder os crimes contra a humanidade*” (apud TELES, J., 2005, p. 145).

Já a Lei n. 9140/1995 veio reconhecer como mortas as pessoas desaparecidas indicadas em lista constante de seu anexo, criar comissão competente para proceder ao reconhecimento de outras pessoas desaparecidas e mortas e empregar esforços para localizar os seus corpos. Além disso, previu o pagamento de indenização aos familiares dos mortos e desaparecidos vítimas da repressão. A lei foi criticada, entre outros motivos, por ser insuficientemente abrangente e por não incorporar a reivindicação dos familiares de que fossem amplamente apuradas e divulgadas as circunstâncias da morte das pessoas desaparecidas, inclusive com a identificação dos responsáveis (MEZAROBBA, 2003, p. 87-94; PERRONE-MOISÉS, 2012a, p. 124; TELES, J., 2005, p. 10). Contudo, a ela se atribui o mérito de ter reconhecido, de forma inovadora, a responsabilidade do Estado pelas mortes e desaparecimentos, servindo como forma de reabilitação moral das vítimas (MEZAROBBA, 2003, p. 87, 90).¹⁰⁷ Ademais, durante a análise pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela lei em questão, dos casos a ela submetidos, foi revelada a falsidade de algumas versões oficiais sobre mortes provocadas por agentes do poder público (MEZAROBBA, 2003, p. 101-102, 145). Na perspectiva de Perrone-Moisés, “[...] *a edição da Lei n. 9.140/95 e os trabalhos da Comissão representam a retomada da discussão pública acerca das violações a direitos humanos ocorridas no país durante o regime militar*” (PERRONE-MOISÉS, 2012a, p. 124).

Alguns anos depois, foi adotada a Medida Provisória n. 2151/2001, para regulamentar o art. 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando reparação econômica às pessoas impedidas de exercer a respectiva atividade profissional e aos estudantes prejudicados, por motivação política, durante o regime militar. Posteriormente substituída pela Medida Provisória n. 65/2002, convertida na Lei n. 10559/2002, a referida medida provisória criou também a Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça, competente para apreciar os pedidos de indenização. Aponta-se que “[...] *o processo de investigação e pagamento de reparações pela Comissão de Anistia*

¹⁰⁷ Swensson Junior também percebe que, com essa lei, “[...] o Estado brasileiro, ainda que em sede imprópria – que não a do poder judiciário e não através de um exame de direito penal –, acabou reconhecendo, de certa forma, a criminalidade do regime militar” (SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 31).

[...] levou à criação de um arquivo de enormes proporções” (PEREIRA, 2012, p. 19), bem como que essa Comissão, a partir de 2007, foi além da sua atividade inicial, focada na apreciação de processos administrativos, para assumir “[...] papel relevante na promoção e na defesa do direito à memória e à verdade, passando a promover caravanas, seminários e a edição de publicações temáticas” (PINHEIRO; MACHADO; BALLESTEROS, 2013, p. 28). No entender de Abrão, “[e]m razão de suas competências para averiguação e reconhecimento de violações do regime militar, essas Comissões constituem-se em efetivas Comissões de Reparação e Verdade” (ABRÃO, 2012b, p. 62). Dessa forma, compreende-se que, ao começar a lidar com o passado de repressão através de programas de reparação, a justiça de transição brasileira continuou a se aproximar ao modelo da verdade, ainda que de forma insuficiente (PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 273): “[...] era impossível reparar sem o resgate da memória” (ABRÃO, 2012a, p. 29). Porém, como nota Hayner (2011, p. 178), isso não enfraqueceu a demanda pelo conhecimento de toda a verdade, e os familiares das vítimas e ativistas de direitos humanos continuaram fazendo pressão pela criação de uma comissão nacional da verdade. Entre os familiares, persistiu, em especial, a busca por saber como morreram as vítimas, por encontrar os restos mortais dos desaparecidos e por “[...] testemunhar sua herança de memórias e histórias” (TELES, J., 2005, p. 66).

Ainda mais recentemente, o Governo Federal passou a desenvolver projetos de promoção da memória do período de repressão política. Um exemplo, comentado por Torelli (2012, p. 287), é a criação no Arquivo Nacional do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas”, em 2009, para reunir documentos de arquivos federais e estaduais sobre o período da ditadura militar, bem como contribuições da sociedade. Conforme consta no sítio do projeto na internet, “[t]rata-se de fazer valer o direito à verdade e à memória” (ROUSSEFF, 2009). Outro exemplo é a publicação, em 2007, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, do livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, sobre o trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei n. 9140/1995. Nessa obra, apontada por Mezarobba como o início efetivo do cumprimento, pelo Estado brasileiro, de seu dever de revelar a verdade,

[...] pela primeira vez um documento oficial do Estado brasileiro atribuiu a integrantes das forças de segurança crimes como tortura, estupro, esquartejamento, decapitação, ocultação de cadáveres e assassinato de

opositores do regime militar que já estavam presos e, portanto, impossibilitados de reagir (MEZAROBBA, 2009, p. 47-48).¹⁰⁸

Em 2009, o Governo Federal, no Decreto n. 7037, relativo ao Programa Nacional de Direitos Humanos, que contém os projetos políticos para esta área, apresentou o “direito à memória e à verdade” como um de seus eixos orientadores (art. 2.º, VI), estabelecendo para ele as seguintes diretrizes: “[r]econhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado”, com o “esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política”, por meio da criação de uma comissão nacional da verdade; “[p]reservação da memória histórica e construção pública da verdade”, inclusive com a criação e o apoio a centros de memória e documentação sobre a repressão política e o desenvolvimento de programas e ações educativas; e “[m]odernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia”, para suprimir-se “do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos”.

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei n. 12528/2011 e instalada em 16 de maio de 2012. Hayner, em comentário sobre as expectativas em torno da sua criação, nota que as medidas anteriormente adotadas no sentido de investigar e tornar pública a verdade sobre o período de repressão política não prejudicaram a convicção de que essa medida permanecia necessária:

Apesar desses esforços, havia um apoio quase universal entre os envolvidos nessas iniciativas à criação de uma comissão de verdade. Mesmo o presidente da mais importante comissão governamental sobre os desaparecidos insistiu na necessidade de uma comissão de verdade. ‘Há muita verdade que ainda é desconhecida’, ele explicou (HAYNER, 2011, p. 19, t.n.¹⁰⁹).

Tendo como um de seus objetivos legais a efetivação do “direito à memória e à verdade histórica” (art. 1.º), a Comissão Nacional da Verdade gerou em sua origem muitas controvérsias sobre qual deve ser o seu papel e sobre o objeto da investigação a ser

¹⁰⁸ No mesmo sentido, observa Torelli: “Trata-se do primeiro documento oficial do Estado brasileiro a reconhecer prática de torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados como prática sistemática durante os anos de ditadura” (TORELLI, 2012, p. 287).

¹⁰⁹ “Despite these efforts, there was near-universal support among those involved in these initiatives for creating a truth commission. Even the chair of the major government commission on the disappeared insisted on the need for a truth commission: ‘Too much truth is still not known,’ he explained”.

realizada. Um exemplo foi a já mencionada polêmica em torno de dever ou não a comissão da verdade investigar “os dois lados”. Defenderam alguns que a Comissão não investigasse apenas as ações de agentes da repressão, mas também as da luta armada contra o regime. A imprensa noticiou que “[o] *ex-ministro da Defesa Nelson Jobim, que deixou o cargo em 2011, disse que o acordo que viabilizou a criação da comissão previa que ações da esquerda armada também seriam investigadas*” (CAMPANHA, 2012, Poder, A13), e que um integrante da Comissão, José Carlos Dias, também defendeu que isso ocorresse (CREDENCIO, 2012, Poder, A9); outros membros da comissão, Rosa Maria Cardoso, Maria Rita Kehl e Paulo Sérgio Pinheiro, se posicionaram em sentido contrário (ARRUDA; TOSTA, 2012, Nacional, A8; KACHANI, 2012, Poder, A12; LUNA, 2012, Poder, p. A4). Paulo Sérgio Pinheiro, em entrevista dada ao jornal O Estado de São Paulo, afirmou: “*O único lado é o das vítimas, as pessoas que sofreram violações de direitos humanos. Onde houver registro de vítimas de violações praticadas por agentes do Estado a comissão irá atuar*” (PINHEIRO, 2012, Nacional, A8). Após ampla polêmica, a Comissão Nacional da Verdade editou resolução estabelecendo que examinaria apenas “[...] *as graves violações de direitos humanos praticadas [...] por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado*”.¹¹⁰

Dificuldades continuaram presentes durante o curso do trabalho da Comissão, inclusive com disputas internas entre os integrantes do grupo, divulgadas pela imprensa (e.g. ARRUDA, 2013a, Política, A6; NOSSA, 2013, Política, A4), sobre temas como dar ou não publicidade às atividades da comissão e recomendar ou não a revisão da Lei da Anistia no relatório final. A imprensa também deu notícia da insatisfação gerada pelos trabalhos da Comissão em diversos setores, não apenas entre os militares, que se mostraram descontentes desde a sua instauração. Foram divulgadas, por exemplo, críticas de familiares das vítimas, que se sentiram alijados das investigações e as perceberiam como pouco transparentes e insuficientemente focadas na questão dos mortos e desaparecidos (ARRUDA, 2013c, Política, A17). A forma como foi conduzido o depoimento do coronel de reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra, em 10 de maio de 2013, foi tanto criticada como elogiada à luz do objetivo da comissão de esclarecer a verdade.¹¹¹

¹¹⁰ Resolução da Comissão Nacional da Verdade n. 2, publicada em 20 de agosto de 2012, artigo 1.º.

¹¹¹ “Luiz Moreira, professor de direito constitucional da Faculdade de Direito de Contagem e assessor de grupos de direitos humanos, qualificou como ‘desastre’ o depoimento. [...] Para o professor, o papel da comissão é garantir às vítimas da ditadura e a seus familiares o esclarecimento dos episódios de que foram vítimas: ‘Não adianta jurisdicizar o debate, porque as ações da comissão não têm consequências jurídicas. O que está em questão é o direito à verdade. O depoimento deveria ter tido um tratamento mais técnico e político’.

Na mesma data da aprovação da lei que prevê a criação da Comissão da Verdade, foi também aprovada a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12527/11). Após uma longa atuação de órgãos do Estado em prol da preservação em sigilo de documentos do período, autorizada pelas Leis n. 8159/1991 e 11111/2005¹¹² (revogadas pela Lei n. 12527/11), com a paulatina abertura de partes dos arquivos aos interessados,¹¹³ foi estabelecido que “[a]s informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso” (art. 21, parágrafo único). A autorização, contida na Lei n. 11111/2005, hoje revogada, à prorrogação irrestrita do prazo de segredo dos documentos públicos era apontada por muitos como ofensiva ao direito à verdade (PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 273; PIOVESAN, 2012, p. 217; TELES, J., 2005, p. 173-174).

Diversos autores, em trabalhos publicados nos últimos anos, afirmaram que o Brasil ainda não contemplou suficientemente o direito à verdade (e.g. BARBOSA; VANNUCHI, 2009, p. 59; MEZAROBBA, 2009, p. 48; PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 276; PIOVESAN, 2009, p. 208-209, 2012, p. 219; SAMPAIO; ALMEIDA, 2009, p. 257). Reconhecendo alguns avanços recentes nessa seara, esses analistas apontaram omissões e deficiências – a exemplo da negativa de acesso aos arquivos da ditadura militar e a não instauração, por muito tempo, de uma comissão da verdade – que com as medidas mais recentes podem estar sendo ao menos parcialmente sanadas. A inexistência de uma clara definição para esse direito dá espaço para persistirem divergências sobre a (in)suficiência

[...] O cientista político Manoel Moraes, membro da Comissão da Verdade de Pernambuco, considera positiva a presença do coronel perante a Comissão Nacional [...].

Quanto aos argumentos de Ustra, observa: ‘A busca da verdade não pode anular o direito do inquirido de se manifestar. O que ouvimos foram manifestações de alguém preso a uma visão totalitária e superada. Seus argumentos eram tão frágeis que começou a gritar’” (ARRUDA, 2013b, Política, A6).

¹¹² Esta última foi resultado da conversão em lei da Medida Provisória n. 228/2004. A Lei n. 8159/91 estabelecia que “[o] acesso aos documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período” (art. 23, § 2.º) e previa a definição por decreto das categorias de sigilo que deveriam ser obedecidas pelos órgãos públicos na classificação dos documentos por eles produzidos. Durante a sua vigência, foi editado o Decreto n. 4553/2002, determinando que documentos classificados como ultrassecretos permaneceriam em sigilo por cinquenta anos, podendo esse prazo “ser renovado indefinidamente, de acordo com o interesse da segurança da sociedade e do Estado” (art. 7.º, I e § 1º). A Lei n. 11111/05 previu a possibilidade de o sigilo ser mantido por prazo indefinido (art. 6.º, § 2.º) (para uma análise dessas normas v. WEICHERT, 2009).

¹¹³ E.g. a abertura dos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), no começo da década de 1990 (cf. MEZAROBBA, 2003, p. 70-71) e a determinação, pelo Decreto Federal n. 5584/2005, do recolhimento ao Arquivo Nacional de documentos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estivessem sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN (cf. OLIVEIRA, 2009, p. 313).

das diferentes medidas adotadas para a implementação e sobre aquilo que seria adicionalmente necessário.

1.5.2. A atuação do Judiciário brasileiro em demandas relacionadas ao exercício de um direito à verdade¹¹⁴

No Brasil, ações de diferentes objetos foram e são ajuizadas com base no direito à verdade ou com propósitos relacionados ao que se entende por esse direito, levando o Judiciário a se posicionar casuisticamente sobre o assunto, de forma a dar início à construção de uma jurisprudência que permanece sem consolidação ou uniformidade. Será feita, aqui, uma resumida análise qualitativa dessa jurisprudência, com a seleção de alguns casos ilustrativos, identificados em menções feitas pela doutrina, pela imprensa e em sites do Ministério Público e de organizações de direitos humanos.

(a) Caso Guerrilha do Araguaia

A Ação Ordinária n. 82.00.24682-5 foi iniciada em 19.02.1982 por familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia contra a União, com o objetivo de obter informações sobre a repressão e o aniquilamento da Guerrilha – levados a efeito em sigilo pelas Forças Armadas entre 1972 e 1975 – e sobre a localidade da sepultura dos desaparecidos. Em 1980, até então sem nenhuma notícia oficial sobre os desaparecidos, esses familiares haviam organizado uma caravana à região da Guerrilha, onde, com dificuldades, obtiveram os testemunhos e informações que viriam a informar a ação, ajuizada para exigir “[...] seu direito à verdade e a localização dos restos mortais dos guerrilheiros” (TELES, J., 2005, p. 189). Segundo Janaína Teles, “[o]s fatos que envolveram o combate à Guerrilha do Araguaia foram totalmente censurados e estiveram ausentes dos noticiários da imprensa entre setembro de 1972 e julho de 1978” (TELES, J., 2005, p. 190). A decisão dos militares, que vieram a reconhecer extraoficialmente a existência da Guerrilha somente em 1993 (TELES, J., 2005, p. 191), teria sido por “*extirpá-la da história*” (TELES, J., 2005, p. 190).

¹¹⁴ A análise ilustrativa da jurisprudência aqui desenvolvida considera decisões proferidas até janeiro de 2014. Foram analisadas somente petições iniciais e decisões disponíveis na internet, além de estudos que as comentam e de livro em que foram publicadas partes do processo movido por Clarice Herzog e seus filhos contra a União (HERZOG, 1978).

Apenas em 2003, depois de uma extinção da ação, revertida pelo TRF da 1ª. Região, e de diferentes recursos da União – muitos alegando questões processuais formais (cf. TELES, J., 2005, p. 224) –, foi proferida sentença de procedência. Esta determinou, além de outras providências, o fornecimento de informações sobre a localização dos restos mortais das pessoas desaparecidas e a apresentação àquele Juízo de “[...] *todas as informações relativas à totalidade das operações militares relacionadas à Guerrilha*” (BRASIL, Gomes Lund e outros vs. União, 2003, p. 27). Na sua ementa se lê que, embora seja impossível restituir às vítimas o seu direito à vida e à integridade física, os seus familiares “[...] *podem ser contemplados com o direito à verdade dos fatos, aos restos mortais para um sepultamento digno, como medidas necessárias para que se dê o reconhecimento da dignidade inerente à pessoa humana*” (BRASIL, Gomes Lund e outros vs. União, 2003, p. 2). Não apenas foi reconhecido o direito fundamental dos autores da ação à verdade sobre o que se passou com os seus próximos,¹¹⁵ mas também ficou consignado que “[o] *direito a resgatar a verdade dos fatos ultrapassa as pessoas dos familiares e alcança toda a sociedade, a qual não interessa que tais barbáries sejam reproduzidas*” (BRASIL, Gomes Lund e outros vs. União, 2003, p. 25).

Foi afastada a alegação da União de que inexistiriam subsídios probatórios da “[...] *participação dos familiares dos Autores na guerrilha, como também [d]a morte deles*” ou da “[...] *existência do relatório oficial contendo nome e qualificação dos civis mortos na ocasião*” (BRASIL, Gomes Lund e outros vs. União, 2003, p. 14). O desaparecimento forçado, sublinhou a sentença, lastreada na jurisprudência da CorteIDH, “[é] *um fenômeno diretamente ligado ao encobrimento e à destruição de provas*” (BRASIL, Gomes Lund e outros vs. União, 2003, p. 15), daí não se justificar uma exigência de que os familiares apresentem, para o ingresso em juízo, provas diretas de suas alegações. Sendo uma das motivações daqueles que praticam esse crime, justamente, a intenção de dissimular as provas, atribuir aos familiares o ônus da prova seria uma insensatez. Conforme constatou a sentença, “[...] *o Estado tem se negado reiteradamente a fornecer informações aos familiares ou proceder a sérias investigações sobre o paradeiro das vítimas*” (BRASIL, Gomes Lund e outros vs. União, 2003, p. 16), o que foi confirmado pelo voto condutor do acórdão do TRF da 1ª. Região sobre a apelação da União: “[...] *se*

¹¹⁵ Nos termos da sentença, “[...] não revelar as circunstâncias em que se deram os desaparecimentos, detalhando os fatos e suas motivações a fim de que possam ser descobertos os paraderos das vítimas ou encontrados seus restos mortais, é fazer durar a ausência que tortura os familiares; corresponde a auxiliar aqueles que cometeram os delitos, fazendo perfeitos os seus crimes.” (BRASIL, Gomes Lund e outros vs. União, 2003, p. 24).

registram as inúmeras evasivas das autoridades responsáveis pelas informações judicialmente requisitadas, ao longo do processo, sem nenhum sucesso, até a presente data” (BRASIL, União vs. Gomes Lund e outros, 2004, p. 51). A execução dessa sentença, após novos recursos da União, somente teve início em 2009.

Ainda que antes tivesse alegado a falta de provas de que existissem informações a respeito dos fatos em questão, em 2009 a Advocacia Geral da União, segundo a decisão da CorteIDH no Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil (2010b), apresentou “[...] *cerca de 21.000 páginas de documentos dos arquivos do antigo Serviço Nacional de Informações que estavam sob a custódia do Arquivo Nacional e que compreendem documentos dos três serviços secretos das Forças Armadas*” (2010b, par. 192). Pela demora na entrega dessa documentação, a CorteIDH concluiu ter o Estado brasileiro violado o direito a buscar e a receber informação, consagrado no artigo 13, combinado com os artigos 1.1, 8.1 e 25, da CADH (CorteIDH, 2010b, pars. 210-112).¹¹⁶ Em artigo publicado em 2011, membros do Centro Pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) que participaram da representação perante a Corte Interamericana escreveram que os familiares

[...] até o presente momento, mesmo tendo a ação judicial (de 1982) recebido uma sentença favorável, não tiveram acesso às informações que solicitaram a respeito de seus questionamentos: ‘onde estão? Como e quando (desapareceram ou foram mortos)? E quem (são os responsáveis)?’ (KRSTICEVIC; AFFONSO, 2011, p. 371).

¹¹⁶ “A critério deste Tribunal, o Estado não pode amparar-se na falta de prova da existência dos documentos solicitados. Ao contrário, deve fundamentar a negativa a prestar a informação, demonstrando que adotou todas as medidas a seu alcance para comprovar que, efetivamente, a informação solicitada não existia. É essencial que, para garantir o direito à informação, os poderes públicos atuem de boa-fé e realizem diligentemente as ações necessárias para assegurar a efetividade desse direito, especialmente quando se trata de conhecer a verdade do ocorrido, em casos de violações graves de direitos humanos, como os desaparecimentos forçados e a execução extrajudicial do presente caso. Alegar, ante um procedimento judicial, como o aqui analisado, a falta de prova sobre a existência de certa informação, sem haver indicado ao menos quais foram as diligências realizadas para confirmar ou não sua existência, possibilita a atuação discricionária e arbitrária do Estado de facilitar ou não determinada informação, gerando com isso insegurança jurídica a respeito do exercício desse direito. Cabe destacar que a Primeira Vara Federal ordenou à União, em 30 de junho de 2003, a entrega dos documentos em um prazo de 120 dias. Apesar disso, passaram-se seis anos, durante os quais a União interpôs vários recursos até que esta entrega se fez efetiva, o que resultou na vulnerabilidade dos familiares das vítimas e afetou seu direito de receber informação e conhecer a verdade sobre o ocorrido” (CorteIDH, 2010b, par. 211).

Segundo membros do Centro Pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), “Esses documentos, apesar de não contribuírem em nada no esclarecimento das vítimas desaparecidas, comprovam a existência de documentos que não haviam sido entregues anteriormente e que supostamente teriam sido destruídos [...] Apesar de as Forças Armadas negarem a existência dos documentos, alegando que todos foram destruídos, vários documentos, fotos e relatórios foram aos poucos sendo descobertos em locais sob a sua tutela” (KRSTICEVIC; AFFONSO, 2011, p. 372).

Para o presente trabalho, interessa observar que, neste caso, não obstante os diferentes recursos da União com base em argumentos de ordem processual, o debate apresentado em juízo sobre o direito à verdade parece dizer respeito menos aos contornos desse direito e ao significado da sua incidência no caso concreto do que a argumentos de ordem fática. Em outras palavras, a questão central não parece ter sido se familiares de desaparecidos políticos têm ou não o direito de saber o que se passou com estes, mas sim se a União teria em seu poder informações sobre as circunstâncias das mortes dos militantes da Guerrilha do Araguaia e sobre a localização dos seus corpos. A forma como foi usado pela União o argumento de que inexisteriam essas informações, como visto, foi rechaçada tanto pelo Judiciário brasileiro quanto pela CorteIDH.

(b) Ações declaratórias para o reconhecimento da prática de tortura

Duas ações declaratórias foram ajuizadas em face de Carlos Alberto Brilhante Ustra para a declaração da existência de relação jurídica entre os autores e o réu, decorrente da prática de tortura realizada sob a responsabilidade deste último. Essas ações visam tão somente ao reconhecimento de que o réu, ao agir com dolo e cometer ato ilícito, causou danos morais aos autores,¹¹⁷ sem pleitear indenização alguma. Uma delas foi extinta sem julgamento de mérito pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em sede de agravo de instrumento, sob o argumento de que a ação declaratória apenas se prestaria para o desfazimento de dúvida ou incerteza quanto à existência ou inexistência de relação jurídica, e as autoras pretenderiam a declaração da existência de fatos, sem querer extrair desse reconhecimento consequência jurídica alguma (SÃO PAULO, Almeida e outra vs. Ustra, 23 set. 2008).¹¹⁸

¹¹⁷ Em uma delas, é também pleiteado o reconhecimento de que o ato ilícito praticado pelo réu causou “danos à integridade física dos AUTORES”.

¹¹⁸ Conforme o voto do desembargador relator, Luiz Antonio de Godoy, “Na verdade, o que pretendem elas [as autoras da ação] é a declaração da existência de fato (ou ato) atribuído ao agravante (e não uma relação jurídica) para, assim, postularem indenização por dano moral ou, mesmo, buscarem satisfação de interesse imaterial. É o que se depreende da leitura atenta da petição inicial da ação (fls 32/62-A).

[...] Sem dúvida alguma, fatos não são suscetíveis de acerto por meio de ação declaratória, cujo objeto deve ser o desfazimento de dúvida ou incerteza quanto à existência ou inexistência de uma relação jurídica. É inadmissível a pretensão de declaração de mero fato” (SÃO PAULO, Almeida e outra vs. Ustra, 23 set. 2008).

O desembargador De Santi Ribeiro divergiu e ficou vencido. No seu entender, “[...] há interesse moral das autoras de ver declarada a existência dos efeitos jurídicos decorrentes do fato alegado na inicial” (SÃO PAULO, Almeida e outra vs. Ustra, 23 set. 2008).

O recurso especial em face dessa decisão não foi conhecido pelo Superior Tribunal de Justiça por razões formais (BRASIL, Almeida e outras vs. Ustra, 01 jun. 2010).

A outra ação declaratória foi julgada procedente em primeira instância, para declarar que entre parte dos autores e o réu existe relação jurídica de responsabilidade civil, surgida de um ato ilícito – a prática de tortura –, gerador de danos morais (SÃO PAULO, Teles e outros vs. Ustra, 07 out. 2008). Contra essa sentença foi interposta apelação, à qual o Tribunal de Justiça de São Paulo, por maioria, negou provimento, adotando entendimento oposto àquele exarado no agravo de instrumento acima mencionado a respeito do cabimento da ação declaratória. Conforme o voto condutor do desembargador relator, Rui Cascaldi, a ação buscaria a declaração de uma relação jurídica e não de mero fato. A consequência jurídica pretendida seria uma reparação do dano “[...] *meramente moral que traz conforto ao espírito e dignidade à família, independentemente de reparação pecuniária*”. Nas suas palavras,

Na relação que ora se pretende declarar, temos de um lado os autores, que, enquanto presos estavam sob a custódia do Estado e não poderiam ter sido ofendidos em suas integridades físicas pelo apontado réu, enquanto que, de outro, temos o Estado que tinha a obrigação de garantir a integridade física daqueles que estavam sob a sua custódia. A falha neste dever do Estado de garantir a segurança e integridade física dos autores, é a relação jurídica que existe a ser declarada violada. A relação envolvendo o réu, enquanto agente do Estado, violador das normas jurídicas que deveria cumprir, na medida em que responsável pela prisão onde os autores se encontravam, não é diferente, caracterizando-se também como relação jurídica, pois esta decorre de lei, que, no caso, foi violada e que proibia a tortura a qualquer pessoa detida, ou presa [...]

É errado dizer que os autores não pretendem extrair consequência alguma (no âmbito jurídico) do eventual reconhecimento de que o réu agiu em desconformidade com a lei e o direito, pois, na verdade, as pretensões meramente morais, que trazem conforto ao espírito e dignidade à família, como é a presente, costumam ser mais eficazes à eliminação das cicatrizes do que um punhado de moedas, que poderiam ser obtidas com uma ação condenatória (SÃO PAULO, Teles e outros vs. Ustra, 14 ago. 2012).¹¹⁹

As autoras da primeira ação declaratória ingressaram posteriormente com ação condenatória contra o mesmo réu, julgada procedente em 25 de junho de 2012 (SÃO PAULO, Almeida e outra vs. Ustra, 25 jun. 2012). A juíza Cláudia de Lima Menge, da 20ª. Vara Cível do Foro Central de São Paulo, baseando-se na jurisprudência do STJ para reconhecer a imprescritibilidade da ação de reparação de danos morais decorrentes de

¹¹⁹ O réu interpôs recurso especial.

ofensas a direitos humanos, apresentou o direito à verdade entre os fundamentos de sua decisão.¹²⁰

Essas ações ilustram como, para além de disputas de ordem fática, o próprio significado do direito à verdade pode provocar desacordo em demandas concretas. Trata-se aqui da perplexidade gerada por uma ação que tem por objetivo o reconhecimento judicial da prática do crime de tortura, quando o interesse dos seus autores – que não podem ver uma punição na esfera penal em virtude da anistia e não se interessam de forma imediata por uma compensação financeira – se esgota na satisfação gerada por esse reconhecimento. Dela sobressaem questões como: o direito à verdade gera a faculdade de ver reconhecido no plano da “*verdade judicial*” (SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 24) que alguém praticou um crime, ainda que seja impossível a persecução penal? Essa faculdade poderia ser exercida por meio de ação judicial restrita a esse objeto? – A dificuldade em lidar com esse problema aparece, aqui, traduzida em uma controvérsia de ordem processual, a respeito do cabimento ou não da ação declaratória. Uma forma encontrada para contorná-la, obtendo-se o mesmo efeito, foi o ajuizamento de uma ação condenatória na qual o direito à verdade serviu de base para a condenação ao pagamento de uma indenização. O reconhecimento da prática do ilícito nível da “*verdade judicial*” deixou de ser o objeto imediato da ação, embora aparentemente fosse o seu principal propósito.

(c) Ações civis públicas do Ministério Público Federal em São Paulo

Duas ações civis públicas foram ajuizadas pelo Ministério Público Federal (2008, 2010) contra a União e o Estado de São Paulo¹²¹ e contra agentes de Estado durante a ditadura, com fundamento, inclusive, no “*direito de conhecer a verdade e de construir a*

¹²⁰ “A ilicitude no comportamento do réu teve o condão de causar ofensa a bem juridicamente tutelado das autoras, de caráter extrapatrimonial. Trata-se de dano reflexo, vez que a conduta ilícita se dirigiu a ente próximo e muito querido delas, integrante do círculo familiar de relacionamento mais relevante. [...] A morte prematura por motivo político e com requintes de crueldade privou as autoras do convívio com seu companheiro e irmão, respectivamente. Por certo, a indenização almejada não será capaz de sanar a dor suportada pelas autoras, nem suprir-lhes a ausência do ente querido. Destina-se a minorar o intenso sofrimento. Muito se assemelham em seus objetivos a indenização aqui almejada e o trabalho da Comissão da Verdade, cujos integrantes foram recentemente empossados pela União. Como escreveu Flávia Piovesan em recente artigo publicado no jornal ‘O Estado de São Paulo’, edição de 6/5/2012: ‘Para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ‘toda sociedade tem o direito irrenunciável de conhecer a verdade do ocorrido, assim como as razões e circunstâncias em que aberrantes delitos foram cometidos, a fim de evitar que esses atos voltem a ocorrer no futuro’” (SÃO PAULO, Almeida e outra vs. Ustra, 25 jun. 2012). Foi interposta apelação, pendente de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até a conclusão deste estudo.

¹²¹ O Estado de São Paulo foi incluído pela petição inicial no polo passivo apenas na ação de 2010.

memória” das vítimas e de toda a coletividade. Não obstante as diferenças entre elas, para os fins deste estudo pode-se dizer resumidamente que, em ambas, requereu-se, entre outros pedidos: a declaração do dever da União e do Estado de São Paulo de fornecer informações sobre o aparelho repressivo e sobre atos de violências praticados; a declaração da responsabilidade dos agentes de Estado incluídos no polo passivo pelo funcionamento desse aparelho repressivo; e a declaração da existência de relação jurídica entre esses últimos, a sociedade brasileira e as vítimas das violações de direitos humanos perpetradas. Em uma das ações se pleiteou ainda que fosse feito um pedido formal de desculpas à população brasileira.¹²²

A primeira ação civil pública, relativa ao funcionamento do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército, foi extinta sem julgamento de mérito em relação aos pedidos mencionados. Para motivá-lo, a sentença apresenta, entre outros, os argumentos de que: o Decreto n. 7037/2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos, já estabelece ações voltadas a efetivar o direito à memória e à verdade histórica, o que acarreta a *perda superveniente de interesse processual* em relação ao pedido de tornar públicas as informações sobre as atividades do DOI/CODI; de qualquer forma, seria *inadequada a ação declaratória* relativa a esse pleito, quando na realidade se busca impor à União obrigações de fazer, ou ainda substituir-se ao *habeas data*; e o Ministério Público não teria *legitimidade ativa* para atuar em favor de interesses que não são difusos ou coletivos, mas sim individuais privados dos presos políticos e seus familiares.

A sentença se posiciona, ainda, pela “[...] *absoluta inadequação da ação civil pública para ser utilizada como instrumento do chamado ‘direito à verdade histórica’ e da promoção da ‘reconciliação nacional’*” (BRASIL, MPF vs. União Federal e outros, 5 mai. 2010, p. 12). O processo judicial não se prestaria à declaração da existência de fatos e, consequentemente, à “[...] *apuração de fatos políticos e de responsabilidades histórica e social de agentes do Estado*” (BRASIL, MPF vs. União Federal e outros, 5 mai. 2010, p. 12). De acordo com a sentença, “[a] *apuração desses fatos cabe aos órgãos de imprensa, ao Poder Legislativo, aos historiadores, às vítimas da ditadura e aos seus familiares etc.*” (BRASIL, MPF vs. União Federal e outros, 5 mai. 2010, p. 12). Em relação aos demais pedidos, inclusive o de exercício pela União de um direito de regresso em face dos ex-

¹²² Há outros pedidos nessas ações. Nesta síntese ilustrativa, são mencionados apenas os pedidos diretamente relacionados com o direito à verdade.

agentes de Estado para reaver os valores despendidos a título de indenização, a ação foi julgada improcedente.¹²³

Na outra ação civil pública, sobre a “Operação Bandeirante” (OBAN), executada em São Paulo pelo Comando do II Exército, houve igualmente, em primeira instância, extinção do feito sem julgamento de mérito por *ilegitimidade ativa* do Ministério Público, mas apenas em relação ao pedido apresentado em nome das vítimas e seus familiares. Reconheceu-se que o Ministério Público poderia pedir a declaração de existência de relação jurídica de direito obrigacional entre os réus e a sociedade brasileira decorrente dos atos ilícitos praticados pelos primeiros, bem como solicitar o fornecimento de informações relativas à OBAN, por se tratar de direitos difusos.¹²⁴ Poderia também, em defesa do erário, pedir a condenação dos réus à reparação regressiva dos cofres públicos em razão das indenizações pagas pela União e pelo Estado de São Paulo às vítimas da repressão. Por outro lado, a decisão de primeira instância também extinguiu a ação, por falta de *interesse de agir*, quanto à demanda por desculpas formais da União e do Estado de São Paulo. De acordo com ela, essa prestação jurisdicional não seria necessária ou útil, pois as “[...] referidas pessoas jurídicas de direito público não negam suas responsabilidades nos eventos decorrentes da repressão política à época da ditadura militar” (BRASIL, MPF vs. União Federal e outros, 04 ago. 2011). As leis editadas para o pagamento de indenização às vítimas do regime militar e outras ações adotadas para a “*recomposição da memória e da verdade*” seriam evidências disso (BRASIL, MPF vs. União Federal e outros, 04 ago. 2011). A ação foi preservada em primeira instância em relação aos demais pedidos.

Entretanto, em sede de agravo de instrumento, o TRF da 3.^a Região extinguiu o processo com julgamento de mérito, com base no artigo 269, inciso IV do Código de Processo Civil, entendendo ter ocorrido prescrição da pretensão de regresso em relação aos danos suportados pelo Estado no pagamento de indenizações (BRASIL, Thomaz vs. MPF, 27 out. 2011). O Ministério Público opôs embargos de declaração, nos quais aduzia, inclusive, que o TRF deixou de analisar a totalidade dos pleitos formulados na ação civil pública e contidos no âmbito de devolutividade do agravo de instrumento. Os embargos foram rejeitados, sustentando o voto condutor que “[a] prescrição, tal como reconhecida

¹²³ Foi interposta apelação, pendente de apreciação pelo TRF da 3.^a Região até a conclusão deste estudo.

¹²⁴ “Ao pedir a declaração de existência de relação jurídica entre os corréus e a sociedade brasileira, decorrente das ações destes que importariam em violação aos direitos humanos, assim como a decorrente condenação em indenização pelos danos morais à coletividade, o Ministério Público Federal pretende defender um direito difuso, pertencente a pessoas indeterminadas (toda a sociedade) e indivisível, qual seja a integridade dos direitos humanos, valor da mais alta relevância em nossa Constituição Federal” (BRASIL, MPF vs. União Federal e outros, 04 ago. 2011).

*pelo decisum embargado, fulminaria todos os pleitos de natureza condenatória, inclusive o alegado dano moral coletivo imputado aos réus” (BRASIL, MPF vs. Thomaz, 01 mar. 2012). Aparentemente, conforme o seu entendimento, nenhum dos pedidos aduzidos na ação visaria à declaração de existência de relação jurídica, todos buscariam “[...] obter a condenação dos réus à satisfação de obrigações decorrentes de fatos jurídicos”.*¹²⁵

As decisões comentadas são representativas da dificuldade em se compreender o significado do que se entende por dimensão coletiva do direito à verdade, que *a priori* deveria ser passível de tutela pelo Ministério Público, bem como as obrigações jurídicas dela decorrentes. Subjacentes ao insucesso (até o presente) dessas duas iniciativas parecem estar questões como: o que pode ser demandado do Estado, com base no direito à verdade, em benefício de toda a sociedade, e quem tem legitimidade para demandá-lo? Qual é o tipo de esclarecimento e reconhecimento que poderia ser pleiteado? Se, como se apurou na segunda ação comentada, “[...] ações de recomposição da memória e da verdade têm sido tomadas” (BRASIL, MPF vs. União Federal e outros, 04 ago. 2011) pelo Estado, é possível que o Judiciário controle a sua suficiência com base no direito à verdade?

(d) Caso Vladimir Herzog

Perrone-Moisés (2009, p. 272) aponta o caso Vladimir Herzog como uma das poucas ações judiciais movidas no País em que o direito à verdade pôde se exercer. Essa ação foi ajuizada depois que um inquérito policial militar determinou que a morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, nas dependências do DOI/CODI do II Exército, após a sua prisão, teria se dado por suicídio mediante enforcamento. Frente à conclusão do inquérito e um laudo médico confirmando essa versão, o Ministério Público Militar havia decidido não ter ocorrido crime algum que justificasse a persecução penal dos responsáveis.

Diante disso, com o objetivo de refutar essas que eram as únicas versões oficiais sobre a morte de Herzog, e sem a pretensão de obter uma indenização,¹²⁶ os seus familiares

¹²⁵ O Ministério Público Federal ingressou com recurso especial, ainda sem decisão quando da conclusão deste estudo.

¹²⁶ Conforme o prefácio de Raymundo Faoro ao livro que reúne documentos do processo, “[...] decidi sua viúva, Clarice Herzog, buscar, na Justiça comum, uma sentença que refutasse as versões oficiais, até então existentes. Conquanto firmemente disposta a ingressar em juízo, Clarice não queria dar conteúdo econômico à pretensão que decidi formular em seu nome e no dos filhos menores do casal, Ivo e André. Pediu, então, aos advogados que encontrassem uma fórmula pela qual, sem deduzir qualquer pedido pecuniário, pudesse

propuseram uma ação declaratória contra a União Federal (Ação Declaratória n. 136/76), na qual foi postulada a declaração da responsabilidade da União Federal pela prisão arbitrária, tortura e morte de Herzog, bem como de sua obrigação de indenizar os autores da ação. Não se pedia a efetiva condenação da União Federal ao pagamento de indenização, mas tão-somente que fosse declarada a existência de uma obrigação de indenizar. Como observa Raymundo Faoro,

Evidentemente, para julgar a ação em favor dos autores, o Judiciário teria que decidir que, realmente, Vladimir foi preso de modo arbitrário, sofreu torturas e morreu em decorrência de culpa da União, já que os danos materiais e morais sofridos por seus familiares tinham por causa eficiente esses três fatos: prisão, torturas e morte.

Como se vê, a pretensão real dos autores, envolvida no pedido de reconhecimento da existência de relação jurídica que a eles vinculasse a União, como devedora da obrigação de indenizá-los pelos danos que sofreram, era de que o poder Judiciário proclamasse que Vladimir foi ilegalmente preso, que sofreu torturas e que morreu por culpa da União (FAORO, 1978, p. 14).

A sentença que, ainda durante a ditadura militar, em 27 de outubro de 1978, julgou procedente a pretensão dos autores, decidiu que (i) a prisão de Herzog foi ilegal; (ii) tal como outros presos políticos, ele foi submetido à tortura: “[...] *há revelações veementes de que teriam sido praticadas torturas não só em Vladimir Herzog, como em outros presos políticos nas dependências do DOI/CODI do II Exército*” (BRASIL, Herzog e outros vs. União Federal, 27 out. 1978, p. 119); (iii) o suicídio não tinha ficado demonstrado, sendo sem valor o laudo que concluiu pela sua ocorrência, posto que um dos peritos médicos que o assinaram não havia visto o corpo; e (iv) a União Federal era civilmente responsável pela morte, inclusive pelos danos morais sofridos pelos autores. Assim, foi declarada “[...] *a existência de relação jurídica entre os autores e a ré, consistente na obrigação desta de indenizá-los pelos danos materiais e morais decorrentes da morte do jornalista Vladimir Herzog*” (BRASIL, Herzog e outros vs. União Federal, 27 out. 1978, p. 121). Janaína Teles cita a forma como a autora da ação, Clarice Herzog, recebeu a sentença, sublinhando que “[...] *embora a verdade fosse tão clara, era preciso a palavra da Justiça*” (TELES, J., 2005, p. 220).

O Tribunal Federal de Recursos, por maioria, deu provimento parcial à apelação da União, confirmando a existência da relação jurídica, mas entendendo que seria mais

obter o reconhecimento de que a União Federal era responsável pela morte de Vladimir” (FAORO, 1978, p. 13).

adequado especificar os danos (materiais e morais) em uma ação ordinária de indenização, se desejado pelos autores. O voto vencido julgava improcedente a ação, sob os argumentos de que não haveria responsabilidade do Estado se o inquérito policial militar concluiu pelo suicídio, e de que seria imprópria a ação declaratória, quando na realidade o que se buscava era uma condenação.¹²⁷ O TRF da 3.^a Região, em novo recurso (embargos infringentes) da União, manteve o acórdão recorrido. O voto vencedor entendeu não ser necessário, para o objetivo buscado com a ação, pronunciar-se sobre o fato de ter ou não Herzog sido submetido a torturas e sobre ter ou não sido em razão dessas que ocorreu a sua morte. Sua conclusão foi a de que, estando o jornalista preso nas dependências do DOI/CODI e sob a custódia de seus agentes, e inexistindo indício de que a sua prisão se revestisse de legalidade, a responsabilidade do Estado é objetiva (BRASIL, União Federal vs. Clarice Herzog e outros, 18 maio 1994, fl. 935).¹²⁸

O Estado, posteriormente, reconheceu a sua responsabilidade pela morte de Herzog por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e no livro *Direito à Memória e à Verdade*. Ainda mais recentemente, a Comissão Nacional da Verdade, em 24 de setembro de 2012, diante de solicitação de familiares, instaurou expediente relativo à retificação da anotação da causa da morte no assento de óbito do jornalista, “[...] para constar que a morte decorreu de lesões e maus tratos sofridos em dependência do II Exército – SP (DOI-CODI)” (SÃO PAULO, Comissão Nacional da Verdade, 24 set. 2012, p. 4), e não de suicídio, como previamente anotado. A sentença nesse expediente, em atenção à deliberação da Comissão Nacional da Verdade e à luz do julgado na mencionada ação declaratória, na qual se reconheceu não estar demonstrado o suicídio, entendeu que a matéria “[...] reclama o restabelecimento da verdade para adequar, ‘ainda que tardia’, a ocorrência ao estado de exatidão” (SÃO PAULO, Comissão Nacional da Verdade, 24 set. 2012, p. 3-4) e determinou a retificação pretendida.

Esses fatos foram apontados pelo Estado brasileiro perante a ComIDH em resposta a uma petição a ela levada para o reconhecimento de sua responsabilidade

¹²⁷ As informações sobre o acórdão do Tribunal Federal de Recursos foram extraídas do relatório do acórdão do TRF da 3.^a Região (BRASIL, União Federal vs. Clarice Herzog e outros, 18 maio 1994, fl. 923).

¹²⁸ Nos termos do voto condutor, “[...] para o objetivo aqui buscado, não importa tecnicamente se Vladimir Herzog foi ou não submetido a torturas e se foi em razão destas que lhe sobreveio, ainda jovem, o término de seus dias. Importa, sim, é que o jornalista estava preso nas dependências daquele Departamento e sob custódia de seus agentes. E, o pior, ausente destes autos qualquer indício, por ínfimo que seja, de que sua prisão se revestisse de legalidade, nos termos do que dispunha, e hoje dispõe, a Norma Constitucional Brasileira.

A morte de Vladimir Herzog não foi uma morte natural. E das circunstâncias em que o assaltou é que emerge a relação jurídica, cuja declaração aqui se buscou, em face da responsabilidade objetiva do Estado diante dos atos de seus agentes”.

internacional pela detenção arbitrária, a tortura e a consequente morte do jornalista. Com isso, o Estado pretendeu justificar a sua alegação de que “[...] *envidou todos os esforços possíveis para mitigar os danos relativos à morte da suposta vítima*” (OEA, 2012b, par. 22). A Comissão, rejeitando essa justificativa, admitiu a petição contra o Estado brasileiro para prosseguir-se à análise do mérito do assunto, inclusive por, não tendo ocorrido a perseguição penal dos responsáveis em virtude da Lei de Anistia, “[...] *o Estado ter supostamente deixado de investigar de maneira devida os fatos*” (OEA, 2012b, par. 43). Também na perspectiva dos familiares de mortos e desaparecidos, investigar os fatos, buscar a verdade, é mais do que reconhecer a responsabilidade do Estado (cf. TELES, J., 2005, p. 229).

Este caso é interessante por nele terem sido proferidas decisões pertinentes ao que hoje se entende por direito à verdade em diferentes momentos da transição política brasileira. Já em 1978, a sentença na ação declaratória enfrentou um pedido que, para poder obter o reconhecimento judicial da responsabilidade do Estado por uma morte ocorrida sob a prática de tortura, teve que se apresentar como se se voltasse ao pagamento de uma indenização. Talvez, se a ação tivesse se fundado no direito à verdade – a “pretensão real dos autores”, segundo Raymundo Faoro – não teria sido possível naquele momento a decisão de procedência, que, segundo Janaína Teles (2005, p. 120, 220-222), inspirou a abertura de outros processos contra a União, alguns deles exitosos.¹²⁹ Depois, nas decisões proferidas nos recursos contra a sentença, apresentou-se com maior clareza a questão sobre existir ou não um direito a obter em juízo tão somente o reconhecimento de que as práticas ocorreram, da qual são também ilustrativas as decisões proferidas nas ações declaratórias comentadas no item 1.5.2.b. O acórdão do TRF, embora não negasse as conclusões alcançadas pela sentença, preferiu se concentrar na questão relativa ao direito à indenização com base na responsabilidade objetiva do Estado, já que Herzog estava preso quando da sua morte. Posteriormente, o Estado reconheceu que a morte de Herzog se deu como consequência de tortura praticada pelos seus agentes, efetivando o direito à verdade no sentido específico buscado com a primeira ação. Sendo assim, os pleitos seguintes, em juízo e perante a ComIDH – retificação do atestado de óbito e petição para o reconhecimento da responsabilidade internacional do Estado –, ao que parece, passaram a dizer respeito ao direito à verdade em um sentido ou dimensão diferente.

¹²⁹ Segundo Janaína Teles, em um deles, ajuizado em 1979 pela mãe de Raul Amaro Nin Ferreira, “[o] Estado, no entanto, somente foi responsabilizado pela prisão, tortura e morte de Raul no dia 7 de novembro de 1994. Sua família não quis receber a indenização determinada pela ação” (TELES, J., 2005, p. 221).

(e) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153

A ADPF n. 153, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (“OAB”) perante o STF, busca a declaração de não recepção, pela Constituição brasileira, da interpretação do disposto no art. 1.º, § 1.º, da Lei da Anistia, conforme a qual a anistia nele prevista alcançaria os crimes perpetrados pelos agentes do Estado encarregados da repressão.

Segundo o arguente, a declaração pelo STF da recepção dessa interpretação do dispositivo em questão implicaria desrespeito, entre outros preceitos fundamentais, ao dever do Poder Público “*de não ocultar a verdade*”, que decorreria do direito à informação (art. 5.º, XXXIII, da Constituição), do princípio democrático (art. 1.º, parágrafo único, da Constituição) e do princípio republicano (art. 3.º, I e IV, da Constituição). Segundo a Impetrante, a Lei de Anistia se inseriu em um contexto de “*ocultação da verdade*” própria dos governos militares, que “[...] *timbraram em manter o sigilo sobre ordens, ações e comportamentos de agentes públicos*” (CONSELHO FEDERAL DA OAB, 2008, p. 21). Isto porque ela impediu que as vítimas de torturas, familiares de pessoas assassinadas e o povo brasileiro conhecessem a identidade dos responsáveis pelos crimes praticados durante a repressão política. Nas suas palavras, “[...] *entre a Justiça e a Verdade não há separação concebível*” (CONSELHO FEDERAL DA OAB, 2008, p. 22).

O *amicus curiae* CEJIL, ao se manifestar pela procedência do pedido à luz do Direito Internacional, também afirmou ser esta necessária em respeito ao direito à verdade, compreendido este como um “[...] *direito ao esclarecimento dos fatos nos casos de violação aos direitos humanos*” (CEJIL, 2009, p. 13). Argumentou que a Lei da Anistia, na interpretação impugnada, “[...] *consistiu em um óbice para o conhecimento das circunstâncias dos crimes e localização dos corpos das pessoas desaparecidas*” (CEJIL, 2009, p. 18).

O STF, ao julgar a ADPF improcedente, em 29.04.2010, afirmou não ocorrer a alegada violação, não porque não existiria um direito à verdade – sua existência foi expressamente reconhecida pelos Ministros que enfrentaram a questão¹³⁰ –, mas porque esse direito não seria prejudicado pelo reconhecimento da constitucionalidade da

¹³⁰ Conforme análise de Piovesan, “[c]om esta decisão, o Supremo Tribunal Federal denegou às vítimas o direito à justiça – ainda que tenha antecedido o seu endosso ao direito à verdade” (PIOVESAN, 2012, p. 216).

interpretação da Lei de Anistia impugnada na ação.¹³¹ Mesmo concordando sobre esse ponto, os Ministros, ao se pronunciarem brevemente sobre o direito à verdade, apresentaram posicionamentos aparentemente discrepantes a respeito do seu conteúdo. O Ministro Eros Grau citou parecer do Procurador Geral da República, conforme o qual caberia ao STF “[...] *afirmar a possibilidade de acesso aos documentos históricos como forma de exercício do direito fundamental à verdade*”. Para ele, o direito à verdade se concretizaria por meio do “[...] *desembaraço dos mecanismos existentes que ainda dificultam o conhecimento do ocorrido naquelas décadas*”, identificando-se com o direito à informação por meio da abertura de arquivos sigilosos. Já o Ministro Celso de Mello sustentou que ele consistiria no “*direito de ver esclarecidos os fatos*”, sem, porém, definir as ações demandadas para esse esclarecimento. E, no entendimento da Ministra Cármen Lúcia, ele corresponderia a um “[...] *dever do Estado de investigar, encontrar respostas, divulgar e adotar as providências sobre os desmandos cometidos no período ditatorial*”, o que parece mais do que não impedir o acesso a arquivos (posição do Ministro Eros Grau) e também mais do que esclarecer (posição do Ministro Celso de Mello).

Assim, os ministros do STF que analisaram expressamente essa alegação apresentaram um entendimento uniforme quanto à possibilidade de efetivação do direito à verdade em relação a crimes cujos autores não podem ser perseguidos criminalmente em virtude de anistia penal. Neste ponto eles divergiram do entendimento da CorteIDH, analisado mais adiante (item 2.3.3.3 do Capítulo 2). Por outro lado, mesmo concordando quanto a este entendimento, os seus votos são ilustrativos da falta de clareza em relação ao alcance do direito à verdade: houve um aparente desacordo entre eles quanto ao que esse direito significa, para além da mera abertura de arquivos aos interessados.

¹³¹ Nesse sentido, o voto do Min. Celso de Mello foi expresso ao afirmar que o direito à verdade “[...] para ser exercido em plenitude, não depende da responsabilização criminal dos autores de tais fatos, a significar, portanto, que a Lei nº 6.683/79 não se qualifica como obstáculo jurídico à recuperação da memória histórica e ao conhecimento da verdade”.

CAPÍTULO 2. A CRIAÇÃO DE UM DIREITO À VERDADE NO DIREITO INTERNACIONAL

2.1. A emergência da ideia de um direito à verdade no direito internacional: notas introdutórias e metodológicas

O direito à verdade foi criado e se desenvolveu no direito internacional, nos planos universal e regional, e paralela ou posteriormente nos direitos internos de diferentes Estados. Isso faz com que, ao se pretender traçar a sua história no pensamento jurídico, necessariamente se enfrente o problema da multiplicidade de espaços normativos e da comunicação entre eles.¹³² Trata-se de um problema complexo, porque diz respeito a uma pluralidade de fenômenos. De um lado, tem-se a interação entre direito internacional e ordens jurídicas nacionais. Para além do aspecto formal – celebração de tratados pelos Estados e a sua incorporação nos direitos nacionais – verificam-se interferências materiais, influências de ideias e conceitos. Algumas demandas podem aparecer simultaneamente em diferentes lugares e, com isso, pode se estabelecer um jogo de influências (FABRI, 2003, p. 7-11).

De outro lado, tem-se uma multiplicidade de espaços normativos no âmbito do direito internacional. Os diferentes espaços normativos que formam o direito internacional comportam poucos ou mesmo nenhum mecanismo de coordenação e hierarquização, mas interferem uns com os outros, comunicam-se, influenciam-se mutuamente, entram em conflito. Verificam-se empréstimos de ideias, de conceitos, de normas, mais ou menos formalizados, mais ou menos explícitos. Nesse contexto, nas palavras de Fabri, “[a] dificuldade permanece, em qualquer hipótese, de reconstituir a genealogia e de identificar o movimento migratório da norma ou de sua interpretação” (FABRI, 2003, p. 11, t.n.¹³³).

¹³² Utiliza-se aqui a noção de espaço normativo, desenvolvida em estudos de direito comparado para exprimir a ideia de um conjunto normativo com alguma coordenação/coerência interna, que não necessariamente constitui o que se entende por ordem ou sistema jurídico por não ser dotado de suficiente autonomia e especificidade, podendo até mesmo ser parte de uma ordem ou sistema jurídico (DELMAS-MARTY, 2004, p. 20-21; FABRI, 2003, p. 8-9, GIRARD, 2003, p. 22-23). A noção, por ter como referência elementos materiais – o conteúdo das normas – e não questões relativas ao seu pertencimento formal a um determinado sistema, que suporia uma relação hierárquica ou de ordem (DELMAS-MARTY, 2004, p. 26; TIMSIT, 1986, p. 69), parece fecunda para análises desenvolvidas no campo dos direitos humanos, no qual a aspiração de universalidade convive com uma realidade fragmentária de proliferação normativa e jurisdicional em diferentes esferas altamente heterogêneas – universal, regional e nacional – que se relacionam de forma complexa (DELMAS-MARTY, 2004, p. 20-21).

¹³³ “[l]a difficulté reste, en toute hypothèse, de reconstituer la généalogie et d’identifier le mouvement migratoire de la norme ou de son interprétation”.

É possível, por uma perspectiva estática, realizar simplesmente uma comparação, mas parece igualmente interessante uma perspectiva dinâmica que capture o movimento – movimento das ideias e conceitos no tempo dentro dos diferentes espaços normativos (sua origem, sua evolução, suas transformações de conteúdo) e movimento das ideias e conceitos entre espaços normativos (GIRARD, 2003, p. 25).

Neste estudo, a reconstituição da história da ideia de direito à verdade terá por enfoque o direito internacional e se limitará a dois espaços normativos: a esfera universal de proteção dos direitos humanos – considerando, porém, os antecedentes do direito à verdade no direito internacional humanitário –, e a esfera interamericana de proteção dos direitos humanos. Seria, de fato, inviável no âmbito desta tese uma análise do tema nas diferentes esferas regionais de proteção dos direitos humanos, tanto quanto seria impossível nela incluir um estudo comparativo do desenvolvimento do direito à verdade em esferas nacionais. A escolha da esfera interamericana se justifica não apenas por se tratar daquela em que está inserido o Brasil, mas também em virtude do seu papel pioneiro nos debates em torno da importação para o universo do direito de algo que, em dado momento histórico, pareceu se revelar como um imperativo de ordem moral (cf. BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 740-741).

Serão examinados, em cada uma dessas esferas, os elementos que parecem relevantes para a compreensão de como se deram a emergência e as transformações no significado atribuído ao direito à verdade. A análise será estruturada a partir da percepção de que, em ambos os casos, a necessidade do reconhecimento de um direito à verdade surgiu para a dogmática jurídica diante de um problema específico – como fazer frente ao desaparecimento de pessoas – com um sentido bem mais restrito do que aquele que posteriormente lhe seria atribuído. O ponto de partida será, portanto, o estudo da gênese do direito à verdade relacionado às vítimas de desaparecimento – em conflitos armados e, especialmente, às vítimas de desaparecimento forçado –, para depois ser investigado em qual contexto apareceu a noção mais larga e quais foram os contornos que ela veio a adquirir. Na esfera interamericana de proteção dos direitos humanos, sem prejuízo de uma investigação com foco em resoluções da AGOEA e em relatórios da ComIDH, será dedicada especial atenção à jurisprudência da CorteIDH.

Ao cabo, serão sintetizadas as conclusões obtidas a partir da investigação da criação e dos movimentos sofridos pela ideia de direito à verdade nas duas esferas. Atentando-se para as semelhanças e disparidades nesses processos e para os pontos que,

em ambas as searas, estão assentados e aqueles que permanecem controversos, buscar-se-á identificar em que termos um direito com esse nome passou a ser reconhecido, bem como encontrar pistas sobre aquilo a que ele buscou responder.

2.2. A criação de um direito à verdade na esfera universal de proteção dos direitos humanos

2.2.1. O direito à verdade frente ao desaparecimento forçado de pessoas

O direito à verdade nasceu como um direito de saber o que aconteceu com pessoas desaparecidas em conflitos armados e, depois, com vítimas de desaparecimento forçado, direito esse de titularidade dos respectivos familiares.

Identifica-se a sua gênese, no direito internacional humanitário, no Protocolo Adicional I, de 1977, às Convenções de Genebra, que dispõe sobre a proteção das vítimas de conflitos armados internacionais (cf. PHILIPPE MARINO, 2008, p. 103; PINTO, 2007, p. 13). Em sua Seção III, sobre pessoas desaparecidas (“missing”) e mortas, é feita referência ao “*direito que as famílias têm de conhecer o destino dos seus membros*” (art. 32) e está disposto que, “[d]esde que as circunstâncias o permitam, e o mais tardar a partir do fim das hostilidades ativas, cada Parte no conflito deve procurar as pessoas cujo desaparecimento tiver sido assinalado por uma Parte adversa [...]” (art. 33.1) e deve facilitar o acesso aos restos mortais das pessoas falecidas (art. 34.2).¹³⁴

Comentários ao Protocolo Adicional I, baseados nos trabalhos preparatórios para a sua redação, explicitam que se tratava de chamar a atenção para os sofrimentos causados pelos conflitos armados às famílias, notadamente para a ansiedade provocada pela falta de notícias: “*Para este fim, um direito fundamental, até então nunca realmente reconhecido, deveria ser concedido às famílias, o direito de conhecer a sorte dos seus próximos*”

¹³⁴ As Convenções de Genebra, adotadas em 1949, já continham regras a respeito do registro e fornecimento de informações sobre as vítimas do conflito. Preveem a constituição por cada parte no conflito de um departamento oficial de informações acerca dos prisioneiros de guerra, inclusive daqueles que tenham morrido em cativeiro (Terceira Convenção, art. 122, Quarta Convenção, art. 136), e estabelecem que as partes em conflito devem registrar todos os elementos necessários para a identificação de feridos, mortos e doentes da parte adversa (Primeira Convenção, art. 16), bem como facilitar as investigações feitas pelos membros das famílias dispersas pela guerra para retomarem contato entre si e se reunirem (Quarta Convenção, art. 26). Contudo, o reconhecimento explícito de um direito das famílias de saber sobre o ocorrido com os seus próximos é atribuído ao Protocolo Adicional I.

(PILLOUD et al., 1986, p. 346, t.n.¹³⁵). Os mesmos Comentários complementam: “[...] *ninguém contestou a afirmação, feita quando da apresentação da proposta inicial, de que ‘o direito de acesso aos túmulos [...] é uma necessidade humanitária evidente e fundamental’*” (PILLOUD et al., 1986, p. 346, t.n.¹³⁶). Posteriormente, documentos da ONU vieram a afirmar que estaria implícito nessas previsões o reconhecimento de um direito à verdade (ONU, A/HRC/5/7, 2007, par. 8).

Embora inexista no Protocolo Adicional I disposição explícita estendendo a exigência de investigação do paradeiro de pessoas desaparecidas aos conflitos armados *não internacionais*, a referida regra é interpretada de forma a alcançar esses casos, já tendo sido dito que ela derivaria da obrigação de tratamento humano que está na base do direito humanitário (PINTO, 2007, p. 13-14). Há o entendimento de que a obrigação, também em conflitos armados não internacionais (i.e. conflitos internos), teria sido estabelecida pela prática como costume internacional (cf. ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, pars. 63, 78), manifestado, notadamente, pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha.¹³⁷

No âmbito do direito internacional dos direitos humanos, a AGNU, antes mesmo da entrada em vigor do Protocolo Adicional I, já havia tratado em resoluções do problema de pessoas desaparecidas (“*missing persons*”) em todos os tipos de conflitos armados. Por exemplo, em resolução de 1974 sobre a assistência e cooperação no levantamento de informações sobre pessoas mortas ou desaparecidas (“*missing*”) em conflitos armados, considerando o desejo dos familiares de conhecer o destino destas como uma necessidade humana fundamental (“*a basic human need*”), ela convocou aqueles que fossem partes em conflitos armados a adotar todas as ações que estivessem em seu poder para que essas informações fossem disponibilizadas (ONU, A/RES/3220(XXIX), 1974).

Por outro lado, foi também na década de 1970 que se passou a debater no âmbito das Nações Unidas a questão específica dos desaparecimentos forçados, evocada e formalizada nessa esfera, segundo Joinet (2009, p. 29), após o golpe de Estado no Chile. O problema que então se passou a enfrentar é diferente daquele das pessoas cujo paradeiro se torna desconhecido após diversas situações de distúrbios causados pela ação humana ou

¹³⁵ “*A cet effet, un droit fondamental, jamais vraiment reconnu jusqu’alors, devrait être accordé aux familles, le droit de connaître le sort de leurs proches*”.

¹³⁶ “[...] *personne n’a contesté l’affirmation, faite lors de la présentation de la proposition initiale, que ‘le droit d’accès aux tombes [...] est une nécessité humanitaire évidente et fondamentale’*”.

¹³⁷ “A prática dos Estados estabelece essa regra como norma de direito internacional costumeiro, aplicável tanto em conflitos armados internacionais como nos não internacionais” (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005, p. 421, t.n.: “*State practice establishes this rule as a norm of customary international law applicable in both international and non-international armed conflicts*”).

desastre natural (“*missing persons*”). Se ele é mais particular em alguns aspectos do que aquele relativo às pessoas desaparecidas (“*missing persons*”) do direito internacional humanitário,¹³⁸ em outros ele excede o âmbito de regulação deste último, pois não está restrito a situações de conflitos armados, dando-se também em tempos de paz.¹³⁹

No desaparecimento forçado, trata-se de pessoas que desaparecem após serem detidas por agentes pertencentes ao governo (forças de segurança), ligados a ele (forças paramilitares), ou que agem sob a sua tolerância, com a posterior negação por parte do Estado de qualquer responsabilidade pela detenção, a sua recusa em fornecer informações e a omissão em investigar os fatos (RAOUL, 1982, p. 53; ONU, E/CN.4/1435, 1981, par. 3).¹⁴⁰ A falta de notícias sobre a vítima gera incerteza sobre a sua sorte, inclusive sobre o fato de ainda estar viva, mesmo muitos anos após o desaparecimento (PHILIPPE MARINO, 2008, p. 25). Assim, se inicialmente a AGNU se referiu às vítimas dessa prática como “pessoas desaparecidas” (“*missing persons*”) ou “pessoas cujo destino/paradeiro é

¹³⁸ Como nota o relatório submetido por Manfred Nowak à CDH, sobre a proteção de pessoas contra o desaparecimento forçado, “[e]mbora o direito internacional humanitário não utilize o termo ‘desaparecimentos forçados’ enquanto tal, não há dúvida de que muitas das suas disposições têm por objetivo prevenir desaparecimentos forçados no contexto de conflitos armados. O alcance do direito internacional humanitário é, de fato, muito mais amplo, no sentido de que este corpo normativo contém numerosas regras aplicáveis a pessoas que possam estar desaparecidas como resultado de um conflito armado, entre as quais as pessoas desaparecidas forçadamente constituem apenas uma categoria” (ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 56, t.n.: “[w]hile international humanitarian law does not utilize the term ‘enforced disappearances’ as such, there is no doubt that many of its provisions are aimed at preventing enforced disappearances in the context of armed conflict. The scope of international humanitarian law is, in fact, much broader, in that this body of law contains numerous rules applicable to persons who may be missing as a result of armed conflict, of which forcibly disappeared persons constitute only one category”). No mesmo sentido, estudo do EACDH sobre o direito à verdade observa que “[o] conceito de ‘desaparecido’ no direito internacional humanitário é certamente muito mais amplo do que o de ‘desaparecimento forçado’, como formulado no direito internacional dos direitos humanos. ‘Desaparecido’ no direito internacional humanitário cobre todas aquelas situações nas quais o destino ou paradeiro de uma pessoa são desconhecidos” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, nota 5, t.n.: “The concept of ‘missing’ in international humanitarian law is certainly much broader than that of ‘forced disappearance’ as formulated in international human rights law. ‘Missing’ in international humanitarian law covers all those situations in which the fate or whereabouts of a person are unknown”).

¹³⁹ Por essa razão, em congresso sobre o tema ocorrido em 1981 – antes, portanto, da edição da Declaração e da Convenção sobre desaparecimentos forçados –, Joinet observou: “É de fato chocante no plano humanitário – e pelo menos paradoxal em direito – constatar que, *de facto*, as pessoas submetidas a desaparecimentos forçados ou involuntários [em tempos de paz] não são beneficiadas pelas garantias que o direito positivo e, notadamente, as convenções de Genebra, reconhecem às pessoas desaparecidas no curso ou por ocasião de conflitos armados” (JOINET, 1982, p. 302, d.o., t.n.: “Il est en effet choquant sur le plan humanitaire – et pour le moins paradoxal en droit – de constater que, de facto, les personnes soumises à disparitions forcées ou involontaires [en temps de paix] ne bénéficient pas de garanties que le droit positif reconnaît et notamment les conventions de Genève, aux personnes disparues au cours ou à l’occasion de conflits armés”).

¹⁴⁰ A Res. 33/173 da Assembleia Geral da ONU, de 1978, já se refere ao problema das pessoas desaparecidas (“*disappeared persons*”) considerando esses dois elementos definidores: (i) o desaparecimento forçado ou involuntário de pessoas como resultado de excessos por autoridades executoras da lei, forças de segurança ou organizações similares; e (ii) o enfrentamento de dificuldades para a obtenção de informações confiáveis junto às autoridades competentes, inclusive com relatos de uma persistente recusa por parte dessas autoridades em reconhecer a detenção ou oferecer informações.

desconhecido” (“*persons unaccounted for*”), em 1977 adaptou a sua terminologia, adotando o termo “desaparecimento” (“*disappearance*”) e, depois, a expressão cunhada por organizações não governamentais da América Latina, “desaparecimento forçado ou involuntário” (“*enforced or involuntary disappearances*”) (cf. ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 13), já indicando, com isso, entender que a questão mereceria uma abordagem jurídica específica.

Entende-se que o germe desse fenômeno estaria na decisão de Hitler materializada no decreto “Noite e neblina” (*Nacht und Nebel*), de 7 de dezembro de 1941 (ANGEL apud TELES, J., 2005, p. 88; CALLEJON, 2006, p. 337; BÉDARIDA, 1994, p. 87; HALL, 2008, p. 221; ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 7; PERRUSO, 2010, p. 18; SOLLERS, 1994, p. 9; TEITEL, 2000, p. 77). Esse decreto, nas palavras de François Bédarida, “(...) *consistiu em codificar e regulamentar o desaparecimento sistemático de milhares de adversários da Alemanha nacional-socialista*” (1994, p. 76, t.n.¹⁴¹).¹⁴² Ele previa que, nos territórios ocupados, pessoas percebidas como perigosas para a segurança da Alemanha, em relação às quais não houvesse certeza de que um julgamento levaria à pena de morte, fossem transportadas para a Alemanha secretamente, em completo isolamento do mundo exterior, e lá desaparecessem sem deixar traços. Nenhuma informação sobre a pessoa desaparecida deveria ser dada aos seus familiares, mesmo que se tratasse apenas de localizar onde foi enterrada – eles deveriam ser deixados em estado de completa incerteza sobre a sua sorte (BÉDARIDA, 1994, p. 79-80; HALL, 2008, p. 221). O objetivo era criar um efeito intimidador na família e nas pessoas próximas ao desaparecido, como relatou o marechal nazista Wilhelm Keitel, que assinou o referido decreto, em exposição de motivos transcrita na ata do julgamento de Nuremberg de 1 de outubro de 1946:

Uma intimidação eficiente e duradoura pode apenas ser conseguida com a pena capital ou por medidas por meio das quais os familiares do criminoso e a população fiquem sem saber o destino do criminoso. Este objetivo é

¹⁴¹ “[...] *a consisté à codifier et réglementer la disparition systématique de milliers d’adversaires de l’Allemagne national-socialiste*”.

¹⁴² Segundo Bédarida (1994, p. 76-77), a expressão “Noite e Neblina” foi emprestada por Hitler da tetralogia de Wagner. Na terceira cena de “O Ouro do Reno”, quando Alberich se transforma em uma coluna de fumaça, ele canta uma espécie de fórmula mágica: “*Nacht und Nebel*, noite e neblina, eu desapareço”, e Mime lhe responde: “Onde você está? Eu não te vejo mais!”. Observa Bédarida que “[m]as no imaginário hitleriano, alimentado de romantismo wagneriano e de velhas lendas germânicas, opera-se uma mutação: passa-se do poder de desaparecer ao poder de fazer desaparecer” (BÉDARIDA, 1994, p. 77, t.n. : “[m]ais dans l’imaginaire hitlérien nourri de romantisme wagnérien et de vieilles légendes germaniques s’opère une mutation : on passe du pouvoir de disparaître au pouvoir de faire disparaître”).

alcançado quando o criminoso é transferido para Alemanha (NUREMBERG, 1947, p. 233, t.n.¹⁴³).

O desaparecimento forçado reapareceu como política repressiva na América Latina no fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, para depois se tornar uma prática universal, tendo a ComIDH e a CDH sido, segundo estudo produzido no âmbito da ONU, os primeiros órgãos internacionais de controle a se ocupar da questão (ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, pars. 8, 10).

A AGNU, de início preocupada especificamente com o problema das pessoas desaparecidas no Chile e no Chipre (RAOUL, 1982, p. 56), em 1978, diante de relatos da ocorrência dessa prática em diversas partes do mundo, adotou a resolução 33/173, intitulada “Pessoas desaparecidas” (ONU, A/RES/33/173, 1978), requerendo que a CDH examinasse a questão e formulasse recomendações apropriadas. Em 1980, a CDH criou o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimento Forçado ou Involuntário de Pessoas, que passou a lidar com casos concretos de desaparecimentos atribuídos aos governos, não decorrentes de conflitos armados (cf. ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 15; PHILIPPE MARINO, 2008, p. 6).

Já em seu primeiro relatório, de 1981 (ONU, E/CN.4/1435, 1981, par. 187), o Grupo de Trabalho apresentou o entendimento de que o desaparecimento forçado viola não apenas direitos da pessoa desaparecida, mas também direitos de seus familiares. A recusa do Estado em fornecer informações sobre a pessoa detida por seus agentes é uma ofensa dirigida aos familiares que, portanto, também se tornam vítimas diretas da conduta estatal. Como observa o escritor Julio Cortázar, trata-se de prática que, além de buscar eliminar um adversário político real ou potencial, também visa a “[...] *implantar naqueles que devem viver o desaparecimento de entes queridos a dupla presença do medo e da esperança*” (CORTÁZAR, 1982, p. 12, t.n.¹⁴⁴).

Essa parece ser uma concepção fundamental para a gênese de um direito à verdade (cf. ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 78): se os familiares são vítimas, algum direito deles deve ser ofendido com a conduta em questão – é ofendido o direito de ser informado sobre o destino da pessoa desaparecida. O fato de o crime que então começava a se delinear conter, além do ato em si, a dissimulação desse ato, inclusive e especialmente

¹⁴³ “Efficient and enduring intimidation can only be achieved either by capital punishment or by measures by which the relatives of the criminal and the population do not know the fate of the criminal. This aim is achieved when the criminal is transferred to Germany”.

¹⁴⁴ “[...] greffer sur ceux qui doivent vivre la disparition d’êtres chers, la double présence de la peur et de l’espérance”.

para os seus próximos – o que é, aliás, o seu “elemento característico” (CALLEJON, 2006, p. 345), pois o desaparecimento se define pelo desconhecimento que se tem da sorte do desaparecido (TEXIER, 1982, p. 79) – fez com que a história das respostas a ele dadas pelo direito internacional tivesse uma conexão muito forte com a história da ideia de direito à verdade.¹⁴⁵ O direito à verdade surgiu, portanto, a partir de uma demanda dos familiares de conhecer o destino da pessoa desaparecida:

[...] Esse drama do desaparecimento é assustador, em sua própria eficácia, porque é precisamente todo o maquiavelismo do desaparecimento que consiste em impedir, desde o princípio, o acesso à verdade dos fatos. Aqueles que lutam pela erradicação dessa calamidade, pela supressão desses métodos horríveis, são desde o começo colocados diante de um obstáculo a superar: faz-se desaparecer os indivíduos precisamente para que não se saiba onde eles estão, o que elimina os meios de agir e de convencer. Em suma, buscar a verdade dos fatos é colocar em primeiro lugar em nossa ação e nessa matéria uma questão preliminar: onde eles estão?
Não se trata nesta fase de iniciar um processo, de condenar ou sancionar. Não, o que se quer primeiro é localizá-los (QUESTIAUX, 1982, p. 64, t.n.¹⁴⁶).

Foi nesses termos que o direito à verdade passou a ser reconhecido, no início da década de 1980, pelo Grupo de Trabalho sobre desaparecimento forçado e pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU. Este último, na decisão *Elena Quinteros Almeida e Maria del Carmen de Quinteros v. Uruguay*, de 1983, afirmou que a mãe de uma mulher desaparecida no Uruguai “(...) tem o direito de saber o que aconteceu com sua filha. No que diz respeito a esse aspecto, ela também é uma vítima das violações do Pacto¹⁴⁷

¹⁴⁵ “O desaparecimento forçado desde sempre traz com ele, com uma intensidade particular, a lancinante questão: onde eles estão? Precisamente, trata-se de um empreendimento criminoso no qual a dissimulação do crime faz parte do próprio crime. É por isso que a história jurídica do direito à verdade como um direito humano é inseparável da história da resposta do direito internacional dos direitos humanos a essa violação muito grave da dignidade humana” (MATAROLLO, 2009, p. 120-121, t.n.: “*La disparition forcée amène depuis toujours avec une intensité particulière la lancinante question : où sont-ils ? Précisément, il s’agit d’une entreprise criminelle dans laquelle la dissimulation du crime fait partie du crime même. C’est pour cela que l’histoire juridique du droit à la vérité comme droit de l’homme est inséparable de l’histoire de la réponse du droit international des droits de l’homme à cette violation très grave de la dignité humaine*”).

¹⁴⁶ “[...] ce drame de la disparition est redoutable, dans son efficacité même, puisque c’est précisément tout le machiavélisme de la disparition qui consiste à interdire, dès le départ, l’accès à la vérité des faits. Ceux qui luttent pour l’éradication de cette calamité, pour la suppression de ces méthodes horribles, sont dès l’abord placés devant un obstacle à franchir : on fait disparaître les individus précisément pour qu’on ne sache pas où ils sont, ce qui retire les moyens d’agir et de convaincre. En somme, rechercher la vérité des faits, c’est de poser en premier lieu dans notre action en cette matière une question préalable : où sont-ils ? Il ne s’agit pas dans cette phase d’entamer une procédure, de prononcer des condamnations ou des sanctions. Non, ce que l’on veut d’abord, c’est les localiser”.

¹⁴⁷ Trata-se do PIDCP. O seu art. 7.º prevê a proibição de tratamento ou punição desumanos, cruéis ou degradantes.

sofridas pela sua filha, em particular do artigo 7º (ONU, CCPR/C/19/D/107/1981, 1983, par. 14, t.n.¹⁴⁸).

As reivindicações dos familiares das vítimas, representadas por organizações não governamentais, impulsionaram o processo que posteriormente viria a culminar na adoção da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados, em 2006 (CALLEJON, 2006, p. 339), com o reconhecimento expresso de um direito à verdade. Em 1981, houve um grande encontro internacional em Paris, fruto da mobilização de uma organização não governamental de exilados argentinos na França. O colóquio, denominado “A recusa do esquecimento” (*“Le refus de l’oubli”*), foi o ponto de lançamento de uma campanha internacional pela Convenção (JOINET, 2009, p. 30). Foram então debatidas propostas visando a formas mais eficazes de prevenir o desaparecimento forçado, mencionando-se a necessidade de proteção dos familiares e do atendimento à sua demanda de informações.¹⁴⁹

Em 1992, foi adotada pela AGNU a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Esta incorporou uma definição para a prática de desaparecimento forçado que, opondo-se à posição que tentava percebê-la como uma simples forma de privação de liberdade, acrescentou a esse elemento a recusa em fornecer informações sobre a pessoa detida, o que serve como mecanismo para se excluir a vítima da proteção da lei (cf. RICE, 2009, p. 41).¹⁵⁰ A Declaração previu, para a prevenção dos desaparecimentos forçados, o direito a um “[...] *recurso judicial rápido e eficaz como meio de se determinar o paradeiro das pessoas privadas de liberdade*” (art. 9.1), bem como o direito de se obter “[...] *informação expedita e exata sobre a detenção dessas pessoas e sobre o local ou locais onde as mesmas estão*” (art. 10.2). Estipulou, ademais,

¹⁴⁸ “[...] *has the right to know what has happened to her daughter. In these respects, she too is a victim of the violations of the Covenant suffered by her daughter in particular, of article 7º*”.

¹⁴⁹ “O direito deles [das pessoas próximas ao desaparecido] à proteção encontra sua fonte no direito fundamental que têm as famílias de conhecer a sorte dos seus próximos, tal como o definem as convenções e os protocolos de Genebra. Este direito deveria ser estendido aos amigos e familiares do desaparecido, a fim de ampliar o círculo de pessoas que, em circunstâncias difíceis, podem se valer de um ‘interesse de agir’” (JOINET, 1982, p. 302, t.n.: “*Leur droit [des proches du disparu] à la protection trouve sa source dans le droit fondamental qu’ont les familles de connaître le sort de leurs proches, tel que le définissent les conventions et protocoles de Genève. Ce droit devrait être étendu aux amis et familiers du disparu afin d’élargir le cercle des personnes qui, dans des circonstances difficiles, peuvent se prévaloir d’un ‘intérêt pour agir’*”).

¹⁵⁰ O desaparecimento forçado foi conceituado no preâmbulo da Declaração como: “detenção, prisão ou traslado de pessoas contra a sua vontade, ou privação da liberdade dessas pessoas por alguma outra forma, praticada por agentes governamentais de qualquer setor ou nível, por grupos organizados ou por particulares atuando em nome do governo ou com seu apoio direto ou indireto, com sua autorização ou com seu consentimento, e que se neguem a revelar o destino ou o paradeiro dessas pessoas ou a reconhecer que elas estão privadas da liberdade, subtraindo-as, assim, da proteção da lei;” (ONU, 1992).

que, diante de uma denúncia de desaparecimento forçado, o Estado deve iniciar de imediato uma investigação exaustiva e imparcial, podendo essa correr “[...] *enquanto não houver sido esclarecido o destino da vítima de um desaparecimento forçado*” e devendo os seus resultados ser comunicados a todas as pessoas interessadas, a menos que isto impeça a instrução de uma ação penal em curso (art. 13). Estabeleceu, enfim, que os autores da prática de desaparecimento forçado “[...] *não se beneficiarão de nenhuma lei de anistia especial e outras medidas análogas que tenham por fim exonerá-los de qualquer procedimento ou sanção penal*” (art. 18.1). Assim, entende-se que, embora não tenha feito referência explícita ao direito à verdade, a Declaração está entre os instrumentos internacionais que “[...] *tratam implicitamente dessa questão ao reconhecerem o direito das pessoas interessadas de ter acesso aos resultados de uma investigação e/ou de dispor de recursos judiciais rápidos e efetivos*” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 10, t.n.¹⁵¹).¹⁵²

Continuaram, de qualquer forma, os esforços pela adoção de um instrumento juridicamente vinculante para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado. Em 2001, por meio da Res. 2001/46, a CDH requereu a designação de um especialista para elaborar relatório que examinasse o quadro normativo já vigente sobre o tema e, levando em consideração o projeto de convenção existente, identificasse omissões a prejudicar a eficácia dessa proteção (ONU, E/CN.4/RES/2001/46, 2001b). O especialista nomeado, Manfred Nowak, em seu relatório de 2002, observou, a respeito do direito à verdade, que se tratava ainda de “[...] *um conceito um tanto vago no direito internacional*” (ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 78, t.n.¹⁵³).

De acordo com Nowak, sob o direito internacional dos direitos humanos naquele momento, o conceito de direito à verdade apenas evoluía lentamente no âmbito das discussões sobre os direitos a um recurso e à reparação por graves violações a direitos

¹⁵¹ “[...] *implicitly address this issue in terms of the right of concerned persons to have access to the results of an investigation and/or to ensure a prompt and effective judicial remedy*”.

¹⁵² O Grupo de Trabalho sobre desaparecimento forçado, em um comentário publicado em 2011 do qual se falará mais adiante, viria a distinguir o direito à verdade, implícito na Declaração de 1992 e o direito, também nela contido, de se obter informações sobre uma pessoa privada de liberdade. Este último, como o direito ao *habeas corpus*, seria, antes, uma ferramenta para prevenir a ocorrência de desaparecimento forçado. O direito à verdade, por sua vez, consistiria especificamente em um direito à investigação uma vez que se tivesse a suspeita de já ter ocorrido o desaparecimento forçado, isto é, uma vez existindo motivos para se crer na ocultação de informações sobre a pessoa privada de liberdade. Trata-se da previsão do art. 13 da Declaração (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 2-4). Já um estudo do EACDH sobre o direito à verdade, elaborado em 2006, entende que “[a]ções judiciais – tais como o *habeas corpus* e o *amparo*, podem garantir o exercício do direito à verdade, particularmente em casos de desaparecimento forçado e detenção ilícita” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 49, d.o., t.n.: “[j]udicial procedures – such as *habeas corpus* and *amparo* - can help to ensure the exercise of the right to truth, particularly in cases of enforced disappearances and unlawful detention”).

¹⁵³ “[...] *a fairly vague concept in international law*”.

humanos. As obrigações dos Estados relacionadas ao direito à verdade estavam longe de ser amplamente aceitas e eram derivadas de outras disposições, por vezes de direito substantivo, tais como o direito à vida e a proibição de tortura, por outras de obrigações gerais, tais como a de garantir os direitos, ou processuais, a exemplo do direito a um recurso efetivo (ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 79). Dessa forma, tendo em vista que esse direito não encontrava previsão explícita em nenhum tratado de direitos humanos e diante da controvérsia existente a seu respeito, Nowak concluiu que “[...] *existe uma grande lacuna nessa área. Qualquer futuro instrumento vinculante sobre desaparecimentos forçados deveria definir precisamente o conceito e as consequências jurídicas do direito à verdade de familiares de pessoas desaparecidas*” (ONU, E/CN.4/2002/71, 2002, par. 80, t.n.¹⁵⁴).

Os relatórios das sessões do grupo de trabalho criado, também pela Res. 2001/46 da CDH, para a elaboração do projeto de convenção, sintetizam algumas das questões que marcaram os debates nelas ocorridos a respeito da incorporação de uma menção expressa ao direito à verdade. De um lado, em favor da incorporação, foi argumentado que seria necessária a extensão aos tempos de paz do direito já contemplado no art. 32 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra. De outro lado, contra a incorporação, algumas delegações apresentaram dúvidas a respeito da existência de um direito à verdade, propondo que fosse apenas dado destaque à obrigação dos Estados de fornecer todas as informações possíveis, conforme a lei (ONU, E/CN.4/2005/66, 2005c, par. 14).

A delegação dos Estados Unidos, em particular, propôs que fosse substituída a expressão “*direito de conhecer a verdade*” por “*liberdade de procurar, receber e difundir informações*” (ONU, E/CN.4/2006/57, 2006b, par. 86). Essa proposta de substituição foi rejeitada, aceitando-se apenas a inclusão no preâmbulo de uma referência à liberdade de informação, que, segundo o entendimento que prevaleceu, seria um elemento diverso, porém complementar e útil ao direito à verdade. Os Estados Unidos, diante disso, expressaram reservas em relação à redação final, sob o argumento de que o direito à verdade seria uma noção aceita por aquele país apenas no contexto da liberdade de informação prevista no art. 19 do PIDCP (ONU, E/CN.4/2006/57, 2006b). Em documento posterior, ficou registrada formalmente a sua intenção de interpretar o direito à verdade como liberdade de informação e se lembrou que os Estados Unidos, não sendo parte

¹⁵⁴ “[...] *there exists a major gap in this area. Any future binding instrument on enforced disappearances should precisely define the concept and the legal consequences of the right of family members of disappeared persons to the truth*”.

signatária do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, nem mesmo reconheciam a existência de uma obrigação ou direito internacional de informar o destino de pessoas desaparecidas em conflitos armados: *“Para os Estados Unidos [...] as famílias são informadas sobre o destino de seus membros desaparecidos com base na antiga política dos Estados Unidos e não em virtude do Artigo 32”* (ONU, A/HRC/1/G/1, 2006h, p. 3, t.n.¹⁵⁵) do Protocolo Adicional I.

A previsão do direito à verdade no caso de desaparecimentos forçados veio a constar da Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados, adotada pela AGNU em 2006 (2006f), através da Res. 61/177. À semelhança da Declaração de 1992, a Convenção incluiu na definição de desaparecimento forçado, além da privação de liberdade, *“[...] a subsequente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei”* (art. 2). Além disso, e nesse ponto indo além da Declaração, considerou como vítima, além da pessoa desaparecida, *“[...] todo indivíduo que tiver sofrido dano como resultado direto de um desaparecimento forçado”* (art. 24.1), e estabeleceu expressamente que *“[...] a vítima tem o direito de saber a verdade sobre as circunstâncias do desaparecimento forçado, o andamento e os resultados da investigação e o destino da pessoa desaparecida”* (art. 24.2). Esse direito é igualmente mencionado em seu preâmbulo, nos seguintes termos, que o colocam ao lado, mas o diferenciam do direito à informação: *“Afirmando o direito de toda vítima de conhecer a verdade sobre as circunstâncias de um desaparecimento forçado e o destino da pessoa desaparecida, bem como o direito à liberdade de buscar, receber e difundir informação com este fim”*. A Convenção previu, por fim, o dever dos Estados de tomar *“[...] todas as medidas cabíveis para procurar, localizar e libertar pessoas desaparecidas e, no caso de morte, localizar, respeitar e devolver seus restos mortais”* (art. 24.3) e *“[...] prosseguir a investigação até que o destino da pessoa desaparecida seja estabelecido”* (art. 24.6).

A Convenção de 2006 contra desaparecimentos forçados foi, dessa forma, o primeiro instrumento jurídico (vinculante) de direito internacional a reconhecer expressamente um direito autônomo ao conhecimento da verdade (cf. CITRONI, 2009, p. 89). Interpretou-se que *“[s]e trata de um direito novo, a propósito do qual foi encontrado um consenso”* (CALLEJON, 2006, p. 348, t.n.¹⁵⁶). Direito esse que, em casos de

¹⁵⁵ *“For the United States [...] families are informed of the fate of their missing family members based on the longstanding policy of the United States and not because of Article 32”*.

¹⁵⁶ *“[i]l s’agit d’un droit nouveau, à propos duquel un consensus a été trouvé”*.

desaparecimento forçado, com a definição do seu conteúdo e das obrigações estatais a ele correspondentes, teria se tornado operacional (MATAROLLO, 2009, p. 121).

Um “Comentário geral sobre o direito à verdade em relação a desaparecimentos forçados”, publicado em 2011 pelo Grupo de Trabalho sobre desaparecimento forçado (ONU, A/HRC/16/48, 2011a), buscou trazer esclarecimentos sobre o objeto e o conteúdo desse direito, no contexto da Declaração sobre desaparecimentos forçados de 1992. Afirmou que, em casos de desaparecimento forçado, o direito à verdade significaria “[...] o direito de conhecer o progresso e os resultados de uma investigação, o destino e o paradeiro das pessoas desaparecidas, e as circunstâncias dos desaparecimentos, e a identidade do(s) perpetrador(es)” (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 1, t.n.¹⁵⁷). Trata-se de definição próxima à adotada no art. 24.2 da Convenção de 2006, com o acréscimo da referência à identidade dos perpetradores. O próprio comentário reconhece, porém, que essa questão continua controversa, em especial em procedimentos como os das comissões da verdade, em que não são observadas as garantias próprias ao processo penal. De qualquer forma, o objetivo do referido acréscimo parece ser o de incorporar o entendimento de que, ainda que nesse tipo de procedimento e em um primeiro momento se possa decidir pela não divulgação dos nomes dos perpetradores, futuras perseguições penais não ficarão obstaculizadas (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 8).¹⁵⁸

O Comentário do Grupo de Trabalho procurou ainda dar maior precisão ao significado do direito à verdade em casos de desaparecimento forçado, bem como às obrigações estatais dele decorrentes. Nesse sentido, apontou que as investigações devem subsistir até que se alcance um esclarecimento, com proteção às testemunhas e a outros participantes no processo investigatório e, ao final, divulgação dos seus resultados às partes interessadas e abertura ao público de arquivos. Haveria uma obrigação absoluta de adotar todas as medidas necessárias para a determinação do destino da pessoa, mas não de alcançar um resultado, podendo a investigação resultar em uma presunção. Por fim, o direito à verdade em casos de desaparecimento forçado incluiria, quando se verificasse ter

¹⁵⁷ “[...] the right to know about the progress and results of an investigation, the fate or the whereabouts of the disappeared persons, and the circumstances of the disappearances, and the identity of the perpetrator(s)”.

¹⁵⁸ Vale lembrar que a Declaração de 1992, na qual se baseiam os Comentários, indo mais longe do que Convenção de 2006, havia proibido expressamente a anistia em casos de desaparecimento forçado. O seu art. 18 estabelece que “[o]s autores ou supostos autores dos atos previstos no parágrafo 1 do artigo 4 não se beneficiarão de nenhuma lei de anistia especial e outras medidas análogas que tenham por fim exonerá-los de qualquer procedimento ou sanção penal”. O Grupo de Trabalho, entretanto, admite que essa regra seja limitada se necessário para prevenir ou terminar desaparecimentos (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 8).

a vítima morrido, o direito da sua família de recuperar seus restos mortais, e, no caso de subtração de crianças, no mínimo, o direito à sua busca e identificação.

2.2.2. A criação de um direito à verdade em sentido amplo

2.2.2.1. O surgimento da ideia de direito à verdade no contexto das reflexões sobre o problema da impunidade

O conceito de direito à verdade não ficou restrito a situações de desaparecimento forçado. Com o tempo, ele passou a ser reconhecido não apenas frente a outras situações específicas, tais como no caso de deslocamentos internos,¹⁵⁹ mas também, com um sentido mais amplo, frente a graves violações a direitos humanos de diferentes tipos. Essa acepção mais lata parece ter começado a ser cogitada no final do século XX, no contexto das preocupações internacionais geradas, no retorno à democracia e na pacificação após conflitos internos em numerosos países, com a impunidade dos responsáveis políticos e agentes de repressão dos antigos regimes por graves violações de direitos humanos. A interrogação que então se colocou foi como dar efetividade à proteção internacional dos direitos humanos, com a investigação das violações e a punição dos responsáveis, quando o mais comum na prática era que isso não ocorresse. Nesse contexto, apareceu o problema da adoção de medidas como a anistia penal e a graça, bem como da incidência da prescrição em se tratando de práticas com as quais o instrumental judiciário tradicional tinha dificuldade de lidar.¹⁶⁰

¹⁵⁹ Um relatório elaborado em 1998 no âmbito da CDH estabeleceu um conjunto de princípios para deslocamentos internos, ou seja, para as situações em que pessoas são obrigadas a deixar suas casas, seja em virtude de conflitos armados, violência generalizada, violações de direitos humanos ou desastres naturais e causados pelo homem (ONU, E/CN.4/1998/53/Add.2, 1998). Entre esses princípios, foi afirmado que “[t]odos os deslocados internos têm o direito de conhecer o destino e o paradeiro de seus familiares desaparecidos” (princípio 16.1, t.n.: “[a]ll internally displaced persons have the right to know the fate and whereabouts of missing relatives”) e “[o]s deslocados internos devem ter o direito de acesso aos locais de sepultura dos seus familiares falecidos” (princípio 16.4, t.n.: “[i]nternally displaced persons should have the right of access to the grave sites of their deceased relatives”).

¹⁶⁰ Em seminário sobre o tema ocorrido em 1992, Fellous apresentou o pano de fundo histórico em que se situa a reflexão sobre a impunidade nos seguintes termos: “A primeira fase da história moderna dos direitos humanos foi aberta pela Carta consagrando os direitos humanos e pela Declaração universal de 1948, enunciando os princípios fundamentais. Os direitos do homem fizeram então a sua entrada na vida internacional.

Hoje a comunidade internacional está fortemente impregnada dos direitos humanos [...].

Uma segunda fase se abre neste fim de século, com uma nova e forte exigência de estabelecer e de descrever as violações; de procurar os culpados e de puni-los. É o momento de os direitos humanos passarem à efetividade: O ‘Direito do direito’ tendo sido estabelecido e admitido universalmente, resta colocá-lo em ação” (FELLOUS, 1993, p. 353, t.n. : “*La première phase de l’histoire moderne des droits de l’homme était*

A CDH e sua Subcomissão, então designada Subcomissão Para a Prevenção da Discriminação e Proteção às Minorias,¹⁶¹ passaram a se dedicar a esse tema a partir de meados da década de 1980, com um estudo sobre as anistias, que teve como relator especial o especialista francês Louis Joinet. Em 1992, Joinet foi encarregado de, dando continuidade à investigação do tema, redigir um estudo específico sobre a questão da impunidade (FROUVILLE, 2001).

No contexto do desenvolvimento desse trabalho, foi organizado em 1992 um seminário em Genebra, sob os auspícios da ONU, que ficou conhecido pelo nome “Não à impunidade, Sim à justiça” (*“Non à l’impunité, Oui à la justice”*), no qual foi discutido o significado da impunidade em se tratando de violação de direitos humanos, as razões e os instrumentos para combatê-la. Enfrentou-se a indagação sobre até que ponto, opondo-se à questão da oportunidade das referidas medidas jurídicas do ponto de vista político, existiria uma obrigação dos Estados de investigar as violações de direitos humanos e punir os seus autores, e de que natureza seria essa obrigação (cf. TYAGI, 1993, p. 76). Na ocasião, ficou claro que a reivindicação de que fossem investigadas essas práticas não se relacionava apenas com o propósito de se chegar a condenações penais: “[...] *non se investiga o passado nem se instaura processos apenas para punir ou condenar, mas para aprender*” (AGUIRRE, 1993, p. 112, t.n.¹⁶²). Assim, além das perseguições criminais, compreendia-se ser indispensável o estabelecimento “[...] *da verdade histórica de um período de guerra ou de ditadura*” (TEXIER, 1993, p. 96, t.n.¹⁶³). Percebia-se que a impunidade, compreendida como ausência de sanção após a ofensa de uma norma jurídica (JOINET et al., 2002, p. 9), frequentemente vai de par com o esquecimento e tanto a primeira quanto o segundo favorecem a repetição dos acontecimentos passados:

Para além da busca elementar de justiça por parte das vítimas, há a obrigação de impedir por todos os meios que a história se repita. Para consegui-lo, o primeiro imperativo é conhecer em detalhes e em toda a sua amplitude as consequências da catástrofe vivida. Isso acontece dessa maneira porque, durante o período de violações dos direitos humanos, a sociedade estava submetida à mais completa desinformação, ao isolamento,

ouverte par la Charte consacrant les droits de l’homme et par la Déclaration universelle de 1948 énonçant les principes fondamentaux. Les droits de l’homme font alors leur entrée dans la vie internationale. Aujourd’hui la communauté internationale est très fortement imprégnée des droits de l’homme [...]. Une deuxième phase s’ouvre en cette fin de siècle, avec une exigence nouvelle et forte d’établir et de décrire les violations ; de rechercher les coupables et de les punir. Il est temps que les Droits de l’homme passent à l’effectivité : Le ‘Droit du droit’ ayant été défini et admis universellement, reste à le mettre en œuvre”.

¹⁶¹ Renomeada em 1999 como Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.

¹⁶² “[...] *on n’enquête pas sur le passé ni n’en fait le procès uniquement pour punir ou condamner, mais pour apprendre*”.

¹⁶³ “[...] *de la vérité historique d’une période de guerre ou de dictature*”.

à falta de comunicação e ao medo. Uma sociedade nessas condições dificilmente pode saber com exatidão a que ponto e em que proporções o processo da impunidade afeta o conjunto do corpo social.

Esses são anos vividos por uma sociedade como se ela tivesse sido colocada sob uma ‘capa’, emprisionada no silêncio e se esforçando para desenvolver mecanismos de sobrevivência a fim de preservar aquilo que poderia ser. Isso se traduz pela dissimulação e o desconhecimento dos acontecimentos que se produziram. A amplitude da violação das liberdades, dos direitos civis e políticos, da dignidade da pessoa, da integridade da vida, é mal apreendida pela maioria da população. E isso nos coloca diante da possibilidade de uma recidiva, porque a verdade é minimizada e porque ela é desconhecida (AGUIRRE, 1993, p. 111, t.n.¹⁶⁴).

A mesma questão já havia aparecido em uma conferência realizada em 1988 no Aspen Institute, designada “Crimes de Estado: punição ou perdão” (“*State crimes: punishment or pardon*”). Segundo Arthur (2009, p. 326), essa teria sido a primeira de uma série de conferências a se dedicarem ao esclarecimento do que significaria o então emergente campo da justiça de transição. À semelhança do seminário “Não à impunidade, Sim à justiça”, a conferência do Aspen Institute teve como objetivo “[...] *discutir as questões morais, políticas e jurisprudenciais que surgem quando um governo que praticava graves violações de direitos humanos é sucedido por um regime mais inclinado a respeitar esses direitos*” (HENKIN apud ARTHUR, 2009, p. 351-352, t.n.¹⁶⁵). Um dos temas discutidos foi a existência ou não de uma obrigação dos Estados de estabelecer a verdade sobre as violações ocorridas, tendo havido, em relação a esse ponto, “[...] *um consenso ressonante: existia de fato essa obrigação*” (ARTHUR, 2009, p. 353, t.n.¹⁶⁶). De acordo com Henkin, que elaborou o relatório da conferência, entendeu-se na ocasião que “[m]esmo em situações nas quais o perdão ou a clemência possam ser adequados, não

¹⁶⁴ “Au-delà de la quête élémentaire de justice de la part des victimes, il y a l’obligation d’empêcher par tous les moyens que l’histoire ne se répète. Pour y parvenir, le premier impératif est de connaître en détail et dans toute son ampleur les conséquences de la catastrophe vécue. Il en est ainsi, parce que durant la période de violations des droits de l’homme, la société a été soumise à la désinformation la plus totale, à l’isolement, à l’incommunication et à la peur. Une telle société peut difficilement savoir avec exactitude à quel point et dans quelles proportions le processus de l’impunité affecte l’ensemble du corps social.

Ce sont des années vécues par une société comme si elle était placée sous une ‘chape’, emprisonnée dans le silence et s’évertuant à développer des mécanismes de survie afin de préserver ce qui pouvait l’être. Cela se traduit par la dissimulation et la méconnaissance des événements intervenus. L’ampleur de la violation des libertés, des droits civils et politiques, de la dignité de la personne, de l’intégrité de la vie, est mal appréhendée par la majorité de la population. Et cela nous place devant la possibilité d’une récidive, parce que la vérité est minimisée et parce qu’elle est méconnue”.

¹⁶⁵ “[...] to discuss the moral, political, and jurisprudential issues that arise when a government that has engaged in gross violations of human rights is succeeded by a regime more inclined to respect those rights”.

¹⁶⁶ “[...] a resounding consensus: there was indeed such an obligation”.

deve haver comprometimento da obrigação de descobrir e reconhecer a verdade” (HENKIN apud ARTHUR, 2009, p. 353, t.n.¹⁶⁷).

O seminário “Não à impunidade, Sim à justiça”, em Genebra, serviu como termo de referência para o relatório de Louis Joinet sobre a questão da impunidade, apresentado em 1997 à Subcomissão Para a Prevenção da Discriminação e Proteção às Minorias das Nações Unidas (“Relatório Joinet” – ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997). Esse relatório tem como anexo um conjunto de princípios diretores (não vinculantes) para a proteção e promoção dos direitos humanos através da luta contra a impunidade, que se tornou um documento de referência para os atores implicados em processos de transição democrática e acordos de paz (cf. FROUVILLE, 2001).¹⁶⁸ Os princípios são apresentados em relação com direitos das vítimas, divididos em três grupos: (i) o direito de saber; (ii) o direito à justiça e (iii) o direito a reparações. Dessa forma, eles parecem incorporar a percepção, revelada no seminário, de que as violações de direitos humanos geram não apenas a necessidade de punição dos seus autores, mas também uma demanda de conhecimento e reconhecimento dos eventos ocorridos e de proteção da sua memória. É o que se percebe na descrição dada pelo relatório a respeito daquilo que ele entende por “direito de saber”:

Não se trata apenas do direito individual que possui cada vítima ou seus familiares de saber o que aconteceu, enquanto direito à verdade. O direito de saber é também um direito coletivo que encontra a sua origem na história para evitar que no futuro as violações se reproduzam. Ele tem por contrapartida, a cargo do Estado, o ‘dever de memória’, a fim de se precaver contra essas distorções da história que recebem o nome de revisionismo e negacionismo; com efeito, o conhecimento, por um povo, da história da sua opressão faz parte de seu patrimônio e como tal deve ser preservado. Essas são as principais finalidades do direito de saber enquanto direito coletivo (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17, t.n.¹⁶⁹).

¹⁶⁷ “[e]ven in situations where pardon or clemency might be appropriate there should be no compromising of the obligation to discover and acknowledge the truth”.

¹⁶⁸ Segundo Mark Freeman, “[e]mbora não sejam vinculantes, esses Princípios provavelmente constituem a mais abrangente e amplamente aceita descrição das obrigações de direitos humanos de um Estado e dos direitos humanos individuais” (FREEMAN, 2006, p. 9, t.n.: “[t]hough nonbinding, these Principles probably constitute the most comprehensive and widely accepted description of a state’s human rights obligations and an individual’s human rights”).

¹⁶⁹ “Il ne s’agit pas seulement du droit individuel qu’a toute victime, ou ses proches, de savoir ce qui s’est passé en tant que droit à la vérité. Le droit de savoir est aussi un droit collectif qui trouve son origine dans l’histoire pour éviter qu’à l’avenir les violations ne se reproduisent. Il a pour contrepartie, à la charge de l’Etat, le ‘devoir de mémoire’ afin de se prémunir contre ces détournements de l’histoire qui ont pour nom révisionnisme et négacionisme; en effet, la connaissance, par un peuple, de l’histoire de son oppression appartient à son patrimoine et comme telle doit être préservée. Telles sont les finalités principales du droit de savoir en tant que droit collectif”.

Conforme os princípios do Relatório Joinet relacionados ao “direito de saber”: toda pessoa tem o direito inalienável de conhecer a verdade sobre os eventos passados e as circunstâncias que levaram a violações massivas ou sistemáticas de direitos humanos, sendo o exercício desse direito essencial para evitar a recorrência das práticas no futuro (princ. 1); o Estado tem um dever de memória (*devoir de mémoire*), cuja finalidade é acautelar contra a ameaça de desaparecimento a memória coletiva da opressão de um povo e salvaguardar essa memória de argumentos revisionistas e negacionistas (princ. 2); as vítimas e seus familiares têm o direito imprescritível de conhecer a verdade sobre as circunstâncias nas quais ocorreram as violações e de, no caso de desaparecimento, conhecer o destino da vítima (princ. 3); e para dar efetividade ao direito de saber, em um primeiro momento, enquanto as instituições judiciais apresentem falhas, deve ser dada prioridade ao estabelecimento de comissões de inquérito e à preservação e garantia de acesso aos arquivos pertinentes (princ. 4).

Observa-se que o princ. 4 se refere a duas séries de medidas. A primeira é o estabelecimento, tão logo quanto for possível, de comissões extrajudiciais de inquérito. Estas teriam, de um lado, o objetivo de dismantlar a estrutura que permitiu que o comportamento criminoso se tornasse quase que uma prática administrativa rotineira, de forma a evitar a repetição desse comportamento. De outro lado, elas se voltariam à preservação de provas, tanto com o fim de informar futuros julgamentos, quanto para reabilitar os discursos de advogados de direitos humanos anteriormente tidos como mentirosos. Inspirado por uma análise comparativa das experiências passadas dessa natureza, o Relatório Joinet propõe que essas comissões observem alguns princípios de base destinados a assegurar: a sua independência e imparcialidade; a proteção das vítimas e testemunhas; o respeito aos direitos das pessoas contra quem apareça alguma acusação; e a publicidade e ampla difusão do seu relatório final.

A segunda série de medidas indicadas no princ. 4 se volta à preservação de arquivos relacionados às violações de direitos humanos e diz respeito: à sua proteção contra a remoção, destruição, falsificação ou mau uso; ao estabelecimento de um inventário sobre os arquivos disponíveis; à garantia de acesso, no interesse (i) das vítimas e seus próximos, para que possam fazer valer os seus direitos, (ii) das pessoas que sofram acusações e queiram fundamentar a sua defesa e (iii) da pesquisa histórica;¹⁷⁰ e ao

¹⁷⁰ De acordo com o relatório, “[q]uando o acesso é previsto no interesse da pesquisa histórica, as formalidades para a autorização têm em princípio a única finalidade de controlar o acesso e não podem ser empregadas para fins de censura” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 14, t.n.: “[l]orsque

oferecimento às pessoas nomeadas nos arquivos da oportunidade de acrescentem a eles uma resposta.

O direito de saber – ou o direito à verdade, como instrumentos internacionais posteriores vieram a chamá-lo¹⁷¹ – seria, portanto, no Relatório Joinet, “*um dos três pilares dos princípios contra a impunidade*”¹⁷² (ONU, A/HRC/5/7, 2007, par. 9, tradução nossa), com distinção demarcada em relação ao segundo pilar, o direito à justiça, e, aparentemente, com diferenças parciais também em relação ao terceiro pilar, o direito à reparação, que serão abordadas mais adiante. No que diz respeito à distinção entre o direito de saber e o direito à justiça, esse documento considera, como visto, que o primeiro tem por objeto o conhecimento e a construção de um registro do ocorrido, bem como que a ele se dá efetividade, ao menos em um primeiro momento, por meio de comissões de inquérito e da preservação e permissão de acesso a arquivos; já o direito à justiça diz respeito à possibilidade de acesso das vítimas ao Judiciário e ao dever de processar, julgar e sancionar. Isso não significa que o Relatório tome o estabelecimento da verdade (direito de saber) e os julgamentos (direito à justiça) como medidas alternativas no combate à impunidade, mas apenas que se preocupa em definir o significado próprio de cada um desses direitos. É o que se extrai de reflexões apresentadas pelo seu autor em outro momento a propósito das comissões da verdade:

Como o seu nome indica, essas comissões são menos destinadas a fazer justiça do que a contribuir para o estabelecimento da verdade ao decifrar o ‘porquê’ e o ‘como’ foi que se chegou lá. O objetivo delas, a meu ver, é antes fazer com que um povo tome consciência daquilo que com muita frequência foi essa realidade escondida que ele não quis ver [...]. Essas comissões podem posteriormente facilitar o trabalho da justiça, mas esse não é o seu objetivo principal. Trata-se mais de relatar para a memória do que para a justiça, no sentido do Princípio 2 [...] (JOINET, 2001, t.n.¹⁷³).

l'accès est prévu dans l'intérêt de la recherche historique, les formalités d'autorisation ont en principe pour seule finalité le contrôle de l'accès et ne peuvent être détournées à des fins de censure”).

¹⁷¹ O Relatório Joinet, em seu parágrafo 17 acima transcrito, parece atribuir ao “direito de saber” um sentido mais amplo do que o que confere ao “direito à verdade”, relacionando este último à dimensão individual do direito de saber (de titularidade das vítimas e de seus familiares). Entretanto, a diferença não é clara e outros documentos internacionais parecem tomar os termos indistintamente (e.g. ONU, A/HRC/5/7, 2007, par. 9), como também faz o presente estudo.

¹⁷² “*one of the three mainstays of action to combat impunity*”.

¹⁷³ “*Comme leur nom l'indique, ces commissions sont moins destinées à rendre la justice qu'à contribuer à l'établissement de la vérité en décryptant le ‘pourquoi’ et le ‘comment’ en est-on arrivé là. Leur but, selon moi, est d'abord de faire prendre conscience à un peuple de ce que fut trop souvent cette réalité cachée qu'il n'a pas voulu voir [...]*

Ces commissions peuvent faciliter ultérieurement l'oeuvre de la justice, mais tel n'est pas leur but principal. Il s'agit plus de faire rapport pour la mémoire que pour la justice, au sens du Principe 2 [...]”.

Além disso, é pertinente notar que, não obstante todos os mencionados princípios tivessem sido apresentados como medidas para evitar a impunidade (pilares na luta contra a impunidade), não foi ainda afirmado que a inobservância do direito à verdade acarretaria imediatamente uma situação de impunidade. Impunidade aqui parece ser centralmente a inocorrência de atribuição de responsabilidades e punição das violações (ofensa ao direito à justiça), embora o Relatório também mencione a falha do Estado em “[...] *adotar todas as medidas necessárias para evitar a repetição de tais violações*”.¹⁷⁴ O silêncio e o esquecimento, esclarece estudo organizado por Joinet (JOINET et al., 2002, p. 9), podem tanto contribuir para a impunidade, quanto ser alimentados por esta, mas aparentemente não servem por si sós para caracterizá-la.

Posteriormente, em 2005, o conjunto de princípios contido no Relatório Joinet foi atualizado pela especialista Diane Orentlicher (“Conjunto atualizado de princípios para o combate à impunidade” – ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a). O objetivo, segundo a Resolução da CDH n. 2004/72 que requereu a atualização, era que os princípios refletissem os recentes desenvolvimentos no direito internacional, inclusive na jurisprudência internacional, e na prática internacional e dos Estados (ONU, E/CN.4/RES/2004/72, 2004b).

Os princípios atualizados, apresentados como diretrizes (*guidelines*) para auxiliar os Estados no desenvolvimento de medidas de combate à impunidade, diferentemente do documento original, indicam a inobservância do direito à verdade diretamente como uma

¹⁷⁴ A impunidade foi definida como “[...] a ausência, de direito ou de fato, de responsabilização penal dos autores de violações dos direitos humanos, assim como de sua responsabilização civil, administrativa ou disciplinar, na medida em que eles escapam de qualquer investigação que possa levar à sua acusação, sua detenção, seu julgamento e, se reconhecidos culpados, à sua condenação a penas adequadas, inclusive a oferecer reparação pelo prejuízo causado às suas vítimas” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, definições A, t.n.: “[...] *l'absence, en droit ou en fait, de la mise en cause de la responsabilité pénale des auteurs de violations des droits de l'homme, ainsi que de leur responsabilité civile, administrative ou disciplinaire, en ce qu'ils échappent à toute enquête tendant à permettre leur mise en accusation, leur arrestation, leur jugement et, s'ils sont reconnus coupables, leur condamnation à des peines appropriées, y compris à réparer le préjudice subi par leurs victimes*”).

De acordo com o princ. 18, incluído sob o título “O direito à justiça” (“*Le droit à la justice*”), “[a] impunidade constitui uma infração às obrigações que os Estados possuem, de investigar as violações, de adotar medidas apropriadas em relação a seus autores, especialmente na esfera da justiça, para que eles sejam processados, julgados e condenados a penas adequadas, de garantir às vítimas recursos eficazes e a reparação do prejuízo sofrido, e de adotar todas as medidas necessárias para evitar a repetição de tais violações” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, t.n.: “[l]’impunité constitue un manquement aux obligations qu’ont les Etats d’enquêter sur les violations, de prendre des mesures adéquates à l’égard de leurs auteurs, notamment dans le domaine de la justice, pour qu’ils soient poursuivis, jugés et condamnés à des peines appropriées, d’assurer aux victimes des voies de recours efficaces et la réparation du préjudice subi, et de prendre toutes mesures destinées à éviter le renouvellement de telles violations”).

das situações caracterizadoras da impunidade.¹⁷⁵ Ademais, notam-se algumas alterações nos quatro princípios que compõem o direito de saber, que parecem produzir consequências sobre o seu escopo.

O segundo princípio constitutivo desse direito (princ. 3 do documento de 2005) teve o seu nome alterado. O Relatório Joinet, no seu original em francês, o denominava de “dever de memória” (“*devoir de mémoire*”), o que havia sido traduzido para o inglês como “dever de recordar” (“*duty to remember*”). Em sua atualização, o nome do princípio passou a ser “dever de preservar a memória” (“*the duty to preserve memory*”). Embora o relatório sobre a atualização afirme que “[e]ssa redação busca esclarecer sem modificar o sentido do princípio 2” (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 21, t.n.¹⁷⁶) e, de fato, a versão em francês do Conjunto atualizado de princípios tenha continuado a usar o nome “dever de memória” (“*devoir de mémoire*”), a mudança no texto que descreve o princípio parece lhe conferir um sentido um pouco diferente. Se no Relatório Joinet “[o] conhecimento por um povo da história da sua opressão faz parte de seu patrimônio e como tal deve ser preservado por medidas adequadas em nome do dever de memória que incumbe ao Estado” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 2, t.n.¹⁷⁷), na atualização esse conhecimento “[...] deve ser assegurado por medidas adequadas em cumprimento do dever do Estado de preservar arquivos e outras evidências que digam respeito a violações de direitos humanos e do direito humanitário, e de facilitar o conhecimento dessas violações” (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princ. 3, t.n.¹⁷⁸). Foi incluída uma referência direta à preservação e à facilitação de acesso aos arquivos como forma de se cumprir o “dever de memória”, quando o original admitia a interpretação de que as

¹⁷⁵ “A impunidade resulta de uma infração pelos Estados de suas obrigações de investigar as violações; de adotar as medidas adequadas em relação aos perpetradores, especialmente na esfera da justiça, assegurando que os suspeitos de responsabilidade penal sejam processados, julgados e condenados a penas adequadas; de garantir às vítimas remédios efetivos e garantir que elas sejam reparadas pelos prejuízos sofridos; **de garantir o direito inalienável de conhecer a verdade sobre as violações**; e de adotar outras medidas necessárias para evitar a repetição das violações” (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princ. 1, d.i., t.n.: “*Impunity arises from a failure by States to meet their obligations to investigate violations; to take appropriate measures in respect of the perpetrators, particularly in the area of justice, by ensuring that those suspected of criminal responsibility are prosecuted, tried and duly punished; to provide victims with effective remedies and to ensure that they receive reparation for the injuries suffered; **to ensure the inalienable right to know the truth about violations**; and to take other necessary steps to prevent a recurrence of violations*”).

¹⁷⁶ “[t]his phrasing seeks to clarify without modifying the meaning of principle 2”.

¹⁷⁷ “[l]a connaissance par un peuple de l'histoire de son oppression appartient à son patrimoine et, comme telle, doit être préservée par des mesures appropriées au nom du devoir de mémoire qui incombe à l'Etat”. Este trecho foi traduzido para o inglês da seguinte forma: “a people's knowledge of the history of its oppression is part of its heritage and, as such, must be preserved by appropriate measures in fulfilment of the State's duty to remember”.

¹⁷⁸ “[...] must be ensured by appropriate measures in fulfilment of the State's duty to preserve archives and other evidence concerning violations of human rights and humanitarian law and to facilitate knowledge of those violations”.

comissões judiciais de inquérito¹⁷⁹ e algumas medidas ativas de promoção da memória¹⁸⁰ seriam igualmente apropriadas para esse fim.

No princípio relativo às garantias voltadas a dar efetividade ao direito de saber (princ. 5), o Conjunto atualizado de princípios para o combate à impunidade não afirma, como o Relatório Joinet, que inicialmente *deveria* ser dada prioridade ao estabelecimento de comissões de inquérito e à preservação e à garantia de acesso a arquivos. Em lugar disso, além de sublinhar a necessidade de se preservar e garantir o acesso a arquivos (objeto dos princípios 14 a 18), diz que a ação do Estado deve incluir medidas necessárias a assegurar a atuação independente e efetiva do Judiciário e, para isso, *podem* ser adotados processos não judiciais complementares ao papel do Judiciário, tais como comissões da verdade ou outras comissões de inquérito. Aparentemente, com isso, a revisão do Conjunto de princípios buscou, de um lado, evitar a interpretação de que o estabelecimento de uma comissão da verdade seria impositivo, apresentando-o antes como uma possibilidade à disposição dos Estados, quando as condições locais permitam uma deliberação livre e segura.¹⁸¹ De outro lado, deu maior ênfase à atividade do Judiciário entre as medidas aptas a *concretizar o direito à verdade*, relevo maior, inclusive, do que o atribuído às comissões de inquérito, aqui incluídas as comissões da verdade. Conforme o relatório que explica a revisão,

[...] o texto atualizado busca evitar qualquer interpretação no sentido de que o trabalho das comissões de verdade seria uma alternativa ao papel essencial do judiciário de proteger os direitos humanos [...]. Com efeito, a experiência recente colocou em relevo as contribuições independentes do

¹⁷⁹ “Deve enfim ser claramente precisado nos estatutos que as comissões não pretendem se substituir à justiça, mas no máximo contribuir a salvaguardar a memória e as provas” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 21, t.n.: “*Il doit être enfin clairement précisé dans les statuts que les commissions n’ont pas vocation à se substituer à la justice, mais tout au plus à contribuer à la sauvegarde de la mémoire et des preuves*”).

¹⁸⁰ “No plano coletivo, as medidas de caráter simbólico, a título de reparação moral, como o reconhecimento público e solene pelo Estado de sua responsabilidade, as declarações oficiais restabelecendo a dignidade das vítimas, as cerimônias comemorativas, as denominações de vias públicas, a construção de monumentos, permitem que o dever de memória seja mais bem cumprido” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 42, t.n.: “*Au plan collectif, des mesures de portée symbolique, à titre de réparation morale, telles que la reconnaissance publique et solennelle par l’Etat de sa responsabilité, les déclarations officielles rétablissant les victimes dans leur dignité, les cérémonies commémoratives, les dénominations de voies publiques, les érections de monuments, permettent de mieux assumer le devoir de mémoire*”).

¹⁸¹ O relatório que fundamenta a revisão explicita: “[...] o texto atualizado reconhece implicitamente que a decisão sobre o estabelecimento de uma comissão de verdade deve ser produto de deliberações nacionais quando as condições locais permitam que essas deliberações ocorram de forma livre e segura” (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 22, t.n.: “[...] *the updated text implicitly recognizes that the decision whether to establish a truth commission should be product of national deliberations when local conditions allow such deliberations to take place freely and safely*” (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 22).

judiciário para o esclarecimento das circunstâncias relativas a violações de direitos humanos (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 22, t.n.¹⁸²).¹⁸³

É interessante notar ainda que, no Conjunto atualizado de princípios para o combate à impunidade, passa a ser utilizada a expressão “comissões de verdade” em lugar de “comissões extrajudiciais de inquérito”. Essas são definidas como órgãos extrajudiciais, oficiais e temporários, que investigam os contornos dos abusos dos direitos humanos ou do direito humanitário cometidos ao longo de certo número de anos (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, definições d).¹⁸⁴ É dito que a decisão de estabelecer uma comissão da verdade, definir a sua competência e composição, deve ser baseada em amplas consultas públicas, com atenção especial à perspectiva das vítimas (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princípio 6), propondo-se princípios para a sua atuação na linha dos que constavam do Relatório Joinet.

Em síntese, as modificações promovidas nos princípios para o combate à impunidade pelo relatório que o atualiza parecem ir no sentido de reduzir ou relativizar a importância antes atribuída às comissões de inquérito na efetivação do direito de saber – tornando a sua instauração uma faculdade. Além disso, o texto que apontava para um dever estatal de atuação positiva na construção e promoção da memória das violações foi substituído pela referência a dever mais voltado à preservação e à facilitação do acesso a arquivos e provas. Em contrapartida, o Conjunto atualizado de princípios passou a ter a persecução penal dos responsáveis diretamente como um meio de efetivar o direito de saber. Parece possível dizer que, no relatório atualizado, o direito de saber adquiriu um

¹⁸² “[...] the updated text seeks to avoid any possible implication that the work of truth commissions is an alternative to the essential role of the judiciary in protecting human rights [...]. Indeed, recent experience has highlighted the independent contributions of the judiciary in clarifying circumstances surrounding human rights violations”.

¹⁸³ Como nota Hayner, “[d]e fato, durante esse período dos anos 1990, quando as comissões de verdade pareciam de repente ganhar proeminência, havia uma preocupação considerável dos defensores de direitos humanos quanto à intenção e o impacto desses órgãos, particularmente em contextos nos quais a justiça penal era improvável e a resistência política à responsabilização era elevada. Havia, simplesmente, uma suspeita de que as comissões de verdade provavelmente enfraqueceriam as perspectivas de uma realização apropriada de justiça nos tribunais, ou mesmo de que as comissões de verdade seriam às vezes intencionalmente utilizadas como meio de evitar uma responsabilização mais séria” (HAYNER, 2011, p. 91, t.n.: “[i]ndeed, during this period of the 1990s, when truth commissions seemed to suddenly gain prominence, there was considerable worry from human rights advocates about the intention and the impact of these bodies, particularly in contexts where criminal justice was unlikely and political resistance to accountability was high. There was, simply, a suspicion that truth commissions were likely to weaken the prospects for proper justice in the courts, or even that truth commissions were sometimes intentionally employed as a way to avoid more serious accountability”).

¹⁸⁴ Como justificativa para a introdução da expressão “comissões de verdade”, foi apontada a “[...] sua crescente importância como mecanismo para o exercício do direito de saber” (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 14, t.n.: “[...] their increasing importance as a mechanism for exercising the right to know”).

significado que em parte coincide ao conferido pelo Relatório Joinet ao direito à justiça – sobreposição que, mais do que confirmada, será acentuada durante o curso da história ainda curta da ideia de direito à verdade.¹⁸⁵

Por fim, o Conjunto atualizado de princípios para o combate à impunidade promove alterações nos princípios constantes do Relatório Joinet no que diz respeito à relação entre o direito de saber e o direito à reparação. No Relatório Joinet, esses direitos eram distinguidos, embora apresentassem elementos de intersecção. O direito à reparação era compreendido como o conjunto de faculdades que, com a ocorrência da violação a um direito humano, nascem em favor das vítimas e seus beneficiários, cobrindo a integralidade dos prejuízos por eles sofridos (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 33 e 36).

As medidas abrangidas pelo direito à reparação eram divididas, no Relatório Joinet, em individuais e coletivas. No plano individual, “[...] *as vítimas, sejam elas vítimas diretas, familiares ou pessoas dependentes, devem beneficiar de um recurso efetivo*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 41, t.n.¹⁸⁶). Notadamente, elas têm direito a obter medidas de restituição (para voltarem à situação em que se encontravam antes da violação), de indenização (por danos morais e materiais) e de readaptação (cuidados médicos e psicológicos) (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 41). Já no plano coletivo, o direito à reparação asseguraria “[...] *medidas de satisfação de alcance geral*”

¹⁸⁵ Leia-se, por exemplo, como o direito à verdade aparece imbricado com o direito à justiça em um relatório apresentando perante a CDH em 2006 sobre a questão da independência de juízes e advogados: “[...] o direito à verdade será abordado tanto como um direito autônomo quanto como meio de tornar efetivo outro direito fundamental, a saber, o direito à justiça. Na concretização do direito à verdade, o direito à justiça exerce um papel fundamental, posto que assegura um conhecimento dos fatos por meio da ação da autoridade judicial, responsável por investigar, valorar as provas e por levar as pessoas responsáveis a julgamento. Por sua vez, o direito à justiça implica o direito a um recurso efetivo, o que se traduz na possibilidade de fazer valer os direitos perante um tribunal imparcial e independente estabelecido por lei, assegurando-se ao mesmo tempo que os perpetradores sejam processados e punidos por meio de um processo justo, e ele culmina em uma adequada compensação às vítimas. Portanto, do ponto de vista do direito à justiça, a verdade é tanto um requisito para a determinação das responsabilidades quanto o primeiro passo no processo de reparação. O devido processo legal é o meio para se alcançar os elevados valores da verdade e da justiça. Desse ponto de vista, a administração da justiça independente e imparcial é uma ferramenta extremamente valiosa para a satisfação do direito à verdade” (ONU, E/CN.4/2006/52, 2006a, par. 17, t.n.: “[...] *the right to the truth will be approached both as an independent right and as a means of implementing another fundamental human right, which is the right to justice. In the implementation of the right to the truth, the right to justice plays a prominent part, since it ensures a knowledge of the facts through the action of the judicial authority, responsible for investigating, evaluating evidence and bringing those responsible to trial. The right to justice in turn implies the right to an effective remedy, which means the possibility of claiming rights before an impartial and independent tribunal established by law, while ensuring that perpetrators are tried and punished in the course of a fair trial, and it entails fair compensation for victims. So from the point of view of the right to justice, truth is both a requisite for determining responsibilities and the first step in the process of reparation. Due legal process is the means of attaining the lofty values of truth and justice. From this point of view, the independent and impartial administration of justice is an extremely valuable tool for achieving the right to the truth*”).

¹⁸⁶ “[...] *les victimes, qu’il s’agisse de victimes directes ou de parents ou personnes à charge, doivent bénéficier d’un recours efficace*”.

(ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 36, t.n.¹⁸⁷). É nesse *plano coletivo* do direito à reparação que aparece o primeiro elemento de intersecção entre o direito de saber e o direito à reparação, pois as mencionadas medidas satisfatórias, de caráter simbólico, incluíam ações que “[...] *permettem que o dever de memória seja mais bem cumprido*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 42, t.n.¹⁸⁸), a exemplo da realização de cerimônias comemorativas e da construção de memoriais.¹⁸⁹

Desse modo, ao que parece, o direito de saber não era em regra percebido, ainda, como uma entre as modalidades de reparação a que a vítima *individualmente* faria jus. A exceção – o segundo elemento de intersecção entre o direito de saber e o direito à reparação no Relatório Joinet – dizia respeito ao caso de desaparecimento forçado. Neste caso, como medida de reparação, “[...] *sua família tem o direito imprescritível de ser informada e, em caso de falecimento, o corpo deve ser restituído a ela quando identificado, tenham ou não os perpetradores sido identificados, processados ou julgados*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 36, t.n.¹⁹⁰).

Esses planos individual e coletivo do direito à reparação já não são mais distinguidos no Conjunto atualizado de princípios para o combate à impunidade. De acordo com este, “[o] *direito à reparação deve cobrir todos os danos sofridos pelas vítimas; ele deve incluir medidas de restituição, compensação, reabilitação e satisfação, como estabelecido pelo direito internacional*” (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princ. 34, t.n.¹⁹¹). Segundo a sua autora, conforme os estudos mais recentes sobre reparação desenvolvidos no âmbito da ONU, “[...] *o direito à restituição, compensação e reabilitação não se refere unicamente a ‘medidas individuais’ e as medidas de satisfação não são apenas adequadas como ‘medidas gerais’, como poderia ser depreendido do texto do princípio 36 (1)*” (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 61, t.n.¹⁹²). Isto é, a verificação

¹⁸⁷ “*des mesures satisfactaires de portée générale*”.

¹⁸⁸ “[...] *permettent de mieux assumer le devoir de mémoire*”.

¹⁸⁹ Ao tratar dessas modalidades de reparação de alcance geral, o Relatório Joinet faz remissão às medidas de satisfação previstas pelo “Conjunto de Princípios e Diretrizes Básicas sobre o Direito à Reparação”, na versão que lhe era contemporânea (ONU, E/CN.4/Sub.2/1996/17, 1996b), e nesse documento já consta a “[v]erificação dos fatos e divulgação integral e pública da verdade” (par. 15, t.n.: “[v]erification of the facts and full and public disclosure of the truth”) como forma de satisfação às vítimas.

¹⁹⁰ “[...] *sa famille a le droit imprescriptible d’en être informée et, en cas de décès, le corps doit lui être restitué dès son identification, que les auteurs aient ou non été identifiés, poursuivis ou jugés*”.

¹⁹¹ “[t]he right to reparation shall cover all injuries suffered by victims; it shall include measures of restitution, compensation, rehabilitation, and satisfaction as provided by international law”.

¹⁹² “[...] *the right to restitution, compensation and rehabilitation does not pertain solely to ‘individual measures’, nor are measures of satisfaction appropriate only as ‘general measures’, as the text of principle 36 (1) might imply*”.

dos fatos e a revelação da verdade (medida de satisfação) faz parte, também, do direito individual à *reparação* de cada vítima.¹⁹³

Assim, se no Relatório Joinet o direito à verdade já se confundia parcialmente com o direito à reparação, com a sua atualização a sobreposição aparentemente veio a se ampliar. Esse movimento condiz com o que se pode observar nos “Princípios e Diretrizes Básicas sobre o Direito a Recurso e Reparação para as Vítimas de Graves Violações à Legislação Internacional de Direitos Humanos e Graves Violações à Legislação Humanitária Nacional”, adotados em 2005 pela Res. 60/147 da AGNU, como recomendação aos Estados (ONU, A/RES/60/147, 2006d). Resultado de quinze anos de estudos sobre o tema da reparação às vítimas de violações a direitos humanos, empreendidos pelos especialistas independentes Theo van Boven e Cherif Bassiouni, esse documento igualmente apresenta a percepção de que a revelação da verdade seria uma medida de justiça a servir como reparação moral às vítimas.¹⁹⁴ Com efeito, os Princípios e Diretrizes Básicas sobre reparações de 2005 indicam, entre as medidas de reparação a que as vítimas têm direito, o acesso a informações relevantes a respeito das violações e a reparação pelo mal sofrido. Neles está prevista não apenas a satisfação por meio da “[...] *verificação dos fatos e divulgação integral e pública da verdade*” (22.b, t.n.¹⁹⁵), mas também aquela que se dá: com a busca de pessoas desaparecidas, da identidade de crianças subtraídas e dos restos mortais das pessoas falecidas (22.c); com um pedido público de desculpas, o reconhecimento dos fatos e a aceitação da responsabilidade (22.e); e com a inclusão de um relato do ocorrido no material educativo (22.h).

2.2.2.2. O desenvolvimento da ideia de direito à verdade no âmbito da ONU

Ainda no âmbito da ONU, foi em 2005 que, pela primeira vez, uma resolução da CDH reconheceu a existência do direito à verdade frente a graves violações (*gross*

¹⁹³ Nesse sentido, a autora dos princípios atualizados para o combate à impunidade faz referência aos entendimentos da ComIDH e da CorteIDH, conforme os quais os direitos individuais e coletivo de saber a verdade integrariam o direito à reparação de violações a direitos humanos (ONU, E/CN.4/2004/88, 2004a, par. 15).

¹⁹⁴ Já em 1993, um relatório de Theo van Boven observou que “[d]eve-se sempre ter em mente que muitas vítimas e seus familiares e amigos insistem na revelação da verdade como a primeira exigência de justiça” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1993/8, 1993, par. 14, t.n.: “[i]t should always be kept in mind that many victims and their relatives and friends insist on the revelation of truth as the first requirement of justice”).

¹⁹⁵ “[...] *verification of the facts and full and public disclosure of the truth*”.

*violations*¹⁹⁶) de direitos humanos (ONU, E/CN.4/RES/2005/66, 2005d, intitulada “Right to the truth”).¹⁹⁷ Na linha do Relatório Joinet, essa Resolução sublinha a importância de se respeitar e garantir o direito à verdade como forma de contribuir para a erradicação da impunidade e a proteção dos direitos humanos. O seu objetivo é solicitar ao EACDH a preparação de um estudo sobre o direito à verdade, que deveria conter informações sobre a sua base, alcance e conteúdo sob o direito internacional, assim como as melhores práticas e as recomendações para torná-lo efetivo.

A própria Resolução, no entanto, já indica alguns elementos então compreendidos pela CDH como constitutivos da ideia de direito à verdade, em especial: (i) sua incidência no caso de desaparecimentos forçados, independentemente de a situação caracterizar ou não um conflito armado;¹⁹⁸ (ii) sua relação com a exigência de transparência dos governos no que diz respeito às suas ações e processos decisórios; (iii) o entendimento de que, em alguns ordenamentos nacionais, o direito à verdade pode ser caracterizado como direito ou liberdade de informação;¹⁹⁹ (iv) o reconhecimento da vítima de violações a direitos humanos e de seus familiares como titulares do direito; (v) o entendimento de que a verdade a que se tem direito inclui “[...] a identidade dos perpetradores e as causas, fatos e circunstâncias em que essas violações ocorreram” (ONU, E/CN.4/RES/2005/66, 2005d, t.n.²⁰⁰); (vi) a compreensão de que o reconhecimento do direito à verdade nos sistemas jurídicos nacionais é um “imperativo para a sociedade como um todo” (“*imperative for society as a whole*”); (vii) a atribuição de relevância à preservação de arquivos; e (viii) o reconhecimento de que o estabelecimento de comissões da verdade é benéfico para a efetivação do direito à verdade e complementar ao sistema judicial.

¹⁹⁶ Como exposto no item 1 do Capítulo 1, há desacordo quanto a qual seria a mais adequada tradução para a expressão “*gross violations of human rights*”; neste estudo, ela é traduzida como “graves violações de direitos humanos”.

¹⁹⁷ Essa Resolução, em seus considerandos, faz menção ao Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra; aos princípios de combate à impunidade contidos no Relatório Joinet (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997); ao reconhecimento do direito à verdade pelo Grupo de Trabalho sobre desaparecimentos forçados; e ao seu reconhecimento, também pelo Comitê de Direitos Humanos (ONU, CCPR/C/19/D/107/1981, 1983; ONU, CCPR/C/79/Add.63, 1996a).

¹⁹⁸ A Resolução estabelece que o disposto nos artigos 32 e 33 do Protocolo I das Convenções de Genebra deve valer também para situações que não caracterizem conflitos armados, em particular em se tratando de violações sistemáticas ou em massa de direitos humanos.

¹⁹⁹ De acordo com a Resolução, “[...] o direito à verdade pode ser caracterizado diferentemente em alguns sistemas jurídicos como direito de saber, direito de ser informado ou liberdade de informação” (ONU, E/CN.4/RES/2005/66, 2005d, t.n.: “[...] *the right to the truth may be characterized differently in some legal systems as the right to know or the right to be informed or freedom of information*”).

²⁰⁰ “[...] *the identity of the perpetrators and the causes, facts and circumstances in which such violations took place*”.

Em atenção à Res. 2005/66 da CDH, foi elaborado, a partir da solicitação de informações aos Estados, a organizações intergovernamentais e não governamentais e da promoção de um workshop, o “Estudo sobre o direito à verdade” de 2006 (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c). Em síntese, ele concluiu que:

(i) *Autonomia/relação com outros direitos*: O direito à verdade sobre graves violações de direitos humanos é um direito autônomo, que, contudo, tem ligação próxima com outros direitos, tais como o direito a uma investigação eficaz, o direito a um recurso efetivo e de acesso ao Judiciário e o direito a uma reparação (par. 42). Ele guarda também relação com o princípio de transparência e boa governança, adotado por alguns governos (par. 46), e com a liberdade de informação (par. 43). No entanto, questiona-se se o direito à verdade também poderia ser restringido em algumas situações, tal como a liberdade de informação (par. 43).

(ii) *Sujeito ativo*: O direito à verdade tem uma dimensão individual, de titularidade das vítimas e seus familiares (par. 35), e uma dimensão coletiva, de titularidade de toda a sociedade, com vistas a prevenir a recorrência das graves violações a direitos humanos no futuro (pars. 36 e 58).

(iii) *Impossibilidade de limitações*: Ele é inalienável e há elementos que apontam para a impossibilidade de sofrer derrogações (par. 44).²⁰¹

(iv) *Âmbito de aplicação material*: Tem sido reconhecido e aplicado em casos de violações graves de direitos humanos, como desaparecimentos forçados, execuções extrajudiciais e tortura, e de sérias violações ao direito internacional humanitário (pars. 33-34).

(v) *Significado*: Protege a faculdade de conhecer: o desenvolvimento e os resultados das investigações sobre as violações; as suas causas; as suas circunstâncias específicas; no caso de desaparecimento, o destino e a localização dos restos mortais das vítimas. Não obstante a Res. 2005/66 da CDH incluía expressamente no seu conteúdo a faculdade de conhecer a identidade dos perpetradores e o próprio estudo afirma que o direito abarca o

²⁰¹ O estudo se refere à jurisprudência nas esferas nacionais e regional a respeito de desaparecimentos forçados e ao fato de que recursos aptos a fazer valer o direito à verdade nesses casos, tais como o *habeas corpus*, são hoje compreendidos como inderrogáveis (par. 44).

conhecimento de quem participou dos eventos (par. 38), ele nota que essa questão gera dificuldades (par. 39). Com efeito, o documento explica que se o direito à verdade é apreciado não em processos criminais, mas em mecanismos extrajudiciais, tais como as comissões da verdade, pode ocorrer um conflito com o princípio da presunção de inocência, porque nem todos os processos investigatórios observam o devido processo legal (par. 39).

(vi) *Fundamento jurídico*: A existência do direito à verdade teria sido reconhecida, até então, pela jurisprudência dos tribunais superiores de diferentes Estados, pelos denominados “processos pela verdade” (“*juicios por la verdad*”) na Argentina (par. 23), pela jurisprudência da CorteIDH (par. 29) e, mesmo que não direta e explicitamente, também pela jurisprudência do TEDH (par. 28). Nessas decisões, foram indicados como fundamentos jurídicos para esse direito, entre outros: (a) em casos de desaparecimento forçado e execução extrajudicial, a proibição da tortura e de tratamentos degradantes (pars. 24, 26); (b) no caso de subtração de crianças, o direito de proteção à família, previsto no art. 23 do PIDCP, o direito à preservação da identidade e o direito de não ser separada dos pais, previstos nos artigos 8 e 9 da Convenção sobre os Direitos da Criança (par. 27); (c) o direito a um recurso judicial e o dever do Estado de conduzir investigações efetivas (pars. 24, 26). Nos direitos nacionais, o direito à verdade normalmente não está previsto nas constituições, mas em alguns países o está na legislação infraconstitucional, sendo em outros concebido como uma decorrência do direito à informação e do direito a um recurso ou reparação (par. 31). Ademais, ele foi explicitamente citado como base legal em diversos instrumentos que estabeleceram comissões da verdade ou outros mecanismos similares (par. 14).

(vii) *Mecanismos institucionais e procedimentos para a sua aplicação*: O direito à verdade pode ser tornado efetivo por tribunais penais internacionais (par. 47); processos judiciais penais nacionais (par. 48); outros procedimentos judiciais, limitados à investigação e documentação, tais como os “processos pela verdade” na Argentina, e procedimentos como o *habeas corpus* e o *amparo* (par. 49); comissões da verdade (par. 50); por atuação de instituições nacionais de direitos humanos (par. 51); com a disponibilização de acesso à informação, em particular a arquivos oficiais (par. 52); por meio de procedimentos administrativos e civis, tais como comissões de desaparecidos (par. 53); e em projetos

históricos, tais como o projeto “Escrevendo a história do Burundi” (“*Writing the history of Burundi*”), liderado pela UNESCO (par. 54). Grande parte desses mecanismos é considerada insuficiente para que fique caracterizada a observância do direito à verdade. Notadamente, o *habeas corpus* e o *amparo* são referidos tendo em vista, em especial, os casos de desaparecimento forçado e detenção arbitrária; a legislação de acesso à informação é tomada apenas como um passo importante para assegurar o direito à verdade (par. 32); e o estudo expressa reservas quanto ao papel das comissões da verdade, tendo em vista os limites a que normalmente se submete a sua competência.²⁰² Preferência é dada a processos judiciais penais.²⁰³

Posteriormente, foi requerida, por meio da Decisão 2/105 do ConsDH²⁰⁴ (ONU, A/HRC/DEC/2/105, 2006e), a preparação, pelo EACDH, de um novo relatório, considerando as melhores práticas nacionais e internacionais. Foi então elaborado mais um estudo sobre o direito à verdade (ONU, A/HRC/5/7, 2007), baseado em exemplos extraídos de respostas apresentadas por diferentes Estados e organizações não governamentais a pedido de informações formulado pelo EACDH.

O relatório de 2007 constata um reconhecimento crescente do direito à verdade por parte de instrumentos internacionais, de ordens jurídicas internas e da jurisprudência nacional e internacional, e busca apresentar as diversas experiências relacionadas à

²⁰² “As comissões de verdade desempenharam um papel importante na promoção da justiça, na descoberta da verdade, na proposta de reparações e na recomendação de reformas de instituições abusivas, porém a experiência mostra que essas comissões estão com frequência sujeitas a diferentes restrições decorrentes de limites em seu mandato relativos aos prazos de investigação, sua competência material e a duração da comissão” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 50, t.n.: “*Truth commissions have played an important role in promoting justice, uncovering truth, proposing reparations, and recommending reforms of abusive institutions, however, experience shows that these commissions are often subjected to several constraints often due to restrictions in the mandate regarding time periods under investigation, material scope and the lifespan of the commission*”).

²⁰³ “Os tribunais penais internacionais, as comissões de verdade, as comissões de inquérito, os tribunais penais nacionais, as instituições nacionais de direitos humanos e outros órgãos e procedimentos administrativos **podem constituir ferramentas importantes para garantir o direito à verdade**. Os procedimentos da justiça penal, ao possibilitarem a atuação a qualquer parte lesada e a qualquer pessoa ou organização não governamental com interesse legítimo, **são essenciais para garantir o direito à verdade**. Os recursos judiciais, como o *habeas corpus*, são também mecanismos importantes para a proteção do direito à verdade” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 61, d.i., t.n.: “*International criminal tribunals, truth commissions, commissions of inquiry, national criminal tribunals, national human rights institutions and other administrative bodies and proceedings **may constitute important tools for ensuring the right to the truth**. Judicial criminal proceedings, with a broad legal standing in the judicial process for any wronged party and to any person or non-governmental organization having a legitimate interest therein, **are essential to ensuring the right to the truth**. Judicial remedies, such as *habeas corpus*, are also important mechanisms to protect the right to the truth*”).

²⁰⁴ O ConsDH, estabelecido pela Resolução da Assembleia Geral n. 60/251, de 15 de março de 2006, foi o sucessor da CDH.

efetivação e consolidação desse direito. Alguns Estados, em sua resposta, teriam dito entender que o direito à verdade é um direito autônomo com vínculos com outros direitos, tais como o direito à informação, o direito à justiça e o direito à identidade, e teriam identificado como objetivos do direito à verdade restabelecer a dignidade das vítimas e procurar evitar que as violações voltem a se repetir (par. 13). A questão da autonomia do direito à verdade, entretanto, se revelou controversa²⁰⁵ e o próprio estudo aponta que “[u]ma das formas mais decisivas de garantir o direito à verdade é ainda o direito à informação” (ONU, A/HRC/5/7, 2007, par. 39, t.n.²⁰⁶). De qualquer forma, Estados como a Colômbia teriam incorporado o direito à verdade nos respectivos ordenamentos jurídicos por meio de medidas legislativas e decisões judiciais (par. 14).

Sobre os mecanismos institucionais e medidas adotados em favor do direito à verdade, o relatório observa que comissões da verdade têm sido criadas com cada vez mais frequência em países que saem de uma guerra civil ou de um regime autoritário (par. 40). Menciona também exemplos de comissões de investigação, tais como, no Brasil, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (pars. 45-47). Refere-se igualmente aos procedimentos judiciais, citando o exemplo dos “processos pela verdade” na Argentina. Aponta o papel desempenhado pelas partes civis nos processos penais, que seria importante “[...] como meio de garantir às vítimas e a suas famílias o direito à verdade” (par. 56, t.n.²⁰⁷) e sublinha a relevância da preservação e garantia de acesso aos arquivos (pars. 58-70). Quanto às anistias, o relatório observa que, conforme as contribuições recebidas, “[...] essas medidas não apenas promovem a impunidade: elas também criam um sério obstáculo aos esforços voltados a tornar efetivo o direito à verdade ao impedirem a condução de investigações completas” (par. 20, t.n.²⁰⁸).

O relatório conclui que “[o] direito à verdade, como fica claro a partir das comunicações recebidas, está em plena evolução” (par. 87, t.n.²⁰⁹). Nos últimos anos, foram editadas leis em diversos países, aprovaram-se instrumentos de direito internacional e se estabeleceu uma jurisprudência sobre o tema nas esferas nacionais e regionais,

²⁰⁵ Conforme o relatório, de um lado “[a] Argentina destaca que o direito à verdade é um direito autônomo” (par. 16, t.n.: “Argentina stresses that the right to the truth is an autonomous right”), mas de outro “[a] Suíça argumenta que nenhum instrumento de direitos humanos identifica o direito à verdade como um direito específico e autônomo” (par. 17, t.n.: “Switzerland argues that there is no human rights instrument which identifies the right to the truth as a specific and autonomous right”).

²⁰⁶ “[o]ne of the most decisive ways of ensuring the right to the truth is still the right to information”.

²⁰⁷ “[...] as a means of guaranteeing victims and their families the right to the truth”.

²⁰⁸ “[...] these measures not only promote impunity: they also pose a major obstacle to efforts to uphold the right to the truth by inhibiting the conduct of full inquiries”.

²⁰⁹ “[t]he right to the truth, as is clear from the communications received, is evolving steadily”.

contribuindo para a delimitação da sua extensão. Entretanto, “[m]uitos aspectos e dimensões do direito à verdade demandam um aprofundamento” (par. 87, t.n.²¹⁰).

Em 2008, o ConsDH adotou a Res. 9/11 sobre o direito à verdade (ONU, A/HRC/9/L.23, 2008a). Trata-se da primeira resolução no âmbito da ONU, após a Res. 2005/66, a se posicionar a respeito do que significaria esse direito, embora como esta tivesse o fim de requerer a elaboração de um novo estudo abrangente, desta vez com vistas à criação de diretrizes (*guidelines*) sobre a proteção de arquivos e de programas de proteção de testemunhas. O seu conteúdo é muito semelhante ao da Res. 2005/66, merecendo destaque, entre as poucas diferenças que guarda em relação a esta: (i) relativização da afirmação, contida na Res. 2005/66, de que, em alguns ordenamentos nacionais, o direito à verdade poderia ser caracterizado como direito ou liberdade de informação, com a sua substituição pelo entendimento de que apenas “um direito específico à verdade” (“*a specific right to the truth*”) pode se caracterizar dessa forma;²¹¹ e (ii) a incorporação da “sociedade como um todo” entre os titulares do direito à verdade, ao lado das vítimas e seus familiares, e (iii) uma aparente ênfase maior no fato de ser o Estado o seu sujeito passivo.²¹²

²¹⁰ “[m]any aspects and dimensions of the right to the truth require further analysis”.

²¹¹ É possível que o objetivo dessa alteração tenha sido evitar a interpretação de que a garantia do direito ou liberdade de informação seria suficiente para tornar efetivo o direito à verdade. Nesse sentido, é interessante observar que os Estados Unidos, nas suas já mencionadas reservas à previsão do direito à verdade pela Convenção sobre desaparecimentos forçados de 2006, se apoiaram na redação da Res. 2005/66, ora alterada, para sustentar a leitura conforme a qual o objeto do direito à verdade poderia se restringir à liberdade de informação: “[...] os Estados Unidos expressam a sua intenção de interpretar o Direito à Verdade no preâmbulo e no Artigo 24(2) de forma consistente com a Resolução de Direitos Humanos sobre o Direito à Verdade (2005/66), que estabelece que o direito pode ser reconhecido nos diferentes sistemas jurídicos (tais como o nosso) como liberdade de informação, direito de saber ou direito de ser informado, e também de forma consistente com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que fala do direito de procurar, receber e difundir informações” (ONU, A/HRC/1/G/1, 2006h, p. 3, t.n.: “[...] the United States expresses its intent to interpret the Right to Truth in the preamble and in Article 24(2) consistent with the Commission on Human Rights Resolution on Right to Truth (2005/66), which states that the right may be recognized in various legal systems (such as our own) as freedom of information, the right to know, or the right to be informed, and also consistent with the International Covenant on Civil and Political Rights which speaks to the right to seek, receive and impart information”).

²¹² A redação da Res. 2005/66 é a seguinte: “Destacando o imperativo para a sociedade como um todo de **reconhecer o direito das vítimas de graves violações de direitos humanos e de sérias violações ao direito internacional humanitário, assim como de suas famílias**, no quadro do sistema jurídico doméstico de cada Estado, de saber a verdade a respeito dessas violações, inclusive a identidade dos perpetradores e as causas, fatos e circunstâncias nas quais essas violações ocorreram,” (ONU, E/CN.4/RES/2005/66, 2005d, d.i., t.n.: “Stressing the imperative for society as a whole to **recognize the right of victims of gross violations of human rights and serious violations of international humanitarian law, and their families**, within the framework of each State’s domestic legal system, to know the truth regarding such violations, including the identity of the perpetrators and the causes, facts and circumstances in which such violations took place,”). Já na Res. 9/11 se lê: “Destacando a importância de que a comunidade internacional se empenhe para reconhecer o direito das vítimas de graves violações de direitos humanos e de sérias violações do direito internacional humanitário, assim como de suas famílias **e da sociedade como um todo**, de conhecer a

O novo relatório do EACDH sobre o direito à verdade foi apresentado em 2009 (ONU, A/HRC/12/19, 2009a). Tendo por foco central as medidas relativas a arquivos e registros, bem como os programas de proteção de testemunhas, ele afirma considerar serem essas medidas “[...] *elementos que se reforçam mutuamente e que são essenciais para assegurar o exercício efetivo do direito à verdade*” (par. 2, t.n.²¹³), e propõe estratégias para esse fim.²¹⁴

Em 2009, o ConsDH mais uma vez determinou, por meio da Res. 12/12, a complementação dos estudos sobre o direito à verdade, com foco em programas e outras medidas para a proteção de testemunhas, e apresentou considerações sobre esse direito (ONU, A/HRC/RES/12/12, 2009b). De conteúdo bastante similar ao da Res. 9/11, a Res. 12/12 inovou em relação àquela ao dar maior ênfase às ferramentas abordadas no último estudo. Foi, com isso, elaborado mais um relatório pelo EACDH (ONU, A/HRC/15/33, 2010), que tem por objeto, especificamente, os mecanismos de proteção às testemunhas.

Pouco tempo depois, a AGNU veio também a adotar uma Resolução dispendo sobre o direito à verdade. Trata-se da Res. 65/196 de 2011, que proclama o dia 24 de março como o dia internacional para o direito à verdade sobre graves violações de direitos humanos e para a dignidade das vítimas (ONU, A/RES/65/196, 2011b). Essa resolução não apresenta uma definição para o direito em estudo, informando levar em consideração o direito à verdade tal como definido na Res. 2005/66 da CDH, bem como na Decisão 2/105 e Resoluções 9/11 e 12/12 do ConsDH.

verdade a respeito dessas violações, na máxima medida possível, em particular, a identidade dos perpetradores, as causas e fatos e dessas violações, e as circunstâncias em que elas ocorreram, *Destacando também que é importante que os Estados proporcionem mecanismos apropriados e efetivos **para que a sociedade como um todo e, em particular, os familiares das vítimas**, conheçam a verdade a respeito de graves violações de direitos humanos e de sérias violações do direito internacional humanitário,*” (ONU, A/HRC/9/L.23, 2008a d.i., t.n.: “*Stressing the importance for the international community to endeavour to recognize the right of victims of gross violations of human rights and serious violations of international humanitarian law, and their families **and society as a whole**, to know the truth regarding such violations, to the fullest extent practicable, in particular, the identity of the perpetrators, the causes and facts of such violations, and the circumstances under which they occurred,* Stressing also that it is important for States to provide appropriate and effective mechanisms **for society as a whole and, in particular, for relatives of the victims, to know the truth** regarding gross violations of human rights and serious violations of international humanitarian law,”).

²¹³ “[...] *mutually reinforcing elements that are essential to ensuring the effective implementation of the right to the truth*”.

²¹⁴ O relatório nota que, além dos documentos governamentais e não governamentais que – encontrados em poder dos governos, organizações internacionais, entidades do setor privado e mesmo de indivíduos – são anteriores ao período de transição e devem ser preservados no curso desta, há o registro criado por instituições da justiça de transição, que passa a constituir uma importante fonte de informações sobre a história do país.

2.3. A gênese de um direito à verdade na esfera interamericana de proteção dos direitos humanos

2.3.1. O direito à verdade frente ao desaparecimento forçado de pessoas

Da mesma forma que na esfera universal de proteção aos direitos humanos, na esfera interamericana o tema do direito à verdade apareceu primeiramente no contexto das reações contra a prática de desaparecimentos forçados, a partir da demanda de conhecimento do ocorrido com as pessoas desaparecidas.

Nesse sentido, desde o final da década de 1970, a ComIDH, tendo que fazer face a um grande número de petições sobre a prática de desaparecimentos forçados na região, entendeu existir a necessidade de se investigar e informar os familiares a respeito da situação das pessoas desaparecidas (cf. PINTO, 2007, p. 14). É o que se lê em seus relatórios sobre a situação dos direitos humanos em diferentes países, tais como no de 1980 sobre a Argentina (OEA, OEA/Ser.L/V/II.49, 1980a),²¹⁵ bem como em seus Relatórios anuais de 1978 (OEA, OEA/Ser.L/V/II.47, 1979a), 1980-1981 (OEA, OEA/Ser.L/V/II.54, 1981) e 1981-1982 (OEA, OEA/Ser.L/V/II.57, 1982a). Essa postura viria a encontrar eco na sua atuação perante a CorteIDH, na intenção de levar esta última a reconhecer a existência do direito à verdade (cf. BURGORGUE LARSEN; TORRES, 2008, p. 743) (v. item 2.3.3 infra).

Em 1979, diante de relatórios apresentados pela ComIDH, a AGOEA passou a editar sucessivas resoluções, primeiro recomendando e depois instando e exortando os Estados a esclarecer a situação dessas pessoas.²¹⁶ Essas resoluções passaram

²¹⁵ “A questão fundamental, no entender da CIDH, é a averiguação e oportuna comunicação aos familiares sobre a situação em que se encontram as pessoas desaparecidas. É necessário estabelecer com toda certeza se essas pessoas vivem ou se estão mortas; se estão vivas, onde se encontram, e se estão mortas, onde, quando e em que circunstâncias perderam a vida e onde foram enterrados os seus restos” (OEA, OEA/Ser.L/V/II.49, 1980a, cap. III.F, par. 11, t.n.: “*La cuestión fundamental, a juicio de la CIDH, es la averiguación y oportuna comunicación a los familiares de la situación en que se encuentran las personas desaparecidas. Es necesario establecer con toda certeza si estas personas viven o han muerto; si están vivas, dónde se encuentran, y si han muerto, dónde, cuándo y en qué circunstancias perdieron la vida y dónde fueron inhumados sus restos*”).

²¹⁶ Leia-se, por exemplo, trechos de resoluções em que a AGOEA decide:

“Declarar que a prática do desaparecimento de pessoas é uma afronta à consciência do Hemisfério, totalmente contrária aos nossos valores tradicionais comuns e às declarações e acordos assinados pelos Estados americanos, e apoiar a recomendação da Comissão relativa ao pronto esclarecimento da situação das pessoas desaparecidas nas circunstâncias descritas no relatório atual” (OEA, AG/RES. 443 (IX-O/79), 1979b, item 3).

“Destacar a necessidade de que, nos países onde ocorrer, se ponha fim imediatamente a toda prática que leve ao desaparecimento de pessoas, bem como instar no sentido de que se levem a cabo os esforços necessários

posteriormente a sugerir aos Governos o estabelecimento de registros centrais de todas as prisões (OEA, AG/RES.510 (X-O/80), 1980b, AG/RES. 618 (XII-O/82), 1982b) e a incentivar o emprego de esforços na busca dos restos mortais das vítimas que já não estivessem vivas (OEA, AG/RES. 2134 (XXXV-O/05), 2005). Já foi interpretado que elas “(...) *esboçaram um direito de saber o que aconteceu ao determinarem que os Estados em questão tornassem conhecido o destino das pessoas desaparecidas*” (PINTO, 2007, p. 14, t.n.²¹⁷).

No seu relatório anual de 1986-1987 (OEA, OEA/Ser.L/V/II.71, 1987, cap. V.II), a ComIDH, observando que a prática de desaparecimentos forçados havia se tornado em muitos países da América Latina, desde a década de 1970, uma ferramenta para a repressão e supressão física de dissidentes, recomendou a adoção de uma convenção para a sua prevenção e combate. Ao fazê-lo, deu ênfase a algumas das peculiaridades dessa prática que, como já visto no âmbito da esfera universal de proteção dos direitos humanos, futuramente viriam a dar ensejo à criação do direito à verdade: (i) destacou que “[p]or suas características, as vítimas não são apenas os próprios desaparecidos, mas também seus pais, esposos, filhos ou outros familiares, a quem se coloca numa situação de incerteza e angústia que se prolonga por muitos anos” (OEA, OEA/Ser.L/V/II.71, 1987, cap. V.II, t.n.²¹⁸); (ii) notou que o desaparecimento forçado se diferencia de outras violações a direitos humanos e de outras situações em que se desconhece o paradeiro de uma pessoa e sublinhou, entre os seus elementos caracterizadores, a recusa pelo Estado em fornecer informações sobre a pessoa desaparecida;²¹⁹ e (iii) recomendou que a convenção sobre

para determinar a situação das pessoas cujo desaparecimento foi denunciado” (OEA, AG/RES.510 (X-O/80), 1980b, item 12).

“Reiterar a necessidade de que, nos Estados onde tenham ocorrido desaparecimentos de detidos, seja esclarecida sua situação e sejam informadas as pessoas de suas famílias” (OEA, AG/RES. 618 (XII-O/82), 1982b, item 7).

“Declarar que a política do desaparecimento forçado de pessoas na América é uma afronta à consciência do hemisfério e constitui crime de lesa-humanidade.

Exortar os Estados em que ocorreram desaparecimentos de pessoas a que esclareçam a situação das mesmas e informem seus familiares a respeito do seu destino” (OEA, AG/RES. 666 (XIII-O/83), 1983, itens 4 e 5).

No mesmo sentido, v. ainda, OEA (AG/RES. 742 (XIV-O/84), 1984, AG/RES. 2134 (XXXV-O/05), 2005, e AG/RES. 2231 (XXXVI-O/06), 2006a).

²¹⁷ “[...] *ont ébauché un droit à savoir ce qui s’était passé en demandant aux Etats en cause de faire connaître le sort des personnes disparues*”.

²¹⁸ “[p]or sus características, las víctimas no son sólo los desaparecidos mismos, sino también sus padres, esposos, hijos u otros familiares, a quienes se pone en una situación de incertidumbre y angustia que se prolonga por muchos años”.

²¹⁹ “[...] para que se esteja diante de um desaparecimento forçado, é importante assinalar que a detenção da vítima seja negada pelas autoridades. O desaparecimento do detido acontece quando as forças de segurança deliberadamente negam informações a seus familiares sobre o seu paradeiro e quando afirmam positivamente que ele não está detido. Em todo caso, esse elemento consiste em uma atitude consciente e deliberada de negar a detenção que se sabe concretizada, com o objetivo de evitar a responsabilidade pela própria prisão, e

desaparecimentos forçados previsse a obrigação dos governos de “[...] *averiguar o paradeiro e destino do detido e comunicá-lo a seus familiares*” (OEA, OEA/Ser.L/V/II.71, 1987, cap. V.II, t.n.²²⁰).

A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas foi adotada pela AGOEA em 1994. Mesmo sem a previsão expressa de um direito à verdade, é possível extrair uma exigência de fornecimento de informações sobre pessoas privadas de liberdade e supostamente desaparecidas de suas disposições destinadas a prevenir e reprimir essa prática. O desaparecimento é definido como privação de liberdade “[...] *seguida de falta de informação ou da recusa a reconhecer a privação de liberdade ou a informar sobre o paradeiro da pessoa, impedindo assim o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes*” (art. 2, d.i.). Tendo isso em vista, a Convenção estabelece que, mesmo em circunstâncias excepcionais, como guerra, instabilidade política ou qualquer emergência pública, seja preservado o direito a procedimentos ou recursos rápidos e eficazes para a determinação do paradeiro das pessoas privadas de liberdade (art. 10). Exige, além disso, a manutenção da pessoa privada de liberdade em lugares de detenção oficialmente reconhecidos, a sua apresentação sem demora à autoridade judicial competente e o estabelecimento e a elaboração de registros sobre os detidos, com a sua colocação à disposição dos interessados (art. 11). Estabelece, ainda, que a ComIDH, diante de comunicado sobre um suposto desaparecimento forçado, solicite ao respectivo governo “[...] *que proporcione, com a brevidade possível, informação sobre o paradeiro da pessoa supostamente desaparecida e demais informações que julgar pertinentes*” (art. 14). De acordo com a Convenção, o delito em questão “[...] *será considerado continuado ou permanente, enquanto não se estabelecer o destino ou paradeiro da vítima*” (art. 3), e os Estados se comprometem a punir os seus autores (art. 1.b), mesmo que possam estabelecer circunstâncias atenuantes a quem contribua para o esclarecimento do desaparecimento forçado de uma pessoa (art. 3).²²¹

pela integridade física e a vida do detido” (OEA, OEA/Ser.L/V/II.71, 1987, cap. V.II, t.n.: “[...] *para que se esté en presencia de una desaparición forzada, es importante señalar que el confinamiento de la víctima sea negado por las autoridades. La desaparición del detenido ocurre cuando las fuerzas de seguridad deliberadamente niegan información a sus familiares sobre su paradero y cuando afirman positivamente que no se encuentra detenido. [...] En todo caso, este elemento consiste en una actitud consciente y deliberada de negar la detención que se sabe concretada, con el objeto de eludir la responsabilidad por el arresto mismo, y por la integridad física y la vida del detenido*”).

²²⁰ “[...] *averiguar el paradero y destino del detenido y de comunicárselo a sus familiares*”.

²²¹ Há ainda a previsão de cooperação entre os Estados Parte na busca, identificação, localização e restituição de menores subtraídos após o desaparecimento forçado de seus pais, tutores ou guardiães (art. 12).

Em 2005, uma Resolução da AGOEA sobre pessoas desaparecidas utilizou em seus considerandos o termo “direito à verdade”, ao fazer referência ao título da Res. 2005/66 da CDH (OEA, AG/RES. 2134 (XXXV-O/05), 2005). Nesse momento, já fazia alguns anos que a ComIDH vinha afirmando expressamente existir um “direito à verdade” diante de casos de desaparecimento forçado. Vale citar, como ilustração, o seu relatório no caso Aguiar de Lapacó, de 29 de fevereiro de 2000 (OEA, Relatório n. 21/00, 2000). Tratava-se de petição contra a rejeição, por autoridades judiciais argentinas, de pedido apresentado pela senhora Aguiar de Lapacó, de que, com fundamento no direito à verdade e no direito ao luto, fosse determinado o ocorrido com a filha, desaparecida desde 1977.²²² Foi alcançada uma solução amistosa com o governo da Argentina, conforme a qual este “[...] *aceita e garante o direito à verdade que consiste no esgotamento de todos os meios para alcançar o esclarecimento sobre o que aconteceu com as pessoas desaparecidas*” (OEA, Relatório n. 21/00, 2000, t.n.²²³). Essa seria uma obrigação de meios e não de resultados, que persistiria de forma imprescritível enquanto esses não fossem alcançados.

O compromisso assumido pelo governo da Argentina no caso mencionado deu força à construção jurisprudencial, que ocorria no país naquele momento, dos “processos pela verdade” (“*juicios por la verdad*”), já mencionados neste trabalho (cf. MATAROLLO, 2009, p. 121). Tratava-se de processos que, de forma inovadora, no contexto das restrições à persecução penal dos crimes da ditadura argentina (1976 a 1983) impostas por leis vigentes no país, tramitaram com o único objetivo de esclarecer as

²²² Abregu (1996, 1997) descreve como se deu, na Argentina, a discussão jurisprudencial relacionada ao caso Aguiar de Lapacó. As confissões do ex-capitão Adolfo Scilingo, em 1995, sobre a forma atroz como pessoas eram jogadas de aviões sobre o Rio de La Plata, realimentaram a demanda dos familiares e da sociedade pelo conhecimento dos métodos de extermínio usados pela ditadura militar e do destino final de suas vítimas. O relatório “*Nunca más*”, da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), havia se baseado essencialmente em informações trazidas pelas vítimas e a investigação dos crimes havia sido obstada pelas Leis do Ponto Final e de Obediência Devida. Foram então ajuizadas ações explicitamente fundadas no direito à verdade para o esclarecimento de casos individuais representativos, sendo um deles o de Aguiar de Lapacó. As ações pleiteavam o emprego do procedimento de investigação criminal não para que fossem sancionados os responsáveis, mas para a determinação dos fatos que circundaram o cometimento dos crimes. Segundo o autor, pouco a pouco a jurisprudência se posicionou de forma favorável à continuação das investigações penais, até que a Corte Suprema decidiu em sentido contrário no caso Aguiar de Lapacó, sustentando que “[...] o objetivo do processo penal é a aplicação de penas e, portanto, a vítima não possui nenhum direito de conhecer a verdade sobre o crime cometido – ao menos em sede penal” (ABREGU, 1998, p. 118, t.n.: “*el objetivo del proceso penal es la aplicación de penas y, por lo tanto, no asiste a la víctima ningún derecho a conocer la verdad acerca del crimen cometido – al menos en sede penal*”). Mais tarde, membros da Corte esclareceram que esse seu posicionamento dizia respeito aos processos penais, podendo o direito dos familiares ser tutelado por outros instrumentos. Em processo posterior foi decidido, nas palavras de Abregu, que “[...] os familiares têm o direito de saber o que ocorreu com as vítimas do terrorismo de Estado usando a via do habeas data” (ABREGU, 1998, p. 118, t.n.: “[...] *los familiares tienen derecho a saber qué pasó con las víctimas del terrorismo de Estado utilizando la vía del hábeas data*”).

²²³ “[...] *acepta y garantiza el derecho a la verdad que consiste en el agotamiento de todos los medios para alcanzar el esclarecimiento acerca de lo sucedido con las personas desaparecidas*”.

circunstâncias dos desaparecimentos forçados, analisando para isso informações e testemunhos, principalmente de membros das Forças Armadas (ROMANIN, 2013, p. 6). Peculiares por apresentarem elementos tanto de comissões da verdade quanto da justiça penal (SIKKINK; WALLING, 2006, p. 316), esses processos reuniram informações que, posteriormente, quando as leis de anistia foram declaradas nulas, vieram a informar as perseguições penais (cf. ONU, A/HRC/5/7, 2007, par. 53).

2.3.2. A criação de um direito à verdade em sentido amplo

Em meados da década de 1980, a ComIDH passou a reconhecer a existência de um direito à verdade em sentido amplo, em casos de graves violações de direitos humanos não restritas ao desaparecimento forçado. Da mesma forma que no âmbito da ONU, o tema parece ter sido suscitado com os desafios postos às recentes democracias pela justiça de transição (BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 744), em particular pelo problema da inocorrência de investigação sobre anteriores violações de direitos humanos ou de punição dos responsáveis.

Em seu relatório anual de 1985-1986, a ComIDH afirmou ser essa uma matéria sensível, cuja resposta incumbe aos “[...] *próprios setores nacionais afetados e onde a urgência de uma reconciliação nacional e de uma pacificação social devem se harmonizar com as exigências inevitáveis do conhecimento da verdade e da justiça*” (OEA, OEA/Ser.L/V/II.68, 1986, cap. V, t.n.²²⁴). A ComIDH ressaltou que, independente da atribuição de responsabilidades pelas violações, há uma exigência de esclarecimento a seu respeito: “*Toda sociedade tem o direito irrenunciável de conhecer a verdade sobre o ocorrido, bem como as razões e circunstâncias nas quais crimes aberrantes chegaram a ser cometidos, a fim de evitar que esses fatos voltem a ocorrer no futuro*” (OEA, OEA/Ser.L/V/II.68, 1986, cap. V, t.n.²²⁵). Ademais, acrescentou que “[...] *nada pode impedir que os familiares das vítimas saibam o que aconteceu com os seus seres mais próximos*” (OEA, OEA/Ser.L/V/II.68, 1986, cap. V, t.n.²²⁶).²²⁷ Posteriormente, em

²²⁴ “[...] *proprios sectores nacionales afectados y donde la urgencia de una reconciliación nacional y de una pacificación social deben armonizarse con las ineludibles exigencias del conocimiento de la verdad y la justicia*”.

²²⁵ “*Toda la sociedad tiene el irrenunciable derecho de conocer la verdad de lo ocurrido, así como las razones y circunstancias en las que aberrantes delitos llegaron a cometerse, a fin de evitar que esos hechos vuelvan a ocurrir en el futuro*”.

²²⁶ “[...] *nada puede impedir a los familiares de las víctimas conocer lo que aconteció con sus seres más cercanos*”.

decisões adotadas em 1992, a ComIDH afirmou serem incompatíveis com os artigos 1.1, 8 e 25 da CADH as leis de anistia adotadas na Argentina e no Uruguai (Relatórios 28/92 sobre a Argentina e 29/92 sobre o Uruguai, apresentados no relatório anual de 1992-1993 – OEA, OEA/Ser.L/V/II.83, 1993).

A partir de 2006, o direito à verdade em sentido lato passou igualmente a ser objeto de resoluções anuais da AGOEA (OEA, AG/RES. 2175 (XXXVI-O/06), 2006b, AG/RES.2267 (XXXVII-O/07), 2007, AG/RES. 2406 (XXXVIII-O/08), 2008, AG/RES. 2509 (XXXIX-O/09), 2009, AG/RES. 2595 (XL-O/10), 2010, AG/RES. 2662 (XLI-O/11), 2011, AG/RES. 2725 (XLII-O/12), 2012a, AG/RES 2800 (XLIII-O/13), 2013). De conteúdo quase idêntico,²²⁸ exceto pela atualização das referências a instrumentos internacionais mais recentes, tanto do sistema interamericano quanto daqueles adotados no âmbito da ONU,²²⁹ essas resoluções:

(i) Fazem referência aos artigos 25, 8, 13 e 1.1. da CADH, relativos ao direito à proteção judicial, ao devido processo e a garantias judiciais, à liberdade de expressão e ao dever dos Estados de respeitar e garantir os direitos humanos, respectivamente.

(ii) Fazem igualmente referência aos artigos 32 e 33 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra, ressaltando que “[...] *também se deveriam adotar as medidas adequadas para identificar as vítimas nas situações que não equivalham a conflito armado*”, bem como ao reconhecimento do direito à verdade pela Convenção Internacional sobre desaparecimentos forçados (ONU, 2006f).

(iii) Afirmam que “[...] *o direito à verdade pode caracterizar-se de maneira diferente em alguns sistemas jurídicos como direito a saber ou a ser informado ou à liberdade de informação*”. Não acompanham, portanto, a modificação, observada na Res. 9/11 do

²²⁷ Esse necessário acesso à verdade, segundo a ComIDH, suporia não ser limitada a liberdade de expressão, a qual deve ser exercida de forma responsável; a formação de comissões investigadoras; ou a atribuição dos meios necessários para que o próprio Judiciário empreenda as investigações necessárias (OEA, OEA/Ser.L/V/II.68, 1986, cap. V).

²²⁸ A Resolução de 2013 está organizada diferentemente, mas não apresenta alterações significativas nos aspectos relativos ao conteúdo do direito à verdade.

²²⁹ Entre os documentos da ONU mencionados estão a Res. 2005/66 da CDH (ONU, E/CN.4/RES/2005/66, 2005d), bem como a Decisão 2/105 (ONU, A/HRC/DEC/2/105, 2006e) e as Res. 9/11 (ONU, A/HRC/9/L.23, 2008a) e 12/12, do ConsDH (ONU, A/HRC/RES/12/12, 2009b), a Res. 10/26 do ConsDH sobre genética forense e direitos humanos e a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados (ONU, 2006f). São também citados os estudos do EACDH sobre o direito à verdade (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c; ONU, A/HRC/5/7, 2007; e ONU, A/HRC/12/19, 2009a) e a Res. 65/196 da AGNU, que cria o dia internacional pelo direito à verdade (ONU, A/RES/65/196, 2011b).

ConsDH (ONU, A/HRC/9/L.23, 2008a) em relação à Res. 2005/66 da CDH (ONU, E/CN.4/RES/2005/66, 2005d), acima apontada, cujo intuito aparentemente foi o de evitar o entendimento de que a liberdade de informação seria suficiente para garantir o direito à verdade.

(iv) Sublinham a necessidade de a comunidade regional adotar um compromisso em favor do reconhecimento de um direito das vítimas de violações de direitos humanos e ao direito humanitário internacional, bem como de suas famílias e da sociedade em seu conjunto, “[...] *de conhecer a verdade sobre tais violações da maneira mais completa possível, em particular a identidade dos autores e as causas, os fatos e as circunstâncias em que se produziram*”;

(v) Reconhecem a importância da preservação de “[...] *arquivos e outras provas relativas a violações manifestas dos direitos humanos e violações graves do Direito Internacional Humanitário*”;

(vi) Relacionam o respeito e a garantia do direito à verdade com o combate à impunidade;

(vii) São elogiosas em relação à criação de comissões da verdade e reconciliação de forma complementar ao sistema judicial e incentivam os Estados a que divulguem, apliquem e vigiem a execução no âmbito interno das recomendações por elas formuladas.

(viii) Solicitam à ComIDH que elabore um relatório sobre o desenvolvimento do direito à verdade no Hemisfério, que inclua os mecanismos e experiências nacionais neste tema;²³⁰ e

(ix) Incentivam os Estados a adotarem medidas voltadas ao estabelecimento de mecanismos ou instituições que divulguem as informações sobre as violações, assegurando o acesso dos cidadãos.

2.3.3. A evolução da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o direito à verdade²³¹

²³⁰ Até a Res. 2800, de 5 de junho de 2013, esse relatório não havia sido concluído.

²³¹ Não são consideradas neste estudo as decisões proferidas depois de maio de 2013.

A jurisprudência da CorteIDH foi pioneira no reconhecimento da existência de um direito à verdade, originariamente em casos envolvendo desaparecimentos forçados (BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 742; PHILIPPE MARINO, 2008, p. 104).²³² Se atualmente não há dúvidas de que para a CorteIDH existe esse direito, persistem em aberto em sua jurisprudência questões importantes em torno dele. A análise que se passa a desenvolver pretende mostrar as transformações no seu entendimento, especialmente sobre o fundamento do direito à verdade na CADH, tendo em vista que esta não o prevê expressamente. Em seguida, este estudo buscará verificar como a jurisprudência da CorteIDH percebe os contornos desse direito, indicando alguns dos pontos que foram assentados e alguns daqueles que permanecem obscuros a seu respeito.

2.3.3.1. Antecedentes, sem a afirmação da existência de um direito à verdade

A CorteIDH, já no primeiro caso contencioso decidido no mérito – Velásquez Rodríguez vs. Honduras (1988) –, apresentou o entendimento de que os Estados teriam a obrigação de investigar o destino das vítimas de desaparecimento forçado – o germe daquilo que futuramente iria entender como direito à verdade (BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 742; PINTO, 2007, p. 15). Discutiu-se então o desaparecimento forçado de um estudante que havia sido detido pelas forças armadas de Honduras em 1981, fato sistematicamente negado pelas autoridades do Estado, que nada informavam sobre o paradeiro e a sorte da vítima.

Na ocasião, a CorteIDH, sem invocar expressamente um direito à verdade, afirmou que os Estados, em virtude do disposto no art. 1.1 da CADH, estão obrigados a investigar toda situação em que tenham sido violados direitos por esta protegidos. O mencionado dispositivo prevê a obrigação dos Estados-partes na CADH de “*respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos*” e “*garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição*”, de forma que se pode interpretar que qualquer ofensa por um Estado a direito protegido pela CADH implica também infração ao art.

²³² Como observa Callejon, “[e]ncontrando a sua fonte no direito internacional humanitário, o direito à verdade viu a sua interpretação se estender ao direito internacional dos direitos humanos em matéria de desaparecimento forçado, sob o estímulo da Corte interamericana de direitos humanos” (CALLEJON, 2006, p. 348, t.n.: “[t]rouvant sa source dans le droit international humanitaire, le droit à la vérité a vu son interprétation s’étendre au droit international des droits de l’homme en matière de disparition forcée, sous l’impulsion de la Cour interaméricaine des droits de l’homme”).

1.1.²³³ Aqui, porém, a Corte entendeu que, como o art. 1.1 traz expressamente não apenas um dever de *respeitar os direitos*, mas também um dever de *garantir o seu exercício*, o art. 1.1 igualmente estabelecerá outra obrigação, a saber, a obrigação de investigar as práticas já cometidas.²³⁴ Ele imporá, dessa forma, além de obrigações negativas, obrigações positivas de proteção, como nota Martin-Chenut (2013b, p. 99).²³⁵

Assim, assentou a CorteIDH que, se o Estado não investiga e julga toda violação a um direito da CADH, ele descumpre o dever previsto no artigo 1.1 dessa Convenção. Completou ainda que a investigação deve ser iniciada e conduzida de ofício e, não obstante ela seja uma obrigação de meio, deve ser empreendida com seriedade – e não como uma formalidade de início fadada ao insucesso (CorteIDH, 1988, par. 177). Outrossim, em se tratando de desaparecimento forçado, a investigação deve permanecer em curso enquanto se mantiver a incerteza a respeito da sorte da pessoa desaparecida. Ainda que existam disposições jurídicas internas impedindo que sejam sancionadas as pessoas responsáveis, persistiria o direito dos familiares de conhecer o destino da vítima e, se for o caso, de saber

²³³ “Este artigo contém a obrigação contraída pelos Estados Partes quanto a cada um dos direitos protegidos, de tal maneira que toda pretensão de que se tenha ofendido algum desses direitos implica necessariamente que se tenha infringido também o artigo 1.1 da Convenção” (CorteIDH, 1988, par. 162, t.n.: “*Este artículo contiene la obligación contraída por los Estados Partes en relación con cada uno de los derechos protegidos, de tal manera que toda pretensión de que se ha lesionado alguno de esos derechos, implica necesariamente la de que se ha infringido también el artículo 1.1 de la Convención*”).

²³⁴ “A segunda obrigação dos Estados Partes é a de ‘garantir’ o livre e pleno exercício dos direitos reconhecidos na Convenção a toda pessoa sujeita a sua jurisdição. Esta obrigação implica o dever dos Estados Partes de organizar todo o aparato governamental e, em geral, todas as estruturas através das quais se manifesta o exercício do poder público, de maneira tal que sejam capazes de assegurar juridicamente o livre e pleno exercício dos direitos humanos. Como consequência desta obrigação os Estados devem prevenir, investigar e sancionar toda violação dos direitos reconhecidos pela Convenção e procurar, ademais, o restabelecimento, se possível, do direito infringido e oferecer reparação pelos danos produzidos pela violação dos direitos humanos” (CorteIDH, 1988, par. 166, t.n.: “*La segunda obligación de los Estados Partes es la de ‘garantizar’ el libre y pleno ejercicio de los derechos reconocidos en la Convención a toda persona sujeta a su jurisdicción. Esta obligación implica el deber de los Estados Partes de organizar todo el aparato gubernamental y, en general, todas las estructuras a través de las cuales se manifiesta el ejercicio del poder público, de manera tal que sean capaces de asegurar jurídicamente el libre y pleno ejercicio de los derechos humanos. Como consecuencia de esta obligación los Estados deben prevenir, investigar y sancionar toda violación de los derechos reconocidos por la Convención y procurar, además, el restablecimiento, si es posible, del derecho conculcado y, en su caso, la reparación de los daños producidos por la violación de los derechos humanos*”).

²³⁵ “Desde sua primeira decisão, a Corte se fundou no art. 1.º da Convenção – relativo à obrigação geral de garantir e respeitar os direitos contidos na Convenção – e o interpretou de maneira bastante ampla. Neste caso, a Corte entendeu que a obrigação presente no art. 1.º da Convenção atribui ao Estado o dever de mobilizar todas as estruturas pelas quais o Poder Público se manifesta de modo a que sejam capazes de garantir, juridicamente, o exercício dos direitos humanos. Desta obrigação, resulta o dever de o Estado prevenir, investigar e punir toda violação dos direitos humanos. Interpretada de tal forma, a obrigação de garantir direitos e liberdades inscrita no art. 1.º da Convenção induz, de uma parte, às obrigações gerais, antes de uma violação a fim de prevenir sua ocorrência e, de outra parte, às obrigações situadas a partir de tais violações, das quais decorre o dever de o Estado investigá-las efetivamente a fim de identificar o(s) autor(es) de tais violações, submetê-los à justiça e sancionar suas ações” (MARTIN-CHENUT, 2013b, p. 99).

onde se encontram seus restos mortais. Este direito representaria “[...] *uma justa expectativa que o Estado deve satisfazer com os meios a seu alcance*” (CorteIDH, 1988, par. 181, t.n.²³⁶).

A Corte veio a se referir expressamente ao direito à verdade quase dez anos depois, no caso Castillo Páez vs. Peru (1997), que também discutia um desaparecimento forçado. A ComIDH havia alegado violação a esse direito, sem no entanto indicar-lhe um fundamento na Convenção, assinalando apenas que ele havia sido reconhecido por várias organizações internacionais (CorteIDH, 1997, par. 85). Seu esforço estaria voltado, na interpretação de Burgorgue-Larsen e Torres (2008, p. 744), a fazer com que a Corte reconhecesse a existência de um novo direito.

A Corte, contudo, afirmou tratar-se de “[...] *um direito não existente na Convenção Americana*”, reconhecendo que ele poderia “[...] *corresponder a um conceito ainda em desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial*” (CorteIDH, 1997, par. 86, t.n.²³⁷). De qualquer forma, segundo a CorteIDH (1997, pars. 86, 90), neste caso o mesmo propósito seria alcançado pela afirmação do dever do Peru de investigar os fatos que produziram as violações à CADH. Entre as violações assinaladas, estava o direito a um recurso efetivo diante dos juízes ou tribunais nacionais (art. 25 c/c o art. 1.1 da CADH), tendo em vista o insucesso do *habeas corpus* impetrado para que fosse conhecido o paradeiro e resguardado o direito à vida da pessoa desaparecida.²³⁸

A Corte relacionou esse dever de investigar ao “[...] *direito dos familiares das vítimas de conhecer qual foi o destino destas e, se for o caso, onde se encontram os seus restos*” (CorteIDH, 1997, par. 90, t.n.²³⁹), o qual subsistiria ainda que dificuldades geradas pelo direito nacional impedissem a identificação dos responsáveis. Ou seja, estabeleceu uma ligação entre o direito dos familiares de conhecer a sorte da pessoa desaparecida, invocado pela ComIDH com o emprego do nome “direito à verdade”, e o dever estatal de investigar, já reconhecido anteriormente pela CorteIDH (PHILIPPE MARINO, 2008, p. 105).

²³⁶ “[...] *una justa expectativa que el Estado debe satisfacer con los medios a su alcance*”.

²³⁷ “[...] *un derecho no existente en la Convención Americana*” / “[...] *corresponder a un concepto todavía en desarrollo doctrinal y jurisprudencial*”.

²³⁸ Porém, o dever de investigar ainda não foi apresentado, de forma expressa, como uma decorrência da combinação entre os artigos 8, 25 e 1.1 da CADH, como seria posteriormente. Inclusive, o art. 8 (direito à garantia judicial) havia sido suscitado pela ComIDH, tendo em vista um atentado ocorrido contra o advogado dos familiares da vítima, mas a CorteIDH (1997, pars. 75-79) entendeu que, tendo esses familiares sempre contado com assistência jurídica, não chegou a se verificar uma violação ao mencionado dispositivo.

²³⁹ “[...] *derecho de los familiares de la víctima de conocer cuál fue el destino de ésta y, en su caso, dónde se encuentran sus restos*”.

Em decisão posterior no caso *Castillo Páez vs. Peru* (1998b), a respeito das medidas de reparação, coube à CorteIDH enfrentar a alegação, apresentada pela ComIDH e por familiares da vítima, de que o governo do Peru entenderia ser impossível investigar o desaparecimento em virtude das leis de anistia existentes naquele país. Esse foi, segundo Martin-Chenut (2007a, p. 631), o primeiro caso em que a Corte foi chamada a se pronunciar sobre uma lei de anistia. A CorteIDH (1998b, pars. 98, 105) afirmou considerar as anistias como uma das dificuldades de ordem interna mencionadas em sua decisão anterior, posto que obstaculizam a investigação e o acesso à justiça e impedem que os familiares das vítimas conheçam a verdade e recebam a reparação correspondente. Sem se posicionar expressa e diretamente sobre a compatibilidade das leis de anistia peruanas com a CADH, assentou, no entanto, que “[...] *o Estado do Peru deve investigar os fatos do presente caso, identificar e sancionar os seus responsáveis e adotar as disposições necessárias em seu direito interno para assegurar o cumprimento desta obrigação*” (CorteIDH, 1998b, item 2 da decisão, t.n.²⁴⁰).

Na ocasião, os juízes Antônio Cançado Trindade e Alirio Abreu Burelli apresentaram em conjunto um voto em separado, afirmando que as medidas de direito interno que, como as leis de autoanistia, conduzem a uma situação de impunidade de violações de direitos humanos, “[...] *são incompatíveis com o dever dos Estados de investigar aquelas violações, impossibilitando a reivindicação dos direitos à verdade e à realização de justiça, assim como, conseqüentemente, do direito a obter reparação*” (CorteIDH, 1998b, voto juízes Cançado Trindade e Burelli, par. 2, t.n.²⁴¹). Para os juízes – que não explicitaram o que entendiam por direito à verdade – os Estados teriam o dever de eliminar essas medidas, como forma de adequar o seu direito interno à normativa internacional de proteção dos direitos humanos (CorteIDH, 1998b, voto juízes Cançado Trindade e Burelli, par. 3).

No mesmo ano, no caso *Blake v. Guatemala* (1998a), a CorteIDH reafirmou a existência de um dever estatal de investigar o desaparecimento forçado, relacionado ao direito dos familiares da vítima de saber o que se passou com esta. Entretanto, o dispositivo que considerou violado foi o art. 8.1 (direito à garantia judicial) c/c o art. 1.1 da

²⁴⁰ “[...] *el Estado del Peru debe investigar los hechos del presente caso, identificar y sancionar a sus responsables y adoptar las disposiciones necesarias en su derecho interno para asegurar el cumplimiento de esta obligación*”.

²⁴¹ “[...] *son incompatibles con el deber de los Estados de investigar aquellas violaciones, imposibilitando la vindicación de los derechos a la verdad y a la realización de la justicia, así como, en consecuencia, del derecho a obtener reparación*”.

CADH, e não o seu art. 25 c/c o art. 1.1, como no caso *Castillo Páez vs. Peru*.²⁴² A CorteIDH (1998a, par. 97) afirmou entender que o art. 8.1 deve ser interpretado de forma ampla, considerando tanto o seu texto literal quanto o seu espírito, e apreciado de acordo com o art. 29 da CADH, conforme o qual esta Convenção não pode ser lida com a exclusão de outros direitos e garantias inerentes ao ser humano ou que derivem da forma democrática de governo.

Por essa interpretação ampliativa – levando em conta a menção expressa, feita pela Declaração sobre desaparecimentos forçados (ONU, 1992) ao sofrimento provocado aos familiares das vítimas –, o art. 8.1 da CADH conferiria um direito também a esses familiares: o direito de que o desaparecimento seja efetivamente investigado, que os responsáveis sejam processados e sancionados e que haja indenização pelos danos sofridos (CorteIDH, 1998a, par. 97). Inclusive, neste caso – segundo Burgorgue-Larsen e Torres (2008, p. 341), pela primeira vez na jurisprudência da CorteIDH –, foi estendido aos familiares o status de vítima. Com efeito, reconheceu-se que o desaparecimento forçado viola a integridade psíquica e moral dos familiares da vítima direta, ofendendo com isso o art. 5.1 da CADH,²⁴³ e fazendo deles igualmente vítimas do ato ilícito do Estado.

2.3.3.2. O reconhecimento da existência de um direito não autônomo, decorrente da combinação entre os artigos 1.1, 8 e 25 da CADH

No caso *Bámaca Velásquez vs. Guatemala* (2000) – sobre desaparecimento forçado, como os anteriormente comentados – a ComIDH novamente tentou que a Corte reconhecesse a existência de um direito à verdade. Segundo a ComIDH, esse direito teria uma dimensão coletiva, consistente no direito da sociedade de “[...] *ter acesso a uma informação essencial para o desenvolvimento dos sistemas democráticos*” (CorteIDH, 2000, par. 197, t.n.²⁴⁴), e uma dimensão individual, pois permitiria aos familiares das vítimas obter uma forma de reparação. Ele surgiria como “[...] *princípio emergente do direito internacional sob a interpretação dinâmica dos tratados de direitos humanos e,*

²⁴² Foi rejeitada a alegação de violação ao art. 25 da CADH, porque os familiares da pessoa desaparecida não haviam tentado nenhum recurso judicial para obter a sua libertação (CorteIDH, 1998a, par. 104).

²⁴³ “Artigo 5º - Direito à integridade pessoal

1. Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.”

²⁴⁴ “[...] *tener acceso a información esencial para el desarrollo de los sistemas democráticos*”.

especificamente, dos artigos 1.1, 8, 25 e 13 da Convenção Americana” (CorteIDH, 2000, par. 197, t.n.²⁴⁵).

A forma como a CorteIDH se posicionou em relação a essa alegação já foi diferente daquela observada no caso Castillo Páez vs. Peru. A Corte afirmou que a falta de informações sobre o paradeiro da vítima e a recusa em investigar o desaparecimento acarretam ofensa ao art. 25 c/c o art. 1.1 da CADH. No caso em questão, haviam sido tentados numerosos recursos internos para determinar o paradeiro da vítima e nenhum deles foi efetivo; inclusive, o Estado teria agido diretamente de forma a impedir que tivessem resultado positivo. A esses dispositivos foi conectado ainda o art. 8 da CADH (direito à garantia judicial) (CorteIDH, 2000, pars. 182-200).

A CorteIDH (2000, pars. 200-201) então reconheceu que a obstrução, pelo Estado da Guatemala, do acesso a informações sobre o paradeiro da vítima impediu que seus familiares conhecessem a verdade sobre a sua sorte. Contudo, afirmou que, de qualquer forma, o direito à verdade se encontraria subsumido no direito da vítima ou seus familiares de obter dos órgãos competentes do Estado o esclarecimento dos fatos e as responsabilizações correspondentes, através da investigação e julgamento previstos nos arts. 8 e 25, em relação com o artigo 1.1 da CADH. Dessa forma, “[...] *esta questão fica resolvida com o estabelecido no capítulo anterior, a respeito das garantias judiciais e da proteção judicial*” (CorteIDH, 2000, par. 202, t.n.²⁴⁶).

Ou seja, depois de haver negado, no caso Castillo Páez vs. Peru, que um direito à verdade pudesse ser inferido a partir do texto da CADH, a CorteIDH mudou o seu entendimento.²⁴⁷ Neste caso, a Corte afirmou que a CADH protege o direito à verdade, mas este não é um direito autônomo, e sim um direito “integrado” (BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 742) ou “absorvido” (MARTIN-CHENUT, 2007a, p. 630) pelas obrigações contidas nos artigos 8 e 25.²⁴⁸ O direito à verdade seria, nos termos do

²⁴⁵ “[...] *principio emergente del derecho internacional bajo la interpretación dinámica de los tratados de derechos humanos y, en específico, de los artículos 1.1, 8, 25 y 13 de la Convención Americana*”.

²⁴⁶ “[...] *esta cuestión queda resuelta con lo establecido en el capítulo anterior, en relación con las garantías judiciales y la protección judicial*”.

²⁴⁷ V. o voto fundamentado do juiz Cançado Trindade, afirmando ter havido um avanço no que toca à “construção jurisprudencial do direito à verdade” em relação ao decidido no caso Castillo Páez (CorteIDH, 2000, voto juiz Cançado Trindade, par. 32, t.n.: “*construcción jurisprudencial del derecho a la verdad*”). V., também, o voto do juiz Sergio García, conforme o qual “[e]sta é a primeira vez que a Corte se refere explicitamente ao direito à verdade, aduzido na demanda da Comissão” (CorteIDH, 2000, voto juiz Garcia, par. 22, t.n.: “[e]sta es la primera vez que la Corte se refiere explícitamente al derecho a la verdad, aducido en la demanda de la Comisión”).

²⁴⁸ Nas palavras de Martin-Chenut, “[a] Corte considera o direito à verdade como uma condição da efetividade do direito a um processo equitativo e a um recurso judicial eficaz” (MARTIN-CHENUT, 2007a, p. 630, t.n.: “[l]a Cour considère le droit à la vérité comme une condition de l’effectivité du droit à un procès

voto do juiz Cançado Trindade, um “[...] *pressuposto para o próprio acesso efetivo à justiça – em níveis nacional e internacional – por parte dos familiares da pessoa desaparecida (as garantias e proteção judiciais sob os artigos 8 e 25 da Convenção Americana)*” (CorteIDH, 2000, voto juiz Cançado Trindade, par. 32, t.n.²⁴⁹).

Ademais, a Corte não acolheu a conexão feita pela ComIDH entre o direito à verdade e a liberdade de pensamento, expressão e informação, prevista no art. 13 da CADH. Neste ponto, o juiz Hernán Salgado Pesantes, em seu voto fundamentado, pareceu discordar ao dizer que o direito à verdade não apenas estaria implícito nos artigos 8 e 25 da CADH, mas também guardaria relação com o direito de informação. Com isso, como pontuam Burgorgue Larsen e Torres (2008, p. 749), o juiz deixou entrever uma ligação entre o direito à verdade e o art. 13 da CADH, ligação essa que, anos mais tarde, seria construída pela Corte no caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil.

A partir da decisão proferida no caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala, a CorteIDH consolidou a sua jurisprudência, reconhecendo a existência do direito à verdade como decorrência dos artigos 8 e 25 c/c o art. 1.1 da CADH, afirmando não se tratar de um direito autônomo e, em um primeiro momento, rejeitando tentativas de conectá-lo à liberdade de informação prevista no art. 13 da CADH.

É pertinente observar que o art. 8 contém as denominadas “garantias judiciais” – o conjunto de condições que devem ser respeitadas nos processos –, relacionadas à ideia de devido processo legal.²⁵⁰ O art. 25, por sua vez, trata da “proteção judicial”, também denominada “direito a um recurso efetivo”, e contém um direito de acesso ao Judiciário.²⁵¹

équitable et à un recours judiciaire efficace”). V. ainda, no mesmo sentido, sobre a ausência de autonomia do direito à verdade na jurisprudência da CorteIDH, Burgorgue-Larsen e Torres (1998, p. 745) e Philippe Marino (2008, p. 108).

²⁴⁹ “[...] *presupuesto para el propio acceso efectivo a la justicia - a niveles nacional e internacional - por parte de los familiares de la persona desaparecida (las garantías y protección judiciales bajo los artículos 8 y 25 de la Convención Americana)*”.

²⁵⁰ O art. 8 compreende garantias relativas (i) ao tribunal (um tribunal competente, independente, imparcial), (ii) ao processo (garantias gerais processuais aplicáveis a todos os processos contenciosos, tais como as exigências de celeridade, meios de defesa adequados e isonomia entre as partes, e garantias necessárias no processo penal especificamente, tais como as exigências de publicidade, duplo grau de jurisdição e *non bis in idem*) e (iii) aos indivíduos sujeitos a uma acusação (a exemplo da presunção de inocência) (cf. BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 677-703). De acordo com o entendimento da CorteIDH, esse dispositivo “[...] consagra o direito de toda pessoa a ser ouvida com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal independente ou imparcial, para a determinação de seus direitos de qualquer natureza” (CorteIDH, 1998b, par. 106, t.n.: “[...] *consagra el derecho de toda persona a ser oída con las debidas garantías y dentro de un plazo razonable, por un juez o tribunal independiente e imparcial, para la determinación de sus derechos de cualquier naturaleza*”).

²⁵¹ Para a CorteIDH, o art. 25 da CADH “[...] obriga o Estado a garantir a toda pessoa o acesso à administração da justiça e, em particular, a um recurso rápido e simples para conseguir, entre outros resultados, que os responsáveis pelas violações dos direitos humanos sejam julgados e obter uma reparação pelo dano sofrido” (CorteIDH, 1998b, par. 106, t.n.: “[...] *obliga al Estado a garantizar a toda persona el*

As disposições apresentam estreita relação entre si e, de fato segundo Burgorgue-Larsen e Torres (2008, p. 673-677), a CorteIDH muitas vezes trata delas conjuntamente, afirmando ter sido ofendido por consequência o já comentado art. 1.1 da CADH.

Foi, como visto, da combinação entre esses três dispositivos que a CorteIDH passou a extrair um direito à verdade, relacionado ao dever estatal de investigar de forma efetiva e em tempo razoável as violações de direitos humanos, bem como de processar e condenar os seus autores. Se já no caso *Velásquez Rodríguez vs. Honduras* havia sido afirmada a existência de um dever estatal de investigar as violações, a sua posterior combinação com os artigos 8 e 25 permitiu que se afirmasse a importância de existirem recursos apropriados a garantir a efetividade da investigação e serviu de base para a identificação de um direito à verdade decorrente da CADH. A exigência de investigar, imposta ao Estado, se transformou em um direito subjetivo de titularidade dos familiares da pessoa desaparecida (PHILIPPE MARINO, 2008, p. 99).

Segundo a CorteIDH, do ponto de vista dos Estados, por deverem respeitar e garantir o exercício dos direitos previstos na CADH (art. 1.1), eles estão obrigados a investigar toda situação em que tenha sido violado algum desses direitos (CorteIDH, 1988, par. 176, 2006d, pars. 73-74); é necessária a existência no direito interno de recursos efetivos (art. 25) que realmente permitam a apuração e o esclarecimento do ocorrido – não bastando a sua previsão como simples formalidade condenada de antemão a ser infrutífera –, bem como a identificação e punição dos responsáveis (CorteIDH, 2011a, par. 184); e, nesses processos, impõe-se que se possibilite às vítimas e seus familiares a oitiva por um juiz (art. 8) (CorteIDH, 2001a, par. 42). Pela perspectiva das vítimas e seus familiares, há um direito ao esclarecimento dos fatos e definição das responsabilidades (art. 1.1) e para esse fim devem existir recursos efetivos (art. 25) e deve ser possibilitada a participação delas nesses processos (art. 8) (CorteIDH, 2005b, par. 62, CorteIDH, 2006c, par. 148, CorteIDH, 2006d, par. 101, CorteIDH, 2011a, par. 187).

Assim, como observam Burgorgue-Larsen e Torres, “[...] o direito à verdade é considerado como ‘compreendido’, ‘incorporado’, ‘absorvido’, em suma ‘integrado’

acceso a la administración de justicia y, en particular, a un recurso rápido y sencillo para lograr, entre otros resultados, que los responsables de las violaciones de los derechos humanos sean juzgados y obtener una reparación por el daño sufrido”). O recurso deve ser rápido (sua demora deve ser razoável) e efetivo (não basta estar formalmente previsto no direito interno, ele deve igualmente ser capaz de estabelecer a ocorrência da violação de direitos humanos e de remediá-la) (cf. BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 711-733).

(subsumido) [...]” (BURGORGUE LARSEN; TORRES, 2008, p. 749, d.o., t.n.²⁵²) nas garantias e na proteção judicial previstas pelos artigos 8 e 25 da CADH. Na percepção das autoras, a Corte optou por essa solução tendo em vista os limites de sua função judicial à luz dos termos da CADH: não lhe seria possível consagrar um novo direito à margem da vontade dos Estados.

Em casos futuros a Corte voltou a reconhecer a existência de um direito à verdade, reiterando não considerá-lo um direito autônomo, mas sim um direito “[...] *subsumido no direito da vítima ou seus familiares de obter dos órgãos competentes do Estado o esclarecimento dos fatos violatórios e as responsabilidades correspondentes, através da investigação e do julgamento*” (CorteIDH, 2005b, par. 62, t.n.²⁵³), previstos nos artigos 8 e 25 da CADH. Com a mesma justificativa, a Corte não admitiu a conexão do direito à verdade com o art. 13 da CADH, que lhe havia sido proposta, por exemplo, nos casos *Barrios Altos vs. Peru* (2001a, pars. 45-48), *Massacre de La Rochela vs. Colômbia* (2007a, par. 147) e *Massacre de Pueblo Bello vs. Colômbia* (2006a, par. 219).

Por outro lado, desde a decisão proferida pela CorteIDH no caso *Barrios Altos vs. Peru* (2001a), o direito à verdade passou a ser um dos fundamentos apresentados para a afirmação da inadmissibilidade, frente à CADH, das leis de anistia que obstem a investigação de violações a direitos humanos e a punição de seus autores.²⁵⁴ Após uma demanda de interpretação apresentada pela ComIDH sobre o alcance dessa decisão – indagando se seu alcance seria geral ou limitado ao caso concreto –, a Corte afirmou que a adoção de uma lei manifestamente contrária às obrigações do Estado-parte, assumidas na CADH, constitui *per se* uma violação a esta última, gerando a responsabilidade internacional do Estado. Por essa razão, a decisão possui efeitos gerais, alcançando, além do caso concreto em análise, todos os casos de violações de direitos humanos cuja

²⁵² “[...] *le droit à la vérité est considéré comme ‘compris’, ‘incorporé’, ‘absorbé’, bref ‘intégré’* (subsumido) [...]”.

²⁵³ “[...] *subsumido en el derecho de la víctima o sus familiares a obtener de los órganos competentes del Estado el esclarecimiento de los hechos violatorios y las responsabilidades correspondientes, a través de la investigación y el juzgamiento*”.

²⁵⁴ O objeto era o assassinato, em 1991, de quinze pessoas e os graves ferimentos provocados a outras quatro por membros do exército peruano que atuavam no esquadrão de morte denominado “Grupo Colina”, cuja investigação e punição eram obstadas pelas leis de anistia vigentes no Peru. A CorteIDH decidiu, nesse caso, que as leis de anistia adotadas no Peru impediriam que os familiares das vítimas e as vítimas sobreviventes fossem ouvidos por um juiz, como previsto no art. 8.1 da Convenção; violariam o direito à proteção judicial consagrado no art. 25 da Convenção; impediriam que os responsáveis fossem processados, julgados e condenados, em descumprimento do art. 1.1 da Convenção; obstruiriam o esclarecimento dos fatos do caso; e seriam incompatíveis com a obrigação dos Estados de adequar o direito interno, consagrada no art. 2 da Convenção (CorteIDH, 2001a, pars. 42-43).

investigação tenha sido obstada em razão das leis de anistia peruanas (CorteIDH, 2001b; MARTIN-CHENUT, 2007a, p. 634).

No mesmo sentido, no caso *Almonacid Arellano vs. Chile*, a CorteIDH (2006c, par. 126) afirmou que, com a aplicação da lei de anistia vigente no Chile, impediu-se que os familiares da vítima fossem ouvidos por um tribunal competente, independente e imparcial, através de um recurso efetivo e adequado que reparasse as violações e permitisse o conhecimento da verdade. Contrariou-se, com isso, o direito à verdade que – reafirmou a CorteIDH (2006c, par. 148) – estaria subsumido no direito das vítimas e de seus familiares de obter dos órgãos competentes do Estado o esclarecimento dos fatos e as responsabilizações correspondentes, através da investigação e julgamento previstos nos artigos 8 e 25 da CADH.

2.3.3.3. Conexão com a liberdade de informação

No caso *Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil* (2010b), a CorteIDH seguiu a sua jurisprudência anterior, para novamente assentar que são incompatíveis com a CADH as anistias que “[...] *pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias, e os desaparecimentos forçados*” (CorteIDH, 2010b, par. 171). Por levarem à falta de investigação, persecução, julgamento e punição, as anistias obstam a oitiva das vítimas ou de seus familiares por um juiz (art. 8.1), violam o direito à proteção judicial (art. 25) e descumprem as obrigações gerais de garantia dos direitos previstos na Convenção e de adequação do direito interno (arts. 1.1 e 2) (CorteIDH, 2010b, par. 172).

Porém, diferentemente do que fez nos casos anteriores, além de reconhecer a violação dos dispositivos mencionados, a Corte relacionou o direito à verdade à liberdade de pensamento, expressão e informação, prevista no art. 13 da CADH.²⁵⁵ Nesse ponto, fez referência a ações de natureza não penal, interpostas por familiares de integrantes da Guerrilha do Araguaia e pelo Ministério Público Federal, com os objetivos de “[...] *esclarecer as circunstâncias dos desaparecimentos forçados, localizar os restos mortais, e aceder aos documentos oficiais sobre as operações militares nessa região*” (CorteIDH,

²⁵⁵ “Artigo 13 - Liberdade de pensamento e de expressão

1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.”

2010b, par. 187). Em uma dessas ações, comentada no Capítulo 1 (item 1.5.2.a), a sentença foi proferida somente 21 anos depois da sua interposição e, mesmo nesse momento, o Estado deixou de entregar as informações solicitadas alegando não possuí-las e demorou mais seis anos, durante os quais interpôs numerosos recursos, para levar ao processo numerosa documentação (CorteIDH, 2010b, pars. 210-211 e 220).

A Corte utilizou, aqui, o entendimento que já havia apresentado no caso *Claude Reyes e outros vs. Chile* (2006b) – sem relação com o direito à verdade²⁵⁶ –, conforme o qual faz parte da liberdade de pensamento e de expressão, prevista no art. 13 da CADH, o direito de *acesso* às informações de interesse público detidas por órgãos do Estado (v. *BURGORGUE-LARSEN*; *TORRES*, 2008, p. 573).²⁵⁷ Um direito – de dimensões individual e coletiva – que corresponderia à obrigação positiva do Estado de fornecer a informação ou apresentar uma resposta fundamentada quando a limitação estivesse justificada (CorteIDH, 2010b, par. 197).

Assim, a Corte não deixou de reiterar que “[...] *o direito dos familiares de vítimas de graves violações de direitos humanos de conhecer a verdade está compreendido no direito de acesso à justiça*” (CorteIDH, 2010b, par. 201). Mas, além disso, decidiu que no caso em análise o direito à verdade igualmente “[...] *se relaciona com a Ação Ordinária interposta pelos familiares, a qual se vincula com o acesso à justiça e com o direito a buscar e receber informação previsto no artigo 13 da Convenção Americana*” (CorteIDH, 2010b, par. 201).

Em decisões posteriores, porém, a Corte não admitiu que o direito à verdade fosse relacionado ao art. 13 e optou, ao tratar do referido direito, por não emitir um pronunciamento sobre a violação a esse dispositivo. Assim, no caso *Gelman vs. Uruguai*, sobre o desaparecimento forçado de uma mulher e a provável subtração da filha à qual ela deu a luz enquanto estava presa, os representantes alegaram que o Estado, ao ocultar informações relevantes sobre o caso, teria violado o direito das vítimas de conhecer a verdade, que, no entender deles, estaria amparado pelos artigos 1.1, 8, 13 e 25 da CADH

²⁵⁶ A demanda dizia respeito à negativa do Estado do Chile, em 1998, em fornecer parte das informações requeridas por três cidadãos ao Comitê de Investimentos Estrangeiros (“*Comité de Inversiones Extranjeras*”) – uma pessoa jurídica de direito público –, relativas a um contrato celebrado entre o Estado e empresas privadas com o fim de desenvolver um projeto de industrialização florestal potencialmente prejudicial ao meio ambiente (CorteIDH, 2006b, pars. 75-77).

²⁵⁷ Segundo a sua decisão no caso *Gomes Lund*, “[...] o direito à liberdade de pensamento e de expressão compreende ‘não apenas o direito e a liberdade de expressar seu próprio pensamento, mas também o direito e a liberdade de buscar, receber e divulgar informações e ideias de toda índole’” (CorteIDH, 2010b, par. 196). O art. 13, portanto, estabeleceria um “direito positivo a buscar e a receber informação” (CorteIDH, 2010b, par. 196), protegendo “[...] o direito de toda pessoa de solicitar o acesso à informação sob o controle do Estado, com as exceções permitidas sob o regime de restrições da Convenção” (CorteIDH, 2010b, par. 197).

(CorteIDH, 2011a, par. 141). A CorteIDH (2011a, par. 243) confirmou que toda pessoa, inclusive os familiares das vítimas de graves violações de direitos humanos, tem o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido. Esse direito seria uma decorrência dos artigos 1.1, 8.1, 25 e, *apenas em algumas circunstâncias*, do art. 13 da CADH. Como exemplo dessa situação, citou o caso Gomes Lund, no qual:

[...] em conformidade com os fatos do mesmo, o direito de conhecer a verdade se relacionava com uma ação interposta pelos familiares para conseguir determinada informação, vinculada ao direito de acesso à justiça e ao direito de procurar e receber informação consagrado no artigo 13 da Convenção Americana, razão pela qual [a Corte] analisou aquele direito à vista desta norma (CorteIDH, 2011a, nota 301, t.n.²⁵⁸).

Aparentemente, a CorteIDH entendeu que os elementos a caracterizarem, no caso Gomes Lund, a ofensa ao direito à verdade decorrente do art. 13 da CADH, não estariam presentes no caso Gelman vs. Uruguai, e por isso não emitiu um pronunciamento sobre a alegada violação a esse dispositivo (CorteIDH, 2011a, ponto resolutivo n. 7).

O mesmo posicionamento foi adotado no caso Contreras e outros vs. El Salvador (2011b), a respeito do desaparecimento forçado de seis crianças e adolescentes, levado a efeito por militares entre 1981 e 1983, durante o conflito armado em El Salvador.²⁵⁹ Os representantes alegaram violação ao direito à verdade, dado que as forças armadas salvadorenhas teriam se negado sistematicamente a fornecer informações úteis sobre o paradeiro das vítimas em diferentes processos judiciais (CorteIDH, 2011b, par. 166). Na avaliação da CorteIDH (2011b, par. 169), estaria suficientemente demonstrado que as autoridades das Forças Armadas e do Ministério da Defesa denegaram sistematicamente ao Judiciário e ao Ministério Público informação e acesso aos arquivos e expedientes militares. Contudo, mesmo reconhecendo a incidência do direito à verdade no caso em questão (artigos 1.1, 8.1, 25.1 da Convenção),²⁶⁰ a CorteIDH (2011b, par. 173) mais uma

²⁵⁸ “[...] de conformidad con los hechos del mismo, el derecho a conocer la verdad se relacionaba con una acción interpuesta por los familiares para acceder a determinada información, vinculada con el acceso a la justicia y con el derecho a buscar y recibir información consagrado en el artículo 13 de la Convención Americana, por lo cual [la Corte] analizó aquel derecho bajo esta norma”.

²⁵⁹ Segundo a CorteIDH, no conflito armado interno vivenciado em El Salvador entre 1980 e 1991, especialmente nos seus primeiros anos, verificou-se o fenômeno específico do desaparecimento forçado de crianças, que eram subtraídas por membros da Força Armada e apropriadas com registro sob nomes falsos, adotadas ilegalmente por famílias estrangeiras, deixadas em orfanatos ou instalações militares, ou traficadas (CorteIDH, 2011b, pars. 51, 54).

²⁶⁰ “O Tribunal entende que o direito de conhecer a verdade tem como efeito necessário que em uma sociedade democrática se conheça a verdade sobre os fatos de graves violações de direitos humanos. Esta é uma justa expectativa que o Estado deve satisfazer, por um lado, mediante a obrigação de investigar as violações de direitos humanos e, de outro, com a divulgação pública dos resultados dos processos penais e

vez entendeu que este não se basearia no direito à informação previsto no art. 13 da CADH, afirmando inexistirem elementos para se constatar a violação a esse dispositivo específico.

Veja-se ainda, em igual sentido, os casos *Família Barrios vs. Venezuela* (2011c, par. 291), *González Medina e familiares vs. República Dominicana* (2012a, par. 263), *Uzcátegui e outros vs. Venezuela* (2012b, par. 240), *Massacres de el Mozote e Lugares Aledaños vs. El Salvador* (2012c, par. 298) e *Gudiel Álvarez e outros (“Diário Militar”) vs. Guatemala* (2012d, pars. 268-269). É interessante notar que, nesses dois últimos casos, os representantes haviam aduzido violação a um direito *autônomo* à verdade, que eles percebiam como decorrente da conjugação dos artigos 8, 13 e 25 da CADH (em um deles, foi mencionado também o art. 1.1).²⁶¹

No último caso mencionado, em especial, os fatos indicam que poderia ser estabelecida uma conexão com o art. 13. O caso dizia respeito ao desaparecimento forçado de 26 pessoas, a execução extrajudicial de outra pessoa e a detenção e tortura de uma criança, praticados por agentes do Estado dentro de uma política de repressão durante o conflito armado interno ocorrido entre 1962 e 1996 na Guatemala. Esses fatos não teriam sido investigados de forma efetiva e seus autores não foram punidos. Após um processo de negociação de paz, foi estabelecida em 1997 a Comissão para o Esclarecimento Histórico (*Comisión para el Esclarecimiento Histórico*), que entregou seu relatório em 1999. Essa Comissão acusou entidades públicas de não lhe permitirem o acesso a informações relevantes, embora tivessem obrigação de fazê-lo, estabelecida por lei, e de negaram a

investigativos. É essencial para garantir o direito de informação e de conhecer a verdade que os poderes públicos atuem de boa fé e realizem diligentemente as ações necessárias para assegurar a efetividade desse direito, especialmente quando se trata de conhecer a verdade do ocorrido em casos de violações graves de direitos humanos como os desaparecimentos forçados do presente caso” (CorteIDH, 2011b, par. 170, t.n.: “*El Tribunal estima que el derecho a conocer la verdad tiene como efecto necesario que en una sociedad democrática se conozca la verdad sobre los hechos de graves violaciones de derechos humanos. Esta es una justa expectativa que el Estado debe satisfacer, por un lado, mediante la obligación de investigar las violaciones de derechos humanos y, por el otro, con la divulgación pública de los resultados de los procesos penales e investigativos. Resulta esencial para garantizar el derecho a la información y a conocer la verdad que los poderes públicos actúen de buena fe y realicen diligentemente las acciones necesarias para asegurar la efectividad de ese derecho, especialmente cuando se trata de conocer la verdad de lo ocurrido en casos de violaciones graves de derechos humanos como las desapariciones forzadas del presente caso*”).

²⁶¹ No primeiro, os representantes afirmaram tratar-se de um “[...] direito autônomo e independente, que, embora não apareça explicitamente declarado no texto da Convenção Americana, seria constituído pelas proteções consagradas nos artigos 1.1, 8, 25 e 13 da mesma” (2012c, par. 297: “[...] *derecho autónomo e independiente, que si bien no aparece explícitamente declarado en el texto de la Convención Americana, se encontraría conformado por las protecciones consagradas en los artículos 1.1, 8, 25, y 13 de la misma*”). No segundo, tinham invocado “[...] uma violação do ‘direito autônomo à verdade’ dos familiares das vítimas desaparecidas, configurado nos artigos 8, 13 e 25 da Convenção” (CorteIDH, 2012d, par. 268, t.n.: “[...] *una violación del ‘derecho autónomo a la verdad’ de los familiares de las víctimas desaparecidas, configurado en los artículos 8, 13 y 25 de la Convención*”).

existência de documentos que depois apareceram.²⁶² Informações solicitadas pelo Ministério Público também haviam sido negadas pelo Ministério de Defesa Nacional (CorteIDH, 2012d, par. 58, 248).

A CorteIDH (2012d, par. 268) acolheu a alegação de ofensa ao direito à verdade – contestada pelo Estado com o argumento de que não se trataria de um direito contido enquanto tal na CADH – mas, novamente, sem aceitar como seu fundamento a combinação dos artigos 8 e 25 com o art. 13 da CADH. Afirmou que, diferentemente do que se passou em outros casos por ela analisados – são mencionados em nota de rodapé os casos Claude Reyes e outros vs. Chile (2006b, pars. 57.13, 99 e 103) e Gomes Lund e outros vs. Brasil (2010b, par. 188) –, no presente a alegada violação ao direito de acesso à informação não se relacionava com um pedido concreto de informações dirigido pelas vítimas às autoridades estatais.²⁶³ As negativas de informação por parte do Ministério da Defesa, diante de solicitações de órgãos extrajudiciais e judiciais encarregados do esclarecimento dos fatos, não constituiria uma violação ao direito de acesso à informação de titularidade dos familiares das vítimas. Essa falta de colaboração teria constituído um obstáculo para o esclarecimento dos fatos (violação aos artigos 8.1 e 25.1 da CADH), “[p]ortanto, o Tribunal considera que não cabe analisar as referidas negativas de informação de forma autônoma” (CorteIDH, 2012d, par. 269, t.n.²⁶⁴).

Veja-se que, segundo a Corte, realmente foi constatada a falta de colaboração do Poder Executivo com a Comissão para o Esclarecimento Histórico, inclusive com o ocultamento de informações, e que “[...] a vários dos familiares deste caso não se permitiu

²⁶² Foi o caso do “Diário Militar”, um documento confidencial da inteligência estatal da Guatemala com diversas informações relevantes sobre o período, publicado em 1999 por uma organização não governamental estadunidense, que teve acesso a ele de forma extraoficial; e do denominado “Arquivo Histórico da Polícia Nacional”, outro grande conjunto de documentos descoberto em 2005 (CorteIDH, 2012d, pars. 59-64).

²⁶³ “No Caso Claude Reyes e outros vs. Chile, a violação ao direito de acesso à informação estava relacionada à negação de uma solicitação de informação realizada ao Comitê de Investimentos Estrangeiros; já no Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, a Corte foi chamada a se pronunciar sobre a violação do direito de acesso à informação no marco de ‘uma ação judicial de natureza civil contra o Estado Federal’ na qual se solicitou ‘informação à União sobre a sepultura de seus familiares, de maneira que fosse possível emitir os certificados de óbito, realizar o traslado dos restos mortais e que se apresentara o relatório oficial o Relatório oficial do Ministério da Guerra, de 5 de janeiro de 1975, sobre as operações militares de combate à Guerrilha do Araguaia’” (CorteIDH, 2012d, nota 306, t.n.: “*En el Caso Claude Reyes y otros vs. Chile, la violación al derecho de acceso a la información estaba relacionada con la negación de una solicitud de información realizada al Comité de Inversiones Extranjeras; mientras que en el Caso Gomes Lund y otros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, la Corte fue llamada a pronunciarse sobre la violación del derecho de acceso a la información en el marco de una ‘una acción judicial de naturaleza civil en contra del Estado Federal’ donde se solicitó ‘a la Unión que informara sobre la sepultura de sus familiares, de manera que se pudieran emitir los certificados de defunción, realizar el traslado de los restos mortales y que suministrara el informe oficial del Ministerio de Guerra de 5 de enero de 1975 sobre las operaciones militares de combate a la Guerrilha do Araguaia’*”).

²⁶⁴ “[p]or tanto, el Tribunal considera que no corresponde analizar las referidas negativas de información de forma autónoma”.

o conhecimento por esse meio da verdade histórica do que aconteceu a seus seres queridos diante da negativa das autoridades estatais em entregar a informação” (CorteIDH, 2012d, par. 300, t.n.²⁶⁵). Diante disso, ao que parece, o entendimento da Corte é o de que haverá violação ao art. 13 somente quando a informação omitida ou negada tiver sido requerida diretamente pela vítima ou seus familiares. Não bastariam, portanto, requerimentos apresentados por órgãos atuantes na defesa do interesse público – entendida essa expressão em sentido amplo, de forma a abarcar interesses difusos e coletivos –, muito embora tanto o direito à verdade quanto o direito à informação apresentem também, segundo o entendimento da CorteIDH (2010b, par. 197), uma dimensão coletiva.

2.3.3.4. Uma modalidade de reparação

A garantia do direito à verdade aparece também na jurisprudência da CorteIDH como uma modalidade não pecuniária de reparação (CorteIDH, 2010b, par. 201; BONNEAU, 2009, p. 370-372; BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 754-755). Com efeito, a Corte, com fundamento nos artigos 1.1 e 63.1²⁶⁶ da Convenção, construiu uma concepção ampla sobre a reparação cabível frente aos danos causados por violações de direitos humanos, que compreende formas muito diversas – restituição, indenização, reabilitação, satisfação, garantias de não repetição – de caráter moral e material e de alcance individual e coletivo (BONNEAU, 2009, p. 350-351). Entre essas medidas destinadas a “[...] *fazer desaparecer os efeitos das violações cometidas*” (CorteIDH, 2006e, par. 202, t.n.²⁶⁷), estaria o dever de investigar e fazer conhecer a verdade dos fatos, inclusive quem foram os responsáveis por eles: “*Este direito à verdade, ao ser reconhecido e exercido em uma situação concreta, constitui um meio importante de reparação e dá lugar a uma justa expectativa das vítimas, que o Estado deve satisfazer*” (CorteIDH, 2006e, par. 222, t.n.²⁶⁸).

²⁶⁵ “[...] *a varios de los familiares de este caso no se les permitió el conocimiento por ese medio de la verdad histórica de lo sucedido a sus seres queridos ante la negativa de las autoridades estatales de entregar información*”.

²⁶⁶ Art. 63.1: “Quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade protegidos nesta Convenção, a Corte determinará que se assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados. Determinará também, se isso for procedente, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação desses direitos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada.”

²⁶⁷ “[...] *hacer desaparecer los efectos de las violaciones cometidas*”.

²⁶⁸ “*Este derecho a la verdad, al ser reconocido y ejercido en una situación concreta, constituye un medio importante de reparación y da lugar a una justa expectativa de las víctimas, que el Estado debe satisfacer*”.

Assim, quando há a violação do direito à verdade, no entendimento da CorteIDH, fazer-se valer esse mesmo direito é, ao mesmo tempo, uma forma de cessar a violação presente e de reparar as vítimas e seus familiares pela violação passada (PHILIPPE MARINO, 2008, p. 109). Em diversos casos, a exigência da divulgação pública do resultado das investigações, para que a sociedade conheça a verdade, foi apresentada pela Corte sob o título “*outras formas de reparação*” (e.g. CorteIDH, 2003b, par. 275, t.n.²⁶⁹). Tanto as comissões da verdade quanto os processos voltados à punição dos responsáveis pelas práticas, quando possibilitam a participação dos familiares das vítimas em todas as suas etapas e têm o seu produto final publicado e divulgado pelo Estado, foram tomados como modalidades reparatórias (CorteIDH, 2003b, par. 275, 2006e, pars. 223-228).

2.3.3.5. Contornos do direito à verdade conforme a jurisprudência da CorteIDH

O direito à verdade, como visto, foi primeiramente reconhecido pela CorteIDH em casos de desaparecimento forçado. Antes mesmo de firmar o entendimento de que a CADH protegeria um direito à verdade, a CorteIDH de qualquer forma afirmou existir, em casos de desaparecimento forçado, um direito dos familiares de saber o que se passou e de conhecer o paradeiro dos restos mortais da vítima, o que mais tarde viria a incorporar no conceito de direito à verdade (CorteIDH, 1997, pars. 86, 90, 2010a, par. 155, 2011a, par. 243). Inclusive, a CorteIDH (1998a, par. 114, 2010b, pars. 239-243) veio a considerar a privação do acesso à verdade dos fatos sobre o destino de um desaparecido como uma forma de tratamento cruel e desumano para os familiares próximos e uma violação de sua integridade pessoal.²⁷⁰

Por outro lado, o direito à verdade passou a ser reconhecido frente a outros tipos de violações de direitos previstos na Convenção, como por exemplo em casos de tortura e execuções extrajudiciais (CorteIDH, 2006d, par. 77, 81, 2012d, par. 233, 274). Ademais, passou-se a apresentar como fundamento para a obrigação de investigar não apenas a CADH, mas também outros instrumentos internacionais da esfera interamericana que

²⁶⁹ “*outras formas de reparación*”.

²⁷⁰ “A Corte indicou que a privação da verdade acerca do paradeiro de uma vítima de desaparecimento forçado acarreta uma forma de tratamento cruel e desumano para os familiares próximos, razão pela qual essa violação do direito à integridade pessoal pode estar vinculada a uma violação do seu direito de conhecer a verdade” (CorteIDH, 2012d, par. 301, t.n.: “*La Corte ha indicado que la privación de la verdad acerca del paradero de una víctima de desaparición forzada acarrea una forma de trato cruel e inhumano para los familiares cercanos, por lo cual dicha violación del derecho a la integridad personal puede estar vinculada a una violación de su derecho a conocer la verdad*”).

estabelecem a obrigação de investigar as condutas por eles proibidas, tais como a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura e a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas (CorteIDH, 2012d, pars. 233-234).

De início, foi dado destaque ao que depois foi apresentado como dimensão individual do direito à verdade (cf. CorteIDH, 2005b, voto juiz Cançado Trindade), extraindo-se dos artigos 1.1, 8 e 25 da CADH um direito das vítimas e de seus familiares de verem investigados os atentados contra outros direitos de sua titularidade. Essa dimensão individual do direito à verdade é considerada tanto “[...] *como parte do direito de acesso à justiça*” (CorteIDH, 2006a, par. 219, t.n.²⁷¹) quanto como meio de reparação (CorteIDH, 2004a, par. 257).²⁷²

Posteriormente, passou-se também a falar em dimensão social ou coletiva do direito à verdade. A “sociedade como um todo” teria o direito de ser informada a respeito das circunstâncias relativas às práticas de violações a direitos humanos, pois adquirindo o conhecimento dos fatos ela adquiriria maiores condições de prevenir a sua repetição no futuro (CorteIDH, 2003b, par. 274, 2005a, par. 169, 2005b, voto juiz Cançado Trindade). A dimensão coletiva do direito à verdade teria, dessa forma, além da função reparatória, igualmente presente na dimensão individual, um papel preventivo. Haveria, nos termos de um voto do juiz Sergio García Ramírez, uma exigência legítima da sociedade de conhecer o ocorrido em um período da história coletiva no qual “[...] *não funcionaram de forma suficientemente adequada os canais de conhecimento, informação e reação característicos da democracia*” (CorteIDH, 2000, voto juiz García Ramírez, par. 19, t.n.²⁷³). Essa seria, conforme já havia apontado a ComIDH no caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala, uma “[...] *informação essencial para o desenvolvimento dos sistemas democráticos*” (CorteIDH, 2000, par. 197, t.n.²⁷⁴).

²⁷¹ “[...] *como parte del derecho de acceso a la justicia*”.

²⁷² “A vítima de violações de direitos humanos e seus familiares, em seu caso, têm o direito de conhecer a verdade. Em consequência, as vítimas neste caso têm o direito de conhecer quem foram os responsáveis pela detenção ilegal e arbitrária, pela tortura e pela violação ao devido processo e às garantias judiciais em prejuízo do senhor Daniel Tibi. Este direito à verdade foi desenvolvido pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos e o seu reconhecimento pode constituir um meio importante de reparação” (CorteIDH, 2004a, par. 257, t.n.: “*La víctima de violaciones de derechos humanos y sus familiares, en su caso, tienen el derecho de conocer la verdad. En consecuencia, las víctimas en este caso tienen derecho de conocer quiénes fueron los responsables de la detención ilegal y arbitraria, la tortura y la violación al debido proceso y a las garantías judiciales en agravio del señor Daniel Tibi. Este derecho a la verdad ha sido desarrollado por el Derecho Internacional de los Derechos Humanos y su reconocimiento puede constituir un medio importante de reparación*”).

²⁷³ “[...] *no funcionaron adecuada o suficientemente los canales de conocimiento, información y reacción característicos de la democracia*”.

²⁷⁴ “[...] *información esencial para el desarrollo de los sistemas democráticos*”.

Percebe-se, contudo, que, se a jurisprudência da CorteIDH apresenta um posicionamento claro quanto ao significado da dimensão individual derivado da conjugação dos artigos 1.1, 8 e 25 da CADH – o direito das vítimas e seus familiares de verem investigadas as práticas contra si perpetradas, e de verem os seus autores processados e punidos (CorteIDH, 2005b, par. 96) –, o mesmo não parece se passar com a sua dimensão coletiva. Não ficam bem definidas as formas e circunstâncias do exercício desse direito social ou coletivo, quem teria legitimidade para pleitear em juízo a sua tutela (cf. PHILIPPE MARINO, 2008, p. 116) e o que poderia ser exigido do Estado para além daquilo que se entende por sua dimensão individual.

Ao que parece, de acordo com a jurisprudência da CorteIDH, ou bem a satisfação do direito social ou coletivo à verdade se daria de forma reflexa, como consequência da satisfação da sua dimensão individual, ou bem imporia que os processos judiciais voltados a satisfazer a dimensão individual tivessem determinadas características ou funções peculiares, para além das que usualmente apresentam. Apontando para essa segunda hipótese, identificam-se afirmações como a de que

[...] a satisfação da dimensão coletiva do direito à verdade exige a determinação processual da mais completa verdade histórica possível, o que inclui a determinação judicial dos padrões de atuação conjunta e de todas as pessoas que de diversas formas participaram dessas violações e de suas correspondentes responsabilidades (CorteIDH, 2007a, par. 195; CorteIDH, 2011a, par. 192, t.n.²⁷⁵).

Veja-se que a Corte fala em determinação *processual* e *judicial*, o que aparentemente indica que, no seu entender, essa “verdade histórica mais completa possível” deve ser estabelecida pelo Judiciário. Ou seja, ao que parece, os processos judiciais voltados à responsabilização individual – necessários para tornar efetiva a dimensão individual do direito à verdade – igualmente efetivariam a sua dimensão coletiva se passassem a deliberar sobre um conjunto de fatos bem mais amplo do que aquele usualmente apurado para solucionar casos individuais. Outra exigência para se alcançar este efeito, de satisfazer o direito à verdade também em sua dimensão coletiva, parece ser a divulgação pública dos resultados desses processos, para que a sociedade conheça a

²⁷⁵ “[...] la satisfacción de la dimensión colectiva del derecho a la verdad exige la determinación procesal de la más completa verdad histórica posible, lo cual incluye la determinación judicial de los patrones de actuación conjunta y de todas las personas que de diversas formas participaron en dichas violaciones y sus correspondientes responsabilidades”.

verdade (CorteIDH, 2003b, par. 275, 2004b, par. 98).²⁷⁶ Não fica claro, todavia, o modo como se espera que sejam produzidas essas transformações nas regras e procedimentos do processo penal, nem como, em que termos ou por quem elas poderiam ser reclamadas.

Por outro lado, a CorteIDH elogia com frequência iniciativas dos Estados voltadas a estabelecer a “verdade histórica”, tais como as comissões da verdade.²⁷⁷ Este seria, segundo a sua jurisprudência, “[...] *um mecanismo importante, entre outros aspectos, para cumprir a obrigação do Estado de garantir o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido*” (CorteIDH, 2010b, par. 297). Isto na medida em que “[...] *pode contribuir para a construção e preservação da memória histórica, o esclarecimento de fatos e a determinação de responsabilidades institucionais, sociais e políticas em determinados períodos históricos de uma sociedade*” (CorteIDH, 2010b, par. 297).²⁷⁸ Inclusive, a própria CorteIDH (2007b, par. 128) costuma utilizar os relatórios das comissões da verdade para a determinação dos fatos nos diversos casos que analisa.

Porém, a CorteIDH não chega a afirmar que comissões da verdade seriam *necessárias* para tornar efetivo o direito à verdade. Ademais, sublinha repetidamente que a “verdade histórica” apresentada nos relatórios das comissões da verdade não substitui a “verdade judicial” alcançada nos processos voltados a estabelecer responsabilidades individuais (CorteIDH, 2006c, par. 150, 2006e, par. 224, 2007b, par. 128, 2010a, par. 158, 2010b, par. 297, 2012c, par. 298, 2012d, par. 298). Afirma tratar-se de determinações complementares da verdade, cada qual com seu sentido e alcance, potencialidades e limites

²⁷⁶ Conforme voto do juiz Sergio García Ramírez, “[d]e mais a mais, a satisfação do direito à verdade que corresponde às vítimas, através da investigação dos fatos e da instauração de processos contra os responsáveis, que se difunde publicamente – como dispôs a Corte nos pontos resolutivos da sentença – permite atender, ademais, ao requerimento social de saber o que ocorreu” (CorteIDH, 2000, voto juiz García Ramírez, par. 21, t.n.: “[p]or otra parte, la satisfacción del derecho a la verdad que corresponde a las víctimas, a través de la investigación de los hechos y el enjuiciamiento de los responsables, que se difunde públicamente --como lo ha dispuesto la Corte en los puntos resolutivos de la Sentencia-- permite atender además el requerimiento social de saber lo que ha ocurrido”).

²⁷⁷ A Corte igualmente valoriza outras iniciativas voltadas ao mesmo propósito: “[...] o Tribunal aprecia as diversas iniciativas do Estado para continuar a esclarecer os fatos, que incluem, entre outras, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Comissão Interministerial, a criação do arquivo Memórias Reveladas e o início do cumprimento da sentença da Ação Ordinária No. 82.00.24682-5, esforços que contribuam para avançar no esclarecimento dos fatos do presente caso e outros ocorridos durante o regime militar no Brasil” (CorteIDH, 2010b, par. 296).

²⁷⁸ Assim, avaliou, por exemplo, que o trabalho da comissão da verdade peruana “[...] constitui um esforço muito importante e contribuiu para a busca e a determinação da verdade de um período histórico do Peru” (CorteIDH, 2006e, par. 224, t.n.: “[...] constituye un esfuerzo muy importante y ha contribuido a la búsqueda y determinación de la verdad de un período histórico del Peru”). No mesmo sentido, reconheceu a importância das comissões da verdade chilenas “[...] em tentar construir de maneira coletiva a verdade do ocorrido entre 1973 e 1990” (CorteIDH, 2006c, par. 149, t.n.: “[...] en tratar de construir de manera colectiva la verdad de lo ocurrido entre 1973 y 1990”).

(CorteIDH, 2007b, par. 128, 2012d, par. 298), e já decidiu que a instauração de processos penais não poderia esperar o fim do trabalho da comissão da verdade.²⁷⁹

Assim, a conclusão da CorteIDH é a de que não basta a investigação e divulgação das circunstâncias que envolveram as práticas para que seja atendido o direito à verdade, em qualquer de suas dimensões; este será apenas observado quando tiverem sido identificadas, processadas e punidas as pessoas responsáveis por elas (CorteIDH, 2007a, par. 146, 2006e, par. 222). Trata-se, aliás, de uma decorrência do entendimento de que o direito à verdade estaria compreendido no direito das vítimas e seus familiares à investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações, decorrente da combinação dos artigos 1.1, 8 e 25 da Convenção. A dimensão individual não é apenas aquela na qual a CorteIDH mais insiste, ela também parece ser, à primeira vista, a única dimensão juridicamente tutelável.²⁸⁰ Por esse motivo, entendem alguns que, para a CorteIDH, a dimensão coletiva do direito à verdade não teria um conteúdo jurídico, mas apenas um alcance simbólico.²⁸¹ De qualquer forma, se permanece obscuro o significado

²⁷⁹ No caso Zambrano Vélez e outros vs. Equador, o Estado do Equador havia alegado ter sido criada uma comissão da verdade para investigar as violações de direitos humanos ocorridas no período em questão, inclusive para colher elementos para um futuro processo penal (CorteIDH, 2007b, par. 127). A Corte apontou que a garantia de acesso à justiça não poderia esperar o fim do trabalho da Comissão: “[...] em um caso de denegação de justiça como o presente, não se deve entender que a obrigação estatal de garantir o acesso à justiça está condicionada à eventual conformação e resultados dessa comissão da verdade. Por isso, sem prejuízo da contribuição que esta possa oferecer para o conhecimento dos fatos, o Estado deve cumprir a obrigação de investigar e sancionar pelos meios judiciais pertinentes todos os fatos constitutivos das violações aos direitos humanos reconhecidas nesta Sentença e para isso deve levar em conta tudo o que foi decidido por esta Corte na mesma, inclusive as considerações realizadas sobre as vítimas dos fatos, os direitos que se reconheceram violados e a determinação da gravidade e magnitude dos mesmos” (CorteIDH, 2007b, par. 129, t.n.: “[...] en un caso de denegación de justicia como el presente, la obligación estatal de garantizar el acceso a la justicia no debe entenderse condicionada a la eventual conformación y resultados de esa comisión de la verdad. Por ello, sin perjuicio de lo que ésta pueda aportar para el conocimiento de los hechos, el Estado debe cumplir la obligación de investigar y sancionar por los medios judiciales pertinentes todos los hechos constitutivos de las violaciones a los derechos humanos declaradas en esta Sentencia y para ello debe tomar en cuenta lo resuelto por esta Corte en la misma, incluyendo las consideraciones realizadas sobre las víctimas de los hechos, los derechos que se declararon violados y la determinación de la gravedad y magnitud de los mismos”).

²⁸⁰ Nesse sentido, observam Tigroudja e Panoussis: “A dimensão coletiva do direito à verdade se assemelha a uma espécie de princípio geral segundo o qual toda pessoa interessada, até mesmo a sociedade em seu conjunto, tem o direito de saber que ocorreu um abuso de autoridade que conduziu a uma violação da Convenção contra uma pessoa. Mas não se poderia erigi-lo à qualidade de um novo direito, porque nem os beneficiários, nem o seu conteúdo exato estão definidos” (TIGROUDJA; PANOUSSIS, 2003, p. 276, t.n.: “La dimension collective du droit à la vérité s’apparente à une sorte de principe général selon lequel toute personne concernée, voire la société en son ensemble, a le droit de savoir qu’il y a eu un abus d’autorité ayant débouché à une violation de la Convention à l’encontre d’une personne. Mais, on ne saurait ériger cela en un nouveau droit, car ni les bénéficiaires, ni son contenu exact ne sont définis”).

²⁸¹ “Além disso, a consideração dessa dimensão coletiva não parece ter um impacto jurídico sobre a conclusão da sentença; com efeito, a Corte não reconhece um *direito da sociedade* à verdade. O direito coletivo à verdade teria assim um alcance essencialmente simbólico e um objetivo dissuasivo, mesmo pedagógico, ligado assim à ideia de prevenção” (PHILIPPE MARINO, 2008, p. 117, d.o., t.n.: “Au demeurant, la prise en compte de ce volet collectif ne paraît pas avoir un impact juridique sur l’issue de l’arrêt ; en effet, la Cour ne reconnaît pas un droit de la société à la vérité. Le droit collectif à la vérité aurait

concreto do direito à verdade em sua dimensão coletiva, no mínimo, pode-se concluir, com Burgorgue-Larsen e Torres (2008, p. 758), que, para a CorteIDH, esta não pode se realizar em detrimento da dimensão individual, representada pela efetividade do acesso à justiça, pela punição dos responsáveis e pela determinação de reparações para as vítimas.

2.4. Direito à verdade no direito internacional: um conceito ainda em formação

A partir da análise acima desenvolvida observa-se que a história da ideia de direito à verdade no direito internacional é muito recente – apenas nas últimas décadas se começou a falar em um direito assim denominado – e que, durante esse curto período, o sentido atribuído a essa expressão sofreu modificações. Nesta síntese conclusiva do Capítulo 2, serão recuperadas algumas das etapas dessa história, procurando-se retomar resumidamente os diferentes significados que o direito à verdade adquiriu nas esferas universal e interamericana, bem como apontar alguns impasses relacionados a essa polissemia.

Como visto, nos casos de desaparecimento forçado, frente aos quais o direito à verdade começou a ser invocado e reconhecido, ele representou a importação para a esfera do direito de reivindicações dos familiares das vítimas que, ao menos no que diz respeito ao seu objeto central, são bastante precisas: localizar os corpos – “*onde eles estão?*” (QUESTIAUX, 1982, p. 64, t.n.²⁸²) – e esclarecer as circunstâncias da morte – “[...] *temos o direito de saber o que realmente aconteceu aos nossos parentes*” (DUARTE e outros apud TELES, J., 2005, p. 113-114). Aqui, o sentido atribuído ao direito à verdade tem acento em um problema essencialmente de ordem fática: a verdade que se busca é a verdade fatual da qual não se tem conhecimento.

Foi diante desse tipo de demanda que a CorteIDH, já no final da década de 1980, reconheceu o direito dos familiares de conhecer a sorte das vítimas de desaparecimento forçado, ao qual, posteriormente, passou a dar o nome de direito à verdade (CorteIDH, 2000).²⁸³ Semelhantemente, no contexto da reação da ONU ao problema do

alors une portée essentiellement symbolique et un but dissuasif voire pédagogique, lié alors à l'idée de prévention”).

²⁸² “*où sont-ils ?*”.

²⁸³ A análise acima desenvolvida mostrou que a jurisprudência da CorteIDH sobre o direito à verdade em casos de desaparecimento forçado foi impulsionada pela ComIDH – que, desde a década de 1970, reagia a denúncias dessa prática pelos regimes militares da América Latina (BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 743-744) –, e que hoje ela é bastante clara no que diz respeito ao significado desse direito,

desaparecimento forçado, o direito das famílias de conhecer o destino dos seus membros – previsto, no caso de conflitos armados internacionais, pelo Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 1977 –, foi, a partir dos anos que se seguiram, estendido ao direito internacional dos direitos humanos. Compreendida como uma invenção de Hitler por meio do decreto “Noite e Neblina”, a prática havia se disseminado, após o seu reaparecimento na América Latina, para diferentes partes do mundo. A série de medidas adotadas para responder a ela culminou na adoção, em 2006, da Convenção Internacional sobre desaparecimentos forçados, que prevê expressamente o direito à verdade de titularidade dos familiares das vítimas e procura precisar seu significado jurídico. Com isso, o direito à verdade no sentido que lhe foi atribuído nesse primeiro momento passou a ser objeto de um acordo internacional juridicamente vinculante, relativamente claro em relação aos seus contornos.

Entretanto, posteriormente, esse direito adquiriu um significado bastante mais largo tanto na esfera universal quanto na esfera interamericana. Essa transformação parece ter procurado responder às dificuldades verificadas em diversos países nas últimas décadas do século XX, com a democratização após o fim de regimes autoritários e/ou com o alcance da paz após conflitos internos, de se investigar o passado de violência e punir as pessoas responsáveis. Ela teve como marco o relatório apresentado em 1997 no âmbito da ONU pelo expert Louis Joinet (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997), no qual o “direito de saber” aparece como um dos três pilares no combate à impunidade, distinto dos outros dois – o direito à justiça e o direito à reparação.

O objeto específico do direito de saber, conforme o Relatório Joinet, diria respeito à exigência de conhecimento sobre as violações a direitos humanos e de preservação da sua memória; entre os principais mecanismos destinados a torná-lo efetivo, estariam o estabelecimento de comissões de inquérito e a conservação e abertura ao público de arquivos. É esse sentido lato que comporta o que se denomina dimensão coletiva do direito à verdade (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17).

Na esfera interamericana, a admissão de um direito à verdade em sentido lato é perceptível, notadamente, no relatório anual de 1985-1986 da ComIDH e em resoluções editadas anualmente pela AGOEA a partir de 2006. Foi também nessa direção a jurisprudência da CorteIDH, quando passou a afirmar que não apenas as vítimas e seus familiares (dimensão individual), mas também a sociedade como um todo (dimensão social

derivando-o da conjugação dos artigos 1.1, 8 e 25 da CADH e integrando-o ao que denomina dimensão individual do direito à verdade.

ou coletiva) tem um direito à verdade sobre o passado de violência política (cf. CorteIDH, 2005b, voto juiz Cançado Trindade).

Observa-se que, aqui, a verdade-fato continua a ser um elemento importante, mas sofre um alargamento: para além dos casos individuais, a política de violência em seu conjunto deveria ser esclarecida, com o objetivo de contribuir, a título educativo, para proporcionar à sociedade condições de evitar sua repetição no futuro. Além disso, a ideia de direito à verdade ganha uma nova dimensão relevante, na qual o que está em questão não são, necessariamente, fatos desconhecidos, mas sim a oposição e a ruptura com a forma como, no período das violações, eram instrumentalizados o segredo e a mentira para organizar a sua dissimulação. Ganha importância, portanto, a questão da veracidade. Leia-se, por exemplo, o Relatório Joinet quando, ao tratar das comissões extrajudiciais de inquérito, afirma que estas têm entre os seus objetivos “[...] *determinar que aquilo que os opressores qualificavam como mentira a fim de desacreditar os defensores dos direitos humanos estava muito frequentemente aquém da verdade*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 19, t.n.²⁸⁴). Estudos posteriormente produzidos no âmbito da ONU voltam a atentar para a função das comissões da verdade de reconhecer oficialmente a ocorrência de violações de direitos humanos, até mesmo daquelas que já são de conhecimento público (HR/PUB/06/1, 2006g, A/HRC/24/42, 2013).

E a análise da história do direito à verdade na esfera universal de proteção dos direitos humanos aponta ainda para a ocorrência de mais um movimento do sentido atribuído ao direito à verdade. Aqui o seu conteúdo passou a se confundir, ao menos parcialmente, com o do direito à justiça, enquanto persecução e punição dos responsáveis pelas práticas, afirmando-se que o essencial para assegurar o direito à verdade são os processos judiciais penais. Da mesma forma, parece ter se tornado ainda mais porosa a distinção entre o seu conteúdo e o daquilo que se entende por direito à reparação, ou seja, o direito das vítimas a medidas que lhes gerem benefícios e compensem os efeitos das violações sofridas. Em outras palavras, ganhou importância a dimensão da verdade, enquanto objeto do direito em estudo, consistente em fazer justiça e oferecer reparação às vítimas.

Esse segundo movimento na esfera universal – perceptível quando se toma o Relatório Joinet como marco da criação de um direito à verdade em sentido amplo e se utiliza esse relatório como base para a análise de desenvolvimentos posteriores – não se dá

²⁸⁴ “[...] *établir que ce qui était dénoncé comme mensonger par les oppresseurs afin de discréditer les défenseurs des droits de l’homme était bien souvent en deçà de la vérité*”.

da mesma forma na esfera interamericana. Na jurisprudência da CorteIDH sempre houve uma sobreposição entre direito à verdade, direito à justiça e reparação. Isto porque, como visto, não sendo o direito à verdade objeto de disposição expressa pela CADH, a Corte afirmou que ele decorreria dos seus artigos 8 e 25, c/c o art. 1.1 – os mesmos dispositivos apresentados como fundamento da obrigação que os Estados teriam de julgar e punir os responsáveis pelas violações.²⁸⁵ Além disso, desde muito cedo a CorteIDH considerou constituir o direito à verdade uma importante forma de reparação para a vítima e seus familiares (BURGORGUE LARSEN; TORRES, 2008, p. 754).

O significado do direito à verdade nesse sentido amplo – amplo em relação aos seus titulares e aos seus objetivos, mas também no que diz respeito aos fatos que se quer ver determinados e, aparentemente, aos meios para se realizar essa determinação – é ainda obscuro em diversos aspectos, enfrentando a sua delimitação algumas importantes dificuldades. Parece pertinente destacar algumas delas, não com o propósito de, neste trabalho, vir-se a oferecer uma solução, mas para mostrar os impasses enfrentados pela dogmática jurídica que justificam uma reflexão, para além desta, sobre o que é que se busca com o reconhecimento de um direito à verdade.

Uma primeira questão controversa diz respeito à autonomia do direito à verdade (cf. BURGORGUE LARSEN; TORRES, 2008, p. 745). Embora diversos documentos da ONU afirmem tratar-se de um direito autônomo (*e.g.* ONU, E/CN.4/2006/52, 2006a, E/CN.4/2006/91, 2006c, A/HRC/16/48, 2011a), nessa mesma esfera foi constatada uma falta de consenso entre os Estados a esse respeito (ONU, A/HRC/5/7, 2007, pars. 16-17). Na esfera interamericana, cabe reiterar, já foi esclarecido que “[a] Corte não entende que o direito à verdade seja um direito autônomo” (CorteIDH, 2005b, par. 62, t.n.²⁸⁶).

Com efeito, como o direito à verdade não está previsto, em sua acepção lata, em nenhum tratado de direitos humanos, as faculdades e as obrigações que ele geraria são normalmente derivadas de disposições relativas a outros direitos. Alguns analistas observam que “[...] estando submetido de qualquer modo que seja, o direito à verdade

²⁸⁵ Daí a conclusão, alcançada pela Corte desde a sua decisão no caso Barrios Altos vs. Peru (2001a), de que as leis de anistia que impeçam a investigação de violações de direitos humanos e a punição dos seus autores são incompatíveis não apenas com o direito à justiça, mas também com o direito à verdade. Para a CorteIDH, cabe lembrar, o direito à verdade está “subsumido” no direito das vítimas e de seus familiares de obter esclarecimentos sobre os fatos e ver fixadas as responsabilidades, através de investigações e julgamentos (CorteIDH, 2001a, par. 48). Ele faz parte do “direito de acesso à justiça” (CorteIDH, 2006a, par. 219) e a verdade que ele protege inclui a “verdade judicial” fixada em processos penais (CorteIDH, 2006c, par. 150, 2006e, par. 224, 2007b, par. 128, 2010a, par. 158, 2010b, par. 297, 2012c, par. 298, 2012d, par. 298) dos quais as vítimas e seus familiares possam participar (CorteIDH, 2005b, par. 97, 2006e, par. 228, 2011a, par. 187).

²⁸⁶ “[l]a Corte no estima que el derecho a la verdad sea un derecho autónomo”.

não pode ser autônomo” (PHILIPPE MARINO, 2008, p. 121 t.n.²⁸⁷). A apontada sobreposição com o direito à justiça (i.e. julgamento e punição), em particular, aparentemente acarreta uma dependência do direito à verdade em relação a este último, em lugar da propugnada autonomia. Há, inclusive, quem questione qual seria a utilidade do reconhecimento de um direito à verdade pela jurisprudência da CorteIDH, se o mesmo objeto já está protegido pela obrigação de investigação e julgamento prevista na CADH (cf. PHILIPPE MARINO, 2008, p. 111). Tratar-se-ia apenas da “[...] *afirmação substancial, a identificação de um direito já levado em consideração no plano processual*” (TIGROUDJA; PANOUSSIS, 2003, p. 276, t.n.²⁸⁸)?

A falta de clareza a respeito da relação entre direito à verdade e direito à justiça gera relevantes problemas práticos, como aquele relativo à compatibilidade ou não do direito à verdade com medidas jurídicas como a anistia penal. Alguns instrumentos internacionais afirmam que leis de anistia não podem constituir um obstáculo à busca da verdade.²⁸⁹ Porém, não fica claro o que isso significa: ao impedirem a persecução penal, as anistias seriam sempre inválidas por ofensa ao direito à verdade? Ou poderiam ser compatíveis com o direito à verdade desde que não inviabilizassem outros tipos de mecanismos de averiguação dos fatos, como entenderam alguns ministros do STF na ADPF n. 153 (v. Capítulo 1, item 1.5.2.e)? Se a verdade visada pelo direito em questão é aquela estabelecida em processos penais, então, de fato, este princípio será incompatível com a anistia penal.

Outro problema diz respeito a estar ou não incluída no direito à verdade a faculdade de conhecer a identidade dos perpetradores das violações. É comum identificar em documentos da ONU uma posição favorável a essa inclusão (ONU, E/CN.4/RES/2005/66,

²⁸⁷ “[...] *en étant soumis de quelque manière que ce soit, le droit à la vérité ne peut être autonome*”.

²⁸⁸ “[...] *affirmation substantielle, l’identification d’un droit déjà pris en compte sur le plan procédural*”.

²⁸⁹ Por exemplo, em resolução da CDH a respeito da situação dos direitos humanos no Chile se lê: “7. Mais uma vez incita o Governo do Chile a pôr um fim a essas situações, a continuar adotando medidas que permitam a restauração do estado de direito no Chile e o pleno gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais e, em particular:

[...]

(b) Permitir a investigação administrativa e judicial de todas as queixas de violações de direitos humanos [...], com o objetivo de levar a julgamento e punir os responsáveis [...], e assegurar que a Lei de Anistia não seja um obstáculo à busca da verdade e à punição dos culpados;” (ONU, E/CN.4/RES/1989/62, 1989: “7. *Again urges the Government of Chile to put an end to these situations, to continue adopting measures to permit the restoration of the rule of law in Chile and the full enjoyment of human rights and fundamental freedoms and, in particular:*

[...]

(b) *To allow the administrative and judicial investigation of all complaints of human rights violations [...], with a view to the trial and punishment of those responsible [...], and to ensure that the Amnesty Act is not an obstacle to the search for the truth and the punishment of the guilty;*”).

2005d, A/HRC/9/L.23, 2008a, A/HRC/RES/12/12, 2009b). As resoluções sobre o direito à verdade da AGOEA vão no mesmo sentido. No entanto, muitas vezes esses mesmos documentos reconhecem ser esta uma questão controversa, especialmente quando se admite que o direito à verdade possa ser assegurado por mecanismos investigatórios nos quais não são observadas as garantias próprias do processo penal (presunção de inocência, direito ao contraditório e ampla defesa, etc.) (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 39, A/HRC/16/48, 2011a). Se o direito à verdade não é assegurado por meio de processos penais (i.e. se ele não é igual ao direito à justiça penal/retributiva), a identificação dos perpetradores enfrenta relevantes dificuldades jurídicas.

É igualmente pouco clara a relação entre direito à verdade e liberdade de informação. A Res. 2005/66 da CDH afirma que, em alguns ordenamentos nacionais, o direito à verdade pode ser caracterizado como direito ou liberdade de informação (ONU, E/CN.4/RES/2005/66, 2005d),²⁹⁰ afirmação essa relativizada pela Res. 9/11 (ONU, A/HRC/9/L.23, 2008a). Essa alteração indica uma preocupação em se evitar uma interpretação que restrinja o direito à verdade ao que se entende por liberdade de informação, o que significaria reduzi-lo à possibilidade de buscar e difundir informações, incluída aqui a possibilidade de obter informações pessoais constantes de arquivos do Estado – posição esta manifestada pelos Estados Unidos nos debates sobre a Convenção Internacional sobre desaparecimentos forçados (ONU, E/CN.4/2006/57, 2006b). Além de o direito à verdade parecer ter um significado mais amplo do que este, tem-se que ele, diferentemente da liberdade de informação, não poderia sofrer limitações (ONU, E/CN.4/2006/52, 2006a, pars. 16, 23; ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, pars. 43 e 44).²⁹¹

²⁹⁰ O estudo de 2006 do EACDH sobre o direito à verdade nota que “[e]m diferentes países, o direito de procurar e difundir informação é o embasamento jurídico do direito à verdade” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 31, t.n.: “[i]n several countries, the right to seek and impart information is the legal basis of the right to the truth”) e o seu estudo de 2007 chega a afirmar que “[u]ma das formas mais decisivas de garantir o direito à verdade é ainda o direito à informação” (ONU, A/HRC/5/7, 2007, par. 39, t.n.: “[o]ne of the most decisive ways of ensuring the right to the truth is still the right to information”).

²⁹¹ Leia-se, por exemplo, o relatório do Relator Especial da ONU sobre a independência de juízes e advogados: “Embora o direito à verdade seja frequentemente referido como ‘direito de saber’ ou direito ‘de ser informado’, como faz a resolução da Comissão 2005/66, existe ainda a necessidade de precisar seus componentes distintivos. Embora as liberdades de opinião, expressão e informação sejam com frequência o meio pelo qual se realiza o direito à verdade, sobretudo nos países do *common law* onde existe uma longa tradição de respeito à liberdade de expressão e informação, o fato de que essas liberdades possam ser objeto de certas restrições, mesmo em situações ordinárias, estabelece diferenças notáveis. [...] Sem dúvida, as diferenças entre ambos se acentuam à medida em que ingressamos em situações nas quais a natureza dos crimes e dos direitos afetados torna o direito à verdade intangível e confere à obrigação o caráter de *jus cogens*” (ONU, E/CN.4/2006/52, 2006a, par. 23, t.n.: “Although the right to the truth is often referred to as the ‘right to know’ or the right ‘to be informed’, as is the case in the Commission’s resolution 2005/66, there is still a need to spell out its different components. Although the right to the truth is often ensured through freedom of opinion, expression and information, especially in common law countries which have a long

Na esfera interamericana, as resoluções sobre o direito à verdade adotadas pela AGOEA desde 2006 mantiveram a redação contida na Res. 2005/66 da CDH – “*o direito à verdade pode caracterizar-se de maneira diferente em alguns sistemas jurídicos como direito a saber ou a ser informado ou à liberdade de informação*” – sem incorporar as alterações promovidas pela Res. 9/11. Contudo, na jurisprudência da CorteIDH, embora no caso Gomes Lund (2010b) tenha sido admitido um vínculo entre o direito à verdade e a liberdade de informação prevista no art. 13 da CADH, esse vínculo foi rejeitado em outros casos posteriores (v. item 2.3.3.3 supra).

Ademais, a ampliação do sentido atribuído ao direito à verdade gera incertezas em relação ao seu titular e aos seus objeto e conteúdo. Como exposto na análise da jurisprudência da CorteIDH, embora tenha sido reconhecido que esse direito possui uma dimensão coletiva, permanece obscuro quem teria legitimidade para pleiteá-la e quais as medidas que, para concretizá-la, poderiam ser requeridas. Diante disso, algumas análises chegam a considerar que a CorteIDH, ao ordenar que os Estados divulguem os resultados das investigações para que a sociedade conheça a verdade, não estaria com isso reconhecendo a existência de um direito social ou coletivo à verdade juridicamente tutelável (PHILLIPE MARINO, 2008, p. 117; TIGROUDJA; PANOUSSIS, 2003, p. 276). Outros, entretanto, afirmam ser justamente essa dimensão social ou coletiva a inovação trazida pelo reconhecimento do direito à verdade (PINTO, 2007, p. 17-18).

Cabe mencionar, por fim, a questão relativa às medidas necessárias e mesmo suficientes para dar efetividade ao direito à verdade, no sentido amplo que este veio a adquirir. Observe-se o exemplo das comissões da verdade, cujo estabelecimento é comumente defendido com fundamento no direito à verdade. Muitos instrumentos internacionais de direitos humanos as recomendam e reconhecem os seus benefícios. A AGNU veio a se pronunciar nesse sentido em resoluções, tais como a Res. 55/118, sobre a situação dos direitos humanos no Haiti, em que afirmou “[...] *a importância, para o combate à impunidade e para a realização de um genuíno e efetivo processo de transição*

tradition of respecting freedom of expression and information, the fact that these freedoms may be subjected to certain restrictions, even in ordinary situations, establishes marked differences. [...] The differences between these two undoubtedly widen as we enter situations in which the nature of the crimes and the rights affected renders the right to the truth untouchable and confers on the obligation the character of jus cogens”). Na mesma linha, relatório produzido a pedido da CDH sobre a proteção de direitos humanos em estados de exceção, destacando a relação do direito à verdade com outros direitos inderrogáveis, como o direito a um recurso efetivo e a proibição da prática de tortura, apresenta o entendimento, manifestado por experts em reuniões sobre o tema, de que a observância do direito à verdade é impositiva em quaisquer circunstâncias. Notadamente, o relatório indica que, após o “retorno a condições de normalidade” (“*return to normal conditions*”), a necessidade de se consolidar a paz não pode ser apresentada como justificativa para a sua derrogação (ONU, E/CN.4/Sub.2/1995/20, 1995, pars. 39-40).

e reconciliação nacional, das investigações conduzidas pela Comissão Nacional para Verdade e Justiça” (ONU, A/RES/55/118, 2001a, t.n.²⁹²).²⁹³

O relatório de 2009 do EACDH sobre o direito à verdade (ONU, A/HRC/12/19, 2009a) observou que as comissões da verdade, no final do século XX, foram “[...] *um dos meios mais populares de busca de verdades sociais*” (par. 23, t.n.²⁹⁴) e que essas “[...] *não estão obrigadas a cumprir as regras formais de produção de provas exigidas em um processo penal, e por isso elas usam uma variedade mais ampla de dados que qualquer outra instituição de justiça de transição*” (par. 24, t.n.²⁹⁵). Com efeito, tendo por função primária a investigação dos fatos e não o julgamento, e por se preocuparem com “[...] *as amplas causas e consequências das violações que ocorreram*” (cf. FREEMAN, 2006, p. 15, t.n.²⁹⁶), as comissões da verdade pareceriam à primeira vista o mecanismo mais apropriado para tornar efetiva a dimensão social ou coletiva do direito à verdade.

Entretanto, o mais usual é que elas sejam apenas referidas como “*ferramentas importantes para a garantia do direito à verdade*”, enquanto os processos judiciais penais são tomados como essenciais para esse fim (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 61, t.n.²⁹⁷). Tem-se que o seu estabelecimento é uma decisão que deve ser deixada para deliberações nacionais (ONU, E/CN.4/2005/102, 2005b, par. 19, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 5), não se podendo falar, aparentemente, de uma obrigação internacional de estabelecer uma comissão da verdade correspondente ao direito à verdade. Isso parece contradizer a compreensão corrente na dogmática da justiça de transição de que “[...] *as comissões*

²⁹² “[...] *the importance, for combating impunity and for the realization of a genuine and effective process of transition and national reconciliation, of investigations undertaken by the National Commission for Truth and Justice*”.

²⁹³ Outros exemplos são a Res. 57/105, onde está dito que são bem-vindos os esforços feitos pela Comissão para a Recepção, a Verdade e a Reconciliação para facilitar a reconciliação nacional e o retorno de refugiados ao Timor Leste (ONU, A/RES/57/105, 2003b); e a Res. 57/161, sobre a Guatemala, na qual chama o governo a implementar as recomendações da Comissão para Esclarecimento Histórico (*Commission for Historical Clarification*) (ONU, A/RES/57/161, 2003a). O Conselho de Segurança se posicionou no mesmo sentido, por exemplo, em resoluções sobre a República Democrática do Congo (“*Strongly encourages the Congolese parties forming the transitional government to establish as soon as possible a Truth and Reconciliation Commission [...]*” (ONU, S/RES/1468, 2003c)); sobre Serra Leoa (“*Welcomes the launch of the Truth and Reconciliation Commission and progress made in its activities, and urges donors to commit funds to it generously*” (ONU, S/RES/1470, 2003d)) e sobre o Burundi (“*Acknowledging the crucial importance of reconciliation for peace and national unity in Burundi and sharing the view that a future Truth Commission should contribute to it [...]*” (ONU, S/RES/1606, 2005f)).

²⁹⁴ “[...] *one of the most popular vehicles for seeking societal truths*”.

²⁹⁵ “[...] *are not bound by the formal rules of evidence required by a prosecution, and so they use a broader range of records than any other transitional justice institution*”.

²⁹⁶ “[...] *the broad causes and consequences of the violations that occurred*”.

²⁹⁷ “*important tools for ensuring the right to the truth*”.

passaram a ser estreitamente associadas ao direito à verdade e os processos ao direito à justiça, particularmente a criminal” (BISSET, 2012, p. 13, t.n.²⁹⁸).

Assim, em resumo, ainda não há uma definição precisa para o direito à verdade no sentido amplo que este adquiriu. Apresentam-se questões como: o que torna esse direito algo diferente, embora relacionado à liberdade de informação? Por que a extensão de seu objeto para além da investigação do que ocorreu, por exemplo, com vítimas de desaparecimento forçado, para alcançar até mesmo fatos que já são de conhecimento público? A sobreposição entre direito à verdade, direito à justiça e reparação às vítimas seria apenas uma consequência da concepção de que as medidas da justiça de transição são complementares e devem ser adotadas conjuntamente? Ou, independentemente da insuficiência de cada um desses conjuntos de medidas (i.e. da necessidade de simultânea investigação da verdade, punição dos responsáveis e criação de programas de reparação) – que não é discutida neste trabalho – o direito à verdade tem em si um efeito reparador e constitui por si uma forma de fazer justiça às vítimas?

O estudo desenvolvido nos dois primeiros capítulos da tese mostrou que o sentido atribuído ao direito à verdade conjuga diferentes elementos, entre os quais se oscila ao se tratar dele: investigação do que aconteceu, oposição à mentira, realização de justiça às vítimas. Ao que parece, o fato de isso não estar bem explicitado gera dificuldades para o esforço dogmático de conceituação e favorece os impasses que se enfrenta diante de questões específicas em torno desse direito. A segunda parte da tese se vale de tópicos de investigação de Hannah Arendt para, por meio de uma extensão, refletir teoricamente a respeito dessas diversas dimensões, almejando com isso contribuir para a compreensão daquilo que alimenta o debate dogmático, mesmo sem a pretensão de resolvê-lo.

²⁹⁸ “[...] *truth commissions have come to be closely aligned with the right to truth and trials with the right to, particularly criminal, justice*”.

PARTE II

DIREITO À VERDADE: DIMENSÕES DE UMA CONCEITUAÇÃO *IN FIERI*

CAPÍTULO 3. VIOLÊNCIA POLÍTICA E MANIPULAÇÃO DA VERDADE: AS ADVERTÊNCIAS DE HANNAH ARENDT SOBRE OS PERIGOS DA COMBINAÇÃO DE MENTIRA POLÍTICA E VIOLÊNCIA ORGANIZADA

3.1. Introdução

Por que escolher as reflexões de Hannah Arendt como base para se pensar sobre as razões pelas quais se passou a perceber como importante o reconhecimento do direito à verdade e, consequentemente, sobre o significado que o termo “verdade” assumiu enquanto objeto desse direito?

O direito à verdade, como visto, foi criado no pensamento jurídico-político no contexto das reflexões sobre como lidar com os legados de um período de graves violências praticadas como política de Estado. Sua criação foi uma das reações ao fenômeno de ruptura encarnado pelo uso do aparelho administrativo do Estado para o ataque organizado contra a sua população, seja paralelamente a um direito nacional que permanece vigente como “fachada” e é ignorado, seja por meio da suspensão desse direito ou através da sua instrumentalização. Situação por vezes referida como “criminalidade estatal” (SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 26), “crimes de massa” (GARAPON; HUBRECHT, 2013, p. 3), “atrocidades em massa” e “massacre administrativo” (OSIEL, 2000), “terrorismo de Estado” (ABREGU, 1996, p. 11; BURGORGUE-LARSEN; TORRES, 2008, p. 336) ou, simplesmente, graves violações de direitos humanos,²⁹⁹ ela é

²⁹⁹ Swensson Junior (2010, p. 24-26) argumenta em favor da utilização do termo “criminalidade” nas situações em que as condutas fossem tipificadas como crimes conforme o direito vigente no momento em que se deram, ainda que, como no Brasil, uma anistia tenha obstado perseguições penais. Já Garapon e Hubrecht (2013, p. 19-22), tendo em vista o direito penal internacional, empregam a palavra “crime” também para os casos em que essas condutas não fossem crimes conforme o direito interno, inclusive para aqueles em que a própria lei tenha se tornado instrumento da política de violência; nas palavras de Garapon, “[...] o crime contra a humanidade pode muito bem ser constituído em obediência a uma lei” (GARAPON, 2004a, p. 125). Outros preferem utilizar termos como “atrocidades em massa” e “massacres administrativos”. Osiel o faz para designar uma “[...] violação em larga escala dos direitos humanos básicos à vida e à liberdade pelo Estado central, de uma forma sistemática e organizada, com frequência contra os seus próprios cidadãos, geralmente em um ambiente de guerra – civil ou internacional, real ou imaginada” (OSIEL, 2000, p. 9, t.n.: “[...] *large-scale violation of basic human rights to life and liberty by the central state in a systematic and organized fashion, often against its own citizens, generally in a climate of war – civil or international, real or imagined*”), sem restringir o sentido de “massacre” ao assassinato em massa; este seria “[...] o mais extremo de uma categoria mais ampla de danos infligidos durante esses episódios” (OSIEL, 2000, p. 9, t.n.: “[...] *the most extreme of a broader class of harms inflicted during such episodes*”). Por outro lado, se normalmente a violência política que se tem em vista é levada a efeito por agentes do Estado, como apontado no Capítulo 1, as reflexões em torno da temática da justiça de transição passaram a considerar também ações de grupos sem

marcada pela “*derrocada humana e política*” (GARAPON; HUBRECHT, 2013, p. 3, t.n.³⁰⁰) causada quando agentes do Estado violam ao invés de garantir direitos, como seria a sua função, quando agredem justamente aqueles que deveriam proteger. Sem que se encontre, no mais das vezes, uma resposta pronta para esse problema nos ordenamentos jurídicos, desenvolveu-se a percepção de que responder a ele depende de um olhar simultaneamente retrospectivo e prospectivo. Trata-se de se pensar sobre as formas de retribuição e de reparação dos danos causados, mas também sobre as condições para a fundação de um novo corpo político, mais resguardado contra o mal que acometeu o precedente.

Os estudos que se ocupam desta temática comumente encontram em Hannah Arendt elementos para pensar como fazer face às perplexidades nela enfrentadas.³⁰¹ Com efeito, o pensamento de Arendt – uma entre os mais originais e influentes pensadores políticos do século XX – foi em grande parte suscitado pelo confronto com as rupturas de seu tempo, em especial pela experiência do totalitarismo, nos regimes nazista e stalinista (ENEGRÉN, 1984, p. 24-25; LAFER, 1988, p. 15; VILLA, 2006, p. 1). Como aponta Celso Lafer, diante dos julgamentos dos crimes nazistas em Nuremberg e Jerusalém, Arendt examinou diretamente o tema de como “[...] lidar com os fatos de massacres administrativos organizados pelo aparato do Estado, que representam um novo tipo de criminalidade característica do mundo contemporâneo e de suas rupturas” (LAFER, 2011, p. 5-6).

Esse mesmo tema se tornaria objeto dos estudos sobre justiça de transição. Se o termo “justiça de transição” ainda não era empregado no pós Segunda Guerra Mundial – época em que Arendt desenvolve as suas reflexões – foi de qualquer modo naquele momento que começou a ser levantado e enfrentado o conjunto de preocupações que deu

relação com o Estado. Semelhantemente, a noção de crime contra a humanidade, concebida inicialmente como uma proteção dos indivíduos contra abusos dos Estados, tem sido estendida para, em alguns casos, abarcar práticas de dimensão coletiva de organizações não estatais com amplos meios de mobilização e destruição, em particular quando estas visem à obtenção de controle político ou influência sobre um território (FOUCHARD, 2009, p. 20-23; GARAPON, 2004a, p. 121-124; RATNER; ABRAMS; BISCHOFF, 2012, p. 68-70). Nas palavras de Jurovics, o direito internacional passou a levar em consideração o papel executor ou de instigação de “[...] entidades não estatais que exercem uma autoridade de fato e replicam as características de poder, de controle, de instigação e de influência de um Estado” (JUROVICS, 2002, p. 415, t.n.: “[...] entités non étatiques qui exercent une autorité de facto et reprennent les caractéristiques de pouvoir, de controle, d’instigation et d’influence d’un Etat”). Em que medida haveria neste caso um “desmoronamento” político e jurídico da mesma ordem é uma questão que não cabe a esta tese discutir.

³⁰⁰ “*effondrement humain et politique*”.

³⁰¹ Vide, por exemplo, BILSKY, 2004; CASSIN, 2001, 2004; GARAPON, 2004a; GRECO, 2009; KISHI, 2009, p. 273; MINOW, 1998, p. 4; PERRONE-MOISES, 2006, 2009; TEITEL, 2000, p. 76, 87; TELES, J., 2005; TELES, E., 2007; TORELLY, 2012, p. 280.

forma a esse campo de investigação. Os julgamentos do pós 1945 são um marco no desenvolvimento da percepção de que a responsabilização individual por violações de direitos humanos é uma exigência internacional, núcleo básico daquele que, como visto no Capítulo 1, viria a ser o eixo “justiça” da justiça de transição, que busca a via penal/repressiva como resposta à criminalidade de Estado.³⁰²

Por outro lado, além de se preocupar com o tema da justiça frente à criminalidade de Estado, Arendt, percebendo no evento totalitário uma ruptura com os padrões e categorias da tradição, busca repensar a política como um antídoto à dominação (ENEGRÉN, 1984, p. 29; LAFER, 1988, p. 15, 80). Essa preocupação com os caminhos para a criação de um novo começo diante de desastres políticos veio a igualmente nutrir os trabalhos que se ocupam do tema da justiça de transição. Também aqui, cuida-se de uma lacuna entre o passado e o futuro na qual, nas palavras de Bilsky, os homens são chamados a refletir, sem critérios sólidos e amplamente reconhecidos nos quais possam se apoiar, “[...] *sobre o seu passado comum, a tentar compreendê-lo, e a usar essa compreensão para moldar o seu futuro comum*” (BILSKY, 2004, p. 95, t.n.³⁰³). Daí a fecundidade da retomada das reflexões arendtianas que, mesmo diante de novos acontecimentos, demonstram permanecerem atuais: “[...] *sua teoria propõe outro começo que esboça algumas respostas às nossas perplexidades e, ao menos, libera o olhar*” (ENEGRÉN, 1984, p. 12, t.n.³⁰⁴).

No presente estudo, trata-se de enfrentar especificamente a seguinte indagação: por que, em determinado momento, passou a ser possível, necessário e adequado ao pensamento jurídico-político criar um direito à verdade como forma de reagir a arbitrariedades do Estado? Ou, em outras palavras, por que e em que sentido a verdade passou a ser percebida como um instrumento de, por um lado, resguardo contra a arbitrariedade política e, de outro, de reação às consequências de abusos cometidos por governantes? O que ela pode evitar e/ou recuperar, em contraposição à mentira e ao segredo?

³⁰² Os campos da justiça de transição e da justiça penal internacional, apontam Garapon e Hubrecht, têm o mesmo objetivo – o tratamento retrospectivo e preventivo de violações a direitos humanos –, ambos nascendo, historicamente, com o final da Segunda Guerra Mundial (GARAPON; HUBRECHT, 2013, p. 11). A justiça de transição criou outras modalidades de tratamento além da responsabilização penal, percebidas por alguns como alternativas, e por outros como complementares a esta (v. Capítulo 1, item 1.2).

³⁰³ “[...] *on their common past, try to comprehend it, and use this comprehension to shape their common future*”.

³⁰⁴ “[...] *sa théorie propose un autre commencement qui ébauche quelques réponses à nos perplexités et, au moins, libère le regard*”.

O pensamento de Arendt abre também perspectivas para uma reflexão a respeito dessa questão específica. Com efeito, em suas análises sobre o evento totalitário, Arendt sublinha como o fraco conhecimento dos diferentes lados da realidade pode levar a efeitos políticos desastrosos (CANOVAN, 1992, p. 114), mostrando até que ponto isto foi explorado pelas experiências totalitárias que conhecemos como instrumento de dominação. Pois, segundo Arendt, se, no totalitarismo, o mal enquanto política foi praticado em uma escala enorme, previamente inimaginável (VILLA, 2006, p. 2), isso apenas se tornou possível com a invenção de uma forma inédita de subjugar os homens por meio da manipulação da realidade e da instrumentalização do segredo, aliadas à organização do uso da violência.

O totalitarismo, na percepção de Arendt, como observa Lafer (1979, p. 47), é uma nova forma de governo e dominação baseada no uso da mentira e no terror que assegura a unanimidade em torno da mentira. Foi em nome de uma realidade ficcional que as experiências totalitárias analisadas por Arendt obtiveram a conformidade de comportamentos e estabeleceram uma burocracia para cometer massacres. Para isso, era necessário aos governos totalitários desprezar a realidade e os fatos (ARENDT, 1989, p. 509), apagar “*a linha divisória entre ficção e realidade*” (ARENDT, 1989, p. 402) e fazer “[...] *cair cortinas de ferro para evitar que alguém perturbe, com a mais leve realidade, a horripilante quietude de um mundo completamente imaginário*” (ARENDT, 1989, p. 402). Era ainda preciso destruir-se a tão relevante faculdade humana da memória, criando-se “buracos de esquecimento”, nos quais caíssem os seus feitos e as suas vítimas. Desenvolveu-se, assim, uma dinâmica em que tudo o que ontem passava por “grande” pode, ou mesmo deve cair no esquecimento (ARENDT, 1995, p. 48, 2003, p. 27).

Arendt insiste em como o uso dessas armas de dominação é essencial ao totalitarismo, chamando a atenção para o fato de que os movimentos totalitários jamais conseguiriam se constituir e se manter sem se empenhar para destruir a capacidade dos indivíduos de perceber, compreender, julgar e lembrar os acontecimentos. A “falta de realidade” dos campos de concentração, segundo Arendt, apenas foi possível quando massas de indivíduos atomizados e isolados foram recrutadas em movimentos que lhes proporcionavam um mundo fictício (CANOVAN, 1992, p. 114). Essa sua interpretação e diagnóstico carregam em si uma advertência a respeito das potencialidades de uma política organizada de manipulação dos fatos. Pois, para Arendt, “[f]az parte da própria natureza das coisas humanas que cada ato cometido e registrado pela história da humanidade fique

com a humanidade como uma potencialidade, muito depois da sua efetividade ter se tornado coisa do passado” (ARENDT, 2006, p. 295-296).³⁰⁵

Não ignoramos a distinção feita por Hannah Arendt entre o totalitarismo e outras formas de opressão política,³⁰⁶ nem que foi diante dos regimes autoritários da segunda metade do século XX e não das experiências totalitárias analisadas por Arendt que o direito à verdade foi inventado. Entendemos, porém, que as suas análises, olhadas em retrospecto, podem lançar luzes sobre as ideias que alimentaram a criação desse direito pelo pensamento jurídico-político. Embora esta criação não tenha se dado na Europa pós Segunda Guerra Mundial, mas sim com o fim das ditaduras na América Latina, é possível que o direito à verdade tenha vindo fazer frente a riscos que, em seu grau máximo, já haviam sido notados por Arendt. Pois, se o totalitarismo, como mostra Arendt, empregou o segredo, a ficção e a mentira de um modo e em uma extensão impensáveis pela tradição (LAFER, 1988, p. 247) e se ele “[...] *como potencialidade e como risco sempre presente, tende infelizmente a ficar conosco de agora em diante*” (ARENDT, 1989, p. 531), também as suas ferramentas e a forma de utilizá-las podem subsistir como possibilidades à disposição dos diferentes governos que, posteriormente, pretendam se estabelecer por meio de alguma forma de dominação. Como sublinha Celso Lafer, as consequências maléficas dessa invenção totalitária continuam presentes (LAFER, 1988, p. 29, 247).

Assim, é possível que a noção de direito à verdade tenha sido desenvolvida, frente à posterior experiência política autoritária, como um remédio em face de um uso organizado da mentira, criado pelo modo totalitário de dominação, que reapareceu em outras formas de governo, ainda que de maneira e em graus diversos. No mínimo, as experiências autoritárias mais recentes, com o seu deliberado mau trato da verdade, combinado com o

³⁰⁵ Nas palavras de Canovan, o conceito arendtiano de totalitarismo “[...] sempre incorporou um diagnóstico e uma explicação sobre os perigos políticos modernos, carregando com ele advertências e prescrições” (CANOVAN, 2006, p. 25, t.n.: “[...] *has always incorporated a diagnosis and explanation of modern political dangers, carrying with it warnings and prescriptions*”).

³⁰⁶ Para Arendt, uma entre as importantes diferenças entre o totalitarismo e as formas de opressão política já conhecidas antes dele, como o despotismo, a tirania e a ditadura, é o fato de que estas últimas utilizam o terror para ameaçar seus adversários políticos. Elas buscam eliminar a liberdade política, mas ainda permitem que os indivíduos mantenham conexões sociais e familiares, e deixam intacta a sua capacidade de pensar, criar, sentir, não afetando necessariamente sua vida privada e sua atividade não política (ARENDT, 1989, p. 526-527, 2004, p. 95). Já o totalitarismo faz uso do terror também contra pessoas que não expressam oposição ou qualquer posição política, pessoas inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor (ARENDT, 1989, p. 26, 371). Em lugar de o terror cessar quando não mais existe oposição, ele aumenta neste momento, “[...] *demonstrando que a oposição política, ao invés de fornecer o pretexto do terror, foi o último impedimento para que este alcançasse a fúria total*” (ARENDT, 1989, p. 443). Além disso, o terror totalitário se estende para além da esfera política, destruindo até mesmo a capacidade dos homens de sentir e de pensar (ARENDT, 1989, p. 526-527, 2004, p. 96). O totalitarismo almeja a “[...] *dominação permanente de todos os indivíduos em toda e qualquer esfera da vida*” (ARENDT, 1989, p. 375).

uso planejado da violência, nos remetem ao significado que esses mecanismos assumiram na situação extrema analisada por Arendt, trazendo novamente à pauta um problema sobre o qual o seu pensamento é iluminador.

Tendo isso em vista, serão revisitadas neste capítulo as análises de Arendt sobre “*o totalitarismo como eclipse do político*” (ENEGRÉN, 1984, p. 162, t.n.³⁰⁷), com foco no papel que, segundo a autora, nele é exercido pela combinação entre mentira ideológica e uso planejado da violência, e no significado da sua natureza “*essencialmente fictícia*” (ARENDT, 1989, p. 428). Para tanto será preciso, preliminarmente, recuperar a noção de como, segundo Arendt, é possível que os homens sejam levados a uma total incompreensão do seu mundo e a viver numa realidade ficcional (item 3.2). Em seguida, será examinada a descrição arendtiana do papel das ideologias totalitárias (item 3.3) e da estrutura organizacional dos movimentos e governos totalitários (item 3.4), atentando para a forma como, com a organização do segredo e da mentira, elas servem ao objetivo totalitário de “*libertar o pensamento da experiência*” (ARENDT, 1989, p. 523) e de levar as pessoas a não mais poderem distinguir entre realidade e ficção, verdade e mentira. Por fim, o capítulo será concluído com a discussão sobre em que consiste e como é levado a efeito, na percepção de Arendt, o projeto totalitário de eliminar os rastros dos seus crimes e destruir a possibilidade de memória das suas vítimas (item 3.5).

Esta análise não pretende propor uma interpretação sistemática da obra de Hannah Arendt, nem decifrar suas opções filosóficas e suas referências teóricas, ou debater de forma aprofundada os conceitos que ela emprega, o que não seria possível no âmbito deste estudo. Tampouco se busca, já neste capítulo, desenvolver as indicações teóricas encontradas em Arendt, para a partir delas buscar esclarecimentos sobre as discussões a respeito dos contornos do direito à verdade, mapeadas nos Capítulos 1 e 2. Os seus objetivos são apenas dois. Primeiramente, almeja-se compreender qual é o perigo sobre o qual Arendt adverte, isto é, qual é, para ela, o significado do planejado descompromisso dos regimes totalitários com a verdade e com o real, e da sua forma bem específica de aliá-lo à organização estatal da violência. Em segundo lugar, quer-se estabelecer uma base para, somente no Capítulo 4, a partir da elaboração e da extensão de reflexões por ela desenvolvidas, serem pensadas as diferentes dimensões da “verdade” buscada com o direito à verdade: (i) recuperação da verdade-fato; (ii) questão da veracidade; e (iii) objetivo de justiça. Entende-se ser o estabelecimento dessa base fundamental para que, na

³⁰⁷ “*le totalitarisme comme éclipse du politique*”.

apropriação e desenvolvimento de ideias arendtianas, a serem realizados mais adiante, não se perca de vista o contexto específico do qual elas emanam.

3.2. Dissolução do senso comum e incapacidade de percepção da realidade

Para Arendt, a realidade do mundo somente pode ser percebida se olhada e debatida por diferentes homens. Depende, portanto, da condição humana da pluralidade, isto é, do fato de que “*não um homem, mas homens habitam a Terra*” (ARENDT, 2010a, p. 292), e de que esses homens vivem como seres distintos e únicos entre iguais, isto é, na reciprocidade entre seres diferentes (ARENDT, 2010a, p. 9-10, 1995, p. 40).³⁰⁸ Isto porque um único homem tem apenas a sua própria perspectiva, aquela relativa à posição que ele ocupa no mundo, sendo incapaz de, por si só, perceber a realidade comum em sua inteireza. Uma coisa pode apenas se mostrar sob muitos aspectos quando existam muitas pessoas para as quais ela apareça sob diferentes perspectivas (ARENDT, 1995, p. 145, 2003, p. 145). É sempre necessária uma pluralidade de homens, povos e posições para que a realidade possa ser plenamente percebida e preservada; é pela presença de todos que ela é assegurada a cada um (ARENDT, 2010a, p. 304, 1995, p. 153).

A realidade resulta, assim, da soma dos múltiplos aspectos que um objeto apresenta para uma multidão de espectadores, do fato de esse objeto poder ser visto por muitas pessoas de ângulos diferentes e de ser entre essas pessoas debatido, em suas facetas particulares, sem mudar de identidade (ARENDT, 2010a, p. 5, 70-71, 1989, p. 528; BILSKY, 1996). É apenas a partir dessa totalidade de pontos de vista que uma coisa se revela em toda a sua realidade (ARENDT, 1995, p. 142, 2003, p. 100). O debate, como explica Enegrén, decanta e multiplica a subjetividade de cada perspectiva que, sem se relativizar, antes se confirmando nessa troca, adquire uma espécie de objetividade, “[...] porque o mundo que se mostra na discussão está por inteiro presente nos aspectos

³⁰⁸ Nas palavras de Arendt, “[a] pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDT, 2010a, p. 10). A pluralidade tem, assim, esse duplo aspecto de igualdade e distinção: de um lado os homens somente se compreendem entre si porque são *iguais*; de outro, precisam da ação e do discurso para além de simples sinais e sons para se fazerem compreender, porque são *distintos* (ARENDT, 2010a, p. 219-220). Cabe à organização humana garantir direitos iguais aos indivíduos que tenham entre si as maiores diferenças (ARENDT, 1989, p. 335, 1995, p. 41), sem com isso pretender uniformizá-los: “Que essa igualdade vá de par com a ‘distinção’ significa que ela não deve ser redução ao idêntico e ao invariável, mas paridade fundamental autorizando a possibilidade de ações e de palavras ‘reveladoras’, que nos distinguem dos outros ao manifestarem a nossa mais própria identidade” (ENEGRÉN, 1984, p. 47, t.n.: “*Que cette égalité aille de pair avec la ‘distinction’ signifie qu’elle ne doit pas être réduction à l’identique et à l’invariable, mais parité fondamentale autorisant la possibilité d’actions et de paroles ‘révélatants’ qui nous distinguent d’autrui en manifestant notre identité la plus propre*”).

infinitamente diferentes que ele apresenta” (ENEGRÉN, 1984, p. 158, t.n.³⁰⁹). De forma que o aparecimento real e fidedigno do mundo não se dá sem a convivência entre os diferentes homens por meio da ação e do discurso (ARENDT, 2010a, p. 70, 260).

O senso humano da realidade é, portanto, completamente dependente da aparência, ou seja, do aparecimento das coisas para uma pluralidade de espectadores que as percebem e compartilham publicamente pontos de vista sobre elas (ARENDT, 2010c, p. 35; LAFER, 1988, p. 253-254).³¹⁰ Sem a convivência com os seus pares, o homem nem mesmo consegue estabelecer inequivocamente a realidade de si próprio, a sua identidade, a qual também é confirmada somente com o exercício da sua faculdade de aparecer aos demais (ARENDT, 1995, p. 140; COURTINE-DENAMY, 1995, p. 15). Nas palavras de Arendt, “[a] presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos (ARENDT, 2010a, p. 61). Viver em um mundo real é, em Arendt, o mesmo que discuti-lo com os outros:

Se alguém quiser ver e conhecer o mundo tal como ele é ‘realmente’, só poderá fazê-lo se entender o mundo como algo comum a muitos, que está entre eles, separando-os e unindo-os, que se mostra para cada um de maneira diferente e, por conseguinte, só se torna compreensível na medida em que muitos falarem *sobre* ele e trocarem suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros. Só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados. O viver-num-mundo-real e o falar-sobre-ele-com-outros são, no fundo, a mesma e única coisa, e a vida privada parecia ‘idiota’ para os gregos porque os privava dessa complexidade do conversar-sobre-alguma-coisa e, com isso, da experiência sobre como a coisa acontecia, de fato, no mundo (ARENDT, 2003, p. 60, 1995, p. 92, d.o.).

Daí a relevância da preservação de um “senso comum”, entendido por Arendt como o sentido que torna possível aos homens integrar os seus cinco sentidos individuais a

³⁰⁹ “[...] puisque le monde qui s’offre dans la discussion est tout entier présent dans les aspects infiniment divers qu’il présente”.

³¹⁰ Como explicita Roviello (1987, p. 13-28), *aparecer* em Arendt é se mostrar, o que pressupõe o outro para quem alguém se mostra e, portanto, a pluralidade humana; aparecer é coaparecer, em um contexto em que cada um é simultaneamente espectador e ator, alguém que revela uma faceta do mundo e se revela a si próprio e, ao mesmo tempo, alguém que acolhe as revelações dos outros. As coisas, por sua vez, *aparecem* quando são comunicadas, quando se tornam objeto de discurso, e apenas dessa forma elas podem encontrar um lugar permanente na realidade (LAFER, 1988, p. 254). Nas palavras de Roviello, “[o] mundo não me aparece enquanto tal, revela-se-me apenas através da comunicação dos diferentes pontos de vista particulares acerca de si; o mundo só se torna visível como mundo comum, só revela a sua realidade, a sua identidade, escondendo-a na diversidade dos pontos de vista acerca de si” (ROVIELLO, 1987, p. 28). Assim, em Arendt, tudo o que diz respeito à vida pública deve, para alcançar uma realidade efetiva para cada homem, aparecer tornando-se visível por meio do diálogo e do debate. Deve, em outras palavras, ser levado ao *espaço da aparência*, o espaço constituído pela reunião dos homens para o discurso e a ação (ARENDT 2010a, p. 249).

um mundo compartilhado pelos outros, através do debate sobre esse mundo e da ação nesse mundo (ARENDT, 2010c, p. 67; LAFER, 1988, p. 87-88, 254). O senso comum é, como aponta Duarte, essa “[...] *mediação entre o eu e os outros, condição da confiança em nossa própria percepção*” (DUARTE, 2000, p. 58). Trata-se da experiência da comunicação dos diferentes olhares sobre o mesmo mundo, a aptidão de partilhar a riqueza de todos esses pontos de vista, sendo essa a forma pela qual as informações obtidas pelos sentidos privados, em si traiçoeiros e indignos de fé, são confirmadas intersubjetivamente (ARENDT, 1989, p. 528, 2010a, p. 260, 353; DUARTE, 2000, p. 58-59; ENEGRÉN, 1984, p. 159; ROVIELLO, 1987, p. 139). Arendt entende que “[s]omente por termos um senso comum, isto é, somente porque a terra é habitada, não por um homem, mas por homens no plural, podemos confiar em nossa experiência sensorial imediata” (ARENDT, 1989, p. 528). Como sintetiza Duarte,

[...] o ‘senso comum’ é um sentido cujo próprio modo de operação só faz sentido intersubjetivamente. Se ele é a instância capaz de regular e controlar as informações captadas pelos sentidos privados, que compartilhamos com nossos semelhantes, ele o faz exatamente por referir tais percepções a um mesmo mundo comum, a um mesmo contexto mundano. Daí por que o que caracteriza todo objeto percebido é a própria estabilidade e durabilidade para sujeitos capazes de percebê-lo enquanto tal, a partir de perspectivas distintas (DUARTE, 2000, p. 60).

Fica, assim, evidente o perigo frisado por Arendt do isolamento das pessoas umas das outras e da perda de sua capacidade de comunicação. Em uma sociedade atomizada, constituída por indivíduos isolados, onde “[...] *pessoas convivem sem ter nada em comum, sem compartilhar nenhum campo visível e tangível do mundo*” (ARENDT, 2008a, p. 376, 1994, p. 356-357), ficam prejudicadas as relações intersubjetivas, a partir das quais se constitui a realidade comum: “*O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva*” (ARENDT, 2010a, p. 71). Foi apenas porque se definiu o senso comum “[...] *com que nos orientamos num mundo comum a nós e outros*” (ARENDT, 2008b, p. 21) que as ideologias totalitárias puderam prosperar como formas de explicar o mundo, independentes da realidade efetiva. Sem a perspectiva que está relacionada a ter um lugar no mundo, os indivíduos da sociedade atomizada ficam particularmente suscetíveis à manipulação ideológica (BENHABIB, 1994, p. 117; DUARTE, 2000, p. 54).

Segundo Arendt, a perda do senso comum – o “*sentido político por excelência*” (ARENDT, 1993, p. 48) –, é um fenômeno alimentado pela crise do nosso tempo, que se

caracteriza pela alienação do mundo.³¹¹ Nela se vivencia o declínio do político, ou seja, da esfera constituída quando os homens exercem a sua capacidade de agir e falar em conjunto (ARENDT, 2010a, p. 248), cujo papel não é apenas possibilitar uma decisão plural sobre a coisa pública, mas também “[...] iluminar os assuntos dos homens, proporcionando um espaço de aparições onde podem mostrar, por atos e palavras, pelo melhor e pelo pior, quem são e o que podem fazer” (ARENDT, 2008b, p. 8). Fica minguado justamente o espaço no qual os homens aparecem uns para os outros e expõem o que veem e ouvem de ângulos diferentes. Ser privado do âmbito público, onde a realidade do mundo e dos próprios homens é atestada pela presença dos outros e pelo fato de aparecerem a todos, significa, em Arendt, ser privado da própria realidade (ARENDT, 2010a, p. 61, 2009, p. 283, 1995, p. 94). Pois “[...] nosso senso de realidade depende totalmente da aparência e, portanto, da existência de um domínio público” (ARENDT, 2010a, p. 63) e “[...] tudo o que deixa de ter essa aparência surge e se esvai como um sonho, íntima e exclusivamente nosso, mas desprovido de realidade” (ARENDT, 2010a, p. 248).

Arendt entende que, na modernidade, o domínio público foi reduzido com o alargamento do privado que invadiu as diferentes atividades humanas, inclusive para ocupar a esfera de atuação dos governos, os quais vieram a se incumbir da proteção e da promoção de interesses particulares e da busca de objetivos comerciais (ARENDT, 1989, p. 168; VILLA, 2006, p. 4-5). A esfera de encontro para a deliberação sobre a coisa pública e ação em conjunto foi substituída pela burocracia, uma espécie de governo de ninguém (ARENDT, 2010a, p. 48-49), e as atividades humanas passaram a se resumir ao trabalho e ao consumo (ARENDT, 2010a, p. 156-168; HILL, 1979, p. 282). Deixou de existir o *espaço da aparência* no qual se apresentam as diferentes perspectivas e se trocam opiniões, o que prejudica, além dos resultados que se poderia obter com o cuidado com o mundo comum, o próprio senso que se pode ter da realidade pública (VILLA, 2006, p. 10). Efeito esse que, segundo Arendt, é maximizado sob tiranias, nas quais a difusão do medo e da suspeita é utilizada para impor um isolamento radical entre os súditos, impedindo completamente que emerja a realidade de uma esfera pública. Neste caso, “[...] os homens tornam-se inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência” (ARENDT, 2010a, p. 71).

³¹¹ Como observa Enegrén (1984, p. 79-80), em Arendt o “mundo” apenas existe sob a tripla condição da obra que dá estabilidade à vida humana, à existência de um domínio privado que marca o nosso lugar e de um domínio público onde se atualiza o nosso ser político.

Mas se, segundo Arendt, o isolamento já prejudica a percepção e compreensão da realidade, ele por si só não é suficiente para que os governos totalitários possam levar a efeito o seu ímpeto de instaurar um estado ficcional baseado na mentira organizada. Isso só se tornou possível porque a atrofia do domínio público na era moderna veio acompanhada da experiência, vivenciada por massas cada vez maiores, de desarraigamento, isto é, a perda de raízes políticas, espirituais e sociais, e de superfluidade, ou seja, o sentimento de inutilidade, ausência de funções no mundo e existência insignificante (CANOVAN, 2006, p. 34). É nesse contexto, com o colapso de nossas instituições e massas sempre crescentes perdendo o seu lugar no mundo política e fisicamente, deixando de ter raízes espiritual e socialmente (ARENDT, 1994, p. 357), que se constitui a experiência da solidão/desamparo (*loneliness*),³¹² isto é, o sentimento de não pertencer ao mundo.

A solidão/desamparo difere do isolamento, ou seja, da perda de contato político entre os homens e destruição de sua capacidade de agir em conjunto. O isolamento parece ser uma das prioridades das tiranias, sabedoras como são de que os homens podem apenas agir em concerto e que, portanto, isolados eles são impotentes (COURTINE-DENAMY, 1995, p. 25). O homem isolado perde o seu lugar no terreno político da ação,³¹³ mas ainda pode manter contato com o mundo tangível, com a produção de obras, e pode se retirar ao domínio privado preservando a esfera dos seus contatos sociais. Já o homem em solidão/desamparo, embora esteja rodeado por outros, com eles não pode estabelecer contato, e já não tem relação com o mundo como criação humana. Enfrenta a destruição não apenas do domínio público, mas também do domínio privado, dos seus laços sociais e do sentimento de ter algum lugar no mundo, os quais, mesmo na ausência do domínio público, permitem que se escape à experiência de absoluto não pertencimento ao mundo (ARENDT, 2010a, p. 72; ENEGRÉN, 1984, p. 70). Esse homem torna-se “sem mundo” (*worldless*) por deixar de ter até mesmo a estabilidade que advém da participação no mundo de objetos e de relações estabelecido pelo artifício humano (ENEGRÉN, 1984, p. 38) –, por perder um espaço estável de referência, identidade e expectativas que ele compartilhe com outros (BENHABIB, 1994, p. 117-118).

³¹² Na edição brasileira de 1989 de *Origens do totalitarismo* (reimpressão de 2009), “*loneliness*” é traduzida como “solidão”, enquanto na edição de *A condição humana* de 2010 a mesma palavra é traduzida como “desamparo” (ARENDT, 2010a, p. 72; CORREIA, 2010, p. vii). Outros autores preferem traduzi-la como “desolação” (DUARTE, 2000, p. 57).

³¹³ “[...] a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir” (ARENDT, 2010a, p. 235).

É possível que os homens cheguem a esse estado de solidão/desamparo quando, além de isolados, tenham as suas atividades restringidas ao trabalho voltado à satisfação das suas necessidades básicas, ao esforço em manter-se vivo, quando reduzidos, portanto, ao status de *animal laborans*, sem o reconhecimento de sua criatividade (ARENDT, 1989, p. 527, COURTINE-DENAMY, 1995, p. 25). Nessa situação, o homem talvez nem mais consiga realizar o diálogo silencioso consigo próprio que caracteriza a atividade de pensar, pois esta também depende da anterior e posterior “integração” à companhia de seus semelhantes, constituindo apenas um afastamento provisório do mundo. Ele perde a confiança em si como parceiro do próprio pensamento e perde também a confiança no seu mundo.

A perda do mundo comum – do mundo intangível constituído pela ação e debate dos homens na esfera pública e do mundo material como obra humana – é o que dá ensejo à sociedade de massas. Esta, para Arendt, “[...] *nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre seres humanos que se relacionam ainda uns com os outros mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles*” (ARENDT, 2009, p. 126). As massas surgem dos fragmentos de uma sociedade atomizada e são compostas por um grande número de indivíduos que, nunca tendo participado da política, degradados “[...] *à condição de peça insignificante na máquina de acumular poder*” (ARENDT, 1989, p. 176), e enfrentando o insucesso pessoal na sociedade competitiva de consumo, não mais possuem laços sociais ou interesses comuns. Aparecem notadamente com os eventos que, com a desintegração política, “[...] *súbita e inesperadamente tornaram centenas de milhares de seres humanos apátridas, desterrados, proscritos e indesejados, enquanto o desemprego tornava milhões de outros economicamente supérfluos e socialmente onerosos*” (ARENDT, 1989, p. 498). As características centrais do homem de massa, como sintetiza Canovan (1992, p. 53), são o seu isolamento e a ausência de um interesse comum em relação aos seus pares.

Essas pessoas sem raízes, ao perderem o seu mundo, isoladas e em solidão/desamparo, têm também prejudicada a sua percepção da realidade. Segundo Arendt, “[o] *impiedoso processo no qual o totalitarismo engolfa e organiza as massas parece uma fuga suicida dessa realidade*” (ARENDT, 1989, p. 530). O desespero de seu destino e a dificuldade de suportar os aspectos acidentais e incompreensíveis dessa situação tendem a levá-las a não acreditar em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência, a não confiar em seus olhos e ouvidos. Fugir da realidade, para elas, significa

pronunciar um veredito contra o caos e o acidente do mundo onde vivem deslocadas, atomizadas, destituídas de seu *status* social e das “[...] *relações comunitárias em cuja estrutura o bom senso faz sentido*” (ARENDT, 1989, p. 401). Daí a força, entre elas, da propaganda totalitária: “*Entre enfrentar a crescente decadência, com a sua anarquia e total arbitrariedade, e curvar-se ante a coerência mais rígida e fantasticamente fictícia de uma ideologia, as massas provavelmente escolherão este último caminho*” (ARENDT, 1989, p. 402). Essas pessoas são receptivas a ideologias que, por mais absurdas que sejam, ao menos têm consistência, e a movimentos que oferecem a realidade alternativa de um mundo fictício (CANOVAN, 2006, p. 29-30).

Dessa forma, segundo Arendt, o declínio da esfera pública e a experiência básica da solidão/desamparo que atormenta as massas modernas tornaram possível que o totalitarismo se constituísse como forma de governo por meio da disseminação da mentira. Tanto a solidão/desamparo quanto a superfluidade são sintomas da sociedade de massa, embora o seu significado não esteja aqui exaurido (ARENDT, 1994, p. 360). Foi com a criação de mecanismos para levar ao extremo essas características desumanizadoras já presentes no tecido social que o totalitarismo pôde fazer com que os homens não compreendessem o que acontecia no seu mundo e vivessem numa realidade totalmente ficcional. Como nota Duarte, “[o] caráter fictício da realidade instaurada pelas sociedades totalitárias deve-se ao fato de que as condições intersubjetivas de constituição do real foram rompidas” (DUARTE, 2000, p. 58). O hiato entre a realidade e a capacidade dos homens de percebê-la e compreendê-la tanto serviu como terreno fértil para o desenvolvimento dos movimentos totalitários, como foi por estes radicalizado, com a criação de mecanismos para a completa destruição das condições de percepção e compreensão da realidade e a substituição do real pela ficção. Com isso, nas palavras de Roviello, “[n]o solo firme que a realidade do mundo constituía para o pensamento tinha-se aberto um abismo” (ROVIELLO, 1997, p. 126, 1987, p. 151).

3.3. Propaganda e ideologia

Aponta Arendt que, enquanto os movimentos totalitários ainda não têm o domínio total e ainda há outras fontes de informação, as massas são conquistadas através da propaganda. Esta se dirige ao público ainda não totalitário no país em que toma forma o movimento totalitário, bem como aos países não totalitários do exterior, ou seja, àqueles

que ainda não são dominados com segurança, e convence seus destinatários por meio de afirmações de natureza “científica” – afirmações que se apresentam como verdades de caráter coercitivo em virtude de um embasamento supostamente científico.

Embora o “cientificismo” como forma de convencimento tenha sido uma técnica propagandística aprendida com a publicidade comercial americana, a propaganda totalitária difere desta última por utilizar esse cientificismo para fazer profecias (ARENDT, 1989, p. 394). Daí a possibilidade do emprego de “*monstruosas mentiras*” (ARENDT, 1989, p. 391): deixa de ser possível a verificação do argumento no presente, pois, tratando-se de previsões, só o futuro poderia revelar os seus méritos. Nas duas experiências totalitárias analisadas por Arendt – o nazismo e o stalinismo, respectivamente – a propaganda declarava que “[...] *todo evento é cientificamente previsível segundo leis naturais e econômicas*” (ARENDT, 1989, p. 433) e o líder do movimento se apresentava como “[...] *mero agente interpretador de forças previsíveis*” (ARENDT, 1989, p. 398). O líder dizia, no totalitarismo nazista, que as “leis naturais” exterminariam no futuro aqueles que, de alguma forma, não fossem “dignos de viver” e, no totalitarismo stalinista, que as “leis históricas” acarretariam no futuro a ruína de certas classes, o que jamais poderia ser verificado por seus contemporâneos:

Esse método, como outros da propaganda totalitária, só é infalível depois que os movimentos tomam o poder. A essa altura, discutir a verdade ou a mentira da predição de um ditador totalitário é tão insensato como discutir com um assassino em potencial se a sua próxima vítima está morta ou viva – pois, matando a pessoa em questão, o assassino pode prontamente demonstrar que a sua afirmação era correta. O único argumento válido nessas ocasiões seria a imediata salvação da pessoa cuja morte é profetizada. Antes que os líderes das massas tomem o poder para fazer com que a realidade se ajuste às mentiras que proclamam, sua propaganda exhibe extremo desprezo pelos fatos em si, pois, na sua opinião, os fatos dependem exclusivamente do poder do homem que os inventa (ARENDT, 1989, p. 399).

O esteio psicológico das ficções totalitárias é o “[...] *ativo ressentimento contra o status quo, que as massas se recusaram a aceitar como o único mundo possível*” (ARENDT, 1989, p. 442). Como visto, na percepção de Arendt, torna-se difícil para essas massas de indivíduos atomizados, que já não pertencem a qualquer corpo social ou político e não exercem mais nenhuma função na sociedade, tendo perdido o seu lugar no mundo, aceitar os aspectos acidentais e incompreensíveis dessa situação. Como explicita Roviello,

[...] [os indivíduos] perderam a consciência da sua inserção no real e, deste modo, a própria consciência do real. A pluralidade é deste modo pervertida, transforma-se numa atomização; o indivíduo deixa de receber dos outros a revelação de ‘quem’ ele é. A ruptura do contacto com o mundo, a ruptura da comunicação com os outros, provoca a ruptura do contacto consigo próprio (ROVIELLO, 1997, p. 126, 1987, p. 151-152).

Elas são por isso suscetíveis à manipulação pela propaganda ideológica, na qual os fatos são explicados como exemplos de leis universais e o mundo se torna coerente: “*A propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência*” (ARENDT, 1989, p. 401). Com efeito, segundo Arendt, em lugar da fortitude de que a realidade é feita, a propaganda totalitária oferece um universo que é rigidamente coerente, não obstante irreal e contrário ao bom senso, porque nele todos os acontecimentos são explicados como parte de um único processo engolfante que faz desaparecerem todas as contradições factuais. Nesse mundo puramente imaginário são evitados os golpes dados aos homens pelas experiências reais, pois, se realmente fosse verdade que leis eternas regulam todas as coisas humanas, “*(...) o estranhamento [homelessness] seria apenas uma fantasia, uma coisa imaginária, capaz de ser sanada pela decisão de se adequar a alguma lei universal identificável*” (ARENDT, 2008a, p. 376, 1994, p. 357).

Daí a possibilidade de a propaganda totalitária afirmar que “*[...] o impossível é possível, que o incrível é verdadeiro e que uma coerente loucura governa o mundo*” (ARENDT, 1989, p. 442). A vitória prometida para o futuro pela propaganda totalitária, em seu cientificismo profético, seria, ao cabo, infalível. A propaganda atrai justamente porque possibilita a fuga de uma realidade que perdeu o sentido para ficções baseadas em supostas forças inevitáveis da história que conduziriam a resultados infalíveis (CANOVAN, 1992, p. 55). Essa atração é mais forte do que a questão relativa à veracidade das afirmações pelas quais a propaganda era veiculada. Trata-se, para essas pessoas, de fugir “*[...] da desintegração e da desorientação para o fictício abrigo do movimento*” (ARENDT, 1989, p. 431). Ao adentrarem esse mundo fictício logicamente consistente, as massas renunciam à sua capacidade individual de pensar livremente e perdem contato com a realidade.

Mas nem todo o conteúdo da propaganda totalitária é uma criação do movimento. Os líderes totalitários selecionam entre as ideologias já existentes aquelas que lhe serão mais úteis para a criação de um universo de todo fictício. A propaganda nazista, por exemplo, longe de ter inventado o seu tema central, aproveitou a teoria racial, o

antisemitismo e as histórias de uma conspiração mundial judaica criadas no século XIX. De forma engenhosa, converteu o racismo em uma mentira concreta de caráter universal, explorou o antisemitismo para escolher aqueles que seriam compreendidos como inimigos do regime e usou o “Protocolo dos sábios de Sião” – documento falsificado para registrar uma inventada conspiração global judaica – como modelo para organizar as massas alemãs com base na ilusão de um futuro domínio mundial: “*A ilusão de um domínio mundial judeu já existente constituiu a base da ilusão do futuro domínio mundial alemão*” (ARENDT, 1989, p. 409). Assim,

Sua arte consiste em usar e, ao mesmo tempo, transcender o que há de real, de experiência demonstrável na ficção escolhida, generalizando tudo num artifício que passa a estar definitivamente fora de qualquer controle possível por parte do indivíduo. Com tais generalizações, a propaganda totalitária cria um mundo fictício capaz de competir com o mundo real, cuja principal desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado (ARENDT, 1989, p. 411).

Como ideologia, Arendt entende a “lógica de uma ideia”: o seu objetivo é, a partir de uma ideia, dar um sentido único ao curso da história – como se se tratasse de um processo que se movimenta seguindo uma determinada “lei” –, ainda que isso contrarie a realidade e a experiência. Nesse sentido, o racismo, por exemplo, não é uma ideologia enquanto opinião negativa que se tem em relação a determinado grupo de pessoas. Ele passa a sê-lo quando busca explicar o movimento da história por meio da ideia de raça, quando a história passa a ser compreendida em termos de uma suposta luta de raças pelo domínio do mundo, ou quando, na Alemanha nazista, a história era tida como secretamente conduzida pelos judeus (ARENDT, 1994, p. 349) – o que quer que aconteça, aconteceria de acordo com a lógica dessa ideia. Nas palavras de Arendt, “[...] *as ideologias são sistemas explicativos da vida e do mundo que alegam explicar tudo, no passado e no futuro, sem maiores relações com a experiência concreta*” (ARENDT, 2008a, 369, 1994, p. 349-350).

Para explicar todos os acontecimentos históricos e, inclusive, permitir a previsão do futuro, a ideologia precisa tornar o pensamento livre da experiência e da realidade percebida pelos nossos sentidos. Com esse objetivo, ela cria uma argumentação lógica independente da experiência e do senso comum, e a partir dela explica a realidade injetando um “significado secreto” em todos os acontecimentos (ARENDT, 1989, p. 523). Atribuindo um sentido oculto para as ações e eventos singulares, ela libera o pensamento

da alteridade, da resistência e da experiência do real (ROVIELLO, 1987, p. 155); a realidade de fato vivenciada torna-se insignificante diante daquilo que, de acordo com teorias pseudocientíficas, deveria acontecer (CANOVAN, 2006, p. 27-28). Como nota Edson Teles, “[d]essa forma, a história deixa de ser algo que é, para se tornar o desdobramento de um processo que segue o curso dos eventos tal como o delimita a ideologia” (TELES, E., 2002, p. 53).

A relevância para o totalitarismo desse mundo ficcional e da invenção de mentiras para sustentá-lo é tão grande que, sem eles, toda a sua estrutura desmoronaria. É por isso que, uma vez garantido o necessário apoio das massas, através da doutrina ideológica e das mentiras da propaganda totalitária, o movimento se organiza para dar realidade à doutrina e mentiras já disseminadas: *“Quando chegam ao poder, os movimentos passam a alterar a realidade segundo as suas afirmações ideológicas”* (ARENDT, 1989, p. 523). Com efeito, nesse momento, o líder totalitário, convencido de que deve “[...] seguir consistentemente a ficção e as normas do mundo fictício estabelecidas durante a luta pelo poder” (ARENDT, 1989, p. 486), cuida para que as predições da propaganda totalitária, que desprezavam os fatos, se tornem verdadeiras, faz com que suceda aquilo que esta havia predito (ARENDT, 1989, p. 398), criando “[...] um mundo à imagem da sua doutrina” (ARENDT, 1989, p. 402). Então, nas palavras de Duarte, “[...] a propaganda assume o seu verdadeiro potencial ideológico e passa a conformar a realidade às próprias premissas” (DUARTE, 2000, p. 54), o que, em um mundo totalitário, significa organizar toda a textura da vida de acordo com essa realidade. Está aí, segundo Roviello, a peculiaridade da ideologia totalitária: ela não é apenas um discurso mentiroso sobre o real, ela também vai “[...] ao ponto de ultrapassar os limites do discurso para impor realmente ao real a sua própria coerência” (ROVIELLO, 1997, p. 130, 1987, p. 156, d.o.).

É nesse sentido que o nazismo, cuja ideologia pretendia explicar a história por meio da ideia da luta de raças, organizou as pessoas com base em critérios raciais objetivos, transformando de fato a raça no elemento mais relevante para determinar o seu destino: *“Os nazistas, à diferença de outros racistas, não tanto acreditavam na verdade do racismo: o que desejavam era transformar o mundo numa realidade racial”* (ARENDT, 2008a, p. 370, 1994, p. 351). O antissemitismo foi transformado de mera opinião em princípio de autodefinição da natureza de todo indivíduo: tanto os membros do partido e das formações de elite quanto aqueles que seriam condenados pelo regime eram

selecionados com base em critérios raciais (ARENDT, 1989, p. 405), correspondendo a escolha desses últimos à definição ideológica de quem naturalmente pereceria.

Tratava-se de fabricar uma falsa realidade de acordo com uma ideologia mentirosa, uma realidade na qual, sendo toda a factualidade fabricada, deixaria de ser possível ao pensamento distinguir entre verdade e falsidade (ARENDT, 1994, p. 199, p. 350). É, portanto, estabelecendo-se como realidade fictícia que o totalitarismo pode adotar, com segurança, a mentira sistemática como método de governo, sem o risco de ter a sua veracidade questionada. A engenhosidade do sistema totalitário “[...] *reside precisamente em eliminar a realidade que desmascara o mentiroso ou o força a legitimar as suas mentiras*” (ARENDT, 1989, p. 434).

O mecanismo empregado para converter a ideologia em realidade, fazendo com que a história realmente se desenrole conforme a explicação da ideologia selecionada, é o terror – a essência do domínio totalitário. É aliando-se as mentiras da ideologia com a violência organizada do terror que se produz a destruição totalitária do mundo (ROVIELLO, 1987, p. 156).

O terror tem como suposta função “[...] *proporcionar às forças da natureza ou da história um meio de acelerar o seu movimento*” (ARENDT, 1989, p. 518), executando sem mais delongas as sentenças de morte que essas supostamente teriam pronunciado. Como nota Duarte (2000, p. 54), a consequência de se associarem as previsões totalitárias ao terror que transforma em realidade o que foi predito é que o extermínio se torna uma realidade que se conforma à lei universal da ideologia: “[...] *o extermínio vira processo histórico no qual o homem apenas faz ou sofre aquilo que, de acordo com leis imutáveis, sucederia de qualquer modo*” (ARENDT, 1989, p. 399). Daí “[...] *a suprema ‘coerência’ que imanta ideologicamente as sociedades totalitárias, cuja perfeição constitui mais um sinal de que a realidade foi substituída pela ficção*” (DUARTE, 2000, p. 54).

A outra função cumprida pelo terror, segundo Arendt, é impedir que a inconsistência do mundo real prejudique a consistência do universo fictício criado (ARENDT, 1994, p. 350). Com esse intuito, ele atua para destruir por completo as condições dos homens de perceber e compreender a realidade. Se, como visto, Arendt entende como fundamental para a percepção e compreensão da realidade a condição da pluralidade humana e a existência de um espaço de comunicação entre os homens, o terror busca extinguir essa pluralidade e acabar em absoluto com o espaço entre eles.

Além de serem eliminadas as relações intersubjetivas na esfera pública, é destruída a possibilidade de relacionamento no âmbito privado: “*Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, [o terror] constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas*” (ARENDT, 1989, p. 518). A individualidade das pessoas é eliminada até que elas se tornem parte de um único movimento impessoal de dominação total (CANOVAN, 2006, p. 28), até que o múltiplo constitutivo da política seja substituído pelo Um.³¹⁴ Esse Um – que resulta da pressão dos homens uns contra os outros, feita pelo terror –, “[...] *invariavelmente agirá como se ele próprio fosse parte da corrente da história ou da natureza*” (ARENDT, 1989, p. 518).

Ao longo do tempo, segundo Arendt (1989, p. 524, 1994, p. 356; ARENDT; MCCARTHY, 2009, p. 239), a realização da ideologia alcança um ponto tal que seu conteúdo original perde a importância, indicando que o mais relevante não era esse conteúdo, mas “[...] *sua própria logicidade, que avança desconsiderando todos os fatos e toda realidade*” (ARENDT, 2008a, p. 261, 1994, p. 233), ou seja, o movimento em si mesmo. Após ter mostrado às pessoas como se emancipar da experiência real e do choque provocado pela realidade, atraindo-as a um universo fictício onde tudo é *a priori* conhecido, o próximo passo do domínio totalitário é conduzi-las para longe do conteúdo desse universo, a um deserto de operações lógico-dedutivas ainda mais abstrato (ARENDT, 1994, p. 356).³¹⁵ As ideologias ficam esvaziadas de todo conteúdo que vá além do processo automático de dedução segundo o qual um ou outro grupo deve morrer (CANOVAN, 2006, p. 28), num movimento de destruição sem fim.

Nesse momento, “[...] *a destruição da realidade [...] quase nada deixou de seu rastro, muito menos o fanatismo dos adeptos*” (ARENDT, 1989, p. 413). O que demonstra que, de fato, como sublinha Arendt no texto “Sobre a natureza do totalitarismo” (ARENDT, 2008a, p. 373, 1994, p. 354), o totalitarismo não tem por objetivo atender aos critérios de uma determinada ideologia, mas sim construir um universo fictício onde o Homem é onipotente ao mesmo tempo em que os homens são supérfluos, onde tudo é permitido e – o que é ainda pior – tudo é possível. O terror, somado à ideologia, atua para

³¹⁴ Isso, para Arendt, paradoxalmente, não significa que a experiência de solidão seja superada: “[...] o aspecto mais horrível do terror é que ele tem o poder de juntar completamente indivíduos isolados e, com isso, isola ainda mais esses indivíduos” (ARENDT, 2008a, p. 375, 1994, p. 356).

³¹⁵ “É da natureza das políticas ideológicas [...] que o verdadeiro conteúdo da ideologia (a classe trabalhadora ou os povos germânicos), que originalmente havia dado azo à ‘ideia’ (a luta de classes como lei da história, ou a luta de raças como lei da natureza), seja devorado pela lógica com que a ‘ideia’ é posta em prática” (ARENDT, 1989, p. 525).

destruir toda relação com a realidade: “*O preparo triunfa quando as pessoas perdem o contato com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia; pois, juntamente com esses contatos, os homens perdem a capacidade de sentir e de pensar*” (ARENDT, 1989, p. 526).

É por isso que o súdito ideal do governo totalitário não é o sujeito convicto, “[...] *mas aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção (isto é, a realidade da experiência) e a diferença entre o verdadeiro e o falso (isto é, os critérios de pensamento)*” (ARENDT, 1989, p. 526), alguém que perdeu o sentido dessa diferença. Esse é, segundo Arendt, o fim da preparação pelos movimentos totalitários de suas formações de elite, incumbidas de levar o terror a efeito: “*A elite não se compõe de ideólogos; toda a educação dos seus membros objetiva abolir a capacidade de distinguir entre a verdade e a mentira, entre a realidade e a ficção*” (ARENDT, 1989, p. 434-435). Ela já não demanda uma ideologia consistente em cuja verdade possa acreditar, pois é cuidadosamente treinada para não compreender os fatos como fatos e, dessa forma, torna-se incapaz de avaliar a verdade ou falsidade de qualquer afirmação: “*A mais importante qualidade negativa da elite totalitária é que nunca se detém a pensar no mundo como ele realmente é e jamais compara a mentira com a realidade*” (ARENDT, 1989, p. 435). São pessoas habituadas a, em lugar de avaliar a veracidade ou mentira de uma afirmação que venha do governo, convertê-la imediatamente em um comando para transformar a afirmação em realidade: “[...] *as formações de elite compreendem que a afirmação de que os judeus são inferiores significa que todos os judeus devem ser mortos*” (ARENDT, 1989, p. 435). Para elas, nas palavras de Canovan, “[f]atos e realidade haviam se tornado meras coisas que poderiam ser mudadas” (CANOVAN, 1992, p. 57, t.n.³¹⁶).

Essa característica buscada para os membros da formação de elite – o novo tipo de criminoso produzido pelo totalitarismo – diz muito sobre o significado, para Arendt, do desprezo pela verdade no domínio total. Não se trata apenas da pretensão de se destruir determinados fatos e substituí-los por outros que, por vontade do governo, passariam a ter a qualidade de verdade. Trata-se de tornar irrelevante a distinção entre verdade e falsidade:

[...] a convicção subjacente a qualquer transformação totalitária da ideologia em realidade é que ela, quer seja verdadeira ou não, irá se tornar verdade. Devido a essa relação totalitária com a realidade, o próprio conceito de verdade perde seu significado. As mentiras dos movimentos totalitários, inventadas para determinado momento, bem como as

³¹⁶ “[f]acts and reality had become merely things that could be changed”.

falsificações feitas pelos regimes totalitários, são secundárias diante dessa atitude fundamental, que exclui a distinção mesma entre verdade e falsidade.

É para essa finalidade, ou seja, para a coerência de uma falsa ordem do mundo, e não em nome do poder ou qualquer outro pecado humanamente compreensível, que o totalitarismo requer a dominação total e o domínio mundial, e está preparado a perpetrar crimes que não têm nenhum precedente na longa e pecadora história da humanidade (ARENDT, 2008a, p. 374, 1994, p. 354-355).

O movimento totalitário se alimenta desse mundo fictício: ele é acionado e se mantém em atividade ao aliar a força que extrai da lógica do pensamento ideológico ao terror total, que transforma a ficção ideológica em realidade (ARENDT, 1989, p. 526). As ideologias totalitárias, como nota Canovan (2006, p. 28) não sustentam o *status quo*, elas dão base para uma luta sem fim que é inexorável em sua destrutividade. E, como será examinado a seguir, esse movimento é a própria essência do governo totalitário: “[...] *o governo totalitário só existe enquanto se mantém em movimento constante*” (ARENDT, 2008a, p. 363, 1994, p. 344, d.o.).

3.4. A forma da organização totalitária e a instrumentalização do segredo

Segundo Arendt, toda a organização interna do movimento e do governo totalitário é estabelecida com vistas ao objetivo de tornar possível a instauração e a preservação do universo ficcional criado em torno da mentira ideológica, tornando-o “*à prova de choque contra a futilidade do mundo real*” (ARENDT, 2009, p. 137). Para que o totalitarismo sobreviva, o seu mundo fictício deve ser protegido contra o impacto da realidade (ARENDT, 1989, p. 470): “[...] *a estabilidade do regime totalitário depende do isolamento do mundo fictício criado pelo movimento em relação ao mundo exterior*” (ARENDT, 1989, p. 489). Isto se dá, primeiramente, com a divisão de toda a sociedade totalitária em “camadas” correspondentes a diferentes graus de militância, credulidade e cinismo; em segundo lugar, com a manutenção de um constante movimento contra qualquer estabilização possível; e, por fim, com a instrumentalização do segredo.

A primeira estratégia, portanto, é a organização da estrutura totalitária de forma a, de um lado, proteger os seus membros “*contra a realidade do mundo não-totalitário*” (ARENDT, 1989, p. 417), salvaguardando o mundo fictício do movimento ou do governo totalitário contra o impacto da realidade; e, de outro, assegurar uma aparência de normalidade e bom senso para quem está de fora (ARENDT, 1989, p. 470). Foi esse o

sistema inventado para preservar a “*máquina que gera, organiza e dissemina as [suas] monstruosas falsidades*” (ARENDT, 1989, p. 432), impedindo que a enormidade das suas mentiras o leve à ruína (ARENDT, 1989, p. 434).

Mesmo antes da tomada do poder, as formas de organização do movimento totalitário “[v]isam a dar às mentiras propagandísticas do movimento [...] a realidade operante e a construir, mesmo em circunstâncias não-totalitárias, uma sociedade cujos membros ajam e reajam segundo as regras de um mundo fictício” (ARENDT, 1989, p. 413). São criadas as “organizações de vanguarda”, que agrupam os simpatizantes – aqueles que possuem convicção no movimento, mas não suficiente determinação para se sacrificar por ela – diferenciando-os dos membros do partido. O seu papel para o movimento é fundamental: elas, de um lado, separam e protegem os membros do movimento do “*mundo exterior normal*” (ARENDT, 1989, p. 416), resguardando-os contra “*o impacto da verdadeira realidade*” (ARENDT, 1989, p. 416). Pois, antes do estabelecimento do governo totalitário, sem essa conexão, eles “[...] sentiriam com demasiada clareza as diferenças entre as suas crenças e as das pessoas normais, entre a mentirosa ficção do seu mundo e a realidade do mundo normal” (ARENDT, 1989, p. 416). De outro lado, os simpatizantes das organizações de vanguarda “encapam” o movimento, lhe emprestando uma aparência de normalidade que o torna mais aceitável para o mundo exterior. Com isso, permitem que sejam enganados, ao mesmo tempo, os membros do movimento totalitário quanto à verdadeira natureza do mundo exterior, e o mundo exterior quanto ao caráter do movimento (ARENDT, 1989, p. 416).

A mesma relação se repete nos diferentes níveis dentro do movimento: os membros comuns do movimento, que ainda pertencem ao mundo exterior em muitos aspectos de suas relações profissionais e sociais, constituem um muro de proteção para os membros do grupo militante, que se identificam completamente com o movimento. Essa graduação de militância dissimula a dicotomia entre amigo e inimigo com a qual o totalitarismo divide o mundo: “[...] cada escalão reflete para o escalão imediatamente superior a imagem do mundo não totalitário, porque é menos militante e seus membros são menos organizados” (ARENDT, 1989, p. 417). O grupo mais separado do mundo exterior e de sua normalidade é o das formações de elite, usadas para o assassinato organizado. Sua função, perante os membros do grupo militante, é oposta à das organizações de vanguarda: ao invés de inspirarem respeitabilidade e confiança, disseminam a cumplicidade, fazem “[...] com que cada membro do partido sinta que

abandonou para sempre o mundo normal onde o assassinato é colocado fora da lei” (ARENDT, 1989, p. 422). Mas terminam por igualmente servir como proteção do mundo fictício, pois incutem nos membros do partido o receio de abandonar o movimento e uma cumplicidade com os seus atos (ARENDT, 1989, p. 422-423).

Arendt ilustra essa estrutura organizacional com a imagem da cebola: no centro, em uma espécie de vazio, está o líder, que age de dentro, e não de fora ou de cima, cercado *“numa aura de impenetrável mistério”* (ARENDT, 1989, p. 423). Todas as partes do movimento *“[...] relacionam-se de tal modo que cada uma delas forma a fachada em uma direção e o centro na outra, isto é, desempenham o papel de mundo exterior normal para um nível e o papel de extremismo radical para outro”* (ARENDT, 2009, p. 137). Com isso, os membros de cada camada *“[...] jamais precisam estar conscientes do abismo que separa seu próprio mundo daquele que de fato os rodeia”* (ARENDT, 2009, p. 137). Eles *“[...] vivem num mundo ilusoriamente normal: os membros do partido são rodeados pelo mundo normal dos simpatizantes, e as formações de elite pelo mundo normal dos partidários comuns”* (ARENDT, 1989, p. 417).

Essa estrutura organizacional adotada pelos movimentos totalitários, segundo Arendt, tem uma *“[...] incomparável capacidade de estabelecer e proteger o mundo fictício por meio de constantes mentiras”* (ARENDT, 1989, p. 432). Todos os participantes do movimento totalitário apresentam uma mistura variada de credulidade e cinismo diante das mentiras do líder e da ficção central do movimento. Se as massas apresentam maior grau de credulidade diante de fantásticas mentiras, acreditando textualmente nas palavras do líder, também podem reagir cinicamente se percebida a sua falsidade. Para elas, a quem a distinção entre verdade e falsidade é ainda algo relevante, reagir cinicamente significa não abandonar o líder quando descobrem que ele mentiu, dizendo ter sempre sabido que a afirmação era falsa.

Mas, quanto mais alto o posto na hierarquia do movimento totalitário, quanto mais o cinismo prevalece sobre a credulidade, mais ele adquire a forma de uma falta de preocupação com a verdade. Os membros do partido já não acreditam, como os simpatizantes, nas afirmações públicas do líder, mas apenas nas mentiras ideológicas. Por sua vez, as formações de elite nem mesmo acreditam nestas: como já apontado, elas são treinadas para perder a capacidade de compreender os fatos como fatos e de distinguir verdade e mentira – sua função é, em cega lealdade ao líder, converter as declarações deste em realidade (ARENDT, 1989, p. 432-433). Por fim, a camada superior dos movimentos

totalitários, sem acreditar nos chavões ideológicos e nem mesmo na infalibilidade do líder, tem apenas convicção na onipotência da organização – acreditam solidamente que tudo é possível (ARENDT, 1989, p. 437). Segundo Arendt, o maior grau de credulidade dos simpatizantes torna as mentiras aceitáveis para o mundo exterior, enquanto o maior grau de cinismo dos membros e das formações de elite protege o líder do risco de ter de legitimar as próprias declarações (ARENDT, 1989, p. 434).

Esses expedientes organizacionais mantêm-se semelhantes quando o totalitarismo toma o poder e o mundo fictício do movimento se torna realidade em um país (ARENDT, 1989, p. 462, 465). Com algumas distinções: a diferenciação adotada no movimento entre membros do partido e simpatizantes agrupados em organizações de vanguarda é agora estendida de forma a coordenar toda a população na qualidade de simpatizante, procurando-se integrar todos os elementos da sociedade, cada camada como a vanguarda da seguinte (ARENDT, 1989, p. 421, 462). E o líder, que continua a ter um papel ambíguo de máximo de militância e aparência de normalidade, neste momento já “[...] *pode e necessita praticar a arte totalitária de mentir com maior consistência e em maior escala do que o líder do movimento*” (ARENDT, 1989, p. 463). Se, antes de assumir o governo, não podia ainda esconder integralmente os seus objetivos, agora a mentira ganha todo o seu espaço: “*Mentir ao mundo inteiro de modo sistemático e seguro só é possível sob um regime totalitário, no qual a qualidade fictícia da realidade de cada dia quase dispensa a propaganda*” (ARENDT, 1989, p. 463).

O segundo atributo do totalitarismo, que, segundo Arendt, protege a sua ficção do desmoronamento diante da verdade do mundo real, é o movimento: uma instabilidade permanente, direcionada a um objetivo projetado para o futuro. O totalitarismo é sempre um movimento em contínua mutação e crescimento, que busca “[...] *amoldar à sua estrutura o maior número possível de pessoas, acioná-las e mantê-las em ação*” (ARENDT, 1989, p. 376). Somente o movimento, guiado pelo líder em uma direção certa, é capaz de evitar a “*verdade do mundo real*” (ARENDT, 1989, p. 437). Com um congelamento, a estabilização de leis e instituições e um domínio exclusivamente em âmbito nacional, dificilmente se poderia evitar o confronto com a realidade que põe em risco o mundo ficcional do governo totalitário. Para este, “[...] *cada fragmento de informação concreta que se infiltra através da cortina de ferro, construída para deter a sempre perigosa torrente da realidade vinda do lado não-totalitário*” (ARENDT, 1989, p. 442), é uma ameaça. De forma que a sua tônica deve necessariamente ser a aspiração de

expansão eterna até a conquista mundial. Se o totalitarismo não lutar pelo domínio total de toda a população da terra, com “[...] *a eliminação de toda realidade rival não totalitária*” (ARENDT, 1989, p. 442), ele corre o risco de perder tudo aquilo que já conquistou.

Como observa Celso Lafer, o amorfismo da gestão totalitária, no plano do direito e do Estado, contribui para possibilitar essa mobilidade, incompatível com “[...] *a normalidade que advém da estabilização que as leis e as instituições oferecem*” (LAFER, 1988, p. 94-95). O que nos leva para o terceiro instrumento empregado pela organização totalitária para proteger o seu universo ficcional da realidade do mundo exterior, a saber, a instrumentalização da obscuridade e do segredo. O totalitarismo, expõe Arendt (ARENDT, 1989, p. 444-458), mantém uma estrutura de fachada, incluindo uma constituição não observada e uma estrutura de órgãos de governo sem papel relevante, e estabelece ao lado dela um governo oculto, o poder real, exercido por instituições que, a exemplo do partido e da polícia secreta, não são disciplinadas por normas públicas (LAFER, 1988, p. 95). Para além dessa duplicação, ocorre um fenômeno de multiplicação de órgãos de competências mutáveis, com a criação de confusão no relacionamento entre esses órgãos, bem como quanto às suas respectivas atribuições. O efetivo centro do poder é continuamente transferido, ainda que não de maneira declarada, de forma a impedir que até mesmo os membros dos círculos governamentais tenham segurança quanto à sua real competência. A verdadeira sede do poder permanece “*um mistério por definição*” (ARENDT, 1989, p. 450). Sublinha Arendt que

A única regra segura num Estado totalitário é que, quanto mais visível é uma agência governamental, menos poder detém; e, quanto menos se sabe da existência de uma instituição, mais poderosa ela é. [...] O verdadeiro poder começa onde o segredo começa (ARENDT, 1989, p. 453).

O núcleo do poder do Estado totalitário, seu real governante, oculto por detrás dessa estrutura de fachada, do labirinto de cargos multiplicados e transferências de autoridade, é a polícia secreta, cujo chefe tem o cargo público mais poderoso (ARENDT, 1989, p. 455, 470). Ela é a “[...] *executante e guardiã da experiência doméstica de transformar constantemente a ficção em realidade*” (ARENDT, 1989, p. 442), sua função principal é “[...] *pôr em prática, no presente, a ficção totalitária em determinado país*” (ARENDT, 1989, p. 471). É por isso que, embora de início cumpra o papel de “caçar” os oponentes do regime, atua com ainda mais força no momento em que a oposição política já foi eliminada. Nesse momento, exterminados os “reais inimigos” do regime, a polícia

secreta passa à perseguição de seus “inimigos objetivos”, aqueles definidos como tais em decorrência da ideologia do totalitarismo (ARENDT, 1989, p. 472, 474).

Executante direta da vontade do governo totalitário, a polícia secreta se torna “*a própria encarnação da lei*” (ARENDT, 1989, p. 479) e o seu verdadeiro ramo executivo. No entanto, confirmando que no totalitarismo “[o] *verdadeiro poder começa onde o segredo começa*” (ARENDT, 1989, p. 453), ela se estabelece no formato de uma sociedade secreta. Formato esse compatível com o fato de ser a guardiã do maior dos segredos do domínio totalitário – o que sucede nos campos de concentração (ARENDT, 1989, p. 476, 486). Os campos de concentração – “*a verdadeira instituição central do poder organizacional totalitário*” (ARENDT, 1989, p. 489) – são completamente isolados do mundo exterior, até mesmo dos habitantes do país sob o domínio totalitário, ocultos pelos regimes totalitários de seu próprio povo e de todos os outros (ARENDT, 1989, p. 487). Embora a população como um todo conheça os fatos gerais, “[c]omo o conhecimento do homem depende da afirmação e da compreensão de seus semelhantes, essa informação geralmente sabida, individualmente guardada e nunca comunicada perde toda a realidade e assume a natureza de simples pesadelo” (ARENDT, 1989, p. 486). Os campos de concentração são a instituição mais secreta e mais relevante do totalitarismo – é nela que se torna evidente o significado da dominação total e do universo ficcional que esta dominação envolve.

3.5. A invenção de um crime que não possa ser narrado e não deixe testemunhas

Segundo Arendt, os campos de concentração – laboratórios para o teste do domínio total, onde se leva a efeito a convicção totalitária do “tudo é possível” (ARENDT, 1989, p. 442, 488) – são a instituição paradigmática da essência do domínio totalitário (LAFER, 1988, p. 117). É neles que se realiza a experiência de eliminar por completo a pluralidade e a diferenciação humana e, portanto, a condição necessária para que possa ser constituído um senso comum. O resultado é a fabricação de algo que não existe: a redução de todas as pessoas à mesma identidade de reações, a comportamentos voltados a realizar praticamente a doutrina ideológica, “[...] *como se toda humanidade fosse apenas um indivíduo*” (ARENDT, 1989, p. 488).

Enquanto “[...] *modelo social perfeito para o domínio total em geral*” (ARENDT, 1989, p. 489), que condensa e potencializa o modo totalitário de governar, os campos de

concentração revelam verdades elementares sobre este (BENHABIB, 1994, p. 116; DUARTE, 2000, p. 67). Mostram, notadamente, que converter a ideologia totalitária em realidade, em todas as suas implicações, pode apenas ser feito “*contra a realidade*” (ARENDT, 1989, p. 442), pois o que de fato se cria, nas palavras de Benhabib, é “[...] *um mundo onde a distinção entre vida e morte, verdade e falsidade, aparência e realidade, corpo e alma, e até mesmo vítima e assassino é constantemente obscurecida*” (BENHABIB, 1994, p. 116, t.n.³¹⁷).

Entre as implicações do mundo irreal pretendido pelo totalitarismo e reveladas pelos campos de concentração está a produção de “buracos” ou “poços de esquecimento” (ARENDT, 1989, p. 510, 1999, p. 254). Com esta expressão Arendt se refere, em primeiro lugar, ao projeto totalitário de produzir um crime que não possa ser narrado e não deixe testemunhas (BILSKY, 2004, p. 110) e, em segundo lugar, à invenção totalitária de um modo radical de fazer desaparecer pessoas para apagar a memória da sua existência. Embora haja uma estreita relação entre a imposição de amnésia em relação ao crime e a imposição de amnésia em relação à existência das suas vítimas, para o objeto deste trabalho se mostra pertinente examiná-las separadamente. A análise da primeira será feita a seguir e a da segunda, mais adiante, no Capítulo 4 (item 4.1.1), em virtude da sua pertinência para a reflexão a respeito da criação do direito à verdade como reação à prática do desaparecimento forçado.

Os campos de concentração são, para Arendt, além de “fábricas de morte”, “poços de esquecimento”, porque os seus crimes são praticados de forma tal a apagar os próprios vestígios. Quer-se produzir algo terrivelmente inacreditável a ponto de não poder ser nomeado, uma experiência que leva aqueles que a vivenciam a perder a capacidade de falar sobre ela.

O que leva Arendt a pensar sobre esse problema é a dificuldade, relatada por sobreviventes de campos de concentração, de comunicar a outras pessoas o que eles ali passaram. Arendt faz referência a uma espécie de confusão entre realidade e pesadelo que, segundo esses sobreviventes, já era sentida no momento em que os acontecimentos foram vivenciados, sobre a qual falou Bruno Bettelheim, por ela citado: “*Os prisioneiros tinham de convencer a si mesmos que aquilo era real, que estava realmente acontecendo e que não era apenas um pesadelo. Nunca o conseguiram completamente*” (ARENDT, 1989, p. 489, nota 128). Os testemunhos sobre essas experiências seriam igualmente marcados por

³¹⁷ “[...] *a world where the distinction between life and death, truth and falsehood, appearance and reality, body and soul, and even victim and murderer are constantly blurred*”.

uma “*peculiar irrealidade*” e “*incredibilidade*”, capazes de provocar dúvidas no leitor ou ouvinte quanto à sua veracidade (ARENDT, 1989, p. 489). Com efeito, como observa Wieviorka, muitos sobreviventes do genocídio fizeram referência à percepção de que os seus interlocutores não acreditavam naquilo que diziam sobre o que haviam passado (WIEVIORKA, 2002, p. 99-100). Nas palavras de William Helmreich, por ela transcritas, “[...] *as histórias eram horríveis demais para que se acreditasse nelas*” (HELMREICH apud WIEVIORKA, 2002, p. 100, t.n.³¹⁸).³¹⁹

Na percepção de Arendt, essa dificuldade sofrida pelas vítimas do terror absoluto dos campos em comunicá-lo faz parte das estratégias adotadas pelos governos totalitários em seu projeto de domínio total. Em especial, os nazistas, segundo Arendt, sempre souberam que “[...] *para os que se dispõem a cometer crimes, convém organizá-los da maneira mais vasta e mais inverossímil*” (ARENDT, 1989, p. 490) e que “[...] *para ser bem sucedida, a mentira deve ser enorme*” (ARENDT, 1989, p. 490). Eles estariam convencidos de que uma das melhores chances de sucesso na realização do seu empreendimento consistiria na extrema improbabilidade de que os habitantes do mundo exterior acreditassem que ele fosse verdade (ARENDT, 1994, p. 235-236). É o que Arendt ilustra com um relatório secreto nazista a respeito do assassinato de cinco mil judeus em junho de 1943, segundo o qual, se esses fatos se tornassem conhecidos pelo “outro lado”, “[m]uito provavelmente tal propaganda não surtiria nenhum efeito, pelo simples fato de que os ouvintes e leitores não estariam preparados para acreditar nisso” (ARENDT, 2008a, p. 467, 1994, p. 244, nota 9). Na sua percepção, os regimes totalitários somente conseguem ir tão longe na implementação de seu mundo fictício porque o mundo não totalitário “[...] *foge à realidade ante a verdadeira loucura*” (ARENDT, 1989, p. 487). Uma futura punição dos seus agentes seria igualmente dificultada, não apenas porque inexistia uma pena proporcional à imensidão dos crimes – “[...] *sabemos apenas que não podemos punir nem perdoar esse tipo de ofensas*” (ARENDT, 2010a, p. 301) –, mas também por causa da incredulidade provocada pelos fatos.

³¹⁸ “[...] *les histoires étaient trop horribles pour être crues*”.

³¹⁹ Os problemas da dificuldade de falar sobre a experiência nos campos e/ou da dificuldade de escutar e compreender esses relatos vieram a ser assinalados e discutidos por autores que se interessaram pelo tema do testemunho sobre a catástrofe. Felman, entre outros, vislumbra um roubo, sofrido pelas vítimas, da linguagem para articular a memória da sua experiência: “A história da vítima precisa superar não apenas o silêncio dos mortos, mas o indelével poder coercitivo do silenciamento terrificador e brutal dos sobreviventes pelo opressor, e o inerente, mudo silêncio dos que vivem face a um evento impensável, incognoscível, incompreensível” (FELMAN, 2002, p. 124-125, t.n.: “*The victim’s story has to overcome not just the silence of the dead but the indelible coercive power of the oppressor’s terrifying, brutal silencing of the surviving, and the inherent, speechless silence of the living in the face of an unthinkable, unknowable, ungraspable event*”). Na percepção de Wieviorka (2011, p. 107), esses relatos eram sobretudo “inaudíveis”.

A forma como, segundo Arendt, o totalitarismo produz o “*intrinsecamente inacreditável*” (ARENDT, 1989, p. 490) passa pelo isolamento dos campos até mesmo dos habitantes do país sob o domínio totalitário (ARENDT, 1989, p. 489), bem como pela elaboração de um “[...] *sistema elaborado de distanciamento e encobrimento*” (BILSKY, 2004, p. 110, t.n.³²⁰), mas vai além disso. A dificuldade, enfrentada pelos sobreviventes, de comunicar a experiência vivenciada nos campos de concentração tem essencialmente a ver, segundo Arendt, com o embaraço à confrontação e compreensão provocado pelo horror inaudito neles praticado. Por detrás dessa dificuldade de comunicação, está “[...] *a perplexidade perante o fato de que nem a instituição em si e o que acontecia dentro de suas barreiras firmemente protegidas, nem seu papel político fazem algum sentido no quadro dos julgamentos do senso comum*” (ARENDT, 2008a, p. 261, 1994, p. 233). Embora aqueles que vivenciam essa experiência mantenham os dados sensoriais da realidade, o domínio total busca produzir “[...] *coisas que escapem à compreensão humana e à experiência humana*” (ARENDT, 1989, p. 489) e, simultaneamente, eliminar “[...] *aquela estrutura de consequências e responsabilidade sem a qual a realidade não passa de um conjunto de dados incompreensíveis*” (ARENDT, 1989, p. 496). Nesse sentido, o isolamento dos campos, como destaca Roviello, se volta a assegurar o esquecimento total do mundo normal que é “[...] *a condição para que prevaleça essa irrealidade no meio da qual podem ser realizados actos que, por princípio, se furtam à compreensão e à comunicação*” (ROVIELLO, 1997, p. 161, 1987, p. 194, d.o.).

Com efeito, o modo sem precedentes como é empregada a violência pelo domínio totalitário, bem como as finalidades que a inspiram, desafiam a nossa capacidade de compreensão. Se, como mostra Lafer (1988, p. 99), tendemos a buscar identificar o interesse por detrás das condutas dos governos – até mesmo as tiranias perseguem interesses, ainda que não os do povo, mas os dos governantes – a estrutura estatal totalitária é estranhamente antiutilitária. Os campos de concentração, em particular, não apresentam uma função econômica, chegando por vezes a ser, juntamente com toda a estrutura da deportação, altamente dispendiosos. Tampouco aparentam possuir uma função política, porque o terror total neles praticado não se justifica como meio para adquirir ou preservar o poder. Não é o seu fim eliminar a oposição ao governo; ao contrário, ele se torna especialmente relevante para o domínio totalitário quando a oposição já foi destruída, dirigindo-se contra pessoas inteiramente subjugadas.

³²⁰ “[...] *elaborate system of distancing and concealment*”.

Aos olhos de um mundo estritamente utilitário, a aparente ausência de utilidade dos campos de concentração e superfluidez dos métodos para aterrorizar os seus internos magnifica a “*incredibilidade dos horrores*” neles vivenciados. Tudo se passa como se a vida nos campos de concentração fosse separada das finalidades do mundo em que vivemos (ARENDT, 1989, p. 495-496): “*Se supomos que a maioria de nossas ações é de natureza utilitária e que nossas más ações derivam de certo ‘exagero’ do interesse próprio, então somos obrigados a concluir que essa instituição específica do totalitarismo ultrapassa a compreensão humana*” (ARENDT, 2008a, p. 261, 1994, p. 233).

Por outro lado, se estamos habituados a sistemas jurídicos que vinculam a imposição de penas à prática de delitos e se, até mesmo na antiga concepção do inferno, o castigo se relacionava a algum critério de justiça – o do Julgamento Final –, nos campos de concentração o mal imposto não guarda qualquer relação com as condutas das vítimas. O princípio essencial da instituição dos campos é, segundo Arendt, o da escolha arbitrária das vítimas (ARENDT, 1989, p. 501): “*A maioria esmagadora das pessoas que constituíam o grosso da população dos campos era totalmente inocente do ponto de vista do regime, bastante inofensiva sob todos os aspectos, sem nenhuma culpa por convicções políticas ou atos criminosos*” (ARENDT, 2008a, p. 266, 1994, p. 238). E, de qualquer forma, cuida-se para que as diferentes categorias confinadas nos campos percam a capacidade de cometer quaisquer atos, normais ou criminosos, de forma que culpa e inocência deixem de ser produtos do comportamento humano (ARENDT, 1989, p. 498, 1994, p. 198). A diferença entre criminosos e inocentes é obscurecida para dar lugar a categorias vazias de significado (ROVIELLO, 1987, p. 203) e as pessoas são submetidas a penas sem qualquer relação racional com o que tenham feito. Essa “*monstruosa igualdade na inocência*” das vítimas do totalitarismo igualmente se revela sem sentido ao mundo exterior (ARENDT, 2008a, p. 227, 1994, p. 199). Apresenta o sem sentido que, como ensina Ferraz Junior, emana da negação do outro como ser livre, da aniquilação da sua condição de sujeito. Pois a condenação por motivos banais viola um “[...] *princípio de justiça: o de que a própria morte deve ser existencialmente ‘significativa’ e não mesquinha [...]. É, nesses termos, que o mundo destituído de justiça parece como o sem-sentido da própria morte*” (FERRAZ JUNIOR, 2008a, p. 514).

Como nota Villa (2006, p. 2), Arendt sublinha quão pouco uma racionalidade estratégica governa o uso do terror nos campos de concentração. Para o bom senso, todo o aparelho parece inútil. A aparente ausência de propósitos cria uma “*atmosfera de loucura e*

irrealidade” (ARENDT, 1989, p. 495) que dificulta ao mundo a percepção de todas as suas formas: “[...] *um modo de vida em que o castigo nada tem a ver com o crime, em que a exploração é praticada sem lucro, e em que o trabalho é realizado sem proveito, é um lugar onde a insensatez é diariamente renovada*” (ARENDT, 1989, p. 508).

Sobretudo, a imensidão dos crimes neles praticados está “[...] *além da capacidade de compreensão humana*” (ARENT, 2008a, p. 227, 1994, p. 198): uma “[...] *desvairada fabricação em massa de cadáveres*” (ARENDT, 1989, p. 498), precedida pela “[...] *preparação, histórica e politicamente inteligível, de cadáveres vivos*” (ARENDT, 1989, p. 498), por uma “[...] *tortura rigorosamente organizada, calculada não tanto para infligir a morte, mas para pôr a vítima num permanente estado agonizante*” (ARENDT, 2008a, p. 266, 1994, p. 238). Os sistemas jurídicos tradicionais não previram e não oferecem respostas adequadas para essa “[...] *destruição absolutamente fria e sistemática de corpos humanos, calculada para aniquilar a dignidade humana*” (ARENDT, 1989, p. 505).

Mas o que mais desafia o bom senso é o fato de que o terror total transcende o princípio do “tudo é permitido”, o qual, já seguido em diferentes experiências políticas passadas, embora seja sempre condenável, não nos é tão estranho. Ele adentra a esfera do “tudo é possível”: busca transformar a personalidade humana numa simples coisa, reduzir os homens a um feixe de reações idênticas, sem diferenciação nem espontaneidade, e torná-los supérfluos, portanto elimináveis a qualquer momento: “[...] *tornar supérfluos os seres humanos, em sua infinita variedade e singular individualidade*” (ARENDT, 2008a, p. 327, 1994, p. 304). Como disse um sobrevivente de Buchenwald, citado por Arendt, “[o]s homens normais não sabem que tudo é possível” (ROUSSET apud ARENDT, 1989, p. 487).

Daí “[...] *a aparência de desatinada irrealidade, aos olhos do mundo do bom senso, dos campos de concentração*” (LAFER, 1988, p. 107). Se, como aponta Lafer (1988, p. 19-20, 118-125), a tradição ocidental concebe a pessoa humana como “valor-fonte” da vida social e como fundamento de legitimidade da ordem jurídica, o que ensejou o reconhecimento dos direitos humanos, nos campos de concentração do totalitarismo os seres humanos são supérfluos e descartáveis, vida e morte são coisas banais: “[...] *mata-se um homem tão impessoalmente como se mata um mosquito. Uma pessoa pode morrer em decorrência de tortura ou de fome sistemática, ou porque o campo está superpovoado e há necessidade de liquidar o material humano supérfluo*” (ARENDT, 1989, p. 493). Cria-se algo sem paralelo, um universo que dificilmente pode ser captado pela imaginação humana

por se situar entre a vida e a morte, onde quem entra não está, para o mundo dos vivos, nem vivo nem morto: “[...] *não temos onde buscar apoio para compreender um fenômeno que, não obstante, nos confronta com sua realidade avassaladora e rompe com todos os parâmetros que conhecemos*” (ARENDT, 1989, p. 510). Cria-se, em outras palavras, um mundo sem sentido:

O inédito não é o assassinato em si, nem o número de vítimas, nem mesmo ‘a quantidade de pessoas que se uniram para cometê-los’. O inédito é muito mais o absurdo ideológico que os gerou, a mecanização da execução, a criação cuidadosa e calculada de um mundo de moribundos onde nada mais fazia sentido (ARENDT, 2008a, p. 271, 1994, p. 243).

Sendo esse universo de horror circunscrito pelo isolamento dos campos de concentração e pelo segredo que os entorna – os internos ficam mais separados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido – é extremamente difícil transmitir o que neles foi vivenciado. O seu sem sentido, como aponta Roviello, *mata* a experiência, ao impedir que ela seja compreendida e comunicada: “*O horror sofrido e imposto transforma-se então nalguma coisa que acontece, não estando ninguém realmente presente, nem como actor nem como vítima, para receber a revelação desse horror*” (ROVIELLO, 1997, p. 161, 1987, p. 194). O “*horror compele ao esquecimento*” (ARENDT, 1989, p. 493) porque é impossível compreendê-lo ou narrá-lo inteiramente (ARENDT, 1989, p. 494). Os relatos que sobre ele são feitos enfrentam o problema de como dar sentido ao sem sentido, como integrar o inaceitável (ROVIELLO, 1987, p. 215).

O sobrevivente retorna desse universo ao “mundo dos vivos”, para o qual, desde que fora absorvido pelo buraco de esquecimento do campo de concentração, “[...] *é como se ele jamais houvesse nascido*” (ARENDT, 1989, p. 494). E, no “mundo dos vivos”, pode ser difícil até para ele próprio acreditar completamente em suas experiências passadas, pois há um “[...] *abismo que separa o mundo dos vivos do mundo dos mortos-vivos que não conseguem oferecer senão uma série de ocorrências lembradas, que parecem tão incríveis para os que as relatam como para os que as ouvem*” (ARENDT, 1989, p. 491-492). Os relatos sobre o que foi vivenciado nos campos de concentração padecem da mesma *irrealidade* da qual o horror fora concretamente dotado (ROVIELLO, 1987, p. 195).

A história humana, segundo Arendt, não conheceu estória mais difícil de contar (ARENDT, 1994, p. 199).³²¹ Transmitir uma experiência como essa é “[...] *expressir o que está além da linguagem humana*” (ARENDT, 1989, p. 497). Daí ser usual o recurso à imagem do inferno: “[v]istos de fora, os campos e o que neles acontece só podem ser descritos com imagens extraterrenas” (ARENDT, 1989, p. 496). Em atenção ao seu objetivo de compelir ao esquecimento dos seus atos e de suas vítimas, o totalitarismo “[...] *destrói a própria base em que se produz a história – a saber, nossa capacidade de compreender um acontecimento, por mais distantes que estejamos*” (ARENDT, 2008a, p. 227, 1994, p. 199). A verdadeira cortina de ferro que estabelece para esconder os campos de concentração aos olhos do mundo (ARENDT, 1989, p. 495), portanto, vai além do arame farpado que os cerca e do sigilo que os entorna. Mesmo destruídos estes, o conhecimento e a memória do que ali se passou ainda não são inteiramente possíveis. O totalitarismo descobriu como produzir crimes inenarráveis, cuja “[...] *monstruosidade torna-se a sua melhor proteção*” (GARAPON, 2004a, p. 127).

³²¹ Embora o uso do termo “estória” não seja corrente em português, este trabalho o emprega em atenção à distinção, feita por Hannah Arendt, entre as noções de “estória” (“*story*”) e “história” (“*history*”), que ele procura seguir. A mesma distinção foi registrada por algumas traduções brasileiras de obras arendtianas (v. ARENDT, 1993, p. 182, nota 6; CORREIA, 2010, p. viii). Arendt utiliza a palavra “estória” ao se referir às narrativas - ou à atividade de narrar estórias (“*storytelling*”) - sobre os acontecimentos, atos e feitos humanos (v. Capítulo 4, item 4.3.2): as ações dos homens produzem estórias, as quais podem ser contadas por meio de narrativas que lhes conferem permanência e sentido. Em *A condição humana*, a autora apresenta o fato de toda vida individual poder ser narrada como uma estória com começo e fim como a condição pré-política e pré-histórica da história, que é “*a grande estória sem começo nem fim*” e o “*livro de estórias [storybook] da humanidade, com muitos atores e oradores e ainda assim sem quaisquer autores tangíveis*” (ARENDT, 2010a, p. 230-231). A fidelidade a essa distinção nesta tese, porém, fica por vezes prejudicada em se tratando de referências a obras arendtianas que apenas puderam ser consultadas em edições brasileiras que não a seguem.

CAPÍTULO 4. AS DIFERENTES DIMENSÕES DA IDEIA DE DIREITO À VERDADE

A leitura feita no Capítulo 3 da forma como Hannah Arendt, em suas análises sobre o totalitarismo, sublinha as consequências desastrosas que nele advêm da associação da mentira política com a violência organizada, não oferece uma resposta pronta a respeito do significado do direito à verdade. A ideia de um direito à verdade, vale repetir, começou a ser expressamente tematizada apenas algumas décadas depois, em face de práticas de outros regimes políticos. O ponto de partida adotado neste estudo é a percepção de que, com os fatos que levaram à discussão do tema do direito à verdade no plano internacional, posteriores ao momento em que se desenvolveu o pensamento político de Arendt, algumas das ideias dessa autora adquiriram uma nova relevância. Realmente, como constata Canovan (1992, p. 1), a abertura e os insights do pensamento arendtiano parecem levá-lo a ganhar interesse com a passagem do tempo, diante de novos acontecimentos.

Aqui, vale reiterar, a abordagem arendtiana sobre a mentira totalitária é tomada como advertência a respeito das potencialidades do que, para ela, seria o mal radical do político.³²² Pois, ao tratar da experiência totalitária, Arendt mostra pelo absurdo e de maneira radical que existem limites à ação humana que não devem ser ignorados (ROVIELLO, 1987, p. 217). No que mais interessa a este trabalho, ao apresentar, por meio do exemplo extremo do totalitarismo, o potencial poder de destruição da mentira aliada à violência política, Arendt adverte sobre os perigos de um empreendimento que não observa os limites instituídos pelo real e usa a violência para destruí-lo: no extremo, chega-se à criação de um universo onde tudo é possível e nada é verdade (ENEGRÉN, 1984, p. 209) e onde não há lugar para a memória.

A preocupação com esses perigos dá ensejo ao tema da verdade (fatural) como limite e como condição do político (ROVIELLO, 1987, p. 162) e ao problema de como evitar-se que a memória de pessoas e fatos seja deliberadamente jogada em “buracos de esquecimento”. É com essas ideias arendtianas – tornadas luminosas em um novo sentido com a emergência de um direito à verdade – que a tese irá dialogar. Por meio desse diálogo, a tese procurará oferecer subsídios que possam contribuir para a superação de

³²² Segundo Enegrén, Arendt “[...] vê na mentira – corrupção mais ontológica que moral – o mal radical do político que, destruindo em um mesmo golpe a linguagem e o real, faz desabar o solo que nos sustenta” (ENEGRÉN, 1984, p. 168, t.n.: “[...] voit dans le mensonge – corruption plus ontologique que morale – le mal radical du politique qui, en ruinant du même coup le langage et le réel, fait s’effondrer le sol qui nous soutient”).

dificuldades enfrentadas na conceituação do direito à verdade, com as quais se relacionam as diversas questões dogmáticas identificadas nos Capítulos 1 e 2. A questão central que, de um ponto de vista teórico, se coloca nesse contexto, é: se as controvérsias filosóficas sobre o conceito de verdade e sobre a existência de uma verdade independente de interpretação atravessam os séculos sem encontrarem solução, por que fazer dela objeto de um direito? Qual é o significado que a verdade adquire ao se tornar, aqui, um termo jurídico? – Com a extensão de temas estudados por Hannah Arendt a uma problemática que essa autora não enfrentou, buscar-se-á compreender o significado que o termo “verdade” assume no direito à verdade, quando se defende a necessidade e a legitimidade de seu reconhecimento jurídico.

Como mostrado no Capítulo 2, o direito à verdade emergiu primeiramente, depois do seu germe no direito internacional humanitário, como uma entre as reações ao desaparecimento forçado de opositores políticos pelas ditaduras da América Latina das últimas décadas do século XX, prática na qual apareceu com toda evidência o problema da verdade fatural que se oculta e se dissimula. Mas o uso da expressão “direito à verdade” e o sentido que ela toma para o exercício da ação política e jurídica se modificaram ao longo do tempo: a expressão passou a ser utilizada para reivindicações de outra ordem, nas quais o acento por vezes se desloca da verdade-fato para a questão da veracidade e para a busca de justiça.

Essas transformações semânticas verificadas na ainda curta história do direito à verdade aparentemente se revelam hoje em deslocamentos, que podem acontecer a cada leitura, no acento tônico dado ao sentido da “verdade” que é objeto do direito, o que, por ocorrer sem clareza, parece propiciar as múltiplas e variadas abordagens observadas na dogmática jurídica e as dúvidas que elas suscitam. Este Capítulo buscará, por meio de uma análise teórica e crítica baseada na apropriação e no desenvolvimento livre de tópicos de reflexão de Hannah Arendt, e considerando a interpretação feita no Capítulo 3 das reflexões arendtianas sobre a mentira política no totalitarismo, explicitar e examinar as diferentes dimensões que o direito à verdade veio a adquirir: a exigência da recuperação da verdade-fato (item 4.1); as demandas de veracidade (item 4.2); e seu objetivo de justiça (item 4.3). Com isso, ele buscará contribuir para um esclarecimento sobre o objeto do direito à verdade, sem deixar de atentar para complexidades que ele envolve.

4.1. Direito à verdade diante da realidade ocultada: o desaparecimento forçado e a exigência da recuperação da verdade-fato

A análise da primeira dimensão do direito à verdade requer que se perquirira por que, de um ponto de vista teórico, foi criado um novo direito como reação ao fenômeno do desaparecimento forçado. Ademais, não tendo o direito à verdade ficado restrito aos casos de desaparecimento forçado, ela demanda também que se busque compreender, em termos mais gerais, as razões pelas quais se percebe como necessária, diante de violações de direitos humanos, a preservação e a garantia do acesso à verdade-fato. Para tanto, serão primeiramente examinadas as preocupações geradas com a prática do desaparecimento forçado, que ensejaram a criação desse direito (item 4.1.1). Em seguida, será discutido o problema específico do qual o desaparecimento forçado é paradigmático, mas que também aparece em outras situações às quais o direito à verdade veio a ser estendido, isto é, aquele relativo à verdade fatural ocultada e dissimulada (item 4.1.2). Por fim, se pensará por que esse problema pôde passar a ser tomado como político, de interesse coletivo, provocando um alargamento no significado do direito à verdade (item 4.1.3).

4.1.1. Um direito à verdade contra o apagamento da existência de pessoas e a eliminação da sua memória

Por que o desaparecimento forçado, uma forma de repressão política amplamente praticada por governos autoritários no século XX, levou a se perceber como necessária a criação de um direito de titularidade não das suas vítimas diretas, mas dos seus próximos? O que nessas práticas provocou a criação desse direito?

A prática do desaparecimento forçado, diante da qual foi primeiro formulada de forma expressa a ideia de um direito à verdade, parece recuperar algo do que Arendt sublinhou como mais perverso no desprezo totalitário pelos fatos. No Capítulo 3 (item 3.5) já se tratou dos “buracos de esquecimento” que, segundo a autora, os crimes do totalitarismo procurariam constituir, por meio do apagamento dos próprios traços e da destruição da possibilidade de testemunho. Neste ponto, se mostra pertinente outra dimensão desses “buracos de esquecimento” criados pelo totalitarismo, consistente em organizar o completo desaparecimento das suas vítimas. Pois um dos aspectos mais radicais da pretensão do totalitarismo de falsificar a história e de transformar pela violência

ficção em realidade é a sua convicção na possibilidade de, para além de matar fisicamente aqueles que considera seus inimigos, eliminar completamente essas pessoas da história. Isto é, a ideia de que é possível apagar a existência de pessoas fazendo-as desaparecer, extinguindo junto com a sua vida a memória dessa vida. Não se pode menosprezar a extrema gravidade desse projeto: *“Muitas vezes não se percebe à primeira vista o radicalismo de medidas destinadas a tratar pessoas como se nunca houvessem existido e a fazê-las desaparecer no sentido literal do termo”* (ARENDT, 1989, p. 493).

Fazer pessoas desaparecerem no sentido literal do termo, ensina Arendt, é ir além da prática de homicídio, pois no homicídio se mata um homem que *“habita o nosso mundo de vida e morte”* (ARENDT, 1989, p. 493), mundo esse que ele, inclusive, partilha com o seu assassino. O assassino elimina uma vida, mas deixa um corpo, e no máximo busca apagar os vestígios que apontam ser ele o autor do crime. O governo totalitário inventou algo muito pior: associar o assassinato com a imposição da ideia de que a sua vítima nunca existiu, buscar apagar até mesmo a memória da vida da vítima e a dor daqueles que a amaram. No totalitarismo, destaca Enegrén, lastreado no pensamento de Arendt, *“[a]o extermínio das pessoas se soma a organização da amnésia que tende a suprimir não apenas o ‘o que’ – o corpo –, mas também ‘o fato de que’ as vítimas tenham existido”* (ENEGRÉN, 1984, p. 201, t.n.³²³). Os campos de concentração totalitários são máquinas não somente de fabricação de cadáveres, mas também, conforme expressão de Lafer, máquinas de *“fazer desaparecer a memória das vítimas”* (LAFER, 1988, p. 105), ou, usando palavras de Enegrén, máquinas de extermínio *“físico e metafísico (privação da memória)”* (ENEGRÉN, 1984, p. 208, t.n.³²⁴).

Conforme a análise arendtiana, o mecanismo utilizado pelo totalitarismo para fazer desaparecer pessoas e a sua memória é um procedimento de desumanização³²⁵ e afirmação sempre crescente da superfluidade de suas vítimas. Ao serem separadas dos seus próximos e de tudo o que constituía a sua vida anterior e adentrarem os campos de concentração, do ponto de vista da “sociedade normal”, as vítimas do totalitarismo se tornam supérfluas e, portanto, descartáveis (ARENDT, 1989, p. 495, DUARTE, 2000, p. 69; HILL, 1979, p. 281), de forma que *“[o] extermínio se aplica a seres humanos que, para todas as finalidades práticas, já estão ‘mortos’”* (ARENDT, 2008a, p. 264, 1994, p.

³²³ “[à] l’extermination des personnes s’ajoute l’organisation de l’amnésie qui tend à supprimer non seulement le ‘ce que’ - les corps -, mais aussi ‘le fait que’ les victimes aient existé”.

³²⁴ “physique et métaphysique (privation du souvenir)”.

³²⁵ Sobre o significado, para Arendt, da humanidade dos indivíduos que o totalitarismo pretende destruir, v. Canovan (1992, p. 24-25) e Roviello (1987, p. 212-214).

236). Um processo que continua a se operar sobre os detentos dos campos de concentração, que são tratados como se já não existissem e como se o seu destino já não interessasse a ninguém: “[...] *ninguém deve saber se ele [o interno do campo de concentração] está vivo ou morto, é como se ele jamais houvesse nascido*” (ARENDT, 1989, p. 494).³²⁶ Tudo se passa “[...] *como se [essas pessoas] já estivessem mortas e algum espírito mau, tomado de alguma loucura, brincasse de suspendê-las por certo tempo entre a vida e a morte, antes de admiti-las na paz eterna*” (ARENDT, 1989, p. 496).

Arendt (1989, p. 498-508) divide em três passos o procedimento adotado para o domínio total dos indivíduos, que simultaneamente leva à consumação do “esquecimento totalitário” (ROVIELLO, 1997, p. 166, 1987, p. 200). O seu primeiro passo é matar a pessoa jurídica do homem, isto é, fazer com que ele se torne juridicamente supérfluo. Arendt faz referência à criação, por processos de desnacionalização, de pessoas fora-da-lei, ou seja, excluídas da proteção legal e, portanto, sujeitas à arbitrariedade sem limites dos governantes.³²⁷ Sem existência jurídica reconhecida, deixa de lhes ser possível fazer valer quaisquer direitos, elas ficam sem refúgio e sem recursos. Privadas da legalidade, na “[...] *abstrata nudez de ser[es] unicamente humano[s]*” (ARENDT, 1989, p. 333), elas se tornam “matáveis” (AGAMBEN, 1998), porque não têm proteção contra o assassinato. Nas palavras de Roviello, “[d]o ponto de vista jurídico o homicídio pura e simplesmente não aconteceu” (ROVIELLO, 1997, p. 166, 1987, p. 200).

Seguindo a perda da nacionalidade, a morte do sujeito de direito se completa com a deportação/internação nos campos de concentração, os quais se situam fora do sistema penal normal e, portanto, da exigência de que a aplicação de qualquer penalidade guarde relação com a prática de um crime. Os criminosos que também são internados em campos de concentração, segundo Arendt, são a sua elite porque apenas eles, podendo relacionar a

³²⁶ Essa é, para Arendt, uma característica comum aos três tipos de campos de concentração que conhecemos: as formas populares até mesmo em países não totalitários de afastar da sociedade os sujeitos tidos como indesejáveis e importunos (e.g. refugiados e apátridas); os campos de trabalho forçado; e os “campos de aniquilação” (ARENDT, 1989, p. 493), aperfeiçoados pelos nazistas, onde tudo era organizado para causar o maior tormento possível.

³²⁷ Como mostra Arendt (1989, p. 324-336) na seção do livro *Origens do Totalitarismo* dedicada ao imperialismo, o surgimento, no fim da Primeira Guerra Mundial, de um grande número de pessoas que, sem governo próprio – minorias e apátridas –, não têm os seus direitos protegidos por qualquer governo ou instituição, evidenciou que os direitos do homem, tal como proclamados pelas revoluções francesa e americana, não foram capazes de atender ao objetivo de proteger os indivíduos independentemente e inclusive em face dos Estados em que nasceram: “Os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostravam-se inexequíveis – mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles – sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano” (ARENDT, 1989, p. 327). Como observa Benhabib, com isso ficou evidente que “[...] a mera humanidade enquanto tal não é garantia do status jurídico de uma pessoa como sujeito de direitos” (BENHABIB, 1994, p. 116, t.n.: “[...] *mere humanity as such is no guarantee of one's juridical status as subject of rights*”).

sua internação com um propósito de castigo, mantém um mínimo de sua personalidade jurídica. Contudo, a maior parte dos detentos é constituída por “[...] *pessoas que absolutamente nada fizeram que tivesse alguma ligação racional com o fato de terem sido presas, nem em sua consciência nem na consciência de seus atormentadores*” (ARENDT, 1989, p. 500). As pessoas totalmente inocentes, destituídas até mesmo da distinção que decorreria de terem feito algo, são aquelas mais suscetíveis à arbitrariedade. São as pessoas que não cometeram qualquer falta as que “[...] *prestam-se melhor a experiências radicais de privação de direitos e destruição da personalidade jurídica*” (ARENDT, 1989, p. 500).

Por outro lado, a destituição da personalidade jurídica significa que, mesmo que essas pessoas tivessem feito ou viessem a fazer algo condenável do ponto de vista do regime, isso não determinaria o tratamento que receberiam, ao menos não de forma previsível, como um castigo para um crime previamente definido: “*Em todas as circunstâncias, o domínio totalitário cuidava para que as categorias confinadas nos campos [...] perdessem a capacidade de cometer quaisquer atos normais ou criminosos*” (ARENDT, 1989, p. 498). Essas pessoas não têm a faculdade de responder juridicamente pelos seus atos, de ser levadas a um julgamento no qual se definam as condutas que lhes são atribuídas e a pena correspondente. A elas se recusa o reconhecimento jurídico da responsabilidade pelo que dizem e pelo que fazem (ROVIELLO, 1987, p. 206-207). Além disso, já lhes é destinada, de qualquer forma, uma pena desproporcional a qualquer crime que possam ter cometido (ARENDT, 1994, p. 198): “[...] *que crimes essas pessoas podem ter cometido para sofrer tão desumanamente? Daí [...] a absoluta inocência das vítimas: nenhum homem jamais mereceu tal coisa*” (ARENDT, 1989, p. 498). Arendt entende que “[a] *destruição dos direitos de um homem, a morte de sua pessoa jurídica, é a condição primordial para que seja inteiramente dominado*” (ARENDT, 1989, p. 502).

O segundo passo desse processo, através do qual se joga as vítimas do totalitarismo em “poços de esquecimento”, é matar a sua pessoa moral. Cria-se nos campos de concentração totalitários uma situação em que as decisões de consciência se convertem em algo equívoco e questionável e a conduta moral é tornada desimportante. Um dos instrumentos utilizados para esse fim é a eliminação da significação social que os gestos possuem. O que é relevante para determinar o destino de cada homem não é o que ele faça, mas o fato de sua condição biológica ou do seu pertencimento a determinada “espécie” (BENHABIB, 1994, p. 117) – “*um acaso congênito*” (ARENDT, 2008a, p. 227, 1994, p. 198) – torná-lo, na perspectiva totalitária, mais ou menos “indesejável” (ARENDT, 1989,

p. 483). Todos morrem na fábrica da morte, não como indivíduos, homens e mulheres, crianças e adultos, bons e maus, mas “[...] *mergulhados no mais fundo e negro abismo da igualdade primal*” (ARENDT, 2008a, p. 227, 1994, p. 198), em uma igualdade sem fraternidade ou humanidade. O indivíduo, como observa Roviello (1987, p. 204), não pode nem mesmo escolher dar um sentido para a sua morte, realizando um ato de heroísmo, porque esta de qualquer forma se perderia em meio a inúmeras mortes arbitrárias de indivíduos que nada fizeram. Seu protesto nunca seria capaz de adquirir algum valor histórico.

Faz ainda parte da morte da pessoa moral no homem o anonimato decorrente da separação dos campos de concentração do resto do mundo e do silêncio que os encobre (LAFER, 1988, p. 111). Sublinha Arendt, a respeito do totalitarismo nazista, que desde a detenção em um campo de concentração, ninguém do mundo exterior poderia receber alguma informação sobre o prisioneiro, todos deveriam ser mantidos em incerteza a respeito do que lhe ocorreu: “[...] *era como se ele tivesse desaparecido da face da Terra; nem sequer era declarado morto*” (ARENDT, 2008a, p. 268, 1994, p. 240). Até mesmo lembrar dessa pessoa era proibido:

Os campos de concentração e a matança de adversários políticos são apenas facetas do esquecimento sistemático em que se mergulham não apenas os veículos da opinião pública, como a palavra escrita e falada, mas até as famílias e os amigos das vítimas. A dor e a recordação são proibidas. [...] Mesmo em seus períodos mais negros, o mundo ocidental deu sempre ao inimigo morto o direito de ser lembrado, num reconhecimento evidente de que todos somos homens (e *apenas* homens). Até mesmo Aquiles providenciou os funerais de Heitor; os governos mais despóticos honraram o inimigo morto; os romanos permitiram que os cristãos escrevessem martirólogos; a Igreja manteve seus hereges vivos na memória dos homens; e por isso, somente por isso, tudo não foi em vão e jamais poderia ter sido em vão. Os campos de concentração, tornando anônima a própria morte e tornando impossível saber se um prisioneiro está vivo ou morto, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada. Em certo sentido, roubaram a própria morte do indivíduo, provando que, doravante, nada – nem a morte – lhe pertencia e que ele não pertencia a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido (ARENDT, 1989, p. 503).

Para fazer com que pessoas desapareçam “*da face da Terra*”, o totalitarismo descobriu que não basta matá-las, nem mesmo é suficiente sumir com os seus corpos, pois delas ainda restarão vestígios na memória dos que as conheceram e amaram, impedindo que se consuma o seu “*completo desaparecimento*” (ARENDT, 1989, p. 485). Por isso,

“[...] uma das tarefas mais difíceis da polícia secreta [totalitária] é fazer com que até esses vestígios desapareçam juntamente com o condenado” (ARENDT, 1989, p. 484). Enquanto o sonho tradicional da polícia é saber quem é quem e quem pensa o quê, para o que se inventou o detector de mentiras, a polícia totalitária sonha possuir um enorme mapa a partir do qual possa conhecer todas as relações mantidas por cada indivíduo e seu grau de intimidade. Isso permitiria que afinal se impusesse a *“[...] obliteração de pessoas sem que ficassem quaisquer vestígios, como se elas jamais houvessem existido”* (ARENDT, 1989, p. 484).

Esse sonho de eliminar até mesmo a memória de suas vítimas guia o modo de agir totalitário e o faz reagir, sempre que confrontado com familiares, impedindo que lhes seja fornecida qualquer informação sobre o ocorrido com os seus próximos (ARENDT, 1989, p. 485). Qualquer esforço para saber o que aconteceu com as vítimas do totalitarismo é irremediavelmente inútil (ARENDT, 1994, p. 303), pois se quer que elas sejam de todo esquecidas. Elas se tornam mortos sem nome e sem sepultura (GARAPON, 2004a, p. 115). A sua identidade é desconhecida até mesmo pelos seus perseguidores, *“[...] até que a decisão arbitrária do governo as elimina do mundo dos vivos e apaga a sua memória do mundo dos mortos”* (ARENDT, 1989, p. 485).

A última etapa de destruição do que é humano no homem consiste na eliminação de sua individualidade, de sua identidade única. Nela quer-se acabar com qualquer característica que distinga os seres humanos uns dos outros, transformando-os em nada mais do que *“espécimes do animal humano”* (ARENDT, 1989, p. 506), sem qualquer traço de espontaneidade. Assim se completaria a demonstração da sua superfluidade: *“Os homens, na medida em que não são mais do que simples reações animais e realização de funções, são inteiramente supérfluos para os regimes totalitários”* (ARENDT, 1989, p. 508). Como aponta Roviello (1987, p. 202), com isso se conclui a destruição daquilo que Arendt chama de *quem*: a fonte interior de cada um que se manifesta por seus atos e palavras, mas talvez antes de tudo por sua fisionomia, pela expressividade da sua face.

Foi nesses termos que, segundo Arendt, o totalitarismo, em atenção ao seu desejo de se estabelecer como um mundo de amnésia (ENEGRÉN, 1984, p. 209), inventou a prática de fazer desaparecer pessoas:

Nos países totalitários, todos os locais de detenção administrados pela polícia constituem verdadeiros poços de esquecimento onde as pessoas caem por acidente, sem deixar atrás de si os vestígios tão naturais de uma existência como um cadáver ou uma sepultura. Comparado a essa novíssima invenção de se fazer desaparecer até mesmo o rosto das

peessoas, o antiquado método do homicídio, seja político ou criminoso, é realmente ineficaz (ARENDT, 1989, p. 485).

É certo que, no totalitarismo nazista, diferentemente do que (ao menos em regra) se passa no desaparecimento forçado, mais do que pessoas, tratava-se de buscar fazer desaparecer da Terra e da história todo um povo. Pretendia-se destruir algo potencialmente imortal – a constituição política de um povo (OWENS apud BENHABIB, 2009, p. 342) –, provocar o fim de um mundo (ARENDT, 1999, p. 171), fato que deu ensejo à definição do genocídio como crime contra a humanidade (LAFER, 1988, p. 183).³²⁸ Como aponta Wieviorka, convergindo neste ponto com a análise de Arendt, “[o] projeto nazista, tal como é enunciado em outubro de 1943 por Himmler, [...] pode ser formulado simplesmente: apagar um povo da memória do mundo e da história do mundo” (WIEVIORKA, 2002, p. 21, t.n.³²⁹). Buscava-se destruir, junto com a sua vida e a sua dignidade, a sua memória (MINOW, 1998, p. 01), acabar com os traços de sua passagem pela Terra.

Entretanto, ainda assim a prática do desaparecimento forçado parece retomar algo dessa invenção do totalitarismo: a articulação, indicada por Safatle, “[...] entre esse desejo de eliminação e o desejo sistemático de apagamento do acontecimento” (SAFATLE, 2010, p. 237), entre a destruição física da vida e a destruição simbólica da possibilidade de memória. Com efeito, quando, a partir da década de 1970, diante da política repressiva das ditaduras da América Latina, o desaparecimento forçado começou a ser definido como uma prática específica, e nesse contexto passou a ser cogitado um direito à verdade de titularidade dos familiares das pessoas desaparecidas, foi invocada a lembrança dessa aspiração totalitária. Percebeu-se que “[...] algo de fundamental do projeto nazista e de todo e qualquer totalitarismo alcançou a sua realização plena na América do Sul” (SAFATLE, 2010, p. 239).

Como exposto no Capítulo 2 (item 2.2.1), identifica-se o germe do desaparecimento forçado na determinação contida no decreto nazista “Noite e Neblina”, de 1941, de fazer desaparecer os inimigos do regime sem deixar traços, para com isso disseminar o terror na população (TEITEL, 2000, p. 77). Com efeito, a eficácia da

³²⁸ Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt observa que antes disso “[...] indivíduos judeus, famílias judaicas inteiras podiam morrer em pogroms, comunidades inteiras podiam ser eliminadas, mas o povo viveria. Eles nunca haviam se confrontado com o genocídio” (ARENDT, 1999, p. 171).

³²⁹ “[l]e projet nazi, tel qu’il est énoncé en octobre 1943 par Himmler, [...] peut s’énoncer simplement : gommer un peuple de la mémoire du monde et de l’histoire du monde”.

intimidação é descrita por Peter Bamm, médico alemão do exército que serviu no front russo, citado por Arendt: “[o] Estado totalitário deixa os seus oponentes desaparecerem em silencioso anonimato. É certo que qualquer um que tivesse ousado morrer para não tolerar silenciosamente o crime teria sacrificado sua vida em vão” (ARENDT, 1999, p. 253-254).³³⁰ Vale lembrar que esse decreto foi, como ensina Bédarida (1994, p. 77-78), uma resposta da Alemanha nazista à resistência em países ocupados. Mas as análises de Arendt sobre o modo totalitário de lidar, depois de já eliminada a oposição política, com os seus “inimigos objetivos”,³³¹ parece, em alguns dos seus aspectos, capaz de lançar luzes também sobre o que veio a alimentar a criação de um direito à verdade frente à prática do desaparecimento forçado. Pois essa criação se nutre da percepção de que nessa prática está em questão um atentado não somente contra a liberdade e a vida da pessoa desaparecida, mas também contra a sua memória, uma *imposição de amnésia*.

Amnésia, em primeiro lugar, em relação ao crime, porque, como observa Ruti Teitel, “[c]ada passo do procedimento militar – sequestro, detenção e tortura, culminando no assassinato – é negado pelos desaparecimentos” (2000, p. 77, t.n.³³²). O desaparecimento de opositores políticos é visto como uma técnica adotada para calar o passado (TELES, E., 2007, p. 12), como algo que deixa uma lacuna no conhecimento desse passado. Não deixando um corpo, talvez o crime não tivesse ocorrido: “Era da natureza do desaparecimento que o crime fosse indeterminado” (TEITEL, 2000, p. 78, t.n.³³³). É por essa razão que ao desaparecimento forçado veio a ser relacionada a anistia penal – ambos conspirariam pelo esquecimento do crime: “Após os horrores do regime militar repressivo, tortura, execuções e desaparecimentos, a questão derradeira era se os regimes sucessores poderiam ‘desaparecer’ até mesmo o seu próprio passado até o esquecimento” (TEITEL, 2000, p. 126, t.n.³³⁴).

Amnésia, em segundo lugar, quanto à própria existência da vítima. Para o que contribui, embora de forma diversa daquela descrita por Arendt em atenção aos campos de concentração totalitários, a *morte da pessoa jurídica* do desaparecido. Porque o primeiro

³³⁰ Arendt contesta a ideia de que, nesses casos, o sacrifício é em vão, porque haverá alguém para contar a história (é a narração da história que salva o feito da inutilidade) (ARENDT, 1999, p. 254) – v. item 4.3.1 infra.

³³¹ Cabe lembrar que o “inimigo objetivo” do regime totalitário é, para Arendt, alguém que não pretende ameaçar o regime nem é suspeito de ter feito algo contra ele, tornando-se “inimigo” em virtude de uma mera definição ideológica (ARENDT, 1989, p. 472, 474; CANOVAN, 1992, p. 58).

³³² “[e]very step of the military process – kidnapping, detention, and torture, culminating in murder – is denied by the disappearances”.

³³³ “It was in the nature of the disappearance that the crime was indeterminate”.

³³⁴ “After the horrors of repressive military rule, torture, executions, and disappearances, the ultimate question was whether successor regimes could ‘disappear’ even their own pasts to oblivion”.

efeito da recusa, pelas autoridades, em admitir que a pessoa desaparecida foi detida e em revelar o seu destino ou paradeiro, é a sua subtração da proteção da lei, a sua privação de direitos. Essa constatação foi incorporada na definição do desaparecimento forçado constante, na esfera universal de proteção dos direitos humanos, da Declaração (ONU, 1992, preâmbulo) e da Convenção internacional (ONU, 2006f, art. 2) a seu respeito, que falam, respectivamente, em subtração e privação da pessoa desaparecida da proteção da lei. Da mesma forma, ela foi considerada na definição do desaparecimento forçado prevista na Convenção Interamericana sobre essa prática, conforme a qual a ocultação de informações sobre a pessoa desaparecida impede “[...] o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes” (OEA, 1994, art. 2). Motivou, por fim, a decisão da CorteIDH que, em 2009, revendo a sua posição anterior, incluiu o art. 3.º da CADH (direito à personalidade jurídica) entre os dispositivos violados com o desaparecimento forçado. Nos termos da referida decisão, essa prática busca não somente excluir uma pessoa da incidência de todo o ordenamento jurídico, mas também negar a sua existência e deixá-la em uma situação de indeterminação jurídica perante a sociedade, o Estado e inclusive a comunidade internacional (CorteIDH, 2009, par. 90; MARTIN-CHENUT, 2013a, p. 156). Nesse mesmo sentido, estudiosos do tema observam que “[...] a pessoa estando ‘desaparecida’, ela está por definição desprovida de sua personalidade jurídica e, portanto, não pode dispor de nenhum recurso judicial” (CALLEJON, 2006, p. 345, t.n.³³⁵). Ela fica destituída, como destaca Perrone-Moisés (2002, p. 290), do direito a ter direitos de que fala Hannah Arendt, tornando-se supérflua e descartável.³³⁶

De mais a mais, os desaparecidos são pessoas a quem se recusa a atribuição de responsabilidade, por meio de um julgamento, pelo que tenham feito. Como sublinha Adaylot, “[s]e ele transgrediu a lei, ele estaria agora nas mãos da justiça. Mas a justiça não foi acionada, a polícia não sabe de nada, ninguém sabe de nada. É o vazio, o vazio impalpável, o vazio inacessível, o vazio insustentável” (AYDALOT, 1982, p. 23-24,

³³⁵ “[...] la personne étant ‘disparue’, elle est par définition dépourvue de sa personnalité juridique et ne peut donc disposer d’aucun recours judiciaire”.

³³⁶ No mesmo sentido, Janaína Teles observa que “[n]ão mais protegidos pela lei ou pela sociedade, os ‘desaparecidos’ foram privados de todo e qualquer direito. Foram destituídos do ‘direito a ter direitos’, colocados à margem do mundo, tornando-se supérfluos e descartáveis, como as vítimas do nazismo, conforme definição de Hannah Arendt” (TELES, J., 2005, p. 175). O direito a ter direitos, em Arendt, é o direito dos indivíduos ao pertencimento a uma comunidade jurídico-política na qual a sua opinião seja significativa e a sua ação seja eficaz. É, em outras palavras, o direito à cidadania, à personalidade jurídica, ou, ainda, à pluralidade, que diz respeito à inserção de cada um em um mundo comum no qual o relevante para o seu julgamento seja o que ele fale e faça. Quem é privado do direito a ter direitos fica igualmente destituído de todos os demais direitos (ARENDR, 1989, p. 330; CANOVAN, 1992, p. 34; LAFER, 1988, p. 153-154; ROVIELLO, 1987, p. 204-205).

t.n.³³⁷). O desaparecido está, portanto, em situação muito pior à do homem detido em atenção aos ditames legais: “*O homem preso, o homem detido, permanece um sujeito de direito. [...] ele conserva a sua personalidade, ele tem uma existência, uma existência não apenas jurídica, mas também uma existência física*” (AYDALOT, 1982, p. 24, t.n.³³⁸). Já o desaparecido não é mais um sujeito de direito a ser julgado conforme a lei pelos seus atos.³³⁹

Por fim, se no desaparecimento forçado está envolvida a privação de direitos que leva ao esquecimento jurídico, nele está igualmente presente um importante elemento da *destruição da personalidade moral*: o anonimato da morte e o silêncio em torno das circunstâncias em que esta ocorreu. Também aqui, retomando palavras já citadas de Arendt, “[a] dor e a recordação são proibidas” (ARENDT, 1989, p. 503). Como descreve Sollers, a respeito do desaparecimento forçado: “*Você exige informações. [...] Você protesta, você se manifesta, você corre o risco de também desaparecer. [...] E essa é, de fato, a pedagogia do terror: aprenda a não fazer perguntas [...]*” (SOLLERS, 1994, p. 11-12, t.n.³⁴⁰). A busca de informações é inútil, não há um corpo, é impossível confirmar a morte. Com isso, até o luto é confiscado, impedindo a integração da morte à memória das pessoas próximas (SIBONY, 1994, p. 99), “[p]ois não enterrá-lo só pode significar não acolher sua memória através dos rituais fúnebres, anular os traços da sua existência, retirar o seu nome” (SAFATLE, 2010, p. 239). Há apenas, como disse Arendt sobre o totalitarismo na passagem acima transcrita, poços de esquecimento onde as pessoas caem sem deixar um cadáver ou uma sepultura – os vestígios naturais de sua passagem pela Terra. Há somente, conforme metáfora feita por Carmem Navarro, uma mãe de desaparecido político, uma tela em branco: “*Se a tela está em branco você pode pregar nessa tela o que você quiser. Então ele está morto? Está vivo? É um morto-vivo? É um vivo morto? São perguntas que eu carrego há 35 anos e não tenho nenhuma resposta*” (NAVARRO apud J. TELES, J., 2005, p. 156).

³³⁷ “[a]-t-il transgressé la loi, mais il serait alors sous main de la justice. La justice n’a pas été saisie, la police ne sait rien, personne ne sait rien. C’est le vide, le vide impalpable, le vide insaisissable, le vide insoutenable”.

³³⁸ “L’homme arrêté, l’homme détenu est resté un sujet de droit. [...] il conserve sa personnalité, il a une existence, une existence non seulement légale, mais encore une existence physique”.

³³⁹ Um depoimento de familiar de desaparecido político na ditadura militar brasileira, Rosalina Leite, citado por Janaína Teles, ilustra a relevância que nessas situações assume a exigência de que a pessoa seja submetida a um julgamento em que se estabeleça se foi cometida alguma infração e se defina a penalidade correspondente: “A gente queria que ele fosse a um julgamento, que ele fosse julgado. Não queríamos que fosse feito nada além da lei” (LEITE apud TELES, J., 2005, p. 216-217).

³⁴⁰ “Vous exigez de renseignements. [...] Vous protestez, vous manifestez, vous risquez de disparaître à votre tour. [...] Et telle est, en effet, la pédagogie de la terreur: apprenez à ne pas poser de questions [...]”.

Diante disso, o desaparecimento forçado, ao negar e tornar anônima a morte, foi percebido como uma tentativa de fazer-se esquecer também a vida e os feitos das pessoas desaparecidas, como se esses não tivessem significado, “[...] *como se tudo tivesse sido ‘em vão’*” (TELES, J., 2005, p. 244). Uma tentativa, em outras palavras, de privar toda sociedade da significação simbólica das suas vidas e de suas ações (JACQUES, 1994, p. 94). É o que sublinha Janaína Teles, usando termos de Hannah Arendt:

Ao tornarem anônima a morte, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada informando que nem a morte pertence ao desaparecido e que ele não pertencia a ninguém. A vivência do desaparecimento assume uma dimensão tal que apaga tudo o que ocorreu antes e tudo o que ocorreu depois (TELES, J., 2005, p. 45).

Na Argentina, pretendeu-se ir além disso, com a apropriação ilegal de crianças filhas de desaparecidos políticos, de modo que a imposição de *amnésia* alcançasse também a ascendência dessas crianças, assim como a descendência de seus avós. Daí se entender, na linha do comentário do Grupo de Trabalho sobre desaparecimento forçado, que o direito à verdade se aplica também a esses casos: “[...] *a falsidade da adoção deve ser revelada. Tanto as famílias dos desaparecidos quanto as crianças têm um direito absoluto de saber a verdade sobre o paradeiro da criança*” (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 7, t.n.³⁴¹). Na mesma linha, tanto a Declaração (ONU, 1992, art. 20) quanto a Convenção internacional (ONU, 2006f, art. 25) sobre desaparecimento forçado, além de preverem a punição da apropriação ilegal dos filhos de pessoas desaparecidas, determinam que os Estados empreendam esforços para procurar e identificar essas crianças e restitui-las às suas famílias de origem. Não obstante se admita que o dever de reverter a adoção seja ponderado no caso concreto, considerando o melhor interesse da criança e a sua opinião, entende-se que isso não prejudica “[...] *o direito de saber a verdade da família de origem ou o paradeiro da criança*” (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 7, t.n.³⁴²).

O direito à verdade parece surgir, assim, como uma reação contra a imposição de *amnésia* pretendida pelo desaparecimento forçado, com o apagamento dos rastros do crime e o atentado contra a memória da sua vítima. Atentado que, nas pessoas próximas à desaparecida, embora perturbe o papel da memória, gera de fato efeitos perversos muito mais complexos do que o seu esquecimento (v. entre outros JACQUES, 1994, p. 93;

³⁴¹ “[...] *the falsity of the adoption should be uncovered. Both the families of the disappeared and the child have an absolute right to know the truth about the child’s whereabouts*”.

³⁴² “[...] *the right to know the truth of the family of origin or the child’s whereabouts*”.

SIBONY, 1994, p. 98-103; SOLLERS, 1994, p. 10-11, TELES, J., 2005, p. 44-67). Daí o status de vítima dessa prática ser estendido “[...] *a todo indivíduo que tiver sofrido dano como resultado direto de um desaparecimento forçado*” (ONU, 2006f, art. 24.1), notadamente aos seus familiares.

A ofensa dirigida às pessoas próximas à desaparecida consiste na já mencionada lacuna deixada no passado pela ausência do corpo e pela incerteza quanto à sorte da pessoa desaparecida. O sofrimento provocado aos familiares por essa ausência de informações foi inclusive, como já apontado, equiparado por tribunais internacionais de controle do respeito aos direitos humanos a uma forma de tortura (psicológica) ou tratamento degradante (CALLEJON, 2006, p. 346-347; ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, pars. 24, 42). É essa a ofensa que faz nascer, nos termos da Convenção internacional sobre desaparecimento forçado, um direito de saber a verdade “[...] *sobre as circunstâncias do desaparecimento forçado, o andamento e os resultados da investigação e o destino da pessoa desaparecida*” (ONU, 2006f, art. 24.2). Nesse sentido, em uma pesquisa baseada em depoimentos orais de familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar no Brasil, Janaína Teles constatou que “[t]odos os entrevistados falaram da importância de saber o que aconteceu, do direito à verdade” (TELES, J., 2005, p. 235), um direito no qual está em questão, nas suas palavras, “*a busca da restituição do passado*” (TELES, J., 2005, p. 46).

4.1.2. Um direito à verdade contra o apagamento e a destruição dos fatos

As reivindicações dos familiares de desaparecidos políticos conduziram à criação de um direito cujo objeto é o conhecimento de fatos que permanecem obscuros a respeito do que se passou com a pessoa desaparecida. Porém, como já visto, esse primeiro sentido atribuído ao direito à verdade não permaneceu limitado estritamente a essa prática. O que demanda que a análise aqui desenvolvida vá além da relevância do direito à verdade no desaparecimento forçado, para discutir, em termos mais gerais, a questão de ter sido concebido, no pensamento jurídico-político, um direito à recuperação de fatos e eventos frente a graves violações de direitos humanos.

A invenção desse direito suscita questões como: a quais perigos os fatos estão submetidos dos quais um direito poderia protegê-los? Acontecimentos podem ser apagados da história, como se nunca tivessem ocorrido? Existe um risco de perda do passado? Ao se defender o reconhecimento de um direito à verdade fatural, não se estaria, na realidade,

buscando impor uma interpretação específica dos acontecimentos, contra as demais que se pudesse formar? O reconhecimento de um direito à verdade é compatível com a preservação da liberdade de opinião?

Essas questões nos remetem ao modo como Hannah Arendt aborda o tema da “verdade fatual” – a verdade de maior e mais imediata relevância à esfera política (ARENDT, 2009, p. 288, 294) – para o fim de pensar os danos que a ela podem ser provocados por um uso político organizado da mentira. Ao tratar desse problema, essencialmente político, Arendt põe em suspenso a questão relativa ao significado filosófico da verdade: “[...] *investigamos essa matéria mais por razões políticas que filosóficas, e por isso permitimo-nos desconsiderar a questão do que é a verdade, contentando-nos a tomar a palavra no sentido que os homens comumente a entendem*” (ARENDT, 2009, p. 287).³⁴³ É o que também faz esta tese, voltada como está a discutir as justificativas político-jurídicas na defesa do reconhecimento de um direito à verdade.

Para examinar o tema da mentira na política, Arendt utiliza a distinção entre verdade racional – categoria em que comumente são incluídas as verdades matemáticas, científicas e filosóficas – e verdade fatual (ARENDT, 2009, p. 287), que compreende “*as verdades vistas e testemunhadas com os olhos do corpo, e não com os olhos da mente*” (ARENDT, 2009, p. 294). Enquanto a verdade racional, encontrada pelos indivíduos em

³⁴³ Embora Arendt não tenha explicitado no ensaio “Verdade e política” como, para ela, os homens “comumente” entendem a verdade – para além da diferenciação, adotada na época moderna, entre verdade racional e verdade fatual –, parece possível dizer que (i) é provável que naquele contexto Arendt tivesse em vista, principalmente, afirmações descritivas de fatos; e (ii) na forma como tomou a palavra “verdade”, ela considerou critérios de correspondência. Isto porque, em primeiro lugar, o que suscitou a elaboração daquele ensaio, como nele esclarece a autora, foi a controvérsia que se seguiu à publicação de *Eichmann em Jerusalém* (ARENDT, 2009, p. 282). Os dois problemas que o ensaio se propõe a esclarecer diante dessa controvérsia dizem respeito a afirmações descritivas de fatos: (i) Arendt realizou um relatório sobre o que ocorreu no julgamento de Eichmann e buscou dizer a verdade sobre os fatos que testemunhou no tribunal, vindo posteriormente a ser alvo de duras críticas; por isso ela pergunta: é sempre legítimo dizer a verdade?; e (ii) a autora encontrou em seus críticos muitas mentiras sobre o que escreveu e sobre os fatos que relatou (v. também ARENDT; MCCARTHY, 2009 p. 238-239). De forma que o seu foco parece ser, aqui, o contar da verdade dos fatos versus a mentira na narração do que aconteceu – a alteração do registro histórico –, e não a mentira em outros tipos de afirmações, como promessas ou profecias, que são discutidas pela autora em *Origens do Totalitarismo* (ARENDT, 1989, p. 394-400, 432-438).

Em segundo lugar, diferentes passagens do ensaio “Verdade e política” indicam que, nele, Arendt considera critérios de correspondência em sua concepção de verdade (i.e. que um enunciado é verdadeiro se corresponde aos fatos/à realidade empírica). Entre essas passagens, podem ser mencionadas, como ilustração: “A falsidade deliberada, a mentira cabal, somente entra em cena no domínio das afirmações fatuais” (ARENDT, 2009, p. 288); a dominação coloca os fatos em perigo ao falsificá-los ou negá-los mentirosamente (ARENDT, 2009, p. 287); existem os fatos que são conhecidos publicamente, mas cuja discussão pública é transformada em tabu, como se fossem segredos (ARENDT, 2009, p. 293); ser impossível a narração dos fatos sem uma interpretação não é argumento contra a existência da matéria fatual e não pode servir como justificação para apagar-se a linha divisória entre fato, opinião e interpretação (ARENDT, 2009, p. 296); “Os fatos estão além de acordo e consentimento, e toda conversa sobre eles – toda troca de opiniões baseada em informações corretas – em nada contribuirá para o seu estabelecimento” (ARENDT, 2009, p. 298).

isolamento, transcende o mundo dos negócios humanos, a verdade fatual é política por natureza: se relaciona sempre com outras pessoas, diz respeito a ocorrências que envolvem diferentes sujeitos, é estabelecida por testemunhas e documentos e “[...] *existe apenas na medida em que se fala sobre ela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade*” (ARENDT, 2009, p. 295). A marca distintiva da verdade fatual é não ter como seu contrário o erro, a ignorância, a ilusão ou mesmo a opinião, como é o caso nas verdades racionais, mas sim a falsidade deliberada, a mentira (ARENDT, 2009, p. 288). Embora também em relação a ela seja possível o equívoco, a afirmação fatual tem igualmente a alternativa, para aquele que a profere, de, exercendo uma “*capacidade atuante e agressiva*” (ARENDT, 2010b, p. 15), ir além da pretensão de dizer o que algo é ou parece, para buscar deliberadamente uma alteração do registro histórico (ARENDT, 2009, p. 308-309).

A verdade fatual tem algo em comum com a verdade racional: em ambas o conteúdo é coercitivo e não persuasivo, está além de acordo, disputa ou consentimento, independe dos desejos e das pretensões dos cidadãos (ARENDT, 2009, p. 297). Como aponta Duarte, “[...] *toda expressão que almeja à verdade, seja ela uma verdade racional ou uma verdade factual, pretende-se dotada, ainda que em graus distintos entre si, de validade geral e compulsória, mesmo que ela possa vir a ser revisada posteriormente*” (DUARTE, 2000, p. 176).³⁴⁴ Entretanto, uma verdade racional como a verdade filosófica de Platão é alcançada pelo pensamento, atividade que o homem exerce estando só. Quando a verdade filosófica penetra na arena política, que se baseia no confronto de opiniões, ou transforma a sua natureza, tornando-se uma opinião, ou destrói a pluralidade constitutiva da política, ao pretender impor a esta a unicidade de algum critério transcendente e universal (ARENDT, 2009, p. 295; DUARTE, 2000, p. 181-182). Já a verdade fatual não é incompatível com a arena política, ao contrário, verdade fatual e opinião pertencem ao mesmo domínio. Pois a opinião, em Arendt, é a expressão de uma perspectiva sobre uma questão particular e não prescinde de racionalidade ou do confronto com a verdade dos fatos (ARENDT, 2009, p. 299-300; DUARTE, 2000, p. 179; VILLA, 2006, p. 20, nota 15).

³⁴⁴ Arendt esclarece: “As verdades de fato, a despeito de sua contingência, são tão coercitivas para quem as testemunha com os próprios olhos quanto a proposição de que dois mais dois são quatro para qualquer pessoa em sã consciência. Apenas a questão é que um fato, um evento, nunca pode ser testemunhado por todos os que estão eventualmente nele interessados, ao passo que a verdade racional ou matemática apresenta-se como autoevidente para qualquer um dotado do mesmo poder cerebral; sua natureza coercitiva é universal, enquanto a força coercitiva da verdade fatual é limitada; ela não alcança aqueles que, não tendo sido testemunhas, têm que confiar no testemunho de outros em que se pode ou não acreditar” (ARENDT, 2010c, p. 77). Segundo a autora, o testemunho de nossas percepções sensoriais é autoevidente, posto que inabalável por argumentos, mas apenas substituível por outras evidências (ARENDT, 2010c, p. 75).

É por meio da opinião que se comunica a forma como os eventos e os aspectos do mundo comum se apresentam para cada sujeito, a partir da posição particular que cada um ocupa (v. item 3.2 do Capítulo 3). Nas palavras de Duarte, trata-se do “[...] *correlato necessário da pluralidade humana irreduzível e, portanto, da pluralidade de ‘perspectivas’ a partir das quais um mesmo assunto pode ser considerado*” (DUARTE, 2000, p. 171). Sendo diferentes os pontos de vista daqueles que apresentam as suas opiniões, como são diferentes as posições que ocupam no mundo, é certo que essas opiniões admitem discordância. Isso não significa, porém, que as opiniões que possam ignorar os fatos – aquilo que, já ocorrido, não pode mais ser modificado (PERRONE-MOISÉS, 2012b, p. 438). Trata-se de algo que, ao mesmo tempo, lhes escapa e condiciona, pois “[...] *fatos e eventos [...] constituem a verdadeira textura do domínio político*” (ARENDT, 2009, p. 287) e a troca de opiniões só pode realmente começar a partir da estabilidade mínima oferecida pelos fatos concretos (ROVIELLO, 1987, p. 169, 172).

Assim, embora não possuam um elemento interno que as torne indiscutíveis e lhes confira validade universal (LAFER, 2009, p. 17), as opiniões ainda assim podem ser legítimas ou ilegítimas no que diz respeito à verdade fatual. Como observa Duarte, “[...] *as opiniões não dispensam o amparo em verdades fatuais a fim de se tornarem persuasivas, e uma opinião pode ser refutada e descartada por estar fundamentada em informações factuais questionáveis ou mesmo erradas*” (DUARTE, 2000, p. 180). Outrossim, é sempre possível que essas opiniões difiram mesmo quando legítimas em relação à verdade fatual, isto é, mesmo sem pretender que os fatos tenham se passado de forma diversa daquela como ocorreram (ARENDT, 2009, p. 295).

Dessa forma, embora, em Arendt, os fatos sejam sempre selecionados e apresentados de acordo com uma interpretação ou perspectiva, isso não é argumento contra a existência da matéria fatual, não tendo a interpretação o direito de apagar ou modificar os fatos conforme lhe convenha (DUARTE, 2000, p. 186). Sem negar que a história depende da colheita de fatos de um caos de acontecimentos e que isso apenas pode ser feito a partir de uma perspectiva que seleciona os fatos a serem privilegiados, Arendt não admite que os próprios fatos sejam manipulados. Existe, para ela, um “*núcleo de factualidade*” (ENEGRÉN, 1984, p. 168, t.n.³⁴⁵), “*um núcleo de sentido, uma ‘verdade’*” (ROVIELLO, 1997, p. 88, 1987, p. 107), consistente em “*aquilo que não podemos modificar*” (ARENDT, 2009, p. 325), que, portanto, serve de limite também para a interpretação

³⁴⁵ “*noyau de factualité*”.

histórica. Cada geração pode “*rearranjar os fatos de acordo com sua própria perspectiva*”, mas não é aceitável que toque “*na própria matéria fatural*” (ARENDT, 2009, p. 296) dizendo, por exemplo, que em agosto de 1914 a Bélgica invadiu a Alemanha, e não o contrário. Trata-se da matéria fatural mais elementar, “*uma realidade comum e comumente reconhecida*” (ARENDT, 2009, p. 294), aquela que não se pode argumentar não existir: “*Podem-se discutir opiniões importunas, rejeitá-las ou chegar a um compromisso acerca delas, porém fatos indesejáveis possuem a enfurecedora pertinácia de nada poder demovê-los a não ser mentiras cabais*” (ARENDT, 2009, p. 299).

Mas, se de um lado a verdade fatural tem esse caráter despótico do ponto de vista da política, com a sua evidência coercitiva além de acordo e consentimento, de outro lado, paradoxalmente, ela apresenta uma peculiar opacidade. Os acontecimentos que se produzem no nível da prática humana são contingentes, não trazem em si nenhuma verdade inerente capaz de explicar por que são como são, sempre poderiam ter igualmente ocorrido de outro modo. Para Arendt, não há continuidade inevitável entre passado e presente, como se fosse possível concluir que o que aconteceu tinha que acontecer; cada vez que algo de novo acontece no campo das ações dos homens, isto se dá de modo inesperado, incalculável e inexplicável em termos causais, segundo improbabilidades infinitas, de forma que o futuro é radicalmente indeterminado (ARENDT, 1995, p. 69; BENHABIB, 1994, p. 114). Sendo acidentais, sem portar qualquer evidência ou plausibilidade perante a mente humana, os fatos sempre admitem dúvidas, e, portanto, dependem de registro, documentos e testemunhas para serem estabelecidos e lembrados (ARENDT, 2009, p. 301, 2010b, p. 16).

É por isso que a mendacidade é tão tentadora e tão perigosa: fatos e eventos passados são muito mais frágeis do que axiomas, descobertas e teorias (ARENDT, 2010b, p. 16; LAFER, 1995, p. 16), são “[...] *mais vulneráveis do que todas as espécies de verdade racional juntas*” (ARENDT, 2009, p. 287). Como nota Celso Lafer, a respeito do pensamento de Hannah Arendt, “[...] *a mentira é uma tentação que não conflita com a razão, porque as coisas poderiam ser como o mentiroso as conta*” (LAFER, 1995, p. 16). Os fatos têm poucas chances de sobreviver ao assédio do poder, estão em constante risco de ardilosa e definitiva eliminação do mundo. Moldando livremente os fatos, por vezes para atender o que a sua plateia deseja ou espera ouvir, a mentira pode inclusive se mostrar mais convincente do que a afirmação verdadeira que nos confronta com o inesperado e, não raro, contraria o bom senso (ARENDT, 2010b, p. 16): “[...] *o simulacro sempre ganha*

em coerência e credibilidade em relação a uma verdade que apenas se vale dela mesma” (ENEGRÉN, 1984, p. 168, t.n.³⁴⁶). E, uma vez sejam esses fatos apagados da história, nenhum esforço racional será capaz de trazê-los de volta (ARENDT, 2009, p. 288, 295; ENEGRÉN, 1984, p. 168):

Talvez as probabilidades de que a Matemática euclidiana ou a teoria da relatividade de Einstein – para não mencionar a Filosofia de Platão – fossem reproduzidas a tempo caso seus autores tivessem sido impedidos de legá-las à posteridade não sejam tampouco muito boas, todavia, são infinitamente maiores que a probabilidade de um fato de importância, esquecido ou, mais provavelmente, dissimulado pela mentira, ser algum dia redescoberto (ARENDT, 2009, p. 288).

Assim, embora o homem não consiga desfazer os seus atos passados ou evitar as suas consequências, ele pode apagar o seu registro da história e impedir, de forma irremediável, que esses atos sejam percebidos e memorados. Hannah Arendt chama a atenção para esse risco, oferecido pela violência política, não só à vida, integridade e liberdade das pessoas, mas também à sobrevivência dos fatos, dos acontecimentos passados, daquilo que caberia à história registrar: *“As probabilidades de que a verdade fatural sobreviva ao assédio do poder são de fato por demais escassas; aquela está sempre sob o perigo de ser arditosamente eliminada do mundo, não por um período apenas, mas, potencialmente, para sempre”* (ARENDT, 2009, p. 287-288).

O totalitarismo, notadamente, baseado na convicção de que tudo é possível não apenas no campo das ideias, mas também no campo da realidade, ilustra de maneira exemplar (ROVIELLO, 1987, p. 220) e de forma extrema que é possível destruir até mesmo a faturalidade (ARENDT, 2009, p. 123-124). Como visto no Capítulo 3 (item 3.3), e bem sintetizado por Roviello, o discurso da ideologia totalitária, apresentado mentirosamente como se fosse descritivo e cujos autores procuram fazer com que *a posteriori* se torne descritivo, por meio da conversão da ficção em realidade, *“[...] funda a sua força num desprezo total pelos factos”* (ROVIELLO, 1997, p. 131, 1987, p. 157, d.o.). Os fatos presentes são negados concretamente pela sua destruição – ainda que digam respeito à existência de milhões de indivíduos – e os fatos passados são eliminados simbolicamente por meio da falsificação da história e do esquecimento totalitário (ROVIELLO, 1987, p. 157). Nas palavras de Arendt, *“[n]um mundo totalmente fictício*

³⁴⁶ “[...] le simulacre l’emporte toujours en cohérence et en crédibilité sur une vérité qui ne se prévaut que d’elle-même”.

não é preciso registrar, confessar e lembrar os fracassos. Para que a factualidade continue a existir, é preciso que exista o mundo não-totalitário” (ARENDT, 1989, p. 438).

Dessa forma, para sintetizar, como ensina Enegrén (1984, p. 168), se Arendt recusa, no campo da política, modelos monistas que queiram impor sua lógica em uma seara que tem por essência a pluralidade de perspectivas, se não aceita que os negócios humanos sejam regidos por algum critério absoluto, ela no entanto sublinha a importância da preservação das verdades de fato de danos que o poder político lhes possa provocar. No *direito à verdade fatural* que foi ocultada ou se buscou destruir, parece também estar em questão a percepção de que existe um núcleo de faturalidade que transcende a matéria de debate opinativo: “*Se não é possível chegar a um acordo sobre uma versão da história, podemos, em contrapartida, nos inclinar diante de fatos precisos*” (GARAPON, 2004b, p. 190, t.n.³⁴⁷). Fatos esses que, todavia, são extremamente frágeis, não estando, para falar com Roviello (1967, p. 176), ligados a este mundo por mais do que um fino fio.

Daí a pertinência, para a sua compreensão, da advertência feita por Arendt: nada assegurando contra a destruição e o esquecimento histórico dos fatos, posto que inexistente acontecimento cuja negação implique contradição, é preciso proteger a memória do que aconteceu, que por vezes não se apoia em mais do que na fragilidade de testemunhos (ENEGRÉN, 1984, p. 170). É necessário “*(...) preservar as verdades de fato, que estão sempre à mercê de uma impostura que nenhuma instância transcendental pode desmascarar*” (ENEGREN, 1984, p. 168, t.n.³⁴⁸). A verdade fatural sobre violações a direitos humanos, já ameaçada pela simulação e pela dissimulação da mentira política que a banuiu da luminosidade do espaço público, corre o risco de se perder para sempre e de forma irremediável, caso não se busque testemunhas e documentos com os quais se possa estabelecer o que se passou. Com isso, as informações ocultadas desapareceriam, a memória dos fatos permaneceria restrita ao círculo privado de pessoas próximas às vítimas (TELES, E., 2007, p. 71), e, na esfera pública, o esquecimento histórico completaria a destruição que a mentira pretendeu provocar.

O pleito dos familiares de desaparecidos políticos, que marcou o primeiro momento da história do direito à verdade, é paradigmático desse problema porque, como explicitado no Capítulo 2 (item 2.2.1), tem-se como seu elemento característico o fato de esse crime ser constituído por, além do ato em si – a privação de liberdade, usualmente

³⁴⁷ “*S’il n’est pas possible de se mettre d’accord sur une version de l’histoire, on peut, en revanche, s’incliner devant des faits précis*”.

³⁴⁸ “[...] *préservé les vérités de fait, toujours à la merci d’une imposture qu’aucune instance transcendente ne peut démasquer*”.

seguida de tortura e assassinato –, a dissimulação desse ato (CALLEJON, 2006, p. 345; TEXIER, 1982, p. 79). Interditando “[...] *desde o princípio, o acesso à verdade dos fatos*” (QUESTIAUX, 1982, p. 64, t.n.³⁴⁹), o desaparecimento forçado tem a mentira em seu núcleo, a qual muitas vezes vai além do silêncio sobre a sorte do desaparecido, para se tornar falsidade deliberada: “[...] *as autoridades de polícia nunca ouviram e nem mesmo procuraram esse homem, a justiça não o conhece, a administração penitenciária não o tomou sob sua responsabilidade, não, ninguém jamais o viu [...]*” (ADAYLOT, 1982, p. 23, t.n.³⁵⁰).³⁵¹ Isso foi reconhecido pelo Judiciário brasileiro no caso Guerrilha do Araguaia, apresentado no Capítulo 1, item 1.5.2.a. Onde ser o que esses familiares postulam, antes de tudo, “*investigar a verdade dos fatos*” (QUESTIAUX, 1982, p. 64, t.n.³⁵²), uma resposta sobre o que se passou e sobre onde se encontram os restos mortais da pessoa desaparecida.

O problema do ocultamento e da dissimulação, todavia, não é exclusivo ao desaparecimento forçado. Em crimes cometidos no bojo de uma violência política, muitas vezes há, como fica evidente no desaparecimento forçado, uma organização do encobrimento do ato – o emprego, notado por Bédarida (1994, p. 76), de processos sofisticados para camuflar o uso da força nua sob a aparência da legalidade estatal. Como observa Garapon, “[...] *o crime contra a humanidade tem a característica muito própria de organizar frequentemente, antes da sua perpetração, a impossibilidade de fornecer a prova não só da sua extensão, mas também da sua própria realidade*” (GARAPON, 2004a, p. 170). Por isso o direito à verdade pôde ser, como já apontado neste trabalho, estendido a outras violações a direitos humanos, nas quais igualmente há a necessidade de saber o que aconteceu, tanto do lado dos familiares das vítimas, quanto, conforme depois reconhecido, de toda a sociedade.³⁵³ Esse direito emergiria após a ocorrência de uma

³⁴⁹ “[...] *dès le départ, l'accès à la vérité des faits*”.

³⁵⁰ “[...] *les autorités de police n'ont jamais entendu ni même recherché cet homme, la justice ne le connaît pas, l'administration pénitentiaire ne l'a pas pris en charge, non personne ne l'a jamais vu [...]*”.

³⁵¹ Nesse mesmo sentido, no Brasil, familiares de desaparecidos políticos testemunham que “todo mundo sabia e fingia que não sabia” (TELES, J., 2005, p. 72), que recebiam das autoridades explicações como “foragidas”, ‘na clandestinidade’, ‘posto em liberdade’, ‘destino ignorado’ e, entre as pessoas citadas, quatro delas foram mencionadas apenas com a seguinte resposta: “nenhum registro foi encontrado” (TELES, J., 2005, p. 90-91). A percepção é a de que se tratava de buscar “extirpar da história não apenas os corpos dos guerrilheiros e sua memória, mas o próprio acontecimento” (TELES, J., 2005, p. 36-37).

³⁵² “*rechercher la vérité des faits*”.

³⁵³ Conforme indicam a análise desenvolvida no Capítulo 2 e o estudo do EACDH sobre o direito à verdade, esse direito “[...] foi gradualmente estendido a outras sérias violações de direitos humanos, tais como execuções extrajudiciais e tortura” (ONU, E/CN.4/2006/91, 2006c, par. 8, t.n.: “[...] *has been gradually extended to other serious human rights violations, such as extrajudicial executions and torture*”).

violação a um direito humano, e seria desrespeitado quando sobre ela não fossem fornecidas informações pelas autoridades (NAQVI, 2006, p. 249).

Existe sempre o risco de a mentira já ter tido sucesso em seu projeto de destruir os fatos tornando-os irrecuperáveis. Tendo isso em vista, a Convenção internacional sobre desaparecimento forçado prevê a “[...] *obrigação de prosseguir a investigação até que o destino da pessoa desaparecida seja estabelecido*” (ONU, 2006f, art. 24.6), mas admite implicitamente que isso pode não ser possível, ao determinar quais seriam, nesse caso, as obrigações do Estado Parte. Como já apontado neste estudo, instrumentos internacionais que enfrentam expressamente esse problema afirmam acarretar o direito à verdade uma obrigação de meio (i.e. fazer-se todo o possível para o esclarecimento do caso), mas não de resultado.³⁵⁴

Há, evidentemente, o risco de a inexistência de uma obrigação de resultado ser explorada por quem queira manter os fatos encobertos, como, ao que parece, a CorteIDH entendeu ter ocorrido no caso Guerrilha do Araguaia (discutido no Capítulo 1, item 1.5.2.a). Neste caso, cabe lembrar que, tendo a ação sido interposta em 1982, após, segundo acórdão do TRF, “[...] *inúmeras evasivas das autoridades responsáveis pelas informações judicialmente requisitadas*” (BRASIL, União vs. Gomes Lund e outros, 2004, p. 51), a Advocacia Geral da União somente em 2009 teria apresentado “[...] *cerca de 21.000 páginas de documentos dos arquivos do antigo Serviço Nacional de Informações*” (CorteIDH, 2010b, par. 192). Por isso a CorteIDH (2010b, par. 211) insistiu na importância de que qualquer negativa de informação seja fundamentada, demonstrando-se

³⁵⁴ O Grupo de trabalho da ONU sobre desaparecimento forçado afirmou que “[e]xiste uma obrigação absoluta de adotar todas as medidas necessárias para encontrar a pessoa, mas não existe nenhuma obrigação absoluta de resultado. De fato, em certos casos, o esclarecimento é algo difícil ou impossível de conseguir [...]” (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 5, t.n.: “[t]here is an absolute obligation to take all the necessary steps to find the person, but there is no absolute obligation of result. Indeed, in certain cases, clarification is difficult or impossible to attain [...]”). Complementou pontuando que, se isso se passar, “[o] Estado tem ainda uma obrigação de investigar até que ele possa determinar por presunção o destino ou o paradeiro da pessoa” (ONU, A/HRC/16/48, 2011a, com. 5, t.n.: “[t]he State still has an obligation to investigate until it can determine by presumption the fate or whereabouts of the person”). Na mesma linha, na esfera interamericana, tanto a ComIDH quanto a CorteIDH disseram entender que o direito à verdade impõe o esgotamento de todos os meios disponíveis para esclarecer o que se passou com a pessoa desaparecida: “É uma obrigação de meios, não de resultados, que se mantém enquanto não se alcançam os resultados, de forma imprescritível” (OEA, Relatório n. 21/00, 2000, par. 17, t.n.: “*Es una obligación de medios, no de resultados, que se mantiene en tanto no se alcancen los resultados, en forma imprescriptible*”). Conforme decisão da CorteIDH, “O dever de investigar é uma obrigação de meios e não de resultado, que deve ser assumida pelo Estado como um dever jurídico próprio e não como uma simples formalidade, condenada de antemão a ser infrutífera, ou como mera gestão de interesses particulares, que dependa da iniciativa processual das vítimas, de seus familiares ou da contribuição privada de elementos probatórios. À luz desse dever, uma vez que as autoridades estatais tenham conhecimento do fato, devem iniciar, *ex officio* e sem demora, uma investigação séria, imparcial e efetiva. Essa investigação deve ser realizada por todos os meios legais disponíveis e deve estar orientada à determinação da verdade” (CorteIDH, 2010b, par. 138).

que todas as medidas ao alcance do Estado foram adotadas para comprovar que essa informação não existia. Na sua percepção, a alegação pela União de falta de prova ou inexistência de determinada informação, sem a indicação dos procedimentos adotados para confirmar essa inexistência, possibilita uma atuação discricionária e arbitrária do Estado em relação à facilitação do acesso a essa informação. Isso, afirmou a CorteIDH, afeta o direito dos familiares das vítimas de receber informação e conhecer a verdade sobre o que se passou.

4.1.3. O significado político do direito à verdade como conhecimento

O objetivo de se buscar a verdade-fato, ou seja, de se tornarem conhecidos acontecimentos passados que ainda não o são, que marca o primeiro momento da história do direito à verdade, não desaparece quando esse direito adquire em um segundo momento um sentido mais amplo. Ao contrário: passa-se a se falar, para além do esclarecimento de casos individuais, da elucidação da forma como esses se relacionam entre si no contexto da violência política em massa. O direito à verdade passa a ter em vista o estabelecimento de um “*relato histórico completo*” (MINOW, 1998, p. 47, t.n.³⁵⁵), a visar à identificação dos contornos gerais da violência política passada.³⁵⁶

É com esse sentido ampliado que se concebe um direito à verdade de titularidade social ou coletiva, que, como observado no Capítulo 2, permanece nebuloso na dogmática jurídica em diversos aspectos (formas e circunstâncias de exercício, legitimidade para pleitear a sua tutela, obrigações estatais correspondentes). Parece, portanto, pertinente buscar os antecedentes explicativos para que melhor se possam entender as discussões dogmático-processuais, de forma a oferecer subsídios para trabalhos de dogmática jurídica que se proponham a solucioná-las. Com esse intuito, será examinado o que pode ter motivado o alargamento no objeto do direito à verdade, com a proposta, como possíveis medidas para tornar esse direito efetivo, do estabelecimento de comissões de inquérito

³⁵⁵ “*complete historical account*”.

³⁵⁶ Nesta linha, a Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana, conforme o seu relatório, teve a incumbência tanto de investigar fatos relativos a incidentes particulares e pessoas específicas, quanto de, interpretando e realizando inferências a partir das informações recebidas, pronunciar-se a respeito dos contextos, causas e padrões das violações de direitos humanos identificadas (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 1, p. 111).

(posteriormente, comissões da verdade)³⁵⁷ e da garantia da preservação e acesso aos arquivos do Estado (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997). Ambas as medidas têm como um de seus objetivos a descoberta de fatos obscuros e o esclarecimento de eventos incertos (HAYNER, 2011, p. 20; ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 14).

O que parece alimentar esse alargamento do alcance do direito à verdade é, como já apontado neste estudo, um propósito político: a criação de condições que tornem possível a construção de uma transformação política, com a instauração de uma nova ordem de coisas, que esteja mais bem munida contra a possibilidade de uma recidiva. Como destaca André du Toit a respeito das comissões da verdade, a investigação dos fatos nesse contexto não tem apenas um olhar retrospectivo, ela visa possibilitar o estabelecimento de uma nova ordem política: *“Se as comissões de verdade tem um olhar retrospectivo, elas o tem precisamente enquanto projetos históricos fundadores; elas lidam com o passado não como um fim em si mesmo, mas para abrir caminho a um novo começo”* (DU TOIT, 2000, p. 125, t.n.³⁵⁸).

As reflexões de Hannah Arendt parecem igualmente fecundas para uma reflexão sobre esse objetivo. Com efeito, o destaque dado por Arendt à importância do respeito e atenção ao que há de imodificável nos fatos passados se relaciona à sua preocupação com a preservação da capacidade de agir. Não que o mero enunciado de fatos seja em si uma forma de ação política, na realidade ele próprio pouco contribui para a transformação do mundo e das circunstâncias, antes tendendo a levar à aceitação das coisas como elas são. A afirmação veraz é em si uma ação política apenas quando, por princípio, a comunidade tiver aderido ao mentir organizado: *“Onde todos mentem acerca de tudo que é importante aquele que conta a verdade começou a agir”* (ARENDT, 2009, p. 310-311); nas palavras de Roviello, *“[d]izer a verdade na cena pública quando todos a calam, metamorfoseia a verdade em ação política”* (ROVIELLO, 1997, p. 145, 1987, p. 174).

Mas os fatos sempre oferecem a base para o agir político, eles são metaforicamente *“[...] o solo sobre o qual nos colocamos de pé e o céu que se estende acima de nós”* (ARENDT, 2009, p. 325). A verdade fatural é, ao mesmo tempo, um limite e uma condição para a liberdade política. Um limite porque ela independe tanto das aspirações dos cidadãos quanto da vontade do pior tirano, e não pode ser modificada:

³⁵⁷ Como exposto no Capítulo 1, item 1.3, o entendimento prevalecente é o de que as comissões da verdade nem sempre são um meio apropriado para tornar efetivo o direito à verdade, sendo essa uma questão que pode apenas ser avaliada em cada situação concreta.

³⁵⁸ *“If truth commissions are backward-looking, they are so precisely as historical founding projects; they deal with the past not for its own sake but in order to clear the way for a new beginning”*.

“[c]onceitualmente, podemos chamar de verdade aquilo que não podemos modificar” (ARENDT, 2009, p. 325). Uma condição porque, como observa Enegrén (1984, p. 162), não havendo regras estabelecendo a forma como as coisas se produzem, diante da contingência dos fatos, somente a história pode guiar a opinião respeitando o poder de ruptura do agir. Sem que se garanta a informação fatural e sem que se respeitem os próprios fatos, inexistente liberdade de opinião ou capacidade de julgamento:³⁵⁹ “[...] a verdade fatural informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica” (ARENDT, 2009, p. 295-296). Nesse caso, o âmbito político fica privado “[...] não só de sua principal força estabilizadora como do ponto de partida para transformar, para iniciar algo novo” (ARENDT, 2009, p. 319).

É a verdade fatural, portanto, que torna possível o exercício da liberdade pública capaz de modificar o mundo e instaurar um novo começo (ROVIELLO, 1987, p. 171; TELES, E., 2002, p. 87). É apenas quando se atenta aos limites estabelecidos por aquilo que o homem não pode modificar conforme a sua vontade que o âmbito político, “[...] onde temos a liberdade de agir e de modificar, pode permanecer intacto, preservando sua integridade e mantendo suas promessas” (ARENDT, 2009, p. 325). Se a liberdade humana cede à persistente tentação de ignorar esses limites, ela destrói uma das condições que permitem o seu próprio exercício: “[...] ao querer emancipar-se do que limita a sua liberdade, a acção política destrói ao mesmo tempo esta condição e esta liberdade: destrói-se a si própria” (ROVIELLO, 1997, p. 10, 1987, p. 9).

É certo que, como aponta Roviello (1987, p. 104) a respeito do pensamento de Arendt, o passado pode parecer um fardo do qual, antes, queremos nos liberar. Mas o presente não consegue nem dominar o passado nem esquecê-lo, ele é seu herdeiro quer queira quer não, e, portanto, esquecê-lo significaria “[...] deixar esse fragmento do nosso mundo que é o passado converter-se numa massa opaca que impediria a nossa própria integração no mundo” (ROVIELLO, 1997, p. 86, 1987, p. 104-105). Pois, independentemente da vontade dos homens, as verdades difíceis de dizer “[...] permanecem no mundo, ou seja, no meio dos homens, como uma massa cega e inassimilável obstruindo as vias do debate, obscurecendo o espaço inter-humano da comunicação” (ROVIELLO, 1997, p. 144, 1987, p. 172-173). Daí a exigência de que essas verdades – verdades fundamentais ao debate da comunidade a respeito dela mesma – sejam

³⁵⁹ Como leciona Lafer (1988, p. 275-276), para Arendt o juízo não é apenas uma maneira de avaliar o passado, como no juízo jurídico e no juízo do historiador; ele também pode ser avaliação e pronunciamento sobre o futuro, como no juízo político.

expostas publicamente e de que o seu fardo seja suportado e examinado conscientemente (ARENDT, 1989, p. 21; ROVIELLO, 1987, p. 173).

O passado é, na atividade do pensamento, como Arendt descreve metaforicamente a partir de uma parábola de Kafka, uma força que empurra para frente, enquanto o futuro nos impele de volta ao passado (ARENDT, 2009, p. 38-39). Pensar o presente é olhá-lo criticamente à luz do passado e das possibilidades abertas para o futuro, como habitualmente faz a própria autora em seu pensamento político, sempre nutrido pela memória e a história (DUARTE, 2000, p. 136; ENEGRÉN, 1984, p. 12). O passado contém elementos capazes de iluminar e revelar o sentido das manifestações políticas atuais, bem como de abrir perspectivas para novos começos: “[...] *o próprio pensamento emerge de incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado, já que são os únicos marcos por onde pode obter orientação*” (ARENDT, 2009, p. 41). É da aceitação das coisas como elas são, “[...] *que também poderia ser chamada veracidade, [que] surge a faculdade do julgamento*” (ARENDT, 2009, p. 323), e que o futuro se abre para a possibilidade de mudanças (BILSKY, 2001, p. 244). Confrontar e buscar compreender o que se passou é o que pode conferir sentido à luta contra o totalitarismo (ARENDT, 1993, p. 41). Isto é, nas palavras de Roviello, “[...] *a condição elementar para que tais crimes não se reproduzam*” (ROVIELLO, 1997, p. 86-87, 1987, p. 105) – uma ideia que também esteve presente quando se concebeu um direito à verdade em um sentido amplo, no contexto das reflexões sobre o problema da impunidade, como exposto no Capítulo 2 (item 2.2.2.1).

É possível encontrar em Arendt, nesse sentido, elementos para melhor compreender a importância política que, num segundo momento da história da ideia de direito à verdade, veio a ser atribuída à exigência de se dar publicidade a verdades fatuais relativas ao período de violência política. Procura-se aqui, com o direito à verdade, dar aos homens instrumentos “[...] *para evitar que no futuro as violações se reproduzam*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17, t.n.³⁶⁰). Se antes, como apontado no Capítulo 2, “[...] *a sociedade estava submetida à mais completa desinformação, ao isolamento, à falta de comunicação e ao medo*” (AGUIRRE, 1993, p. 111, t.n.³⁶¹), e se, com isso, “[*a*] *amplitude da violação das liberdades, dos direitos civis e políticos, da dignidade da pessoa, da integridade da vida, é mal apreendida pela maioria da população*”

³⁶⁰ “[...] *pour éviter qu'à l'avenir les violations ne se reproduisent*”.

³⁶¹ “*la société a été soumise à la désinformation la plus totale, à l'isolement, à l'icommunication et à la peur*”.

(AGUIRRE, 1993, p. 111, t.n.³⁶²), o direito à verdade possibilitaria “[...] *esse aprendizado da história que é vital para reconstruir a identidade de um povo e permitir que ele olhe para o futuro*” (AGUIRRE, 1993, p. 112, t.n.³⁶³).

Daí a instauração de comissões da verdade, para coletar um conjunto de informações que “[...] *é comumente de uma espécie e qualidade muito melhores do que o que está disponível em qualquer relato histórico anterior*” (HAYNER, 2011, p. 20, t.n.³⁶⁴). Daí, também, a preocupação com a preservação e abertura ao público dos arquivos oficiais, os quais permitem “[...] *conservar os traços e a memória dos fatos históricos, da verdade, para que a todo momento seja possível fazer referência a eles e que as gerações futuras deles disponham*” (JOINET et al., 2002, p. 24, t.n.³⁶⁵). Entretanto, o estabelecimento da “verdade mais completa possível” sobre as violações, inclusive sobre as suas causas e circunstâncias em que se produziram e a identidade de seus autores, como dispõem as resoluções da OEA sobre o direito à verdade (v. Capítulo 2, item 2.3.2), não se dá sem que se enfrentem importantes dificuldades.

Sobre os arquivos oficiais do período repressivo, pondera-se que sua “[...] *efetividade enquanto ferramenta de revelação da verdade depende da autenticidade, completude e confiabilidade dos arquivos secretos, nada disso devendo ser tomado por certo*” (STAN; NEDELSKY, 2012, p. 3, t.n.³⁶⁶). Além de existir o risco de alteração dos arquivos e de sua incompletude, eles também não são fiáveis enquanto descrição da realidade vivida na época de sua produção. Eles refletem a realidade tal como a organização repressiva optou por registrá-la, com quaisquer meios escusos que ela tenha usado para obter as informações em que se baseia, e apresentam distorções, mentiras e omissões (STAN; NEDELSKY, 2012, p. 3; TEITEL, 2000, p. 95-96). O que não prejudica a relevância da sua abertura, como destaca Torelli (2012, p. 268), para possibilitar ao público o seu exame e contestação.

As comissões da verdade – especialmente quando passam das descobertas em nível individual sobre incidentes particulares e pessoas específicas para a descrição dos contornos gerais da violência política, inclusive com a perquirição de suas causas e

³⁶² “*L’ampleur de la violation des libertés, des droits civils et politiques, de la dignité de la personne, de l’intégrité de la vie, est mal appréhendée par la majorité de la population*”.

³⁶³ “[...] *cet apprentissage de l’histoire qui est vital pour reconstruire l’identité d’un peuple et lui permettre de regarder l’avenir*”.

³⁶⁴ “[...] *is usually of a kind and quality far better than what is available in any previous historical account*”.

³⁶⁵ “[...] *conservar traces et mémoire des faits historiques, de la vérité, afin qu’à tout moment on puisse s’y référer et que les générations futures en disposent*”.

³⁶⁶ “[...] *effectiveness as a tool of truth revelation depends on the authenticity, completeness and reliability of the secret archives, none of which should be taken for granted*”.

consequências –, realizam, evidentemente, uma interpretação dos acontecimentos. Como esclarece o relatório final da Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana, “[...] a Comissão foi solicitada a tratar dos contornos mais amplos subjacentes às graves violações de direitos humanos e a explorar as causas dessas violações. Para fazê-lo, ela teve que analisar, interpretar e extrair conclusões a partir das informações que recebeu” (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 1, p. 111, t.n.³⁶⁷). Há, realmente, para falar com Arendt (2009, p. 296), uma colheita dos fatos no caos dos puros acontecimentos e sua adequação a uma história, que apenas pode ser narrada de uma perspectiva. Essa narrativa jamais poderá ser algo fechado e inquestionável – como já observado, para Arendt cada geração tem o direito de escrever a sua própria história –, o que não é admissível é que se toque na matéria fatual.

É porque a comissão da verdade inevitavelmente rearranja os fatos de acordo com uma perspectiva, que ela suscita preocupações quanto à imparcialidade na análise de que é incumbida. O que, como já observado neste estudo, gera imensos debates que passam pela prévia questão relativa ao que deve significar imparcialidade nesse contexto. Qual o “tom justo” e a distância adequada na análise de crimes horrendos que inevitavelmente suscitam indignação? Esse é um problema que se apresenta também ao historiador³⁶⁸ mas é especialmente delicado nas comissões da verdade, que têm por foco primário as vítimas e se voltam ao objetivo de restituir a sua dignidade, o que demanda, evidentemente, a refutação da justificação da violência adotada pelo regime anterior. O argumento da exigência de imparcialidade é usado com frequência por aqueles que defendem que a comissão investigue, além das práticas do Estado opressor, as ações de grupos insurgentes. Entretanto, como já apontado neste trabalho, observa Teitel (2000, p. 87) que, se isso é feito, corre-se o risco de se enfraquecer a sinalização da ruptura com o governo anterior e de se levar a uma problemática equiparação entre o ataque violento contra a população por meio do aparelho policial-militar do Estado e a conduta daqueles que a ele se opõe (v. Capítulo 1, item 1.3).³⁶⁹

³⁶⁷ “[...] the Commission was required to report on the broader patterns underlying gross violations of human rights and to explore the causes of such violations. To do this, it had to analyze, interpret and draw inferences from the information it received”.

³⁶⁸ Sobre a experiência do historiador da Shoah diante desse problema, v. Wieviorka, 2002, p. 119-120.

³⁶⁹ “Quando as duas formas de violência são associadas, a representação é de continuidade, de uma aparente relativização do mal praticado pelo Estado, de equiparação do aparato oficial repressivo à oposição política. O processo conjunto de investigação e relatório da violência dual do governo e da oposição leva à justaposição dos atos do Estado e de atores não-Estatais em categorias paralelas e introduz uma comparação controversa: A justaposição de ambas as formas de violência em um documento, através do uso de categorias paralelas e de casos exemplares, aparentemente constrói representações simétricas e até mesmo uma

Para minorar os riscos da politização da atividade das comissões da verdade (v. TEITEL, 2000, p. 85-87), existe uma preocupação em se assegurar sua autonomia em relação aos órgãos do Estado (FREEMAN, 2006, p. 17). Nesse sentido, o Relatório Joinet já tratava das garantias de independência e imparcialidade das “comissões extrajudiciais de inquérito”, entre as quais a escolha dos seus membros baseada em critérios de competência e imparcialidade, a garantia de inamovibilidade durante os seus mandatos e de sua imunidade contra qualquer ação civil ou penal baseada em fatos ou posicionamentos apresentados no relatório (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 6).³⁷⁰ Com a mesma preocupação, publicação do EACDH recomenda que a comissão da verdade seja operacionalmente independente, de forma a atuar sem interferência política.³⁷¹ O desafio, aqui, é criar condições para que a comissão da verdade possa ter a verdade e a veracidade

equiparação dos males – uma equivalência moral” (TEITEL, 2000, p. 87, t.n.: “*When the two sorts of violence are conjoined, the representation is one of continuity, of a seeming relativization of state wrongdoing, of the equation of the official repressive apparatus with the political opposition. The joint process of investigation and reporting the dual violence of government and opposition leads to the juxtaposition of the acts of state and nonstate actors in parallel categories and introduces a controversial comparison: Apposition of both sorts of violence in one document, through the uses of parallel categories and exemplary cases, apparently constructs symmetric representations and even equation of evils – a moral equivalence*”).

A questão da dimensão do poderio do aparelho repressivo do Estado versus o das organizações que a ele se opõem, ou seja, do equilíbrio de força entre as partes em conflito, parece ser considerada relevante na decisão sobre o que investigar. No Peru, por exemplo, decidiu-se que a Comissão de Verdade e Reconciliação (2001-2003), criada para investigar violações a direitos humanos no conflito armado interno peruano ocorrido entre 1980 e 2000, incluiria na sua apuração a violência empregada por grupos de oposição ao governo. Isto porque, segundo o relatório final da Comissão de Verdade e Reconciliação, naquele país não se teria verificado “[...] o esquema clássico latino-americano de agentes do Estado como perpetradores quase exclusivos contra grupos subversivos com um uso restrito da violência e, sobretudo contra civis desarmados” (PERU, 2003, p. 54, t.n.: “[...] *el esquema clásico latinoamericano de agentes del Estado como perpetradores casi exclusivos enfrentados a grupos subversivos con un uso restringido de la violencia y, sobretudo, a civiles desarmados*”). A Comissão peruana atribuiu à organização armada Sendero Luminoso 53,68% das mortes e desaparecimentos que lhe foram reportados (PERU, 2003, p. 54).

³⁷⁰ Essas garantias foram em essência mantidas na atualização do Conjunto de Princípios para o Combate à Impunidade, embora tenham sido feitas algumas alterações no texto, por exemplo, prevendo exceções para a inamovibilidade (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princ. 7).

³⁷¹ “Uma vez estabelecida, a comissão deve operar sem influência direta ou controle pelo governo, inclusive em suas pesquisas e investigações, em suas decisões orçamentárias, no seu relatório e recomendações. Quando for necessária uma supervisão financeira, deve ser preservada a independência operacional. As autoridades políticas devem dar claros sinais de que a comissão operará de forma independente” (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 6, t.n.: “*Once established, the commission should operate free of direct influence or control by the Government, including in its research and investigations, budgetary decision-making, and in its report and recommendations. Where financial oversight is needed, operational independence should be preserved. Political authorities should give clear signals that the commission will be operating independently*”). O documento diz ainda que, em condições ideais, devem ser escolhidos como membros das comissões pessoas respeitadas “[...] cuja neutralidade seja aceita por todas as partes de um conflito prévio (ou o grupo em conjunto deve ser considerado representativo de uma variedade relativamente ampla de opiniões)” (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 13: “[...] *who are accepted as neutral by all sides of a previous conflict (or the group as a whole should be seen to be representative of a fair range of views)*”). De acordo com ele, “[d]eve-se resistir fortemente a qualquer intenção de incluir na comissão dirigentes políticos ou representantes de partidos políticos, facções ou antigos grupos armados” (ONU, HR/PUB/06/1, 2006g, p. 13, t.n.: “[a]ny inclination to put political leaders or representatives of political parties, factions or former armed groups on the commission should be strongly resisted”).

como critério soberano da sua linguagem e do seu esforço (ARENDT, 2009, p. 321), não servindo como mero instrumento para a definição ideológica dos fatos e a politização da memória. É, em termos diversos, evitar que ela se torne um mecanismo de uso e até mesmo distorção da história para fins políticos.³⁷²

4.2. Direito à verdade na reconstrução da comunidade política: demandas de veracidade

A exposição feita no Capítulo 2 indicou que, quando o direito à verdade adquiriu um sentido alargado, passando a significar, além de um direito individual das vítimas e seus próximos, “[...] *um direito coletivo que encontra a sua origem na história para evitar que no futuro as violações se reproduzam*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17, t.n.³⁷³), nele ganhou relevância uma dimensão que não diz respeito, necessariamente, a fatos desconhecidos do público. Diante disso se pode indagar: por que um direito à verdade a respeito de fatos que não são segredos? O que se acrescenta à verdade sobre violações de direitos humanos quando existe um reconhecimento público da sua ocorrência?

É possível encontrar indicações para o enfrentamento dessas questões no Relatório Joinet (v. Capítulo 2, item 2.2.2.1). De um lado, nele se lê que, entre os objetivos a serem buscados com o estabelecimento de comissões de inquérito, está o de “(...) *determinar que aquilo que os opressores qualificavam como mentira a fim de desacreditar os defensores dos direitos humanos estava muito frequentemente aquém da verdade*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 19, t.n.³⁷⁴), de “[...] *fazer reconhecer a parte da verdade que antes era constantemente negada*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 5, t.n.³⁷⁵). Do que se extrai que, além do problema da verdade fatural desconhecida, ganhou ênfase a questão da veracidade. De outro lado, no Relatório Joinet também se observa que o “direito de saber” foi relacionado a um “dever de memória” das violações de direitos humanos, voltado a salvaguardá-las dessas

³⁷² Parece ser essa a preocupação de Arendt quando defende que aquele que busca a verdade se situe em posição exterior ao âmbito político, embora esta busca possa ser empreendida em instituições públicas, a exemplo de um Judiciário independente (ARENDT, 2009, p. 320-322). Sobre a importância em Arendt da busca desinteressada da verdade, v. Lafer (1988, p. 247-249).

³⁷³ “[...] *un droit collectif qui trouve son origine dans l'histoire pour éviter qu'à l'avenir les violations ne se reproduisent*”.

³⁷⁴ “[...] *établir que ce qui était dénoncé comme mensonger par les oppresseurs afin de discréditer les défenseurs des droits de l'homme était bien souvent en deçà de la vérité*”.

³⁷⁵ “[...] *faire reconnaître la part de vérité qui auparavant était constamment niée*”.

“[...] *distorções da história que recebem o nome de revisionismo e negacionismo*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17, t.n.³⁷⁶).

Esses objetivos podem ser discutidos com base nas análises de Arendt a respeito da relação entre verdade e política, especialmente aquelas desenvolvidas nos ensaios “Verdade e política” (ARENDT, 2009, p. 282-325) e “A mentira na política – Considerações sobre os Documentos do Pentágono” (ARENDT, 2010b, p. 9-48), que apontam para a relevância da veracidade para o espaço político.³⁷⁷ Neles, Arendt se inquieta especialmente com duas formas que o mentir pode assumir, próprias ao nosso tempo e particularmente danosas: a mentira organizada e a transformação dos fatos em uma mera questão de opinião. Em ambas, o problema específico não é propriamente a exclusão do conhecimento público de fatos que lhe são contemporâneos, aos quais ele nunca teve acesso, dizendo antes respeito a “[...] *coisas que em absoluto constituem segredos, mas são conhecidas praticamente por todo mundo*” (ARENDT, 2009, p. 311).

Serão aproveitadas pistas deixadas em sua reflexão para se discutir: em primeiro lugar, o objetivo de se condenar o uso da mentira política como ferramenta de governo, em um diálogo com a forma como Arendt trata do problema da mentira organizada (item 4.2.1); em segundo lugar, o propósito de se preservar a memória da violação de direitos humanos contra o desaparecimento e de salvaguardá-la de argumentos revisionistas e/ou negacionistas, a partir da preocupação de Arendt com o perigo de se converter verdades fatuais em uma questão de mera opinião (item 4.2.2).

4.2.1. A exigência de ruptura com um governo que esconde e mente

Já foi observado neste trabalho que, quando o direito à verdade teve o seu objeto ampliado, atribuiu-se relevância para, além de se descobrir aquilo que aconteceu e que o público desconhece, apontar o que *foi dissimulado*; mais do que investigar o que se passou, *revelar o que foi escondido*. Diante do que cabe indagar: por que a veracidade veio a se tornar uma dimensão relevante do direito à verdade? E em que medida a mentira política é condenável a ponto de, em transições democráticas, ter-se como importante a demarcação de uma ruptura em relação a um governo anterior que escondia e mentia?

³⁷⁶ “[...] *détournements de l’histoire qui ont pour nom révisionnisme et négationnisme*”.

³⁷⁷ Como observa Roviello, “[o] objectivo dos textos consagrados por H. Arendt à relação entre verdade e política é fazer surgir a verdade e, mais precisamente, a *veracidade*, como um dos limites *constitutivos* do espaço político” (ROVIELLO, 1997, p. 140, 1987, p. 168-169, d.o.).

Em “Verdade e política”, Arendt parte do que percebe como um lugar comum sobre a prática dos governos – a ideia de que a mentira seria necessária e justificável ao estadista – para discutir os danos que o poder político, quando mentiroso e falseador, é capaz de infligir à verdade fatural. O sentido do lugar comum, aponta Arendt, se revela com a indagação suscitada ao substituir-se o termo “justiça” pelo termo “verdade” no adágio latino “*Fiat iustitia, et pereat mundus*” (“Faça-se justiça, embora pereça o mundo”): deve a verdade ser buscada e preservada, não importa quanto sacrifício isso exija, até mesmo em prejuízo da sobrevivência do mundo? Não seria justificável suprimir a verdade que solapa a paz? (ARENDT, 2009, p. 283-284). O “Faça-se verdade, embora pereça o mundo” pressupõe que verdade e mundo sejam mutuamente excludentes, de forma que, impondo-se uma exigência de verdade, se colocaria o mundo em perigo (ROVIELLO, 1987, p. 170).³⁷⁸ Informada por essa percepção, a argumentação política, como ensina Celso Lafer, tradicionalmente admite a existência de um “[...] *direito do governante de mentir em determinadas circunstâncias, desde que em benefício da comunidade*” (LAFER, 1995, p. 15), não obstante o problema ético suscitado com essa conduta.

Arendt está ciente de que os governos, agindo de acordo com a categoria de meios-e-fins, sempre fizeram uso da mentira em relação a fatos particulares, considerando-a inclusive um mecanismo relativamente inofensivo frente aos meios violentos que lhes são disponíveis (ARENDT, 2009, p. 283-285).³⁷⁹ O que suscita as suas inquietações não são os segredos de Estado, empregados já há muito tempo para subtrair da percepção pública informações específicas capazes de colocar em risco o Estado em face de seus inimigos (ARENDT, 2009, p. 293).

A mentira política tradicional, segundo Arendt, “[...] *referia-se, quer a segredos autênticos, a dados que nunca se haviam tornado públicos, ou a intenções, que, de qualquer maneira, não possuem o mesmo grau de segurança que fatos acabados*” (ARENDT, 2009, p. 311). Ela dizia respeito apenas a particularidades e se dirigia principalmente ao inimigo e ao trato de negócios estrangeiros, em situações de perigo. Não buscava mudar todo o contexto e, dessa forma, tendia a ser provisória, cedo ou tarde traída

³⁷⁸ A anistia penal, respondendo, nas palavras de Ricoeur, a um “[...] desígnio de terapia social emergencial, sob o signo da utilidade e não da verdade” (RICOEUR, 2007, p. 462, 2000, p. 589), parece seguir esse pressuposto (cf. LAFER, 2012, p. 5).

³⁷⁹ “Sigilo – diplomaticamente chamado de ‘discrição’ e de *arcana imperii* (os mistérios do governo) – e embuste, ou seja, a falsidade deliberada e a mentira descarada, são usados como meios legítimos para alcançar fins políticos desde os primórdios da história documentada” (ARENDT, 2010b, p. 14-15).

pela identificação dos remendos feitos na textura histórica (ARENDT, 2009, p. 313-315, ENEGRÉN, 1984, p. 169).

Já a mentira organizada, que conhecemos hoje, se dá com a manipulação em massa de fatos e opiniões e quer dominar a esfera pública, iludindo não apenas o inimigo, mas todas as pessoas (ARENDT, 2009, p. 289, 312) – é uma mentira destinada ao consumo doméstico (ARENDT, 2010b, p. 22). Ela busca reescrever a história “*sob os olhos daqueles que a testemunharam*” (ARENDT, 2009, p. 312) para ajustá-la à linha política do momento, ou criar uma imagem – e fazer o povo acreditar nela – “[...] *na qual todo fato conhecido e estabelecido pode do mesmo modo ser negado ou negligenciado caso possa vir a prejudicar a imagem*” (ARENDT, 2009, p. 312). Impõe uma completa e definitiva reorganização da trama fatural, a construção de uma nova realidade na qual os fatos inventados possam se encaixar sem remendos.

Oferecendo falsificações em substituição à história real, a mentira organizada é usada como uma arma contra a verdade e põe esta em risco de completa e definitiva eliminação do mundo (ARENDT, 2009, p. 288, 313). A sua peculiar violência está, portanto, na tendência de, para além de ocultar, destruir tudo aquilo que nega: “[...] *a diferença entre a mentira tradicional e a moderna acarretará, na maior parte das vezes, a diferença entre ocultar e destruir*” (ARENDT, 2009, p. 312). Assim, a invenção recente, que não entra no arsenal clássico do segredo de Estado, é, como nota Enegrén (1984, p. 169), a mentira como destruição: “*Essa inteireza e finalidade potencial, ignoradas de épocas anteriores, constituem os perigos que emergem da moderna manipulação dos fatos*” (ARENDT, 2009, p. 315). A mentira passa a ser um problema grave e urgente na política quando se torna “[...] *a arte de destruir toda evidência que a contradiga*” (DUARTE, 2000, p. 186), a arte de eliminação do real (ARENDT, 2010b, p. 40).

O seu emprego e os riscos que oferece não são exclusividade de governos totalitários. Ao contrário, a estratégia de abrigar as ideologias e imagens do impacto da realidade e da verdade é semelhante nas ditaduras de partido único (ARENDT, 2009, p. 316-317), e até mesmo “[...] *no mundo livre, onde o governo não monopolizou o poder de decidir e dizer o que é e o que não é fatualidade*” (ARENDT, 2009, p. 315), se pratica a moderna arte de criar imagens para consumo doméstico. As democracias, com efeito, encontram um excelente apoio para as suas mentiras nos novos meios de comunicação e na mídia de massa que, de tanto veicular uma imagem fabricada, podem terminar por fazer dessa imagem algo mais crível do que a própria realidade (LAFER, 1988, p. 247;

ROVIELLO, 1987, p. 171). É o que demonstra o exemplo dos “Documentos do Pentágono”, analisado por Arendt: um registro secreto sobre o papel dos Estados Unidos na Indochina desde a Segunda Guerra até maio de 1968, no qual é revelado que a sua política interna e externa, por quase uma década, foi dominada por um “[...] *redemoinho de declarações falsas de toda ordem, embustes e mesmo auto-embustes*” (ARENDT, 2010b, p. 14).

Está aí o limite cuja transgressão é tão perigosa. E o seu perigo, para Arendt, não é passar-se a viver iludido com mentiras, sendo essas aceitas como verdade e a verdade descartada como mentira. Pois a verdade fatural, não obstante a sua vulnerabilidade, possui uma força própria: a impossibilidade de se inventar um substituto viável e adequado para ela. A realidade nos dá estabilidade, porque nela as coisas saíram do seu estado de potencialidade, no qual poderiam adquirir inúmeras formas, para, no passado, terem sido e no presente serem, da forma como são. As imagens e falsificações “[...] *jamais podem competir em estabilidade com aquilo que é simplesmente porque calhou que fosse assim e não de outra maneira*” (ARENDT, 2009, p. 318).

O limite que Arendt tem em vista nos diz que apenas o futuro está aberto à ação e à modificação do mundo, não o passado e o presente, que já se tornaram irreversíveis, não podem mais ser desfeitos, e como tais servem como o ponto de apoio para iniciar-se algo novo. Mas a mentira organizada, muito mais do que a ocasional que se prende a falsidades específicas, transpõe esse limite, reconduzindo também o passado e o presente ao “*largo horizonte da potencialidade*” (ARENDT, 2009, p. 318), tratando-os como se fossem parte do futuro. Ela emprega a imaginação – a capacidade de inventar formas para as coisas diferentes daquelas que elas têm, que é a fonte da nossa capacidade de agir – com o fim de transformar toda a textura histórica, passada e presente (ARENDT, 2010b, p. 15). Daí a sua incontornável instabilidade: sendo inumeráveis as possibilidades da mentira, ela demanda constante alteração dos fatos para o seu ajuste às circunstâncias cambiantes: “[...] *é preciso reajustar constantemente as próprias falsificações, de modo que o presente, e o próprio passado, ficam submetidos ao fluxo constante das diferentes verdades potenciais que nunca se actualizaram*” (ROVIELLO, 1997, p. 150, 1987, p. 180). Em lugar do chão estabelecido pelo passado, por ela arrancado dos nossos pés, a mentira organizada pode apenas abandonar os homens sobre a areia movediça (ROVIELLO, 1987, p. 180) de um “*mundo desfaturalizado*” (ARENDT, 2010b, p. 27, 39).

De forma que a mentira organizada, no extremo, tem como consequência uma “curiosa espécie de cinismo” (ARENDT, 2009, p. 317): a recusa em se acreditar na verdade de qualquer coisa.³⁸⁰ Mais do que se passar a aceitar mentiras como verdade, fica destruído o “[...] sentido mediante o qual nos orientamos no mundo real – incluindo-se entre os meios mentais para esse fim a categoria de oposição entre verdade e falsidade” (ARENDT, 2009, p. 318). Alcança-se um estado de coisas em que já não importa se a afirmação é verdadeira ou falsa, nem mesmo acredita-se valer a pena aspirar à verdade: “[...] a verdade digna de confiança desaparece por completo da vida pública, e com ela o principal fator de estabilidade nos cambiantes assuntos dos homens” (ARENDT, 2010b, p. 17). Como sublinha Roviello, para Arendt a confiança no real e a confiança na veracidade dos testemunhos sobre o real são mutuamente dependentes; ao se arruinar a primeira, destrói-se igualmente a segunda: “A desconfiança em relação ao mundo tal como ele me aparece é acompanhada pela desconfiança em relação aos outros” (ROVIELLO, 1997, p. 134, 1987, p. 161).

O totalitarismo – paradigma do governo baseado na mentira organizada – revela o que significa, em todas as suas implicações, a substituição da verdade fatual pela mentira política. Na sociedade totalitária, onde qualquer ficção pode se tornar realidade, os cidadãos vivem uma situação de dúvida radical a respeito tanto do real quanto de quaisquer

³⁸⁰ Independentemente do seu significado enquanto corrente da filosofia antiga, o termo “cinismo” adquiriu na contemporaneidade acepções diferentes, no mais das vezes pejorativas: a transgressão ou desprezo à moral e às convenções sociais (LALANDE, 1968, p. 201; FOULQUIÉ, 1969, p. 151), uma atitude afrontosa, insolente, descarada, provocante (ROBERT, 1953, p. 1076), muitas vezes atribuída aos ricos e poderosos (GODIN, 2004, p. 294); ou ainda uma espécie de disposição em não acreditar na sinceridade e na bondade dos motivos e ações humanas, expressa com escárnio e sarcasmo (MURRAY et al., 1989, p. 197). Já foi sintetizada, no Capítulo 3, item 3.4, a análise de Arendt em *Origens do Totalitarismo* a respeito da variada mistura de credulidade e cinismo que, em seu entender, os participantes do movimento totalitário apresentariam frente “às diversas declarações mentirosas do Líder e à ficção ideológica central e imutável do movimento” (ARENDT, 1989, p. 432). Segundo Arendt, essa mistura “[...] por si, já era bastante notável, pois significava o fim da ilusão de que a credulidade fosse fraqueza de gente primitiva e ingênua, e que o cinismo fosse o vício superior dos espíritos refinados” (ARENDT, 1989, p. 432). De um lado, o cinismo já está presente nas camadas mais baixas da hierarquia totalitária; de outro, mesmo os membros do seu topo jamais são puramente cínicos, sem alguma dose de credulidade (CANOVAN, 1992, p. 57). É interessante notar que, segundo a análise realizada naquela obra, a própria atitude cínica algumas vezes parece decorrer de uma escolha pessoal, como no caso da camada superior da organização dos movimentos totalitários, mas, por outras, o cinismo parece ser antes um estado de espírito ao qual os homens são levados independentemente da própria vontade: “Num mundo incompreensível e em perpétua mudança, as massas haviam chegado a um ponto em que, ao mesmo tempo, acreditavam em tudo e em nada, julgavam que tudo era possível e nada era verdadeiro” (ARENDT, 1989, p. 432); “A elite não se compõe de ideólogos; toda a educação dos seus membros objetiva abolir a capacidade de distinguir entre a verdade e a mentira, a realidade e a ficção” (ARENDT, 1989, p. 434). Parece se aproximar mais deste segundo tipo de cinismo a “curiosa espécie de cinismo” a que Arendt se refere no ensaio “Verdade e Política”. Aqui, a descrença na possibilidade de se distinguir verdade e mentira, esse desinteresse na busca da verdade, parecem ser mais uma consequência maléfica da mentira política organizada sobre aqueles a quem esta se dirige do que uma predisposição ou uma opção voluntária (ARENDT, 2009, p. 317).

testemunhos que sobre o real sejam feitos: “[...] *este indivíduo já não é capaz de aceitar testemunho algum, não apenas o dos outros, mas também o dos seus próprios sentidos*” (ROVIELLO, 1997, p. 139, 1987, p. 166-167). Essa é a característica marcante, como visto no Capítulo 3 (item 3.3), do súdito ideal do totalitarismo: desprezar a diferença entre verdade e falsidade. É colocado em questão o que Petr Fidelius, citado por Roviello, chamou de a “[...] *própria ideia de uma verdade geralmente válida e comunicável*” (FIDELIUS apud ROVIELLO, 1997, p. 139, 1987, p. 167). Viver na mentira é, nesse sentido, participar de um estado de coisas em que é desvalorizada não só a verdade em si, mas também a aspiração de se conhecer a verdade, uma situação em que o próprio sentido de verdade é destruído (ROVIELLO, 1987, p. 168-169). É por isso que “[...] *a mentira coerente, em termos metafóricos, arranca o chão sob os nossos pés, sem fornecer nenhuma base em que nos postemos*” (ARENDT, 2009, p. 318).

Essa reflexão arenditana que, frente aos contornos que a mentira como prática dos governos pôde adquirir no nosso tempo, distancia-se do lugar comum da argumentação política para afirmar a relevância da veracidade para o espaço público, é fecunda para se pensar por que a veracidade veio a se tornar uma dimensão relevante do direito à verdade. Pois se, em Arendt, o “dizer aquilo que é” “[...] *apresenta-se à consciência política como uma condição para que o sentido dos fins especificamente políticos seja salvaguardado*” (ROVIELLO, 1997, p. 142, 1987, p. 170-171, d.o.), isto não se dá apenas em virtude da relevância da verdade fatural para a ação política, como já apontado acima (v. item 4.1 supra). A disseminação da mentira pode destruir a integridade do espaço público (DUARTE, 2000, p. 186), porque, conforme as lições de Arendt, para além da destruição dos fatos em si, ela arruína também a confiança no outro que é pressuposta para que seja possível viver e agir em conjunto. Como nota Celso Lafer, com lastro no pensamento de Sissela Bok, “[...] *a confiança na veracidade funciona como fundamento e fundação das relações entre os seres humanos*” (LAFER, 1988, p. 255).

Nesse sentido, a exigência de veracidade, ensina Roviello, se distingue e é mais ampla que a necessidade da verdade em si, pois diz respeito antes de tudo ao *inter-esse* (ROVIELLO, 1987, p. 185), ou seja, ao espaço que se estabelece entre os homens que falam e agem uns com os outros (ARENDT, 2010a, p. 228). Para Arendt, é nesse “espaço-entre” subjetivo que se constitui a política: “*A política surge no entre-os-homens [...]. A política surge no intra-espaço e se estabelece como relação*” (ARENDT, 2003, p. 23, 1995, p. 42, d.o.). Para que isso possa se passar, ou seja, para que possa se dar

genuinamente a constituição do poder político, é preciso que a palavra e a ação sejam percebidas como reveladoras de perspectivas sobre a realidade.

Essa é uma decorrência da concepção arendtiana do mundo político como mundo das aparências, no qual, como já apontado no Capítulo 3, é necessária a visibilidade e a intersubjetividade, pois são os outros que confirmam que o que vejo é autêntico (LAFER, 1988, p. 253). Nesse contexto, dependendo dos outros (e devo acreditar que suas palavras não estão sendo proferidas para me levar ao engano) para assegurar a realidade do que vejo: “[...] sem a confiança na ação e no discurso como uma forma de convivência, é impossível estabelecer inequivocamente a realidade do si-próprio, da própria identidade, ou a realidade do mundo circundante” (ARENDT, 2010a, p. 260, d.i.). O agir político se baseia na possibilidade de revelação de um mundo comum pela qual os indivíduos são corresponsáveis, que depende da confiança de que cada um fala para comunicar a sua perspectiva sobre o mundo e não para enganar os demais:

O poder só é efetivado onde a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais, onde as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades, e os atos não são empregados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades (ARENDT, 2010a, p. 249-250, d.i.).

A veracidade é, portanto, uma exigência fundada no sentido do compartilhamento do mundo com os outros: “*O mundo comum como mundo do aparecer visa a constituição de um mundo unificado – na diversidade – pela troca de palavras verídicas (senão verdadeiras), e pela participação fiável de cada indivíduo numa ação comum*” (ROVIELLO, 1997, p. 27, 1987, p. 30, d.o.). Se não é possível eliminar por completo a mentira do âmbito político, é preciso, no entanto, para viver e agir em conjunto, poder pressupor que os outros também têm em seu horizonte os limites que ela não pode ultrapassar (ROVIELLO, 1987, p. 165). Nas palavras de Duarte, “[o] *que é preciso impedir é que a mentira e a manipulação possam converter-se nos elementos centrais do discurso político, de sorte que a luz do espaço público deixe de revelar novas perspectivas do mundo e passe a escondê-las e destruí-las*” (DUARTE, 2000, p. 185).

Assim, a reivindicação de um direito à verdade enquanto exigência de veracidade pode ser explicada com base na ideia de que a confiança na veracidade do outro é, tanto quanto o acesso aos fatos em si, fundamental para o agir conjunto que instaura o novo. Sem que eu possa acreditar que os outros comunicam a sua perspectiva sobre o mundo, ficam destruídas as condições para a instituição humana da política enquanto espaço

revelador daquilo que é (ROVIELLO, 1987, p. 178) e, consequentemente, para a liberdade de ação e a construção de um mundo comum (LAFER, 1988, p. 257).³⁸¹

A restauração e a promoção da confiança entre os indivíduos e nas instituições do Estado é um dos objetivos das medidas da justiça de transição, de acordo com o relator especial da ONU para a promoção da verdade, da justiça, da reparação e das garantias de não reincidência (ONU, A/HRC/21/46, 2012, pars. 21, 32). Isso parece justificar que se considere importante, nas transições entre regimes políticos, assinalar-se a ruptura com o regime que governava por meio do segredo e da mentira.

Em primeiro lugar, propugna-se que essa ruptura seja assinalada tomando-se uma posição a respeito das narrativas anteriormente adotadas, identificando-se, rejeitando-se e condenando-se expressamente a mentira. Nesse sentido, como verifica Teitel, as narrativas históricas produzidas na transição não são simplesmente relatos de investigações de fatos realizadas no vácuo, elas são construídas em cima de narrativas nacionais precedentes e se apoiam na definição de uma “*linha de descontinuidade*” (TEITEL, 2000, p. 70, t.n.³⁸²). São assinaladas as falsas alegações dos regimes anteriores e revistas acusações feitas contra as suas vítimas (TEITEL, 2000, p. 90). Com isso, as transições politicamente “liberalizantes” buscam destacar a diferença entre a “vida na mentira” e a “vida na verdade”:³⁸³ “*Elas são mais bem compreendidas não como fundacionais, mas como transicionais, como a mudança nos regimes de verdade construída na mudança de regimes políticos*” (TEITEL, 2000, p. 113, t.n.³⁸⁴). Nelas se toma uma posição crítica a respeito das consequências do uso da mentira e do segredo na vida política. Como disse Lafer quando da criação da comissão nacional da verdade brasileira, espera-se que seu relatório indique “[...] *as maléficas consequências, para a vida política, do cripto poder, que age na sombra, tanto porque se oculta quanto oculta, isto é, esconde, pelo sigilo, o que fez*” (LAFER, 2012, p. 12).

Essa parece ser uma das razões pelas quais se afirma que a obrigação correspondente ao direito à verdade não seria apenas de investigar e *descobrir* a verdade, mas também de *reconhecê-la*: “[...] *não deve haver nenhum comprometimento da*

³⁸¹ Nas palavras de Celso Lafer, “[s]em a confiança, que requer a veracidade, não há o agir conjunto que, como explica Arendt, gera o poder, uma geração necessária para que ele possa ser aplicado e exercido” (LAFER, 1995, p. 17).

³⁸² “*line of discontinuity*”.

³⁸³ A expressão “vida na verdade” (“*living within the truth*”), empregada por Teitel (2000, p. 92), é de Václav Havel.

³⁸⁴ “*They are better understood, not as foundational, but as transitional, as the change in the truth regimes constructed in the change in political regimes*”.

obrigação de descobrir e reconhecer a verdade” (HENKIN apud ARTHUR, 2009, p. 353, d.i., t.n.³⁸⁵). Caberia ao Estado assumir que o seu aparelho foi usado para – e que seus agentes participaram de – práticas violentas contra a população civil, mesmo que esses fatos já sejam de conhecimento público, de forma a evitar que os responsáveis pelos abusos do passado continuem a insistir em “*versões justificadoras do que aconteceu*” (ZALAQUETT apud ARTHUR, 2009, p. 356, t.n.³⁸⁶). Nesse sentido, atribui-se às comissões da verdade o papel de superar a prática oficial de negar os fatos (MINOW, 1998, p. 56-57).

A distinção, na atuação das comissões da verdade, entre *conhecimento* e *reconhecimento* – cuja primeira articulação é atribuída a Thomas Nagel (DU TOIT, 2000, p. 132; HAYNER, 2011, p. 300, nota 2) – foi explicitada por André du Toit em artigo sobre a justificação moral da comissão de verdade e reconciliação sul-africana. De acordo com essa distinção, as comissões da verdade procuram o *conhecimento* da verdade por meio dos processos forenses de investigação – testemunhas, registros documentais, etc. – capazes de levar, com as inevitáveis limitações, à descoberta ou confirmação dos fatos: “[...] *isso deve claramente ser uma parte importante do trabalho de toda comissão de verdade: criar e aumentar uma base de dados confiável, examinar as numerosas alegações em circulação e confirmar as muitas declarações feitas pelas diversas partes*” (DU TOIT, 2000, p. 133, t.n.³⁸⁷). Mas, para alguns autores, talvez a maior contribuição das comissões da verdade, notadamente quando as violações tenham sido mentirosamente negadas pelo regime que as praticou, esteja no plano do *reconhecimento* (*acknowledgement*):

Mesmo sob o regime anterior a verdade sobre as contínuas atrocidades políticas ou violações de direitos humanos, tais como a tortura, são em certo sentido já *conhecidas* (certamente para os próprios perpetradores e vítimas; até certo ponto para os seus parentes próximos, colegas e amigos; e em um grau menor na comunidade mais distante). Oficialmente, entretanto, a ocorrência dessas violações é com frequência negada categoricamente. Assim, o governo da África do Sul insistiu por muito tempo que ele não mantinha presos políticos, e menos ainda admitiu que eles fossem vítimas de tortura ou abuso. Onde as mortes na prisão se tornavam publicamente conhecidas, elas eram constantemente atribuídas a causas naturais ou a outras causas. Extraoficialmente, porém, alguns

³⁸⁵ “[...] *there should be no compromising of the obligation to discover and acknowledge the truth*”.

³⁸⁶ “*exculpatory versions of what happened*”.

³⁸⁷ “[...] *this must clearly be a major part of the work of any truth commission: to establish and extend a reliable database, to test the many allegations in circulation, and to corroborate the many statements made by various parties*”.

indivíduos e setores das forças de segurança eram amplamente conhecidos como notórios torturadores e assassinos. Nesses casos, a questão não é tanto a de uma falta de *conhecimento* quanto a de uma recusa em *reconhecer* a existência dessas atrocidades políticas (DU TOIT, 2000, p. 133, d.o., t.n.³⁸⁸).

O reconhecimento, portanto, diz respeito a fatos que em grande parte já são amplamente conhecidos, estando a sua importância não na revelação desses fatos, mas na admissão pelo Estado de que mentiu no passado, quando insistia que seus agentes não haviam incidido nas práticas em que incidiram: *“Para algumas vítimas e sobreviventes, portanto, uma comissão de verdade não tanto revela novas verdades quanto reconhece e admite formalmente o que antes era negado”* (HAYNER, 2011, p. 21, t.n.³⁸⁹).³⁹⁰ Com o reconhecimento oficial dos crimes pela própria instituição em nome da qual eles foram cometidos, observa Garapon (2004a, p. 179-180), pode não ser acrescentado nada ao conhecimento histórico, mas o saber ganha um valor diferente. Ao confirmar que os fatos ocorreram, a instituição igualmente expressa a sua vontade de se desligar desse passado. O reconhecimento sinaliza uma reorientação geral da política (TOMUSCHAT, 2006, p. 8) e, com isso, pode contribuir para colocar fim a ciclos de ressentimento e desconfiança (ONU, A/HRC/24/42, 2013, par. 24).

A segunda forma pela qual se dá a ruptura com o mau trato da verdade pelo regime anterior é a instituição de um estado de coisas diferente, isto é, um estado de coisas no qual a “regra do jogo” seja, usando palavras de Celso Lafer em estudo sobre a mentira na política, *“o princípio de visibilidade do poder”* que *“[...] permite a informação sem a qual todos não podem formar uma opinião apropriada sobre a gestão da coisa comum, para, desta maneira, exercer o seu poder de participação e controle”* (LAFER, 1995, p. 23). Trata-se de contrapor ao segredo e à mentira que dominaram a esfera pública passada

³⁸⁸ “Even under the prior regime the truth of ongoing political atrocities or human rights violations such as torture are in a sense already known (certainly to the perpetrators and victims themselves; to certain degrees to their immediate relations, colleagues, and friends; and to a lesser extent in the wider community). Officially, though, the occurrence of these violations is often denied categorically. Thus, the South African government long insisted that it held no political prisoners, much less admitted that they were victims of torture or abuse. Where deaths in the detention became publicly known, these were consistently ascribed to natural or other causes. Unofficially, though, some individuals and sections in the security forces were widely known as notorious torturers and killers. In such cases the issue is not so much that of a lack of knowledge as of the refusal to acknowledge the existence of these political atrocities”.

³⁸⁹ “For some victims and survivors, therefore, a truth commission does not so much tell them new truth as formally recognize and acknowledge what has before been denied”.

³⁹⁰ Monica Pinto igualmente observa que as comissões da verdade frequentemente terminam por confirmar entendimentos que já são largamente generalizados sobre o que se passou, podendo a sua importância, nesse caso, “[...] ser descrita de maneira mais precisa como o reconhecimento da verdade antes que a descoberta da verdade” (PINTO, 2007, p. 12, t.n.: “[...] être décrite de manière plus précise comme la reconnaissance de la vérité plutôt que la découverte de la vérité”).

o direito à informação não manipulada dos fatos no presente, considerado imperioso para o exercício democrático da política (LAFER, 1988, p. 29, 242). Essa é, segundo Arendt, “[...] a mais essencial liberdade política, [...] sem a qual a liberdade de opinião não passa de uma farsa cruel” (ARENDT, 2010b, p. 47).

Daí a defesa da legitimidade de um direito à verdade que pressuponha o “[...] princípio da informação e o princípio da participação no processo de busca da verdade” (KISHI, 2009, p. 274). A mudança nas regras relativas ao acesso à informação é entendida como uma resposta crítica ao passado repressivo (TEITEL, 2000, p. 100); se, ao contrário, são preservados em sigilo os arquivos oficiais após a transição democrática, “[...] se termina não favorecendo a criação de condições democráticas. Ao contrário, favorece-se o autoritarismo e a falta de democracia” (MÉNDEZ, 2007, p. 173).

4.2.2. A exigência de se evitar que a ocorrência de violações a direitos humanos se torne uma questão de mera opinião (proteção contra argumentos revisionistas ou negacionistas)

A ideia de que a memória das violações de direitos humanos seria uma exigência moral, um imperativo de justiça, à qual, algumas décadas depois dos terríveis eventos de meados do século XX, se deu o nome de “dever de memória” (RICOEUR, 2000, p. 105), não poderia ser aqui analisada em sua complexidade e multiplicidade de significações.³⁹¹ Entretanto, na medida em que se passa a falar na conversão do *dever de memória* – em alguns dos sentidos a ele atribuídos – em um *dever jurídico* correspondente ao *direito à verdade*, a tese não poderia passar ao seu largo. O tema será então abordado sob um enfoque específico, delimitado a partir do objetivo que o Relatório Joinet atribui ao dever

³⁹¹ A referência a um “dever de memória” se tornou corrente na década de 1990 no discurso público na Europa, em especial na França, a respeito primeiramente da Shoah e depois de diferentes violações a direitos humanos. Ela está relacionada, de um lado, ao entendimento de que a memória é uma exigência de justiça, uma forma de reparação às vítimas, e, de outro, à percepção de que seria necessário tirar do evento as suas lições para o presente. As implicações desse dever de memória, como aponta Lalieu (2001, p. 83), são múltiplas e complexas, atingindo ao mesmo tempo ensino e cultura, religião e história, política e economia, psicanálise e moral. Embora o Relatório Joinet se refira a um dever de memória atribuído ao Estado, a expressão é utilizada em um sentido muito mais amplo: fala-se em um imperativo moral e político ao qual se submeteriam os sobreviventes, a quem caberia testemunhar (cf. WIEVIORKA, 2011, p. 154), os historiadores, a quem incumbiria estabelecer e documentar a verdade dos fatos contra o negacionismo, e até mesmo todo e qualquer indivíduo (cf. KATTAN, 2002, p. 5-10). Muitos vieram a denunciar a inflamação desse discurso e seus excessos, bem como apontar problemas: a dificuldade de se construir uma memória coletiva a partir de memórias individuais, o abuso de uma memória que privilegia emoções contra a história e seus rigores, a seletividade de algumas memórias em detrimento de outras, a possibilidade da instrumentalização da memória para fins políticos, entre outros (LAIGNEL-LAVASTINE, 2002, p. 33-35; LALIEU, 2001, p. 83; WIEVIORKA, 2011, p. 154).

de memória correspondente ao “direito de saber”: evitar-se o desenvolvimento de teses – às quais se deu o nome de revisionismo e/ou negacionismo – que, distorcendo a história,³⁹² neguem a ocorrência da opressão de um povo (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 2).³⁹³ Será discutida apenas a relação entre essa preocupação e o direito à verdade enquanto um problema da veracidade.

Para isso Hannah Arendt oferece indicações fecundas quando discute os efeitos da redução da verdade fatural a uma questão de mera opinião. Também aqui, Arendt tem em vista fatos amplamente conhecidos, mas cuja discussão é transformada em tabu, por vezes pelo próprio público que os conhece, como se fossem segredos (ARENDT, 2009, p. 293). O modo pelo qual se lida com essas verdades “incômodas” (ROVIELLO, 1987, p. 169) em países dominados tiranicamente com base em ideologias é tornar perigosa a sua discussão pública, tanto quanto era perigosa em tempos passados, por exemplo, a pregação do ateísmo ou outras heresias: *“Mesmo na Alemanha de Hitler e na Rússia de Stálin, era mais perigoso falar de campos de concentração e extermínio, cuja existência não era nenhum segredo, que emitir concepções ‘heréticas’ acerca do anti-semitismo, racismo e Comunismo”* (ARENDT, 2009, p. 293). Mas sob governos nos quais existe liberdade de expressão há em relação a essas “verdades incômodas” outro fenômeno perturbador: uma forma não declarada de buscar afastá-las por meio da sua transformação em uma questão de mera opinião. Neste caso, o mentiroso, sem poder impor a sua falsidade ou fazer com que ela convença, em lugar de insistir que a sua afirmação é verdadeira, diz ser essa a sua opinião que teria o direito de expressar, com a qual os outros podem ou não concordar (ARENDT, 2009, p. 309).

Como já visto (item 4.1.2), há para Arendt um núcleo de faturalidade que em si escapa ao debate opinativo, que é antes uma questão de registro histórico sem o qual esse debate nem mesmo tem base para começar: *“Só se pode compreender o mundo se os fatos não estiverem manipulados ou truncados na sua própria facticidade; a troca de opiniões*

³⁹² O Relatório Joinet utiliza a expressão “*détournements de l’histoire*” no original em francês, que foi traduzida para o inglês como “*perversions of history*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17).

³⁹³ Tanto “revisionismo” quanto “negacionismo” foram termos utilizados para designar a negação da ocorrência. primeiro do genocídio hitleriano, e depois de outros crimes contra a humanidade. Explica Lipstadt (1993, p. 20, 31) que o nome “revisionismo” foi empregado pelos próprios autores dessas teses porque remeteria a uma escola reconhecida que, baseada em uma pesquisa séria e em padrões de prova aceitos, se propõe a uma reavaliação crítica de acontecimentos históricos passados. Com efeito, segundo Vidal-Naquet (2005, p. 103-104), os primeiros “revisionistas” modernos foram, na França, os partidários de uma revisão do processo de Alfred Dreyfus (1894), mas a palavra foi rapidamente adotada por seus adversários, e depois disso adquiriu tanto um sentido positivo quanto um negativo, implicando sempre a crítica a uma ortodoxia dominante. Por essa razão alguns, inclusive Lipstadt (1993), optam neste caso específico por falar em “negação” ou “negacionismo”. No presente trabalho os dois termos são empregados indistintamente.

não pode começar senão com base numa estabilidade mínima dos factos concretos” (ROVIELLO, 1997, 143, 1987, p. 172). A impossibilidade de uma enunciação dos fatos depurada de qualquer interpretação – como nota Roviello, “[...] *a modernidade insistiu nesta questão por vezes até ao absurdo*” (ROVIELLO, 1997, p. 146, 1987, p. 175) – não pode servir de pretexto para se argumentar pela inexistência desses fatos, apagando-se a linha divisória entre fato e opinião. Não é porque não se consegue desenhar com precisão essa fronteira que ela se torna inexistente (ROVIELLO, 1987, p. 176), a ponto de se poder dizer o que quer que seja sobre acontecimentos históricos e se poder negar pura e simplesmente a realidade do que aconteceu. Existem afirmações claramente contrárias a fatos comprovados que, para usar uma expressão de Ricoeur, não são fiéis ao passado, não têm a “*vontade de dizer a verdade*” (RICOEUR, 2002, p. 22, t.n.³⁹⁴), antes buscam deliberadamente falsificar a história (VIDAL-NAQUET, 2005, p. 6).

Nesse sentido, atribuir-se às mentiras e às verdades fatuais a mesma qualidade de opinião, como por vezes faz o mentiroso, é também um modo de pôr em risco a sobrevivência dos fatos: “[*o*] *apagamento da linha divisória entre verdade fatural e opinião é uma das inúmeras formas que o mentir pode assumir*” (ARENDT, 2009, p. 309). Nesse caso, a verdade fatural é desacreditada ao ser rebaixada a um plano incerto, no qual figura apenas como uma opinião entre outras.

A conversão da verdade fatural em opinião, tal como a sua substituição pela mentira, como sublinha Duarte a respeito do pensamento de Arendt, “[...] *destrói a possibilidade de um exercício democrático da política*” (DUARTE, 2000, p. 175). Os fatos perdem o seu potencial crítico e limitador, e, portanto, a qualidade de solo do qual se parte para se iniciar algo novo; tudo se torna uma questão de interpretação, “[...] *como se o fato do apoio da Alemanha a Hitler, ou o colapso da França ante as forças alemãs em 1940, ou a política do Vaticano durante a Segunda Guerra Mundial não fossem questão de registro histórico e sim uma questão de opinião*” (ARENDT, 2009, p. 293-294). O acontecimento histórico passa a ser em si matéria sujeita a discussão – e isso não deixa de ser uma maneira de fazê-lo desaparecer. Pela leitura feita por Roviello, inclusive,

A opinião, naturalmente vocacionada para visar a verdade, pode tornar-se mais enganadora do que a simples e pura mentira. Enquanto basta desmascarar o mentiroso para descobrir a verdade que permanece intacta sob a mentira, a perversão da verdade de facto em opinião, constitui uma perversão interna da verdade através de uma espécie de *hubris* da opinião,

³⁹⁴ “*volonté de dire le vrai*”.

que destrói de um modo quase *autofágico* a sua própria condição de possibilidade, a verdade de facto (ROVIELLO, 1997, p. 146, d.o.).

Percepção essa que parece pertinente para a compreensão da reivindicação do reconhecimento de um direito à verdade de significado mais amplo, que teria por contrapartida, “*a cargo do Estado, o ‘dever de memória’*” (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, par. 17, t.n.³⁹⁵) – um dever voltado a proteger o conhecimento da opressão de um povo contra teses que se apoiam na liberdade de expressão e opinião para afirmar, de forma mentirosa, que os fatos não ocorreram. Pois aqui está igualmente presente a ideia de que há limites para a interpretação histórica. Em se tratando de violações graves a direitos humanos, o desrespeito a esses limites, além de prejudicial à sociedade, é tido como ofensivo às vítimas sobreviventes e à memória daquelas que pereceram (TEITEL, 2000, p. 107). Com a negação da sua perseguição, degradação e sofrimento, os indivíduos ou grupos que viveram o acontecimento direta ou indiretamente são cruelmente agredidos uma segunda vez, justamente na relação ainda dolorosa que guardam com o seu passado (LIPSTADT, 1993, p. 27-28; VIDAL-NAQUET, 2005, p. 8, 188).

Faz parte da estratégia dos autores negacionistas, explica Lipstadt (1993, p. 2-26), criar a aparência de que estariam comprometidos com um genuíno esforço acadêmico; eles buscam ganhar reconhecimento entre intelectuais e instituições prestigiadas com o argumento de que o que apresentam é outra versão da história, passível de sustentação em um debate legítimo lastreado na liberdade de pesquisa e opinião.³⁹⁶ No mesmo sentido, sublinha Pfersmann que os autores negacionistas “[...] *se valem em última instância da liberdade de pesquisa histórica e da impossibilidade de impor uma verdade científica por*

³⁹⁵ “*à la charge de l’Etat, le ‘devoir de mémoire’*”.

³⁹⁶ Nas suas palavras, “[u]m compromisso absolutista com a ideia liberal de diálogo pode fazer com que os seus proponentes deixem de reconhecer que existe uma diferença significativa entre diálogo racional e argumentos anti-intelectuais pseudocientíficos. Eles deixaram de fazer a distinção crítica entre uma conclusão, por mais chocante que esta possa ser, que tenha sido alcançada por meio de uma investigação racional e do uso de padrões de prova aceitos, de um lado, e o extremismo ideológico que rejeita tudo que contradiga suas conclusões atuais, do outro” (LIPSTADT, 1993, p. 25, t.n.: “[a]n absolutist commitment to the liberal idea of dialogue may cause its proponents to fail to recognize that there is a significant difference between reasoned dialogue and anti-intellectual pseudoscientific arguments. They failed to make the critical distinction between a conclusion, however outrageous it may be, that has been reached through reasonable inquiry and the use of standards of evidence, on one hand, and ideological extremism that rejects anything that contradicts its present conclusions, on the other”). Essa autora, cabe esclarecer, discute em sua obra a negação do genocídio dos judeus. A sua posição não é a de que deva ser recusado aos defensores dessas teses o direito de sustentá-las. Lipstadt (1993, p. 219-220) mostra resistência em relação à adoção de obstáculos jurídicos ao negacionismo – o que ela defende é que instituições como a imprensa e as universidades não proporcionem uma plataforma onde esses pseudocientistas possam transmitir as suas mensagens, com status equivalente ao que é conferido a historiadores comprometidos.

meio da lei” (PFERSMANN, 2013, p. 7, t.n.³⁹⁷). Donde a importância de se ter em conta, nas palavras de Lafer, “[...] *a diferença entre revisão da História, que busca fatos novos e novos elementos para fazer progredir a pesquisa e a reflexão, e revisionismo, que, de forma partidarizada, nega fatos comprovados*” (LAFER, 2012, p. 13). Nesse sentido, a CEDH, na decisão “*Garaudy*” de 24 de junho de 2003, citada por Valéry, afirmou a propósito do negacionismo: “[...] *contestar a realidade de fatos históricos claramente estabelecidos, tais como o Holocausto, como faz o requerente em sua obra, não faz parte de modo algum de um trabalho de pesquisa histórica que se aparente à busca da verdade*” (CEDH apud VALÉRY, 2012, p. 6, t.n.³⁹⁸).

Qual seria o meio adequado para se proteger o conhecimento de violações de direitos humanos contra os efeitos maléficos que podem advir da sua conversão em uma questão de mera opinião? Como apontado no Capítulo 2 (item 2.2.2.1), o Relatório Joinet faz referência, para esse efeito, tanto à preservação dos arquivos ligados a essas violações quanto ao estabelecimento de comissões extrajudiciais de inquérito (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, pars. 17-18, 21), as quais deram origem às comissões da verdade. Já a sua atualização dá ênfase à primeira dessas medidas.³⁹⁹

As comissões da verdade – o caminho mais controverso entre os dois apontados no Relatório Joinet – ganharam a incumbência de contribuir para a preservação da memória coletiva da violência política, primeiramente, com a realização de uma séria investigação e com a reunião e a conservação de provas (JOINET et al., 2002, p. 68). A expectativa, sublinhada por Lafer (2012, p. 13) em relação ao caso brasileiro, é a de que, com a abrangente apuração dos fatos, elas venham a obstar que as violações de direitos humanos sejam percebidas como uma mera questão de opinião. A vasta demonstração e o

³⁹⁷ “[...] *se prévalent en dernier lieu de la liberté de la recherche historique et de l'impossibilité d'imposer une vérité scientifique par les moyens de la loi*”.

³⁹⁸ “[...] *contester la réalité de faits historiques clairement établis, tels que l'Holocauste, comme le fait le requérant dans son ouvrage, ne relève en aucune manière d'un travail de recherche historique s'apparentat à une quête de la vérité*”.

³⁹⁹ Cabe lembrar que no Conjunto atualizado de princípios para o combate à impunidade, já citado neste trabalho, se lê: “O conhecimento de um povo sobre a história da sua opressão faz parte de seu patrimônio e como tal deve ser assegurado por medidas adequadas em cumprimento do dever do Estado de preservar arquivos e outras evidências que digam respeito a violações de direitos humanos e do direito humanitário, e de facilitar o conhecimento dessas violações” (ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princ. 3, t.n.: “*A people's knowledge of the history of its oppression is part of its heritage and, as such, must be ensured by appropriate measures in fulfilment of the State's duty to preserve archives and other evidence concerning violations of human rights and humanitarian law and to facilitate knowledge of those violations*”). Vale lembrar que esse documento tem o estabelecimento de comissões da verdade como matéria para deliberação em cada Estado, quando as condições locais permitam que essa deliberação se dê de forma livre e segura.

registro dos testemunhos dificultariam a posterior contestação (JOINET et al., 2002, p. 24; ONU, A/HRC/24/42, 2013, par. 83).

E as comissões da verdade também atuariam nesse sentido com o já mencionado reconhecimento (v. item 4.2.1 supra), voltado a afirmar publicamente o que muitas vezes “*é conhecido implicitamente na sociedade*” (TEITEL, 2000, p. 116, t.n.⁴⁰⁰) – os fatos sobre os quais por vezes se prefere silenciar ou que mesmo se prefere negar. Reconhecendo oficialmente os fatos, elas interfeririam na compreensão e aceitação pela sociedade do seu próprio passado, e poderiam inclusive levar, ao longo do tempo, à redução da tolerância social à repressão estatal (HAYNER, 2011, p. 11; TEITEL, 2000, p. 91). Por esses dois meios, elas enfraqueceriam as contranarrativas possíveis. É o que observam Teitel (2000, p. 89, 105) e Hayner, esta última a partir do exemplo da África do Sul:

Os ativistas antiapartheid na África do Sul insistem que era impossível não saber que tortura e assassinatos eram comuns sob o apartheid, mas que alguns sul-africanos escolheram ignorar a verdade. Eles sugerem que a contribuição mais importante da comissão foi simplesmente eliminar a possibilidade de negação contínua. Como afirmou o escritor Michael Ignatieff, ‘O passado é um argumento e a função das comissões de verdade, tal como a função de historiadores honestos, é simplesmente purificar o argumento, reduzir a esfera de mentiras admissíveis’ (HAYNER, 2011, p. 20-21, t.n.⁴⁰¹).

A concepção de um direito a um relatório oficial com um registro dos fatos que se quer preservar contra a relativização, a negação e, consequentemente, contra o esquecimento (dever de memória), suscita críticas entre aqueles que, em um regime de liberdade de expressão, resistem à definição de certos limites para o seu exercício. Nessas críticas, é questionada, por exemplo, a compatibilidade desse regime com uma atuação do Estado voltada a proteger o conhecimento histórico ou a memória de violações de direitos humanos (cf. TEITEL, 2000, p. 108). Entendem alguns que um Estado politicamente liberal não poderia jamais se pronunciar sobre a verdade dos fatos, como tampouco poderia proibir a veiculação de qualquer afirmação relativa a fatos. Entretanto, o argumento em favor da adoção de certas medidas nessa linha – que no mais das vezes assume o regime de liberdade de expressão como premissa – tem como base: a necessidade de se respeitar a

⁴⁰⁰ “*is known implicitly in the society*”.

⁴⁰¹ “*Anti-apartheid activists in South Africa insist that it was impossible not to know that torture and killing were commonplace under apartheid, but that some South Africans chose to ignore the truth. They suggest that the commission’s most important contribution was simply to remove the possibility of continued denial. As writer Michael Ignatieff has said, ‘The past is an argument and the function of truth commissions, like the function of honest historians, is simply to purify the argument, to narrow the range of permissible lies’*”.

memória das vítimas e de se proteger grupos historicamente discriminados; o potencial danoso de contranarrativas; e a importância social do conhecimento da ocorrência das violações (v. TEITEL, 2000, p. 105-107). São medidas desse tipo, além das comissões da verdade, as leis que foram adotadas nas últimas décadas em diferentes países para reconhecer oficialmente e promover a memória de fatos históricos, ou para proibir a refutação da ocorrência de um crime contra a humanidade, a exemplo da legislação alemã proibitiva da negação do genocídio praticado pelos nazistas.⁴⁰²

Não cabe analisar neste estudo a relação entre liberdade de expressão e políticas da memória. Para o objetivo desta tese, parece apenas pertinente observar que, no contexto ora discutido, o argumento em favor de determinadas políticas da memória somente se justifica onde a liberdade de expressão é a regra. Em particular, no que diz respeito às *comissões da verdade*, o que se postula é o reconhecimento oficial da ocorrência das violações de direitos humanos, o que não necessariamente significa impedir que venham a ser apresentadas críticas a esse relatório ou que o mesmo período venha a ser avaliado diferentemente em esferas diversas, nem quer dizer que os mesmos fatos não poderão posteriormente vir a ser interpretados diferentemente. Não se trata de, como sob governos totalitários ou autoritários, forçar a adesão das pessoas pelo terror, obstando-se o debate ou a pesquisa histórica.

Para concluir, já apontando para o tema a ser tratado a seguir, parece pertinente observar que na concepção de um direito à verdade como reconhecimento (*acknowledgment*) já se delineia com mais clareza um objetivo de justiça que com ele se

⁴⁰² A expressão “leis para a memória” (*lois mémorielles*) foi criada na França para designar essas leis voltadas ao reconhecimento oficial de acontecimentos históricos. São indicadas como exemplos: a lei n. 90-615 de 1990, conhecida como “*loi Gayssot*”, que qualifica como delito a contestação da ocorrência de crimes contra a humanidade, quando esta tiver sido reconhecida por uma jurisdição francesa ou internacional em aplicação do estatuto do tribunal militar internacional de Nuremberg; a lei n. 2001-70 de 2001, que reconhece a ocorrência do genocídio armênio de 1915; a lei n. 2001-434 de 2001, conhecida como “*loi Taubira*”, que reconhece o tráfico de escravos e a escravidão como crimes contra a humanidade e dispõe que “[o]s programas escolares e os programas de pesquisa em história e em ciências humanas concederão ao tráfico negreiro e à escravidão o lugar consequente que eles merecem” (t.n.: “[*l]es programmes scolaires et les programmes de recherche en histoire et en sciences humaines accorderont à la traite négrière et à l’esclavage la place consequente qu’ils méritent*”); e a lei n. 2005-158 de 2005 sobre a colonização, cujo artigo mais polêmico, posteriormente suprimido, dispunha que “[o]s programas escolares reconhecem em particular o papel positivo da presença francesa no ultramar” (t.n.: “[*l]es programmes scolaires reconnaissent en particulier le rôle positif de la présence française outre-mer*”) (v., sobre as “leis para a memória” francesas e de outros países europeus, FAVREAU, 2012, p. 185-188). Há, entretanto, quem critique a reunião dessas leis em um mesmo grupo, em descon sideração das especificidades de cada uma (MANCERON, 2012, p. 167-179). A par da peculiaridade do último dispositivo legal mencionado, que, diferentemente dos outros, não se volta ao reconhecimento da opressão de um povo, são apontadas diferenças entre a lei que proíbe o negacionismo e as leis que dispõem sobre a ocorrência de um fato histórico: a primeira, diferentemente destas, não tem por objeto direto uma declaração sobre a verdade dos fatos, mas, por sua vez, veda e penaliza a contestação da existência do acontecimento.

almeja alcançar. Nesse sentido, André du Toit (2000), no artigo já comentado, relaciona esse reconhecimento a outra acepção que este termo possui em português, expresso pelo autor, na língua inglesa, com uma palavra distinta: *recognition*. O reconhecimento neste último sentido, observa Garapon (2004b, p. 188), é o engajamento envolvido quando as pessoas se consideram reciprocamente: “*És um homem como eu, logo, dotado de tantos direitos como eu*” (GARAPON, 2004a, p. 156). A verdade como reconhecimento (*acknowledgment*) dos fatos conduziria à justiça como reconhecimento (*recognition*) das vítimas porque, ao admitir ser verdade o que antes era negado, contribuiria para a afirmação ou restauração pública da dignidade delas (DU TOIT, 2000, p. 133-137; ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 5; ONU, E/CN.4/2005/102/Add.1, 2005a, princ. 6). O reconhecimento, em outras palavras, seria também um ato de justiça em relação às vítimas. Como destaca Perrone-Moisés, “[a]o estabelecer os fatos de maneira oficial, a sociedade diz à vítima que seu sofrimento não foi desconsiderado e que queremos, sim, conhecê-lo e também reconhecê-lo, como parte da nossa história comum” (PERRONE-MOISÉS, 2009, p. 275-276).

4.3. Direito à verdade e seu objetivo de justiça: restituição de dignidade às vítimas

Cabe finalmente discutir o acento que veio a ser atribuído a um objetivo de justiça quando o direito à verdade passou a se confundir, ao menos no que diz respeito a parte de seus elementos, com o que se entende por direito à justiça e direito à reparação.

Isso será feito considerando-se que a sobreposição parcial com os dois outros direitos não deve significar a perda de um significado próprio do direito à verdade, o que aconteceria caso se concluísse que ele passou a ter por objeto (i) a punição dos responsáveis pelas práticas; ou (ii) o oferecimento de compensação financeira às vítimas ou a adoção de medidas de reparação simbólica, tais como a construção de memoriais. Isto porque, se o significado do direito à verdade tivesse se tornado igual ao do direito à justiça e/ou do direito à reparação, não mais poderia se sustentar ser relevante a garantia daquele direito, já bastando esses últimos para o mesmo objetivo. A defesa de que coexistem os três direitos de forma complementar, ou de que seria relevante a garantia no plano jurídico de cada um deles, pressupõe que cada qual tenha um significado específico e, portanto, uma relevância particular. Embora não exista clareza na dogmática a respeito das respectivas fronteiras conceituais, como já identificado neste estudo, levamos em conta a

necessidade de distinguir o significado do direito à verdade que lhe seja peculiar. Pois, como observa Hannah Arendt, que trabalha baseada na convicção da importância de fazer distinções (ARENDT, 2009, p. 132), “[...] *todas as nossas definições são distinções, [...] não podemos dizer o que uma coisa é sem distingui-la de outra*” (ARENDT, 2010a, p. 220).

Uma das formas possíveis de se abordar essa questão seria considerar que a verdade buscada consistiria na verdade jurídica ou judicial constituída por uma sentença que decide sobre a ocorrência ou não do crime e sobre a sua autoria. De acordo com essa perspectiva, ao lado da justiça que se entende obtida com a aplicação de uma pena (justiça retributiva), a sentença penal também faria justiça às vítimas por meio da verdade que atesta, para efeitos jurídicos, a respeito de responsabilidades individuais. Há inclusive quem tenha como mais relevante o estabelecimento da ocorrência do crime e sua autoria do que propriamente a sanção aplicada, na linha do que disse Pierre Bouretz, citado em estudo organizado por Joinet:

as vítimas não pedem efetivamente um castigo, uma punição, elas não reivindicam uma reparação; elas esperam o reconhecimento público, a mediação do processo como forma de transformar o individualmente experimentado em um acontecimento social, o vivido em discurso (BOURETZ apud JOINET et al., 2002, p. 25, t.n.⁴⁰³).

É nesse sentido que, como aponta Garapon, a impunidade pode ser percebida não apenas como a situação em que o autor do crime escapa à sanção, mas também como aquela em que se verifica a *“impossibilidade de dizer a verdade”* (GARAPON, 2004a, p. 170). Impossibilidade essa que é identificada como especialmente problemática diante de graves violações de direitos humanos, pois, como já apontado, nelas com frequência se organiza, junto com a prática do ato, o seu encobrimento e a eliminação das provas da sua realidade. Tem-se que a realidade do crime, negada quando da sua prática, continuaria a sê-lo enquanto não houvesse um julgamento afirmando o contrário – a condenação pública do crime por uma jurisdição seria necessária para pôr fim aos efeitos dessa negação (GARAPON, 2004a, p. 170-173). Talvez por essa razão, há quem perceba a anistia incondicionada como algo menos aceitável do que a graça, pois esta última, como ensina Philip-Gay (2007, p. 79), atua somente após a ocorrência da condenação penal, para

⁴⁰³ “*les victimes ne demandent effectivement pas un châtiement, une punition, elles ne réclament pas une réparation ; elles attendent la reconnaissance publique, la médiation du procès comme moyen de transformer l’individuellement ressenti en socialement arrivé, le vécu en discours*”.

excluir o seu beneficiário da aplicação da pena. Na graça, aponta Gacon (2007, p. 194-195), diferentemente do que ocorre na anistia, há um julgamento onde as palavras são ditas.⁴⁰⁴

A justiça envolvida na mera enunciação judicial do crime, ao que parece, não é tomada como justeza, isto é, como a justiça que se realiza com o ato de relacionar, sopesar e de restaurar o equilíbrio entre coisas e partes, com a qual se relaciona a ideia de retribuição (FERRAZ JUNIOR, 2009, p. 303). É percebida, sim, como senso do justo, ou seja, como a observância a “[...] um valor, padrão superior posto de modo absoluto, a partir do qual se entendem os demais valores (e em função do qual se relativizam)” (FERRAZ JUNIOR, 2009, p. 303). O valor superior, que aqui se estabelece como núcleo da justiça, seria a dignidade da pessoa humana, pois, ao se afirmar que o ato ignóbil foi praticado e se nomear aquele que o praticou, trata-se de atender à dignidade da vítima. Aparentemente, a sentença penal produziria justiça simultaneamente nesses dois sentidos: como justeza, ao determinar uma pena, e como senso do justo ao, em nome da dignidade da vítima, estabelecer uma verdade judicial a respeito da prática do crime e de sua autoria.

Em sede civil, esses dois sentidos da justiça que se busca diante de uma situação de violência política/criminalidade de Estado sobressaem da análise, desenvolvida no Capítulo 1, item 1.5.2 da tese, ilustrativa de decisões do Judiciário brasileiro em pleitos relacionados ao direito à verdade. Nessa análise, identificou-se uma dificuldade em se lidar com demandas que buscavam tão-somente que fosse atestada a prática do crime por agentes de Estado e não necessariamente o pagamento de uma indenização em virtude do ato ilícito. Valendo-nos dos termos utilizados no voto condutor do Desembargador Rui Cascardi, do Tribunal de Justiça de São Paulo, em uma das ações declaratórias propostas para que fosse declarada a prática de tortura por Carlos Alberto Brilhante Ustra, já citado no Capítulo 1, parece possível dizer que o “*reconhecimento de que o réu agiu em desconformidade com a lei e o direito*” visa à justiça como senso do justo – “*pretensões meramente morais, que trazem conforto ao espírito e dignidade à família*” –, a qual difere

⁴⁰⁴ Nas suas palavras, “[...] como ela [a anistia] cala, ao menos publicamente, quando seria necessário dizer as coisas, ela não pode satisfazer os nossos espíritos contemporâneos. É por isso que a ideia de uma superioridade da graça poderia nos tentar, porque ela apenas intervém depois do exame crítico dos fatos” (GACON, 2007, p. 195, t.n.: “[...] *comme elle [l’amnistie] tait, au moins publiquement, quand il faudrait dire les choses, elle ne peut satisfaire nos esprits contemporains. C’est pourquoi on pourrait être tenté par l’idée d’une supériorité de la grâce puisqu’elle n’intervient qu’après l’examen critique des faits*”). Na mesma linha, Martin-Chenut nota que “A graça é talvez também mais aceitável à vista do direito à verdade, porque houve um processo, uma condenação, mas apenas depois a não-execução das penas” (MARTIN-CHENUT, 2007b, p. 305, t.n.: “*La grâce est peut-être aussi plus acceptable au regard du droit à la vérité, car il y a eu un procès, une condamnation, mais seulement ensuite la non-exécution des peines*”).

do “punhado de moedas, que poderiam ser obtidas com uma ação condenatória” (SÃO PAULO, Teles e outros vs. Ustra, 14 ago. 2012), em que está em questão uma percepção de justiça como justeza.

Este estudo, porém, atentar-se-á para outro sentido atribuído ao objeto do direito à verdade que, igualmente, teria o condão de produzir justiça, com referência à dignidade da pessoa humana. Trata-se da percepção de que, para além da revelação da verdade fatual desconhecida e de uma tomada de posição frente ao problema do ocultamento e da mentira (questão da veracidade), e para além, também, da justiça que seria realizada com o reconhecimento em âmbito judicial penal de que houve a prática do crime, considera-se relevante a criação de um espaço público onde os testemunhos das vítimas possam ter lugar e, com isso, passar a integrar a memória coletiva do período de violência.

Os debates estabelecidos em torno do julgamento de Adolf Eichmann, ocorrido em 1961 em Jerusalém, ajudam a iluminar essa função de justiça que passou a ser atribuída ao direito à verdade. Como ensina Lafer (2011, p. 12), uma de suas características foi a de construir, no âmbito judicial, a memória do genocídio dos judeus por meio do testemunho dos seus sobreviventes. Os sobreviventes puderam contar as suas experiências em uma esfera pública, oportunidade que não haviam tido em Nuremberg, onde os julgamentos se basearam substancialmente em documentos produzidos pelos nazistas e o número de testemunhos foi muito pequeno (BILSKY, 2004, p. 2, 102; WIEVIORKA, 2002, p. 93-94).⁴⁰⁵

Com isso, o julgamento de Eichmann, ensina Wieviorka (2002, p. 79), marcou a emergência da figura do testemunho como uma peça fundamental na construção da memória coletiva. Foi com ele que a memória individual, antes restrita aos espaços privados de grupos fechados que poderiam ser identificados com a família, penetrou e ganhou repercussão na esfera pública. De forma inovadora, nas palavras de Bilsky, “[o] conhecimento abstrato sobre o Holocausto se tornou real através das vozes autênticas dos sobreviventes. A história se transformou em memória coletiva” (BILSKY, 2004, p. 111,

⁴⁰⁵ Observa Wieviorka que em Nuremberg “[a]s testemunhas não haviam sido convocadas para contar a sua história, para comover os juízes ou o público presente no tribunal, mas essencialmente para confirmar, comentar, desenvolver o conteúdo dos documentos escritos” (WIEVIORKA, 2002, p. 95, t.n.: “[I]es témoins n’avaient pas été convoqués pour raconter leur histoire, pour émouvoir les juges ou le public présent au tribunal, mais essentiellement pour confirmer, commenter, développer le contenu des documents écrits”). O promotor do julgamento de Eichmann, Gidéon Hausner, veio a explicar a sua decisão por proceder diferentemente com o argumento de que, embora em Nuremberg tenha sido feita justiça de forma eficaz, “[...] algumas testemunhas, alguns filmes sobre os horrores dos campos de concentração, umas pilhas de elementos documentais de prova [...] não haviam conseguido tocar o coração dos homens” (HAUSNER apud WIEVIORKA, 2002, p. 95, t.n.: “[...] quelques témoins, quelques films sur les horreurs des camps de concentration, des piles de pièces à conviction écrites [...] n’avaient réussi à toucher le cœur des hommes”).

t.n.⁴⁰⁶). Daí a relevância de se olhar para o julgamento para se pensar desenvolvimentos mais recentes no campo da justiça de transição, nos quais a criação por instrumentos jurídicos de um espaço para as histórias de vítimas individuais passou a ser percebida como um meio adequado para fazer frente a graves violações de direitos humanos (BILSKY, 2001, p. 251, 2004, p. 114).

É o que se pretende fazer, com base na análise do julgamento de Eichmann desenvolvida por Arendt e no diálogo que com ela estabeleceram estudiosos do tema. Primeiramente, atentar-se-á para as críticas feitas por Arendt ao espaço dado pelo promotor ao testemunho dos sobreviventes, tendo em vista a concepção da autora sobre o significado de “crime contra a humanidade” (item 4.3.1). Em seguida, serão recuperadas indicações, presentes na concepção arendtiana de narrativa (*storytelling*), que contribuem para a compreensão da ideia de que a criação de espaços institucionalizados para os testemunhos das vítimas poderia funcionar como “força compensadora” em relação aos crimes contra a humanidade (item 4.3.2). Por fim, essas indicações serão colocadas em contato com o sentido do direito à verdade, para o qual este estudo atenta, no qual sobressai um objetivo de justiça, isto é, o direito das vítimas de ter o próprio testemunho admitido em um espaço público e incorporado a um processo oficial de construção da memória (item 3.3).

4.3.1. Testemunhas e crime contra a humanidade no processo Eichmann

Presente em um momento paradigmático do início da história do reconhecimento público da testemunha como uma figura central em procedimentos jurídicos (BILSKY, 2001, p. 251, 2004, p. 114; FELMAN, 2002, p. 126), Arendt foi especialmente crítica ao papel que então lhe foi atribuído. Será examinado qual foi a sua crítica e como ela se relaciona com o significado que Arendt atribui ao “crime contra a humanidade” e aos problemas específicos por este colocados. O objetivo será, ao final, apontar como, depois de desenvolvimentos nos estudos em torno da temática da justiça de transição, o testemunho veio a ser pensado enquanto parte dos processos voltados a fazer frente aos problemas que Arendt sublinhou, em um sentido que não é abordado explicitamente em sua análise do julgamento de Eichmann, mas de forma compatível com reflexões que a autora desenvolve alhures.

⁴⁰⁶ “[t]he abstract knowledge about the Holocaust was made real through the authentic voices of the survivors. History turned into collective memory”.

Em seu relatório sobre o julgamento,⁴⁰⁷ Arendt critica o espaço dado, por iniciativa do promotor Gideon Hausner, aos testemunhos das vítimas. Observa que esses testemunhos seriam desnecessários para a condenação: antes de o julgamento começar, os fatos “[...] *já estavam estabelecidos ‘além de toda dúvida’*” (ARENDT, 1999, p. 69) e, nos seus primeiros dias, foram veiculadas gravações em que Eichmann os confessava à polícia, sem que a defesa os questionasse. Eichmann admitia ter tido a incumbência de organizar as deportações para os campos de concentração e extermínio nazistas e, portanto, reconhecia “[...] *o envio de pessoas para a morte plenamente consciente do que estava fazendo*” (ARENDT, 1999, p. 233) – os fatos que estavam no centro da acusação⁴⁰⁸ – de modo que “[...] *há havia, conforme ele mesmo apontou, mais do que o suficiente para enforcá-lo*” (ARENDT, 1999, p. 106). Como já mencionado neste trabalho, até mesmo o promotor de Jerusalém reconheceu, em livro publicado alguns anos após o julgamento, que uma pequena fração dos documentos disponíveis bastaria para a condenação (WIEVIORKA, 2002, p. 95).

Mas não se tratava de um julgamento comum, em que o procedimento fica restrito às acusações contra o réu, às regras de produção de prova e à garantia do exercício da plena defesa. Havia também interesses políticos e questões de ordem moral para as quais se entendeu que ele se prestaria (ARENDT, 1999, p. 109). Ele foi concebido, observa Arendt, como um julgamento *histórico*, um julgamento que tinha a história no seu centro, e, embora os juízes se esforçassem para evitá-lo e para manter o julgamento dentro dos limites tradicionais do processo penal, nem sempre conseguiram.

Notadamente, os juízes não evitaram que numerosas testemunhas de acusação fossem chamadas para descrever o “*pano de fundo*” do caso, não obstante, segundo Arendt, somente tenham acolhido na sentença acusações diretas feitas por essas testemunhas contra

⁴⁰⁷ Adolf Eichmann, funcionário da Alemanha nazista com papel importante no projeto de extermínio dos judeus da Europa, foi capturado na Argentina pelo serviço secreto israelense e levado a julgamento em Jerusalém em 1961. Nesta tese, a análise da obra de Arendt sobre o julgamento - *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* - atenta exclusivamente para a questão relativa ao espaço nele conferido aos testemunhos das vítimas, ficando excluídos do seu escopo todos os demais temas abordados e controversias suscitadas.

⁴⁰⁸ Apesar disso, segundo Arendt, Eichmann rejeitava a sua responsabilidade “no sentido da acusação” (ARENDT, 1999, p. 229). Embora ele não tenha esclarecido essa afirmação, Arendt aponta que, em sua defesa, ele insistia em um suposto caráter não criminoso de suas inclinações interiores (ARENDT, 1999, p. 300-301) e negava a posição e o poder de decisão que a acusação lhe atribuía na burocracia nazista, insistindo que, no regime nazista, “seus atos eram de um cidadão respeitador das leis” (ARENDT, 1999, p. 152). Rejeitava, também, a participação direta em assassinatos, bem como a responsabilidade imediata pelo que acontecia nos centros de extermínio no leste (v. ARENDT, 1999, p. 228-229, 233-240). De qualquer forma, Arendt argumenta que essas outras acusações, relacionadas aos depoimentos das testemunhas, não eram necessárias para a condenação; mesmo sem o seu acolhimento Eichmann não teria escapado à pena de morte (ARENDT, 1999, p. 240).

Eichmann quando houvesse alguma corroboração (ARENDT, 1999, p. 228). O tribunal foi usado como palco para o relato dos sofrimentos dos sobreviventes, que “[...] *podiam falar quase quanto quisessem, e era raro que lhes fizessem uma pergunta específica*” (ARENDT, 1999, p. 137), ainda que seu depoimento, sem relação direta com a conduta de Eichmann, fosse irrelevante para o veredito (ARENDT, 1999, p. 138-139). Como aponta, na mesma linha, Wieviorka, “[a] *testemunha não está lá para produzir qualquer prova da culpabilidade do acusado*” (WIEVIORKA, 2002, p. 107, t.n.⁴⁰⁹). O foco do processo não foi a conduta do acusado, mas o sofrimento das testemunhas judias (LAFER, 2011, p. 16).

Na visão de Arendt, o promotor atendia ao objetivo do primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, de converter o julgamento de Eichmann em um espetáculo para os israelenses e para o mundo a respeito da “*tragédia do judaísmo*” (ARENDT, 1999, p. 16). Mas a Justiça não admite coisas desse tipo, ela demanda que os processos penais se concentrem nos feitos do acusado, “[...] *exige isolamento, admite mais tristeza do que raiva, e pede a mais cautelosa abstinência de todos os prazeres de estar sob a luz dos refletores*” (ARENDT, 1999, p. 16). Na sua percepção, “[n]o *centro de um julgamento só pode estar aquele que fez algo [...] e se ele sofre, deve sofrer pelo que fez, não pelo que os outros sofreram*” (ARENDT, 1999, p. 19). O único papel do julgamento em Jerusalém deveria ser o estabelecimento de um veredito sobre Eichmann e qualquer elemento somente poderia ser a ele levado na medida em que servisse para iluminar algum aspecto de suas ações (BILSKY, 1996). O governo de Israel excedeu esses limites ao pretender fazer dele uma lição de história por meio dos depoimentos de testemunhas que falavam de coisas que, “[...] *embora horrendas e verdadeiras, tinham pouca ou nenhuma ligação com os atos do acusado*” (ARENDT, 1999, p. 29).

Parece relevante, como já indicado por Lafer (2011), ler essa crítica ao que seria, na visão de Arendt, uma deturpação da finalidade do processo penal, em sua relação com outro problema, relativo à forma como foi então abordado o evento totalitário e seus crimes. Problema do qual Arendt igualmente se ocupa na parte do livro *Origens do Totalitarismo* dedicada ao tema do antissemitismo: a autora se opõe às interpretações que inserem o extermínio dos judeus no século XX em uma longa história, contínua e ininterrupta, de perseguições sofridas por esse povo desde o fim do Império Romano. Entende Arendt que tomar o antissemitismo como um fenômeno eterno e ubíquo é apresentar o ódio aos judeus “[...] *como reação normal e natural, e que se manifesta com*

⁴⁰⁹ “[l]e témoin n'est pas là pour administrer une quelconque preuve de la culpabilité du prévenu”.

maior ou menor virulência segundo o desenrolar da história” (ARENDT, 1989, p. 27). Ao se introduzir o terror do totalitarismo nazista nesse contexto, ao se dissolver a sua especificidade em uma longa história de sofrimento da qual os judeus seriam vítimas, ele adquire a qualidade de mais uma “consequência natural” dessa “eterna hostilidade”, e fica quase que justificado por esta.⁴¹⁰

Com efeito, para Arendt, o problema no julgamento de Eichmann, além de ter-se buscado, com ele, dar uma lição de história, era o conteúdo das lições que se queria transmitir. Em particular, Arendt condena a pretendida lição conforme a qual o genocídio seria mais uma demonstração de que “*o judaísmo [...] sempre se defrontou com ‘um mundo hostil’*” (ARENDT, 1999, p. 20). Pois, como o Primeiro Ministro israelense expressamente admitiu, se no centro do processo não estava Eichmann, tampouco estava o evento representado pelo totalitarismo nazista, mas o antissemitismo ao longo de toda a história (ARENDT, 1999, p. 30; FELMAN, 2002, p. 119-120). Essa forma de abordar o genocídio, sublinha Arendt, se voltava a objetivos políticos, tais como justificar a existência de um Estado judeu – como se essa fosse a única forma pela qual os judeus pudessem se defender do “mundo hostil” com o qual sempre se defrontaram – e fortalecer os laços da juventude israelense com o povo judeu e sua história.⁴¹¹

Desse modo, o que se queria ensinar era, para Arendt, uma “*má história e péssima retórica*” (ARENDT, 1999, p. 30). A acusação em Jerusalém estaria equivocada, porque o antissemitismo (moderno, e não o antigo ódio religioso antijudaico⁴¹²) contribui para se compreender por que foi escolhida determinada mentira ideológica e determinadas vítimas, mas não explica o que se passou. Como observa Celso Lafer, a tentativa da promotoria de apresentar os crimes do nazismo como “*[...] um pogrom em larga escala e, assim, parte do capítulo da imemorial perseguição aos judeus no correr da História*” (LAFER, 2011, p. 15) eclipsava a novidade e o alcance universal do evento totalitário, bem como o significado do crime contra a humanidade que ele inventou. O modo de proceder na

⁴¹⁰ Esse discurso, inclusive, chegava a sugerir não passar o acusado de um inocente executor de um destino predeterminado, contradizendo a tese das autoridades de uma “responsabilidade absoluta de Eichmann” (ARENDT, 1999, p. 30, 56).

⁴¹¹ Para os israelenses que desconheciam a história, notadamente, o julgamento buscava mostrar, segundo Arendt, “[...] o que significava viver entre não-judeus, iria convencê-los de que só em Israel um judeu teria segurança e poderia viver uma vida honrada” (ARENDT, 1999, p. 18). Bilsky interpreta que Arendt estava preocupada que o julgamento encorajasse a tomada da relação entre Israel e o resto do mundo em termos étnicos (BILSKY, 2004, p. 14). Sobre os objetivos políticos do julgamento de Eichmann, v. BILSKY, 2001, p. 244-245; GARAPON, 2004a, p. 217; WIEVIORKA, 2002, p. 83.

⁴¹² Arendt distingue o antissemitismo como ideologia laica do século XIX, relacionado à história política e social do Estado-nação, do antissemitismo enquanto ódio religioso aos judeus que data do fim da Idade Média, embora admita que se possam identificar algumas dívidas do primeiro em relação ao segundo no que diz respeito aos argumentos e à atração emocional (v. ARENDT, 1989, p. 17-22; ENEGRÉN, p. 192).

acusação contra Eichmann obstava a confrontação e compreensão dos acontecimentos em sua natureza específica e em seu caráter inaudito.

Diante desse que, no seu entender, teria sido o problema central do julgamento, Arendt apresenta a sua contribuição para a formação do conceito de crime contra a humanidade,⁴¹³ a qual merece ser brevemente retomada, não somente por sua relação com a crítica arendtiana à forma como foram usados os depoimentos das vítimas naquele julgamento. Essa sua contribuição, como se verá, ao mesmo tempo ajuda a compreender outros objetivos que poderiam ser atendidos com a criação de uma esfera pública para os testemunhos, conforme seria percebido por autores que posteriormente vieram a pensar o tema das respostas apropriadas a graves violações de direitos humanos.

Para Arendt, Eichmann foi erroneamente acusado de “*crimes contra o povo judeu*” (ARENDT, 1999, p. 17),⁴¹⁴ pois, na realidade, ele participou de “*crimes contra a humanidade perpetrados no corpo do povo judeu*” (ARENDT, 1999, p. 17). Crimes sem precedentes cuja especificidade é, em primeiro lugar, o projeto de fazer um grupo humano desaparecer da face da Terra, recusar-lhe um lugar no mundo. Um empreendimento criminoso destinado a uma tal finalidade é, segundo Arendt, um ataque à diversidade, à pluralidade que caracteriza a condição humana (LAFER, 1988, p. 184). O grupo humano contra o qual se volta fica privado do seu direito a *aparecer* em um mundo comum, do seu direito a ter direitos, antes mesmo de se consumir o projeto de fazê-lo desaparecer física e simbolicamente, de se destruir além da sua existência física a parte do mundo a ele correspondente, seu mundo político, a sua história, a sua cultura (ROVIELLO, 1987, p. 205). Daí a violação à sua dignidade, pois para Arendt “[...] o respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidades, como construtores de mundos ou co-autores de um mundo comum” (ARENDT, 1989, p. 509).

Sendo a pluralidade – como já visto – a condição de toda vida política, sem a qual não há o espaço intermediário entre os homens onde se constrói um mundo comum (ARENDT, 2010a, p. 8-10), e sendo ela o que permite que se perceba a realidade em sua inteireza, o crime contra a humanidade corresponde não apenas a uma ofensa às suas

⁴¹³ Sobre a contribuição de Arendt para a tipificação do genocídio, que na época não se diferenciava do crime contra a humanidade, v. Lafer (1988, p. 180-185).

⁴¹⁴ “Esse equívoco está na raiz de todos os fracassos e dificuldades do julgamento de Jerusalém. Nenhum dos participantes jamais chegou a um entendimento claro do horror efetivo de Auschwitz, que é de natureza diferente de todas as atrocidades do passado, porque foi considerado pela acusação e pelos juízes como nada mais do que o mais horrendo *pogrom* da história judaica” (ARENDT, 1999, p. 290).

vítimas diretas, mas também a uma implosão do plano político (GARAPON, 2004a): “[...] *a tentativa de eliminar essa pluralidade equivale sempre à supressão do próprio domínio público*” (ARENDT, 2010a, p. 275). O crime contra a humanidade atinge o espaço entre os homens nos quais nasce a política, atinge até mesmo os seus perpetradores, que ficam privados de uma parte do mundo comum, aquela correspondente ao povo que ele destrói e à sua perspectiva sobre a realidade (ARENDT, 1995, p. 41-42, 153). De forma que, ainda que seja perpetrado sobre um grupo ou nação específica, por buscar eliminar a pluralidade caracterizadora do gênero humano esse crime ameaça a humanidade, ofendendo a ordem internacional como um todo (LAFER, 1988, p. 183).

Além disso, chamava a atenção de Arendt o fato de se tratar de uma nova ordem de criminalidade: um empreendimento criminoso de enormes proporções levado a efeito tecnicamente como política sistemática do Estado burocrático. Um “massacre administrativo” independente de guerra, planejado e executado com a estrutura e os recursos estatais, que espalha ubiquamente a cumplicidade pelos seus atos entre os funcionários públicos e por toda a sociedade (ARENDT, 1999, p. 29; MARRUS, 2001).⁴¹⁵ Para a autora, o totalitarismo e a figura de Eichmann são produtos da modernidade, de forma que seus crimes deveriam ser tomados não como advertência sobre os perigos que os judeus especificamente enfrentam, mas sim como advertência sobre os riscos aos quais toda a humanidade está submetida (BILSKY, 2001, p. 241, 2004, p. 105; CANOVAN, 1992, p. 20, MARRUS, 2001, p. 211). Eles poderiam voltar a ser praticados contra outros povos e em outros lugares.

De mais a mais, além de equivocada por não dar conta do significado do crime contra a humanidade enquanto produto da modernidade política (MARRUS, 2001, p. 209), a história ensinada pela acusação em Jerusalém estava, na perspectiva de Arendt, incompleta. O que o promotor chamava “quadro geral” tinha “cantos negligenciados” (ARENDT, 1999, p. 137) que seriam relevantes para “[...] *uma visão notável da totalidade do colapso moral que os nazistas provocaram na respeitável sociedade europeia*” (ARENDT, 1999, p. 142). O que faz com que Bilsky (2001, p. 236, 2004, p. 94) conclua que, embora Arendt afirme discordar da pretensão do promotor em Israel de desenhar um

⁴¹⁵ Com efeito, em seu pós-escrito ao *Eichmann em Jerusalém*, Arendt esclarece que a novidade do genocídio dos judeus pelos nazistas não estava apenas no massacre de todo um povo, pois conhecemos tentativas desse tipo desde a Antiguidade e durante séculos de colonização e imperialismo, mas também em ser ele um massacre administrativo organizado pelo aparelho do Estado (ARENDT, 1999, p. 317). Por isso “[a] expressão ‘massacres administrativos’ é a que parece melhor definir o fato. [...] A expressão tem a virtude de dissipar a suposição de que tais atos só podem ser cometidos contra nações estrangeiras ou de raça diferente” (ARENDT, 1999, p. 311).

“quadro geral”, na realidade ela pareceria discordar do “quadro geral” específico que ele decidiu desenhar. A própria Arendt, em seu livro, desenhou um pano de fundo histórico para discutir a conduta do acusado, no qual optou por inclusive abordar a atuação de membros dos conselhos judaicos que tratavam com os nazistas, pelo que veio a ser largamente criticada.

De qualquer forma, as suas críticas “jurídicas”, a respeito dos objetivos que podem ser perseguidos no julgamento (FELMAN, 2002, p. 120) – algumas delas serão retomadas mais adiante –, se relacionam com a oposição de Arendt à abordagem histórica específica adotada pela acusação em Jerusalém: em seu entender, a acusação se apoiou em testemunhos porque o seu enfoque eram as vítimas do genocídio nazista (o povo judeu, em sua longa história de perseguições) e não a natureza do crime em julgamento. Esse crime, segundo a autora, não poderia ser compreendido por meio dos testemunhos; para isso, os documentos seriam uma fonte muito mais confiável do que a memória daqueles que haviam vivenciado os eventos tantos anos antes (BILSKY, 2001, p. 246-247). Além disso, o sofrimento das vítimas, como reconheceu a sentença contra Eichmann, estaria “acima da compreensão humana”, seria matéria para “grandes escritores e poetas” e não para uma decisão judicial (ARENDT, 1999, p. 19, 232; BILSKY, 2001, p. 247, 2004, p. 149; FELMAN, 2002, p. 124). É muito difícil, observa Arendt, contar histórias desse tipo, como ilustra o exemplo do escritor e sobrevivente de Auschwitz Yehiel Dinur, conhecido pelo pseudônimo K-Zetnik, que iniciou um depoimento confuso e desmaiou ao ser interrompido pelo promotor e um dos juízes (ARENDT, 1999, p. 247; FELMAN, 2002, p. 157).⁴¹⁶ Arendt não atentou para outro efeito que poderia ser produzido pelos testemunhos: o de fazer face ao silêncio e à exclusão social impostos pelos crimes do totalitarismo às suas vítimas (BILSKY, 2004, p. 97; FELMAN, 2002, p. 226-227, nota 58, LAFER, 2011, p. 18).

Por outro lado, mesmo discordando do espaço dado às narrativas das vítimas, Arendt conclui o seu capítulo de *Eichmann em Jerusalém* sobre provas e testemunhas lembrando, ao comentar dois depoimentos, do potencial iluminador das narrativas. Observa que após o relato de Zindel Grynspan sobre “[...] a destruição sem sentido, sem necessidade, de 27 anos em menos de 24 horas - era de se pensar que todo mundo, todo mundo devia ter o seu dia na corte” (ARENDT, 1999, p. 251).⁴¹⁷ E enfatiza que histórias

⁴¹⁶ Para uma análise sobre esse depoimento, v. Felman (2002, p. 131-166).

⁴¹⁷ É interessante notar que no texto original, em inglês, Arendt qualifica esse pensamento como tolo (“foolish”), o que não aparece no trecho citado da edição brasileira utilizada neste trabalho. O texto original

como a contada por Abba Kovner, sobre um sargento alemão que ajudou guerrilheiros judeus que conheceu quando estava na clandestinidade, são capazes de mostrar que, “*em condições de terror, a maioria das pessoas se conformará, mas algumas pessoas não*” (ARENDT, 1999, p. 254, d.o.), algo fundamental para que, após catástrofes como essa, continuemos a sentir possível ter esse mundo como “*um lugar próprio para a vida humana*” (ARENDT, 1999, p. 254).⁴¹⁸

Em passagem anterior de *Eichmann em Jerusalém*, Arendt já havia admitido a relevância desse espaço para as vítimas testemunhas, algo que, “*humanamente falando*” (ARENDT, 1999, p. 230), era difícil lhes ser negado.⁴¹⁹ Neste ponto, mais do que isso, Arendt aponta para a ideia de ser a narração de estórias, como as das duas testemunhas mencionadas, a forma pela qual se pode fazer face ao terrível projeto do totalitarismo nazista de jogar todos os feitos humanos em buracos de esquecimento. Algo que ela deixou de desenvolver em sua análise sobre o julgamento em Jerusalém, mas que autores como Leora Bilsky (2001, 2004), Shoshana Felman (2002) e Celso Lafer (2011) vieram a iluminar: se o totalitarismo tenta, como Arendt enfatiza, produzir um crime que não possa ser lembrado, um crime sem testemunhas, se ele quer, além de eliminar fisicamente as suas vítimas, apagar as estórias de suas vidas e tornar o seu sofrimento inenarrável (BILSKY, 2004, p. 110; FELMAN, 2002, p. 113), o testemunho resiste a esse projeto. Nesse sentido, negar às vítimas a possibilidade de prestar testemunho seria repetir a imposição de silêncio feita pelo nazismo: “*Se Hausner tivesse optado por se basear exclusivamente em documentos e fotos, ele teria negado a voz das vítimas mais uma vez. Nesse sentido, o oferecimento de um palco para os testemunhos das vítimas carregava a mensagem de ‘dar voz’*” (BILSKY, 2001, p. 249, t.n.).⁴²⁰

é: “*This story took no more than perhaps ten minutes to tell, and when it was over – the senseless, needless destruction of twenty-seven years in less than twenty-four hours – one thought foolishly: Everyone, everyone should have his day in the court*” (ARENDT, 1964, p. 229, d.i.).

⁴¹⁸ Arendt no entanto observou que o “poeta e autor” Abba Kovner “[...] não prestou testemunho exatamente, mas sim se dirigiu à plateia com a facilidade de alguém acostumado a falar em público e que não gosta de interrupções” (ARENDT, 1999, p. 251).

⁴¹⁹ Ao tratar da forma como os juízes reagiram aos testemunhos, Arendt reconhece: “Os juízes podiam (como fizeram) discutir com o promotor se era sábio ou mesmo apropriado usar a ocasião para ‘pintar quadros gerais’, mas uma vez que a testemunha subia ao banco, era de fato muito difícil interrompê-la, abreviar o seu depoimento, ‘pela honra da testemunha e por causa dos assuntos sobre os quais falava’, como disse o juiz Landau. Quem eram eles, humanamente falando, para negar a qualquer dessas pessoas seu dia na corte? E quem teria tido a coragem, humanamente falando, de questionar a veracidade do que diziam quando elas ‘abriam seus corações ao subir ao banco das testemunhas’, mesmo que o que diziam só pudesse ser ‘considerado como subproduto do tribunal?’” (ARENDT, 1999, p. 230).

⁴²⁰ “*If Hausner had chosen to rely solely on documents and pictures, he would have denied the voice of the victims once again. In this sense, giving the stage to the testimonies of victims carried the message of ‘giving voice’*”.

Dar voz aos sobreviventes é validar as experiências que frequentemente lhes pareceram irreais a ponto de pensarem que ninguém acreditaria neles quando as contassem (WIEVIORKA, 2002, p. 161). É possibilitar que, ao contrário do que queria o totalitarismo, as vítimas comuniquem o que se passou com elas, de forma que as suas histórias venham a ingressar e fazer parte da rede de histórias que constitui a história coletiva de uma comunidade política (FELMAN, 2002, p. 127-128). Desse modo, “[a] *narração de histórias se torna a força compensadora em face do que ela [Arendt] interpreta como crimes contra a humanidade*” (BILSKY, 1996, t.n.⁴²¹). Ou seja, o espaço dado em Jerusalém aos testemunhos das vítimas, apesar de se voltar aos objetivos políticos do governo israelense criticados por Arendt, poderia paradoxalmente ser tomado como resposta à natureza específica dos crimes contra a humanidade que a própria Arendt identificou.

Embora não enfrente diretamente esse problema, diante dos dois testemunhos mencionados Arendt não deixa de admitir a relevância das narrativas frente à violência que busca destruir a possibilidade de memória. Nesse sentido, ela lembra que o totalitarismo pretende impor às suas vítimas uma morte anônima, tornar a conduta moral desimportante, o que desincentiva aqueles que teriam coragem de pôr em risco a própria vida para se opor à opressão.⁴²² Contra essa pretensão, segundo Arendt, é justamente a possibilidade de alguém sobreviver para contar a história o que evita que sejam praticamente vãos os atos daqueles que se sacrificam ao invés de tolerar silenciosamente o crime:

É verdade que a dominação totalitária tentou estabelecer esses buracos de esquecimento nos quais todos os feitos, bons e maus, desapareceriam, mas assim como estavam fadadas ao fracasso todas as tentativas nazistas, feitas de junho de 1942 em diante, de eliminar os vestígios dos massacres – por meio da cremação, da queima em poços abertos, do uso de explosivos e lança-chamas e máquinas trituradoras de ossos – assim também todos os seus esforços de fazer os seus oponentes ‘desaparecerem em silencioso anonimato’ foram em vão. Os buracos de esquecimento não existem. Nada humano é tão perfeito, e simplesmente existem no mundo pessoas demais para que seja possível o esquecimento. Sempre sobra um homem para

⁴²¹ “[s]torytelling becomes the countervailing force to what she [Arendt] interprets as crimes against humanity”.

⁴²² Isso é corroborado em memórias de um médico do exército alemão no front russo, citadas em Eichmann em Jerusalém, nas quais ele justifica não ter feito nada contra as unidades de assassinato da SS com o argumento de que a consequência seria o seu desaparecimento “em silencioso anonimato” (ARENDT, 1999, p. 253-254), tornando praticamente inútil qualquer ação sua: “Faz parte dos refinamentos dos governos totalitários do nosso século que eles não permitem que seus oponentes morram a morte grandiosa, dramática dos mártires” (BAMM apud ARENDT, 1999, p. 253).

contar a história [*tell the story*]⁴²³. Portanto, nada pode ser ‘praticamente inútil’, pelo menos a longo prazo (ARENDT, 1999, p. 254).

Essa passagem encontra eco em reflexões de Arendt desenvolvidas em outros escritos, as quais abrem perspectivas para se compreender o objetivo de justiça que futuramente viria a ser atribuído a um direito à verdade que incorpora em procedimentos jurídicos a verdade narrativa das vítimas e de seus familiares. Por outro lado, a tensão entre a breve concessão feita por Arendt à relevância dos testemunhos e as suas críticas ao uso do julgamento penal para essa finalidade⁴²⁴ é indicativa de algumas dificuldades enfrentadas ao se buscar ampliar os espaços jurídicos às narrativas das vítimas. São esses pontos de contato que serão ressaltados para se buscar trazer esclarecimentos, com base em reflexões de Hannah Arendt, sobre o argumento em favor de um direito à verdade nesse terceiro sentido.

4.3.2. O papel das narrativas frente a graves violações a direitos humanos: as contribuições de Hannah Arendt

Parece possível extrair de reflexões de Arendt em torno da ideia de narratividade indicações interessantes para se pensar o porquê da criação de um espaço público para os testemunhos das vítimas de graves violações de direitos humanos. Não se tem a pretensão de fazer uma interpretação da concepção arendtiana das narrativas como modo de pensar político a partir da experiência, o que não caberia no âmbito desta tese, e já foi realizado com grande propriedade por estudiosos do seu pensamento, para os quais se remete o leitor (v. AGUIAR, 2001, p. 215-225; BENHABIB, 1994, p. 111-137; HILL, 1979, p. 275-299;

⁴²³ Na versão brasileira consultada, o “*tell the story*” do original em inglês (ARENDT, 1962, p. 232-233) foi traduzido como “contar a história”.

⁴²⁴ Alguns estudiosos chegam a afirmar que, em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt reconhece a importância dos testemunhos “quase contra a sua vontade” (BILSKY, 2004, p. 115, t.n.: “*almost against her will*”) ou “para a sua surpresa” (FELMAN, 2002, p. 124, t.n.: “[*t*]o her surprise”). Na interpretação de Felman, “Arendt está tão notável e profundamente comovida pelo testemunho de Grynszpan que ela vai além dos seus limites e (por um momento) argumenta contra a sua própria objeção jurídica à estória da vítima e contra sua própria ênfase purista e legalista na estrita relevância jurídica” (FELMAN, 2002, p. 238, nota 63, t.n.: “*Arendt is so remarkably and deeply moved by Grynszpan’s testimony that she steps out of her boundaries and (for a moment) pleads against her own legal objection to the victim’s story and against her own puristic, legalistic emphasis on strict legal relevance*”). Para Bilsky, neste momento “[...] Arendt de repente se deu conta do significado mais profundo do julgamento de Eichmann enquanto um foro público onde se deu um nome e uma estória à ação humana. Nesse ponto ela parece ter abandonado a estrutura legalista na qual ela havia tentado inserir o julgamento e foi lembrada da sua própria ética da narração de estórias” (BILSKY, 2004, p. 114: “[...] Arendt suddenly realized the deeper significance of the Eichmann trial as a public forum where human action was given a name and a story. At this point she seems to have abandoned the legalistic framework into which she had tried to fit the trial and was reminded of her own ethics of storytelling”).

KRISTEVA, 2001; LAFER, 2007, p. 289-304; LUBAN, 1994, p. 79-109; MATOS, 2001, p. 90-96; TELES, E., 2002). Trata-se tão somente de explorar alguns elementos presentes nessas suas reflexões para, por meio de uma extensão, pensar-se qual pode ser, após um período de violência política sistemática ou em massa, a importância político-jurídica da escuta pública de histórias de experiências individuais. Com isso se ambiciona contribuir para o esclarecimento da concepção de um direito à verdade enquanto espaço aos testemunhos das vítimas, como uma exigência de justiça. Em particular, os tópicos de reflexão arendtiana que a tese seleciona e dos quais se apropria com esse objetivo são: (i) o problema da transmissibilidade da memória dos acontecimentos em “tempos sombrios” e, diante disso (ii) a narração de histórias como forma de, simultaneamente, (a) buscar-se uma reconciliação com o passado que se oponha a pretensões de jogá-lo em “buracos de esquecimento” e (b) efetivar-se a condição humana da pluralidade. A narração de histórias como forma, portanto, de, com (a) e (b), restaurar o que o crime contra a humanidade pretende destruir.

Para examinar o primeiro tópico (transmissibilidade da memória), é importante lembrar que, para Arendt, a *ação* – o exercício da liberdade humana com a criação de algo novo – existe apenas na atualidade e se esgota no próprio agir. Diferentemente da fabricação/obra, na qual se chega a um produto final que sobrevive à atividade de fabricar, a ação “[...] *é em si e por si absolutamente fútil; nunca deixa um produto final atrás de si*” (ARENDT, 2009, p. 91). O seu modo de ser é o da aparência, o da aparição do novo e do inesperado mediante a sua revelação perante os olhos dos outros, donde a dependência do ator daqueles com quem age e de seus espectadores: “[s]ua realidade depende inteiramente da pluralidade humana, da presença constante de outros que possam ver e ouvir e, portanto, atestar sua existência” (ARENDT, 2010a, p. 117). Nas palavras de Engrén, “[...] o agir apenas existe plenamente na ostentação que o estabelece e o confirma em seu ser” (ENEGRÉN, 1984, p. 59, t.n.⁴²⁵). Ademais, criativa e imprevisível, a ação é inexplicável em termos de necessidade histórica e, portanto, não tem memória garantida (ARENDT, 1993, p. 49, ENEGRÉN, 1984, p. 168-169).

De forma que, como observa Benhabib, para Arendt, “[a]s ações, diferentemente das coisas e dos objetos naturais, somente vivem nas narrativas daqueles que as realizam, e nas narrativas daqueles que as compreendem, interpretam e recordam” (BENHABIB,

⁴²⁵ “[...] l’agir n’existe pleinement que dans l’ostentation qui l’établit et le confirme dans son être”.

1994, p. 124, t.n.⁴²⁶). Qualquer ação, por maior que seja, depende dos homens para a conservação da sua lembrança, exige um espaço de memória para que possa se perpetuar, mantendo-se viva através da história que fala e da qual se fala (ARENDT, 1995, p. 90, 135; ENEGRÉN, 1984, p. 40): “A ação que possui sentido para os vivos somente tem valor para os mortos e só é completa nas mentes que a herdaram e questionam” (ARENDT, 2009, p. 31). Isso explica a sua fragilidade: como já exposto neste trabalho, ao se tratar da verdade fatural (item 4.1.2), a menos que sejam rememorados, os feitos humanos perecem sem deixar vestígios, como se nunca houvessem existido (ARENDT, 2010a, p. 117; 2009, p. 74, 120).

Essa preocupação com um “dever de memória”, aponta Courtine-Denamy (1997, p. 69), permeia o pensamento de Arendt e se manifesta, especialmente, sob a forma de uma constante denúncia do esquecimento. Com efeito, o esquecimento é por ela concebido como uma das faltas mais graves nas relações humanas (ARENDT, 1974, p. 112), pois significa a privação da dimensão de profundidade da nossa existência, a dimensão que diz respeito às grandes ações e às grandes palavras, àquilo que nos assuntos humanos é memorável e merece imortalidade (DUARTE, 2000, p. 123). A memória, conferindo permanência aos feitos e às palavras, permite que estes resistam à futilidade da existência biológica do homem, durem mais que o tempo da sua vida individual. Além disso, a memória é a forma como o homem se apropria e dá significado ao seu passado – inclusive aos fatos e feitos em relação aos quais o seu impulso seria antes destruir do que preservar – ,⁴²⁷ bem como ao presente ao qual esse passado está inevitavelmente integrado (ROVIELLO, 1987, p. 104). De modo que, para Arendt, “[...] memória e profundidade são o mesmo, ou antes, a profundidade não pode ser alcançada pelo homem a não ser através da recordação” (ARENDT, 2009, p. 131). Como nota Roviello (1987, p. 87), a respeito do pensamento de Arendt, falta ao presente uma dimensão essencial se ele não se abre ao passado e ao futuro. É preservando e debatendo sobre o seu passado que o homem humaniza a sua história e o seu mundo:

⁴²⁶ “[a]ctions, unlike things and natural objects, only live in the narratives of those who perform them and the narratives of those who understand, interpret and recall them”.

⁴²⁷ Impulso que Arendt afirmou ter em relação ao totalitarismo: “Assim, meu primeiro problema foi como escrever historicamente sobre algo – o totalitarismo – que eu não queria conservar, mas, ao contrário, me sentia comprometida a destruir” (ARENDT apud BENHABIB, 1994, p. 120, t.n.: “Thus my first problem was how to write historically about something – totalitarianism – which I did not want to conserve but on the contrary felt engaged to destroy”).

[...] nenhum mundo humano destinado a perdurar após o curto período de vida dos mortais seria capaz de sobreviver sem que os homens estivessem propensos a fazer aquilo que Heródoto foi o primeiro a aprender conscienciosamente – a saber, *légein tá eónta*, dizer o que é (ARENDT, 2009, p. 285).

Arendt ensina que por muito tempo o papel de legar através das gerações o testemunho dos antepassados foi cumprido pela tradição (ARENDT, 2009, p. 166). A tradição é o passado que reclama autoridade sobre o presente pela exclusiva razão de ser essa a forma como as coisas se passavam (BENHABIB, 1994, p. 124): “[n]a medida em que o passado foi transmitido como tradição, possui autoridade; na medida em que a autoridade se apresenta historicamente, converte-se em tradição” (ARENDT, 2008a, p. 208). Desde os romanos, onde a tradição santificava o passado de forma a preservar o momento sagrado da fundação da cidade, ela foi “o fio condutor através do passado e a cadeia à qual cada nova geração, intencionalmente ou não, ligava-se em sua compreensão do mundo e em sua própria existência” (ARENDT, 2009, p. 53). Reatando os homens por meio de um quadro de referências para a compreensão da realidade histórica e retenção das experiências, ela tornava possível a transmissão, entre as diferentes gerações, das heranças que se queriam preservadas.

Entretanto, no mundo moderno, os padrões e categorias tradicionais deixaram de fornecer instrumentos para a compreensão dos acontecimentos e para se fazer frente aos problemas e perplexidades por eles produzidos (ARENDT, 2009, p. 54). O perigo gerado pela dissolução da tradição é perdermos o próprio passado, ser este integralmente esquecido. Pois, segundo Arendt, “[...] a memória [...] é impotente fora de um quadro de referências preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo desconexo” (ARENDT, 2009, p. 31). É difícil de encontrar o caminho em meio ao labirinto de fatos desarticulados, frente a um “[...] passado que, por ter visto a sua consistência dissolvida, surge na forma de fragmentos em dispersão” (LAFER, 1988, p. 91). Ao servir como um quadro de referências, a tradição possibilitava que se salvasse o passado, ao menos em algumas de suas dimensões, da ruína do tempo (ARENDT, 1989, p. 29, 2009, p. 39-40).⁴²⁸

⁴²⁸ Problema que aparece representado no aforismo do poeta e escritor francês René Char, discutido por Arendt no prefácio de *Entre o passado e o futuro*: “Notre héritage n’est précédé d’aucun testament – ‘Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento’” (ARENDT, 2009, p. 28). Referindo-se à sua experiência na Resistência durante a ocupação da França, na Segunda Guerra Mundial, René Char percebeu que, com a liberação, o tesouro descoberto por aqueles que aderiram à Resistência – a iniciativa de se criar um espaço público onde a liberdade poderia aparecer – seria perdido. O testamento, que indica e transmite as posses

Com o evento totalitário, a tradição política e filosófica, que já havia chegado ao seu fim com um esgotamento interno no âmbito da atividade do pensamento, sofreu de fato uma ruptura, tornando-se “[...] *realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política*” (ARENDT, 2009, p. 40). Com efeito, a tradição se revelou absolutamente incapaz de fornecer explicações adequadas para o ineditismo e para os horrores da dominação totalitária e de indicar caminhos para se reagir aos seus crimes (ARENDT, 1989, p. 11, 2009, p. 53-54). Nesse momento, o homem moderno se deu conta da sua incapacidade até mesmo de formular questões adequadas e significativas (ARENDT, 2009, p. 35).

Como já apontado neste trabalho, conforme a análise arendtiana (Capítulo 3, item 3.5), os campos de concentração, instituição paradigmática dos governos totalitários, mostram até que ponto, privado o pensamento de realidade e privada a realidade de sentido, fica também prejudicada a possibilidade de se reter e rememorar os acontecimentos. A experiência que não pode ser nomeada pelas categorias e valores tradicionais dificilmente é compreendida e comunicada e, por esse motivo, tende a escapar da memória. O totalitarismo nazista se aproveitou disso para tentar produzir um crime sem testemunhas: um crime cuja monstruosidade, aliada a um sistema de distanciamento e dissimulação, produziria “buracos de esquecimento” (BILSKY, 2004, p. 110).

Mas, em Arendt, a quebra do fio da tradição não acarreta necessariamente a destruição do passado, apenas o põe em perigo. O que se perde é a continuidade do passado, a sua certeza de avaliação. Ou seja, “(...) *o passado, embora ainda presente, está fragmentado e não pode mais ser contado como uma narrativa unificada*” (BENHABIB, 1994, p. 124, t.n.⁴²⁹). Inclusive, como sublinha Duarte, a tradição, ao cumprir a função de transmitir o passado, não era neutra: selecionava o conteúdo transmitido preterindo outros, funcionando também como fonte de esquecimento das experiências e conceitos que excluía

para o herdeiro, representa para Arendt a tradição, que escolhe, nomeia e transmite os tesouros do passado: “O tesouro foi assim perdido, não mercê de circunstâncias históricas e da adversidade da realidade, mas por nenhuma tradição ter previsto seu aparecimento ou realidade” (ARENDT, 2009, p. 31). Trata-se de uma perda que se consoma “[...] pelo olvido, por um lapso de memória” (ARENDT, 2009, p. 31). O problema, é claro, não foi a liberação do país em si, mas o fato de que, com ela se evidenciou a incapacidade de se herdar, questionar, refletir e relembrar: “[...] o ‘acabamento’ que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem a articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada” (ARENDT, 2009, p. 32). Neste último trecho da edição brasileira de *Entre o passado e o futuro*, o termo “*story*” é traduzido como “história” (v. ARENDT, 2006, p. 6).

⁴²⁹ “[...] *the past, while still present, is fragmented and can no longer be told as a unified narrative*”.

(DUARTE, 2000, p. 126, 130, 144).⁴³⁰ O fio que nos guiava com segurança através do passado foi também o que nos prendeu a alguns de seus aspectos (ARENDT, 2009, p. 130-131). De forma que a recuperação do passado, tão relevante para Arendt, deve ocorrer fora dos quadros de uma tradição estabelecida.⁴³¹

Em “tempos sombrios”, quando a autoridade das teorias e doutrinas tradicionais não mais nos auxilia a compreender os fatos⁴³² e, portanto, não mais transmite conteúdos de uma geração a outra, quando o próprio mundo parece obscurecido, Arendt identifica na narração de histórias (*storytelling*), especialmente na narração de histórias sobre vidas individuais, a possibilidade de o passado continuar a lançar luzes sobre o presente (HILL, 1979, p. 295, LUBAN, 1994, p. 80). É esta, para Arendt, a forma como se pode compreender e comunicar a realidade que os conceitos e valores tradicionais já não conseguem explicar (TELES, E., 2002, p. 56) e, conseqüentemente, transmitir a memória dos feitos humanos (LAFER, 1988, p. 290).

As narrativas têm por objeto cada evento ou ação, cada situação única com seus rasgos particulares, por isso conseguem fazer face à incalculável variedade de situações e permitem a retenção do passado em sua originalidade, sem precisar reduzi-lo a conceitos ou inseri-lo em um processo abrangente (TELES, E., 2002): “[...] a ação e o discurso [...] são realmente duas atividades cujo resultado final será sempre uma história suficientemente coerente para ser narrada, por mais acidentais ou fortuitos que possam parecer os eventos singulares e suas causas” (ARENDT, 2010a, p. 120). Inclusive, para

⁴³⁰ No mesmo sentido, sublinha Canovan que “[a] tradição não é equivalente ao passado: ela é uma relação particular e seletiva com o passado, transmitindo e reforçando ideias, experiências e estruturas particulares e suprimindo outras” (CANOVAN, 1992, p. 69, t.n.: “[t]radition is not equivalent to the past: it is a particular and selective relationship to the past, handing on and reinforcing particular ideas, experiences and structures and suppressing others”).

⁴³¹ Deve se dar, também, sem que se busque explicar os fatos e escapar de sua acidentalidade por meio de leis universais, reduzindo-os a funções de um processo global, o que, como mostra o exemplo do totalitarismo, no limite leva à fuga da realidade em lugar da sua confrontação. Arendt se opõe à moderna concepção da história como processo, que buscava explicar todas as coisas inserindo-as em processos invisíveis universais, contornando o fato de não se encontrar um significado no particular com a referência a um processo que o engolfaria e embasaria (v. ARENDT, 2009, p. 69-126). Para ela, “[a] causalidade é [...] uma categoria totalmente estranha e falseadora no que diz respeito às ciências históricas. Não só é verdade que o real significado de todo evento transcende qualquer número de causas passadas que possamos atribuir a ele [...], mas também que o próprio passado só vem a ser com o próprio acontecimento. Somente quando algo irrevogável aconteceu é que podemos retrair a sua história. O acontecimento ilumina o próprio passado; jamais pode ser deduzido dele” (ARENDT, 1993, p. 49).

⁴³² A expressão “tempos sombrios”, emprestada por Arendt de Brecht, não faz referência apenas às monstruosidades vivenciadas no século XX (ARENDT, 2008b, p. 9). Como lembra Luban, “[t]empos sombrios para Arendt são tempos nos quais (nas palavras de Tocqueville, que ela cita em diversas ocasiões) ‘a mente vagueia na obscuridade.’ Em tempos sombrios as formas tradicionais de explicação não explicam mais nada” (LUBAN, 1994, p. 81, t.n.: “[d]ark times for Arendt are times in which (in Tocqueville’s words, which she cites on several occasions) ‘the mind of man wanders in obscurity.’ In dark times traditional forms of explanation no longer explain anything”).

Arendt, a principal característica da vida especificamente humana, da vida não em (ou para além do) seu sentido biológico, é que ela é repleta de eventos que, ao final, poderão ser narrados como uma estória e dessa forma compartilhados com outros homens (ARENDT, 2010a, p. 120; KRISTEVA, 2001, p. 7-8). As faculdades humanas da ação e do discurso, que constituem a política, produzem estórias – nas palavras de Enegrén, narrativas que relatam o memorável (ENEGRÉN, 1984, p. 171) – da mesma forma que a fabricação produz coisas tangíveis. O fato de que possam ser narradas como estórias, revelando os seus sujeitos – seus “heróis” – é a condição da história (*history*), a grande estória sem começo nem fim, o livro de estórias (*storybook*) da humanidade (ARENDT, 2010a, p. 230-231).

Com isso se pode introduzir o segundo tópico de reflexão arendtiana em torno dos temas das narrativas, relevante para a análise desenvolvida neste trabalho. Essas estórias, segundo Arendt, têm a vocação de fazer emergir um sentido, um significado humano para as ações e acontecimentos. Dessa forma auxiliam na reconciliação com o passado e na aceitação das coisas como elas são, como explicitado em frase da escritora Isak Dinesen, que Arendt cita: “*Todas as mágoas são suportáveis se as colocamos em uma estória [story] ou contamos uma estória sobre elas*” (DINESEN apud ARENDT, 2010a, p. 219). Não que levem ao domínio do passado, pois “[n]ão podemos dominar o passado mais do que desfazê-lo” (ARENDT, 2008b, p. 29). O máximo que se pode fazer é confrontá-lo, buscar saber precisamente o que foi o evento e suportar esse conhecimento (ARENDT, 2008b, p. 28), de forma a, nas palavras de Roviello, “[...] fazer nosso mesmo o mais estranho” (ROVIELLO, 1997, p. 84, 1987, p. 102). Como ensina Hill, (1979, p. 288-289), é nesse sentido que deve ser compreendida a reconciliação com o passado a que se refere Arendt: ela consiste na superação do estranhamento causado pela experiência, que muitas vezes resulta de iniciativas e reações imprevisíveis adotadas pelos outros.

Reconciliar-se com o passado é apresentar a ele e aos imprevistos que o constituem, a tudo aquilo que, enfim, não pode mais ser desfeito, a questão sobre o seu sentido, possibilitando que se integrem ao presente enquanto base para a ação futura (ENEGRÉN, 1984, p. 58; ROVIELLO, 1987, p. 182). Em outras palavras, é (re)aproximar a realidade do pensamento, refletir sobre ela (TELES, E., 2002, p. 58, 65), buscar compreendê-la, o que significa “[...] examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocam entre nós [...], em suma, encarar a realidade, espontânea e atentamente, e resistir a ela” (ARENDT, 1989, p. 21).

Arendt está convencida de que é necessário procurar iluminar pela compreensão mesmo aquilo que, em seu horror, permanecerá com um núcleo incompreensível (ROVIELLO, 1987, p. 105). Esse é o meio pelo qual aprendemos a lidar com a nossa realidade conferindo-lhe sentido, uma atividade interminável que jamais produz resultados inequívocos, mas é o único caminho possível para nos sentirmos em casa no mundo (ARENDT, 1993, p. 39) e para humanizarmos esse mundo, que “[...] *não é humano simplesmente por ser feito por seres humanos, e nem se torna humano simplesmente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se tornou objeto de discurso*” (ARENDT, 2008b, p. 33). Trata-se de, mesmo após a experiência do desumano, repensar o mundo de modo a torná-lo de novo habitável. Isto, para Arendt, passa necessariamente pela narração de histórias, ou seja, pela organização dos fatos em narrativas humanamente compreensíveis (BILSKY, 2004, p. 101, TELES, E., 2002, p. 80).

Com efeito, a reconciliação com o passado se realiza a partir da memória do que se passou, com o “[...] *lamento, que brota de toda recordação*” (ARENDT, 2008b, p. 29). Lembrar um evento é pensar sobre ele, como, segundo Lafer, Arendt disse em curso dado em Cornell sobre as experiências políticas do século XX: “[o] *contar de uma história é uma forma apropriada de pensá-la*” (LAFER, 2007, p. 295). A “*repetição em lamento*” (ARENDT, 2008b, p. 30) estabelece o sentido do evento, o significado que entrará para a história. Por vezes, isso apenas se alcança realmente com a arte (abrangidas aqui a poesia e a literatura de ficção).⁴³³ Entretanto, o historiador, “[...] *contador da verdade dos fatos [...] é também um contador de histórias*” (ARENDT, 2009, p. 323); os seus olhos “[...] *representam somente o olhar cientificamente treinado da compreensão humana*” (ARENDT, 1993, p. 50). E nós que não somos artistas nem historiadores igualmente experimentamos essa necessidade de memória, de “[...] *rememorar os acontecimentos significativos em nossas vidas, relatando-os a nós mesmos e a outros*” (ARENDT, 2008b, p. 30), pois todos precisamos nos reconciliar com um mundo em que nascemos como estranhos e permaneceremos sempre sendo estranhos (ARENDT, 1993, p. 39).

⁴³³ Arendt apresenta como exemplo a novela *A fable*, de William Faulkner: “Após a Primeira Guerra Mundial, tivemos a experiência de ‘dominar o passado’, com uma enxurrada de descrições sobre a guerra, imensamente variadas em tipo e qualidade [...]. Contudo, deveriam se passar quase trinta anos antes que surgisse uma obra de arte que apresentasse a verdade íntima do acontecimento de um modo tão transparente que se podia dizer: Sim, é como foi. E nessa novela, *A fable* [Uma fábula] de William Faulkner, descreve-se muito pouco, explica-se menos ainda e não se ‘domina’ absolutamente nada; seu final são lágrimas, pranteadas também pelo leitor, e o que permanece para além disso é o ‘efeito trágico’ ou o ‘prazer trágico’, a emoção em estilhaços que permite à pessoa aceitar o fato de que realmente poderia ter ocorrido algo como aquela guerra” (ARENDT, 2008b, p. 29).

Ao exercermos a memória contando o que se passou, preparamos o caminho que os artistas e os historiadores poderão completar, com a criação de uma “narrativa composta” (“*a formed narrative*”) que se acrescentará aos recursos do mundo e nele poderá permanecer, sobrevivendo a nós, como uma estória entre muitas (ARENDT, 1970, p. 22, 2008b, p. 30). Como sintetizado por Enegrén, “[...] *o episódio que o autor acrescenta a uma trama infinita, sem uma explicação única, o historiador ou o poeta o entrega à nossa memória, o apresenta ao nosso julgamento, para que nós compreendamos o nosso tempo e não renunciemos a fazê-lo nosso*” (ENEGRÉN, 1984, p. 231, t.n.⁴³⁴). Algo que, no entanto, nada tem de definitivo: “*Ao invés disso, enquanto o sentido dos acontecimentos permanecer vivo – e esse sentido pode persistir por longuíssimos períodos de tempo –, o ‘domínio do passado’ pode assumir a forma de narração sempre repetida*” (ARENDT, 2008b, p. 30). As narrativas, como enfatiza Bilsky (2004, p. 142), mantêm uma abertura para serem interpretadas e recontadas e, portanto, podem acionar um processo de narrações em que uma pluralidade de vozes e perspectivas é visitada.

Essas estórias, uma vez registradas em documentos e monumentos ou representadas em obras de arte, poderão sobreviver no mundo não obstante o movimento de permanente mudança da vida e das ações do homem – embora elas mesmas, em sua realidade viva, sejam distintas dessas reificações (ARENDT, 2010a, p. 217, 230). Assim, com a ajuda dos artistas, poetas, escritores, historiadores e construtores de monumentos – o *homo faber* em sua capacidade suprema –, as estórias que os homens encenam vêm a integrar o artifício humano, um mundo de durabilidade mais estável e permanente do que as suas próprias vidas (ARENDT, 2010a, p. 190).⁴³⁵ Esses relatos de incidentes da experiência virão a ser a principal matéria de reflexão do pensador político, ao qual incumbe, na percepção de Arendt, debruçar-se sobre os acontecimentos, reunindo e

⁴³⁴ “[...] *l’épisode que l’auteur ajoute à une trame infinie, sans motif d’ensemble, l’historien ou le poète le livre à notre mémoire, le propose à notre jugement pour que nous comprenions notre temps et ne renoncions pas à le faire nôtre*”.

⁴³⁵ “Para que [a ação e o discurso] se tornem coisas mundanas [...] devem primeiro ser vistos, ouvidos e lembrados, e então transformados em coisas, reificados por assim dizer – em recital de poesia, na página escrita ou no livro impresso, em pintura ou escultura, em algum tipo de registro, documento ou monumento. Todo o mundo factual dos assuntos humanos depende, para sua realidade e existência contínua, em primeiro lugar da presença de outros que tenham visto e ouvido e que se lembram; e, em segundo lugar, da transformação do intangível na tangibilidade das coisas. Sem a lembrança e a reificação de que a lembrança necessita para a sua realização [...] as atividades vivas da ação, do discurso e do pensamento perderiam sua realidade ao fim de cada processo e desapareceriam como se nunca houvessem existido” (ARENDT, 2010a, p. 117).

interpretando estórias que lancem luzes sobre os eventos políticos, e buscar compreendê-los (AGUIAR, 2001, p. 216; HILL, 1979, p. 296).⁴³⁶

As estórias, portanto, se opõem ao projeto totalitário de apagar a ocorrência de fatos e a existência de pessoas da história, elas tiram esses fatos e pessoas dos buracos de esquecimento nos quais o totalitarismo pretendeu jogá-los. Enquanto as coisas não comunicadas ou incomunicáveis não possuem um lugar permanente na realidade, a palavra é reveladora e tira o que é existente “*fora do esquecimento*” (ENEGRÉN, 1984, p. 57, t.n.⁴³⁷). A estória revela o sujeito ou herói sobre o qual ela conta,⁴³⁸ trazendo de volta ao mundo aqueles que pereceram ao assegurar a memória de sua existência passageira. Assim, se a violência totalitária quer tornar as suas vítimas desconhecidas, roubando a sua dignidade humana – tal como a Primeira Guerra Mundial fez com o “soldado desconhecido” (ARENDT, 2010a, p. 226) –, a sobrevivência de alguém para contar a estória evita que os feitos dessas vítimas tenham sido vãos. É por isso que, usando-se palavras de Roviello, “[...] *é importante que haja testemunhas que recordem aquilo que sem elas desapareceria para sempre*” (ROVIELLO, 1997, p. 22, 1987, p. 24).

Como acima apontado, a relevância dos testemunhos contra o projeto totalitário de construir buracos de esquecimento é a conclusão de Arendt no capítulo de *Eichmann em Jerusalém* sobre provas e testemunhas. Nas palavras de Canovan, “[...] *Arendt concluiu que, não obstante os esforços dos totalitaristas, eles nunca conseguiram apagar por completo a memória, o que torna ainda mais importante que existam estórias a serem contadas da ação heroica contra circunstâncias opressivas*” (CANOVAN, 1992, p. 59, nota 155, t.n.⁴³⁹). Inclusive, a própria Arendt admitiu, em carta a Mary McCarthy (ARENDT; MCCARTHY, 2009, p. 239), ter mudado de entendimento após o julgamento de Eichmann a respeito dos “buracos de esquecimento” que o totalitarismo busca construir:

⁴³⁶ Arendt inclusive – apontam estudiosos de sua obra –, definiu algumas vezes o seu trabalho de pensadora política como *storytelling* (BENHABIB, 1994, p. 124, HILL, 1979, p. 296).

⁴³⁷ “*hors de l’oubli*”.

⁴³⁸ Arendt esclarece que “[o] herói desvelado pela história não precisa ter qualidades heroicas; originalmente, isto é, em Homero, a palavra ‘herói’ não era mais que um nome dado a qualquer homem livre que houvesse participado da aventura troiana e do qual se podia contar uma história. A conotação de coragem, que hoje conhecemos ser indispensável a um herói, já está, de fato, presente na disposição para falar e agir, para inserir-se no mundo e começar uma história própria. E essa disposição não está necessariamente, nem principalmente, associada à disposição para arcar com as consequências; a coragem e mesmo a audácia já estão presentes no ato de quem abandona seu esconderijo privado para mostrar quem é, desvelando-se e exibindo-se a si próprio. A dimensão dessa coragem original, sem a qual, a ação, o discurso e, portanto, segundo os gregos, a liberdade seriam impossíveis, não é menor se o ‘herói’ for um covarde – pode até ser maior” (ARENDT, 2010a, p. 233).

⁴³⁹ “[...] *Arendt concluded that despite the efforts of the totalitarians, they never succeeded in erasing memory entirely, which makes it even more important that there should be stories to be told of heroic action against overwhelming odds*”.

Se em *Origens do totalitarismo* ela sublinha a preocupação com a possibilidade de sucesso desse projeto, em *Eichmann em Jerusalém*, após tratar dos depoimentos das testemunhas, ela se mostra menos pessimista: sempre sobra um homem para contar a estória e é justamente por isso que a amnésia não poderá ser total (ARENDT, 1999, p. 254; ENEGRÉN, 1984, p. 209, nota 2).⁴⁴⁰

E em que medida essa forma de lidar com o passado igualmente observa e promove a condição humana da pluralidade? Aponta Benhabib (1994, 120-121) que ela dá destaque à fragmentação, aos fracassos e às rupturas e, com isso, faz justiça aos mortos, às suas esperanças e esforços frustrados. Para Arendt, o significado mais profundo dos atos praticados e das palavras faladas independe da vitória ou derrota e das consequências que tenham produzido, critério considerado pelos modernos como expressão do julgamento “objetivo” da história (ARENDT, 2010a, p. 256, 2009, p. 81). Não é o resultado dos atos e palavras que deve determinar o que é digno de imortalização, mas antes o significado que eles trazem ao mundo (ARENDT, 2009, p. 81-82, 113-115, 2010a, p. 256-257; ROVIELLO, 1987, p. 46-47, 104), e, como lembra Lafer (1988, p. 250), uma derrota pode ter validade exemplar tanto quanto uma vitória é capaz de, no futuro, vir a ser vergonhosa para o espaço público.

Em seu entender, a imparcialidade necessária ao historiador consiste em considerar os pontos de vista dos outros e fazer-se justiça também à causa dos vencidos, em não os matar, por assim dizer, uma segunda vez, celebrando exclusivamente a causa dos vencedores (ARENDT, 1995, p. 152): “Penso que se pode remontá-la ao momento em que Homero decidiu cantar os efeitos [sic⁴⁴¹] dos troianos não menos que os dos aqueus, e louvar a glória de Heitor, o inimigo e o homem derrotado, não menos do que a glória de Aquiles, o herói do seu povo” (ARENDT, 2009, p. 324).⁴⁴² Assim, nas palavras de

⁴⁴⁰ Bilsky (2004, p. 114) interpreta que essa mudança de entendimento, ocorrida enquanto Arendt preparava o relatório sobre o julgamento de Eichmann, pode ter sido induzida pelo espaço dado pela acusação às testemunhas. É interessante observar que em *Eichmann em Jerusalém* Arendt se refere às testemunhas como *storytellers*, o que nem sempre fica claro na tradução para o português. A autora observa que as histórias contadas pelas testemunhas dificilmente seriam suportadas em conversas privadas, nas quais os ouvintes “teriam que encerrar o *storyteller*” (ARENDT, 1964, p. 8, d.i., t.n.: “*would have to face the storyteller*”); comenta, a partir dos exemplos de K-Zetnik e Grynszpan sobre as dificuldades em contar a (ou uma) história (“*tell a [or the] story*”) (ARENDT, 1964, p. 224, 228-229); e, como já dito, conclui sua análise sobre os depoimentos das testemunhas observando que “Sempre restará um homem para contar a estória” (ARENDT, 1964, p. 232-233, t.n.: “*One man will always be left alive to tell the story*”). Para uma análise, v. Felman (2002, p. 238-239, nota 63).

⁴⁴¹ Em ingles, “*deeds*” (ARENDT, 2006, p. 258), portanto, “feitos” e não “efeitos”, como consta da edição brasileira consultada. V., também, Lafer (1988, p. 250).

⁴⁴² Como leciona Lafer a respeito do pensamento de Arendt, “A objetividade homérica, que fez com que o julgamento dos homens não dependesse da vitória ou da derrota, ainda que esta seja definitiva para a vida dos indivíduos, inspirou Heródoto, o Pai da História, que se propôs a registrar imparcialmente os feitos dos

Benhabib, a narrativa tal como Arendt a percebe redime “[...] a memória dos mortos, dos derrotados e dos vencidos, ao tornarem presentes para nós mais uma vez as suas esperanças que não puderam se realizar, seus caminhos não trilhados e os seus sonhos não consumados” (BENHABIB, 1994, p. 131, t.n.⁴⁴³).

Por outro lado, como a narração de histórias envolve não apenas a lembrança de eventos, mas também a sua comunicação, ela diz respeito ainda, como sublinha Hill (HILL, 1979, p. 289-290), à questão sobre como a experiência daquele que narra se relaciona com os outros que com ele convivem e com os eventos no mundo. Do ponto de vista de quem conta a história, o fato de os outros ouvirem e acreditarem no que é contado confirma o seu senso sobre o que aconteceu (v. Capítulo 3, item 3.2). A sua perspectiva passa a integrar o senso comum da realidade, e com isso o próprio narrador ganha um lugar nesse mundo, dele passa ou volta a fazer parte:

As histórias nos contam como cada um encontra ou perde o seu lugar justo em relação aos outros no mundo. E a comunicação da história é confirmada quando a justiça foi reconhecida. Existe alguma história que contamos na qual a justiça não esteja em questão? É quase como se constituíssemos um júri dos nossos ouvintes, de forma que cabe a eles julgar a visão particular do caso que apresentamos em nossa história. O que eles validam não é a relação particular de alguém com um campo transcendental de significado, mas simplesmente o seu lugar no mundo (HILL, 1979, p. 290, t.n.⁴⁴⁴).

É nesse sentido que Arendt ilumina como, na criação de uma esfera pública que incorpore histórias sobre experiências individuais, está em questão não apenas a (re)inserção dessas histórias e de seus sujeitos ou “heróis” no espaço-entre da comunidade política – na sua “[...] teia de assuntos e relações humanos e das histórias por eles engendradas” (ARENDT, 2010a, p. 254) –, mas também a (re)inserção *daquele que discorre* (a testemunha) nessa comunidade. Porque, como já visto, em Arendt, é por meio das suas palavras e atos que os homens mostram quem são, revelam as suas identidades pessoais, e dessa forma se inserem no mundo humano (ARENDT, 2010a, p. 221, 224-

gregos assim como os dos bárbaros enquanto eventos humanos e não míticos, que merecem ser lembrados” (LAFER, 1988, p. 250).

⁴⁴³ “[...] the memory of the dead, the defeated and the vanquished by making present to us once more their failed hopes, their untrodden paths, and unfulfilled dreams”.

⁴⁴⁴ “Stories tell us how each one finds or loses his just place in relation to others in the world. And the communication of the story is confirmed when justice has been recognized. Is there any story we tell in which justice is not at issue? It is almost as if we constitute a jury of our listeners, so that it falls to them to judge the particular view of the case that we present in our story. What they validate is not one’s particular relationship to a transcendent realm of meaning, but simply his place in the world”.

225).⁴⁴⁵ A palavra é “reveladora”, ela torna possível a cada homem se elucidar, se distinguir dos demais ao manifestar a sua identidade. É por isso que ela efetiva a condição humana da pluralidade: o mundo comum, constituído pela pluralidade dos homens, é aquele no qual é possível a cada um, aparecendo com ações e palavras, alcançar a sua realidade (ARENDT, 2010a, p. 223, 246, ENEGRÉN, 1984, p. 47, 57; ROVIELLO, 1987, p. 14; TELES, E., 2002, p. 67). A possibilidade de transformar acontecimentos em narrativas define a condição da existência especificamente humana e funciona, como observa Garapon (2004a, p. 139), fazendo referência ao pensamento de Hannah Arendt, como o primeiro modo de reconstrução da identidade daquele que narra.

4.3.3. A verdade na “era do testemunho”: uma verdade que produz justiça

Os aspectos acima sublinhados da ideia arendtiana de narratividade parecem fornecer instrumentos para se pensar a dimensão do direito à verdade ora estudada. Com efeito, para usar palavras que Arendt empresta de Tocqueville, a recusa do passado em “lançar sua luz sobre o futuro” (ARENDT, 2008b, p. 209) e o prejuízo que disso advém para a memória é um fenômeno que também tem sido identificado nas transições políticas pós-regimes repressivos, ainda que esses possam apresentar importantes diferenças em relação aos regimes totalitários estudados por Arendt.

Observa-se que, em regimes de exceção, quando o Estado ataca de forma generalizada e sistemática a sua população, institucionaliza a prática de tortura, execuções sumárias e desaparecimentos, ocorre, como diz Garapon (2004a, p. 119), um “desmoronamento” da comunidade jurídico-política: “*Trata-se de um fracionamento violento que resulta na expulsão de alguns de toda e qualquer pertença jurídica, do ‘direito de ter direitos’, segundo expressão de Hannah Arendt*” (GARAPON, 2004a, p. 119). Também aqui, a anomia, a exclusão de alguns do “direito a ter direitos” e a imposição violenta de silêncio abalam a confiança nas instituições públicas e levam à “[...] perda da luz iluminadora da esfera pública” (BILSKY, 2004, p. 42, t.n.⁴⁴⁶), em prejuízo da presença de critérios comuns para a compreensão dos eventos e transmissão da sua

⁴⁴⁵ É pertinente lembrar que, para Arendt, embora seja impossível dizer *quem* alguém é, manifestar em palavras sua “identidade única e distinta” (ARENDT, 2010a, p. 225) – algo que está para além de (e é anterior a) dizer *o que* esse alguém é, isto é, de descrever as qualidades que ele partilha com outras pessoas –, na ação e, especialmente, no discurso esse *quem* singularmente distinto pode se manifestar mostrando-se para o mundo (ARENDT, 2010a, p. 232). É apenas aparecendo aos outros que cada homem alcança a existência efetiva (ROVIELLO, 1987, p. 14).

⁴⁴⁶ “[...] loss of the illuminating light of the public sphere”.

memória (TELES, E., 2007). Como sintetiza Teitel, em transições políticas o compartilhamento de entendimentos em uma sociedade a respeito do seu passado é frequentemente frágil ou está de todo ausente: “*O que acontece quando uma comunidade política sucumbe como se passa em períodos de regime repressivo? Onde está a autoridade na transição? (...) Esses são períodos em que noções compartilhadas de verdade política e história estão em grande parte ausentes*” (TEITEL, 2000, p. 71, t.n.⁴⁴⁷).

Foi esse o contexto em que os estudos no campo da justiça de transição passaram a conceber um direito à verdade no qual o termo “verdade” abrange os testemunhos daqueles que sofreram violações graves de seus direitos.⁴⁴⁸ Nesse sentido, o relatório final da Comissão de Verdade e Reconciliação realizada na África do Sul (1995-2002) afirma trabalhar com diferentes noções de verdade, sendo uma delas a de uma “*verdade pessoal ou narrativa*” (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 1, p. 110, t.n.⁴⁴⁹).⁴⁵⁰ O que aponta, conforme

⁴⁴⁷ “*What happens when a polity breaks down as it does in periods of repressive rule? Where is the authority in transition? [...] These are periods when shared notions of political truth and history are largely missing*”.

⁴⁴⁸ Assim, E. Teles parece nutrir-se da reflexão arendtiana ao defender que “Quando pensamento e realidade encontram-se dissociados, como no vazio causado pela ausência de falas sobre a experiência da tortura e da violência política, o ato de contar histórias é o modo mais apropriado de conferir significados aos novos eventos, bem como de retomar os significados que as ações passadas produziram, auxiliando na reconciliação com o mundo” (TELES, E., 2007, p. 110).

⁴⁴⁹ “*personal or narrative truth*”.

⁴⁵⁰ Os outros sentidos são: verdade fatural ou forense, verdade social ou do diálogo e verdade curativa (*healing*) e restaurativa. Sobre a verdade narrativa, o relatório cita afirmação de Desmond Tutu, conforme a qual “[d]iz-se que esta Comissão ouve a todos. É, portanto, importante que se dê a cada pessoa a chance de falar a verdade dele ou dela, como ele ou ela a vê” (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 1, p. 112, t.n.: “[t]his Commission is said to listen to everyone. It is therefore important that everyone should be given a chance to say his or her truth as he or she sees it”). E, ainda: “Ao proporcionar o ambiente no qual as vítimas pudessem contar as suas próprias histórias nas suas próprias línguas, a Comissão não apenas contribuiu para a descoberta de fatos existentes sobre abusos passados, mas também colaborou com a criação de uma ‘verdade narrativa’. [...] A Comissão procurou, também, capturar o registro mais amplo possível das percepções, histórias, mitos e experiências das pessoas” (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 1, p. 112, t.n.: “*By providing the environment in which victims could tell their own stories in their own languages, the Commission not only helped to uncover existing facts about past abuses, but also assisted in the creation of a ‘narrative truth’* [...] *The Commission sought, too, to capture the widest possible record of people’s perceptions, stories, myths and experiences*”). É importante observar, entretanto, que, na Comissão de Verdade e Reconciliação sul-africana, além das vítimas, os perpetradores foram também ouvidos: “Ao contarem as suas histórias, tanto as vítimas quanto os perpetradores deram sentido às experiências de múltiplas facetas da história sul-africana” (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 1, p. 112, t.n.: “*By telling their stories, both victims and perpetrators gave meaning to the multilayered experiences of the South African story*”). Eles tiveram a oportunidade de se candidatar à concessão individual de anistia, em troca da sua aparição em público para responder questões apresentadas pela comissão, pelas vítimas e seus advogados, e para confessar os seus crimes (HAYNER, p. 29). Além disso, segundo o relatório da Comissão, “[q]ualquer suposto perpetrador nomeado em uma declaração tinha que ser devidamente notificado de que ele/ela estava dessa forma implicado(a), bem como se beneficiar de uma oportunidade de resposta” (ÁFRICA DO SUL, vol. 5, cap. 1, p. 6, t.n.: “[a]ny alleged perpetrator named in a statement had to be given due notice that he/she was thus implicated and given the opportunity to respond”). Por fim, foram conduzidas oitivas voltadas a investigar o papel exercido pelo Estado, pelos movimentos de liberação, pelos partidos políticos e diferentes setores da sociedade, e voltadas à obtenção de uma melhor compreensão sobre o contexto das violações. Em relação a essas testemunhas, diferentemente do que se passava na oitiva das vítimas, havia interrogatório e aplicação de penalidade em caso de não comparecimento (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 5, p. 8).

análise de Cassin, para a ideia de uma verdade-resultado, ligada a uma ocasião e a um procedimento de construção, e definida pelo efeito que pode produzir na constituição de uma nova comunidade política (CASSIN, 2004, p. 45-46⁴⁵¹): “*É assim e não menos que se deve entender, pragmaticamente, a exigência repetida e quase encantatória de ‘tell the truth’, ‘tell their story’: [...] a história-history é tecida a partir das estórias-stories*” (CASSIN, 2001, p. 186, d.o., t.n.⁴⁵²).

Nesse possibilitar-se às vítimas a comunicação das suas experiências pessoais está em questão algo diferente da descoberta de fatos e do esclarecimento de eventos precisos sobre os abusos passados. Wieviorka aponta ser esta uma nova forma de lidar com o passado, que em lugar do estabelecimento e análise acadêmica de datas e fatos, feita com distanciamento – o trabalho do historiador, que ela não substitui – prefere “[...] *fazer visualizar o horror através da palavra das vítimas*” (WIEVIORKA, 1998, p. 66, t.n.⁴⁵³). Nela, constitui-se uma memória coletiva dos acontecimentos por meio da exposição emocionada de uma sucessão de experiências pessoais, das múltiplas narrativas individualizadas daqueles que dizem o que viram e o que viveram (WIEVIORKA, 2002, p. 98, 118-220). A representação do passado em torno de destinos individuais (LALIEU, 2001, p. 94) daria ao acontecimento, perante os ouvintes, uma realidade que o conhecimento abstrato dos fatos não seria capaz de proporcionar.⁴⁵⁴ Concepção essa que evoca o complexo problema da relação entre memória e história – entre a memória viva

⁴⁵¹ Cassin, porém, considera os quatro conceitos de verdade com os quais trabalha a Comissão sul-africana como etapas ou planos da construção de uma verdade “eficaz”, uma verdade-resultado “[...] estritamente definida por seu efeito, pelo resultado a que, por sua vez, ela induz” (CASSIN, 2004, p. 45, t.n.: “[...] *strictement définie par son effet, par le résultat qu’à son tour elle induit*”).

⁴⁵² “*C’est ainsi non moins, pragmatiquement, qu’il faut entendre l’exigence répétée et presque incantatoire de ‘tell the truth’, ‘tell their story’: [...] l’histoire-history est tissée des histoires-stories*”.

⁴⁵³ “[...] *faire visualiser l’horreur au moyen de la parole des victimes*”.

⁴⁵⁴ O promotor do processo contra Eichmann, paradigmático dessa nova função atribuída ao testemunho, defende que “[...] o único meio de fazer ver claramente a verdade era chamar os sobreviventes à barra, no maior número que a estrutura do processo podia admitir, e pedir a cada um deles um pequeno fragmento daquilo que ele havia vivido. O relato de certo encadeamento de circunstâncias feito por uma só testemunha era suficientemente tangível para ser visualizado. Reunidos, os depoimentos sucessivos de pessoas diferentes, que haviam vivido experiências diferentes, dariam uma imagem suficientemente eloquente para ser registrada. Assim eu esperava dar ao fantasma do passado mais uma dimensão, aquela do real” (HAUSNER apud WIEVIORKA, 2002, p. 96-97, t.n.: “[...] *le seul moyen de faire toucher du doigt la vérité était d’appeler les survivants à la barre en aussi grand nombre que le cadre du procès pouvait l’admettre et de demander à chacun un menu fragment de ce qu’il avait vécu. Le récit d’un certain enchaînement de circonstances fait par un seul témoin est suffisamment tangible pour être visualisé. Mises bout à bout, les dépositions successives de gens dissemblables, ayant vécu des expériences différentes, donneraient une image suffisamment éloquente pour être enregistrée. Ainsi espérais-je donner au fantôme du passé une dimension de plus, celle du réel*”). Já frente a experiências autoritárias mais recentes, inclusive a brasileira, Edson Teles afirma que “[a] volta às questões do passado autoritário não ocorre por mera reconstrução da memória factual da repressão, em uma simples presentificação do passado [...]. Aquilo que menos conhecemos dos tempos de repressão, os detalhes e sentimentos, aparece em destaque na narrativa; é o plano do trivial, das pessoas comuns, aproximando-nos do incompreensível” (TELES, E., 2007, p. 13-14).

dos sobreviventes e o olhar distanciado e crítico do historiador (RICOEUR, 2000, p. 106) – , que não caberia a esta tese abordar.

O que aqui se busca ressaltar é que o estabelecimento da verdade sobre violações a direitos humanos por meio do testemunho é também percebido como um meio de garantir, como diz o relatório da Comissão sul-africana, “[...] *que a verdade sobre o passado incluísse a validação das experiências individuais subjetivas de pessoas que antes haviam sido silenciadas ou destituídas de voz*” (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 1, p. 112, t.n.⁴⁵⁵). A verdade sobre o passado passa a incorporar as histórias das pessoas que não sobreviveram, *sobre quem* se testemunha, e as histórias das *próprias testemunhas-sobreviventes*. Com isso, as primeiras – aquelas que pereceram – são salvas do esquecimento,⁴⁵⁶ enquanto as segundas, além disso, adquirem uma nova identidade, reconhecida pela sociedade: tornam-se vítimas e portadores da história (WIEVIORKA, 2002, p. 117-118, 133).⁴⁵⁷

Assim, assegurar às vítimas o direito de contar os eventos a partir da sua perspectiva, em uma esfera em que seus relatos sejam reconhecidos como fontes legítimas da verdade, é tido como uma forma de restaurar a sua dignidade previamente violada e, com isso, fazer-lhes justiça. Quando compreendidas ou, pelo menos, escutadas, as vítimas recuperariam a sua dignidade “[...] *na própria parte da sua identidade que havia sido humilhada*” (WIEVIORKA, 2002, p. 161, t.n.⁴⁵⁸). É o que afirma, mais uma vez, o relatório da Comissão sul-africana; de acordo com ele, a oitiva das vítimas “[...] *atendeu a um dos objetivos legais da Comissão, aquele de ‘restaurar a dignidade humana e civil dessas vítimas por meio da concessão de uma oportunidade para que relatassem as suas próprias versões sobre as violações de que são vítimas’*” (ÁFRICA DO SUL, 1998, v. 5, p.

⁴⁵⁵ “[...] *that the truth about the past included the validation of the individual subjective experiences of people who had previously been silenced or voiceless*”.

⁴⁵⁶ Aponta Wieviorka (2002, p. 133) que entre as justificativas usuais dos testemunhos está a promessa, feita a um amigo ou parente que iria morrer, de contar ao mundo o que se passou com ele e dessa forma salvá-lo do esquecimento, tornando menos vã a sua morte; inclusive a própria sobrevivência é muitas vezes justificada com essa vontade de honrar o testamento daqueles que pereceram. No mesmo sentido, v. Lalieu, 2001, p. 85.

⁴⁵⁷ Sobre a expectativa das vítimas que se busca atender, escreveu Garapon: “A ser verdade que foi a perspectiva de um dia poderem testemunhar aquilo que tinham visto ou vivido que deu a muitos a coragem para sobreviver, conceder-lhes um espaço oficial para realizarem essa ‘teleologia da sobrevivência’ tornava-se um imperativo moral. Transformar esses testemunhos de vida em provas jurídicas confirmava o sentido do seu combate pela sobrevivência” (GARAPON, 2004a, p. 136). No mesmo sentido, expôs Primo Levi que para muitos entre os sobreviventes “[...] ser entrevistado era uma ocasião única e memorável, o evento que havíamos esperado desde o dia da liberação, e que deu um sentido à nossa própria liberação” (PRIMO LEVI apud WIEVIORKA, 2002, p. 161, t.n.: “[...] *être interviewé était une occasion unique et mémorable, l’événement qu’on avait attendu dès le jour de la libération, et qui a donné un sens à notre libération même*”).

⁴⁵⁸ “[...] *dans la part même de son identité qui a été humiliée*”.

8, t.n.⁴⁵⁹). Nas palavras de Wieviorka, “[n]esse sentido, é possível pensar que colher os testemunhos é também uma forma de reparar o irreparável” (WIEVIORKA, 2002, p. 162, t.n.⁴⁶⁰).

Seria feita justiça às vítimas com a garantia de um direito à verdade nesse sentido porque este contribuiria para o reconhecimento (*recognition*) delas, como apontado por du Toit no artigo já citado (DU TOIT, 2000, p. 136), reconhecimento não apenas como vítimas, mas também enquanto sujeitos de direitos e coparticipantes em um projeto político comum (DE GREIFF, 2011, p. 114). Um reconhecimento que, embora não possa ser aprofundado neste trabalho, parece ter, na linha de indagações formuladas por Sergio Adorno (2007, p. 172) frente ao tema da anistia penal, uma dimensão jurídica, relativa à restituição de direitos violados, mas também uma dimensão política, relativa à participação dos sujeitos na comunidade política.

Com efeito, não apenas seria restaurada a dignidade da vítima no que diz respeito aos seus direitos civis, mas também a sua “dignidade política”: seu direito à participação política, o seu “*status* de cidadão” (TEITEL, 2000, p. 82; TORELLY, 2012, p. 280). Nas palavras de Garapon, “[r]econhecer-lhe uma dignidade é [...] repatriá-lo na humanidade comum, é ‘igualizá-lo’ enquanto depositário de direitos fundamentais” (GARAPON, 2004a, p. 157). Entende-se assim que a “*política de valorização da memória*”, além de ser uma forma de reparação civil, diz respeito à divisão de poder entre atores políticos (TELES, E., 2007, p. 16). Se o crime contra a humanidade, ao recusar à vítima o direito a ter direitos, a exclui da comunidade política, a “*expulsa da cidade*” (GARAPON, 2004a, p. 135), com o reconhecimento se procura reintroduzi-la nessa comunidade como membro de pleno direito. Parece ser nesse sentido que se defende que a luta pelo direito à verdade seja tomada também “[...] como uma construção histórica da cidadania, o direito a ter direitos” (TELES, J., 2005, p. 25). O reconhecimento das vítimas como vítimas, paradoxalmente, as libertaria dessa condição inferior:

As vítimas, que foram ignoradas, humilhadas, expulsas do mundo, são de novo dignas de falar... e de ouvir. De seres sofridos, as vítimas passam também a sujeitos actuates, deixando assim de serem apenas vítimas. A vida à qual a justiça pode restitui-las não é a vida biológica, mas a vida política, isto é, a que concede um peso legal às palavras de cada indivíduo

⁴⁵⁹ “[...] met one of the statutory objectives of the Commission, that of ‘restoring the human and civil dignity of such victims by granting them an opportunity to relate their own accounts of the violations of which they are the victims’”.

⁴⁶⁰ “[d]ans ce sens, on peut penser que recueillir des témoignages est aussi une façon de réparer l’irréparable”.

e interroga todas as pessoas sobre as consequências das suas acções. Daí a importância do testemunho, não só para comprovar factos, mas também para fornecer a prova viva de que a palavra das vítimas voltou a ser produtiva e é tida em consideração (GARAPON, 2004a, p. 139).

Trata-se de uma dimensão do direito à verdade que alguns estudiosos do tema têm antes como objeto de um direito distinto, embora a ele relacionado – o direito à memória. Nesse sentido, Torelly distingue o direito à verdade, enquanto direito “[...] *ao acesso e ao conhecimento de informações*” (TORELLY, 2012, p. 271) a respeito de procedimentos secretos do Estado, por meio, especialmente, da abertura dos arquivos oficiais, do direito à memória, que consiste na faculdade “[...] *da sociedade, mas, especialmente, das vítimas, de também* construir discursos com pretensão de verdade” (TORELLY, 2012, p. 271, d.o.). O direito à memória não buscaria, como o direito à verdade, esclarecer fatos com objetividade, mas sim possibilitar a admissão na arena pública de discursos que, antes, com a imposição violenta de uma versão oficial da história, dela haviam sido alijados. Dessa forma, diria respeito essencialmente à “[...] *inserção ou reinserção de determinadas narrativas no seio social*” (TORELLY, 2012, p. 271). Daí ele possuir, simultaneamente, um efeito reparador da dignidade das vítimas e agregador de novas perspectivas a respeito da experiência passada (TORELLY, 2012, p. 280-281).⁴⁶¹

Esta é, em síntese, uma dimensão do direito à verdade (ou à memória) que, em “tempos sombrios”, tem o recurso às narrativas como um meio apropriado para se lançar alguma luz sobre o período histórico controverso (BILSKY, 2004, p. 42; TELES, E., 2007, p. 38-39). A abertura de procedimentos jurídicos para os testemunhos favoreceria a formação de um senso comum que, integrando diferentes perspectivas sobre o que se passou, ampliaria a participação de discursos a seu respeito. Com isso, de um lado, seria observada e promovida a condição humana da pluralidade, a qual, no plano da ação política se traduz justamente nas múltiplas perspectivas de atores e espectadores que ocupam diferentes posições, mas ainda assim estão reciprocamente conectados (BILSKY, 2004, p. 131): as vítimas, como destaca Garapon, “[i]nvocam a pluralidade intrínseca da política, a mesma que foi negada no crime contra a humanidade” (GARAPON, 2004a, p. 248).⁴⁶²

⁴⁶¹ Como exposto no Capítulo 1, item 1.1, a dogmática jurídica e os estudos sobre justiça de transição, em regra, não fazem uma distinção clara entre direito à verdade e direito à memória, razão pela qual este trabalho, no qual se desenvolve uma reflexão sobre os sentidos que o termo “verdade” assume nas reivindicações de um direito à verdade, aborda também o tema da construção e preservação da memória.

⁴⁶² Como acima exposto, Arendt fundou no conceito de pluralidade humana a sua condenação ao crime de genocídio (BENHABIB, 2009, p. 332), o qual, na época, não se diferenciava do crime contra a humanidade

De outro lado, se produziria uma medida de justiça e reparação diante de crimes que, negando a realidade (e a humanidade) do outro, o silenciam. Crimes que, cometidos nos quadros de uma política, no mais das vezes por agentes de Estado, trazem em si a injustiça, de que trata Tercio Sampaio Ferraz Junior (2008a), que se verifica quando, na comunicação normativa, o poder-autoridade *aniquila* o endereçado-sujeito, quando para o primeiro não importa mais como aja e o que fale o segundo, pois a sua condição de sujeito deixou de contar. Nesses crimes, vai-se além da comunicação da insignificância do outro, que também se dá em crimes comuns como o homicídio. Adentra-se um plano em que o próprio crime, que afirma que a sua vítima não conta, é também assumido como insignificante, como algo não condenável e até mesmo justificável ou respeitável. Trata-se, portanto, de crimes nos quais a negação do outro ganha um sentido de *insignificância da insignificância* (FERRAZ JUNIOR, 2008a, p. 513-514).

Daí o lugar das narrativas que, contando os crimes em um espaço institucionalizado, mostram que tanto esses crimes contam (são significantes) e, portanto, não podem ser ignorados, quanto contam (são significantes) as vítimas que eles assumiram como insignificantes. Com a palavra que lhes é dada, as vítimas poderiam recuperar a sua *humanidade*, no sentido conferido por Arendt a este termo: o seu direito a aparecer, se

(cf. FOUCHARD, 2009, p. 9; LAFER, 2011, p. 19-20). O Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, que incorpora a distinção entre genocídio e crime contra a humanidade, caracteriza o primeiro pela “*intenção* de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal” (art. 6.º, d.i.) e toma o segundo como o crime de grande gravidade cometido “no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque” (art. 7.º), sem a necessidade daquela intenção discriminatória. Mesmo após a criação dessa distinção, as reflexões arendtianas puderam alimentar estudos que tratam do problema do crime contra a humanidade para além do caso do genocídio. Com efeito, além de se basear em uma ideia de pluralidade humana que não é constituída pela predefinição de grupos raciais, étnicos, nacionais ou religiosos (ARENDT, 1995, p. 43; BENHABIB, 2009, p. 334), Arendt, como apontado acima, percebia que a novidade do crime contra a humanidade estava não apenas na intenção de destruir todo um povo, mas também no fato de se tratar de um massacre administrativo organizado pelo aparelho do Estado. Nessa linha, em reflexão aparentemente convergente com o pensamento de Arendt, autores como Garapon veem o caráter distintivo do crime contra a humanidade no desmoronamento que ele provoca na relação entre os diferentes homens que constitui a política (GARAPON, 2004a, p. 130). Para Garapon, esse crime, embora oriundo da guerra, tem como modelo o não combate – “o massacre elevado ao nível da política” (GARAPON, 2004a, p. 106) – dando-se no “encontro de uma acção e uma inacção, de uma agressão total e de uma passividade absoluta” (GARAPON, 2004a, p. 106), no uso dos meios da guerra para o ataque à própria população. Caracteriza-se por se aproveitar da enorme desproporção de forças entre as partes para destruir tudo o que tinham em comum, até mesmo a sua humanidade. É nesse sentido um crime de indiferença, do qual faz parte a total desconsideração pelo outro, a sua expulsão de um reconhecimento mútuo, a sua desumanização. Isso faz dele não apenas uma ofensa à vítima, mas também uma transgressão aos fundamentos da associação política: “[...] o crime contra a humanidade destrói o ‘direito a ter direitos’, ou seja, a possibilidade de qualquer relação jurídica” (GARAPON, 2004a, p. 112); destrói o direito à pluralidade enquanto direito de aparecer (ROVIELLO, 1987, p. 205). Por essa razão ele também pode ficar caracterizado em práticas como a tortura, quando generalizada ou inscrita em um contexto sistemático: também aqui há de um lado um atuante e, de outro, alguém que já está aniquilado e impotente, à sua inteira disposição; também aqui há, portanto, a negação de qualquer laço humano entre o autor e a vítima (GARAPON, 2004a, p. 108).

revelando ao mundo e iluminando uma parcela desse mundo (CASSIN, 2004, p. 47; ROVIELLO, 1987, p. 212-213).⁴⁶³ Com isso, poderiam se sentir ou voltar a se sentir em casa no mundo entre os seus pares (HILL, 1979, p. 289).

Um elemento considerado fundamental para esse oferecimento de uma “voz significativa” às vítimas (MÉNDEZ; CONE, 2013, p. 19, t.n.⁴⁶⁴) é o espaço em que isso ocorre. Entende-se que isso deva se dar em um espaço público, em uma esfera na qual as suas memórias possam adquirir expressão pública (TELES, E., 2007, p. 17, 67): *“Testemunhar publicamente perante um órgão oficial pode transformar a experiência aparentemente privada em uma experiência pública”* (MINOW, 1998, p. 67, t.n.⁴⁶⁵). Também em relação a esse aspecto, as reflexões de Arendt são luminosas. Pois Arendt ensina como, de certo modo, o âmbito privado constitui uma privação (ARENDT, 2010a, p. 46; TELES, E., 2002, p. 37): ele priva da companhia dos outros, para os quais “[...] o homem privado não aparece, e, portanto, é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância para os outros, e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros” (ARENDT, 2010a, p. 71-72). Embora o privado seja um espaço importante para as experiências da vida íntima (LAFER, 1988, p. 261-272), ele oculta, levando o que nele se passa a uma espécie de existência resguardada, incerta e obscura, e, por isso, é impróprio para aquilo que é de interesse público.⁴⁶⁶

⁴⁶³ Como ensina Roviello sobre o pensamento de Arendt “A humanidade é a forma sempre única segundo a qual o indivíduo assume livremente a sua abertura-ao-mundo e, assim, revela aos outros essa relação-com-o-mundo. Deste modo, ilumina uma porção do mundo e dá o seu contributo para o mundo comum. [...] A humanidade, em cada indivíduo, consiste na idêntica disposição para revelar ao outro a sua singularidade, e esta faculdade para realizar-se necessita da mediação institucional” (ROVIELLO, 1997, p. 176, 1987, p. 212-213).

⁴⁶⁴ “meaningful voice”.

⁴⁶⁵ “Testifying publicly before an official body can transform the seemingly private experience into a public one”.

⁴⁶⁶ Segundo Arendt, a narração de histórias é um meio capaz de transformar o que era privado, fazendo com que, desprivatizado e desindividualizado, assuma um aspecto adequado à aparição pública e passe a fazer parte da realidade pública (ARENDT, 2010a, p. 61). Entretanto, em sua análise sobre o julgamento de Eichmann, Arendt utiliza a distinção entre público e privado na crítica que faz aos testemunhos, quando observa que as vítimas chamadas à tribuna contaram em público histórias que seus interlocutores dificilmente suportariam em conversas privadas (ARENDT, 1999, p. 19). O que nos leva a indagar: seriam essas experiências, para Arendt, insuscetíveis de uma “transformação” ou “deprivatização” capaz de lhes dar aspecto adequado ao aparecimento no espaço público, especialmente em julgamentos penais? – Autores como Bilsky e Felman argumentam, diferentemente de Arendt, mas ao mesmo tempo aproveitando ideias suas (v. FELMAN, 2002, p. 159-160), que o espaço criado para os testemunhos no julgamento de Eichmann possibilitou que estes sofressem uma transformação qualitativa: de experiências privadas passaram a ser parte da memória coletiva. Bilsky defende que “[o] julgamento de Eichmann proporcionou um palco público para os testemunhos de sobreviventes que era qualitativamente diferente de filmes e livros. Um julgamento entrelaça a história privada na rede de histórias comuns, que então são legitimadas pela decisão do tribunal” (BILSKY, 2004, p. 112, t.n.: “[t]he Eichmann trial provided a public stage for survivors’ testimonies that was qualitatively different from films and books. A trial weaves the private story into the web of communal stories, which are then authorized by the judgment of the court”). Por sua vez, Felman sustenta que “[...] o

No argumento em favor de um espaço para a verdade narrativa, considera-se que as memórias das vítimas são algo que não poderia ficar restrito às respectivas lembranças e ao círculo de pessoas que lhes são próximas – como se dissesse respeito só a elas –, que essas memórias não poderiam permanecer privadas da presença do outro (TELES, E., 2007, p. 67). Seria importante a sua aparição em público, diante de uma audiência de espectadores, com o que elas poderiam se integrar à memória coletiva da comunidade, à sua “rede de histórias” (BILSKY, 1996), e adquirir permanência e durabilidade. Segundo Arendt, “[é] a publicidade do domínio público que pode absorver e fazer brilhar por séculos tudo o que os homens venham a querer preservar da ruína natural do tempo” (ARENDT, 2010a, p. 67). É essa a arena onde os homens “humanizam” o seu mundo falando continuamente sobre ele e onde eles se apropriam dos seus feitos e os transmitem para a geração seguinte (CANOVAN, 1992, p. 111).

Com as narrativas na esfera pública, seriam transformados “[...] *seus enunciadore*s em sujeitos da memória coletiva do momento originário das novas relações sociais” (TELES, E., 2007, p. 132). O espaço tornaria públicas as próprias palavras, permitiria, como aponta Garapon, imbricar “[...] *uma pequena história, infinitesimal em relação à história do país [...]*” na “*grande história coletiva*” desse país (GARAPON, 2006, p. 12, t.n.⁴⁶⁷). O fato de ser exposta em uma instância pública/oficial conferiria às experiências individuais um novo significado, de valor político: “*Dispor de uma instância oficial é ter a possibilidade de reinscrever a experiência dessa violência inédita num contexto político que dê sentido aos acontecimentos, de tornar audível essa violência inaudita*” (GARAPON, 2004a, p. 140).⁴⁶⁸

juízo é, primeira e centralmente, um *processo jurídico de tradução* de milhares de traumas privados e secretos em um trauma coletivo e público reconhecido pela comunidade” (FELMAN, 2002, p. 124, d.o., t.n.: “[...] *the trial is, primarily and centrally, a legal process of translation of thousands of private, secret traumas into one collective, public and communally acknowledged one*”).

⁴⁶⁷ “[...] *une petite histoire, infinitésimale rapportée à l’histoire du pays [...]*” / “*grande histoire collective*”.

⁴⁶⁸ A respeito dos testemunhos apresentados no julgamento de Eichmann, Wieviorka avalia: “Mas é também o lugar onde essas palavras são proferidas o que dá a elas um peso singular, porque elas adquirem uma dupla dimensão que nenhum livro é capaz de conferir: uma dimensão política e uma dimensão social. Política porque é o Estado, representado notadamente pelo procurador, que está na origem da palavra e que a carrega com todo o peso da sua legitimidade e da sua importância institucional e simbólica; social porque a palavra é dita perante juízes encarregados de apreciar a verdade que ela contém, e porque ela é transmitida pelas mídias do mundo inteiro. Ela dá assim à testemunha, pela primeira vez depois do fim da guerra, o sentimento de ser realmente escutada” (WIEVIORKA, 2002, p. 113: “*Mais c’est aussi le lieu où ces paroles sont proférées qui leur donne un poids singulier, car elles acquièrent une double dimension qu’aucun livre n’est à même de conférer : une dimension politique et une dimension sociale. Politique parce que c’est l’État, représenté notamment par le procureur, qui est à l’origine de la parole et qui la leste ainsi de tout le poids de sa légitimité et de sa portée institutionnelle et symbolique ; sociale parce que la parole se fait devant des juges chargés d’apprécier la vérité qu’elle contient et qu’elle est relayée par les médias du monde entier.*”

Servir como esse espaço público – como foro onde as vítimas contam as suas histórias (HAYNER, 2011, p. 145) – é um papel frequentemente atribuído às comissões da verdade. A percepção de que essas comissões teriam, mais do que outras formas de se estabelecer um registro histórico sobre o período de violência, a capacidade de integrar em seu relatório a “verdade subjetiva” das vítimas, foi um argumento muitas vezes utilizado em favor da sua criação (cf. LEFRANC; MATHIEU; SIMÉANT, 2008, p. 6). Com efeito, já foi apontado neste trabalho que as comissões da verdade caracteristicamente têm como foco as vítimas, sendo estruturadas para coletar um grande número de testemunhos e, posteriormente, acolhê-los em um relatório público e oficialmente sancionado (HAYNER, 2011, p. 13).

Após a violência em massa e o silêncio forçado, essas comissões foram concebidas para conferir às vítimas uma “voz pública”, reconhecer a credibilidade de suas afirmações, a realidade pública dos danos sofridos e a injustiça da violência a que foram submetidas (HAYNER, 2011, p. 13, 22, 146; MINOW, 1998, p. 60), e nesse sentido lhes fazer justiça. Como aponta Teitel, nas comissões da verdade, “[a]queles que mais sofreram nas mãos do Estado se tornam as suas testemunhas mais críveis e vozes mais autorizadas” (TEITEL, 2000, p. 82, t.n.⁴⁶⁹). Um objetivo que transparece no relatório do primeiro ano de atividades da Comissão Nacional da Verdade brasileira, quando este afirma que: “[o]s acervos constituídos por essas comissões [as comissões de reparação criadas no País] são fundamentais para as pesquisas conduzidas pela CNV, pois representam a materialidade da voz das vítimas” (BRASIL, 2013, p. 6), bem como que a promoção de audiências e outros eventos públicos se volta a dar “[...] a vítimas e testemunhas a oportunidade de partilhar as terríveis experiências que viveram ou presenciaram sob a repressão” (BRASIL, 2013, p. 2).

Mas há igualmente quem atribua essa função, de servir como espaço público para as narrativas das vítimas, aos julgamentos dos crimes de massa, nos quais, como já apontado neste trabalho, se passou a reconhecer às vítimas uma condição muito mais relevante do que aquela que tradicionalmente possuíam. De um lado, o Judiciário veio a integrar, em determinadas situações, o conjunto de instituições às quais se atribuiu um papel na investigação e no registro do passado (LEFRANC; MATHIEU; SIMÉANT, 2008, p. 17). Passou a funcionar, como destaca Bilsky (2004, p. 98) a respeito do julgamento de

Elle donne aussi au témoin, pour la première fois depuis la fin de la guerre, le sentiment d'être réellement entendu”).

⁴⁶⁹ “[t]hose who previously suffered most at the hands of the state become its most credible witnesses and authoritative voices”.

Eichmann, como um lugar onde a necessidade de julgar o criminoso coincide com a necessidade de contar a história e de relatar a história.

De outro, a figura da vítima que, como lembra Garapon (2004a, p. 16-137), antes tinha uma função instrumental nos processos criminais, sendo apenas convocada enquanto testemunha de acusação quando isso pudesse contribuir para a verificação da ocorrência do crime ou de sua autoria, neles entrou progressivamente enquanto sujeito de direitos.⁴⁷⁰ De forma que a vítima passou a ser considerada, no processo penal, como uma fonte para o acesso ao passado – um passado que não poderia ser apreendido adequadamente com a exclusão dos relatos dessas experiências vivas – e para a construção de sua memória. E, ao mesmo tempo, também a vítima passou a ser tomada como alguém que teria direito, nessa seara, a recuperar a sua dignidade por meio do testemunho.

A ideia de se fazer do processo penal um espaço público para as vozes das vítimas gera, entretanto, diferentes dificuldades. Hannah Arendt apontou algumas delas em sua análise sobre o julgamento de Eichmann, fazendo o que certos autores percebem como “[...] *algumas observações de bom senso*” (WIEVIORKA, 2002, p. 115, t.n.⁴⁷¹). A principal é o risco de sacrifício de direitos dos acusados. Nesse sentido, Hannah Arendt critica o uso do processo penal para construção de um registro histórico sobre o regime hitlerista, argumentando que mesmo esse que seria o mais “nobre” dos objetivos ulteriores atribuídos ao julgamento em Jerusalém deturpa “[...] *a finalidade principal da lei: pesar as acusações contra o réu, julgar e determinar o castigo devido*” (ARENDT, 1999, p. 275). Por mais terríveis que fossem as acusações contra Eichmann, Arendt, como sublinha Bilsky (2004, p. 118-119), entendia importante ser garantido a ele um julgamento justo.

A preocupação, aqui, é sobretudo o respeito à exigência de que os acusados sejam responsabilizados exclusivamente pelos seus atos. Nesse sentido, observa Teitel (2000, p. 76) que o uso do direito penal com fins históricos e pedagógicos evoca o espectro do sacrifício de direitos individuais em nome do interesse social na construção de um registro

⁴⁷⁰ Como identificado neste estudo, comumente se relaciona o direito à verdade a um direito, reconhecido às vítimas, de participar do processo penal movido contra o acusado do crime, tanto em razão do seu interesse de procurar o esclarecimento dos fatos (CorteIDH, 2011a, par. 187), quanto em virtude da possibilidade de elas próprias contribuírem para esse esclarecimento (CorteIDH, 2007a, par. 195; JORDA; HEMPTINNE, 2002, p. 1394), algo que também seria uma forma de reparar o seu sofrimento (REDRESS, 2012, p. 5). Para Felman, foi no processo Eichmann que se operou uma “revolução conceitual no próprio status das vítimas” (FELMAN, 2002, p. 225, nota 58, t.n.: “*conceptual revolution in the very status of the victims*”). A autora observa que “[e]m 1961 o julgamento de Eichmann atribui um papel central às vítimas, em uma antecipação histórica da emergência política da questão da vítima, que hoje está no primeiro plano dos debates de direito penal” (FELMAN, 2002, p. 226, nota 58, t.n.: “*In 1961 the Eichmann trial gives a central role to victims, in historical anticipation of the political emergence of the question of the victim at the forefront of criminal jurisprudential debates today*”).

⁴⁷¹ “[...] *quelques remarques de bon sens*”.

histórico: o caso extremo seria o julgamento de uma pessoa inocente com esse fim. Ao transformar-se o tribunal em um lugar para o julgamento da história, haveria o risco de algumas pessoas, mesmo que culpadas, se tornarem bodes expiatórios dos crimes de muitas outras e da cumplicidade em diferentes segmentos da sociedade (GARAPON, 2004a, p. 232; SWENSSON JUNIOR, 2010, p. 51-52). É o que inquieta Arendt:

Se o acusado é tomado como um símbolo e o julgamento é um pretexto para levantar questões que aparentemente são mais interessantes que a culpa ou inocência de uma pessoa, então a coerência exige que nos curvemos à asserção feita por Eichmann e seu advogado: que ele foi levado a julgamento porque era preciso um bode expiatório, não só para a República Federal alemã, mas também para os acontecimentos como um todo e para o que os possibilitou [...] (ARENDT, 1999, p. 309).

Outro problema, mais específico, é como conciliar o objetivo de fazer justiça às vítimas pela oitiva do seu testemunho com as regras de produção de prova no processo penal. Conforme essas regras, as testemunhas são chamadas ao processo para contribuir com o estabelecimento preciso dos fatos imputados ao acusado (GARAPON, 2004a, p. 143-144) e podem ser interrogadas pelo advogado da parte contrária. Nas palavras de Felman, “[o] direito requer e oferece um fechamento e uma totalização às provas e ao seu significado” (FELMAN, 2002, p. 151, t.n.⁴⁷²). Seguindo os procedimentos usuais do processo penal, observa Selma Leydesdorff, citada por Osiel, “[o]s advogados de criminosos de guerra fizeram as perguntas mais impertinentes para pessoas que estavam buscando palavras para uma memória destrocada que não cabia na linguagem” (LEYDESDORFF apud OSIEL, 1997, p. 104, t.n.⁴⁷³). É sabido que a experiência de se submeter a esse tipo de questionamento pode ser ofensiva (OSIEL, p. 104), à vista do que, no processo Eichmann, relata Wieviorka (2002, p. 115), o advogado de defesa não ousou criticar os testemunhos e hesitou em levantar a questão da sua pertinência para o processo. Experiências como essas instigam questionamentos sobre a compatibilidade das categorias jurídicas e da linguagem própria aos julgamentos penais com a dificuldade de articular estórias sobre os sofrimentos gerados em catástrofes coletivas.⁴⁷⁴

⁴⁷² “[l]aw requires and brings closure and totalization of the evidence and of its meaning”.

⁴⁷³ “[t]he lawyers of war criminals have asked the most impertinent questions of people trying to find words for a shattered memory that did not fit into language”.

⁴⁷⁴ Bilsky (2004, p. 107) se apoia em relato de Primo Levi para apontar como a tentativa de tradução para uma linguagem jurídica pode ser violenta para a experiência de um sobrevivente. Já Felman reflete a partir do caso de Yehiel Dinoor, testemunha do processo Eichmann que desmaiou na tribuna, sobre a possibilidade de os testemunhos introduzirem nos procedimentos jurídicos uma abertura para a transmissão daquilo que não pode ser expresso de forma fechada ou total: “[...] foi a *essência jurídica inadvertida* e a inovação jurídica e a

Por outro lado, as regras processuais igualmente concedem ao acusado o direito de levar ao processo as suas testemunhas. No julgamento de Eichmann, o comparecimento dessas foi praticamente inviabilizado porque o Procurador-Geral expressamente lhes recusou imunidade contra a sua própria perseguição caso fossem a Jerusalém, o que também foi alvo de críticas por Arendt (1999, p. 241-242, 297; BILSKY, 2004, p. 108). Há quem se preocupe, nesse sentido, com a possibilidade de garantias processuais tradicionais como as da presunção de inocência, do contraditório e da igualdade entre as partes serem tomadas como um insulto à memória das vítimas (GARAPON, 2004a, p. 140). Para ilustrar, aponta-se que, conforme a regra da presunção de inocência, o réu apenas pode ser condenado se estiver demonstrada a sua participação nos atos criminosos. Quando se tem os julgamentos penais como uma instância apropriada para o reconhecimento das vítimas, há o risco de uma absolvição por falta de provas da autoria ser equivocadamente tomada como um acolhimento da narrativa histórica adotada pelo réu, em oposição àquelas sustentadas pelas vítimas (OSIEL, 1997, p. 106).

À vista disso, diante do crescente entendimento de que seria necessário equilibrar os direitos do acusado com os direitos das vítimas (BILSKY, 2004, p. 113, t.n.), são levantadas questões novas e complexas. Aparece, notadamente, o problema relativo a quais reformas seriam possíveis em regras processuais como as acima mencionadas, com o fim de fazer justiça às vítimas por meio do acolhimento de suas narrativas no julgamento dos autores das violações, sem o sacrifício de direitos dos acusados. Talvez existam, como entende Osiel (1997, p. 104), limites inerentes ao processo penal enquanto veículo para o reconhecimento das vítimas e de suas histórias. Essas dificuldades não podem deixar de ser enfrentadas ao se repensar, como se começa a fazer, “[...] o papel de um juiz/tribunal na

singularidade do julgamento de Eichmann, e não o seu acidente testemunhal, dar voz à mudez gerada pelo Holocausto e *articular a dificuldade de articulação* da história catastrófica, a dificuldade de articulação e a trágica impossibilidade de narrar o desastre inconcebível e o seu trauma imensuravelmente devastador e ininteligível. A impossibilidade de narrar não é externa a essa história: ela está no coração da história. O julgamento mostra como a inerente inabilidade de contar a história é em si uma parte integrante da história e da história do Holocausto. A função do julgamento torna-se então precisamente articular a impossibilidade de contar através do processo jurídico e converter essa *impossibilidade* em um *significado jurídico*” (FELMAN, 2002, p. 159, d.o., t.n.: “[...] it was the inadvertent legal essence and legal innovation and uniqueness of the Eichmann trial, and not its testimonial accident, to voice the muteness generated by the Holocaust and to articulate the difficulty of articulation of the catastrophic story, the difficulty of articulation and the tragic unnarrability of the ungraspable disaster and of its immeasurably devastating, unintelligible trauma. The impossibility of telling is not external to this story: it is the story's heart. The trial shows how the inherent inability to tell the story is itself an integral part of the history and of the story of the Holocaust. The function of the trial thus becomes precisely to articulate the impossibility of telling through the legal process and to convert this narrative impossibility into legal meaning”).

ampliação do reconhecimento de grupos silenciados, tais como vítimas de atrocidades, como parte do processo de ‘fazer justiça’” (v. BILSKY, 2001, p. 251, t.n.⁴⁷⁵).

⁴⁷⁵ “[...] the role of a courtroom in enhancing the recognition of silenced groups such as victims of atrocities as part of the process of ‘doing justice’”.

CONCLUSÃO

Esta tese tem por objeto um conceito ainda em formação. O seu ponto de partida foi a percepção de que o vocábulo “direito à verdade” – que antes expressava uma exigência de ordem moral, uma “necessidade humana evidente e fundamental” – veio a se tornar um termo técnico-jurídico no direito internacional dos direitos humanos e, com essa mesma qualidade, também passou a ser empregado no ordenamento jurídico e em demandas judiciais no Brasil. Mas esse termo, cujo uso em pouco tempo se tornou corrente, não apresenta ainda uma definição aceita. À pluralidade de foros onde se busca defini-lo se acrescenta uma multiplicidade de sentidos com divergências relevantes, resultando em dificuldades para quem queira fazê-lo valer e, no limite, suscitando o ceticismo de alguns quanto à possibilidade de sua qualificação como um direito subjetivo juridicamente tutelável.

Foi com a consciência de que trabalharia com uma ideia em movimento – a qual, do ponto de vista jurídico, caminha para uma sedimentação que no momento é ainda inexistente –, que este trabalho enfrentou o problema do significado atribuído à palavra “verdade” quando se defende a legitimidade do reconhecimento de um direito à verdade. O objetivo foi buscar compreender melhor o esforço dogmático de conceituação: perquirir o que de um ponto de vista teórico fez com que esse esforço começasse a ter lugar, quais preocupações e objetivos o alimentaram e alimentam.

Por si só, o nome “direito à verdade” gera dificuldades porque remete a assuntos debatidos desde o princípio da história da filosofia ocidental. A primeira tendência ao se ouvir falar em direito à verdade é discutir o que é “a verdade” e se o que se busca com esse direito é ou não “a verdade”. Aparecem questões complexas relacionadas ao nome “direito à verdade”, principalmente quando com ele se postula mais do que informações sobre casos individuais que permanecem obscuros. É questionado, por exemplo, se o que está registrado nos arquivos oficiais corresponde à realidade vivida quando foram produzidos – questão essa evitada quando se fala em “direito à informação” ou mesmo em “direito de saber”, nos quais o nome se refere ao acesso e não à qualidade do objeto acessado. Poderia ser igualmente indagado se quando já se sabe a verdade e o que se defende é um reconhecimento, não seria mais adequado falar em “direito a um reconhecimento”.

Outra questão nessa mesma linha, relacionada ao nome “direito à verdade”, diz respeito à relação entre verdade e memória: há apenas um direito à verdade, um direito à

verdade e à memória, ou dois direitos distintos? Seria possível separar as duas coisas? - Veja-se a ideia, relacionada ao direito à verdade, de se criar espaços públicos para os testemunhos das vítimas. A testemunha é alguém que organiza e narra as suas memórias, memórias essas que alguns historiadores se preocupam em diferenciar do saber visado pelo seu campo de estudo (WIEVIORKA, 2011, p. 153). Na palavras de Vidal-Naquet, “[...] *o modo de seleção da história funciona diferentemente do modo de seleção da memória e do esquecimento. Entre a memória e a história, pode haver tensão, até mesmo oposição*” (VIDAL-NAQUET, 2005, p. 8, t.n.⁴⁷⁶).

Mas os testemunhos são um importante meio de estabelecimento dos fatos em processos judiciais. Da mesma forma, o relatório do primeiro ano de atividades da Comissão Nacional da Verdade brasileira observou que a coleta de depoimentos de vítimas, testemunhas e agentes institucionais complementa os documentos, que podem não trazer mais que indícios, além de apresentarem fragilidades e lacunas: “*Os relatos têm permitido não apenas ir além dos documentos encontrados, confrontando-os ou detalhando-os, mas também compreender as ideologias, motivações, crenças, privações pessoais e dores de quem viveu aquele período*” (BRASIL, 2013, p. 17). Os próprios historiadores citados reconhecem que, mesmo que nem sempre seja possível exigir dessa “*voz humana que atravessou a história*” (WIEVIORKA, 2002, p. 168, t.n.⁴⁷⁷) uma precisão quanto a fatos, datas e lugares, ela é uma fonte extremamente rica para o acesso a aspectos do passado que muitas vezes não se encontram documentados, à perspectiva das vítimas e à verdade “[...] *mais sutil, mas também indispensável de uma época e de uma experiência*” (WIEVIORKA, 2002, p. 168, t.n.⁴⁷⁸). Apesar de memória e história serem coisas diferentes, sublinha Vidal-Naquet, a história “[...] *é feita também do entrelaçamento de nossas memórias e da memória das testemunhas*” (VIDAL-NAQUET, 2005, p. 188, t.n.⁴⁷⁹).

Donde a complexidade de se discutir a qualidade teórica do termo “direito à verdade” – o que este trabalho não se propôs a fazer. Não coube aqui analisar filosoficamente o que é a verdade ou examinar se o que se busca com o direito à verdade corresponde realmente à verdade conforme alguma de suas concepções hoje aceitas, porém, mais propriamente, pesquisar as condições de possibilidade desse direito em sede

⁴⁷⁶ “[...] *le mode de sélection de l’histoire fonctionne autrement que le mode de sélection de la mémoire et de l’oubli. Entre la mémoire et l’histoire, il peut y avoir tension, voir opposition*”.

⁴⁷⁷ “*voix humaine qui a traversé l’histoire*”.

⁴⁷⁸ “[...] *plus subtile mais aussi indispensable d’une époque et d’une expérience*”.

⁴⁷⁹ “[...] *est faite aussi de l’entrelacement de nos mémoires et de la mémoire des témoins*”.

de uma reflexão filosófica capaz de iluminar a problemática na qual se enreda e se delinea. O propósito foi compreender, assim, os diferentes objetivos que alimentaram a criação desse direito, dando ensejo ao esforço dogmático de conceituação.

Com essa finalidade, foi primeiramente examinado como a ideia de direito à verdade aparece em meio às discussões em torno da temática da justiça de transição. Verificou-se que, nesse campo de investigação e trabalho, as medidas consideradas como respostas a graves violações de direitos humanos costumam ser divididas em quatro eixos (verdade, justiça penal, reparação às vítimas e reformas institucionais). Embora um desses eixos diga respeito, especificamente, à investigação, esclarecimento e preservação da verdade sobre o ocorrido, ele não esgota as medidas tidas como apropriadas para fazer valer o direito à verdade. Foi por essa razão que se buscou obter pistas sobre o objeto do direito à verdade também em análises em torno dos temas, na justiça de transição, da persecução penal, das reparações, das anistias e da prescrição. Indicando que a “verdade” buscada com o direito à verdade vai além daquilo que ainda não se sabe sobre casos individuais, os estudos sobre justiça de transição deixam, no entanto, muitas dúvidas sobre o seu significado. A experiência brasileira ilustra as dificuldades práticas que podem ser provocadas por esse problema teórico.

Em seguida, foi estudado o que levou à emergência da ideia de um direito a verdade no âmbito do direito internacional dos direitos humanos. Examinou-se, na esfera universal e na interamericana, como o tema e o problema de conceituação apareceram e como se transformaram ao longo do tempo. Foi visto que, em ambas as esferas, o direito à verdade começou a ser invocado e reconhecido diante da prática de desaparecimento forçado, incorporando reivindicações bastante precisas dos familiares das vítimas: essencialmente, a verdade fatural sobre o acontecido com os seus próximos, da qual não se tem conhecimento.

Mas, depois disso, o direito à verdade veio a adquirir um significado bastante mais largo, no contexto dos debates sobre o problema da impunidade, quando da pacificação e democratização após períodos de graves violações de direitos humanos. Aqui, o direito à verdade passou a comportar uma dimensão de titularidade coletiva e a dizer respeito à política de violência em seu conjunto, a qual deveria ser esclarecida para dar à sociedade condições de evitar uma recidiva. Passou, também, a incluir demandas que – insistindo na importância de um reconhecimento oficial, mesmo de práticas cuja ocorrência já seja de conhecimento público – parecem se preocupar mais com a questão da

veracidade do que com fatos obscuros. E, após mais um movimento, identificado na esfera universal de proteção dos direitos humanos, se acentuou um novo sentido – já presente na esfera interamericana – conforme o qual o direito à verdade se confunde parcialmente com o direito à justiça, ou é ele próprio uma forma de se fazer justiça e oferecer reparação às vítimas.

Esses momentos nem sempre se manifestaram da mesma forma no sistema universal e no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e não estão separados entre si por períodos de tempo relevantes. Além disso, em cada um deles, o sentido atribuído ao direito à verdade não é puro, isto é, a ênfase em um desses sentidos não exclui a simultânea presença dos outros. Já nas demandas dos familiares de desaparecidos políticos estava também em questão um problema de veracidade (evidenciar-se a precedente mentira oficial) e uma exigência de justiça (reparar o sofrimento). Da mesma forma, o conhecimento da verdade-fato sobre as violações não deixa de ser um dos objetivos nas demandas por um direito à verdade de titularidade social/coletiva, ou naquelas em que a conceituação desse direito se confunde parcialmente com a dos direitos à justiça e à reparação. E o reconhecimento oficial dos fatos é igualmente uma medida de justiça. Essa interpenetração entre o moral e o cognitivo tampouco está ausente da distinção, comentada neste trabalho, entre conhecimento, reconhecimento dos fatos (*acknowledgement*) e reconhecimento das vítimas (*recognition*).

Entretanto, parece importante ressaltar que, no sentido amplo que o direito à verdade adquiriu, as outras dimensões algumas vezes se tornam mais importantes que a própria revelação de informações previamente desconhecidas, ao contrário do que o nome “direito à verdade” possa indicar. O acento tônico oscila entre os diferentes sentidos atribuídos a esse direito, que, para fins de análise foram organizados neste trabalho em termos históricos. Essa polissemia e os deslocamentos entre as diferentes acepções, por ocorrer de forma pouco clara, aparentemente gera dificuldades para o esforço dogmático de conceituação e definição do objeto do direito.

Foi por essa razão que a tese se propôs a refletir teoricamente sobre a ideia de direito à verdade, valendo-se para tanto de tópicos de investigação de Hannah Arendt. Em suas análises sobre os movimentos e governos totalitários, Arendt mostra, de um lado, como a instauração do totalitarismo, nas experiências que conhecemos, apenas foi possível com a invenção de uma forma inédita de dominar os homens por meio da combinação entre ficção, segredo e mentira e uso organizado da violência. De outro lado, as suas

análises contêm, por meio do exemplo extremo do totalitarismo, uma advertência quanto ao significado, no limite, do descompromisso dos governos com a transparência e a verdade. Advertência essa que é capaz de iluminar algumas das preocupações que, depois, diante de experiências autoritárias mais recentes, vieram a alimentar a invenção do direito à verdade, não obstante as diferenças entre essas últimas e as experiências totalitárias por ela examinadas. Arendt esclarece que a mentira política organizada retira o solo sobre o qual os homens colocam os seus pés, abandonando-os sobre a areia movediça de um mundo desfactualizado, destrói a sua capacidade de ação e prejudica a faculdade da memória, sem a qual nenhum mundo humano pode perdurar.

Alguns tópicos de estudo de Arendt, relacionados a essa sua advertência, se mostraram fecundos para, por meio de uma extensão, desenvolver-se uma reflexão a respeito de cada uma das diferentes dimensões da “verdade” buscadas com o direito à verdade. Desse modo é possível iluminar, primeiramente, como a criação de um novo direito diante do fenômeno do desaparecimento forçado responde a algo que essa prática recupera do que há de mais perverso no desprezo totalitário pelos fatos: a organização do completo desaparecimento das suas vítimas, com a aspiração de eliminá-las da história. Pois no desaparecimento forçado está em questão um atentado não somente contra a liberdade e a vida da pessoa desaparecida, mas também contra a sua memória, uma imposição de amnésia. Essa imposição de amnésia – através da exclusão da vítima da proteção do direito, do anonimato da sua morte, do apagamento dos traços do crime e do silêncio em torno das circunstâncias em que este ocorreu –, é uma violência que atinge diretamente os seus familiares, que se tornam igualmente vítimas do ato criminoso e titulares de um direito à verdade.

O desaparecimento forçado tem a mentira em seu núcleo e, por isso, é paradigmático da situação em que o que se busca é o conhecimento de fatos que permanecem obscuros sobre violações individuais de direitos humanos. Mas o direito à verdade foi estendido a outras graves violações de direitos humanos como a tortura e a execução extrajudicial, que, quando praticadas como política de Estado, também organizam o seu próprio ocultamento e dissimulação. Por essa razão, tornou-se necessário pensar, em termos mais gerais, sobre os motivos pelos quais se defende a legitimidade de um direito à investigação de fatos desconhecidos relativos a graves violações de direitos humanos e à preservação do seu conhecimento – o primeiro sentido de “direito à verdade”

identificado neste trabalho. Uma questão que remete ao tema da “verdade fatual” em Hannah Arendt.

Arendt sublinha como essas verdades (fatuais) – aquelas que se testemunha com os olhos do corpo e não da mente –, embora possuam evidência coercitiva além de acordo e consentimento, são peculiarmente opacas e frágeis. Os acontecimentos são contingentes, não trazem em si nenhuma verdade inerente capaz de explicar por que são como são, e, portanto, dependem de registros, documentos e testemunhas para serem estabelecidos e lembrados. Daí o perigo da mentira: ela pode apagar definitivamente da história o registro dos feitos e acontecimentos, impedindo que eles sejam percebidos e rememorados. Diante de violações de direitos humanos que criam procedimentos para camuflar a própria realidade, a já ameaçada verdade fatual sobre o ocorrido corre o risco de se perder, para sempre e de forma irremediável, caso não se busque testemunhas e documentos com os quais se possa estabelecer o que se passou.

Por outro lado, o direito à verdade fatual, quando adquire um sentido ampliado – de titularidade, além de individual, social ou coletiva – parece ter também uma fundamentação política. A postulação de que seja elucidada, além dos casos individuais, a forma como estes se relacionam entre si no contexto da violência política, se fundamenta na ideia de que essa seria uma condição necessária para se possibilitar a construção de uma transformação política. Com Arendt é possível compreender a importância atribuída à disponibilidade da informação fatual e ao respeito aos próprios fatos para que se preserve a capacidade de agir e de se criar um novo espaço político. A verdade fatual é a condição da política, sem a qual não há liberdade de opinião nem capacidade de julgamento. Mesmo as verdades mais difíceis de suportar devem ser expostas publicamente, suportadas e examinadas conscientemente. Confrontar e buscar compreender o que se passou – ainda que permaneça um núcleo incompreensível – é, assim, fundamental para que se possa evitar que os mesmos crimes se reproduzam no futuro.

A segunda dimensão do direito à verdade destacada neste trabalho diz respeito à questão da veracidade. O que nela mais chama a atenção é o direito à verdade dizer respeito também a fatos que não são desconhecidos do público, porque à primeira vista não seria necessário proteger o conhecimento daquilo que já é publicamente conhecido. O reconhecimento desses fatos pode ser, no entanto, uma forma de se condenar o uso político da mentira e de se promover a confiança nas instituições públicas. Com efeito, Arendt ensina que o maior perigo da mentira organizada hoje conhecida não é se passar a viver

iludido com mentiras, sendo essas aceitas como verdade e a verdade descartada como mentira, mas sim a geração de uma curiosa espécie de cinismo: a recusa em se acreditar na verdade de qualquer coisa, até mesmo em se acreditar que vale a pena aspirar à verdade. A mentira organizada leva à perda, simultaneamente, da confiança no real e da confiança no testemunho que outros façam do real e, sem essa confiança na veracidade do outro, não pode haver uma genuína constituição de poder político.

Mas aqui igualmente há a preocupação em se preservar a memória das violações de direitos humanos contra o desaparecimento e em salvaguardá-la de argumentos revisionistas e/ou negacionistas. A redução da verdade fatural a uma questão de mera opinião – uma opinião entre outras –, aponta Arendt, é uma das formas que o mentir pode assumir, pondo em risco a sobrevivência dos fatos. O problema do negacionismo/revisionismo se relaciona com sua preocupação na medida em que essas teses – que, como aponta o Relatório Joinet, distorcem a história para negar a opressão de um povo (ONU, E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 1997, princ. 2) –, têm como estratégia criar a aparência de um compromisso com um genuíno trabalho acadêmico, lastreado na liberdade de pesquisa e opinião e equivalente ao de historiadores comprometidos. Mas, diferentemente destes, elas não são inspiradas pela busca da verdade, ao contrário, procuram falsificar deliberadamente a história. Em se tratando de graves violações de direitos humanos, esse desrespeito ao limite entre fato e opinião, além de prejudicial à sociedade, é tido como ofensivo às vítimas sobreviventes e à memória daquelas que pereceram.

A terceira dimensão do direito à verdade discutida na tese diz respeito a uma função de justiça que este veio a assumir. O que instigou a reflexão sobre ela foi a percepção de que as fronteiras entre direito à verdade, direito à justiça e direito à reparação parecem ter se tornado cada vez mais porosas. Independentemente da postulação de que os três direitos sejam garantidos de forma combinada, e não apenas um ou dois deles com a exclusão do(s) outro(s) – a qual este estudo não discute –, ficou mais difícil distinguir o significado de cada um.

Donde o interesse em perquirir o que o direito à verdade incorporou que o torna também uma forma de fazer justiça. Uma das possíveis respostas é a de que a verdade buscada com esse direito inclui a verdade jurídica ou judicial constituída por uma sentença que decide sobre a ocorrência ou não do crime e sobre a sua autoria. Além da justiça (retributiva) que se daria com a aplicação de uma pena, a sentença penal também faria

justiça com a verdade que atesta a esse respeito. Este estudo optou, entretanto, por enfocar outro sentido pelo qual se entende que o direito à verdade poderia produzir justiça às vítimas, a saber, por meio da criação de um espaço público onde os testemunhos dessas possam ter lugar e, com isso, passar a integrar a memória coletiva do período de violência.

Arendt esteve presente no julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, um marco na história do reconhecimento público da testemunha como figura central em processos jurídicos voltados a responder a graves violações de direitos humanos. A crítica que fez ao espaço dado pelo promotor ao testemunho das vítimas é interessante para se pensar essa solução, por dois motivos. Primeiramente, porque essa crítica esteve relacionada com a concepção arendtiana sobre o significado do crime contra a humanidade. O crime contra a humanidade do qual Eichmann havia participado era, segundo Arendt, um ataque inaudito à pluralidade que caracteriza a condição humana, implementado burocraticamente como política de Estado. O discurso da acusação no julgamento em Jerusalém – que, utilizando o testemunho das vítimas judias, apresentava o genocídio nazista como parte da história do antissemitismo –, segundo Arendt, não era capaz de dar conta da natureza específica desse crime.

Contudo, é interessante notar que, paradoxalmente, a partir daquele momento, a criação de espaços institucionais para o testemunho das vítimas passou a ser percebida como resposta a peculiaridades do crime contra a humanidade assinaladas por Arendt. A própria Arendt oferece indicações para esse desenvolvimento, mais tarde observado no papel atribuído à oitiva pública das histórias das vítimas de graves violações a direitos humanos. Em seu relatório sobre o julgamento de Eichmann, ela conclui a análise sobre as provas e testemunhas apontando para a ideia de que a narração de histórias, por e sobre aqueles que vivenciaram os fatos, faria face ao terrível projeto do totalitarismo nazista de jogar todos os feitos humanos em buracos de esquecimento – seria a narração de histórias o que impediria que a pretendida amnésia fosse total. Outros escritos seus fornecem indicações adicionais para se pensar como essa pode ser também uma forma de se efetivar a condição humana da pluralidade, ou seja, de restaurar o que o crime contra a humanidade pretendeu destruir. Para Arendt, o contar histórias envolve, além da rememoração do que aconteceu, a sua comunicação aos outros e, conseqüentemente, a integração de mais uma perspectiva na compreensão comum da realidade. Mais uma história, com os seus heróis, vem a fazer parte da rede de histórias da comunidade política – de sua memória coletiva –, e o próprio narrador ganha ou recupera um lugar na sociedade, entre os seus semelhantes.

Da mesma forma, a abertura de procedimentos jurídicos para o testemunho, como hoje defendido em reação a graves violações de direitos humanos, baseia-se na percepção de que as narrativas são capazes de lançar alguma luz sobre o período histórico controverso inserindo novos discursos na esfera pública e, portanto, favorecendo a pluralidade humana. Simultaneamente, ela é tida como uma medida de justiça e reparação às vítimas: com a faculdade de contar os eventos a partir da sua perspectiva em uma esfera que os reconheça como fontes legítimas da verdade, as vítimas poderiam restaurar a sua dignidade previamente violada. Enquanto o crime que as vitimizou nega a sua condição de membro da comunidade política e afirma duplamente a sua insignificância – insignificância da vítima, mas também do crime, que não é tomado como algo condenável –, o espaço para as narrativas mostraria que ambos, os crimes e as vítimas, voltaram a contar.

O segundo motivo pelo qual a crítica de Arendt aos espaços dados aos testemunhos das vítimas no processo Eichmann é pertinente para o objeto deste estudo é o fato de ele iluminar complexidades envolvidas, especificamente, na adoção do processo penal como o foro público para as vítimas contarem as suas histórias. Notadamente, Arendt chama a atenção para o risco de, com o fim de se reparar ofensas a direitos das vítimas, vir-se a ameaçar direitos do acusado, risco esse que deve ser levado em conta ao se pensar o direito à verdade como uma das respostas a serem adotadas em face de violações de direitos humanos.

Muitas das questões dogmáticas relativas ao direito à verdade mapeadas por este trabalho permanecem em aberto. Não poderia ser diferente em um estudo sobre a formação em curso de um conceito que se almeja tornar operatório e ver estabilizado como um *topos*, um lugar-comum da argumentação jurídica. O que alimenta esse estudo é a convicção de que, para a boa compreensão do esforço empenhado na criação do conceito, não se pode fechar os olhos para os desafios que ainda se apresentam e a trilha que ainda resta percorrer – o esclarecimento dessas dificuldades parece ser uma condição necessária para a sua superação. A análise teórica, aqui desenvolvida, dos diferentes objetivos perseguidos com a postulação do mesmo direito – verdade fatural, veracidade e justiça – elucida alguns dos caminhos pelos quais se tenta um fechamento para o conceito de direito à verdade. Espera-se que dela se possam extrair subsídios que contribuam para tornar essa conceituação possível.

REFERÊNCIAS

Livros e artigos

ABDELGAWAD, Elisabeth Lambert; MARTIN-CHENUT, Kathia. La prescription en droit international: vers l'imprescriptibilité de certains crimes?. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, vol. 14, 2007, p. 101-161.

ABRÃO, Paulo. Apresentação. A disputa pelo conceito de anistia no Brasil. Da impunidade e esquecimento à liberdade e reparação. In: TORELLY, Marcelo D.. *Justiça de transição e estado constitucional de direito: Perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro*. Belo Horizonte: Forum, 2012a, p. 23-34.

_____. Direito à verdade e à justiça na transição política brasileira. In: ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. *Os direitos da transição e a democracia no Brasil: Estudos sobre justiça de transição e teoria da democracia*. Belo Horizonte: Forum, 2012b.

ABREGU, Martín. La tutela judicial del derecho a la verdad en la Argentina. *Revista do Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, v. 24, jul./dez. 1996, p. 11-47.

_____. Derecho a la verdad vs. impunidad. *Revista do Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, v. 27, jan./jun. 1998, p. 117-119.

ADAYLOT, Maurice. Overture du dossier. In: *Le refus de l'oubli : La politique de disparition forcée de personnes*. Colloque de Paris, janvier-février 1981. Paris : Berger Levrault, 1982, p. 21-26.

ADORNO, Sergio. In: FABRI, Hélène Ruiz; DELLA MORTE, Gabriele; ABDELGAWAD, Elisabeth Lambert; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, prescription et grâce en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, 2007, p. 170-172.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I* [tradução de António Guerreiro]. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

AGUIAR, Odilio Alves. Pensamento e narração em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim; BIGNOTTO, Newton (org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 215-225.

AGUIRRE, Luis Pérez. Conséquences de l'impunité sur la société. In : COMMISSION NATIONALE CONSULTATIVE DES DROITS DE L'HOMME; COMMISSION INTERNATIONALE DE JURISTES. *Non à l'impunité, Oui à la justice*. Dijon-Chenôve : Abrax, 1993, p. 109-124.

ANTONIO, Gustavo Miranda. Promoção da reconciliação nacional. *Revista jurídica da Presidência*, v. 15, n. 105. Brasília: Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, fev./mai. 2013, p. 69 a 92.

ARENDT, Hannah. *Eichmann in Jerusalem: A report on the banality of evil*. New York: The Viking Press, 1964.

_____. *Men in dark times*. London: Jonathan Cape, 1970.

_____. *Vies politiques* [tradução para o francês por ADDA, Eric et al]. Paris: Gallimard, 1974.

_____. *Origens do totalitarismo* [tradução de Roberto Raposo]. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Compreensão e política. In: _____. *A dignidade da política: ensaios e conferências* [organizador Antônio Abranches, tradução de Helena Martins e outros]. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 39-53.

_____. *Essays in Understanding: 1930-1954*. New York: Schocken Books, 1994.

_____. *Qu'est-ce que la politique?* [tradução para o francês de Sylvie Courtine-Denamy]. Paris: Seuil, 1995.

_____. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal [tradução de José Rubens Siqueira]. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O que é política?* [tradução de Reinaldo Guarani], 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Responsabilidade e julgamento* [tradução de Rosaura Eichenberg]. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Between past and future*. New York: Penguin Books, 2006.

_____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-1954* [tradução de Denise Bottman]. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

_____. *Homens em tempos sombrios* [tradução de Denise Bottman]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.

_____. *Entre o passado e o futuro* [tradução de Mauro W. Barbosa], 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. *A condição humana* [tradução de Roberto Raposo], 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. A mentira na política – Considerações sobre os documentos do Pentágono. In: _____. *Crises da república* [tradução de José Volkmann]. São Paulo: Perspectiva, 2010b, p. 9-48.

_____. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar* [tradução de Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins], 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010c.

ARENDT, Hannah; MCCARTHY, Mary. *Correspondence 1949-1975* [tradução para o francês de Françoise Adelman]. Paris: Éditions Stock, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Projeto “Brasil: nunca mais”, tomo I, 1985. Disponível em: <
http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/bnm_tomo1_regime_militar.pdf>. Acesso em: jun. 2013.

ARTHUR, Paige. How “Transitions” Reshaped Human Rights: A Conceptual History of Transitional Justice. *Human Rights Quarterly*, v. 31, 2009, p. 321-367.

ARRUDA, Roldão; TOSTA, Wilson. Membros da Comissão querem apurar apenas ação de agentes do Estado. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 mai. 2012. Nacional, A8.

ARRUDA, Roldão. Comissão avalia pedir revisão da anistia. *O Estado de São Paulo*, 23 maio 2013a, Política, A6.

_____. Comissão não soube enfrentar Ustra, dizem militantes. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 maio 2013b, Política, A6.

_____. Familiares cobram de Dilma ‘nova’ comissão. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 25 jun. 2013c, Política, A17.

BARBOSA, Marco Antônio Rodrigues; VANNUCHI, Paulo. Resgate da memória e da verdade: um direito de todos. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade: A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 55-67.

BATISTA, Nilo. Aspectos jurídico-penais da anistia. *Revista de direito penal*, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Forense: Instituto de Ciências Penais do Rio de Janeiro, 1971, p. 33-42.

BÉDARIDA, François. Dans les ténèbres du IIIe Reich : Nuit et Brouillard. In: AMNESTY INTERNATIONAL. *Les disparitions*. Coédition Actes Sud-Labor-L’Aire, 1994, p. 76-87.

BENHABIB, Seyla. Hannah Arendt and the redemptive power of narrative. In: HINCHMAN, Lewis P.; HINCHMAN, Sandra K. (ed.). *Hannah Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994, p. 111-137.

_____. International Law and Human Plurality in the Shadow of Totalitarianism: Hannah Arendt and Raphael Lemkin. *Constellations*, v. 16, n. 2, 2009, p. 331-350. Disponível em: <
<http://www.yale.edu/polisci/sbenhabib/papers/International%20Law%20and%20Human%20Plurality%20in%20the%20Shadow%20of%20Totalitarianism%20Hannah%20Arendt%20and%20Raphael%20Lemkin.pdf>>. Acesso em: jan. 2014.

BILSKY, Leora Y. When actor and spectator meet in the courtroom: reflections on Hannah Arendt’s concept of judgement. *History and memory*, v. 8, n. 2. Bloomington, 1996.

_____. Between justice and politics: The competition of storytellers in the Eichmann trial. In: ASCHHEIM, Steven E. (ed.). *Hannah Arendt in Jerusalem*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2001, p. 232-252.

_____. *Transformative justice*. Israel identity on trial. Michigan: The University of Michigan Press, 2004.

BISSET, Alison. *Truth commissions and criminal courts*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BONNEAU, Karine. La jurisprudence innovante de la Cour Interaméricaine des Droits de l'Homme en matière de droit à réparation des victimes de violations des droits de l'homme. In : HENNEBEL, Ludovic ; TIGROUDJA, Hélène (dir.). *Le particularism interaméricaine des droits de l'homme*. Paris : Editions Pedone, 2009, p. 347-382.

BOUCHET, Paul; DIENG, Adama. Preface. In : FELLOUS, Gérard. Rapport général. In : COMMISSION NATIONALE CONSULTATIVE DES DROITS DE L'HOMME; COMMISSION INTERNATIONALE DE JURISTES. *Non à l'impunité, Oui à la justice*. Dijon-Chenôve : Abrax, 1993, p. 9-14.

BURGORGUE-LARSEN, Laurance; TORRES, Amaya Úbeda de. *Les grandes décisions de la Cour Interaméricaine des Droits de l'Homme*. Bruxelles: Bruylant, 2008.

CALLEJON, Claire. Une immense lacune du droit international comblée avec le nouvel instrument des Nations Unies pour la protection de toutes les personnes contre les disparitions forcées. *Revue trimestrielle des droits de l'homme*, n. 66, 2006, p. 337-358.

CAMPANHA, Diógenes. Houve acordo para apurar esquerda, diz ex-ministro. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 mai 2012. Poder, A13.

CANOVAN, Margaret. *Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. Arendt's theory of totalitarianism: a reassessment. In: VILLA, Dana R. [ed.]. *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 25-43.

CASSESE, Antonio et al. *Cassese's International Criminal Law*, 3. ed. Revised by A. Cassese; P. Gaeta; L. Baig; M. Fan.; C. Gosnell; A Whiting. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CASSIN, Barbara. Politiques de la mémoire: des traitements de la haine. *Multitudes*, n. 6, sept. 2001, p. 176-196.

_____. Amnistie et pardon: pour une ligne de partage entre éthique et politique. In: CASSIN, Barbara; CAYLA, Olivier; SALAZAR, Philippe-Joseph (org.). *Verité, réconciliation, réparation*. Paris: Seuil, 2004, p. 37-57.

CITRONI, Gabriella. La position des États. In : DECAUX, Emmanuel ; FROUVILLE, Olivier de (éd.). *La Convention pour la protection de toutes les personnes contre les disparitions forcées*. Bruxelles : Bruylant, Nemesis, 2009, p. 65-94.

CORREIA, Adriano. Nota à nova edição brasileira. In: ARENDT, Hannah. *A condição humana* [tradução de Roberto Raposo], 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. v-ix.

CORTÁZAR, Julio. Préface – Le refus de l’oubli. In: *Le refus de l’oubli : La politique de disparition forcée de personnes*. Colloque de Paris, janvier-février 1981. Paris : Berger Levrault, 1982, p. 11-15.

COURTINE-DENAMY, Sylvie. Préface. In: ARENDT, Hannah. *Qu’est-ce que la politique?* [tradução para o francês de Sylvie Courtine-Denamy]. Paris: Seuil, 1995.

_____. *Hannah Arendt*. Paris: Hachette Littératures, 1997.

CREDENCIO, José Ernesto. Comissão da Verdade deve analisar os dois lados, diz integrante. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 mai. 2012. Poder, A9.

CUEVA, Eduardo González. ¿Hacia dónde van las comisiones de la verdad?. In: REÁTEGUI, Felix (ed.). *Justicia transicional: Manual para América Latina*. Brasília: Comisión de Amnistía, Ministerio de Justicia; Nueva York: Centro Internacional para la Justicia Transicional, 2011, p. 341-357.

DE GREIFF, Pablo. Justiça e reparações [tradução: Ministério da Justiça; revisão: Marcelo D. Torelly]. *Revista anistia política e justiça de transição*, n. 3. Brasília: Ministério da justiça, jan./jun. 2010, p. 42-71.

_____. Some thoughts on the development and present state of transitional justice. *Zeitschrift für Menschenrechte /Journal for Human Rights*, vol 5, 2, 2011, p. 98-128.

DELLA MORTE, Les amnisties en droit international. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l’UMR de droit comparé, vol. 14, 2007, p. 39-78.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Le flou du droit*. Paris : Quadrige/PUF, 2004.

DIMOULIS, Dimitri. Justiça de transição e função anistiantes no Brasil. Hipostasiações indevidas e caminhos de responsabilização. In: DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Antonio; SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert. *Justiça de transição no Brasil*. Direito, responsabilização e verdade. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 91-127.

DOMINGO, Pilar. Dealing with legacies of violence: Transitional Justice in post-conflict/post-repression settings. *Overseas Development Institute Background Note*. London: Overseas Development Institute, 2012a.

_____. Rule of law, judicial reform and transitional justice in Latin America. In: POPOVSKI, Vesselin; SERRANO, Monica (eds.). *Transitional Justice and Democratic Consolidation: Comparing the Effectiveness of the Accountability Mechanisms in Eastern Europe and Latin America*. United Nations University Press, 2012b, p. 41-63.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DU TOIT, André. The moral foundations of the South African TRC. Truth as acknowledgment and justice as recognition. In: ROTBERG, Robert I.; THOMPSON, Dennis. *Truth v. Justice*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2000, p. 122-140.

ELSTER, Jon. *Closing the books*. Transitional justice in historical perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ENEGRÉN, André. *La pensée politique de Hannah Arendt*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

FABRI, Hélène Ruiz. Propos introductifs. In: FABRI, Hélène Ruiz (dir.). *Procès équitable et enchevêtrement des espaces normatifs* : Travaux de l'atelier de droit international de l'UMR de Droit Comparé de Paris. Paris : Société de Législation Comparée, 2003, p. 7-12.

FABRI, Hélène. Introduction Générale. In: FABRI, Hélène Ruiz; DELLA MORTE, Gabriele; ABDELGAWAD, Elisabeth Lambert; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, prescription et grâce en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, 2007, p. 15-36.

FAORO, Raymundo. Prefácio. In: HERZOG, Clarice. *Caso Herzog*: a sentença, íntegra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978, p. 11-17.

FAVREAU, Bertrand (dir.). *La loi peut-elle dire l'histoire?*. Droit, Justice et Histoire. Bruxelles : Bruylant, 2012.

FELLOUS, Gérard. Rapport général. In : COMMISSION NATIONALE CONSULTATIVE DES DROITS DE L'HOMME; COMMISSION INTERNATIONALE DE JURISTES. *Non à l'impunité, Oui à la justice*. Dijon-Chenôve : Abrax, 1993, p. 353-365.

FELMAN, Shoshana. *The juridical unconscious* : Trials and traumas in the twentieth century. Cambridge, London: Harvard University Press, 2002.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Ars judicandi* e senso de justiça. Separata de: *Ars iudicandi: estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Castanheira Neves*, v. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, Boletim da Faculdade de Direito, 2008a.

_____. *Introdução ao estudo do direito*: Técnica, decisão, dominação, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008b.

_____. *Estudos filosofia do direito*: Reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FOUCHARD, Isabelle. La formation du crime contre l'humanité en droit international. In : DELMAS-MARTY, Mireille [et. al.]. *Le crime contre l'humanité*. Paris : PUF, 2009, p. 7-43.

FOULQUIÉ, Paul. *Dictionnaire de la langue philosophique*. Avec la collab. de Raymond Saint-Jean . Paris : Presses Universitaires de France, 1969.

FREEMAN, Mark. *Truth Commissions and Procedural Fairness*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

FROUVILLE, Olivier de. Lutte contre l'impunité : le temps des questions. Un entretien avec Louis Joinet. *Droits fondamentaux*, n. 1, juillet/décembre 2001.

GACON, Stéphane. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, vol. 14, 2007, p. 194-196.

GARAPON, Antoine. *Crimes que não se podem punir nem perdoar* [tradução de Pedro Henriques]. Para uma justiça internacional. Porto Alegre: Instituto Piaget, 2004a.

_____. La justice comme reconnaissance. In: CASSIN, Barbara; CAYLA, Olivier; SALAZAR, Philippe-Joseph (org.). *Vérité, réconciliation, réparation*. Paris: Seuil, 2004b, p. 181-203.

_____. Préface à l'édition française. In : OSIEL, Mark. *Juger les crimes de masse : La mémoire collective et le droit* [tradução para o francês de Jean-Luc Fidel]. Paris : Éditions du Seuil, 2006.

_____. In: FABRI, Hélène Ruiz; DELLA MORTE, Gabriele; ABDELGAWAD, Elisabeth Lambert; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, prescription et grâce en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, 2007, p. 179-182.

_____. Préface. Les commissions de vérité-réconciliation : une nouvelle forme politique. In : JAUDEL, Étienne. *Justice sans châtement : Les commissions vérité-réconciliation*. Paris : Odile Jacob, 2009.

GARAPON, Antoine; HUBRECHT, Joël. *La justice reconstitutive : un objectif diplomatique pour prévenir et surmonter les crimes de masse*. Rapport du séminaire "Justice internationale et de transition : éléments pour une doctrine diplomatique française" (avril 2011-décembre 2012) organisé par le Centre d'analyse de prévision et de stratégie (CAPS), la Sous-direction de la gouvernance démocratique (DGM/DBM/GOUV) et l'Institut des hautes études sur la justice (IHEJ), jun. 2013. Disponível em : < http://www.ihej.org/wp-content/uploads/2013/07/rapport_justice_reconstitutive_juillet_2013.pdf >. Acesso em: out. 2013.

GIRARD, Charlotte. Procès équitable et enchevêtrement des espaces normatifs (Réflexions sur la problématique générale). In: FABRI, Hélène Ruiz (dir.). *Procès équitable et enchevêtrement des espaces normatifs : Travaux de l'atelier de droit international de l'UMR de Droit Comparé de Paris*. Paris : Société de Législation Comparée, 2003, p. 21-52.

GODIN, Cristian. *Dictionnaire de philosophie*. Fayard/Éditions du Temps, 2004.

GOLDSTONE, Richard J.. Foreword. In: MINOW, Marta. *Between vengeance and forgiveness: facing history after genocide and mass violence*. Boston: Beacon Press books, 1998, p. ix-xiii.

GRECO, Heloisa Amelia. Anistia *amnese* vs. anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 2. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, p. 524-540.

HALL, Christopher K. Enforced disappearance of persons. In: TRIFFTERER, Otto (ed.) *Commentary on the Rome Statute of the International Criminal Court*, 2. ed. Munchen, Oxford, Baden-Baden: C. H. Beck, Hart, Nomos, 2008, p. 221-226.

HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable truths: Transitional justice and the challenge of truth commissions*, 2ª ed. New York: Routledge, 2011.

HENCKAERTS, Jean-Marie; DOSWALD-BECK, Louise. *Customary International Humanitarian Law*, Volume I: Rules. International Committee of the Red Cross. Geneve: International Committee of the Red Cross; Cambridge: Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/resources/documents/publication/pcustom.htm>>. Acesso em: maio 2013.

HERZOG, Clarice. *Caso Herzog: a sentença, íntegra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978.

HILL, Melvyn A.. Fictions of mankind and the stories of men. In: HILL, Melvyn A. (ed.). *Hannah Arendt: the recovery of the public world*. New York: St. Martin's Press, 1979, p. 275-299.

JACQUES, André. Mort physique et mort symbolique. In: AMNESTY INTERNATIONAL. *Les disparitions*. Coédition Actes Sud-Labor-L'Aire, 1994, p. 88-97.

JEANNIN, Laure. La prescription. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, vol. 14, 2007, p. 257-274).

JOINET, Louis. Rapport général. In: *Le refus de l'oubli : La politique de disparition forcée de personnes*. Colloque de Paris, janvier-février 1981. Paris : Berger Levrault, 1982, p. 293-310.

_____. In: FROUVILLE, Olivier de. Lutte contre l'impunité : le temps des questions. Un entretien avec Louis Joinet. *Droits fondamentaux*, n. 1, juillet/décembre 2001.

_____. De la Déclaration de 1992 à la Convention de 2006 (chronologie de l'élaboration. In: DECAUX, Emmanuel ; FROUVILLE, Olivier de (éd.). *La Convention pour la protection de toutes les personnes contre les disparitions forcées*. Bruxelles : Bruylant, Nemesis, 2009, p. 29-35.

JOINET, Louis (dir.). *Lutter contre l'impunité*. Dix questions pour comprendre et pour agir. Paris : Éditions La Découverte, 2002.

JORDA, Claude; HEMPTINNE, Jérôme. The status and role of the victim. In: CASSESSE, Antonio; GAETA, Paola; JONES, John R. W. D. (ed.). *The Rome Statute of*

the International Criminal Court: A Commentary, v. 2. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 1387-1419.

JUROVICS, Yann. *Réflexions sur la spécificité du crime contre l'humanité*. Paris : L.G.D.J., 2012.

KACHANI, Morris. Integrante associa tortura a “gozo proibido”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 mai. 2012. Poder, A12.

KATTAN, Emmanuel. *Penser le devoir de mémoire*. Paris : Presses Universitaires de France, 2002.

KERVEGAN, Jean François. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, vol. 14, 2007, p. 178-179.

KISHI, Sandra Akemi Shimada. Direito à informação e à participação na Justiça de Transição. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade: A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 273-291.

KLATAU FILHO, Paulo de Tarso Dias. *O princípio da veracidade e o direito à verdade do cidadão perante o poder público*. Tese de doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

KOSKENNIEMI, Martti. Between impunity and show trials. *Max Planck UNYB*, n. 6, 2002, p. 1-35.

KRISTEVA, Julia. *Hannah Arendt*. Life is a narrative [tradução para o inglês de Frank Collins]. Toronto: University of Toronto Press, 2001.

KRSTICEVIC, Viviana; AFFONSO, Beatriz. A dívida histórica e o Caso Guerrilha do Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos impulsionando o direito à verdade e à justiça no Brasil. In: *A anistia na era da responsabilização: o Brasil em perspectiva internacional e comparada*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin American Centre, 2011, p. 344-391.

KRITZ, Neil J. The dilemmas of transitional justice. In: KRITZ, Neil J (org.). *Transitional Justice*. How emerging democracies reckon with former regimes, v. 1. Washington: United States Institute for Peace Press, 1995, p. xix-xxx.

KUCINSKI, Bernardo. *K*. São Paulo: *Expressão Popular*, 2012.

LA FER, Celso. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão, poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *A ruptura totalitária e a reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com Hannah Arendt*. Tese de concurso para provimento de cargo de professor titular do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da USP. Faculdade de Direito da USP, 1988.

_____. A mentira: um capítulo das relações entre a ética e a política. In: _____. *Desafios: ética e política*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 13-29.

_____. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt. *Estudos avançados*, v. 21, n. 60, 2007, p. 289-304. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142007000200022&script=sci_arttext> . Acesso em: mar. 2012.

_____. Da dignidade da política: sobre Hannah Arendt. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro* [tradução de Mauro W. Barbosa], 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, 9-27.

_____. Reflexões sobre a atualidade da análise de Hannah Arendt sobre o processo Eichmann. Exposição, revista e ampliada, feita no “Colóquio Eichmann em Jerusalém - 50 anos depois: antissemitismo e genocídio entre Memória e História”, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 11 de nov. 2011. Texto cedido pelo autor, consultado em manuscrito.

_____. Justiça, História, Memória: reflexões sobre a Comissão da Verdade. Exposição, revista, feita no “Seminário Internacional: História Contemporânea: Memória, Trauma, Reparação”, IH/IFCS (UFRJ), Rio de Janeiro, 10 mai. 2012. Texto cedido pelo autor, consultado em manuscrito.

Laignel-Lavastine, Alexandra. Des intellectuels contre la mémoire : remarques sur les ressorts d’une exaspération. In : FERENCZI, Tomas (dir.). *Devoir de mémoire, droit à l’oubli ?*. Bruxelles : Éditions Complexe, 2002, p. 33-39.

Lalande, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, 10 ed.. Paris : Presses Universitaires de France, 1968.

Lalieu, Olivier. L’invention du “devoir de mémoire”. *Vingtième Siècle. Revue d’histoire*, n. 69, jan.-mar. 2001, p. 83-94. Disponível em : <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/xxs_0294-1759_2001_num_69_1_1284> Acesso em : dez. 2013.

LEFRANC, Sandrine. In: FABRI, Hélène Ruiz; DELLA MORTE, Gabriele; ABDELGAWAD, Elisabeth Lambert; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, prescription et grâce en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, 2007, p. 175-177.

_____. La justice transitionnelle n’est pas un concept. *Mouvements*, n. 53, 2008, p. 61-69. Disponível em: < <http://www.cairn.info/revue-mouvements-2008-1-page-61.htm>> . Acesso em: abril 2013.

LEFRANC, Sandrine; MATHIEU, Lilian; SIMÉANT, Johanna. Les victimes écrivent leur Histoire : Introduction. *Raisons politiques*, n. 30, 2008, p. 5-19. Disponível em: < <http://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2008-2-page-5.htm>>. Acesso em: abril 2013.

Lipstadt, Deborah E. *Denying the Holocaust: The growing assault on truth and memory*. New York: The Free Press, 1993.

LUBAN, David. Explaining dark times: Hannah Arendt's theory of theory. In: HINCHMAN, Lewis P.; HINCHMAN, Sandra K. (ed.). *Hannah Arendt: critical essays*. Albany: State University of New York Press, 1994, p. 79-109.

LUDI, Regula. *Reparations for Nazi Victims in Postwar Europe*, Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LUNA, Denise. Alvo de comissão é ditadura e não guerrilha, diz integrante. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 mai. 2012. Poder, A4.

LUNARDI, Soraya Gaspareto; DIMOULIS, Dimitri. A verdade e a justiça constituem finalidades do processo judicial? *Sequência*, n. 55, 2007, p. 175-194.

MANCERON, Gilles. La loi et l'histoire : repenser le cadre du débat. In : FAVREAU, Bertrand (dir.). *La loi peut-elle dire l'histoire?*. Droit, Justice et Histoire. Bruxelles : Bruylant, 2012, p. 167-179.

MARRUS, Michael R.. *Eichmann in Jerusalem: Justice and History*. In: ASCHHEIM, Steven E. (ed.). *Hannah Arendt in Jerusalem*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2001, p. 205-213.

MARTIN-CHENUT, Kathia. Amnistie, prescription, grâce: la jurisprudence interaméricaine des droits de l'homme en matière de lutte contre l'impunité. *RSC, Chronique internationale, Droits de l'homme*, n. 3, 2007a, p. 628-640.

_____. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, vol. 14, 2007b, p. 305.

_____. Introduction générale. In: LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; MARTIN-CHENUT, Kathia. *Les réparations des victimes de violations graves et massives des droits de l'homme: la Cour interaméricaine, pionnière et modèle ?*. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, 2010, p. 17-27.

_____. Procès international et modèles de justice pénale. In: ASCENSIO, Hervé; DECAUX, Emmanuel; PELLET, Alain (dir.). *Droit International Pénal*, 2 ed.. Editions Pedone, 2012, p. 847-863.

_____. La protection du droit à la vie et les obligations positives de protection pénale dans le système interaméricain des droits de l'homme. In : GIUDICELLI-DELAGE, Geneviève; MANACORDA, Stefano ; TRICOT, Juliette (dir.). *Devoir de punir? Le système pénal face à la protection internationale du droit à la vie*. Paris: Société de Législation Comparée, 2013a, p. 141-183.

_____. A valorização das obrigações positivas de natureza penal na jurisprudência da CIDH: O exemplo das graves violações de direitos humanos cometidas durante as ditaduras dos países do Cone Sul [tradução de Priscila Akemi Beltrame e Pedro Augusto Simões da Conceição]. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 21, v. 103, jul./ago. 2013b, p. 97-127.

MASSAMBA-MAKOUMBOU, Jean-Serge. *Politiques de la mémoire et résolution des conflits*. Paris : L'Harmattan, 2012.

MASSIDDA, Paolina. Foreword. In: FUNK, T. Markus. *Victims' Rights and Advocacy at the International Criminal Court*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

MASSIDDA, Paolina; WALTER, Caroline. Article 68 – Protection et participation au procès des victimes et des témoins. In: FERNANDEZ, Julian; PACREAU, Xavier (dir.). *Statut de Rome de la Cour Pénale Internationale*, tome II. Paris, Editions Pedone, 2012, p. 1545-1576.

MATAROLLO, Rodolfo. La Convention et la lutte contre l'impunité des auteurs de disparitions forcées. In : DECAUX, Emmanuel ; FROUVILLE, Olivier de (éd.). *La Convention pour la protection de toutes les personnes contre les disparitions forcées*. Bruxelles : Bruylant, Nemesis, 2009, p. 117-125.

MATOS, Olgária Chain Féres. O storyteller e o flâneur. Hannah Arendt e Walter Benjamin. In: MORAES, Eduardo Jardim; BIGNOTTO, Newton (org.). *Hannah Arendt: diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 90-96.

MÉNDEZ, Juan E. Accountability for past abuses. *The Helen Kellogg Institute for International Studies*, working paper n. 233, sept. 1996. Disponível em: <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/233.pdf>>. Acesso em: jun. 2012.

MÉNDEZ, Juan. In : MEZAROBBA, Glenda. Entrevista com Juan Méndez, presidente do *International Center for Transitional Justice* (ICTJ). *Revista Internacional de Direitos Humanos – SUR*, n. 7, ano 4, 2007, p. 169-175.

MÉNDEZ, Juan; CONE, Christine. Transitional Justice. In: RODLEY, Nigel; SHEERAN, Scott (eds.). *Routledge Handbook on International Human Rights Law*. London: Routledge, 2013.

MEZAROBBA, Glenda. *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências – um estudo do caso brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. O que é justiça de transição? Uma análise do conceito a partir do caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade. A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 37-53.

MINOW, Martha. *Between vengeance and forgiveness*. Boston: Beacon Press, 1998.

MURRAY, James A. H. et al.. *The Oxford English Dictionary*, v. IV. Oxford: Clarendon Press, 1989.

NAQVI, Yasmin. El derecho a la verdad en el derecho internacional: ¿realidad o ficción?. *International Review of the Red Cross*, n. 862, jun. 2006, p. 1- 33.

NOSSA, Leonencio. Divergências na Comissão da Verdade se escancaram com saída de Fonteles. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 jun. 2013, Política, A4.

NUREMBERG. *Trial of the major war crimes before the International Military Tribunal: Nuremberg 14 November 1945 – 1 October 1946, 1947*. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/NT_Vol-I.pdf>. Acesso em: out. 2013.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Princípio da publicidade, arquivos públicos e justiça de transição. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade. A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 293-315.

OLIVEIRA, Renato Lima de. Comissão da Verdade precisa definir: verdade ou justiça?. *O Estado de São Paulo*. São Paulo 18 jun. 2013. Entrevista concedida a Roldão Arruda.

OSIEL, Mark. *Mass atrocity, collective memory, and the law*. New Brunswick, London: Transaction Publishers, 1997.

OST, François. *Le temps du droit*. Paris: Odile Jacob, 1999.

_____. *O tempo do direito* [tradução de Élcio Fernandes]. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PEREIRA, Anthony W. Prefácio: Justiça de transição e estado constitucional de direito. In: TORELLY, Marcelo D.. *Justiça de transição e estado constitucional de direito: Perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro*. Belo Horizonte: Forum, 2012.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. Leis de anistia face ao direito internacional: ‘desaparecimentos’ e ‘direito à verdade’. In: PIOVESAN, Flávia (coord.). *Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 285-305.

_____. O perdão e os crimes contra a humanidade: um diálogo entre Hannah Arendt e Jacques Derrida. In: CORREIA, Adriano (org.). *Hannah Arendt e a condição humana*. Quarteto Editora, 2006.

_____. O exercício do direito à verdade no Brasil pós-ditadura militar. In: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita; BERCOVICI, Gilberto; MELO, Claudineu de. *Direitos humanos, democracia e república*. Homenagem a Fábio Konder Comparato. São Paulo: Quartier Latin, 2009, p. 270-276.

_____. *Direito internacional penal: imunidades e anistias*. Barueri: Manole, 2012a.

_____. A vida intelectual pública e a verdade política – Uma homenagem a Celso Lafer. In: BAPTISTA, Luiz Olavo; FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio (coord.). *Novos caminhos do direito no século XXI: Direito internacional, filosofia jurídica e política, dogmática jurídica e direitos fundamentais: uma homenagem a Celso Lafer*. Curitiba: Juruá, 2012b, p. 438-442.

PERRUSO, Camila Akemi. *O desaparecimento forçado de pessoas no sistema interamericano de direitos humanos – direitos humanos e memória*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PFERSMANN, Otto. Préface. In: HOCHMANN, Thomas. *Le negationnisme face aux limites de la liberté d’expression: Étude de droit comparé*. Paris: Editions A. Pedone, 2013, p. 5-12.

PHILIP-GAY, Mathilde. La grâce en droit international. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, vol. 14, 2007, p. 79-99.

PHILIPPE MARINO, Clémence. *Les disparitions forcées dans la jurisprudence des cours régionales des droits de l'homme*. Tese de doutorado. Université de Rouen. Rouen, 2008.

PILLOUD, Claude et al.. *Commentaire des Protocoles additionnels du 8 juin 1977 aux Conventions de Genève du 12 août 1949*. Genève : Comité international de la Croix-Rouge, Martinus Nijhoff Publishers, 1986.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Nenhuma comissão tem essa bobagem de dois lados”. *O Estado de São Paulo*. São Paulo 15 mai. 2012. Nacional, A8. Entrevista concedida a Roldão Arruda.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MACHADO, Pedro Helena Pontual; BALLESTEROS, Paula Karina Rodriguez. O direito à verdade no Brasil. *Revista jurídica da Presidência*, v. 15, n. 105. Brasília : Centro de Estudos Jurídicos da Presidência, fev./mai. 2013, p. 17-32.

PINTO, Monica. *L'Amérique latine et le traitement des violations massives des droits de l'Homme*. Paris : Editions A. Pedone, 2007.

PIOVESAN, Flávia. Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade*. A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 197-211.

_____. Lei de anistia, sistema interamericano e o caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, Marcelo. *Novos rumos para o direito público: Reflexões em homenagem à Professora Lúcia Valle Figueiredo*. Belo Horizonte: Fórum, 2012, p. 209-220.

QUESTIAUX, Nicole. In: *Le refus de l'oubli : La politique de disparition forcée de personnes*. Colloque de Paris, janvier-février 1981. Paris : Berger Levrault, 1982, p. 63-67.

QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RAMBAUD, Thierry. L'amnistie. In: RUIZ FABRI, Hélène; LAMBERT-ABDELGAWAD, Elisabeth; DELLA MORTE, Gabriele; MARTIN-CHENUT, Kathia (org.). *La clémence saisie par le droit*. Amnistie, grâce, prescription en droit international et comparé. Paris: Société de Législation Comparée, Coll. de l'UMR de droit comparé, vol. 14, 2007, p. 227-241.

RAOUL, Marion. L'approche du problème. In: *Le refus de l'oubli: La politique de disparition forcée de personnes*. Colloque de Paris, janvier-février 1981. Paris: Berger Levrault, 1982, p. 49-58.

RATNER, Steven R.; ABRAMS, Jason S.; BISCHOFF, James L. *Accountability for Human Rights Atrocities in International Law: Beyond the Nuremberg Legacy*, 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

REDRESS. The Participation of Victims in International Criminal Court Proceedings. A Review of the Practice and Consideration of Options for the Future. Londres, out. 2012. Disponível em : <http://www.redress.org/downloads/publications/121030participation_report.pdf> . Acesso em: ago. 2013.

RICE, Patricio. La Fédération Latino-Américaine des Organisations de Familles de Détenus Disparus (FEDEFAM) et le projet de Convention. In : DECAUX, Emmanuel ; FROUVILLE, Olivier de (éd.). *La Convention pour la protection de toutes les personnes contre les disparitions forcées*. Bruxelles : Bruylant, Nemesis, 2009, p. 37-49.

RICOEUR, Paul. *Lectures I : Autour du politique*. Paris : Éditions du Seuil, 1995.

_____. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

_____. Esquisse d'un parcours de l'oubli. In : FERENCZI, Tomas (dir.). *Devoir de mémoire, droit à l'oubli ?*. Bruxelles : Éditions Complexe, 2002, p. 21-31.

_____. *A memória, a história, o esquecimento* [tradução de Alain François et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Condenação, reabilitação, perdão. In: _____. *O justo I*. A justiça como regra moral e como instituição [tradução de Ivone C. Benedetti]. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 183-197.

ROBERT, Paul. *Dictionnaire de la langue française*, v. 1. Paris : Presses Universitaires de France, 1953.

ROMANIN, Enrique Andriotti. Decir la verdad, hacer justicia: Los Juicios por la Verdad en Argentina. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, n. 94, April 2013, p. 5-23.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Memórias reveladas (Brasil). Apresentação. Disponível em : <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1&sid=2>>. Acesso em: ago. 2013.

ROVIELLO, Anne-Marie. *Sens commun et modernité chez Hannah Arendt*. Bruxelles : OUSIA, 1987.

_____. *Senso comum e modernidade em Hannah Arendt* [tradução de Bénédicte Houart e João Filipe Marques]. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SAMPAIO, José Adércio Leite; ALMEIDA, Alex Luciano Valadares de. Verdade e história: por um direito fundamental à verdade. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade*. A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 249-271.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 237-252.

_____. À sombra da ditadura. *Carta Capital*, São Paulo, 30 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-sombra-da-ditadura/>>. Acesso em: jun. 2012.

SIBONY, Daniel. La disparition. In : AMNESTY INTERNATIONAL. *Les disparitions*. Coédition Actes Sud-Labor-L'Aire, 1994, p. 98-103.

SIKKINK, Kathryn; WILLING, Carrie Booth. Argentina's contribution to global trends in transitional justice. In: ROHT-ARRIAZA, Naomi; MARIEZCURRENA, Javier (ed.). *Transitional justice in the twenty-first century: Beyond truth versus justice*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 301-324.

SOARES, Inês Virgínia Prado. Memória democrática e desaparecidos políticos. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade*. A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 317-340.

SOLLERS, Philippe. Nouvelle nuit, nouveau brouillard. In : AMNESTY INTERNATIONAL. *Les disparitions*. Coédition Actes Sud-Labor-L'Aire, 1994, p. 9-16.

SOOKA, Yasmin. Dealing with the past and transitional justice: building peace through accountability. *International Review of Red Cross*, v. 88, n. 862, jun. 2006, p. 311-325.

STAN, Lavinia; NEDELSKY, Nadya. Access to secret files. In: STAN, Lavinia; NEDELSKY, Nadya (eds). *Encyclopedia of transitional justice*, v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 1-5.

SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert. *Anistia penal*. Problemas de validade da lei de anistia brasileira (Lei n. 6.683/79). Curitiba: Juruá, 2007.

_____. Punição para os crimes da ditadura militar: contornos do debate. In: DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Antonio; SWENSSON JUNIOR, Lauro Joppert. *Justiça de transição no Brasil*. Direito, responsabilização e verdade. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 23-59.

TAVARES, André Ramos; AGRA, Walber de Moura. Justiça reparadora no Brasil. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). *Memória e verdade*. A justiça de transição no Estado Democrático brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2009, p. 69-91.

TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Transitional Justice Genealogy. *Harvard Human Rights Journal*, n. 16, 2003, p. 69-94.

TELES, Edson Luís de Almeida. *Pensar e agir*. Narrativa e política na filosofia de Hannah Arendt. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2002.

_____. *Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia*. Memória política em democracias com herança autoritária. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2007.

TELES, Janaína. *Os herdeiros da memória*. A luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2005.

TEXIER, Philippe. Les cadres institutionnels. In: *Le refus de l'oubli* : La politique de disparition forcée de personnes. Colloque de Paris, janvier-février 1981. Paris : Berger Levrault, 1982, p. 73-80.

_____. La réconciliation, la conciliation nationale In : COMMISSION NATIONALE CONSULTATIVE DES DROITS DE L'HOMME; COMMISSION INTERNATIONALE DE JURISTES. *Non à l'impunité, Oui à la justice*. Dijon-Chenôve : Abrax, 1993, p. 95-108.

TIGROUDJA, Hélène ; PANOUSSIS, Ioannis. *La Cour interaméricaine des droits de l'homme* : Analyse de la jurisprudence consultative et contentieuse. Paris : Nemesis ; Bruylant, 2003.

TIMSIT, Gérard. *Thèmes et systèmes de droit*. Paris : Presses Universitaires de France, 1986

TOMUSCHAT, Christian. La protection internationale des victims. *Revue universelle des droits de l'homme*, v. 18, n.1-5, 2006, p. 1-11.

TORELLY, Marcelo D. *Justiça de transição e estado constitucional de direito*: Perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

TYAGI, Yogesh Kumar. Pardon – Oubli – Vengeance. Santion équitable. Responsabilité. In : COMMISSION NATIONALE CONSULTATIVE DES DROITS DE L'HOMME; COMMISSION INTERNATIONALE DE JURISTES. *Non à l'impunité, Oui à la justice*. Dijon-Chenôve : Abrax, 1993, p. 75-94.

VALÉRY, Antoine. Vision et représentation de l'histoire dans la jurisprudence. In : FAVREAU, Bertrand (dir.). *La loi peut-elle dire l'histoire?*. Droit, Justice et Histoire. Bruxelles : Bruylant, 2012, p. 5-7.

VAN BOVEN, Theo. The United Nations basic principles and guidelines on the right to a remedy and reparation for victims of gross violations of international human rights law and serious violations of international humanitarian law, 2010. Disponível em: <http://legal.un.org/avl/pdf/ha/ga_60-147/ga_60-147_e.pdf> , acesso em: ago. 2013.

VEÇOSO, Fabia Hernandes Carvalho. *Entre absolutismo de direitos humanos e história contextual*: aspectos da experiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tese de doutorado, Faculdade de Direito da USP, 2012.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *Les assassins de la mémoire*. « Un Eichmann de papier » et autres essais sur le révisionnisme. Paris : La Découverte, 2005.

VIEHWEG, Theodor. Sobre el futuro de la filosofía del derecho como investigación fundamental [tradução para o espanhol: Ricardo Azpúrua Ayala]. *Cuadernos de filosofía del derecho*, n. 6. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Facultad de Derecho, 1969, p. 3-15.

VILLA, Dana R. Introduction: the development of Arendt's political thought. In: VILLA, Dana R. [ed.]. *The Cambridge Companion to Hannah Arendt*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 1-21.

WEICHERT, Marlon Alberto. Arquivos secretos e direito à verdade. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*, v. 2. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, p. 406-423.

WIEVIORKA, Annette. Justice, histoire et mémoire. De Nuremberg à Jérusalem. *Droit et Société*, n. 38, 1998, p. 59-67. Disponível em: <http://www.reds.msh-paris.fr/publications/revue/html/ds038/ds038-06.htm>. Acesso em: ago 2012.

_____. *L'ère du témoin*. Paris: Pluriel, Hachette Littératures, 2002.

_____. *L'heure d'exactitude : Histoire, mémoire, témoignage*. Entretiens avec Séverine Nikel. Paris : Éditions Albin Michel, 2011.

YOUNGERS, Coletta. *Violencia política y sociedad civil en el Perú*: Historia de la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos. Lima: IEP, 2003.

Documentos de comissões da verdade

ÁFRICA DO SUL. *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report*, v.1 e v. 5, 1998. Disponível em: < <http://www.justice.gov.za/trc/report/> >. Acesso em: nov. 2013.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade*, 12 mai. 2013. Disponível em: < http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf >. Acesso em: ago. 2013.

PERU. *Comisión de la Verdad y Reconciliación*. Informe Final. Lima: CVR, 2003, tomo I. Disponível em: < <http://cverdad.org.pe/ifinal/> >. Acesso em: fev. 2013.

Documentos internacionais

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Resolution adopted by the General Assembly n. 3220 (XXIX). Assistance and co-operation in accounting for persons who are missing or dead in armed conflicts. Doc. A/RES/3220(XXIX), 6 nov. 1974 (1974).

_____. Resolution adopted by the General Assembly n. 33/173. Disappeared persons. Doc. A/RES/33/173, 20 dez. 1978 (1978).

_____. Question of human rights of all persons subject to any form of detention or imprisonment, in particular: question of missing and disappeared persons. Report of the Working Group on enforced or involuntary disappearances. Doc. E/CN.4/1435, 26 jan. 1981 (1981).

_____. Human Rights Committee. Communication n. 107/1981, Elena Quinteros Almeida e María del Carmen Almeida de Quinteros v. Uruguai. Doc. CCPR/C/19/D/107/1981, 21 jul. 1983 (1983).

_____. Commission on Human Rights. Situation of human rights and fundamental freedoms in Chile. Doc. E/CN.4/RES/1989/62, 8 Mar. 1989. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3b00f0c62c.html>>, acesso em: abr. 2013 (1989).

_____. Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, 18 dez. 1992 (1992).

_____. Study concerning the right to restitution, compensation and rehabilitation for victims of gross violations of human rights and fundamental freedoms. Final report submitted by Mr. Theo van Boven, Special Rapporteur. Doc. E/CN.4/Sub.2/1993/8, 2 jul. 1993 (1993).

_____. The administration of justice and the human rights of detainees: question of human rights and states of emergency. Eighth annual report and list of States which, since 1 January 1985, have proclaimed, extended or terminated a state of emergency, presented by Mr. Leandro Despouy, Special Rapporteur appointed pursuant to Economic and Social Council resolution 1985/37. Annex I: Report of the meeting of experts on non-derogable rights. Doc. E/CN.4/Sub.2/1995/20, Annex I, 26 jun. 1995 (1995).

_____. Human Rights Committee. Concluding Observations of the Human Rights Committee: Guatemala. Doc. CCPR/C/79/Add.63, 03 abr. 1996 (1996a).

_____. Revised set of basic principles and guidelines on the right to reparation for victims of gross violations of human rights and humanitarian law prepared by Mr. Theo van Boven pursuant to Sub-Commission decision 1995/117. Doc. E/CN.4/Sub.2/1996/17, 24 maio 1996 (1996b).

_____. Question de l'impunité des auteurs des violations des droits de l'homme (civils et politiques). Rapport final révisé établi par M. L. Joinet, en application de la décision 1996/119 de la Sous-Commission. Doc. E/CN.4/Sub.2/1997/20/Rev.1, 2 out. 1997 (1997).

_____. Report of the Representative of the Secretary-General, Mr. Francis M. Deng, submitted pursuant to Commission resolution n. 1997/39. Addendum. Guiding Principles on Internal Displacement. Doc. E/CN.4/1998/53/Add.2, 11 fev. 1998 (1998).

_____. Report of the independent expert on the right to restitution, compensation and rehabilitation for victims of grave violations of human rights and fundamental freedoms, Mr. M. Cherif Bassiouni, submitted pursuant to Commission on Human Rights resolution 1998/43. Doc. E/CN.4/1999/65, 8 fev. 1999 (1999).

_____. Resolution adopted by the General Assembly n. 55/118. Situation of human rights in Haiti. Doc. A/RES/55/118, 1 mar. 2001 (2001a).

_____. Commission on Human Rights Resolution n. 2001/46. Question of enforced or involuntary disappearances. Doc. E/CN.4/RES/2001/46, 23 abr. 2001 (2001b).

_____. Report submitted by Mr. Manfred Nowak, independent expert charged with examining the existing international criminal and human rights framework for the protection of persons from enforced or involuntary disappearances, pursuant to paragraph 11 of Commission on Human Rights resolution 2001/46. Doc. E/CN.4/2002/71, 8 jan. 2002 (2002).

_____. Resolution adopted by the General Assembly n. 57/161. United Nations Verification Mission in Guatemala. Doc. A/RES/57/161, 28 jan. 2003 (2003a).

_____. Resolution adopted by the General Assembly n. 57/105. Assistance for humanitarian relief, rehabilitation and development for Timor-Leste. Doc. A/RES/57/105, adopted in 25 nov. 2002, distr. general: 13 fev. 2003 (2003b).

_____. Security Council. Resolution 1468. Doc. S/RES/1468, 20 mar. 2003 (2003c).

_____. Security Council. Resolution 1470. Doc. S/RES/1470, 28 mar. 2003 (2003d).

_____. Impunity. Note by the Secretary-General. Independent study on best practices, including recommendations, to assist States in strengthening their domestic capacity to combat all aspects of impunity, by Professor Diane Orentlicher. Doc. E/CN.4/2004/88, 27 fev. 2004 (2004a).

_____. Commission on Human Rights Resolution n. 2004/72. Impunity. Doc. E/CN.4/RES/2004/72, 21 abr. 2004 (2004b).

_____. Security Council. The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. Report of the Secretary-General. Doc. S/2004/616, 23 ago. 2004 (2004c).

_____. Impunity. Report of the independent expert to update the Set of principles to combat impunity, Diane Orentlicher. Addendum. Updated Set of principles for the protection and promotion of human rights through action to combat impunity. Doc. E/CN.4/2005/102/Add.1, 8 fev. 2005 (2005a).

_____. Impunity. Report of the independent expert to update the Set of Principles to combat impunity, Diane Orentlicher. Doc. E/CN.4/2005/102, 18 fev. 2005 (2005b).

_____. Report of the Intersessional Open-ended Working Group to elaborate a draft legally binding normative instrument for the protection of all persons from enforced disappearance. Doc. E/CN.4/2005/66, 10 mar. 2005 (2005c).

_____. Commission on Human Rights Resolution n. 2005/66. Right to the truth. Doc. E/CN.4/RES/2005/66, 20 abr. 2005 (2005d).

_____. Commission on Human Rights Resolution n. 2005/81. Impunity. Doc. E/CN.4/RES/2005/81, 21 abr. 2005 (2005e).

_____. Security Council. Resolution 1606. Doc. S/RES/1606, 20 jun. 2005 (2005f).

_____. Civil and political rights, including the questions of independence of the Judiciary, administration of justice, impunity. Report of the Special Rapporteur on the independence of judges and lawyers, Leandro Despouy. Doc. E/CN.4/2006/52, 23 jan. 2006 (2006a).

_____. Report of the Intersessional Open-ended Working Group to elaborate a draft legally binding normative instrument for the protection of all persons from enforced disappearance. Doc. E/CN.4/2006/57, 2 fev. 2006 (2006b).

_____. Study on the right to the truth. Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Doc. E/CN.4/2006/91, 8 fev. 2006 (2006c).

_____. Resolution adopted by the General Assembly n. 60/147. Basic Principles and Guidelines on the Right to a Remedy and Reparation for Victims of Gross Violations of International Human Rights Law and Serious Violations of International Humanitarian Law. Doc. A/RES/60/147, 21 mar. 2006 (2006d).

_____. Human Rights Council. Decision n. 2/105. Right to the truth. Doc. A/HRC/DEC/2/105, 27 nov. 2006 (2006e).

_____. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados, 20 dez. 2006 (2006f).

_____. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Rule-of-law tools for post-conflict states. Truth commissions. Doc. HR/PUB/06/1, 2006 (2006g).

_____. Note verbale dated 20 June 2006 from the Permanent Mission of the United States of America to the United Nations Office at Geneva addressed to the secretariat of the Human Rights Council. Doc. A/HRC/1/G/1, 27 jun. 2006 (2006h).

_____. Right to the truth. Report of the Office of the High Commissioner for Human Rights. Doc. A/HRC/5/7, 7 jun. 2007 (2007).

_____. Human Rights Council. Resolution n. 9/11. Right to the truth. Doc. A/HRC/9/L.23, 18 set. 2008 (2008a).

_____. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Rule-of-law tools for post-conflict states. Reparations programmes. Doc. HR/PUB/08/1, 2008 (2008b).

_____. Right to the truth. Report of the Office of the High Commissioner for Human Rights. Doc. A/HRC/12/19, 21 ago. 2009 (2009a).

_____. Human Rights Council. Resolution n. 12/12. Right to the truth. Doc. A/HRC/RES/12/12, 12 out. 2009 (2009b).

_____. Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the Right to the truth. Doc. A/HRC/15/33, 28 jul. 2010 (2010).

_____. Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances. General Comment on the Right to the Truth in Relation to Enforced Disappearances, 2010. Doc. A/HRC/16/48, 26 jan. 2011 (2011a).

_____. Resolution adopted by the General Assembly n. 65/196. Proclamation of 24 March as the International Day for the Right to the Truth concerning Gross Human Rights Violations and for the Dignity of Victims. Doc. A/RES/65/196, 3 mar. 2011 (2011b).

_____. Human Rights Council. Resolution n. 18/7. Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence. Doc. A/HRC/RES/18/7, 13 out. 2011 (2011c).

_____. Human Rights Council. Report of the Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence, Pablo de Greiff. Doc. A/HRC/21/46, 9 ago. 2012 (2012).

_____. Human Rights Council. Report of the Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence, Pablo de Greiff. Doc. A/HRC/24/42, 28 ago 2013 (2013).

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). ComIDH. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1978. Doc. OEA/Ser.L/V/II.47, doc. 13 rev.1, 29 jun. 1979 (1979a).

_____. AGOEA. Assembleia Geral. Resolução n. 443/1979. Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Doc. AG/RES. 443 (IX-O/79), 31 out. 1979 (1979b).

_____. ComIDH. Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina, 1980. Doc. OEA/Ser.L/V/II.49, doc. 19, 11 abr. 1980 (1980a).

_____. AGOEA. Resolução n. 510/1980. Relatório Anual e Relatórios Especiais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Doc. AG/RES.510 (X-O/80), 27 nov. 1980 (1980b).

_____. ComIDH. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1980-1981. Doc. OEA/Ser.L/V/II.54, doc.9 rev.1, 16 out. 1981 (1981).

_____. ComIDH. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1981-1982. Doc. OEA/Ser.L/V/II.57, doc. 6 rev.1, 20 set. 1982 (1982a).

_____. AGOEA. Resolução n. 618/1982. Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Doc. AG/RES. 618 (XII-O/82), 20 nov. 1982 (1982b).

_____. AGOEA. Resolução n. 666/1983. Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Doc. AG/RES. 666 (XIII-O/83), 18 nov. 1983 (1983).

_____. AGOEA. Resolução n. 742/1984. Relatório Anual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Doc. AG/RES. 742 (XIV-O/84), 17 nov. 1984 (1984).

_____. ComIDH. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1985-1986. Doc. OEA/Ser.L/V/II.68, doc. 8 rev. 1, 26 set. 1986 (1986).

_____. ComIDH. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1986-1987. Doc. OEA/Ser.L/V/II.71, doc. 9 rev. 1, 22 set. 1987 (1987).

_____. ComIDH. Informe anual de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos 1992-1993. Doc. OEA/Ser.L/V/II.83, doc. 14, 12 mar. 1993 (1993).

_____. AGOEA. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, 9 jun. 1994 (1994).

_____. ComIDH. Relatório n. 21/00. Caso 12.059. Carmen Aguiar de Lapacó. Argentina, 29 fev. de 2000 (2000).

_____. AGOEA. Resolução n. 2134/2005. Pessoas desaparecidas e a assistência a seus familiares. Doc. AG/RES. 2134 (XXXV-O/05), 7 jun. 2005 (2005).

_____. AGOEA. Resolução n. 2231/2006. As pessoas desaparecidas e a assistência a seus familiares. Doc. AG/RES. 2231 (XXXVI-O/06), 6 jun. 2006 (2006a).

_____. AGOEA. Resolução n. 2175/2006. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2175 (XXXVI-O/06), 6 jun. 2006 (2006b).

_____. AGOEA. Resolução n. 2267/2007. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2267 (XXXVII-O/07), 5 jun. 2007 (2007).

_____. AGOEA. Resolução 2406/2008. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2406 (XXXVIII-O/08), 3 jun. 2008 (2008).

_____. AGOEA. Resolução n. 2509/2009. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2509 (XXXIX-O/09), 4 jun. 2009 (2009).

_____. AGOEA. Resolução n. 2595/2010. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2595 (XL-O/10), 8 jun. 2010 (2010).

_____. AGOEA. Resolução n. 2662/2011. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2662 (XLI-O/11), 7 jun. 2011 (2011).

_____. AGOEA. Resolução n. 2725/2012. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2725 (XLII-O/12), 4 jun. 2012 (2012a).

_____. ComIDH. Relatório n. 80/12. Petição P-859-09. Vladimir Herzog e outros. Brasil. Admissibilidade, 8 nov. 2012 (2012b).

_____. AGOEA. Resolução n. 2800/2013. Direito à verdade. Doc. AG/RES. 2800 (XLIII-O/13), 5 jun. 2013 (2013).

Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

CorteIDH. Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras, 29 jul. 1988 (1988).

_____. Caso Castillo Páez vs. Peru, 3 nov. 1997 (1997).

_____. Caso Blake vs. Guatemala, 24 jan. 1998 (1998a).

_____. Caso Castillo Páez vs. Peru, 27 nov. 1998 (1998b).

_____. Caso Castillo Petruzzi e outros vs. Peru, 30 mai. 1999.

_____. Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala, 25 nov. 2000.

- _____. Caso Barrios Altos vs. Peru, 14 mar. 2001 (2001a).
- _____. Caso Barrios Altos vs. Peru, 3 set. 2001 (2001b).
- _____. Caso Bulacio vs. Argentina, 18 set. 2003 (2003a).
- _____. Caso Myrna Mack Chang vs. Guatemala, 25 nov. 2003 (2003b).
- _____. Caso Tibi vs. Equador, 7 set. 2004 (2004a).
- _____. Caso Massacre Plan de Sánchez vs. Guatemala, 19 nov. 2004 (2004b).
- _____. Caso das Hermanas Serrano Cruz vs. El Salvador, 01 mar. 2005 (2005a).
- _____. Caso Blanco Romero vs. Venezuela, 28 nov. 2005 (2005b).
- _____. Caso do Massacre de Pueblo Bello vs. Colômbia, 31 jan. 2006 (2006a).
- _____. Caso Claude Reyes e outros vs. Chile, 19 set. 2006 (2006b).
- _____. Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile, 26 set. 2006 (2006c).
- _____. Caso Vargas Areco vs. Paraguai, 26 set. 2006 (2006d).
- _____. Caso La Cantuta vs. Peru, 29 nov. 2006 (2006e).
- _____. Caso do Massacre de La Rochela vs. Colômbia, 11 mai. 2007 (2007a).
- _____. Caso Zambrano Vélez e outros vs. Equador, 4 de jul. 2007 (2007b).
- _____. Caso Anzualdo Castro vs. Peru, 22 set. 2009 (2009).
- _____. Caso Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia, 1 set. 2010 (2010a).
- _____. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, 24 nov. 2010 (2010b).
- _____. Caso Gelman vs. Uruguai, 24 fev. 2011 (2011a).
- _____. Caso Contreras e outros vs. El Salvador, 31 ago. 2011 (2011b).
- _____. Família Barrios vs. Venezuela, 24 nov. 2011 (2011c).
- _____. Caso González Medina e familiares vs. República Dominicana, 27 fev. 2012 (2012a).
- _____. Caso Uzcátegui e outros vs. Venezuela, 3 set. 2012 (2012b).
- _____. Caso Massacres de El Mozote e Lugares Aledaños vs. El Salvador, 25 out. 2012 (2012c).
- _____. Caso Gudiel Álvarez e outros (“Diário Militar”) vs. Guatemala, 20 nov. 2012 (2012d).

Jurisprudência brasileira

BRASIL. Justiça Federal de 1.^a Instância da Seção Judiciária de São Paulo. Processo n. 136/76. Autores: Clarice Herzog e outros. Ré: União Federal. Juiz: Márcio José de Moraes. São Paulo, 27 out. 1978. In: HERZOG, Clarice. *Caso Herzog: a sentença, íntegra do processo movido por Clarice, Ivo e André Herzog contra a União*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1978, p. 63-122.

_____. Tribunal Regional Federal da 3.^a Região. Embargos Infringentes n. 89.03.7264-2. Embargante: União Federal. Embargados: Clarice Herzog e outros. Relatora: Juíza Salette Nascimento. São Paulo, 18 maio 1994.

_____. Justiça Federal de 1.^a Instância da Seção Judiciária do Distrito Federal. Processo n. 82.00.24682-5. Autores: Julia Gomes Lund e outros. Ré: União Federal. Juíza: Solange Salgado. Brasília, DF, 30 jun. 2003.

_____. Tribunal Regional Federal da 1.^a Região. Apelação Cível n. 2003.01.00.041033-5/DF. Apelante: União Federal. Apelados: Julia Gomes Lund e outros. Relator: Desembargador Federal Souza Prudente. Brasília, DF, 06 dez. 2004.

_____. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153/DF. Autor: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Relator: Min. Eros Grau, Brasília, Distrito Federal, 29 abr. 2010.

_____. Justiça Federal de 1.^a Instância da Seção Judiciária de São Paulo. Processo n. 2008.61.00.011414-5. Autor: Ministério Público Federal. Réu: União Federal e outros. Juiz: Clécio Braschi. São Paulo, 5 mai. 2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento n. 1228580 (origem: Agravo de Instrumento n. 568.587.4/5 no Processo n. 9072406-85.2008.8.26.0000 – TJ/SP). Agravantes: Angela Maria Mendes de Almeida e outras. Agravado: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Relator: Min. Raul Araújo. Brasília, DF, 01 jun. 2010.

_____. Justiça Federal de 1.^a Instância da Seção Judiciária de São Paulo. Processo n. 0021967-66.2010.403.6100. Autor: Ministério Público Federal. Réu: União Federal e outros. São Paulo, 4 ago. 2011.

_____. Tribunal Regional Federal da 3. Região. Agravo de Instrumento n. 0025470-28.2011.4.03.0000/SP. Agravante: João Thomaz. Agravado: Ministério Público Federal. Relator: Juiz Federal Convocado Santoro Facchini, São Paulo, 27 out. 2011.

_____. Tribunal Regional Federal da 3. Região. Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento n. 0025470-28.2011.4.03.0000/SP. Embargante: Ministério Público Federal. Embargado: Acórdão no Agravo de Instrumento. Interessado: João Thomaz. São Paulo, 01 mar. 2012.

CENTRO PELA JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL). Manifestação na qualidade de *amicus curiae* na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153, 2009.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Petição inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 153, 2008.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Petição inicial da Ação Civil Pública n. 2008.61.00.011414-5, 2008. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/pfdc/temas-de-atuacao/direito-a-memoria-e-a-verdade/atuacao-do-mpf/acoes-judiciais/Inicial_ACP_Mortos_e_Desap.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

_____. Petição inicial da Ação Civil Pública n. 0021967-66.2010.4.03.6100, 2010.

Disponível em:

<http://www.prr3.mpf.gov.br/component/option,com_remository/Itemid,68/func,startdown/id,2721/>. Acesso em: jun. 2012.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Agravo de Instrumento n. 568.587.4/5 no Processo n. 9072406-85.2008.8.26.0000. Agravante: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Agravadas: Angela Maria Mendes de Almeida e outras. Primeira Câmara de Direito Privado. Relator: Des. Luiz Antonio de Godoy, São Paulo, 23 set. 2008.

_____. 23.^a Vara Cível do Estado de São Paulo. Processo n. 583.00.2005.202853-5. Autores: Janaína de Almeida Teles e outros. Réu: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Juiz: Gustavo Santini Teodoro, São Paulo, 07 out. 2008.

_____. 20.^a Vara Cível do Estado de São Paulo. Processo n. 583.00.2010.175507-9. Autores: Angela Maria Mendes de Almeida e outra. Juíza Cláudia de Lima Menge. Réu: Carlos Alberto Brilhante Ustra, São Paulo, 25 jun. 2012.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação n. 0347718-08.2009.8.26.0000 (994.09.347718-5). Apelante: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Apelados: Janaína de Almeida Teles e outros. Relator: Des. Rui Cascaldi, São Paulo, 14 ago. 2012.

_____. 2.^a Vara de Registros Públicos do Tribunal de Justiça de São Paulo. Processo n. 0046690-64.2012.8.26.0100. Requerente: Comissão Nacional da Verdade. Juiz: Márcio Martins Bonilha Filho. São Paulo, 24 set. 2012.